

UMA TRILOGIA SOBRE O “SOCIALISMO SOVIÉTICO”

WLADIMIR POMAR

★ RASGANDO A CORTINA

★ A MIRAGEM DO MERCADO

★ A ILUSÃO DOS INOCENTES



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

COLEÇÃO INTERNACIONAL

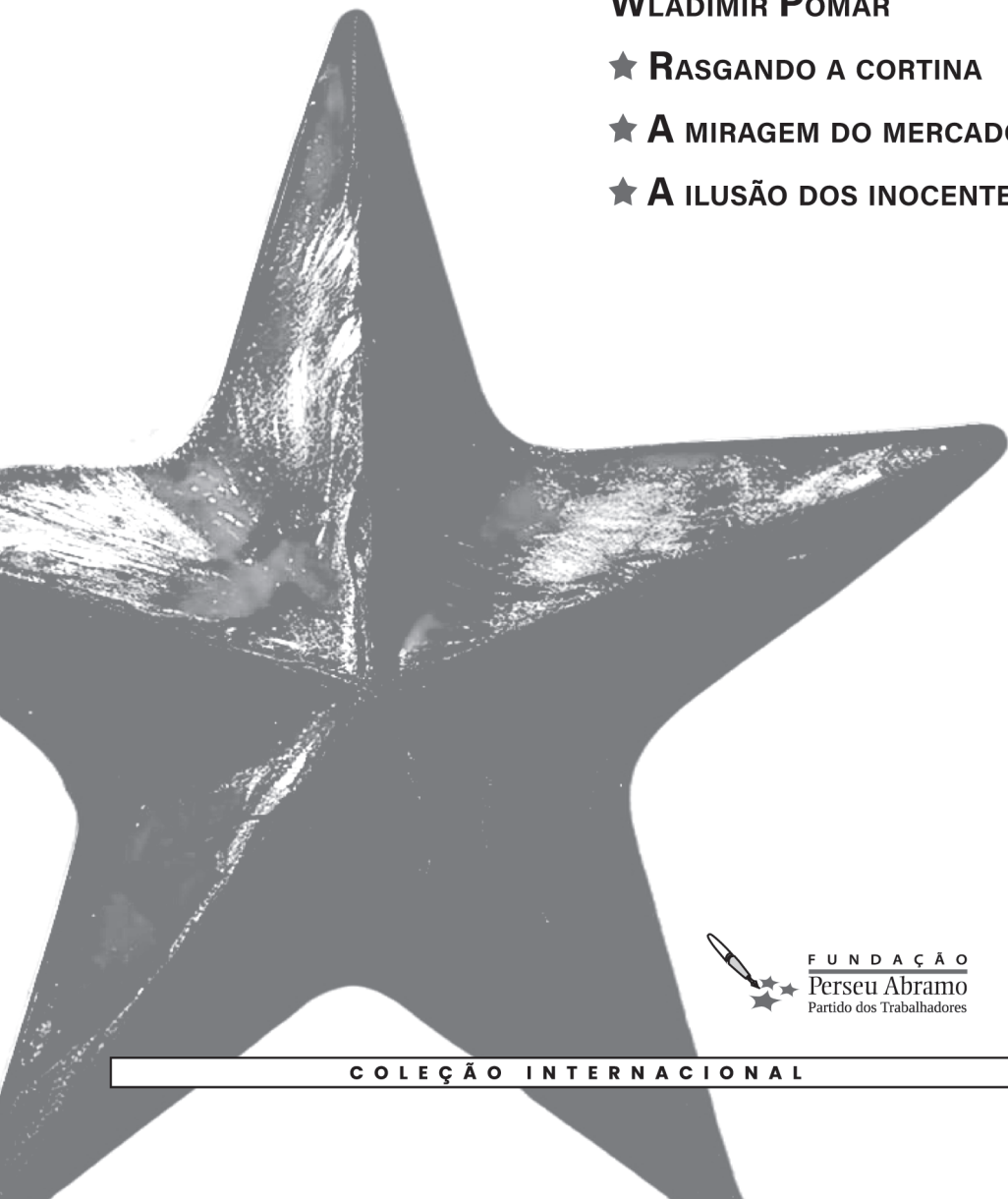
UMA TRILOGIA SOBRE O “SOCIALISMO SOVIÉTICO”

WLADIMIR POMAR

★ RASGANDO A CORTINA

★ A MIRAGEM DO MERCADO

★ A ILUSÃO DOS INOCENTES



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

COLEÇÃO INTERNACIONAL

Fundação Perseu Abramo

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996

Diretoria

Presidente (interino): Brenno César Gomes de Almeida

Diretoras: Elen Coutinho, Mônica Valente e Naiara Raiol

Diretores: Alberto Cantalice, Alexandre Macedo de Oliveira,
Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar e Valter Pomar

Conselho editorial

Albino Rubim, Alice Ruiz, André Singer, Clarisse Paradis,
Conceição Evaristo, Dainis Karepovs, Emir Sader, Hamilton Pereira,
Laís Abramo, Lincoln Secco, Luiz Dulci, Macaé Evaristo, Marcio Meira,
Maria Rita Kehl, Marisa Midori, Rita Sipahi, Tássia Rabelo e Valter Silvério

Coordenador editorial: Rogério Chaves

Assistente editorial: Raquel Costa

Organizador: Valter Pomar

Revisão: Rita Camacho

Projeto Gráfico e diagramação: Emilio Font – ELAHP

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Pomar, Wladimir

P843t Uma trilogia sobre o socialismo soviético : rasgando a cortina : a miragem
do mercado : a ilusão dos inocentes [livro eletrônico] / Wladimir Pomar – São
Paulo : Fundação Perseu Abramo, 2026.

507 p.

ISBN: 978-65-5626-167-6

1. Socialismo – história 2. Leste Europeu 3. Economia Política 4. Movimentos
Separatistas 4. Organização do trabalho 5. Socialismo soviético – crítica 6.
Capitalismo – crítica 7. Leste Europeu – transição pós-socialista 8. Esquerda
brasileira – pensamento político I. Título



F U N D A Ç Ã O
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

Fundação Perseu Abramo
Rua Francisco Cruz, 234 – Vila Mariana
CEP 04117-091 São Paulo – SP
www.fpabramo.org.br

SUMÁRIO

A trilogia de Wladimir

7

RASGANDO A CORTINA

E agora?	11
A travessia do muro derrubado	15
SOCIALISMO DETERIORADO	16
À PROCURA DO MERCADO	17
ESPERANDO AJUDA	19
AS INCERTEZAS ATEMORIZAM	20
PERIGO DE IMPLOÇÃO	22
A ESPERANÇA DO MERCADO SOCIAL	24
SOCIALISMO EXECRADO	25
ONDE A PRÁTICA COMEÇOU	27
ÁGUIA EM MUTAÇÃO	29
IDEOLOGIA DA ESCASSEZ	31
ÓCIO PREMATURO	34
OBSOLETISMO TECNOLÓGICO	37
POLARIZAÇÃO SOCIAL	42
DISCÓRDIAS	45
A FICÇÃO DEMOCRÁTICA	46
A negação da história	49
O PECADO ORIGINAL	49
OS BODES EXPIATÓRIOS	52
MEMÓRIA APAGADA	55
A ilusão dos inocentes	61
A IMAGEM DO MERCADO	62
PLURALISMO AUTORITÁRIO	65
A ÉTICA DOS MAIS FORTES	67
Despertando para um sonho realista	69
Anexos	72
TEMORES DE NOVOS PESADELOS	72
A SOLIDARIEDADE PARTIDA	78
O PAÍS DOS CASTELOS	81
PLANÍCIES SEM FIM	84
MOSAICO QUEBRADO	87
A TRÁCIA DE ESPÁRTACO	91
LATINOS ENTRE ESLAVOS	93
O PAÍS QUE FOI DOS SOVIETES	95
AS MONTANHAS DE SKANDERBEU	101

A MIRAGEM DO MERCADO

Prefácio	105
Preliminares	109
Enfrentando o desconhecido	114
CONFRONTANDO REALIDADES	115
REAFIRMANDO PREMISSAS	118
VOLTANDO AO MERCADO	122
ECONOMIA DE COMANDO	125
DESPOTISMO SOCIALISTA	130
Esperando milagres	137
O SISTEMA DESANDOU	138
PERPLEXIDADES	143
O PESO DO PASSADO	146
O CAPITAL POR NÓS	151
CIVILIZANDO O CAPITAL	161
DEMOCRACIA DESIGUAL	166
Socialismo de mercado	172
PLANEJAMENTO VACILANTE	174
A SAGRADA PROPRIEDADE	178
PREÇOS EM VIGOR	182
O TRABALHO NO MERCADO	186
A DIVISÃO DO BOLO	189
RUMO AO DESCONHECIDO	193
Nem tudo que reluz é ouro	199
LIBERDADE DO MAIS FORTE	200
O MITO DO CONSUMIDOR SOBERANO	206
ADOÇANTE AMARGO	208
O DISFARCE DA DITADURA	215
O futuro a nós pertence	220
COMBATENDO AS NEGAÇÕES	221
REVISITANDO MARX	226
O CAMINHO DAS PEDRAS	233
Posfácio	239

A ILUSÃO DOS INOCENTES

I Relembrando os motivos	243
II No melhor dos mundos	253
III Caindo na real	260
ONDE PANGLOSS TEM RAZÃO	265
O LADO ESCURO	271
VALE DE LÁGRIMAS	280
A MANCHA PAUPERIZANTE	293
A GLOBALIZAÇÃO CONFLITUOSA	298
A MORTE DO TRABALHO	310
IV O sonho dos justos	321
REFAZENDO OS ELOS	323
AS UTOPIAS FILANTRÓPICAS	330
A ILUSTRAÇÃO UTÓPICA	335
AS UTOPIAS MARXISTAS	339
A CRÍTICA DE MARX	345
V Rompendo com o presente	352
CONCEITOS MALDITOS	355
RELEMBRANDO O PASSADO	364
PECADOS CAPITAIS	372
A BARBARIZAÇÃO DO PRESENTE	389
TIGRES HETERODOXOS	402
SOCIALISMO SOBRANTE	406
VI Limites e possibilidades	423
O FRACASSO DO TRIUNFO	430
CONTINUIDADE E RUPTURAS	435
RUPTURAS E CONTINUIDADE	446
VII A transição possível	452
ESTADO SOCIALIZANTE	455
A SOCIALIZAÇÃO DO MERCADO	465
RISCO CALCULADO	483
A SOCIALIZAÇÃO DEMOCRÁTICA	487
O RENASCIMENTO DO TRABALHO	493
VIII Deixando em aberto	499
Fontes	501
CITADAS	501



A TRILOGIA DE WLADIMIR

Nota

*A revisão do texto para esta edição foi feita tomando por referência a norma culta da
Língua Portuguesa vigente na época de produção das obras.*

A trilogia de Wladimir

Wladimir Pomar nasceu em Belém do Pará, a 14 de julho de 1936, filho de Pedro Pomar e Catarina Torres. Desde os cinco anos, conheceu a vida da clandestinidade, pela perseguição que a polícia do Estado Novo de Vargas movia às atividades do Partido Comunista do Brasil (PCB), do qual seu pai era membro.

Começou a trabalhar aos doze anos, como aprendiz de linotipista, ao mesmo tempo que fazia o ginásio. Depois, trabalhou como repórter e redator nos jornais *Tribuna Popular* e *Classe Operária*. Foi colaborador do jornal *Movimento*, diretor do *Correio Agropecuário*, além de repórter e diretor editorial de *Brasil Extra*.

Adquiriu formação técnica e trabalhou como técnico de planejamento e manutenção de máquinas pesadas da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda (RJ) e Conselheiro Lafaiete (MG). Foi engenheiro de serviços da General Electric, no setor de locomotivas, tendo trabalhado junto às estradas de ferro Leopoldina (RJ) e Leste-Brasileira (BA). Também trabalhou como engenheiro de manutenção da Cerâmica do Cariri.

Militante político desde 1949, quando ingressou no PCB, Wladimir Pomar atuou inicialmente no movimento estudantil secundarista. Em 1951, estudou ajustagem mecânica no Senai, trabalhou na Arno e participou no movimento sindical metalúrgico. Em 1962, fez parte do movimento que deu origem ao PCdoB. Em 1964, foi preso na Bahia, por ação de resistência ao golpe militar. Solto no final daquele ano, devido a habeas corpus, foi julgado e condenado à revelia.

Depois de 1964, colaborou com a imprensa partidária e desenvolveu suas atividades políticas principalmente no interior de Goiás e do Ceará, aqui entre os sindicatos de trabalhadores rurais. Viveu na clandestinidade até 1976, quando foi preso novamente. Desta vez, durante uma ação militar que assassinou três di-

rigentes do PCdoB, no bairro da Lapa (SP), um dos quais seu pai. Foi libertado pouco antes da Anistia, em 1979. Posteriormente, desligou-se da direção do PCdoB e ingressou no Partido dos Trabalhadores.

De 1984 a 1990, integrou a Executiva Nacional do PT, onde foi responsável pela Secretaria Nacional de Formação Política, atividade que acumulou com a coordenação do Instituto Cajamar. Em 1986, participou da coordenação da campanha de Lula a deputado federal constituinte. Durante as eleições presidenciais de 1989, foi coordenador-geral da campanha Lula. Em 1990, deixou o Diretório Nacional do PT e, nos últimos 32 anos, atuou como militante, assumindo tarefas diversas, especialmente na formação política e contribuindo regularmente com diversos jornais e revistas, como o *Correio da Cidadania*, a revista *Teoria e Debate* e o site Página 13.

Parte dos textos de Wladimir ainda não foi organizada para consultas, nem publicada em formato de livro.

Entre suas obras publicadas, uma vertente aborda a dialética marxista (*A dialética da história*, em quatro tomos). Outra vertente aborda temas da história do Brasil e da esquerda brasileira. É o caso de *Araguaia, o partido e a guerrilha* (Brasil Debates) e de *Pedro Pomar: uma vida em vermelho* (Xamã); *Quase lá, Lula e o susto das elites* (Brasil Urgente) e *Um mundo a ganhar* (Viramundo); *O Brasil em 1990* e *Era Vargas: a modernização conservadora* (Ática). Assim como a autobiografia *O nome da vida* (Fundação Perseu Abramo), *Textos e contextos* (Editora Página 13) e *Brasil, crise internacional e projeto de sociedade* (Fundação Perseu Abramo).

A terceira vertente é o debate sobre o socialismo. Wladimir Pomar é autor de diversos estudos e livros sobre a China, entre os quais *O enigma chinês: capitalismo ou socialismo* (Alfa-ômega e Editora da Fundação Perseu Abramo); *China, o dragão do século XXI* (Ática); *A revolução chinesa* (Unesp); *China: desfazendo mitos* (Editora Página 13 & Editora Publisher).

É autor, também, de uma trilogia sobre a teoria e a prática das tentativas de construção do socialismo, ao longo do século 20: *Rasgando a cortina* (Brasil Urgente), *Miragem do mercado* (Brasil urgente) e *A ilusão dos inocentes* (Scritta).

Esta trilogia começou a ser elaborada logo no início dos anos 1990, depois de Wladimir deixar o Diretório Nacional do PT. Duas décadas depois, em 2010, a Editora Página 13 publicou uma segunda edição eletrônica de *Rasgando* e de

Miragem. Em 2022, foi publicada uma terceira edição da trilogia, precedida de uma revisão e preparação dos originais. A presente edição, a quarta, é publicada pela Editora da Fundação Perseu Abramo, marcando o 90º aniversário de nascimento de Wladimir Pomar.

Publicar estes textos neste ano de 2026 atende, acima de tudo, aos mesmos motivos que levaram a Fundação Perseu Abramo a promover diversas iniciativas para debater o socialismo, a mais recente dos quais foi a realização, em 2021, das “13 Jornadas de debates sobre o socialismo no Século 21”, uma iniciativa conjunta da Fundação Perseu Abramo, da Escola e da Secretaria de Formação do PT. As referidas “13 jornadas” incluíram 24 mesas de debate com 96 palestrantes, brasileiros e estrangeiros, de vários partidos, mas principalmente petistas, entre os quais destacamos Olívio Dutra, José Dirceu, Tarso Genro, Rui Falcão, Ricardo Berzoini, José Genoino, Fernando Haddad e Dilma Rousseff. Wladimir Pomar também participou.

Que a publicação desta trilogia contribua para as próximas atividades que serão realizadas pela Fundação Perseu Abramo e pelo PT, para debater nossos caminhos para construir o socialismo democrático.

Brenno Almeida

Presidente da Fundação Perseu Abramo

Valter Pomar

Diretor da Fundação Perseu Abramo



RASGANDO A CORTINA

E agora?

O socialismo morreu, a luta de classes findou, o imperialismo sumiu, o sonho acabou. E também tem gente que anuncia o fim da História, com um novo tempo em que o capitalismo será eterno. Só resta perguntar, como um poeta: e agora não será fácil responder. Nas telas coloridas das televisões e dos cinemas, o capitalismo aparece com uma roupagem dourada, deslumbrante. A cada dia, mostram, casa adentro, a opulência e a riqueza da Europa e do Japão para demonstrar como será o futuro do mundo dominado pelo capital. E, ao contrário, mostram o socialismo pelas filas de Moscou, pelos ciganos maltrapilhos da Romênia e pelas cidades poluídas da antiga Alemanha Democrática. Apresentam o socialismo como uma utopia sem futuro.

É natural que, com isso tudo, as coisas sejam vistas de forma embaralhada. A queda do Muro de Berlim, a vitória eleitoral das forças de direita na Hungria, Alemanha e Iugoslávia, as guerras étnicas na União Soviética, a escassez de alimentos em Moscou e Leningrado, tudo acontece com muita rapidez e de modo confuso, atrapalhando o raciocínio.

Parece bem mais simples aceitar a tentativa capitalista de impor-se como superior e eterna, identificar-se com paz e democracia e proclamar-se campeão da liberdade. Ou encarar como coisa natural, como ações para civilizar selvagens, a invasão americana de Granada e do Panamá e a pretensão americano-européia de constituir-se outra vez como polícia do mundo, desencadeando a guerra no Golfo Pérsico.

Mas o mais simples nem sempre é o certo. Não se pode esquecer a história trágica do capitalismo. Não é possível desviar os olhos da dura existência da maior parte do mundo e maravilhar-se com a Europa ou o Japão desenvolvidos, como se eles fossem o paraíso que todos podem alcançar.

Por isso, me propus mergulhar na realidade do socialismo na Europa, ver

com os próprios olhos o que está ocorrendo. Resgatar seu custoso processo de construção econômica, social e política, os avanços conquistados, questionando a versão de que o socialismo morreu.

Empreendi, juntamente com Rachel Pomar, uma extensa viagem pelos chamados países socialistas da Europa. Fizemos entrevistas, conversamos com ativistas políticos, jornalistas, trabalhadores; e presenciamos, entre outras coisas, a anexação monetária da Alemanha Democrática pela Alemanha Federal, as “Cidades da Verdade” na Bulgária, acampamentos de sem-teto em Moscou e a greve de fome de um operário do Partido Sindicalista-Anarquista em Leníngrado.

Reunimos documentos, publicações e informações de todos os tipos. E penso dividir minhas observações com os interessados neste debate que diz respeito ao futuro da própria humanidade.

Neste texto – o primeiro de uma coleção de três livros sob o título geral de *A Crise do Socialismo* – pretendo dar um panorama geral do que pude ver, ouvir e sentir. Nos seguintes, penso desenvolver, de modo mais detalhado, os temas que mais se destacam no processo que aqueles países atravessam.

Tais textos não serão neutros. Por mais dura que seja minha condenação aos erros, irracionalidades, defeitos e crimes cometidos naqueles países ao tentarem trilhar um novo caminho social, continuo defendendo o socialismo. Nem mesmo me refugio na enganosa suposição de que o que foi construído não foi socialismo, mas uma forma disfarçada de capitalismo. Em qualquer país do mundo, a maioria das pessoas aceita como socialismo, e não outro, o sistema econômico, social e político implantado na União Soviética, Polônia, Tchecoslováquia, Alemanha Democrática, Hungria, Iugoslávia, Albânia, Bulgária e Romênia.

Eram socialistas e comunistas as pessoas que dirigiram o processo de transformação e construção de uma outra sociedade naqueles países, assim como socialista era o sistema que afirmavam estar implantando. E iniciar o exame dessas sociedades considerando que não são socialistas, embora não-capitalistas, pode aliviar consciências, mas ajuda muito pouco para o entendimento do que ocorre. Por isso, procurarei enfrentar o desafio de examinar o fracasso de tal tipo de socialismo e buscar as perspectivas de um novo, partindo da afirmação de serem socialistas aqueles países.

No centro da crise do socialismo, está colocado o problema de combinar o

crescimento econômico com o atendimento das crescentes necessidades materiais e culturais da população, proporcionando-lhe, ao mesmo tempo, maiores liberdades coletivas e individuais e participação nas decisões do Estado. Para resolver esse problema, teremos que ir mais fundo no estudo das condições históricas que levaram aqueles países a seguir descaminhos.

Isso é tanto mais necessário porque a situação em que vivem dois terços da humanidade os empurra diariamente para a luta de classes e a liquidação da exploração e opressão capitalistas. Embora os canhões da propaganda ocidental falem sem parar da morte do socialismo, a vida miserável da grande maioria da população da Terra sob o capitalismo recoloca constantemente em seu horizonte justamente a conquista do socialismo.

Bem vistas as coisas, o socialismo não gerou situações e distorções desconhecidas do capitalismo. Burocratismo, ineficiência, despotismo, corrupção, escassez, desperdício, roubo, gangsterismo etc. – são flores mal cheirosas que encontraram no capitalismo adubo fértil para florescerem. O tipo de socialismo implantado no Leste Europeu demonstra seu fracasso precisamente por não haver conseguido evitar a reprodução de tais flores. E, ainda por cima, por não ter tido a competência de desmascarar a habilidade com que o capitalismo esconde seu mau cheiro com o uso de perfumes sofisticados, enganadores e mistificados.

O tipo de capitalismo existente no fim do século passado e hoje predominante na América Latina, Ásia e África não pode ser igualado ao capitalismo desenvolvido da Europa e do Japão, mostrado como exemplo de sucesso. O capitalismo é um desastre social na maioria dos países do mundo. Mesmo nos Estados Unidos, ainda considerada a maior potência capitalista, enfrenta um declínio. Apesar de possuir mais de quinhentos anos de existência, o capitalismo só proporcionou riqueza e opulência a algumas poucas áreas do mundo e a uma minoria dos habitantes da Terra.

O tipo de socialismo atualmente existente, que vive uma crise real, também não pode ser igualado ao socialismo pluralista e democrático que almejamos. Mesmo assim, com somente setenta anos de existência, o pior dos socialismos foi capaz de eliminar as formas mais agudas de miséria e garantir o essencial para a vida de toda a população. Enquanto isso, o melhor dos capitalismos só foi capaz de criar um oásis de abundância e bem-estar às custas do imenso oceano de misérrimos e famintos da África, Ásia e América Latina.

Por tudo isso, na disputa entre o capitalismo e o socialismo, estou com o socialismo. Embora convencido de que o tipo de sistema vigente no Leste Europeu está superado, continuo confiante de que o socialismo pode ser construído por outros caminhos e é o sistema que pode conduzir a humanidade a livrar-se das desigualdades e da opressão.

A travessia do muro derrubado

Em junho de 1990, antes de atravessar o muro derrubado em Eisenach, no que até há pouco tempo era a fronteira entre as duas Alemanhas, viajamos pelo norte da França, Bélgica e centro-oeste da Alemanha Federal. Sempre de carro, fazendo entrevistas e contatos em cidades como Paris, Bruxelas, Bonn, Dusseldorf e Frankfurt-an-Main. Ou saindo das vias expressas para conhecer a zona rural e pequenas cidades como Limburg, Wetzlar, Weilmunster e outras.

Pudemos vislumbrar a futura Europa unida, com sua pujança e riqueza, um padrão de vida inigualável que consegue manter até mesmo seus milhões de desempregados – mais de 6 milhões na ocasião – num razoável nível de subsistência. Comprovamos o cuidado no tratamento do meio ambiente, na conservação das cidades e vilas e no atendimento às necessidades sociais.

Mas pudemos comprovar, do mesmo modo, que o ambiente devastado pelo capitalismo selvagem do passado é recuperado através da exportação das indústrias poluidoras para outros países de dentro e de fora da Europa. Os detritos nucleares da Alemanha Federal, segundo um acordo econômico entre as duas partes, eram depositados na Alemanha Democrática, uma contribuição inigualável para a devastação do meio ambiente no lado oriental. As siderúrgicas ultrapassadas são reinstaladas em países da África e América Latina.

Por essas e outras informações, pudemos compreender como o alto padrão de desenvolvimento europeu só pode ser construído e só pode se manter com a persistência de um sistema internacional em que os trabalhadores dos países periféricos são obrigados a contribuir com uma parte substancial de seu trabalho. Em outras palavras, o capitalismo só consegue ser civilizado nos países centrais exportando seu lado selvagem para a periferia. Mesmo tendo tudo isso em consideração, a entrada no território da antiga República Democrática Alemã não deixou de ser chocante.

SOCIALISMO DETERIORADO

O que chocou não foi a ausência completa de guardas fronteiros, demonstrando que o processo de anexação da República Democrática pela República Federal estava em pleno curso. Foi, principalmente, o contraste de padrões. A *free shop* do lado oriental da fronteira mais parecia uma mercearia de beira de estrada em alguma parte do interior brasileiro. Os telefones não funcionavam e o asfaltamento da via expressa que liga Eisenach a Leipzig apresentava uma queda acentuada de qualidade.

No rumo de Leipzig, passamos por Gotha, Erfurt, Weimar – cidades históricas – e por Zeitz. São cidades bonitas, mas em lastimável processo de deterioração. Os prédios, em péssimo estado de conservação, eram as evidências de uma aparentemente incompreensível negligência social. Os campos, totalmente cultivados, alguns em adiantado trabalho de colheita, permitiam a sobrevivência de pequenos bosques em algumas poucas áreas. Raros postos de serviço atendiam aos automobilistas nas estradas.

Leipzig é uma grande cidade do Leste alemão. Reconstruída após a guerra, sua conservação também estava longe do desejável. O comércio, aguardando a anexação monetária pela Alemanha Federal, apresentava escassez de quase tudo. Não adquiria mais nada das indústrias e cooperativas agrícolas da República Democrática, enquanto estocava produtos de embalagens mais vistosas, provenientes da Alemanha Federal, a serem comercializados após o dia 1º de julho, data da unificação monetária. Caminhões das cooperativas e ambulantes atendiam diretamente aos consumidores já com os preços majorados, embora ainda recebendo em marcos orientais.

De Leipzig a Berlim, foi um pulo, apesar de a via expressa apresentar a mesma qualidade inferior. Berlim Leste, com suas largas avenidas, estava melhor cuidada. Seus prédios encontravam-se razoavelmente conservados e as praças constituíam um permanente convite ao passeio e ao descanso. A Alexanderplatz, coração de Berlim Leste, fora transformada num grande mercado ao ar livre, com ambulantes e vendedores de todos os tipos e procedências. A corrida aos produtos ocidentais fazia a festa. Do mesmo modo que, no Portão de Brandenburgo, ao lado do famoso Reichstag, já aberto e dando passagem livre entre as duas Berlins, camelôs vendiam pedaços do Muro e uniformes de soldados e oficiais soviéticos repatriados.

A anexação monetária e o desejo de alcançar rapidamente o padrão de vida

dos alemães-ocidentais eram a grande expectativa e o sonho da maioria da população oriental. Embora pairassem no ar algumas incertezas – primeiras notícias de desemprego, antigos proprietários pretendendo reaver suas terras, casas e indústrias, preços se elevando – a esperança e a propaganda de uma futura vida melhor predominavam.

Os alemães do Leste, à espera da opulência do Oeste, rejeitavam o socialismo e impunham à esquerda o reconhecimento de que o sistema que tentaram implantar fracassara.

Essa sensação de fracasso e desamparo da esquerda alemã foi angustiante. Os erros – para não falar de crimes – foram de uma irracionalidade tão gritante que é difícil acreditar que tenham sido cometidos e por tanto tempo. A travessia do muro derrubado foi o doloroso contato com o socialismo em processo de deterioração.

Mesmo assim, rumamos para leste, para Frankfurt-am-der-Oder, na fronteira com a Polônia, a famosa linha Oder-Neisse que resultou da redivisão territorial da Europa após a Segunda Guerra Mundial. Uma cidade animada, bem mais cuidada que as outras por onde passamos na Alemanha Democrática, preparou nosso espírito para ingressar na problemática terra polonesa.

À PROCURA DO MERCADO

Para surpresa nossa, as estradas polonesas eram de qualidade superior as da Alemanha Democrática: melhor asfaltadas, mais bosques laterais, mais postos de serviço e mais restaurantes e hotéis, embora abaixo da necessidade. Não foi fácil encontrar local para o pernoite.

Surpresa também foram as casas de campo bem cuidadas em especial nos trechos mais próximos das cidades maiores (Poznan, Varsóvia), em contraste com a conservação negligente dos prédios urbanos. E a presença da religiosidade, massiva, exteriorizada não só pelas inúmeras torres bizantinas das igrejas, mas principalmente pelos oratórios que se sucedem à frente dos sítios e casas nas estradas e pequenas cidades rurais.

Varsóvia espanta pelas avenidas largas e extensas e pelos parques arborizados na parte central da cidade e às margens do Vístula. Quase completamente destruída pela guerra, sua reconstrução a tornou uma cidade relativamente moderna, com um tráfego bastante intenso e um comércio ativo. Nas calçadas da avenida Marszalkoska, onde se encontram as maiores lojas de departamento da capital po-

lonesa, os camelôs vendiam de tudo, inclusive produtos estrangeiros.

O contato com cambistas de moedas conversíveis foi inevitável. Eles abordavam tranquilamente qualquer estrangeiro em plena rua, oferecendo bem mais zlots (a moeda nacional) do que o câmbio oficial. O marco forte, alemão-ocidental, era a moeda mais procurada, na mesma proporção em que a língua alemã é a segunda língua mais falada na Polônia.

Com uma inflação alta – mais de 1.000% anuais – e às voltas com um choque econômico que estava causando quedas consideráveis no nível de emprego e no poder aquisitivo, a Polônia voltava a se confrontar com nova crise política. Divergências dentro do Solidariedade espelhavam a crescente divisão na sociedade quanto ao tipo de mercado e de democracia a serem implantados no país.

De todos os países do Leste Europeu, talvez a Polónia seja aquele que apresenta uma história mais complexa quanto à tentativa de implantação do socialismo. A maior parte de sua indústria tinha sido estatizada, mas parcelas consideráveis da economia foram conservadas em mãos de proprietários individuais e familiares. A agricultura, em particular, permaneceu fundamentalmente em poder dos pequenos produtores. Por outro lado, as lutas periódicas e mesmo insurreições de trabalhadores contra as altas dos preços e por melhorias salariais foram responsáveis por mudanças diversas no governo e na cúpula do partido que monopolizava o poder (Partido Operário Unificado da Polónia), em grande medida impedindo a cristalização da burocracia.

O socialismo polonês apresentava, assim, diferenças acentuadas em relação ao alemão. Apesar disso, porém, nenhuma força política o aceita na forma como foi tentado. E, como na Alemanha, a expectativa do cidadão médio é que a economia de mercado tire o país da crise econômica, liquide a inflação e traga à Polónia a mesma opulência da Europa Ocidental. Exemplos de economias de mercado a serem seguidos são Suécia, Finlândia, Alemanha e França. Para o polonês médio, o resto, o mundo da fome e da miséria não existe, não passa de invencionice do antigo regime comunista.

Por isso, os poloneses não têm medo do capitalismo selvagem, desconhecido pelos meios de comunicação da atualidade. Seus medos são outros. São as pretensões territoriais alemãs, o nacionalismo germânico nos Sudetos e as incertezas quanto ao futuro da União Soviética. Entalada entre dois ursos – o alemão e o russo – a Polónia sempre relembra as lições trágicas da história: sua tranquilidade depende em grau considerável da estabilidade dessas potências.

Foi com a sensação dessa intranquilidade que nos dirigimos para a Tchecoslováquia, passando por Cracóvia e por uma série de pequenas cidades da Silésia polonesa, região cuja beleza merece estar emoldurada em cartões postais.

ESPERANDO AJUDA

O controle fronteiro para ingressar na Tchecoslováquia foi meramente formal. Geograficamente estávamos na mesma Silésia rica em carvão e minérios, só que bem mais industrializada. E também muito mais poluída, embora isso não chegasse a empanar a beleza do vale do rio Moravitz e dos campos plantados com trigo, beterraba e outras culturas de verão. Uma sucessão de castelos encarapitados em penhascos relembra o passado feudal desse país que foi um dos mais industrializados da Europa no período anterior à Segunda Guerra Mundial.

Ainda hoje um dos países economicamente mais avançados do Leste, a Tchecoslováquia enfrenta, apesar disso, o problema da escassez de bens de consumo durável e a limitação dos serviços. Encontrar algum lugar nos restaurantes existentes era uma dificuldade que se agravou com a enxurrada de turistas estrangeiros que passaram a encher as ruas e hotéis de Praga, Karlovy Vary e outras cidades checas e eslovacas famosas por sua arquitetura e balneários medicinais.

Como os poloneses, os checos também queriam viajar ao exterior. Sem traves para tirar passaporte, faziam filas extensas e demoradas nas embaixadas de países como os Estados Unidos e Canadá. E começavam a descobrir que o passaporte não era o único nem último obstáculo. Obter um visto de entrada naqueles países, que antes parecia tão fácil, tornou-se uma maratona extenuante. Depois, era preciso comprar os dólares, ou marcos, ou francos: o novo governo limitou a compra oficial em cinquenta dólares ou oitenta marcos, o que não dava e não dá para as despesas do primeiro dia em qualquer cidade ocidental. Os doleiros, pertencentes a todas as nacionalidades, infestavam as ruas de Praga, mas eram a salvação de quem estava munido de visto e pronto para viajar.

Esses, sem dúvida, eram os problemas menores que checos e eslovacos enfrentavam. A reorganização de sua indústria, a manutenção da unidade nacional e a consolidação da democracia são bem maiores. E, como na Alemanha e na Polônia, havia um sentimento generalizado de que a economia de mercado é a panacéia para os problemas econômicos e permitirá que o padrão de vida do povo chegue automaticamente e a curto prazo ao nível alemão-ocidental ou sueco.

É verdade que esse sentimento se chocava mais e mais com o avanço da rea-

lidade, o surgimento do desemprego, o encarecimento do custo de vida, a especulação imobiliária e o crescimento vertiginoso da criminalidade. A ajuda ocidental, tão esperada e cultuada como o grande instrumento de transição da economia centralizada para a economia de mercado, também ia aparecendo como algo subordinado às leis do mercado. E alguns já se perguntavam se a privatização e a venda de empresas ao capital estrangeiro não iriam quebrar a soberania nacional.

Mesmo assim, todos pretendiam integrar-se à nova Europa unida. Embora, a rigor, realizassem um movimento de sentido contrário, separatista. Eslovacos e morávios, as duas outras nacionalidades que, junto com os boêmios (checos), formam a Federação Checoslovaca, reivindicavam independência. Velhas rivalidades ressurgiram e serviam de plataforma nas disputas eleitorais, levando aos parlamentos locais e federal representantes de sentimentos reacionários, egoístas e corporativistas.

Na prática, apesar de todo mundo se apresentar como democrata, não eram poucos os que demonstravam a vontade de aplicar os mesmos métodos totalitários que antes os comunistas utilizavam. Só que, agora, contra estes e os socialistas.

AS INCERTEZAS ATEMORIZAM

As estradas húngaras são regulares. E, como na Polônia e Tchecoslováquia, chamam a atenção as torres bizantinas das igrejas que se podem avistar em todo o percurso. Indo da fronteira eslovaca para a capital, Budapeste, passamos por Győr, uma cidade média bem cuidada e com vida industrial e comercial dinâmica, sob a influência da proximidade com a Áustria e a Tchecoslováquia.

Budapeste tem um brilho todo especial. Apesar do calçamento irregular de suas ruas e avenidas e da conservação também irregular de seus prédios, sua vida econômica apresentava um dinamismo superior ao das capitais do Leste anteriormente visitadas. As lojas comerciais apresentavam um sortimento variado de mercadorias nacionais e estrangeiras e o movimento era intenso. A grande sensação do momento era a Loja Adidas, onde se formavam filas imensas para a compra de tênis. E, ainda que existissem alguns *fast food* espalhados pelo centro da cidade, o McDonald's estava permanentemente abarrotado.

A Hungria havia quebrado a rigidez de sua economia centralizada desde 1968, passando a combinar planejamento econômico com mecanismos de mercado. Com isso, conseguiu melhorar sensivelmente o abastecimento de bens de consumo, inclusive duráveis. Mas exagerou na contratação de empréstimos ex-

ternos ocidentais e não conseguiu resolver alguns gargalos existentes na grande indústria estatizada e na agricultura. Apesar de sua produtividade não ser das piores – as cooperativas agrícolas húngaras, por exemplo, eram das mais rentáveis e produtivas da Europa –, seu ritmo de crescimento se mostrou muito lento.

Mais grave é que demorou demasiadamente a ampliar os mecanismos de democracia política. Mesmo que o governo Kadar, que comandou a vida política húngara de 1956 a 1988, não tenha se caracterizado por perseguições e repressões, o monopólio exercido pelo antigo Partido Socialista dos Trabalhadores Húngaros (PSTH) tornou-se incompatível com a diversidade da vida econômica e social que vinha sendo implantada.

Esse tipo de socialismo, embora mais flexível do que o existente nos demais países visitados, também foi rejeitado nas primeiras eleições em que os húngaros tiveram oportunidade de manifestar suas preferências. Hoje, a Hungria tem um governo nitidamente de centro-direita, trabalhando de modo consistente para escancarar as portas do país ao capital ocidental, privatizar praticamente toda a economia e liquidar até mesmo as cooperativas eficientes. Os antigos latifundiários e os proprietários fascistas, que foram obrigados a fugir no fim da guerra por sua colaboração com os nazistas, reivindicam o que foi seu.

Apesar do sentimento generalizado na população em adotar mecanismos mais amplos de mercado, a exemplo da Alemanha Ocidental e França, para chegar mais rapidamente aos níveis de bem-estar daqueles países, as dificuldades mostravam-se maiores do que o esperado. A ação e pressão dos aristocratas do passado pré-guerra, o crescimento dos preços, o desemprego, o aumento da criminalidade, a atividade desenvolvida do mercado paralelo de moedas e do contrabando, tudo isso atemorizava os húngaros de forma crescente e aumentava suas incertezas quanto ao futuro.

Mas a vida continuava e o lago Balaton, cem quilômetros ao sul de Budapeste, com suas águas tépidas e seus peixes saborosos, era um convite ao lazer. Servido por boas rodovias e por trens, as duas margens mais extensas do lago são pontilhadas de pequenas cidades que se parecem muito com o Litoral Norte paulista. Placas em todo o percurso ofereciam quartos e apartamentos em alemão, inglês, francês, italiano e magyar, é claro. E, nas margens gramadas do lago, o *topless* era praticado com muita naturalidade por mulheres jovens, maduras e velhas, sem distinção.

Dáí para a fronteira iugoslava, pouco mais de cinquenta quilômetros, foi

um salto. Em Latenye, onde fica o posto fronteiriço, os guardas húngaros falavam espanhol, uma coincidência que não deve acontecer a todo momento.

PERIGO DE IMPLOÇÃO

Entramos na Iugoslávia através da Croácia, uma de suas seis repúblicas nacionais. No caminho para Zagreb, a capital croata, impressiona o verdadeiro *boom* de construções nas pequenas cidades atravessadas pela estrada. Pudemos constatar, depois, no restante da viagem, que essa febre de construção de moradias rurais se estendia a todo o país.

O padrão de vida dos camponeses é evidentemente alto e parece que as últimas safras deram bons resultados. Cruzamos com máquinas agrícolas de todos os tipos, na colheita e no transporte de produtos. As pilhas de melancias e abóboras à venda na beira das rodovias tornaram-se imagens constantes.

Na entrada de Zagreb, nos deparamos com uma carreata da União Democrática Croata, um movimento nacionalista que está ressuscitando não só a antiga bandeira monárquica, mas também vários dos lemas que levaram setores dessa nacionalidade a apoiar os nazistas durante a Segunda Guerra Mundial.

Cidade com jeito de metrópole, Zagreb é bem cuidada, apresenta uma vida econômica ativa e o gosto pelos bares com mesas ao ar livre. Aí se pode tomar tranquilamente um chope ou um café turco. Já a via expressa que liga Zagreb a Belgrado parece uma estrada implantada no deserto, pelo menos no verão. Apesar dos extensos milharais em ambos os lados das pistas, dos postos de serviços, inclusive acoplados a restaurantes (coisa rara no Leste Europeu), que se sucedem com boa regularidade, a estrada não possui nenhum *parking* com árvores que protejam do sol abrasador. Chegar a Belgrado é quase chegar a um oásis.

Mas, aí, o nacionalismo bate como uma pedrada. As placas das ruas são todas em cirílico, o alfabeto empregado pelos sérvios. Os idiomas eslavos (tcheco e polonês) e o magyar são difíceis, mas seu alfabeto latino ajuda pelo menos a orientação. Podíamos não saber o significado de Stare Miesto, Staro Mesto e Szabadsag hid, mas podíamos encontrar esses nomes nas plantas urbanas e placas. Com o alfabeto cirílico, o estrangeiro ambientado nas letras latinas vê-se diante de uma charada a decifrar, obrigando-se a aprender rapidamente a correspondência entre os dois alfabetos para não ficar completamente perdido.

Mesmo assim, Belgrado é uma cidade simpática, bem servida de transportes, bares, restaurantes, supermercados e lojas, inclusive as *duty free shops* com merca-

dorias estrangeiras. Os iugoslavos, em geral, são altos e andam bem vestidos. Os habitantes desse país, porém, não se consideram iugoslavos. Eles são eslovenos, croatas, sérvios, montenegrinos, macedônios, herzegovinos ou albaneses kosovinos e querem que a sua nacionalidade conste do passaporte, em lugar de iugoslavos.

Pior: eslovenos e croatas odeiam os sérvios e vice-versa. Carros de Belgrado (Sérvia) são apedrejados em Kosovo e os sérvios boicotam os produtos eslovenos. Antigas rixas étnicas tendem a desagregar esse país que seguiu um caminho socialista próprio, com base na autogestão e na descentralização nacional e cujos problemas econômicos não são dos mais graves.

É verdade que a hegemonia sérvia e a centralização política em questões-chaves, como segurança, defesa etc., na prática, reproduziram métodos empregados nos demais países socialistas. O democratismo exagerado nas unidades produtivas de autogestão, por outro lado, as impediu de se modernizar e responder às exigências impostas pelos próprios mecanismos de mercado adotados. Mas o que sobressai é a disputa nacionalista.

No caminho para a fronteira búlgara, passamos por Sarajevo (capital da Bósnia-Herzegovina), onde foi assassinado o arquiduque Francisco Ferdinando, da Áustria, crime que serviu de pretexto e estopim para a Primeira Guerra Mundial, em 1914. Visitamos o litoral do Mar Adriático, seguindo pela Jadranska Magistrala (Rodovia do Adriático) e passando por Dubrovnik e uma série de cidades à beira-mar com um movimento intenso de veranistas de todas as nacionalidades. O Festival de Verão de Dubrovnik transforma a antiga fortaleza do século VII numa festa permanente, com grupos musicais e de teatro apresentando-se nas praças, restaurantes e hotéis.

Para chegar a Kriva Palanka, perto da fronteira búlgara, foi preciso ainda passar por Titograd, capital de Montenegro, Pristina; capital da região albanesa de Kosovo; e Skopje, capital da Macedônia. Todas são cidades surpreendentemente modernas, com largas avenidas, prédios de linhas avançadas e grandes parques. Enquanto Montenegro é uma região montanhosa e acidentada (a estrada serpenteia quase todo o tempo por gargantas estreitas entre montanhas), Kosovo é um planalto fértil, com plantações que se sucedem e intensa atividade agrícola. Na Macedônia, voltamos a enfrentar acidentes geográficos, embora Skopje, reconstruída depois de um terremoto que a destruiu quase completamente, esteja num extenso planalto.

Na fronteira com a Bulgária, mais uma amostra das rivalidades nacionais que afetam esses povos. Os iugoslavos alegam que a região búlgara do Pirin pertence à Macedônia e incentivam movimentos separatistas. Os búlgaros reagem e transformam o controle no posto fronteiriço num demorado e exaustivo movimento de inspeção que reforça a postura burocrática dos agentes fronteiriços e aduaneiros.

A ESPERANÇA DO MERCADO SOCIAL

Excetuando o problema com a região do Pirin, a rigor, a Bulgária não enfrenta questões nacionalistas. Seus problemas são de outra ordem. Apesar de haverem introduzido mudanças econômicas que permitiram um certo desenvolvimento na década de oitenta, os dirigentes búlgaros teimaram na linha de crescimento prioritário da indústria pesada, que conduziu a construção de plantas industriais superiores à capacidade energética e de recursos primários do país. Além disso, deram pouca atenção à tecnologia de ponta e à reciclagem tecnológica de sua economia, criando gargalos em vários setores.

Mesmo assim, até 1989, a Bulgária não havia enfrentado problemas crônicos de abastecimento de produtos básicos para a vida da população. É verdade que havia dificuldades para conseguir bens de consumo duráveis, mas isso não se tornara ainda motivo de grandes reclamações. Porém, os acontecimentos políticos de 1989 (queda do antes todo poderoso Todor Jivcov, abertura ao pluripartidarismo, convocação de eleições livres para um novo parlamento constituinte) e as incertezas quanto às consequências da adoção da economia de mercado causaram uma verdadeira síndrome.

Acostumada aos preços estáveis e a uma demanda reprimida de muitos anos, o que lhe permitia uma razoável poupança doméstica (estimada por alguns economistas búlgaros como equivalente a toda a produção do país em um ano), a população passou a consumir tudo o que podia, independentemente de suas necessidades. Isso conduziu à escassez acentuada de uma série enorme de produtos. Quem viveu o Plano Cruzado no Brasil tem uma leve idéia do que se trata.

A pressão por reformas econômicas, sociais e políticas também se tornou irreversível na Bulgária. Como nos demais países do Leste Europeu, a miragem da opulência e do bem-estar da Europa central encheu os olhos da maioria dos búlgaros. Aproveitando o novo clima de liberdade, a oposição realizou uma campanha de vulto pelo retorno do capitalismo, dando destaque absoluto aos aspectos negativos do passado socialista.

Apesar de tudo, os comunistas búlgaros, que mudaram de nome e passaram a chamar-se socialistas, venceram as eleições por larga margem de votos. Levando vantagem por haverem dado início às reformas, tanto na sociedade quanto em seu próprio partido, mantiveram ainda um forte apelo junto à população por defenderem a introdução de mecanismos de mercado que não destruíssem as conquistas sociais. Até onde isso será possível não é fácil dizer, em particular, porque a dívida externa búlgara é muito pesada. De qualquer modo, não deixa de ser interessante verificar que as forças oposicionistas exageraram a dose e que a população reconheceu conquistas que não quer alienar. A esperança de um mercado social prevaleceu.

A Bulgária apresenta condições interessantes. Possui uma agricultura razoavelmente desenvolvida e estradas regulares. Algumas regiões microclimáticas permitem o cultivo especializado de uvas e rosas, cujas pétalas servem para a produção de perfumes. Os sítios arqueológicos, em que se encontram ruínas de antigas cidades trácias dos primórdios da humanidade no Ocidente, e o belo litoral do Mar Negro são muito favoráveis ao turismo. A arquitetura medieval de Veliko Tarnovo, no centro do país, contrasta com a modernidade de Varna, porto e região de veraneio do Mar Negro onde se encontram as famosas Areias Douradas (Zlatni Pjasaci), que combina praias de mar com fontes sulfurosas.

De qualquer modo, os búlgaros reconheciam que não será fácil reciclar a economia e abrir os gargalos que a sufocam. A indústria é obsoleta e poluidora (grande parte dos programas de televisão eram dedicados às denúncias de agressão ecológica) e os canais de abastecimento estão burocratizados. Todos reclamavam da mão-de-obra e dos salários incompatíveis com os preços internacionais, mas poucos reconheciam que os preços, muito baixos, também não estavam ajustados à paridade externa. Difícil também será a política. A oposição não aceitava a derrota (parece que para ela a democracia só existe quando os socialistas perdem) e tentava desestabilizar o novo governo. Mesmo assim, tínhamos a impressão de que os problemas búlgaros eram menores do que os da Romênia, para onde seguimos depois de deixar para trás a cidade de Ruse, à beira do Danúbio, e atravessar a ponte rodo-ferroviária que liga os dois países.

SOCIALISMO EXECRADO

O Danúbio, que nasce na Alemanha e atravessa parte da Tchecoslováquia, Áustria, Hungria e Iugoslávia, banhando capitais importantes como Viena, Budapeste e Belgrado, funciona como linha fronteira entre a Bulgária e a Romênia,

desembocando na costa do Mar Negro. Os postos fronteiriços de ambos os lados do rio são congestionados. Motivo: essa é a principal passagem dos romenos que se espalham pelos países da Europa e, voltando pela rodovia que liga a Turquia à Europa Central, trazem todo tipo de mercadoria para vender em Bucareste e outras cidades do país.

O caminho até Bucareste é razoável e a viagem, rápida. Bucareste mesmo tem jeito de metrópole. Seus prédios estavam razoavelmente conservados, embora os mais próximos da antiga sede do governo estivessem esburacados de balas de metralhadora ou incendiados, lembrando a revolta de dezembro de 1989. Os prédios de vários partidos políticos, de diferentes matizes ideológicas, das embaixadas e dos departamentos governamentais ainda se encontravam protegidas por guardas do exército, mas o movimento das pessoas nas ruas era tranquilo.

Na praça da Universidade – rebatizada Piata Tien An Men II –, bem no centro da cidade, reuniam-se permanentemente grupos anticomunistas para debater e manifestar-se. Havia escassez de tudo, embora nas zonas rurais e no litoral essa situação não fosse tão grave. As pessoas andavam permanentemente com sacolas nas mãos para aproveitar qualquer oportunidade de compra.

Na Romênia, talvez mais do que em qualquer outro país socialista do Leste Europeu, criou-se a cultura de ganhar sem precisar trabalhar. A frase que aparece comumente na imprensa ocidental para caracterizar esse sistema – “eles fingem que nos pagam e nós fingimos que trabalhamos” – é verdadeira somente em parte. Na realidade, o Estado garante a todos o pagamento, enquanto muitos nem sequer fingem trabalhar.

Além disso, também em maior grau do que as demais, a economia romena sofre de distorções estruturais sérias: superdimensionamento da indústria pesada, estatização exagerada de todos os ramos, subdimensionamento da indústria leve e canais de comercialização deficientes.

A maioria dos romenos concorda que essa economia necessita de reestruturação completa através da adoção de mecanismos de mercado. Uma parte não desprezível só vê salvação na ajuda ocidental, embora esta tenha ficado mais difícil do que nunca. O capital ocidental está voltado para outras áreas que lhe oferecem maiores oportunidades de lucros e a vitória da Frente de Salvação Nacional, acusada de ser a continuidade do regime comunista de Nicolau Ceausescu, retirou o pouco atrativo que ainda restava.

A estabilidade política continuava muito problemática, já que a oposição se

esforçava para derrubar de qualquer maneira o novo governo da Frente. Como na Bulgária, a oposição não aceitava os resultados democráticos das urnas. E, aproveitando-se de que socialismo e comunismo são palavras execradas pelos romenos médios, esforçavam-se para demonstrar que a Frente de Salvação Nacional é comunista e comparavam o novo presidente, Ion Iliescu, a Ceausescu.

Os romenos estavam às voltas também com as rivalidades nacionais, em especial com a minoria húngara da Transilvânia, terra natal do famoso Conde Drácula da história medieval. Somando quase 10% da população total da Romênia, os húngaros querem o direito de usar a própria língua nas escolas e universidades, ter imprensa própria e eleger seus próprios administradores. A coisa se complica porque eles vivem misturados aos romenos e, em várias cidades da região, são em menor número. Mesmo assim, o presidente da Hungria os declarou como parte daquele país, tornando as relações entre os dois países bastante tensas e agravando a situação interna da minoria húngara, acusada além de tudo de separatismo.

A impressão que nos ficou foi de uma situação de difícil solução. Ainda mais quando devolvemos o carro e tivemos que seguir para Moscou de avião, comprovando o caos do *check in* do aeroporto de Bucareste.

ONDE A PRÁTICA COMEÇOU

De Bucareste para Moscou, capital da União Soviética e também da República da Rússia, seguimos num jato da Aeroflot, a companhia estatal de aviação soviética. Os jatos são de linhas modernas, mas as poltronas e o serviço de bordo perdem para os da ponte aérea São Paulo/Rio. Descemos em Sheremetievo, um dos três aeroportos de Moscou, construído especialmente para as Olimpíadas de 1980.

De lá para o centro, são 25 quilômetros e, no caminho, se podem ver as linhas de defesa da capital durante a Segunda Guerra Mundial. A informação de que os nazistas estiveram às portas de Moscou não é força de expressão.

A União Soviética apresenta uma situação econômica crítica. Os soviéticos não foram capazes de transferir seus avanços tecnológicos das áreas espacial e militar (considerados segredos de Estado) para a indústria civil, em especial para a indústria de consumo de massa. Isso acabou rebatendo sobre o próprio ritmo de desenvolvimento tecnológico daqueles setores de ponta.

Por outro lado, criou-se uma tal psicologia social frente ao trabalho, fruto da alta centralização econômica e do sistema de pleno emprego adotado, que a produtividade do trabalho caiu brutalmente.

O desperdício por incúria e negligência ganhou dimensões de desastre, refletindo-se particularmente no abastecimento. Essa situação piorou, paradoxalmente, com a *perestroika*.

As filas, em especial a fila do McDonald's de Moscou e as filas para a compra de cigarros, eram a expressão mais evidente da estreiteza dos serviços oferecidos à população. E da escassez generalizada de produtos de consumo, obrigando os soviéticos a perderem horas e horas na procura do que precisam. Comprar bens de consumo duráveis, como eletrodomésticos, por exemplo, significa entrar em listas de espera que podem levar anos. Seria um engano, porém, situar levemente a União Soviética como uma potência de segunda. Grande parte de suas fábricas está obsoleta, seus canais de abastecimento estão entupidos, há ramos inteiros de fabricação de novos produtos que eles não possuem, mas a capacidade industrial soviética é muito grande. Seu corpo técnico é um dos maiores do mundo e eles alcançaram conquistas científicas e tecnológicas das quais nem a própria sociedade soviética tem noção, em virtude da compartimentação em que trabalhavam. Seu potencial para “dar a volta por cima” é incomensurável. Mas isso vai depender tanto das reformas econômicas quanto da unidade política de suas diferentes nacionalidades.

Aí reside outro dos pontos nevrálgicos da crise soviética: a crise da própria União, da federação de diversos países e povos que a compõem. Alguns estavam em guerra não declarada (armênios e azerbaijães) e todos elevaram ao máximo seus interesses nacionais particularistas. No Báltico (Estônia, Letônia e Lituânia), predomina um nacionalismo fanático; no Azerbaijão, Kirguísia e outras repúblicas soviéticas do Oriente, o fundamentalismo islâmico deitou raízes profundas; na Rússia, a maior das repúblicas e berço do antigo império tsarista, continua vivo e ativo o nunca superado nacionalismo grão-russo; na Ucrânia e Bielo-Rússia, está disseminado o nacionalismo anti-russo; e assim por diante. Do mesmo modo que a Iugoslávia, a União Soviética corre o perigo de desagregar-se em virtude das rivalidades nacionais.

Apesar de tudo, Moscou é mesmo uma metrópole, com as vantagens e desvantagens de qualquer uma. O Kremlin, a Catedral de São Basílio, a Praça Vermelha e o Mausoléu de Lênin (cujas filas de visita continuam extensas como sempre) são majestosos e representam bem as contradições desse país que tentou, pela primeira vez na história da sociedade humana, construir um novo caminho de relacionamento social e político.

Mas é em Leningrado, a segunda maior cidade da Federação Russa e berço da

Revolução de 1917, visitando os antigos palácios e igrejas do tsarismo, que se pode compreender porque o povo russo apelou para a violência e liquidou pelas armas o regime absolutista. A riqueza acumulada pelos antigos senhores do Império Russo, da qual só se vê uma parte, como amostra, deve ter se tornado um acinte insuportável à miséria e à fome dos operários e camponeses. A guerra entre as nações capitalistas da Europa somente levou ao paroxismo uma situação já por si insuportável.

É em Leningrado ainda que, visitando o memorial aos mortos da Segunda Guerra Mundial (a cidade resistiu ao cerco das tropas nazistas durante 900 dias e perdeu mais de um milhão de pessoas nos combates e por fome), tem-se a dimensão pungente do que representou para a União Soviética o esforço de guerra. Os 25 a 27 milhões de mortos significaram uma sangria de recursos humanos que nenhum outro país sofreu. Sua consequência para o desenvolvimento posterior da sociedade socialista é difícil de medir.

De toda a viagem, apesar da importância que as outras experiências do Leste Europeu representam para o futuro do socialismo, ficou a viva impressão de que mais uma vez a história reservou para a Rússia e as demais repúblicas soviéticas um papel predominante. Por isso mesmo, não deixou de ser um contraste terminar o roteiro pela pequena e até há pouco fechada Albânia.

ÁGUIA EM MUTAÇÃO

Realmente, é surpreendente sair da União Soviética, predominantemente urbana e industrializada, e descer no minúsculo aeroporto de Tirana, capital da Albânia, em plena zona rural. A capital desse país que se autodenomina das Águias, com cerca de trezentos mil habitantes, é uma aldeia grande onde a maioria da população anda a pé ou de bicicleta para escapar dos poucos ônibus (de fabricação francesa e alemã) superlotados. E que, como qualquer cidade rural, pode ver todos os dias grande parte da população passeando numa de suas avenidas mais largas, onde se encontra a Universidade.

A simpatia e a altivez são características contraditórias desse povo que tem uma história de mais de três mil anos, dois mil dos quais resistindo às invasões estrangeiras. Talvez isso explique em parte a síndrome que os levou a construir casamatas de concreto por toda parte.

A Albânia não aparenta viver uma crise econômica como os demais países socialistas, provavelmente por haver realizado uma industrialização mais de acordo com seus recursos naturais. A fome foi erradicada e o abastecimento de produtos

básicos parecia assegurado. Mas é verdade também que se trata de um país pobre e atrasado cuja economia não consegue atender a crescente demanda da sociedade por bens duráveis, maior variedade de artigos e melhores condições de desenvolvimento material e intelectual. A indústria é tecnologicamente obsoleta, os meios de transporte são velhos e de pequena capacidade e a indústria de bens de consumo vive ainda no período artesanal.

Além disso, como nos demais países, a população não mais aceita viver sob um regime fechado e monolítico. A democratização da vida social e política colocava-se cada vez mais como uma exigência que vinha sendo atendida, até então, de forma tímida e controlada pelos detentores do poder.

Ao criar uma população trabalhadora de nível técnico e cultural mais elevado e garantir a satisfação de suas necessidades básicas, a Albânia ingressou na mesma encruzilhada dos demais países socialistas da Europa. A alta centralização da propriedade e da gestão econômica pelo Estado não só multiplicou os entraves burocráticos e reforçou a ineficiência como desestimulou a iniciativa dos quadros técnicos e dos trabalhadores, fazendo crescer o fenômeno social de pretender ganhar sem trabalhar. Isto apesar de toda a pressão ideológica em contrário.

Ao contrário do que se supunha, porém, a Albânia não permanecia imune às mudanças. Pressionada pelos problemas de sua situação interna, que poderiam conduzir a médio prazo ao mesmo tipo de crise vivida pelos outros países socialistas europeus, e também pelos acontecimentos nesses países, o governo de Ramiz Alia deu início a um processo de mudanças que representa, na prática, uma guinada de 180 graus em tudo que os ideólogos do regime afirmavam até então e que se encontrava consagrado na Constituição do país.

As mudanças mais significativas na economia situavam-se na autonomia financeira e administrativa das empresas industriais e agrícolas, que passavam a atuar por autogestão, embora tendo uma parte de sua produção subordinada a obrigações com o Estado. Além disso, foi introduzido o direito de existência e atuação de pequenas empresas individuais e familiares no artesanato, comércio e serviços. Os investimentos e empréstimos estrangeiros, que antes eram considerados verdadeiros crimes de lesa-pátria, passaram a ser admitidos para permitir à Albânia absorver tecnologia de ponta.

Essas mudanças na área econômica estão sendo acompanhadas, de forma mais lenta, de uma série de mudanças na área política e da sociedade. Os próprios dirigentes albaneses chamam a essas mudanças de democratização. Liberdade re-

ligiosa, regeneração do sistema advocatício, eleição e não indicação de dirigentes das empresas e cooperativas, dos sindicatos e associações e maior liberdade para a disputa parlamentar são algumas das medidas de um processo que indica que a Águia está em mutação.

Os textos anteriores são um retrospecto sucinto das impressões de viagem, daquilo que foi possível ver e ouvir e também ler na imprensa durante os 86 dias, 62 dos quais de carro, que durou nossa travessia do muro derrubado. No final do livro, apresentamos, também, um breve retrospecto do que foi o processo histórico de formação daqueles países.

IDEOLOGIA DA ESCASSEZ

Em praticamente todos os países socialistas da Europa, nos deparamos com a escassez de bens. Não se trata da escassez que transparece nas filas à procura de produtos fabricados, em falta por um ou outro motivo. Na Alemanha Democrática, as filas não eram comuns antes da perspectiva da anexação monetária. Havia um abastecimento razoável de produtos agrícolas básicos e de artigos industriais de consumo. Na Tchecoslováquia, Hungria, Bulgária, Romênia e União Soviética esse tipo de escassez só veio a se manifestar há pouco tempo. A Polônia é talvez o único país do Leste Europeu onde tal problema se apresentava há mais tempo.

A rigor, em todos os países socialistas, os alimentos básicos e os artigos de consumo mais comuns sempre estiveram garantidos e a preços bastante baixos. Durante trinta anos ou mais, os preços se mantiveram, a bem dizer, congelados. O conjunto da população se alimentava razoavelmente bem, não havendo neste terreno discrepâncias significativas entre os diversos segmentos sociais. Roupas e agasalhos eram fabricados na medida das necessidades e o povo todo se vestia. Apesar das dificuldades, as exigências básicas de moradia eram atendidas, os alugueis jamais ultrapassavam 10% dos salários e o transporte de massa atendia razoavelmente bem e barato ao conjunto da população.

Pode-se dizer que as necessidades vitais de uma existência material digna foram asseguradas pelos países socialistas. Entretanto, o que parecia uma virtude, com o tempo, foi criando distorções sérias no funcionamento da economia e incidindo negativamente sobre o abastecimento até mesmo dos artigos básicos anteriormente assegurados. Um dos exemplos mais ilustrativos é o preço do pão. Mantido estável por várias décadas, tornou-se, com o tempo, mais barato do que o trigo com que era produzido, obrigando o Estado a subsidiar com somas cada

vez mais vultosas a produção desse cereal.

Mais barato do que a matéria-prima com que era produzido e até do que o farelo que restava como subproduto, o pão transformou-se em alimento para gado e porcos. Era bem mais rentável para os camponeses alimentar seus rebanhos desse modo, mesmo que essa irracionalidade econômica influísse negativamente sobre a produção de trigo e sobre o orçamento do Estado. O impressionante é que tal irracionalidade prolongou-se por muitos anos e ainda hoje seja difícil resolvê-la através da compatibilização dos preços e custos.

Evidentemente, isso ocorre porque o sistema salarial também foi paulatinamente tornando-se irracional. Durante muitos anos, o valor da força de trabalho cresceu consideravelmente em função da elevação de seu nível técnico e cultural, mas foi mantido artificialmente baixo, apesar de adequado aos preços vigentes dos artigos básicos de consumo. Assim, os salários não subiam ou subiam muito pouco, porque os preços eram baixos e estes eram baixos porque era preciso demonstrar ao mundo a superioridade do socialismo em garantir alimentos, roupas e moradia para toda a população. Mas como os custos não conseguiam manter-se estabilizados em vista de uma série enorme de fatores econômicos, inclusive pelos preços internacionais, o Estado era obrigado a subsidiar tudo isso, mesmo que de forma camuflada.

Nessas condições, tornava-se cada vez mais difícil investir em infra-estrutura, em produtos novos, em embalagens, em design. Ainda mais porque a diretriz estratégica era concentrar os investimentos na indústria pesada (aço, carvão, petróleo, máquinas industriais). O resultado, então, só poderia ser relegar a segundo plano a produção de bens de consumo durável, como geladeiras, televisores, carros, aparelhos elétrico-eletrônicos. Ou mesmo coisas bem mais simples, como papel sanitário de melhor qualidade.

À medida, porém, em que o atendimento das necessidades básicas se estendeu a toda a população, em que instrução e cultura atingiram as parcelas mais significativas da sociedade e em que, mal ou bem, elevava-se o padrão salarial, as necessidades sociais diversificaram-se, aumentando a pressão por aqueles bens. Esta se tornou tanto maior quanto mais avançavam os meios de comunicação modernos na exposição da revolução de consumo que se realizava nos Estados Unidos, Japão e Europa Ocidental. Para se ter uma idéia das mudanças ocorridas nos países do Leste Europeu no campo da instrução e comunicação, basta citar a União Soviética. Em 1939, para cada mil pessoas economicamente ativas, 110

tinham instrução média e treze, instrução superior; em 1987, essa relação havia subido para 764 pessoas com instrução média e 125 com superior. O número de pessoas com instrução abaixo da sétima série caíra de 877 para três por mil habitantes.

No mesmo período, a população urbana passou de 32,5% para 66,2%. E, de 1966 para 1986, o número de estações de TV cresceu de 275 para 7.401; o de televisores, de 5 milhões para 85 milhões; e o de aparelhos de rádio, de 59 milhões para 187 milhões. Mesmo considerando que esses números são proporcionalmente menores do que os dos países capitalistas avançados e de alguns outros países socialistas, é possível sentir o quanto as demandas sociais devem ter crescido em quantidade e complexidade.

Entretanto, em lugar de adotar medidas para superar os atrasos nessa área, inclusive observando o papel impulsionador que a indústria de consumo durável dos países capitalistas desempenhava para o desenvolvimento tecnológico da indústria pesada, a maioria dos países socialistas criou como justificativa a idéia de que a propriedade ou posse de bens duráveis era um luxo burguês a ser combatido. O ataque ao consumismo tornou-se uma ideologia de Estado, a ideologia da escassez, e chegou a contaminar os setores de esquerda em todo o mundo.

Atacava-se o capitalismo por produzir demais, inclusive supérfluos (o que é verdade), em lugar de atacá-lo por não permitir que toda a população tivesse acesso a essa produção, mesmo aos supérfluos. A incapacidade econômica em produzir de forma abundante a maior gama possível de bens de consumo passou a ser encoberta pela propaganda ideológica, na esperança de criar um padrão de consumo pretensamente racional e sem nada além do necessário.

Na maioria dos casos – excetuando-se talvez Hungria e Iugoslávia –, formaram-se sociedades de escassez, nas quais tudo que não era extremamente necessário era considerado luxo e supérfluo. Com isso, aguçou-se a demanda reprimida, a contradição entre o poder aquisitivo da população e a oferta de bens demandados pelas crescentes necessidades sociais.

Na União Soviética, por exemplo, apesar dos baixos salários nominais, o montante global das cadernetas de poupança da população cresceu 25 vezes entre 1960 e 1987, o que permitia a seus habitantes comprar a vista carros, geladeiras ou outros bens duráveis quando chegava sua vez na lista de espera.

A crise econômica atual dos países socialistas tem muito a ver com essa ideologia. É evidente que fatores como a compartimentação e a burocratização da

economia e da política, as idéias predominantes sobre a maneira de desenvolver e revolucionar as forças produtivas, o sistema rígido de garantir o pleno emprego etc. contribuíram para as dificuldades atuais. Mas não há dúvida de que, como produto dos processos revolucionários, criou-se nos países socialistas uma força social igualitária que pressionava contra qualquer processo que gerasse desigualdades. Carregada de virtudes ascéticas, essa força social formada principalmente pelos mais pobres, impunha um igualitarismo por baixo, opondo-se ao consumismo em todos os aspectos por tomá-lo como fruto exclusivo do capitalismo. Salários mais elevados eram considerados fontes de ambição; preços mais altos, fontes de desigualdade.

O resultado foi a adoção de uma política de subsídios, aberta ou disfarçada, que mantinha preços e salários artificialmente baixos. E o completo abandono de qualquer política que aproveitasse os aspectos positivos do consumismo para estimular a evolução da infra-estrutura de comunicações e transporte, modernizar as plantas industriais, desenvolver novas tecnologias, novos produtos e modelos e atender as novas demandas da população. O Estado todo-poderoso e monopolizador foi incapaz de suportar a carga que criou para si.

Com o tempo, a ideologia da escassez, predominante nos países socialistas da Europa, gerou uma reação contrária incontrolável. Em todos eles, os belos produtos das sociedades ocidentais de consumo são avidamente procurados, mesmo que sua qualidade e durabilidade sejam inferiores aos produtos fabricados no lado oriental. Entre a durabilidade de vinte anos de um Lada e a obsolescência programada de dez anos de um belo Nissan, mesmo mais caro, qualquer tcheco ou búlgaro vai preferir o Nissan.

É essa reação que pode levar as pessoas a permanecerem horas e horas em extensas filas para comprar uma camisa Benetton em Praga, um tênis Adidas em Budapeste, um sapato italiano em Bucareste. Ou, simplesmente, comer um hambúrguer com Coca-Cola no McDonald's, em Moscou.

ÓCIO PREMATURO

Os primeiros anos de construção socialista na União Soviética – praticamente o único país socialista entre 1917 e 1946, além da Mongólia Exterior – foram de participação intensa no trabalho. Por mais que sejam desconstruídos os relatos da época sobre as motivações e formas adotadas para obter essa participação dos trabalhadores, não há dúvida de que somente um esforço considerável da maioria

da população poderia arrancar o novo país dos soviéticos do atraso secular em que estava mergulhado. Depois desse esforço, viriam tempos melhores, comida, habitação, saúde e educação – este o sonho acalentado.

A guerra desencadeada pelos alemães em 1940 causou uma destruição sem paralelo. Reconstruir a União Soviética e os novos países que, de um modo ou de outro, tinham decidido trilhar o mesmo caminho socialista, exigiu novos e imensos esforços. As cidades, as indústrias, os campos, as igrejas, os museus, teatros – tudo foi reconstruído. Em alguns dos novos países socialistas, como a Bulgária e Albânia, seus povos tiveram a oportunidade, pela primeira vez em toda a sua história, de iniciar a industrialização de seus países e ter luz elétrica e ferrovias.

Todos os países socialistas da Europa experimentaram ritmos rápidos de crescimento econômico e melhoria das condições de vida de suas populações. Sem contar com qualquer programa de investimentos de países enriquecidos com a guerra (a Europa recebeu muitos milhões de dólares através do Plano Marshall, do governo americano, para seus programas de reconstrução econômica e social), os novos países socialistas conseguiram ombrear seu desenvolvimento econômico e social com os países europeus mais avançados, apresentando conquistas sociais mais adiantadas, mesmo tendo partido de condições históricas mais atrasadas.

Havia a expectativa de um crescimento contínuo da produção e da produtividade, permitindo aos cidadãos socialistas uma vida de bem-estar e de desenvolvimento pleno de suas condições intelectuais e participação na gestão produtiva, social e política. A utopia comunista da alta produtividade do trabalho, permitindo uma pequena jornada que liberaria os homens e mulheres para desenvolver sua formação cultural, científica e técnica no tempo livre, estava sempre colocada na propaganda do futuro feliz.

Na prática, as coisas se inverteram. A partir da década de sessenta, os ritmos de crescimento dos países socialistas da Europa foram cada vez menores, embora num ou noutro país tenham ocorrido ciclos de retomada. Na União Soviética, por exemplo, o crescimento do produto bruto da agricultura caiu de 3,9 % no período de 1966/70 para 1,1% no período 1981/85. O sistema econômico extremamente centralizado, o peso da burocracia e o monopólio do sistema político disseminavam o medo à repressão ideológica e política, mas foram incapazes de criar um mecanismo de disciplina e emulação no trabalho que de longe se iguasse ao tacão de ferro capitalista representado pela ameaça da demissão. Ao contrário, associados ao sistema vigente de emprego vitalício, castravam a liberdade e as iniciativas individuais. Nes-

sas condições, foi se enraizando um clima de indiferença pelo trabalho e pela vida social e política. Criou-se um clima de “lixação geral”, “todos se lixando para tudo”, como se diz popularmente em alguns daqueles países. Há inúmeras estatísticas e estudos sociológicos demonstrando que o absenteísmo ao trabalho atinge cifras altíssimas, causando prejuízos consideráveis à produção. A morosidade no trabalho tornou-se proverbial e os casos de negligência chegaram a causar desastres como o de Chernobyl, na Ucrânia Soviética.

Calcula-se que 20% do cimento e 25% da produção agrícola são perdidos todos os anos por falta de profissionalismo, inoperância e outras manifestações de desinteresse pelo trabalho na União Soviética. Cifras idênticas podem ser encontradas nos demais países do Leste.

Há muitos dados que comprovam essa situação, referentes ao gasto improdutivo da força de trabalho, ao uso somente parcial da potencialidade dos trabalhadores, técnicos e cientistas, ao descaso e demora na instalação de novos equipamentos, ao desperdício de materiais e assim por diante. Ao lado disso e agravando a situação, a moralidade social entrou num perigoso plano inclinado. Na União Soviética, o alcoolismo transformou-se numa grave doença social, obrigando o governo a decretar uma lei seca. Na Romênia, a corrupção atingiu indistintamente a todos os segmentos sociais, degradando trabalhadores e funcionários governamentais e partidários. Formaram-se sistemas intrincados de corrupção, de relações econômicas camufladas ou obscuras sem as quais, inclusive, a situação da economia de comando estaria pior.

Todo mundo tinha garantido seu emprego, mas as pessoas eram designadas para funções que, em geral, não haviam escolhido e para as quais não tinham qualquer estímulo. Os salários dos técnicos e engenheiros muitas vezes eram mais baixos do que os dos operários manuais, induzindo-os a guardar seus diplomas na gaveta e trabalhar diretamente na produção. Ficavam livres das responsabilidades e obtinham maior remuneração. Além disso, os salários de cada categoria eram iguados independentemente da assiduidade, produtividade e qualidade do serviço efetuado.

Como resultado, criou-se uma mentalidade em que ninguém tinha interesse no avanço técnico, já que o trabalho manual era mais valorizado; ninguém tinha estímulo para aumentar a produção, as vendas ou serviços, pois o salário continuava o mesmo qualquer que fosse o resultado. Alguns ainda recebiam medalhas por méritos no trabalho (ou por adequar-se ao sistema burocrático), mas, em ge-

ral, tanto fazia trabalhar mal ou bem. No fim do mês, o salário vinha de um modo ou de outro.

Estabeleceu-se, assim, a cultura de contentar-se com um salário relativamente baixo, mas, ao mesmo tempo, trabalhar o mínimo possível ou simplesmente não trabalhar, aproveitando o tempo em lazer e outras atividades particulares. Em outras palavras, ganhar fingindo trabalhar ou simplesmente não trabalhando. Estabeleceu-se o ócio prematuro, sem que a produtividade tivesse condições de atender a todas as necessidades sociais e sem que as condições para desenvolver plenamente a cultura e o lazer estivessem dadas.

OBSOLETISMO TECNOLÓGICO

A indústria automobilística é, provavelmente, o exemplo mais evidente do obsoletismo tecnológico dos países socialistas. O carro Trabant, fabricado na Alemanha Democrática, tornou-se símbolo do atraso, da falta de eficiência e da ausência de inovações técnicas. Foi ridicularizado não só por ser barulhento e poluidor, mas também por seu design, que lembra alguns modelos ocidentais da década de cinquenta.

É possível comprovar a defasagem tecnológica, e não só nos modelos de outras marcas de carros, ônibus e caminhões produzidos nos diversos países socialistas (embora haja exceções significativas, como o ônibus Icarus, húngaro, e alguns modelos mais recentes do Skoda, tcheco, e do Lada, soviético), é principalmente nos equipamentos e máquinas industriais, na qualidade dos produtos dos diversos ramos produtivos, assim como na maioria dos serviços, que se pode comprovar essa defasagem. Em muitos deles, a tecnologia mais recente, trazida pela informatização, nem mesmo chegou. Dessa forma, não é desprovida de certa base a insistência da propaganda ocidental em afirmar que o socialismo jamais foi capaz de manter um avanço constante da tecnologia. Mas, como sempre, o Ocidente capitalista utiliza uma meia-verdade para enganar a todos. Na realidade, o tão ridicularizado Trabant, além de comparar-se a modelos ocidentais da década de cinquenta, pode ser comparado a alguns modelos mais baratos que a Fiat vende, ainda hoje, no Leste e em outros países.

Na verdade, também, até o final da década de cinquenta e início da década de sessenta, a União Soviética estava levemente empatada ou um pouco a frente na corrida tecnológica – foi a primeira a colocar um satélite em volta da Terra (Sputnik) e enviar um homem ao espaço (Gagarin). Nesse mesmo período, a Ale-

manha Democrática realizou seu próprio milagre econômico, acompanhando de perto o desenvolvimento da Alemanha Federal.

Na época, a maior parte das destruições causadas pela guerra havia sido reparada. Os parques industriais e a agricultura, assim como as cidades, encontravam-se reconstruídas. O padrão médio de vida da população dos países socialistas era igual ou superior ao de alguns países avançados da Europa, com a vantagem de que não havia desemprego, nem grandes desníveis sociais.

A agricultura, apresentada como outro fracasso do socialismo existente nos países do Leste, também alcançou um desenvolvimento rápido. Até o final da década de cinquenta, as safras foram crescentes e atendiam as demandas básicas de suas populações. Ainda hoje, apesar de todos os problemas, a agricultura de alguns países apresenta altos índices de produtividade. Na Hungria, por exemplo, a média da produção de trigo (4.504 kg/ha) é quase o dobro da média mundial (2.312 kg/ha), o mesmo ocorrendo em relação ao milho e outros cultivos. Há mais de vinte anos, a Hungria não sofre qualquer tipo de escassez de alimentos. Agora, porém, enfrenta problemas com a comercialização interna, em virtude da queda do poder aquisitivo da população, e com o mercado externo, em vista do protecionismo agrícola dos países da Comunidade Econômica Européia.

A partir do início da década de sessenta, os países socialistas começaram a perder a corrida tecnológica. Suas plantas industriais foram se tornando obsoletas por falta de introdução de inovações técnicas e de criação de novas máquinas e equipamentos, mais modernos e produtivos. Em certa medida, salvaram-se dessa situação as indústrias espacial e bélica, aliás, intimamente associadas. A Alemanha Democrática, por exemplo, desenvolveu a microeletrônica para fazer frente à proibição da exportação dos artigos dessa indústria pelos países da OTAN.

Aqui, como no estabelecimento do ócio prematuro, agiram quase os mesmos fatores. O modelo de pleno emprego adotado representava um entrave permanente à introdução de inovações tecnológicas. Não se pode esquecer que, qualquer que seja o sistema social e político, a adoção de novas tecnologias, de equipamentos modernos e mais produtivos, representa sempre liberação de mão-de-obra. Além disso, o sistema salarial premiava o trabalho manual e as empresas que possuíam maior volume de capital variável (relativo aos salários), desestimulando o avanço técnico.

O descaso pela produção de bens de consumo duráveis também conduziu ao descaso pela produção de projetos e máquinas capazes de produzi-los. Hoje, os

países socialistas da Europa, em geral, não têm condições de produzir uma série de bens duráveis pelo simples fato de que não desenvolveram as máquinas necessárias. O caso da União Soviética, detentora de uma alta tecnologia de ponta no setor espacial e militar, é mais paradoxal: foram incapazes de transferir para a vida cotidiana suas conquistas tecnológicas e científicas, ao contrário dos países capitalistas.

Calcula-se que os soviéticos levam dez a quinze anos para transformar em tecnologia os estudos e pesquisas de seus cientistas, ao contrário dos países capitalistas avançados, que demoram de dois a cinco anos. Aliás, conta-se a história de um empresário japonês que ficou rico traduzindo os trabalhos científicos soviéticos e vendendo sugestões de aplicação tecnológica para as indústrias ocidentais e do Japão.

Aquelas diretrizes estratégicas, que impediram os planejadores socialistas de compreender o papel da indústria de consumo de massa para o constante desenvolvimento tecnológico, acabaram se corporificando numa economia de comando, na qual as empresas recebiam índices econômicos a cumprir (cota de inversões, cota de material e cota de produção). Para realizá-los, as empresas recebiam os recursos financeiros correspondentes (verbas ou fundos), vinculados de forma centralizada a alguns fornecedores. Toda a produção era entregue, de forma centralizada, aos órgãos de distribuição e comercialização indicados. O resultado das vendas da produção, das quais a empresa se encontrava completamente desvinculada, voltava teoricamente para os cofres do Estado, incorporando-se ao orçamento.

Teoricamente, pois, os órgãos de planejamento sabiam exatamente todas as necessidades da população, determinando o que produzir, onde produzir e onde entregar, de modo a satisfazê-las. Alcançadas essas metas quantitativas, teoricamente toda a produção se supunha vendida, com o retorno financeiro correspondente ao orçamento estatal para o financiamento da produção ampliada do próximo ano. As novas metas aumentadas eram determinadas a partir do obtido no ano anterior. Não havia pesquisas quanto às necessidades reais de consumo produtivo e improdutivo e menos ainda quanto às preferências. Os preços eram estabelecidos conforme critérios de custo estabelecidos centralmente. Na prática, as coisas entortavam. A União Soviética, por exemplo, apesar de tudo que se fala, produz mais de vinte milhões de tipos de produtos. Como é possível a um aparato burocrático, ainda longe de estar informatizado, ter um quadro preciso das neces-

sidades quanto a esses produtos? Por outro lado, mesmo quando as empresas detectavam a demanda de novos artigos, elas não podiam se aventurar em sua produção. Isso colocava em perigo o cumprimento do plano de metas, exigindo muito esforço, novos custos e modificações. Para realizar qualquer melhoria técnica, era necessário conseguir a verba correspondente do ministério ou órgão responsável, o que de imediato representava um obstáculo difícil de superar.

Depois, o fornecimento de fundos e materiais nem sempre funcionava como o previsto, o que também colocava em perigo o cumprimento do plano. Os diretores tinham que decidir-se entre ficar obedientes ao controle oficial, fazendo perigar sua reputação e sua carreira se as metas não fossem atingidas, ou negociar com os planejadores as novas metas com base na produção do ano anterior. Isso lhes permitia alcançar as quantidades sem mudanças nas máquinas, equipamentos e organização da produção. Foram se estabelecendo, assim, relações de acordo e negociação entre o planejamento central e as empresas produtoras. Isto introduziu uma certa flexibilidade na economia de comando anteriormente praticada.

Por outro lado, essas modificações na economia de comando tinham limites e nem sempre os diretores conseguiam estabelecer metas mais realistas e resolver os gargalos no fornecimento de mão-de-obra e materiais. Isso os levou a embrenhar-se por relações camufladas ou obscuras com outros diretores, não fixadas pelo controle oficial, para trocar entre si materiais por materiais ou mão-de-obra, de modo a cumprir os planos estabelecidos para suas empresas.

Com o tempo, tanto as relações de acordo e negociação quanto as relações obscuras ou camufladas entre diretores de empresas, e entre estes e os burocratas dos órgãos estatais responsáveis por controlá-los, foram se transformando nas relações econômicas predominantes nos países socialistas europeus, substituindo em grande medida a economia de comando que, teoricamente, continuava vigorando.

Esse novo tipo de relações econômicas não modificou a estrutura produtiva existente nem superou seus principais gargalos no sentido de atender as demandas sociais. O sistema baseado nas metas obrigatórias prescritas nos planos econômicos continuou com toda a sua força. Mesmo na Hungria, onde esse sistema foi formalmente suprimido em 1968, as disposições e normas que regulavam a atividade das empresas continuaram sendo ditadas pelo planejamento central, ensejando também lá o desenvolvimento da economia de acordo e negociação. O que esse novo sistema criou foram mecanismos que ajudavam a camuflar a falência do

sistema de economia absolutamente centralizada e que possibilitaram a criação, em maior ou menor escala, dependendo de cada país, de segmentos sociais que passaram a enriquecer através do desvio de uma parte dos recursos da economia obscura para proveito próprio.

Uma prática comum nesse sistema era o registro fictício de parte do produto acabado como refugio e sua troca com empresas intermediárias (fornecedores de matérias-primas, mão-de-obra qualificada e peças sobressalentes). Criou-se uma ética própria entre diretores de empresas e membros do aparelho estatal e partidário, já que os acordos eram verbais, para garantir uma ação que estava nos limites do código penal.

A ironia do caso é que, sem a evolução da economia de comando para esse tipo de economia de acordos e negociação (camuflada ou obscura), o sistema de planejamento obrigatório teria ruído há mais tempo.

Outro ponto entravado naquela teoria era a suposição de que todos os artigos produzidos seriam vendidos. Em primeiro lugar, como o importante para o sistema era a quantidade produzida, o controle de qualidade foi paulatinamente se deteriorando e boa parte da produção era refugada. Depois, para a empresa, tanto fazia que os artigos fossem vendidos ou não: desde que os entregara para a empresa comercial indicada para a comercialização, a responsabilidade passara a ser desta, que também repassava para as lojas e centros de venda. Aí já se tornava quase impossível qualquer controle sobre os resultados finais do processo, diluindo-se as atribuições e retornando ao Estado somente uma parte dos recursos financeiros. Era inevitável, assim, que a carga financeira do Estado socialista se tornasse insuportável, gerando a crise hoje vivida pela maioria dos países do Leste.

O sistema que dava prioridade exclusiva à indústria pesada e funcionava segundo metas quantitativas teria que acabar desembocando, sem dúvida, num processo de deformação da matriz produtiva e de entrave aos avanços tecnológicos. Os ramos espacial e militar só se salvaram daquele círculo vicioso porque eram obrigados a competir diretamente com os concorrentes estrangeiros, tomar a qualidade e não a quantidade como critério principal e oferecer condições de trabalho e de vida a seus técnicos e trabalhadores qualificados que mantivessem seu permanente interesse no trabalho e nas inovações tecnológicas. Eram condições que diferiam radicalmente daquelas existentes no conjunto da economia dos países socialistas. Por outro lado, a autarquia desses setores e os imensos investimentos que absorviam, conduziram, em geral, a uma repartição desigual dos

recursos econômicos e contribuíram para acentuar o obsolescência do restante do parque industrial.

O desenvolvimento da microeletrônica na Alemanha Democrática, por exemplo, ocorreu às expensas do desenvolvimento da construção naval, indústria ótica e farmacêutica e de outros setores para os quais o país tinha maiores condições.

Na Hungria, não havia sentido investir uma elevada proporção do orçamento na siderurgia: ela não conta com jazidas de ferro, sendo mais correto destinar investimentos a ramos em que os húngaros possuem tradição e prestígio internacional, como eletrotécnica, têxtil, couro, peleteria e agricultura. Na Romênia, Bulgária e Polônia, ocorreram situações idênticas.

O direcionamento dos recursos para alguns poucos setores industriais teve reflexos negativos particularmente na agricultura de vários dos países socialistas, embora de forma diferenciada. Na Hungria, Alemanha Democrática, Tchecoslováquia e Iugoslávia, a produção agrícola continuou mantendo um padrão relativamente elevado de produtividade e avanço tecnológico, mas não conseguiu se expandir de forma consistente.

Na Bulgária e Albânia, a agricultura não conseguiu avançar, embora tenha mantido o suprimento alimentar da população em níveis razoáveis. Na Polônia, os agricultores enfrentaram crises permanentes. De uma certa maneira, em todos os países socialistas, ocorreu uma certa degradação do solo em virtude do uso abusivo de máquinas nem sempre adaptadas e doses excessivas de substâncias químicas e pesticidas.

Mas foi na URSS que aconteceu a deterioração mais intensa: 43 milhões de hectares de terrenos úteis e 22 milhões de hectares de terra de cultivo foram degradadas nos últimos 25 anos, transformando o país de auto-suficiente em importador de trigo.

POLARIZAÇÃO SOCIAL

É um fato que, durante muito tempo, a diferenciação social nos países socialistas do Leste não foi acentuada. As discrepâncias salariais e de renda haviam sido encurtadas e o fosso social antes existente fora, em geral, aplainado. Os operários urbanos recebiam, além do salário, víveres com base nos cartões de racionamento, escola e assistência médica gratuita. Antes de 1950, os cartões de racionamento foram abolidos, mas a complementação com víveres continuou como prática comum

em vários países.

A situação dos camponeses variava de país para país, mas, em geral, foram eles que financiaram, através de mecanismos diversificados de transferência da renda agrícola para a indústria, o processo de industrialização da União Soviética e dos países libertados após a Segunda Guerra Mundial, assim como o reerguimento posterior àquela guerra.

Nos países em que a coletivização da agricultura avançou mais, os camponeses coletivizados em cooperativas ou granjas estatais acabaram por transformar-se em operários agrícolas com um sistema de ganho idêntico ao dos operários urbanos.

Engenheiros, técnicos e outras especialidades relacionadas diretamente com o sistema produtivo, em muitos casos, recebiam ganhos inferiores aos operários manuais, sentindo-se marginalizados e frustrados por haverem estudado e não terem sua potencialidade e seu conhecimento aproveitados.

Por outro lado, a chamada *nomenklatura*, formada pela oficialidade superior das forças armadas, altos funcionários do PC e dos órgãos estatais, diretores de empresas, professores titulados, escritores, artistas, compositores, cineastas e especialidades assemelhadas, além dos salários mais altos, passaram a ser agraciados com acesso mais fácil a moradias e casas de campo, recebiam automóveis de serviço e eram atendidos por uma rede de policlínicas, hotéis de descanso e canais especiais para a compra de gêneros.

Os canais especiais de abastecimento forneciam mercadorias de alta qualidade, inclusive importados, a preços reduzidos, tanto para os membros da *nomenklatura* quanto para os grupos de trabalhadores que, por mérito ou outro critério qualquer, alcançassem o direito de ter acesso às lojas especiais. Esses canais funcionavam independentemente da oferta geral da produção, tendo garantido o seu fluxo de mercadorias através de diversos mecanismos extra-econômicos. Com isso, formou-se e consolidou-se uma elite social cuja situação podia melhorar independentemente da situação geral da população ou mesmo quando esta piorasse.

Os empregados no comércio, na alimentação e nos serviços públicos, por sua vez, diante da escassez crônica de diversos bens, da existência dos canais especiais de abastecimento e de métodos utilizados pelos diretores de empresas para compensar as falhas dos mecanismos centrais de fornecimento, passaram a usar diferentes formas de obtenção de altas rendas, seja através da especulação, seja do roubo explícito. Formou-se, desse modo, uma camada social com padrão mais alto de vida, com acesso a automóveis, instrumentos musicais modernos e roupas da moda.

Essas camadas criaram interesses próprios a partir dos próprios mecanismos de produção e distribuição altamente centralizados. Mais do que isso, inclusive, porque os sistemas ilegais que passaram a empregar tornaram-se necessários para compensar os defeitos existentes nas matrizes de produção e distribuição.

Com o tempo, houve uma fusão gradual entre os praticantes da economia obscura (diretores de empresa, em especial) com a elite comercial e com a parte corrompida do aparelho de Estado e do PC. Na União Soviética, em particular, criaram-se verdadeiras máfias resultantes dessa fusão, como se viu no escândalo envolvendo toda a alta cúpula dirigente da República do Usbesquistão e o genro de Leonid Brejnev.

Hoje é possível detectar, em praticamente todos os países socialistas do Leste Europeu, grupos sociais distintos com rendas bastantes diferenciadas. Embora os trabalhadores manuais continuem tendo asseguradas diversas conquistas sociais (escola e assistência médica gratuitas, transportes e alimentos de primeira necessidade subsidiados), sua situação tem piorado, havendo se formado uma camada de pobres.

A introdução dos mecanismos de mercado, com o consequente aparecimento do desemprego, está ampliando essa camada em todos os países da Europa Oriental. Na ex-Alemanha Democrática, calcula-se que o número de desempregados chegará a 6 milhões, mais de um terço da população, enquanto, na União Soviética, estima-se que o número de pobres chegue a 80 milhões, dos quais 12 milhões devem ficar sem emprego nos próximos anos.

Em contraposição, muitos dos antigos privilegiados da elite econômica e social estão se reciclando rapidamente e transformando-se em empresários legalmente estabelecidos com o beneplácito dos novos mecanismos de mercado. O governo soviético, há pouco, anistiou todas as pessoas que fizeram fortuna por meios não ligados ao próprio trabalho. Segundo os cálculos mais modestos, isso liberou 150 mil milionários a aplicar suas fortunas em atividades produtivas. Na Hungria, Polônia e demais países, florescem os novos empresários como setor social abastado. Assim, por vários motivos, o processo de diferenciação, que começou mesmo no período anterior, está servindo de base para um processo ainda mais intenso de polarização social com a entrada em vigor dos chamados mecanismos de mercado.

Os mesmos segmentos que colocaram a máquina estatal a seu serviço, criando e aprofundando os desequilíbrios econômicos, aproveitam-se agora desses desequilíbrios para consolidar sua posição econômica e política.

DISCÓRDIAS

Muitos dos problemas que hoje afloram com força no socialismo do Leste Europeu, há longa data, eram objeto de discussão. Entretanto, as discórdias nacionais e religiosas não apareciam de modo claro nem fortemente. Vez por outra, falava-se de populações nacionalmente minoritárias que, durante a Segunda Guerra Mundial, haviam sido transferidas de modo forçado para outras regiões. E discutia-se a falta de liberdade religiosa na maioria daqueles países. Mas, em geral, predominava a suposição de que as discórdias étnicas e religiosas haviam sido superadas.

Pareciam coisa do passado os choques sangrentos entre as nacionalidades do Império Russo, açulados pelo absolutismo tsarista. Ou os *progroms* contra os judeus na Polônia, Hungria e outros países. O desenvolvimento econômico e cultural das regiões pertencentes às antigas nacionalidades minoritárias faziam supor que as rivalidades e discórdias entre elas, seja a pretexto de problemas territoriais, seja por motivação religiosa, estavam definitivamente sepultadas.

Anos e anos de intensa propaganda sobre o internacionalismo proletário e a amizade eterna então existente entre as diversas nacionalidades e religiões que povoavam o leste da Europa nem de longe deixavam supor que aquelas discórdias e rivalidades, algumas seculares ou milenares, permaneciam vivas. Tinham se mantido inertes durante anos e anos, não tanto pela absorção de uma nova cultura e um novo humanismo, mas fundamentalmente pela coerção do Estado.

Assim, logo que tiveram a oportunidade de se expressar livremente, os sentimentos e recalques nacionalistas e religiosos dos mais diferentes tipos explodiram de modo desordenado e com uma fúria inusitada.

Nos países bálticos (Letônia, Estônia e Lituânia), veio à tona um secular ódio anti-russo, misturado ao anti-sovietismo e ao anticomunismo. O mesmo ódio que levou parcelas significativas da população daqueles países a apoiar o nazismo na guerra contra os soviéticos, na década de quarenta.

Nas repúblicas asiáticas da União Soviética, explodiu a guerra entre armênios e azerbaijães e inúmeros choques étnicos envolvendo georgianos, kirguises, moldávios, usbeques e outras nacionalidades, onde se misturaram discórdias religiosas e pretensões territoriais. Como um rastilho de pólvora, as repúblicas da União Soviética clamam por independência, colocando em xeque o estatuto federativo até então vigente e abrindo a perspectiva da implosão do território soviético em inúmeros países independentes entre si.

O mesmo ocorre na Iugoslávia, onde a antiga federação corre o risco de de-

sintegrar-se. Romênia e Hungria se atritam por causa da Transilvânia, enquanto os poloneses preocupam-se com o renascimento de prováveis pretensões alemãs sobre os Sudetos. Eslovacos, boêmios e morávios, por sua vez, digladiam-se e também tornam incerto o futuro multinacional da Tchecoslováquia (cujo nome, segundo a nova Constituição do país, deve ser grafado Checo e Eslováquia, demonstrando a igualdade entre as duas nacionalidades. Mantivemos neste texto a grafia anterior).

Nos países socialistas do Leste Europeu, parece predominar uma tendência desagregadora, que se manifesta através dessas discórdias nacionais e religiosas. Mesmo problemas que não ganham muito espaço na imprensa ocidental funcionam como corrosivos sociais e políticos de grande poder destrutivo. Cresce, por exemplo, a animosidade dos russos, checos, poloneses, húngaros e alemães-orientais contra os vietnamitas. Do mesmo modo que nos países ocidentais, onde os trabalhos sujos e pesados passaram a ser executados por turcos, africanos e árabes, nos países da Europa Oriental, foram os vietnamitas que forneceram esse tipo de mão-de-obra. Com a crise, passaram a ser malvistas e atacados, sendo particularmente acusados pelo tráfico de moedas estrangeiras e pelo contrabando.

Ciganos constituem outra parcela da população de diversos países socialistas da Europa, que costuma ser apontada como responsável por uma série de problemas e distúrbios. Quando ocorreram choques entre romenos e húngaros em algumas cidades da Transilvânia (Romênia), vários ciganos foram presos como agentes provocadores e responsáveis pelos acontecimentos. Em localidades da Tchecoslováquia e Hungria, ocorreram situações idênticas.

O crescimento do islamismo em várias repúblicas da União Soviética, e também em países como Albânia, Bulgária e Hungria, cria animosidades com os cristãos (ortodoxos, católicos e protestantes) e judeus. A guerra entre armênios e azerbaijãos tem o manto do choque entre cristãos e muçulmanos, do mesmo modo que os húngaros da Transilvânia invocam sua fé protestante para explicar reais ou imaginárias perseguições dos romenos católicos.

A FICÇÃO DEMOCRÁTICA

Em todos os países do Leste Europeu, vigoravam as chamadas democracias proletárias ou democracias populares. Teoricamente, isso consistia na mais ampla democracia para a maioria do povo (os trabalhadores) e, na ditadura, para a minoria de antigos exploradores e dominadores.

É verdade que houve uma ampliação da democracia econômica e política

nesses países, comparativamente ao que antes existia. As novas diferenciações econômicas e sociais, que se criaram posteriormente, nem de longe podem ser comparadas ao fosso que separava os camponeses dos latifundiários e *kulaks*, os operários dos patrões e técnicos, e o povo em geral da aristocracia.

A participação na renda nacional se democratizou em grande escala, embora de forma incompleta e apresentando novas polarizações em anos mais recentes. O acesso aos serviços sociais, como educação, saúde e moradia, ampliou-se consideravelmente.

Os países socialistas do Leste Europeu desenvolveram, de forma antes desconhecida por seus povos, o número de escolas, em seus diferentes graus, e elevaram a um novo patamar o nível geral de instrução da população. O analfabetismo foi eliminado da maioria desses países e multiplicaram-se as universidades e centros de ensino superior.

Em contraposição a isso, em lugar de ampliar os mecanismos de crítica e participação popular e a democracia de base que vigorou durante os processos de transformação revolucionária, os países socialistas da Europa acabaram por reproduzir formas de autoritarismo, totalitarismo e absolutismo que sempre foram tão pródigos naqueles países em seu passado. A pretexto de precaver-se contra os ataques e sabotagens capitalistas – que não eram paranóias, ao contrário do que supõem alguns –, os Estados socialistas acentuaram a centralização política e restringiram os mecanismos de participação popular. Na prática, estabeleceu-se a ditadura de um partido ou de um grupo sobre o conjunto da população, confundindo-se como inimigos burgueses todos aqueles que ousavam criticar as medidas dos dirigentes do Estado. Na Romênia, essa distorção chegou ao ponto máximo com a ditadura de Ceausescu e seu grupo familiar sobre o próprio partido comunista, sobre o Estado e o país.

Mesmo nos países socialistas em que formalmente inexistia o sistema de partido único, vigente na União Soviética, na prática, somente o partido comunista ou seu sucedâneo decidia tudo. Na Alemanha Democrática, tinham vida legal os partidos democrata-cristão e agrário e, na Bulgária, o partido agrário participava da coligação governamental, mas, na realidade, havia o monopólio do poder por um único partido, monopólio que era retratado na Constituição pelo artigo que estabelecia o papel dirigente desse partido.

Em praticamente todos os países socialistas europeus, a implantação desse sistema ocorreu através da eliminação de outros partidos, da incorporação força-

da dos social-democratas no partido comunista, pela extinção das comissões de fábrica e sua substituição por comissões sindicais e pelo desencadeamento de algum tipo de perseguição e repressão contra setores sociais e políticos suspeitos. O regime se fechou a críticas e mudanças.

Os partidos dirigentes, em geral, passaram a constituir-se como Estado ou órgão administrativo de controle do Estado. Cada ministério ou órgão estatal tinha um departamento correspondente na direção central do partido, sem a aprovação do qual nenhum ministro ou funcionário de alto escalão do governo poderia tomar medidas. Essa dupla estrutura reproduzia-se em todos os escalões e níveis, criando uma intrincada malha burocrática. Mesmo partidos que possuíam uma tradição de luta política transformaram-se em órgãos administrativos desligados da vida do povo e do fluxo real das aspirações e reivindicações econômicas, sociais e políticas da sociedade. Na prática, o partido foi assimilado pelo Estado, tornando-se um órgão auxiliar deste.

Nessas condições, é até natural que o partido-Estado ou o Estado-partido qualificasse como “calúnia à realidade” e portador de erros metodológicos e influências burguesas qualquer trabalho ou pesquisa que apontasse a existência de distorções ou problemas na sociedade socialista. E quanto pior era a situação em tal ou qual setor, mais se ampliavam as zonas fechadas a informação e mais graves se tornavam os ataques e as perseguições aos que ousassem trazer a verdade a luz do dia. O caso do meio ambiente na Alemanha Democrática, transformado em segredo de Estado, é um dos mais aberrantes e significativos.

Ao criar uma população instruída e com nível cultural, os Estados socialistas estavam aprofundando, porém, uma contradição antagônica ao seu regime fechado, mesmo que este fosse um despotismo esclarecido do tipo Kadar, que governou a Hungria entre 1956 e 1988. Quanto maior o nível de instrução e cultura de um povo, maior devem ser os mecanismos de participação e crítica democrática. Caso contrário, particularmente quando a economia enfrenta problemas, tornam-se inevitáveis as explosões populares como as ocorridas em 1989 nos países do Leste Europeu.

A negação da história

O diagnóstico da situação atual, pintado em cores mais ou menos sombrias nas páginas anteriores e aceito por quase todos os que lidam com a questão do socialismo, encontra explicações variadas. A mais comum é a pura e simples negação da história, com o esquecimento do que era o império tsarista e o resto do mundo antes de 1917.

Por isso, uma das críticas mais ouvidas é a de que o socialismo foi um desastre completo, não havendo acrescentado nada às sociedades onde se implantou. A memória se encurta ou é simplesmente apagada quanto às condições históricas em que tal socialismo se implantou como realidade e as resistências que teve que vencer para chegar ao ponto em que chegou.

É certo que também há variantes nesse processo. Alguns culpam Gorbachev e a *perestroika* pelos problemas atuais. Outros vão um pouco mais longe, e pinçam Brejnev e Kruchev pelos descaminhos. A maioria joga tudo sobre os ombros de Stálin, o grande ditador, e não são poucos os que responsabilizam Lênin e suas teorias pelo que ocorreu e ocorre. Os críticos mais sofisticados buscam em Marx e no marxismo as origens do pecado.

Em contraposição, na mesma linha de negação da história, o capitalismo aparece como o avesso do atraso e do autoritarismo, como o campeão da democracia e o sistema capaz de construir a opulência e o bem-estar.

O PECADO ORIGINAL

Para alguns, o pecado original de todas as distorções ocorridas na União Soviética e demais países socialistas estaria na revolução violenta de 1917, na Rússia. Argumentam que qualquer processo violento (portanto, para eles, não democrático) tem como resultado a implantação de métodos violentos para a consolidação

da nova ordem social. O resultado de revoluções violentas seria, naturalmente, a instauração de ditaduras.

Essa tese se tornou voz corrente inclusive entre setores marxistas. Mas, se verdadeira, não explicaria a implantação da democracia burguesa nos Estados Unidos, França, Inglaterra, Alemanha etc., onde todo o processo de construção da nova ordem capitalista foi carregado de violência.

A Guerra de Secessão, nos Estados Unidos, que liquidou com o escravismo e consolidou o domínio da burguesia, só para citar um exemplo, foi uma das guerras civis mais violentas da história.

Importa saber, também, que a violência das revoluções russa, chinesa, cubana e outras se deveu fundamentalmente à reação contra a violência do regime absolutista, do imperialismo e das classes dominantes contra o povo. É preciso não esquecer que, logo após a instauração do poder soviético, em 1917, quatorze potências estrangeiras realizaram uma intervenção militar na União Soviética, procurando esmagá-la pela fome e pelas armas. Além disso, os remanescentes das antigas classes detentoras do poder na Rússia jamais aceitariam fazer qualquer tipo de acordo com o novo regime, praticando sempre que possível sabotagens de todo tipo. Na década de quarenta, a União Soviética teve que enfrentar o maior desafio à sua existência: a invasão alemã, comandada por Hitler, cujo sonho declarado era aniquilar os bolchevistas.

Quase todo o território da parte européia da União Soviética (que se estende da fronteira com a Polônia até os montes Urais), onde se encontravam as principais culturas alimentares, minas de carvão, hidrelétricas e parque industrial, foi ocupado pelas tropas nazistas. A toque de caixa, foi preciso transferir fábricas e usinas inteiras para os Urais, de modo a manter a indústria de defesa e suportar a ofensiva alemã. Nesse período, o esforço de guerra ficou quase exclusivamente sobre as costas dos soviéticos. No final, foram perdas humanas e materiais incalculáveis.

Nem bem havia acabado a guerra quente contra os alemães e os japoneses, as potências capitalistas ocidentais passaram a pressionar a União Soviética e os países que se haviam libertado para retomar o caminho capitalista. É verdade que, excetuando a Iugoslávia e a Albânia, esses países só sustentaram seus governos socialistas porque existiam tropas soviéticas em seu território, dando-lhes apoio. Mas é verdade, também, que os governos socialistas nesses países foram instaurados através da vitória dos comunistas e social-democratas nas eleições realizadas no pós-guerra.

Também é preciso olhar o outro lado da moeda. Na Grécia, França e Itália, os socialistas só foram derrotados porque os exércitos das potências ocidentais estavam lá para garantir a via capitalista. Agora mesmo veio à luz o plano Gládio, montado pelas potências ocidentais para desestabilizar, através de sabotagens e ações militares terroristas, qualquer governo comunista ou socialista que se estabelecesse, mesmo pela via eleitoral, nos países da Europa ocidental.

O capitalismo jamais aceitou a existência do socialismo, por qualquer via que fosse. Desde o início, fez tudo que estava a seu alcance, usou todas as armas possíveis, para derrotar o novo sistema social. E nada indica que tenha mudado sua atitude. Ainda agora, seu problema e sua estratégia continuam sendo a destruição do sistema socialista onde quer que exista. Só que sua tática, aproveitando-se das dificuldades enfrentadas pelos países socialistas da Europa, é mais camuflada, com o uso principal de instrumentos econômicos e da bandeira da democracia. Desdenhar a história das estratégias e táticas capitalistas contra os trabalhadores e os países socialistas torna parcial e extremamente ilusória qualquer análise da crise atual do Leste e das perspectivas de luta dos trabalhadores.

Isso não pode significar, é lógico, o desprezo pelos erros, distorções e mesmo crimes cometidos pelos socialistas na luta contra o capitalismo. Várias correntes socialistas e marxistas supõem, ainda agora, ser possível dirigir a economia exclusivamente através de medidas administrativas, sem levar em conta os múltiplos interesses humanos que interferem em seu desenvolvimento. Bastaria, então, fazer um corte entre a economia capitalista anterior e a nova economia socialista, socializando todos os meios de produção, e os problemas estariam resolvidos. Os resultados dessa visão grosseira refletem-se hoje na crise dos países socialistas da Europa.

Correntes socialistas e marxistas, sob o correto argumento de que as classes exploradoras jamais cederam seu poder pacificamente, passaram a propagandar a violência como única forma de derrubada de regimes opressivos e exploradores.

Desprezaram os métodos pacíficos de luta como reformistas e capitulacionistas. Esqueceram-se, assim, que as grandes massas do povo desconhecem aquele fato histórico e só conseguem apreendê-lo através da prática de inúmeras experiências e confrontos com os dominadores. Desse modo, transformaram uma luta que deve ser do conjunto dos trabalhadores e do povo numa luta de pretensos salvadores que já sabem das coisas.

Com isso, passaram a considerar a luta pela democracia como um aspecto secundário da luta pelo socialismo, uma bandeira de reformas igual a outras, e não o

aspecto fundamental do socialismo. Transformada em política dos novos Estados socialistas, esse modo de encarar a democracia acabou por transformar a democracia proletária ou popular numa ficção, ressuscitando as velhas práticas despóticas dos regimes anteriores. Nesses Estados, a democracia foi abandonada como escola de luta e educação das grandes massas do povo contra os capitalistas e suas sabotagens, o que permitiu a estes apropriar-se hipocritamente dessa bandeira.

É lógico que importa saber que a democracia capitalista ou burguesa é uma democracia pela metade, conquistada com o suor e o sangue dos trabalhadores contra a vontade dos donos do capital. Mas isso de nada valerá se os erros dos socialistas permitirem que os representantes do capitalismo pareçam e apareçam como os grandes defensores de democracia.

OS BODES EXPIATÓRIOS

Gorbachev, *perestroika*, *glasnost*, Brejnev, Kruchev, Stálin, Lênin, Marx, além de outros, aparecem sempre como bodes expiatórios dos acontecimentos, descaminhos e distorções do socialismo.

Gorbachev, com sua *perestroika* e sua *glasnost*, acabou soltando os demônios que antes estavam acorrentados na sociedade socialista. Havia discrepâncias nacionais e religiosas, corrupção, crimes, burocracias que não deixavam a economia funcionar livremente e uma série de outros problemas. Mas tudo ficava na sombra, encoberto pela propaganda ufanista do tipo “rumo ao paraíso comunista”. Além disso, havia realmente um número razoável de pessoas para as quais a segurança e a felicidade consistiam em haver conquistado o essencial para a sobrevivência. Agora, todos os problemas aparecem à luz do dia. Os jornais e a televisão publicam os fatos mais horrendos, até mesmo os inverídicos, que não passam de boatos. E algumas das deficiências anteriores agravaram-se, em vez de serem superadas. Nessas condições, muitos têm dificuldade de ver que o mal não está na notícia, mas no ato mesmo. E não são poucos os que acham que antes estava melhor. Por isso, aumenta o número dos que culpam Gorbachev pela crise.

Mas também não são poucos os que responsabilizam Leonid Brejnev, que dirigiu a União Soviética entre 1964 a 1980, pela estagnação geral na economia e na política, gerando a crise atual. O período Brejnev caracterizou-se por um nível inédito de corrupção da máquina estatal e partidária, pela formação de rendas e fortunas não explicadas, pela difusão do alcoolismo, da embriaguez e da criminalidade e por um forte processo de alienação da população. A autonomia das

empresas foi ainda mais reduzida, aumentaram os itens “planejados” na economia e criaram-se novos canais de abastecimento para atender aos grupos privilegiados da sociedade. O ritmo de desenvolvimento da economia caiu de 21% entre 1966/70 para 15% entre 1971/75 e 9% entre 1976-80, ao mesmo tempo, crescia a repressão aos críticos e aos protestos e foi elaborada uma doutrina – a doutrina Brejnev – que justificava a intervenção da União Soviética em qualquer país onde o socialismo estivesse supostamente em perigo. Foi com base nessa doutrina que as tropas soviéticas intervieram na Tchecoslováquia e no Afeganistão.

O período de Brejnev constituiu um estancamento nas reformas que Kruchev iniciara – reformas que pareciam visar, no final da década de cinquenta e início da de sessenta, a abertura nos gargalos mais nítidos da economia e da sociedade soviética. Kruchev, no entanto, era inconseqüente, combinava a adoção de medidas corretas com erradas. Enquanto introduzia a autogestão financeira nas empresas e substituía a gestão setorial da indústria pela gestão territorial, permitiu o crescimento do desequilíbrio entre o aumento mais rápido das rendas da população e a oferta de bens; ao mesmo tempo que abolia as estações de máquinas e tratores, vendia as máquinas agrícolas aos colcoses e elevava os preços dos produtos agrícolas, elevava os impostos sobre o gado de propriedade individual ou familiar dos colcosianos, criava impostos sobre os cultivos perenes das pequenas glebas familiares e lançava um combate sem trégua à economia dos pequenos produtores; enquanto adotava medidas para superar o isolamento internacional da União Soviética, lançava-se em jogadas de força perigosas, como a crise dos mísseis em Cuba.

Suas denúncias ao culto da personalidade de Stálin, com a revelação de muitos crimes cometidos durante o período em que este foi o principal dirigente da União Soviética, se teve o mérito de abrir as janelas para a apreciação histórica de todo o período anterior, negava todas as conquistas e jogava toda a responsabilidade de tudo o que ocorrera de ruim sobre o culto da personalidade e sobre Stálin. Na verdade, o culto não é senão uma das manifestações do estímulo a formas despóticas de poder e Stálin o principal responsável, entre muitos, pelos erros e crimes cometidos. Além disso, sem levar em conta a fé inculcada anos a fio a respeito do papel de Stálin, as denúncias abruptas de Kruchev causaram o esfacelamento da psicologia popular soviética, conduzindo a um processo de desagregação social.

A tendência geral é a de negar em bloco o período de Stálin. No período anterior à guerra, caracterizou-se pela gestão econômica rigidamente centralizada e

pelo esforço concentrado do conjunto da população no processo de mecanização agrícola e industrialização do país. Foi o período da “construção do socialismo num só país”, sob o cerco imperialista e capitalista, em que isso servia de justificativa para a expropriação dos camponeses, a coação extra-econômica para a realização de um sobre-trabalho e as repressões políticas contra os inimigos reais e imaginários. Foi, ao mesmo tempo, o período em que se assentaram as bases para a transformação da União Soviética numa grande potência industrial e agrícola, em que foi erradicada a fome que atormentava a maioria da população, ampliadas as redes de ensino e saúde e estabelecida uma política de preços e salários que permitia a toda a população uma vida livre da miséria.

Após a guerra, a gestão da economia continuou rigidamente centralizada e o esforço da população concentrou-se na restauração rápida dos danos causados pela invasão alemã. A semana de trabalho era oficialmente de 48 horas semanais, mas, em geral, alongava-se. Os dirigentes, por exemplo, trabalhavam 14/15 horas diárias, como na guerra, e havia um medo generalizado aos castigos decorrentes de desvios nas normas prescritas de trabalho.

O nível de vida desse período havia baixado sensivelmente: a maior parte dos bens pessoais, do vestuário, mobiliário, moradia e reservas de gêneros perdeu-se, desapareceu ou foi destruída pela guerra. A situação dos colcosianos era pior ainda: os preços agrícolas não cobriam os gastos com os transportes e as pequenas produções, que constituíam a fonte principal de subsistência dos camponeses, eram fortemente taxadas. Para escapar a isso, os colcosianos levavam suas ovelhas e cabras para pastar nas montanhas. A recuperação do parque industrial era realizada principalmente através da transferência da renda agrícola.

Em 1947, foi implantada uma série de reformas na economia, com abolição dos cartões de racionamento, reforma monetária (dez rublos velhos sendo trocados por um rublo novo, o que permitiu o confisco de fortunas monetárias obtidas fora do trabalho) e aumento de vários preços no varejo. A partir de 1949, teve início um processo de reduções escalonadas nos preços com o fim de elevar a renda da população.

No campo político e ideológico, aconteceu um recrudescimento paulatino, estimulado pela Guerra Fria, das medidas de defesa do Estado. Ouvir rádios estrangeiras, fazer críticas à linha partidária, dedicar-se a ciências como a cibernética, sociologia e semiótica e escrever obras literárias fora dos esquemas determinados pela linha partidária eram crimes sujeitos a punição. Um grupo cada vez menor

de altos funcionários dominava o poder de Estado e decidia, inclusive a seu favor pessoal, como empregar os meios de produção de propriedade estatal.

Embora tenha se constituído uma poderosa nação industrial, contribuído decisivamente para derrotar a destruidora máquina de guerra de Hitler e transformado radicalmente o padrão de vida de seu povo, a União Soviética do tempo de Stálin também apresenta uma face sombria, com uma centralização abusiva, a instauração de um regime de terror, a perseguição e eliminação de antigos revolucionários. A persistência dessa face sombria, mesmo depois que o socialismo havia se estendido no rumo da Europa Central e da China e que a União Soviética alcançara um novo patamar de desenvolvimento, passou a constituir um poderoso entrave à sua evolução posterior.

A aplicação do modelo stalinista aos demais países europeus que ingressaram na via socialista criou as bases para o surgimento dos mesmos problemas graves que acometiam a União Soviética, seja no campo da economia, gerando no final da linha um sistema ineficiente, seja no campo da política, com a ausência de democracia. Embora Stálin continue sendo considerado o próprio demônio, as gerações de líderes que se sucederam nos diversos países socialistas europeus (como Honeker, na Alemanha Democrática; Rakosi, na Hungria; Novotny, na Tchecoslováquia; Jivcov, na Bulgária; Ceausescu, na Romênia; Hoxa na Albânia etc.) são enxergados como responsáveis menores em seus próprios países.

Finalmente, Lênin e Marx também são responsabilizados pelos pecados originais de haverem elaborado uma teoria socialista de transformação social cujo fruto imediato teria sido Stálin, além da própria revolução sangrenta. Evidentemente, bem vistas as coisas, homens como Marx, Lênin, Stálin etc. possuem responsabilidades variadas no curso da luta socialista. É inegável que faz parte de qualquer processo de avaliação histórica examinar o papel que desempenharam. Entretanto, reduzir todo um período histórico à ação de tal ou qual personalidade é inverter as coisas.

MEMÓRIA APAGADA

A procura de bodes expiatórios está associada à idéia de que o socialismo só produziu o mal, nada fez, foi um desastre. Comparando-se os países socialistas europeus aos países capitalistas avançados, o socialismo perde numa série de itens. Aqueles possuem uma produção de artigos de consumo diversificado e numa escala que pode atender à demanda da maior parte de sua população. Seus métodos de organização e administração da produção lhes permitem alcançar altas produ-

tividades e rentabilidades. Seus canais de comercialização são mais abertos e permitem captar mais facilmente as tendências sociais. E a participação e a liberdade política são ilusoriamente mais democráticas.

O socialismo, por seu turno, diminuiu as desigualdades sociais, democratizou a educação e a saúde numa escala muito ampla e eliminou o desemprego. E se perde nos outros itens, isso não pode ser dissociado das condições históricas em que se tornou realidade, apesar de certos problemas terem raízes em erros e enganos dos próprios socialistas. Não é possível apagar da memória o que eram os diferentes países e a vida dos povos onde o socialismo se implantou.

Antes de 1917, a Rússia era um país atrasado, com a maioria da população vivendo nas regiões rurais, sob o peso das tradições e a opressão da servidão. A indústria estava restrita a algumas poucas cidades, como Petrogrado (hoje, Leningrado), Moscou e Baku (uma das bases da indústria petrolífera). O regime era monarquista absolutista, com liberdades públicas extremamente reduzidas, o que obrigava até os sindicatos a se organizarem clandestinamente.

Nesse mesmo período, a Inglaterra, a França e a Alemanha já eram grandes potências industriais, com colônias em diversas partes do mundo, que há muito haviam descartado o feudalismo e ingressado na ordem capitalista. A Inglaterra havia feito sua revolução burguesa em meados do século XVII, a França no final do século XVIII e a Alemanha em meados do século XIX. Elas estavam pelo menos cem anos à frente da Rússia em matéria de evolução econômica quando ocorreu a Primeira Guerra Mundial, envolvendo todos esses países e desembocando na Revolução de Outubro de 1917.

O país surgido da Revolução de 1917 não tinha as bases materiais para transformar-se em socialista. A construção socialista que os soviéticos tentaram empreender pela primeira vez na história da humanidade era, a rigor, a construção das condições materiais para ingressar no socialismo. A nova União Soviética precisava industrializar-se, formar toda uma geração de operários qualificados, técnicos, engenheiros e cientistas. Em outras palavras, precisava transformar, com certa rapidez, seus mujiques (camponeses) atrasados em cidadãos urbanos com qualificações industriais. Isso se tornou ainda mais difícil em virtude da resistência das antigas classes dominantes, que desencadearam a guerra civil e a intervenção estrangeira, ceifando a vida de toda uma geração de lideranças operárias que tiveram papel saliente na revolução.

A União Soviética partiu dessa situação e igualou-se aos países capitalistas

avançados já no final da década de trinta e início da de quarenta. É verdade que existe toda uma polêmica sobre o método de industrialização empregado e as consequências decorrentes, mas não há dúvida de que seria necessário ingressar no industrialismo. O enfrentamento contra a máquina de guerra de Hitler teria redundado em desastre ainda maior se o país dos soviets não houvesse se transformado numa potência industrial.

Os países que adotaram o socialismo após a guerra da década de quarenta encontravam-se em situações bastante diversificadas. A Alemanha Oriental estava destruída, assim como a Tchecoslováquia e a Hungria, mas esses países possuíam uma população com certa experiência industrial e uma formação técnica mais ampla. A Polônia, além de destruída, era quase tão atrasada quanto a Rússia antes da revolução. Iugoslávia, Albânia, Bulgária e Romênia eram países muito atrasados, sem indústrias, em certo sentido, numa situação pior do que a União Soviética no início da construção socialista.

Todos esses países, alguns dos quais podiam ser comparados a regiões atrasadas da América Latina, Ásia ou África, conseguiram industrializar-se, criar uma população tecnicamente mais avançada e superar os aspectos mais evidentes daquele atraso secular. É verdade que todos eles, do mesmo modo que a União Soviética, conseguiram realizar esse feito por meio de um processo de extração do sobre-trabalho de seus trabalhadores, idêntico ao processo de extração de mais-valia realizado pelos capitalistas. Uma das diferenças essenciais é que a maior parte daquele trabalho era apropriada pelo Estado e não pelos capitalistas, retornando para a produção e para a sociedade de uma forma bem mais proporcional. Outra é que a extração de mais-valia nos países capitalistas se deu e continua se dando de uma forma muito mais intensiva. Por incrível que pareça, isto representou um dos fatores de diminuição do ritmo de crescimento dos países socialistas.

Outro fator que beneficiou ao capitalismo e prejudicou ao socialismo, do ponto de vista do desenvolvimento econômico e atenção aos problemas ecológicos decorrentes da industrialização, foi a exportação de capitais e a espoliação dos países pobres ou em desenvolvimento. Os países socialistas, pela natureza de seu sistema (apesar de tudo), não podiam participar do processo de exploração desenfreada da maioria do globo terrestre pelos países capitalistas avançados, exploração que deu a estes uma vantagem comparativa considerável na sua transformação em oásis de riqueza e bem-estar.

Apesar de tudo isso, os mais diferentes segmentos sociais do Leste Europeu

assimilam com rapidez a idéia difundida no Ocidente de que o capitalismo é e sempre foi o avesso do atraso e do autoritarismo. Lá, como cá, é corriqueiro encontrar-se, agora, identidade entre capitalismo e democracia, capitalismo e avanço tecnológico, capitalismo e bem-estar, capitalismo e opulência e riqueza para todos.

Ao fazer a propaganda das excelências da economia de mercado, a imprensa do Leste concentra-se no lado róseo de sociedades como a alemã, sueca, francesa e italiana. Nem mesmo a americana merece mais o destaque de antes, enquanto a japonesa é muito exótica para ser entendida. Quando alguém ousa lembrar que existe miséria e fome ao sul do Equador, para não chocar demais o ouvinte com os miseráveis existentes nos próprios países da Europa, isso é tido como propaganda comunista para denegrir a economia de mercado e o capitalismo. Como no mais, há um verdadeiro apagamento de memória e da visão do mundo e do que foi processo de transformação do “capitalismo selvagem” em capitalismo desenvolvido em algumas áreas do mundo.

Analistas de todos os tipos simplesmente fingem ignorar o que foi o processo de exploração e espoliação dos trabalhadores durante os primórdios da industrialização capitalista, até pelo menos 1917, em países como Inglaterra, França, Alemanha, Holanda e Estados Unidos. Calam-se sobre as jornadas brutais de dezoito e vinte horas diárias e da exploração desenfreada das mulheres e crianças. Nada dizem sobre as repressões ferozes que se abatiam sobre os trabalhadores quando estes, por uma questão de sobrevivência, rebelavam-se exigindo melhores salários, menores jornadas e condições mais humanas de trabalho. E simplesmente emudecem quando alguém lhes ativa a memória relembrando que a Revolução Francesa de 1848 foi realizada, em pleno florescimento da ordem capitalista, para conquistar o sufrágio universal. E que, em vários países da Europa desenvolvida, o voto feminino só foi consentido após a Segunda Guerra Mundial.

A Revolução de 1917 e o início da construção socialista na União Soviética foram o primeiro terremoto sério na idéia de que o capitalismo era eterno e poderia continuar explorando e oprimindo impunemente aos trabalhadores. Nos países onde o capitalismo mais se desenvolvera, seus governos e seus capitalistas viram-se obrigados a repensar seus métodos de enfrentar as lutas dos trabalhadores, passando a combinar de forma mais constante as repressões com concessões. Mesmo assim, todo o período que medeia entre as duas guerras mundiais é rico em repressões brutais contra os trabalhadores, tanto na Europa quanto nos Esta-

dos Unidos, para não falar da situação nas colônias e países atrasados. O fascismo surge como uma alternativa para liquidar o socialismo e conquista o poder na Itália e na Alemanha, submetendo os trabalhadores e todo o povo a um regime de terror jamais visto.

As duas grandes guerras, cujo desencadeamento é de responsabilidade direta das grandes potências capitalistas, elevaram ao paroxismo a repressão aos povos. Mas custaram muito caro ao capitalismo ao colocar em perigo sua própria existência.

O resultado da aventura nazista, em aliança com a Itália e o Japão, foi particularmente desastroso. Surgiram uma série de países socialistas na Europa Central e nos Balcãs, em virtude da derrota de Hitler, Mussolini e Hiroito. Ao mesmo tempo, libertaram-se ou continuaram sua luta de libertação diversos países da Ásia, África e América Latina, fazendo implodir o velho colonialismo. China, Coreia, Vietnã, Laos, Camboja, Cuba, Moçambique, Angola travaram lutas de libertação com um claro sentido socialista. Índia, Indonésia, Congo e outros países da África e Ásia buscaram a independência para ingressar num desenvolvimento autônomo de seu próprio capitalismo.

Para enfrentar esse processo, os países capitalistas mais avançados – em particular, os Estados Unidos, único país capitalista que não sofreu perdas materiais de vulto na guerra, enriquecendo-se como nunca – estabeleceram uma estratégia que combinava a Guerra Fria (mantendo a União Soviética sob ameaça constante de uma nova guerra e forçando-a a desviar recursos enormes da reconstrução econômica para as despesas militares), a intervenção militar nos movimentos de libertação (Grécia, Indochina, Coreia, Congo etc.), com investimentos maciços na reconstrução econômica da Europa (Plano Marshall) e Japão e com a adoção de novas formas de exploração e dominação de seus trabalhadores e dos países economicamente atrasados. Reformas de cunho social foram implantadas à força nos países derrotados e sob pressão nos demais para enfrentar politicamente os movimentos democráticos dirigidos pelos socialistas.

Além disso, o desenvolvimento econômico da Europa Ocidental e do Japão ocorreu tanto auxiliado pelo capital concentrado até então nos Estados Unidos quanto pela possibilidade que esses países tiveram de realizar grandes investimentos nos países atrasados e arrancar desses investimentos lucros exorbitantes que utilizavam para modernizar e desenvolver constantemente seu parque industrial e manter seus trabalhadores num padrão de vida razoável. Em grande medida,

articularam as concessões a seus próprios trabalhadores, com a repressão brutal contra os trabalhadores dos países onde tinham investimentos.

Durante todas as décadas de cinquenta, sessenta e setenta, os capitalistas dos países avançados estimularam ditaduras militares sanguinárias na maioria dos países do Terceiro Mundo, sustentando, a peso de ouro, governantes corruptos e assassinos, desde que esmagassem a ferro e fogo as lutas dos trabalhadores e garantissem os lucros das empresas estrangeiras. Figuras famosas e sinistras como Van Thieu, no Vietnã; Marcos, nas Filipinas; Idi Amin, em Uganda; Duvalier e Baby Doc, no Haiti; Videla e a malta de generais assassinos, na Argentina; Pinochet, no Chile, só para citar alguns, foram os instrumentos que o capitalismo empregou para construir um capitalismo “civilizado” em algumas áreas do mundo às custas da miséria e da morte de milhões de pessoas nos países do chamado Terceiro Mundo. E não esqueçamos que a ditadura de Saddam Hussein, no Iraque, foi financiada e protegida durante muito tempo pelas potências capitalistas.

Ao comparar capitalismo e socialismo, é preciso reavivar a memória com todos esses fatos e situações.

A ilusão dos inocentes

A perda da corrida com os países capitalistas avançados na órbita tecnológica, e em especial no consumo de massa e nas liberdades públicas, criou, em amplos setores da opinião pública dos países socialistas, uma ilusão sobre a eficiência do capitalismo para resolver os problemas econômicos e sociais. Gerou uma ilusão de tal ordem que muitos só enxergam o capitalismo desenvolvido da Europa e dos Estados Unidos, sem considerar as vastas áreas que o capitalismo domina nos demais continentes.

A imagem mais forte da eficiência capitalista é o mercado. O mercado capaz de oferecer em abundância todos os equipamentos necessários para a atividade econômica e todos os bens necessários a uma vida de fartura. O mercado capaz de avançar sempre, modernizando a vida e a sociedade.

Numa escala menor, mas também bastante forte, aparece a sagrada propriedade. Por incrível que possa parecer, o socialismo centralizado que inibia a participação dos trabalhadores na gestão econômica e das coisas públicas estimulou neles a mentalidade do individual, o primeiro passo para a mentalidade privatista. Impedida de participar na vida coletiva da sociedade – o partido e o Estado tudo resolviam –, a população dos países socialistas voltou-se para suas próprias questões cotidianas e particulares. Criaram-se, assim, as condições para a fácil assimilação da mentalidade privatista, capitalista, segundo a qual só progride aquilo que é fruto do interesse privado. Agora, com a perspectiva de adoção de mecanismos de mercado, dissemina-se a idéia de que as pessoas só trabalham se tiverem interesse individual. A gestão autônoma, lucrativa, a concorrência e a tecnologia, fruto de esforços privados, serão, segundo tal idéia, a alavanca para uma nova sociedade livre da escassez.

Por outro lado, não são poucos os que creditam todos os problemas do socialismo à ausência de democracia. E, quando falam em democracia, falam con-

cretamente em pluralismo partidário, eleições diretas para o parlamento nacional e a presidência, liberdade de opinião e organização.

O modelo de democracia mais em voga na opinião pública dos países socialistas é o americano. A democracia fica restrita, assim, a alguns mecanismos de democracia política, desprezando-se sua ampliação e a implantação da democracia econômica e social.

A Alemanha (ex-RDA), Tchecoslováquia, Polônia, Hungria, Bulgária, Romênia e Iugoslávia experimentaram esse novo modelo de democracia, apesar das nuances existentes entre eles. Introduziram o pluripartidarismo, realizaram eleições para o parlamento, e para a presidência no caso da Tchecoslováquia e dos novos *lander* da Alemanha.

A liberdade de opinião é ampla e o paradigma dessa liberdade é o direito de publicar material pornográfico. A União Soviética já tem o pluripartidarismo de fato e a Albânia caminha para adotar esses mesmos mecanismos de democracia política. Criou-se a ilusão de que, com eles, as pessoas tudo podem e alcançarão a sonhada liberdade.

A IMAGEM DO MERCADO

A economia de mercado transformou-se, no leste socialista, na grande panacéia econômica, capaz de resolver todos os problemas da produção e da distribuição e alargar todos os gargalos. Toda vez que as pessoas se referem à ineficiência econômica de uma grande parte das empresas socialistas, a solução apontada é sempre a economia de mercado. Quando se discute a fartura do abastecimento e a riqueza e poder aquisitivo da população, a economia de mercado surge como a única capaz de proporcionar tais coisas. E, sempre que está em pauta a modernidade e o avanço tecnológico, também o que aparece como instrumento para garantir esse processo é a economia de mercado.

É verdade que uma ou outra sombra se abate sobre essas imagens de eficiência, fartura, modernidade e avanço tecnológico. A sombra do desemprego e do corte das despesas sociais, quase sempre associada a eficiência, coloca em dúvida seu custo social. A sombra dos pobres dos Estados Unidos, dos sem-teto da Inglaterra, dos trabalhadores estrangeiros na Alemanha e França – para não falar dos povos miseráveis do resto do mundo capitalista – contrastam com a fartura das vitrines iluminadas. A falência de empresas que não conseguem acompanhar as mudanças tecnológicas e, ao mesmo tempo, as notícias de que em alguns campos

tecnológicos os países capitalistas precisam copiar da União Soviética (como é o caso dos reatores nucleares para satélites artificiais) também ensombrecem o brilho da imagem infalível do mercado capitalista. Entretanto, em geral, todas essas sombras são espantadas pela ilusão de que tais problemas só ocorrerão no início da implantação do mercado ou simplesmente são desconsideradas pelas belas imagens que as televisões e revistas projetam da Suécia, Alemanha, França etc. Ou, ainda, pelo argumento de que essas sombras são produto da manipulação da propaganda anticapitalista.

A tendência geral é, pois, da introdução plena dos mecanismos de mercado capitalistas, embora alguns setores políticos dos países socialistas considerem necessário introduzi-los mais vagarosamente, a fim de evitar convulsões sociais, ou introduzi-los com limitações sociais, mantendo algumas conquistas do socialismo. Por isso, embora a tendência geral seja a da implantação plena da economia de mercado, essa é uma questão não resolvida, com exceção talvez da Alemanha, onde a parte socialista foi anexada pela capitalista.

A plena introdução da economia de mercado, como propugnada pelos defensores do capitalismo, inclui a privatização de toda ou da maior parte dos meios de produção (fábricas, empresas de serviço, empresas comerciais, terras, edificações, comunicações etc.), a transformação de todos os bens, artigos e relações sociais, em particular a força de trabalho, em mercadorias capazes de serem vendidas e compradas sem restrições. Em outras palavras, a economia de mercado supõe o livre jogo das iniciativas privadas e a ação da lei da população do capitalismo.

Há muito tempo, porém, o livre jogo das iniciativas privadas no capitalismo, a chamada livre concorrência ou livre iniciativa, foi substituída pelo jogo entre os grandes monopólios e oligopólios, que administram seus superlucros e planejam o desenvolvimento capitalista de acordo com seus interesses exclusivos. São esses grandes grupos econômicos que têm condições de adquirir as empresas estatais se a privatização nos países socialistas for aberta e total, como tende a ser em alguns lugares. Mas eles vão adquiri-las de acordo com seus planos, se possível, deixando que entrem em falência completa para comprá-las por preços insignificantes, como está acontecendo na Alemanha. Por isso, surgem reações e as primeiras ilusões perdidas. Muitos começam a se insurgir pela venda indiscriminada do patrimônio nacional aos grupos econômicos estrangeiros. Vivem o dilema de barrar o capital estrangeiro, que tem condições de realizar investimentos, ou priorizar o capital nacional, que não existe ou existe em pequena escala. E estudam fórmulas

para combinar as duas coisas, garantindo, ao mesmo tempo, a manutenção das conquistas sociais anteriores.

Mas com o avanço das privatizações, é inevitável que vigore plenamente a lei da população do capitalismo. Este só se reproduz de forma ampliada se um número cada vez menor de operários criar uma quantidade cada vez maior de produtos. Para isso, o avanço tecnológico que permite às máquinas substituírem aos homens é essencial ao desenvolvimento capitalista. Como consequência, é essencial também que, no capitalismo, não vigore nenhum tipo de pleno emprego.

Ao contrário, além de poder libertar-se dos trabalhadores excedentes para aumentar a produtividade e a eficiência, os capitalistas precisam dessa massa de trabalhadores procurando emprego para aumentar a concorrência entre eles e forçar o rebaixamento do preço de sua força de trabalho, do salário. Essa é a lei da população do capitalismo, da economia de mercado, que todos os países socialistas em transformação no Leste Europeu conhecerão em maior ou menor escala. Na Alemanha do Leste, já estão desempregados mais de 3 milhões de trabalhadores; na Polônia, cerca de um milhão; na União Soviética, a previsão mais otimista é de 12 milhões de desempregados, logo que os mecanismos de mercado forem efetivamente aplicados.

Ao abolir administrativamente todos os mecanismos de mercado, os países socialistas cometeram, durante muitos anos, um erro crasso.

Os mecanismos de mercado só podem desaparecer da sociedade humana quando a capacidade produtiva for de tal ordem que o valor de troca das mercadorias seja zero ou quase zero. Até lá, muitas das chamadas leis de mercado continuarão agindo e devem ser atendidas para que não se criem gargalos intransponíveis como está ocorrendo agora. Ao mesmo tempo, mecanismos de novo tipo começarão a agir para livrar a sociedade das consequências danosas que as leis do mercado costumam gerar sob o capitalismo.

O processo de concentração e centralização da produção é, por exemplo, um processo inerente no capitalismo que deve continuar vigorando no socialismo. Mas isso não significa que possa estatizar e centralizar toda a economia, todas as empresas, como fizeram os países socialistas. No capitalismo, esse processo leva ao monopólio, mas não à extinção completa das pequenas e médias empresas. No socialismo, deveria conduzir a transformação das empresas estratégicas, que determinam o rumo principal da economia, em propriedade social, de modo que revertam seus rendimentos para o conjunto da sociedade. E a manutenção da propriedade privada nas pequenas e médias empresas como instrumento importante

para o atendimento de uma gama enorme de necessidade sociais (artigos de consumo, serviços etc.) e como uma forma inigualável para absorver a mão-de-obra excedente do processo de modernização tecnológica das empresas.

Assim, a lei da população do capitalismo deve continuar vigorando no socialismo, mas com limitações. O Estado precisará estimular o aproveitamento da força de trabalho excedente através de mecanismos econômicos (áreas ainda pouco desenvolvidas da indústria, comércio e serviços), da criação de um seguro-de-emprego compatível com uma vida digna e com o desenvolvimento de áreas de reciclagem profissional e científica.

O planejamento também não pode ser rigidamente centralizado. Ao contrário, deve ser um planejamento macroeconômico, com o Estado agindo em suas linhas gerais através dos estímulos de investimentos, juros e outros mecanismos de caráter econômico. As empresas devem ter autonomia para concorrer entre si no mercado, embora dentro dos limites do interesse social.

Essas e outras idéias sobre a utilização dos mecanismos de mercado num sentido socialista são minoritárias no conjunto da opinião pública dos países do Leste Europeu. É possível que a dura realidade da introdução do mercado capitalista force a busca de outras alternativas socialistas. Mas isso só o tempo dirá.

PLURALISMO AUTORITÁRIO

É verdade que o socialismo estabelecido no Leste não permitia o exercício pleno da cidadania e, como na maior parte dos países capitalistas, também possuía cidadãos de primeira e de segunda. Com o tempo, criou-se a chamada *nomenklatura*, que não só introduziu distorções na democracia econômica e social, como passou a ter o domínio absoluto da vida política. Os funcionários graduados do Estado e do partido dominante (diretores de empresa, oficiais graduados das forças armadas, diplomatas etc.) tornaram-se privilegiados tanto por obterem rendas mais altas como por terem direitos que os demais não alcançavam. Aqui se incluía o direito de fazer política. Para praticar exercício da cidadania, as pessoas precisavam ingressar no partido dirigente e fazer carreira conforme as normas estabelecidas. O que poderia abranger eventualmente a indicação numa lista de candidatos ao parlamento local, regional, da república ou da federação, conforme a estrutura do país. A possibilidade de um cidadão comum candidatar-se a um posto eletivo fora da estrutura monopartidária era extremamente rara.

Os mecanismos da democracia representativa existiam, mas estavam total-

mente controlados e distorcidos pelo sistema despótico de poder. Inexistiam formas de participação e consulta populares abertas e livres ou canais de manifestação e organização. Os interesses contraditórios dos diferentes segmentos eram impedidos de confrontar-se através de mecanismos institucionais legalmente constituídos. Paradoxalmente, as listas de candidatos aos diversos parlamentos deveriam comportar a participação proporcional dos segmentos sociais existentes. Mulheres, jovens, categorias profissionais etc. tinham garantida sua participação parlamentar de acordo com o peso que possuíam na população total. Os movimentos pela democratização nos países da Europa Oriental romperam com a legislação anterior, impondo fundamentalmente o pluripartidarismo e tornando aparentemente mais livres os processos eleitorais. Em vários casos, como na Hungria, foram admitidos mecanismos de consulta ampla, como os plebiscitos. O sufrágio universal e secreto tornou-se a pedra fundamental do novo tipo de democracia.

Os processos eleitorais realizados em todos os países do Leste após a introdução do pluripartidarismo constituíram, em geral, derrotas para as forças socialistas. Excetuando Bulgária, Romênia, parte da União Soviética e, agora, Albânia, nos demais países, foram vencedoras as forças de direita e de centro, anti-socialistas.

É interessante notar como essas disputas eleitorais, que teoricamente deveriam haver reimplantado a democracia plena, trouxeram desde seu início alguns dos vícios que deformam os direitos da cidadania nos países capitalistas. De imediato, a legislação eliminou a representação proporcional dos diferentes segmentos sociais no parlamento. Se antes a representação era formal, agora é nula para diversos daqueles segmentos.

Por outro lado, as forças de direita e de centro contaram com forte apoio financeiro, material e humano dos países ocidentais, introduzindo fatores nada democráticos na disputa. Os candidatos com mais recursos financeiros e materiais levaram uma vantagem considerável sobre os demais. Com o tempo, à medida que os mecanismos de mercado forem se consolidando e criando novas diferenciações sociais, o pluralismo partidário se tornará, como nos países capitalistas, não um canal para a plena manifestação da cidadania, porém a arena da concorrência entre os novos segmentos privilegiados dessas sociedades. As ditaduras burocráticas terão sido substituídas pelo pluralismo autoritário.

Embora o pluralismo partidário e os mecanismos da democracia liberal possam até representar certo avanço em relação à política anterior dos países socialistas, não passa de ilusão a suposição de que eles significarão a implantação plena da de-

mocracia. Por outro lado, o combate à tal ilusão não pode visar o retorno ao sistema que castrava a cidadania. Deve visar o rompimento com as limitações autoritárias do pluralismo liberal e descobrir novos mecanismos para transformá-lo num instrumento cada vez mais amplo para manifestação política de todos os setores da sociedade, combinando a democracia representativa com mecanismos diversificados de consulta popular.

A ÉTICA DOS MAIS FORTES

Não houve potência capitalista que não investisse pesado nas mudanças no Leste Europeu. Elas alimentaram agentes provocadores e sabotadores. Incentivaram e financiaram as mais diferentes oposições, inclusive oposições de esquerda, para subverter não apenas os governos autoritários e ditatoriais daqueles países, mas também o próprio sistema econômico e social.

Na disputa ideológica e política, duas armas principais foram utilizadas: a sociedade abastada de consumo dos países capitalistas centrais e a democracia. E complementaram isso com a promessa de “ajuda” financeira para reorganizar e reerguer a economia dos países socialistas que aceitassem seguir o caminho capitalista.

Herr Helmut Kohl, chanceler da Alemanha Federal e principal dirigente do Partido Democrata Cristão, desdobrou-se em promessas. A forte moeda alemã-ocidental, o marco, transformou-se em miragem para grandes parcelas das populações do Leste. Receberiam milhões ou bilhões de marcos e transformariam rapidamente seus países, levando-os a alcançar os padrões de vida da própria Alemanha, da Suécia ou da França.

Tudo num piscar de olhos.

Herr Kohl continuou com as promessas mesmo depois que o Muro de Berlim caiu e que a Alemanha Federal passou a dedicar todos seus esforços à anexação da Alemanha Democrática. Os governos da Polônia, Hungria e Tchecoslováquia ainda choram a perda da “ajuda” que iria para eles, mas foi pretensamente desviada para a reconstrução da economia do lado alemão-oriental. Desse lado, muitos passaram a esperar o dia 1º de julho de 1990 como o dia da redenção. A partir de então (união monetária), bilhões de marcos jorrariam, transformando a obsoleta indústria do leste alemão.

Entretanto, seguindo rigorosamente as leis da economia de mercado, os empresários alemães estão jogando seus produtos no lado oriental a preços mais competitivos, em alguns casos, até abaixo dos custos (*dumping*) e simplesmente aguar-

dando a quebraadeira geral das indústrias dos “irmãos” para comprá-las por nada ou quase nada. E a indústria farmacêutica, para não submeter-se ao acordo de manter baixos os preços dos remédios no antigo território da Alemanha Democrática, simplesmente não os coloca à venda ali, deixando a população desamparada. Herr Khol, que posou de estadista e com suas promessas foi o grande vitorioso nas eleições da Alemanha unificada, agora é visto como um demagogo pelos milhões de alemães-orientais desempregados, que se sentem enganados.

O Sol Nascente não fica atrás. Também acenou com “ajuda”, embora de forma mais discreta, mas é um fiel servidor das leis do mercado. Os japoneses só investem se têm certeza do retorno com lucros. Assim, suas condições são privatizar ou realizar *joint-ventures* que permitam bons ganhos.

A França bem que fez força para disputar o mercado da Alemanha do Leste e também para utilizá-la como ponta de lança de sua penetração no resto da Europa Oriental. *Monsieur* Mitterrand não queria ficar atrás. Mas seus capitalistas só aplicam dinheiro conforme as leis da economia de mercado. “Ajuda” para eles é isso.

Tire-se, porém, o chapéu para Bush, presidente dos Estados Unidos. Apesar de haver colhido poucos lucros financeiros, foi o grande articulador político do processo global. Foi o Tio Sam quem investiu pesado numa estratégia global de mudança pacífica do sistema socialista. Se ele não houvesse estendido a mão para Gorbachev e aceito fazer alguns acordos para diminuir as possibilidades de confronto entre EUA e URSS, dificilmente esta teria podido avançar em seu processo de desmobilização e retraimento de suas linhas de defesa, liberando os países da Europa Oriental para as reformas. Bush, apesar disso, não quer ter somente lucros políticos e morais. Mas aí vai ter que disputar no mercado, mercado cada vez mais dominado pela Alemanha e Japão. A ética capitalista é a ética do mercado. E a ética do mercado é a ética dos mais fortes.

Despertando para um sonho realista

A pesar do fracasso do atual tipo de socialismo, que combinava estatismo e centralização rígida na economia com despotismo, até mesmo esclarecido, na política, isso não significa a derrota do socialismo nem de seus ideais. Primeiro porque o capitalismo, onde criou uma sociedade abastada, o fez às custas de sacrifícios sem conta de seus trabalhadores e sempre forçado por estes a conceder melhores condições de vida e trabalho. E o fez mantendo na miséria mais abjeta massas imensas de povos de outros continentes. O capitalismo opulento da Europa, dos Estados Unidos e do Japão só existe porque subsiste o capitalismo selvagem no resto do mundo.

O socialismo, mesmo na forma como foi construído, apresentou a possibilidade de conquistas econômicas e sociais de um tipo superior: condições básicas de vida para todos, instrução, saúde, cultura, segurança no emprego... E, apesar de toda a polêmica, mostrou que os trabalhadores podem alcançar o poder.

A tentativa de abolir as leis econômicas do capitalismo por meio de decisões administrativas foi um desastre que colocou em risco as próprias conquistas econômicas e sociais. E fez com que o socialismo enveredasse por formas ditatoriais de governo para enquadrar a economia e a sociedade no figurino que moldaram.

A adoção de subsídios, a centralização absurda, o emprego de formas únicas de propriedade e gestão, a estatização exagerada, o tipo cartorial de pleno emprego – tudo isso conduziu as economias socialistas do Leste a um estreito beco sem saída, com o predomínio da ineficiência. E os ideais socialistas só podem tornar-se realidade com uma economia eficiente que, além de fornecer à população os bens materiais desejados, lhe proporcione instrução e saber.

Por isso, a pressão ideológica do capitalismo se concentra em demonstrar que o socialismo é incapaz de criar uma economia eficiente, algo que o capitalis-

mo teria alcançado. O problema é que o capitalismo só consegue eficiência a um terrível custo social.

Uma economia socialista também pode alcançar eficiência, a um custo muito menor, se abandonar a suposição de que é possível extinguir todos os aspectos do capitalismo de uma só vez e por decretos administrativos. Ao contrário, um governo socialista deve – ao mesmo tempo que socializa os principais meios de produção – estabelecer uma política salarial e políticas complementares de renda que garantam uma vida digna para os trabalhadores. Além disso, precisa adotar um planejamento econômico para as linhas gerais de investimentos e desenvolvimento e adotar vários dos mecanismos do capitalismo que permitiram a constante revolução de suas forças produtivas e a agilidade de suas formas de distribuição e comercialização. Isso vai exigir, portanto, que o socialismo seja uma combinação de diversas formas de propriedade, diferentes formas de gestão, formas variadas de ocupação e aproveitamento do excedente de trabalhadores, assim como articulação do planejamento com os mecanismos de mercado. O Estado socialista interfere na economia para direcionar os investimentos de forma mais equilibrada para os diferentes setores, para corrigir as distorções, evitar o aprofundamento de polarizações sociais e garantir uma distribuição adequada da renda nacional.

O fracasso do atual tipo de socialismo também está relacionado com sua incapacidade em estabelecer e ampliar as formas de democracia, tanto econômicas e sociais quanto políticas. Isso permitiu o absurdo: deixar que o capitalismo apresentasse sua democracia liberal como o máximo em matéria de regime político.

Entretanto, do mesmo modo que o socialismo pode ser eficiente na economia, ele pode ser capaz de desenvolver a democracia política em círculos muitos mais amplos do que a democracia liberal. Os socialistas precisam aprender que a luta pela ampliação da democracia, inclusive da democracia liberal, é a maior escola de educação dos trabalhadores em sua luta contra o capital. Sem vivenciá-la e utilizá-la contra o próprio capitalismo, não é possível colocar a nu suas limitações, não é possível evidenciar o aspecto restritivo da democracia parlamentar nem descobrir novos mecanismos que possibilitem a participação popular nas questões do Estado.

O pluripartidarismo, indispensável para que as manifestações políticas dos diferentes segmentos sociais tenham vez e voz, precisará ampliar-se no sentido de evitar que fique restrito àqueles segmentos que possuem poder econômico ou domínio do saber. A representação parlamentar terá que comportar, também,

certa proporcionalidade social e será preciso descobrir formas diversificadas e variadas de consulta à população. Isso, é lógico, além de uma adequada divisão de responsabilidade entre as atribuições do poder central, dos poderes locais e das comunidades.

O capitalismo não tem condições de suportar uma ampla democracia desse tipo. E o socialismo terá que descobrir o duro caminho das pedras para implantá-la, apesar da resistência, das sabotagens e da violência capitalista. Terá que despertar para o sonho realista de que, como sistema econômico, social e político, não passa de um longo e complicado processo em que deve lutar contra os mecanismos capitalistas que ainda não esgotaram seu papel, ao mesmo tempo convivendo com eles e aproveitando seus aspectos positivos.

A crise atual do socialismo é, acima de tudo, a crise de encará-lo como um sistema definitivo e não como um processo de transição. Retomando a perspectiva originária, talvez seja mais fácil assimilar as dolorosas experiências do período atual e enfrentar a ofensiva ideológica e política do capitalismo, sem capitular.

Anexos

TEMORES DE NOVOS PESADELOS

A nova Alemanha unificada, com seus quase 80 milhões de habitantes e sua poderosa base industrial e agrícola, consolidou a posição de maior potência capitalista da Europa. Realidade que fez renascerem os temores de que os tradicionais apetites expansionistas germânicos ressuscitem e tragam novos pesadelos ao mundo.

As primeiras notícias sobre os germanos datam do ano 100 antes da era cristã. Divididos em numerosos grupos (vândalos, borgúndios, francos, godos, batavos, saxões, alamanos, suevos, lombardos etc.), praticavam a agricultura de forma comunitária e combinavam o comércio com expedições saqueadoras. Ocupavam parte da Escandinávia, os vales do Elba, Reno e Weser e a costa do Mar do Norte.

No período do Império Romano, estruturaram uma organização social em que se distinguiam os nobres, a população livre (possuidora de direitos civis e apta para o uso das armas), uma população semi-livre (de tribos submetidas, mas culturalmente afins) e os escravos (prisioneiros de guerra e escravos por dívidas). O conjunto dos homens aptos para a guerra (nobres e livres) constituía o exército, cuja assembléia era o órgão supremo de cada tribo, agindo inclusive como tribunal. As tribos escolhiam seu rei ou seu duque entre os nobres.

Essas tribos germânicas realizaram uma série de grandes migrações armadas no início da era cristã. Espalhando-se e assentando-se nos territórios do Império Romano do Ocidente, conduziram-no à desagregação e a sua divisão num mosaico de reinos germânicos. Espalharam-se também para o leste, penetrando nas regiões dos eslavos e obrigando-os a converter-se ao cristianismo e a aceitar a fundação de bispados em seus territórios. Criavam comunidades econômicas

em que coexistiam com os eslavos, tornando predominante sua cultura jurídica e política. O Império dos Germanos surgiu por volta dos anos 900, mas o poder e os interesses dos duques dos diferentes reinos ou ducados o mantiveram sob constantes distúrbios internos. Isso não os impediu, porém, de realizar uma política expansionista, seja através das cruzadas, seja através de guerras de conquista.

A partir dos anos 1500, paralelamente às disputas entre as cidades e os feudos, as revoltas camponesas e a efervescência religiosa, o Império Germânico começa a ser chamado Alemanha. Foi Martinho Lutero, um professor de Teologia da Universidade de Wittenberg, quem traduziu a Bíblia para o alemão, dando-lhe uma estrutura gramatical que não possuía antes.

Lutero, responsável, assim, pela criação da moderna língua alemã e pela difusão do nome Alemanha, foi também o responsável pela primeira grande divisão do cristianismo da era moderna, ao defender a reforma da Igreja e opor-se ao papa, rompendo com a Igreja de Roma.

Essa grande controvérsia e divisão religiosa marcou todas as guerras e movimentos posteriores na Europa. O poder dos príncipes alemães saiu reforçado nesse processo, fazendo com que o Império passasse a se constituir de trezentos territórios soberanos, um monstro feudal com governos absolutistas.

Entre todos eles, destacou-se o Estado burocrático militarista prussiano, criado por Frederico Guilherme I, que se transformou num dos pilares do conservadorismo europeu.

Num esforço continuado, desenvolvido principalmente por Otto Von Bismarck, primeiro-ministro do príncipe Guilherme I, a Prússia conseguiu unificar a Alemanha sob sua hegemonia. Para Bismarck, “os grandes problemas desta época não se resolvem com discursos ou votações majoritárias, mas, sim, a sangue e ferro.” Em 1871, ao tempo em que proclamava o Reich alemão, Bismarck ordenava que suas tropas esmagassem a Comuna de Paris a pedido dos conservadores franceses, contra quem guerreara até há pouco.

A Alemanha unificada no II Reich entrou na disputa colonialista, ampliando seus interesses na África e na Ásia. Transformou-se na maior potência industrial da Europa na época e passou a exigir “um lugar ao sol” na divisão imperialista do mundo. Em função dos interesses de seus grandes grupos econômicos, necessitados de maiores mercados, armou expedições militares que ocuparam cidades na China (Tingtao) e Marrocos (Tanger). E participou ativamente no desencadeamento da Primeira Guerra Mundial ao incentivar a Áustria em sua política expansionista.

Logo após essa guerra, o exército alemão afogou em sangue as tentativas de implantar no país um regime de tipo soviético. E, juntamente com os conservadores, desestabilizou a República democrática estabelecida em Weimar. O grande capital alemão, diante da crise econômica e social, preferiu estimular e financiar a política de Hitler, do Partido Nacional Socialista da Alemanha (Nazista), antes denominado Partido Operário Alemão. Hitler propunha proclamar um Estado de exceção, resolver o problema do desemprego por meio do rearmamento do país e conquistar “o espaço vital” da Alemanha, “livrando o mundo do bolchevismo”.

Em 1933, após a vitória eleitoral de seu partido, Hitler foi nomeado chanceler. Com o apoio do Exército e dos capitalistas, fundou o III Reich e, colocando em prática o que se propunha, iniciou a preparação febril da Segunda Guerra Mundial. Apesar disso, na esperança de que os nazistas contribuíssem para reforçar o “cordão sanitário” em torno da União Soviética e conter os movimentos comunistas, socialistas e populares, as potências ocidentais estimularam o quanto puderam a Alemanha em sua política. Somente as exigências territoriais nazistas, ferindo os interesses daquelas potências, as levaram a posicionar-se tarde demais contra o perigo representado pela política de Hitler.

A guerra, que envolveu praticamente todos os países do mundo entre 1939 e 1945, ceifou a vida de mais de cinquenta milhões de pessoas e causou uma destruição nunca vista.

A Alemanha, que tinha como aliados Japão, Itália, Hungria e Romênia, foi derrotada e, como resultado, acabou sendo dividida em dois países, com governos e sistemas opostos. Em outubro de 1949, um mês após os setores ocupados pelas tropas norte-americanas, inglesas e francesas, com seus 248.630 quilômetros quadrados, terem se tornado a República Federal da Alemanha, o setor ocupado pelas tropas soviéticas, compreendendo as antigas regiões de Meklenberg, Brandenburg, Saxônia e Turingia, num total de 108.333 quilômetros quadrados, transformou-se na República Democrática Alemã.

Berlim, a tradicional capital do Reich, situada a 170 quilômetros da fronteira entre as duas Alemanhas, também permaneceu dividida, tornando-se um enclave no coração da Alemanha Democrática. Seu lado oeste, antes ocupado pelos franceses, ingleses e norte-americanos, passou a ser administrado pela República Federal, enquanto o setor leste tornou-se a capital da Alemanha Democrática.

A Alemanha Federal, com 61 milhões de habitantes, desde o início, beneficiou-se com a estratégia de guerra-fria desenvolvida pelas potências ocidentais.

Durante os cinco anos posteriores a 1949, recebeu do Plano Marshall mais de 3,2 milhões de dólares (de 1949), que permitiram a recuperação da produção agrícola e a modernização do parque industrial, que saíra milagrosamente intacto das destruições da guerra (somente 10% das fábricas e instalações industriais da Alemanha foram destruídos pelos bombardeios aliados.) Entretanto, o instrumento que deu o impulso para o tão falado “milagre alemão” do pós-guerra foi o conflito coreano. Iniciado em junho de 1950, causou grande procura de ferro, aço, máquinas pesadas e outros equipamentos pelos países ocidentais envolvidos, permitindo à Alemanha Federal superar o seu déficit na balança comercial e dar trabalho aos milhões de trabalhadores que se encontravam desempregados.

Sem ser onerada por despesas militares – as duas Alemanhas estavam proibidas, até então, de ter exércitos –, a Alemanha Federal estabeleceu uma política de investimentos com prioridade ao desenvolvimento industrial.

Os empresários tiveram uma série de incentivos: isenções fiscais para os que reinvestissem seus lucros, isenção de impostos para as horas-extras e para as altas rendas e exportações. Em outras palavras, o governo alemão-ocidental transferiu recursos públicos: para estimular os empresários a investir. Não por acaso, a participação dos salários no produto interno foi relativamente baixa nos anos do milagre.

Em 1970, a Alemanha Federal era a quarta potência industrial do mundo. Seu ininterrupto crescimento econômico colocou-a diante da escassez de mão-de-obra, levando-a a uma política de recrutamento de trabalhadores estrangeiros ou “trabalhadores convidados” (*gastarbeiter*). Mais de 4,6 milhões de turcos, iugoslavos, italianos, gregos, espanhóis e portugueses incorporaram-se à força de trabalho nacional.

O “milagre” terminou com a recessão de 1966/67, colocando no desemprego 1,3 milhão de trabalhadores. O governo alemão-ocidental teve que retomar o método de ajudar os empresários a investir nas indústrias e ramos em dificuldades.

Embora membro proeminente da economia de livre mercado, a Alemanha Federal utilizou o planejamento e os investimentos públicos como instrumentos importantes para a recuperação econômica. Na superação dos problemas enfrentados posteriormente, com as crises do petróleo em 1973 e 1978 e com a recessão do início dos anos oitenta, esses instrumentos voltaram a desempenhar o mesmo papel.

Com uma economia baseada em tecnologias avançadas voltadas fundamen-

talmente para a exportação, a Alemanha Federal transformou-se numa potência com interesses na esmagadora maioria dos países do mundo. Com isso, conseguiu inclusive o “milagre” de recuperar suas regiões onde o meioambiente fora destruído pelas minas de carvão, siderúrgicas e outras indústrias poluidoras: simplesmente exportou para outros países os ramos industriais indesejáveis.

Por seu lado, com apenas 17 milhões de habitantes, a Alemanha Democrática enfrentou, desde o início, uma situação completamente diferente. Não havia a seu lado qualquer potência enriquecida pela guerra e disposta a investir grandes recursos na sua recuperação.

A União Soviética curava suas próprias feridas e perdas e seu movimento inicial foi desmontar fábricas e equipamentos alemães para tomá-los como indenizações de guerra. Isso reduziu a capacidade industrial da Alemanha do Leste em 45%.

Além disso, outro fator agravante foi o constante fluxo de alemães do setor controlado pelos soviéticos para os setores controlados pelos aliados ocidentais.

Mais de 3 milhões de trabalhadores transferiram-se para o oeste, seja influenciados pela antiga propaganda nazista contra os soviéticos, seja sob a ação da propaganda da Guerra Fria, ou dos erros políticos cometidos pelo governo socialista, colocando em risco a recuperação econômica da Alemanha Democrática.

Para preservar sua força de trabalho, o governo alemão-oriental decidiu construir uma extensa zona de ninguém. Constituída de valetas e faixas proibidas, a zona estendia-se ao longo dos 1.338 quilômetros de fronteira entre as duas Alemanhas, indo da Baía de Lubeck, ao norte, até a fronteira com a Tchecoslováquia, a sudeste de Hof, na Baviera, ao sul. Bloqueando 32 ferrovias, três *autobahn* (vias expressas) e 31 rodovias, os alemães-orientais conseguiram em parte conter o êxodo para o Ocidente.

Berlim continuava porém uma porta aberta para o lado ocidental, apesar de encravada no centro da Alemanha Democrática.

Para fechá-la, o governo alemão-oriental adotou, em agosto de 1961, medida idêntica à de 1952 para dificultar a travessia da fronteira entre as Alemanhas: construiu o famoso Muro. A partir daí, o crescimento vegetativo da população do lado oriental passou a suplantiar a fuga eventual para o lado ocidental.

Além dos pequenos recursos humanos, a parte oriental também é pobre em recursos minerais. Enquanto a Alemanha Ocidental possui grandes jazidas de carvão mineral e ferro, a Alemanha do Leste somente é rica em potassa e linhita, esta

responsável por 80% da energia gerada no país e pelos seus principais problemas de poluição.

Entretanto, apesar dessas e de outras dificuldades relacionadas com as barreiras criadas pela Guerra Fria, a Alemanha Democrática realizou pesados investimentos na área da educação. Criou toda uma nova geração de trabalhadores especializados e conseguiu, na década de sessenta, também viver o seu “milagre econômico”.

A SOLIDARIEDADE PARTIDA

Apesar das aparências, a Polônia não é um país uniforme. O sétimo maior país europeu em extensão, com 312.700 quilômetros quadrados, possui, além de sua planície central, as regiões dos lagos glaciais e a costa báltica, ao norte, as florestas primitivas do nordeste e as regiões montanhosas do sul, onde estão situados os montes Tatras e os Sudetos. E, além dos poloneses, descendentes da tribo eslava dos Polânios, habitam suas terras grupos dispersos de húngaros, alemães, eslavos do sul e ucranianos.

Imprensados entre a Alemanha, Tchecoslováquia e União Soviética, desde o passado mais remoto, os poloneses viram-se ameaçados, de uma forma ou outra, por seus vizinhos. Sem barreiras naturais nas extremidades leste e oeste de sua planície central, a Polônia sempre encontrou grandes dificuldades para defender seu território e sua identidade nacional.

Seu território, ocupado originalmente pelos eslavos ocidentais (polacos, pomerânios, masovios), foi constantemente atravessado pelos povos do norte (germanos do norte e bálticos) e pelos povos estepários (hunos, tártaros, ávaros) em suas incursões aos Balcãs e Bizâncio. Os normandos fundaram o Ducado da Polônia, constituindo uma aristocracia comercial e guerreira superposta à população eslava, por volta do ano 1.000. Logo depois, os eslavos conseguiram formar um Estado independente que se confrontou com a política de expansão germânica para o leste e com as pretensões russas no oeste.

Em 1795, a Polônia deixa de existir como nação independente por 120 anos. Suas fronteiras sofrem então modificações segundo as disputas das grandes potências européias.

As guerras deixaram marcas profundas na Polônia, embora nenhuma delas tão trágica quanto a Segunda Guerra Mundial. Os 38 milhões de habitantes de hoje ainda são menos do que os 39 milhões existentes em 1939.

Grande parte das cidades polonesas foi destruída e Varsóvia, sua capital, teve 86% de suas construções reduzidas a pó. Na nova divisão territorial do pós-guerra, cerca de duzentos quilômetros dos territórios do leste, constituídos de regiões rurais, foram permutados por regiões do oeste e noroeste, que antes pertenciam à Alemanha. Aí, foi incluída a antiga Dantzig (hoje Gdansk).

Apesar da terrível destruição sofrida pela Polônia, o sistema de planejamento centralizado, instaurado com o novo regime socialista após a libertação da ocupa-

ção nazista, conseguiu reconstruir a economia e o país, estabelecendo um razoável parque industrial. Em 1970, dos mais de 15 milhões de pessoas ativas, 35% dedicavam-se a indústria e construção, enquanto 30% continuavam na agricultura. Comparados com 1946, quando 68% viviam da terra, esses dados mostram uma modificação considerável da economia polonesa.

Com mais de 50% de suas terras agricultáveis, a Polônia foi um importante exportador de alimentos na década de cinqüenta. Mas, incapaz de modernizar sua produção agrícola, tornou-se importadora de alimentos. Cresceram os problemas de abastecimento de vários dos produtos de primeira necessidade, como a carne, gerando descontentamentos entre a população. Entretanto, não se pode responsabilizar a estatização ou a coletivização cooperativista por esses problemas.

As propriedades agrícolas cooperativas e estatais englobavam somente 23% do total da propriedade da terra, enquanto as propriedades privadas de pequenos agricultores somavam 77%.

É verdade que a estrutura industrial polonesa, voltada principalmente para a siderurgia (12 milhões de toneladas anuais) e para a produção de equipamentos pesados, não atendia as necessidades da agricultura nem da indústria de consumo.

Assim, os governos socialistas melhoraram sensivelmente a situação habitacional, de assistência médica e previdência social, mas não conseguiram desenvolver positivamente o poder aquisitivo, o abastecimento e outros benefícios sociais, conduzindo os trabalhadores a realizar inúmeros movimentos de protesto. A forte presença do catolicismo e da ação social e política da Igreja foram componentes importantes nesses movimentos e na pressão para mudanças radicais no sistema econômico e político.

Em Poznan, cidade industrial a oeste de Varsóvia, ocorreu o primeiro levante sério dos trabalhadores contra o governo, obrigando a mudanças na direção do país e na introdução de reformas econômicas que poderiam ter levado a Polônia a fugir do modelo altamente centralizado.

Mas as reformas foram de pequeno fôlego e a economia continuou em seu processo de deterioração. Em 1970, o governo viu-se na contingência de elevar os preços dos alimentos básicos, gerando uma tempestade de greves, protestos e ocupações de fábricas, repressões policiais e militares, mortes. O governo Gomulka teve que renunciar e novas reformas foram prometidas pelo governo que o sucedeu.

Através de empréstimos externos e importação de tecnologia e máquinas, particularmente ocidentais, o novo governo realimentou o crescimento econômi-

co, voltando-o principalmente para a produção de bens de consumo. Entretanto, incapaz de modificar o padrão de produção agrícola para elevar sua produtividade e seu volume, viu-se novamente diante da necessidade de elevar os preços dos alimentos básicos, a fim de diminuir os subsídios e sua carga sobre o orçamento estatal.

Em junho de 1976, diante dessa tentativa do governo, repetiram-se as greves e protestos. A mistura de subsídios exorbitantes, produtividade declinante e crescimento da dívida externa para 17 bilhões de dólares, tornou incontrolável o monitoramento da economia. Era previsível, pois, uma nova explosão de protesto dos trabalhadores, que acabou ocorrendo em 1980.

Essa explosão foi importante para o futuro da Polônia, tanto pela grande mobilização dos trabalhadores quanto por sua decisão de formar o Sindicato Solidariedade e pela formação de um novo governo.

Este, dirigido pelo General Jaruzelski, apesar de haver colocado o país sob lei marcial e o Sindicato Solidariedade fora da lei, por outro lado, retomou as reformas econômicas de sentido liberal e propiciou as condições para a implantação do pluripartidarismo e a realização de eleições, inclusive a recente eleição que levou Lech Walesa à presidência.

Entretanto, se essas mudanças abriram novos horizontes para a Polônia, muitos dos quais ainda nebulosos, pelo menos uma coisa é clara. As eleições presidenciais, colocando em campos opostos duas alas do antigo sindicato independente fundado em Gdansk, partiram definitivamente a antiga solidariedade que unia a maior parte dos trabalhadores poloneses.

O PAÍS DOS CASTELOS

A Tchecoslováquia, para um visitante desavisado, parece uma única nação. A língua falada em suas três grandes regiões – Boêmia, Morávia e Eslováquia – parece uma só, possuindo uma mesma raiz eslava. Entretanto, checos (boêmios e morávios) e eslovacos esforçam-se por diferenciar suas culturas e firmar suas próprias nacionalidades e as características diferentes de suas línguas.

Sua história comum começa entre os anos 400 e 600 de nossa era. Tribos eslavas deslocaram-se para as bacias dos rios Danúbio, Vltava e Tisza e, por volta dos anos 800, fundaram o Império Morávio. Cem anos depois, porém, os magiares invadiram a região e ocuparam toda a bacia do Danúbio e do Tisza.

As populações eslavas que ficaram sob o domínio magiar até o século atual seguiram um caminho diferente dos eslavos do norte (checos). Estes ainda tiveram quatrocentos anos de vida independente, só depois sendo dominados pelo Império Austríaco, situação que perdurou até o século atual.

Somente em 1918, após a Primeira Guerra Mundial, como resultado das negociações de paz, checos e eslovacos voltaram a formar uma federação e o território de sua República ganhou a conformação que tem hoje, com seus 127.894 quilômetros quadrados e seus 15 milhões de habitantes. Além dos checos e eslovacos, porém, o território da República abriga minorias nacionais húngaras, ucranianas, polonesas e alemãs. Dois terços dos habitantes são checos.

A Boêmia fica situada a oeste. É uma região cercada por montanhas, separadas por vales e gargantas que se comunicam entre si e onde foram construídas cidades com vida comercial e cultural intensas. Quase duzentas fontes minerais e estações de águas – a exemplo de Karlovy Vary – e mais três mil castelos e palácios são a expressão mais nítida do desenvolvimento que a região alcançou desde a Idade Média. Em Praga, a principal cidade da Boêmia e capital da Tchecoslováquia, encontra-se a maior concentração arquitetônica do período medieval, com destaque para o Castelo de Praga, a catedral gótica de São Vito e os prédios da praça da Prefeitura da Cidade Velha.

A Morávia, situada a leste, embora possua regiões rurais de rara beleza, também pontilhadas de castelos e palácios oriundos do período medieval, é a zona industrial da Tchecoslováquia. Rica em recursos minerais (carvão, ferro, níquel etc.), foi seu desenvolvimento na segunda metade do século passado que colocou o país como um dos mais industrializados da Europa, ainda como parte do Im-

pério Austríaco. As indústrias Bata e Skoda tornaram-se mundialmente famosas, desde o fim do século passado, na fabricação de calçados, armamentos, motores, máquinas e automóveis.

A Eslováquia, compreendendo a parte leste do país, é toda montanhosa, excetuando-se somente sua porção sul, onde corre o Danúbio através de planícies férteis. Na fronteira com a Polônia, sobre os Cárpatos, encontram-se os Altos Tatras, com mais de 2.600 metros de altura. Densas florestas cobrem boa parte de seu território. Bratislava, sua capital, e outras cidades da República, conheceram um rápido processo de industrialização após a Segunda Guerra Mundial, transformando consideravelmente a paisagem da antiga Eslováquia rural.

No período imediatamente anterior à Segunda Guerra Mundial, a Tchecoslováquia fora uma vez mais desmembrada. O Acordo de Munique, assinado pela Inglaterra, França, Itália e Alemanha, supostamente para aplacar as pretensões territoriais de Hitler, cedeu os Sudetos à Alemanha e outras parcelas à Hungria e à Polônia.

Embora tenha sofrido os horrores da ocupação germânica, a Tchecoslováquia teve a maior parte de seu parque industrial preservado. Forte na construção de máquinas e equipamentos leves, essa tradição industrial checa não foi, porém, aproveitada pelo regime socialista, implantado após a libertação do país. Ao dar prioridade absoluta à indústria pesada, em particular à siderurgia, abandonou aquela tradição, situação que se agravou com a Guerra Fria. Esta impediu que os checos mantivessem seus tradicionais laços comerciais com o Ocidente, causando um impacto muito negativo sobre as indústrias de bens de consumo duráveis, como calçados e cristais, que possuíam grande procura na Europa e outros continentes.

Apesar desses problemas, a Tchecoslováquia experimentou um rápido desenvolvimento econômico no pós-guerra, com a extensão de benefícios sociais à maioria da população. Com a maior parte de sua indústria estatizada e sua agricultura coletivizada, os checos eram, juntamente com os alemães-orientais, os países de maior desenvolvimento e padrão de vida na Europa do Leste. Mesmo assim, já na década de sessenta, o sistema econômico ultracentralizado mostrou sinais evidentes de exaustão e passou a exigir reformas. Do mesmo modo que o regime político autoritário, que não comportava mais as aspirações de liberdade e participação da população, nem as demandas dos eslovacos que também aspiravam igualdade nacional.

As reformas de 1968, a chamada Primavera de Praga, representaram a tentativa checoslovaca de criar um “socialismo de rosto humano”, como dizia Alexander Dubcek, um eslovaco que se tornou o principal dirigente do PC Checoslovaco no poder. As reformas checas, um pouco no rumo das que vinham sendo testadas na Hungria, pretendiam dar maior autonomia às empresas industriais e agrícolas, permitir o funcionamento de pequenas empresas particulares, diminuir a rigidez do planejamento central e retomar alguns mecanismos de mercado. No campo político, diminuiriam o papel do PC na administração, ampliariam a participação de outras forças políticas e estabeleceriam a liberdade de opinião e organização.

Tropas do Pacto de Varsóvia, comandadas pela União Soviética, invadiram a Tchecoslováquia a vinte de agosto de 1968, para impedir o prosseguimento dessas reformas e afastar do poder seus formuladores. Cerca de meio milhão de membros do PC foram expulsos ou afastados por seu apoio à Primavera de Praga, no processo chamado pelas novas autoridades de “normalização”. Mesmo assim, algumas conquistas ficaram: em 1969, a Tchecoslováquia tornou-se uma federação binacional, com checos e eslovacos constituindo legislativos próprios e gozando formalmente de direitos iguais. E a Eslováquia foi ainda agraciada com a parte mais substancial dos investimentos do novo governo, para alcançar um novo ciclo de crescimento econômico.

Na década de setenta, a economia checa abasteceu a população com alimentos básicos e outros artigos de consumo. Houve uma melhora considerável do poder aquisitivo e o padrão geral de vida se elevou, embora a repressão política também se acentuasse. Mas, nos anos oitenta, voltaram a manifestar-se com força os diversos problemas estruturais da economia altamente centralizada, aumentando os desequilíbrios entre os diferentes ramos econômicos.

Para manter seu padrão de vida relativamente alto, os checos criaram uma vasta e diversificada economia clandestina, que se chocava de frente com os dispositivos políticos do regime. A solução dessa contradição está sendo tentada pelo governo resultante da “Revolução de Veludo”, ocorrida no final de 1989. Os castelos não foram sequer abalados.

PLANÍCIES SEM FIM

Com pouco mais de 93 mil quilômetros quadrados, a Hungria é o 18º país europeu em extensão. Seus 10 milhões de habitantes são compostos por húngaros, alemães, eslovacos, eslavos meridionais e romenos. Outros 4 milhões de húngaros vivem nos países vizinhos, particularmente na Romênia. Vinte por cento da população está concentrada em Budapeste, e outros 40% estão concentrados em 125 cidades médias e pequenas.

Com mais da metade do seu território situado numa altitude média inferior a duzentos metros, a Hungria é um país essencialmente de planícies e terras baixas, envolvidas pelas cadeias montanhosas dos montes Cárpatos, Alpes e Alpes Dináricos dos países vizinhos. Suas poucas regiões acidentadas estão situadas na Transdanúbia e nas montanhas Bakony.

O Estado húngaro foi fundado depois que os magiares, exímios cavaleiros nômades, passaram a ocupar a grande planície, tornaram-se povo sedentário e instituíram paulatinamente a ordem feudal. Um dos príncipes feudais, Geza, esmagou uma rebelião dos clãs magiares, foi proclamado rei e converteu-se ao cristianismo por volta do ano 1000. Seu filho Estevam (canonizado pela Igreja como Santo Estevam) obrigou toda a população a converter-se ao catolicismo e consolidou o poder feudal. Esse processo foi, porém, interrompido, no ano 1240, pela invasão dos tártaros (mongóis), que devastaram todo o país.

Guerras internas e invasões foram enfrentadas pela Hungria até os tempos modernos. Os turcos otomanos, em particular, assediaram a Hungria desde o início dos anos 1400, conseguindo finalmente dominá-la em 1526. A ocupação turca durou 150 anos, sendo então substituída, após prolongado e sangrento processo de luta, pelo Império Austríaco. O movimento jacobino húngaro e a Revolução de 1848 conduziram a um Compromisso Histórico com os dominadores austríacos, que desembocou na formação do Império Austro-Húngaro.

Participantes da Primeira Guerra Mundial ao lado dos alemães, os húngaros experimentaram em 1918 uma grande insurreição popular que pôs fim à monarquia e, no curso do processo, instaurou uma República dos Conselhos, que durou quatro meses e foi esmagada sob o peso da intervenção estrangeira. De qualquer modo, o Tratado de Paz que se seguiu à guerra deu por findo o Império Austro-Húngaro e estabeleceu as novas fronteiras do país.

O governo Horthy, da aristocracia húngara, que se seguiu à frustrada ten-

tativa de implantação de um regime popular, perdurou por 25 anos e atrelou a sorte da Hungria aos interesses da Alemanha de Hitler. Libertado pelas tropas soviéticas em abril de 1945, o país viu instalar-se um novo governo de tendência socialista, que realizou a reforma agrária e iniciou o processo de reconstrução econômica e social.

A adoção de uma política autoritária de poder, combinada a um modelo econômico que pouco ou nada tinha a ver com a realidade húngara, se, por um lado, permitiu um crescimento razoável da indústria pesada e a melhoria das condições de alguns setores sociais, por outro, introduziu um processo forçado de coletivização agrícola que causou transtornos ao abastecimento e ao nível de vida da população. O resultado desse conjunto de fatores foi a revolta de Outubro de 1956, esmagada pelas tropas soviéticas.

A reorganização da vida econômica, social e política do país após os acontecimentos de 1956 tornou-se imperiosa e foi realizada de forma paulatina pelo novo governo dirigido por Janos Kadar. Embora mantendo o elo econômico centralizado, a Hungria experimentou então a introdução de diversas mudanças. As empresas estatais ganharam certa autonomia, foi dada permissão à existência de pequenas propriedades no comércio e nos serviços, formaram-se empresas mistas estatais-privadas e os agricultores ganharam o direito de possuir seu pequeno lote e criação individual, além do trabalho na cooperativa ou granja estatal.

Em 1968, essas medidas experimentais constituíram um novo sistema de direção da economia, que combinava a existência de propriedades estatais e particulares e articulava o planejamento com o mercado. Ao mesmo tempo, embora mantendo o despotismo político, o governo Kadar permitiu um grau variado de liberdades políticas, distinguindo-se nesse sentido dos demais países do Leste Europeu.

Apesar disso tudo, a autonomia das empresas ainda permaneceu limitada e a absorção relativamente controlada de empréstimos externos colocou a Hungria ante dificuldades econômicas crescentes. Houve, no entanto, uma melhoria substancial no abastecimento de produtos de consumo.

Certos produtos húngaros sempre foram apreciados em todo o mundo. Suas robustas bicicletas, seus ônibus Ikarus, os equipamentos médicos Medicor, seus computadores e uma variada gama de confecções, muitas das quais fabricadas sob licença de conhecidas marcas ocidentais, garantiram à Hungria divisas importantes para seu desenvolvimento. Mas, a partir do início da década de

oitenta, com os problemas que afetaram a maioria dos países, essas exportações enfrentaram problemas e com elas toda a economia do país.

A crise ganhou proporções, o socialismo praticado perdeu apoio e entrou em decadência. Nas planícies sem fim da Hungria, somente as cooperativas parecem atestar que ele pode dar certo.

MOSAICO QUEBRADO

Embora sua história se perca no tempo, desde a época dos ilírios, há cerca de 5 mil anos, a Iugoslávia só existe como país multinacional a partir de 1918. Localizada nos Balcãs, a região foi ocupada sucessivamente por gregos, romanos, godos, hunos, vândalos, ávaros e pelos eslavos do sul, que acabaram por criar raízes e transformar-se na população predominante, embora com suas diferenças étnicas acentuadas.

Essas diferenças marcaram os reinos feudais que se constituíram na região, primeiramente na Croácia e na Sérvia, por volta dos anos mil de nossa era.

O reino croata surgiu da luta contra os venezianos, húngaros e turcos. Sob influência romana-católica e frente à constante ameaça do Império Otomano, que lhe arrancara a Bósnia, procurou na união dinástica com a Hungria, em 1302, uma forma de proteger-se de outras expansões. Já o reino sérvio, após a morte de seu fundador Miguel de Zeta, fracionou-se em diversos clãs, entre os quais Montenegro e Herzegovina. Mais tarde, os clãs voltaram a unificar-se: o reino da Sérvia então se expandiu e absorveu vários estados feudais búlgaros, a Macedônia, o Épiro e a Albânia.

Os principais fatores da expansão sérvia foram sua unificação em torno de uma igreja nacional sérvio-ortodoxa e a transformação da organização tribal dos eslavos do sul em Estado feudal do tipo ocidental. Surgiu a classe dos nobres e os camponeses livres foram transformados em servos. As cidades obtiveram privilégios, e o Estado foi administrado pela nobreza. A igreja tornou-se a maior proprietária de terras do reino.

No final dos anos 1300, a dinastia sérvia voltou a fracionar-se e, assediada pelos turcos, não conseguiu evitar sua incorporação ao Império Otomano, em 1459. Os turcos dominaram os Balcãs por cerca de quinhentos anos, influenciando poderosamente na cultura, na religião e na organização econômica e política. Muitos eslavos, antes sob a influência romano-católica ou grego-ortodoxa, tornaram-se muçulmanos, particularmente na Bósnia e Herzegovina.

Em 1875, os Estados Balcânicos submetidos ao Império Otomano sublevaram-se, ao mesmo tempo que a Rússia iniciava sua guerra contra a Turquia, a pretexto de libertar os cristãos. Sérvia e Montenegro alcançaram a independência, mas a Macedônia continuou sob domínio turco e Bósnia e Herzegovina ficaram sob administração austríaca.

O Império Austro-Húngaro também procurou ampliar sua área de influência balcânica, antes restrita à Croácia, mas enfrentou a resistência dos turcos e dos sérvios. Estes tinham em vista, após sua independência, recriar a Grande Sérvia. A Rússia, que pretendia a abertura dos estreitos de Bósforo e Dardanelos à livre navegação para a passagem de seus navios de guerra, sentiu-se ameaçada pelas pretensões austríacas e apoiou os sérvios. Inglaterra, França e Alemanha, as grandes potências européias que comandavam as expansões territoriais e a busca de novos mercados, também interferiram de diferentes meios na crise balcânica. O mesmo fez a Itália, que tinha interesses na Croácia.

A Revolução dos Jovens Turcos, em 1908, que transformou o Império Otomano num estado constitucional, estimulou as ambições nacionalistas das regiões até então submetidas e abriu campo para uma intervenção ainda maior das potências ocidentais. A Sérvia, apoiada pela diplomacia russa, uniu-se à Bulgária, a Montenegro e à Grécia, declarando guerra à Turquia. A Sérvia exigia o norte da Macedônia; Bulgária pretendia a Trácia e a costa do mar Egeu; Montenegro queria manter o que já possuía.

Essa primeira guerra balcânica criou uma situação internacional grave. A Itália opôs-se às pretensões sérvias de acesso ao Adriático, procurou anexar a Albânia e ocupou a região grega de Dodecaneso. A Áustria rechaçou todas as pretensões de expansão territorial de sérvios e italianos, aliando-se à Bulgária em suas pretensões de conquistar, da Sérvia, o norte da Macedônia. Rússia, Alemanha, França e Inglaterra continuaram interferindo e realizando alianças de acordo com seus próprios interesses. O resultado imediato foi a segunda guerra balcânica, entre Bulgária e Sérvia, em 1913. A Sérvia manteve o norte da Macedônia, mas continuou sem acesso ao Adriático em virtude da oposição da Áustria.

O mosaico balcânico continuou instável e tenso em virtude das pretensões nacionalistas e da política das grandes potências. Em julho de 1914, o arquiduque Francisco Ferdinando, herdeiro do trono austríaco, foi assassinado por um jovem estudante bósnio, membro da organização “Unidade ou Morte”, em Sarajevo, capital da Bósnia e Herzegovina. Era o estopim que faltava para o desencadeamento da Primeira Guerra Mundial. O Império Austro-Húngaro tomou o fato como pretexto para declarar guerra à Sérvia e expandir-se nos Balcãs.

Na fase final da guerra, representantes da Sérvia, Croácia, Eslovênia e Montenegro assinaram uma declaração na qual mostravam sua disposição de formar um Estado único sob a coroa sérvia, Estado que passaria a chamar-se Iugoslávia

e no qual todos os povos teriam igualdade de direitos. Pela primeira vez em sua história, o mosaico balcânico poderia unificar-se.

Apesar disso, o período que se seguiu foi conturbado. A Itália ocupou a Ístria e parte do território da Dalmácia, de acordo com um tratado secreto que firmara com Inglaterra, França e Rússia. Diferentes distúrbios nacionais sacudiram o novo Estado em virtude da política hegemônica do reino sérvio. E, no início de 1941, o regente Paulo assinou um acordo secreto com Hitler, dando-lhe suporte em troca de Salônica, na parte grega da Macedônia. Sob pressão popular, o regente foi destituído e o pacto denunciado, o que levou as tropas alemãs, sem qualquer declaração formal de guerra, a bombardear Belgrado e ocupar o país. Daí até o final da Segunda Guerra Mundial, as diversas nacionalidades da Iugoslávia desencadearam uma resistência guerrilheira de larga escala, dirigidas particularmente pelos *partisans* da Liga dos Comunistas. Os guerrilheiros realistas croatas, dirigidos pelo Coronel Caza Mihailovic, que inicialmente pareciam querer juntar suas forças aos comunistas para uma luta conjunta contra os alemães, na realidade, apoiaram os alemães contra o Exército Popular de Libertação Nacional, comandado por Josip Broz Tito.

Os iugoslavos pagaram um alto preço na guerra de resistência: um milhão e setecentos mil mortos. Mas, em 1945, as tropas guerrilheiras libertaram o país e proclamaram a república socialista federal, incluindo Eslovênia, Croácia, Sérvia, Montenegro, Bósnia-Herzegovina e Macedônia como nações federadas. O mosaico tornou-se peça única, pelo menos na aparência. No período posterior, o novo governo empreendeu a socialização do país, nacionalizando a indústria, o comércio e os bancos, realizando a coletivização da agricultura e introduzindo a seguridade social.

Procedendo a um processo de repressão contra os chamados inimigos do socialismo nos mesmos moldes dos demais países que haviam ingressado no caminho socialista, a Iugoslávia não escondia suas pretensões de estabelecer uma grande federação balcânica, incluindo a Bulgária e a Albânia. Mas isto se chocava contra a idéia de centro dirigente exercido pela União Soviética.

Essas e outras divergências dos iugoslavos com a União Soviética e demais países do Leste Europeu conduziram ao rompimento entre eles e empurraram a Iugoslávia a realizar acordos comerciais com os países ocidentais e tentar novas experiências econômicas. A partir de 1950, foram implantados sistemas de autogestão nas empresas estatais, ao mesmo tempo que os planos obrigatórios

de coletivização agrícola foram abandonados e se permitiu a criação de pequenas empresas industriais e comerciais.

Apesar das mudanças introduzidas na propriedade e gestão econômicas socialistas, a maioria das quais perdura até hoje, a gestão política continuou idêntica à dos demais países socialistas: estabeleceu-se a ditadura da Liga dos Comunistas, tendo Tito como maior figura, e as principais liberdades foram suprimidas a pretexto de impedir a restauração burguesa. Mesmo assim, a Iugoslávia obteve um razoável desenvolvimento econômico, elevou o padrão de vida de sua população e teve participação ativa na criação do movimento dos países não-alinhados. Mas não conseguiu escapar da crise do socialismo e do perigo de ver seu mosaico multinacional partir-se.

A TRÁCIA DE ESPÁRTACO

A Bulgária situa-se nos Balcãs orientais, banhada pelo Mar Negro. Com cerca de 10 milhões de habitantes, seu território ocupa uma parte do que no passado antigo foi chamada de Trácia. Escavações arqueológicas recentes encontraram inúmeros sinais de vida dos trácios há sete mil anos atrás, quase tão antigos quanto chineses e egípcios.

As terras trácias, com o passar dos anos, foram sucessivamente ocupadas pelos gregos, macedônios e romanos. E seus habitantes constituíram fonte importante de escravos para as minas e propriedades romanas. Espártaco, que liderou uma grande insurreição escrava contra o Império Romano em 74 da era cristã e se transformou num símbolo da luta dos homens pela liberdade e dignidade, era trácio.

Do ano 300 em diante, eslavos do sul e proto-búlgaros, algumas das diversas tribos bárbaras que assediaram e destruíram o Império de Roma, foram se localizando nas antigas terras da Trácia, ao sul do Danúbio, até formarem seu primeiro Estado no ano 681. Pressionados pelo Império Romano do Oriente (Bizâncio/Constantinopla) e outros vizinhos, o Estado búlgaro adotou o cristianismo em meados dos anos 800, a fim de livrar-se dos ataques que tinham como pretexto o paganismo e o barbarismo dos eslavos.

Isso não livrou a Bulgária de distúrbios internos – sua nobreza era pródiga na ostentação de riquezas e na espoliação dos servos – nem de guerras contra os vizinhos. Em 1018, caiu sob a dominação bizantina, que durou 170 anos. E, por volta dos anos 1500, depois de novas guerras internas e externas que o debilitaram, o Estado búlgaro caiu sob domínio otomano por cinco séculos. Só em 1878, após insurreições populares e a guerra russo-turca de 1887, o Principado da Bulgária reconquistou sua independência. As disputas territoriais dos Balcãs envolveram a Bulgária nas duas guerras desencadeadas na região, em 1912 e 1913. E sua participação na Primeira Guerra Mundial, ao lado dos alemães, fez com que ela perdesse para a Grécia os territórios trácios da costa mediterrânea (mar Egeu).

No período entre as duas grandes guerras mundiais, a Bulgária continuou um país essencialmente agrário, embora algumas indústrias tenham se instalado em seu território. Os pequenos e médios proprietários rurais conseguiram ter uma forte representação política através do Partido Agrário, que conseguiu maioria parlamentar em 1919, assumiu o governo e empreendeu uma série de reformas econômicas e sociais (reforma agrária, monopólio estatal e cooperativo do comer-

cio de cereais e desapropriação do solo urbano). As resistências e conspirações dos latifundiários, grandes comerciantes e antigos nobres conduziram a um golpe militar em 1923 e à instauração de um regime autoritário e despótico.

Em 1941, a Bulgária aderiu ao Pacto Tripartite (Alemanha, Itália e Japão) e logo após os exércitos alemães se trasladaram a seu território para atacar a Grécia e a Iugoslávia e cobrir seu flanco sudoeste, em vista de seu próximo ataque à URSS. Em setembro de 1944, o governo pró-alemão foi deposto, um pouco antes de o país ser libertado pelas tropas do exército soviético. Um plebiscito aboliu a monarquia e estabeleceu um governo de democracia popular. A Bulgária era um dos países mais atrasados da Europa na ocasião. O caminho socialista fez com que o país fosse eletrificado e passasse a produzir aço e uma série de outros produtos metalúrgicos. O setor de construção de máquinas foi implantado no país e a indústria química cresceu ao ponto de gerar mais de 10% da renda nacional. A agricultura, que antes da guerra era o setor predominante da economia, passou a gerar apenas 25% da renda nacional, cabendo à indústria 60%. Pela primeira vez em sua história, o povo búlgaro recebeu uma série considerável de medidas de proteção social, em particular, a garantia de emprego.

Entretanto, o modelo econômico centralizado copiado da União Soviética começou a esgotar-se já na década de sessenta. Suas indústrias siderúrgicas e metalúrgicas exigiam um gasto de materiais e matérias-primas superior às condições do país. O nível tecnológico e a organização da produção não foram desenvolvidos para aproveitar plenamente os pequenos recursos humanos disponíveis pela Bulgária. E o tipo cartorial de pleno emprego tornou-se um sério empecilho ao desenvolvimento tecnológico.

Esse esgotamento tornou-se particularmente agudo na década de setenta, com o constante declínio da economia após consecutivos anos de crescimento. O sistema político despótico e autoritário abria poucas condições para o afluxo das demandas sociais e a realização de reformas, levando o país a um perigoso processo de estagnação. Somente em 1987, após o início das reformas soviéticas, é que o governo búlgaro decidiu introduzir mudanças na gestão econômica das empresas, permitir a constituição de propriedades mistas e privadas, aceitar a participação de capitais estrangeiros e estimular vários outros mecanismos de mercado.

A situação já havia, porém, se deteriorado e só uma mudança política de vulto poderia dar certa garantia de que as mudanças se realizariam.

LATINOS ENTRE ESLAVOS

Desde os tempos antigos, tribos trácias e dácias habitavam o baixo Danúbio, entre os Cárpatos meridionais e o Mar Negro. A partir do início da era cristã, porém, o Império Romano se estendeu para o oriente, dominando todos esses territórios e os povos que os habitavam. O posterior avanço dos chamados povos bárbaros (godos, visigodos, ostrogodos, hunos, ávaros e eslavos, entre outros) minou o Império e voltou a modificar o panorama populacional e cultural dessas regiões.

Os valáquios, uma das tribos eslavas do sul que se espalharam pelos Balcãs, foram paulatinamente se sedentarizando ao norte do Danúbio. E, ao contrário das outras tribos eslavas, assimilaram a língua latina e se tornaram uma espécie de enclave latino entre os eslavos da costa do Mar Negro.

A Valáquia tornou-se um território de passagem dos povos das estepes orientais em suas migrações e ações de guerra contra Bizâncio e os Balcãs. Por volta do ano 1000, conquistou territórios húngaros e fundou alguns principados, mas, atacada pelos mongóis, passou a lhes render vassalagem. Em 1394, caiu sob domínio turco-otomano.

Em 1600, a Valáquia tentou rebelar-se contra o Império Otomano, unindo-se à Moldávia e à Transilvânia, mas a tentativa foi esmagada. Somente em 1858, os príncipes da Moldávia e Valáquia conseguiram concretizar essa união, proclamando, em 1861, o Estado da Romênia. Os bens da igreja foram nacionalizados, os camponeses foram libertados da servidão e implantadas diversas outras reformas que permitiram a construção de ferrovias, a adoção de novas formas de ensino e a exploração das fontes de petróleo.

Mas a independência só chegou em 1878, após o levantamento e guerras dos Estados balcânicos contra a Turquia. No período anterior à Primeira Guerra Mundial, a Romênia aderiu à Tríplice Aliança (Alemanha, Itália e Áustria, dirigida contra a França). Quando a guerra estalou, declarou sua neutralidade e, mais tarde, na base de um acordo para estabelecer sua soberania sobre a Transilvânia, Banato e Bukovina, a Romênia decidiu entrar na guerra contra a Áustria-Hungria. Com isso, duplicou seu território e transformou-se num estado plurinacional.

O período entre as duas guerras mundiais foi marcado por uma política interna autoritária monárquica e externamente pela crescente influência alemã. Em 1941, a Romênia aderiu ao Pacto Tripartite (Alemanha, Itália e Japão) e enviou

tropas para participar das operações da Alemanha na frente oriental. Em 1944, quando as tropas soviéticas já se encontravam na região balcânica, um golpe de Estado derrubou o governo pró-nazista, suspendeu a guerra contra a URSS e declarou guerra à Alemanha.

Nas eleições de 1946, a Frente Nacional Democrática, formada por comunistas e socialistas, obteve 89% dos votos, resultado não aceito pelos liberais. O novo governo realizou a reforma agrária e iniciou o processo de industrialização do país, concentrado na produção de aço, carvão, petróleo e na construção de máquinas e produtos químicos. Seguiu o padrão soviético, embora, em 1962, haja abandonado a política de coletivização forçada da agricultura e ampliado seus laços comerciais com os países ocidentais.

Entretanto, foi incapaz de realizar reformas que descentralizassem a gestão econômica e estimulassem a produção de mais e melhores bens de consumo. A crítica ao modelo soviético, claramente definida a partir de 1956, tinha mais um sentido nacionalista do que propriamente de reforma e mudança geral do modelo. Foi na linha geral desse espírito que, em 1965, Nicolau Ceausescu assumiu o papel de chefe do Estado romeno, em substituição a Gheorghiu-Dej, fundador do PC e antigo primeiro-ministro.

No governo de Ceausescu, agravaram-se os problemas estruturais do sistema econômico, em particular, sob a ação de algumas decisões absurdas, como o completo pagamento da dívida externa romena em alguns poucos anos. As relações políticas deterioraram-se com o aprofundamento de um regime despótico unipessoal, em que o próprio partido comunista era tiranizado pelo chefe do governo e sua gangue familiar. O resultado mais ou menos inevitável da situação criada teria que ser a insurreição que abalou o território de 237.500 quilômetros quadrados e seus 23 milhões de habitantes.

O PAÍS QUE FOI DOS SOVIETES

A União Soviética é o país de maior extensão territorial do mundo (mais de 22 milhões de quilômetros quadrados), com povos de diferentes etnias e línguas. Até a revolução socialista de 1917, esses diferentes povos eram dominados pela Rússia, um país eslavo situado na porção oriental da Europa.

Os eslavos compreendiam vários clãs familiares, reunidos em federações e tribos dotadas de organização militar, que habitavam a região pantanosa de Pripet e aos poucos foram migrando para as terras ocidentais e para a bacia do Danúbio. Essas migrações acentuaram as divisões tribais: os eslavos ocidentais (polacos, pomerânios, sorábios, checos e eslovacos) assentaram-se nos vales da Vístula, Oder, Elba e Alto Danúbio; os eslavos meridionais (eslovenos, croatas, sérvios e búlgaros) dirigiram-se aos Balcãs; e os eslavos orientais (russos brancos, ucranianos e grão-russos) continuaram nas regiões de origem.

Dedicados à agricultura, pecuária e artesanato, os eslavos orientais, com o tempo, converteram seus centros comerciais em centros urbanos. O reino russo surgiu, porém, em consequência das guerras que travaram entre si as tribos eslavas orientais e os fineses. A intervenção dos varegos (suecos) levou-os a dominar os territórios setentrionais e fundar o principado de Novgorod. Partindo daí, os suecos alcançaram Kiev, formando outro principado, e rumaram para Constantinopla (Bizâncio), que tentaram tomar de assalto. O fracasso dessas tentativas abriu os varegos à influência cristã e os levou a unificar os principados de Novgorod e Kiev num novo reino.

Entre o ano 1000 e o ano 1200, os eslavos conseguiram livrar-se da influência varega e criar um Estado unitário Russo. Kiev, além de centro religioso autônomo em relação a Bizâncio, transformou-se na capital intelectual da monarquia russa. Logo depois, no entanto, a Rússia se desmembrou em numerosos principados, entrando num declínio político, econômico e cultural. Mas manteve o processo de colonização do vale do Volga, onde se formou um reino de aldeias sob um sistema de governo absolutista. Ao mesmo tempo, prosseguiu a paulatina fundação de cidades como Moscou, Tula e outras.

Entre 1223 e 1245, os mongóis invadiram o território russo e estabeleceram o seu domínio, colocando a igreja a seu serviço através de uma política que liberou os sacerdotes de pagar impostos e evitou o confisco dos bens eclesiásticos. A servidão foi incrementada, houve um rebaixamento da posição social da mulher e as relações

com o Ocidente foram interrompidas. A Rússia passou um longo período isolada e dividida. Enquanto os grão-russos se encontravam sob o domínio mongol, os ucranianos caíram sob a soberania polaca e os russos brancos sob a lituana.

Em meio a essa situação, o principado de Moscou conseguiu estabelecer um acordo com os mongóis e realizar uma política expansionista que o levou a firmar sua supremacia sobre os demais. Em 1380, obteve a primeira grande vitória contra os mongóis, proclamando-se paladino do cristianismo e formando uma igreja própria (Ortodoxa Russa) em oposição à união das igrejas grega e romana, conforme a decisão do concílio de Florença.

Na segunda metade dos anos 1400, o príncipe moscovita Ivan III proclamou-se czar (uma corruptela do César romano) de todas as Rússias, transformando o principado de Moscou num estado unitário, sob um regime autocrático, estendendo progressivamente seu domínio sobre os outros principados. Os cem anos seguintes foram de tentativa constante de ampliar os limites do Estado russo, empresa particularmente perseguida por Ivan IV (o Terrível), durante os cinquenta anos em que foi o czar das Rússias. A Sibéria foi colonizada, assim como os vales dos rios Volga e Don. Ivan iniciou ainda o comércio com a Inglaterra e os Países Baixos através do Mar Branco, ao norte, e tentou dominar a Livônia (Letônia).

Depois da morte de Ivan IV, em 1584, seguiu-se um período de lutas sucessórias. Em 1603, a Assembléia Imperial elegeu para czar um boiardo (comerciante latifundiário) da família Romanov (Miguel III), dando início à dinastia que governou a Rússia até 1917. A dinastia Romanov colocou um fim aos distúrbios e empreendeu esforços ainda mais vigorosos para estender os domínios russos.

A Sibéria foi totalmente ocupada a partir das fortalezas construídas para garantir as vias de comunicação (*ostrogs*) e os russos chegaram ao estreito de Bering e ao Alasca. Na Sibéria sul-oriental, os cossacos russos forçaram as fronteiras do Império Manchu (China).

Com a ascensão de Pedro I, em 1689, a Rússia entrou no período moderno. Utilizando seus poderes despóticos, o czar procurou europeizar o Império, esmagando sem piedade todas as resistências a seu intento. Suas reformas criaram novos impostos e aumentaram o número de contribuintes com o fim de dotar o Estado de uma frota e um exército que lhe permitissem desenvolver uma política internacional eficaz. As cidades ganharam autonomia para praticarem atividades comerciais, criando-se monopólios estatais sobre as manufaturas de tapetes e tecidos e sobre os bosques e minas dos Urais.

A partir desse período, a Rússia transformou-se numa potência européia que vai interferir cada vez mais nas disputas territoriais. Sucederam-se guerras contra os suecos, ao norte, e os turcos, ao sul, para a conquista de novas terras e acessos ao mar. Formou-se uma estrutura palaciana que absorvia metade das receitas do Estado. A aristocracia russa tornou-se uma das mais ricas da Europa. Essa situação causou sublevações camponesas e de outros povos da Rússia em vários momentos, a mais famosa das quais foi a de Pugachev, em 1773, no reinado de Catarina, a Grande.

A Rússia czarista foi uma das principais promotoras de todo o processo de restauração monárquica que se seguiu à Revolução Francesa de 1789, resistindo ao máximo à expansão da nova ordem capitalista. Apesar disso, e por razões estratégicas, viu-se obrigada a realizar sua industrialização e ampliação da rede ferroviária, além de reorganizar seu sistema financeiro. Desenvolveu a indústria pesada em ritmo acelerado, através de investimentos estrangeiros (particularmente franceses) e da liberação dos servos (em 1861), e procurou compensar o pequeno poder aquisitivo da população e as dívidas estatais por meio da exportação de cereais, apesar da penúria interna. Assim, na entrada do século XX, a Rússia era também uma potência militar imperialista que continuava se expandindo particularmente para os Balcãs e para a Ásia (Turquestão, Pérsia, Afeganistão, Mongólia e China).

A Rússia apresentava desequilíbrios graves em sua estrutura econômica, social e política, desequilíbrios que se agravaram irremediavelmente no decorrer da Primeira Guerra Mundial. A industrialização selvagem, a fome de terra e a miséria dos camponeses já vinham criando um incessante fermento revolucionário desde o final do século passado. A Revolução Russa de 1905 foi o primeiro ensaio da tempestade que estava se armando.

O agravamento dessas condições com os fracassos militares, a escassez de víveres para a população e para os soldados nas frentes de batalha – em contraste com a opulência e a riqueza dos nobres – acabaram culminando numa série de distúrbios e levantes e na derrubada da monarquia em fevereiro de 1917. Os soviets (conselhos) de operários, soldados e camponeses, surgidos do fermento revolucionário, jogaram papel decisivo na queda dos Romanov.

Entretanto, o governo provisório formado na onda da Revolução de Fevereiro agravou a situação geral da Rússia, conduzindo-a a uma nova confrontação entre os nobres, latifundiários e capitalistas de um lado, e os operários, soldados e camponeses de outro. Estes, além da paz, queriam reforma agrária, nacionaliza-

ção dos bancos e uma série de reformas econômicas, sociais e políticas de cunho radical.

Em outubro de 1917, em vista do empenho do governo provisório em continuar a guerra, impedir a distribuição das terras e adiar as eleições para a Assembléia Constituinte, o Segundo Congresso Pan-russo dos Sovietes depôs o governo e constituiu um Conselho de Comissários do Povo como órgão governamental, promulgando decretos sobre a cessação das hostilidades e sobre a expropriação de 150 milhões de hectares de terras (sem indenização) pertencentes aos grandes latifundiários.

Logo depois, foi promulgado o direito à livre determinação de todos os povos da Rússia e convocadas as eleições para a Assembléia Constituinte. A partir da primavera de 1918, porém, remanescentes das forças armadas tzaristas dirigidas por generais monarquistas (Kolchak, Denikin, Krasnov, Wrangel, Yudenich e Miller), articularam-se para restaurar o antigo regime. Tropas inglesas, francesas, japonesas, checoslovacas e de outras dez potências, a pretexto de garantir o pagamento das dívidas contraídas pelos governos tzaristas, intervieram na guerra civil a favor das tropas monárquicas (conhecidas como brancos).

A guerra civil deteriorou ainda mais a situação interna, mesmo após a derrota dos exércitos brancos e estrangeiros. Distúrbios e levantes (entre os quais os dos marinheiros da fortaleza de Kronstadt) eram a manifestação mais evidente da crise econômica e dos problemas causados pela queda da produção agrícola e industrial e pela escassez no abastecimento. Isso obrigou o novo governo, dirigido por Lênin, a adotar a Nova Política Econômica, na qual foram permitidas formas econômicas capitalistas, estabelecido um imposto em espécie para os camponeses, liberada a política salarial e autorizadas a criação de empresas privadas e as inversões estrangeiras. A grande indústria, a construção e o comércio exterior continuaram em mãos do Estado.

Em 1922, no X Congresso Pan-russo dos Sovietes, foi fundada a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, composta inicialmente pelas repúblicas soviéticas da Rússia, Transcaucásia, Ucrânia e Rússia Branca. Mais tarde, aderiram as repúblicas do Usbesquistão, Turkmenistão (1924) e Tadziskistão (1929).

Entre 1925 e 1928, ocorreu uma intensa disputa interna sobre os rumos da União Soviética. A oposição entre as propostas de construir o socialismo num só país ou incrementar uma revolução permanente nos demais países englobava os problemas relacionados com a industrialização, a coletivização agrícola, a centra-

lização da economia e da política e os métodos de luta contra os inimigos capitalistas e seus representantes. Toda essa disputa assumiu caráter antagônico, com a destituição e posterior perseguição aos perdedores, incluindo a eliminação física por meio de processos de traição, a maioria dos quais forçados.

A partir de 1928, decidida a luta interna a favor de José Stálin, secretário-geral do Partido Comunista desde 1922, a União Soviética entrou num processo acelerado de industrialização, com prioridade ao desenvolvimento da indústria pesada, exploração de novas minas de ferro e carvão nos Urais, Sibéria e bacia do Dnieper e de fontes de petróleo. Houve um processo generalizado de construção de usinas hidrelétricas e eletrificação de todo o país. Em 1940, a produção de aço havia crescido 450% e a de energia elétrica, em 800% em relação a 1928. A produção de bens de consumo foi limitada ao mínimo em função dos investimentos na indústria pesada.

A coletivização da agricultura também se realizou de forma acelerada, tanto para elevar a produção de cereais, leite e carne quanto para liberar a mão-de-obra necessária ao processo de industrialização. A coletivização afetou três quintos das explorações agrícolas por meio de formação dos *colcóses* (cooperativas agrícolas cujos membros são proprietários da produção, mas não da terra, que pertence ao Estado), *sovcóses* (granjas ou fazendas estatais) e estações de máquinas e tratores (as máquinas agrícolas pertenciam ao Estado, trabalhando nos *colcóses* e *sovcóses* de acordo com o pagamento pelo serviço). A mecanização e a pressão do Estado foram os principais instrumentos para fazer com que 96% das explorações agrícolas estivessem coletivizadas já em 1936.

Através desse processo, todo ele planejado de forma centralizada e com metas estabelecidas pelos planos quinquenais, e tendo como suporte um intenso processo de educação que eliminou o analfabetismo e formou técnicos, engenheiros e cientistas de maneira crescente (em 1913, existiam 71 universidades; em 1939, esse número havia saltado para 448), a União Soviética alcançou altas taxas de crescimento econômico e transformou-se numa grande potência industrial e agrícola.

Ao mesmo tempo, todo esse processo ocorreu paralelamente à eliminação do papel dos soviets e a implantação de uma ditadura autocrática, na qual a burocracia partidário-estatal (deixam de existir linhas divisórias entre as funções do partido dirigente e do Estado, este assumindo o papel principal, apesar das aparências em contrário) passou cada vez mais a determinar todos os aspectos da vida

do país, tendo Stálin como o voto decisivo. Sob a pressão do cerco das nações capitalistas e das resistências e sabotagens internas de remanescentes das classes extintas pelo processo revolucionário, a burocracia adotou a política de tomar como inimigo qualquer crítico e qualquer opositor. Isso a levou a eliminar do partido e do exército um número muito grande de antigos dirigentes revolucionários.

A ascensão do fascismo e do nazismo e a perspectiva de uma nova guerra, tendo como alvo principal a União Soviética, aguçou essa política que culminou numa série de grandes processos, realizados entre 1936 e 1938, e no fuzilamento de vários antigos dirigentes (Zinoviev, Kamenev, Tomski, Bukarin, Tukachevski, entre outros).

A guerra de resistência contra a invasão alemã – 1941 a 1945 – causou imensas perdas humanas e materiais à União Soviética. O esforço bélico acentuou o caráter pessoal e autocrático do governo Stálin, apesar da anistia política decretada com vistas a uma unidade na chamada guerra patriótica. Esse caráter continuou no período posterior de reconstrução do país. Manteve-se o controle centralizado e planificado da economia, embora a reconstrução tenha se completado no início da década de cinquenta. A indústria bélica e a indústria espacial, estimuladas pela Guerra-Fria, ganharam grande incremento e prioridade, enquanto a produção de bens de consumo continuou restrita e o crescimento da agricultura começou a apresentar problemas sérios. O país que foi dos soviets, embora vendo agravar-se os problemas da estrutura econômica, social e política construída nos anos anteriores, não foi capaz de introduzir as reformas necessárias. As tentativas nesse sentido foram tímidas e desarticuladas. A deterioração chegou a um ponto crítico e a *perestroika* de Gorbachev talvez seja um remédio tardio demais.

AS MONTANHAS DE SKANDERBEU

Ao contrário dos demais países balcânicos, a Albânia, como a Grécia, conservou os principais traços do povo que lhe deu origem. Situada na costa sul do Mar Adriático, a região montanhosa onde hoje se situa a Albânia foi ocupada, desde mais de mil anos antes de Cristo, por tribos ilírias, que se destacavam pelo uso do cavalo e de armas de ferro. Essas tribos, procedentes da região do Danúbio, ocuparam todo o litoral do Adriático, tanto nos Balcãs quanto na península itálica.

A expansão dos etruscos pela península itálica forçou os ilírios a confinar-se no Adriático oriental. No início da era cristã, Roma estabeleceu postos nesse litoral e paulatinamente toda a costa foi ocupada. A dominação romana e, depois, a bizantina, se estenderam até os anos 1400, quando os turcos invadiram os Balcãs e colocaram todos os seus povos sob a dominação otomana.

Em 1443, um príncipe feudal do norte da Albânia – Jorge Castriotis, conhecido como Skanderbeu – unificou os outros príncipes feudais albaneses e, aproveitando-se das condições favoráveis de suas montanhas, liderou por 25 anos a resistência à dominação turca. Esta vai durar, porém, como nas demais regiões, cerca de quinhentos anos, deixando traços culturais profundos na população, em particular, o islamismo. Somente em 1913, após as guerras balcânicas, a Albânia se transformou num principado autônomo.

Durante a década de vinte deste século, sucederam-se as lutas internas pelo poder, até ser estabelecido o reinado de Zogti, em 1928, com a Albânia passando à esfera de influência da Itália. Apesar disso, as aspirações italianas de expansão territorial, materializadas na política fascista de Mussolini, levaram-na a ocupar a Albânia em 1939. A resistência albanesa obrigou a intervenção de tropas alemãs e o país só se libertou em 1944, praticamente sem auxílio direto de qualquer outra força militar.

A Frente Patriótica, dirigida pelo Partido Comunista (depois Partido do Trabalho), assumiu o governo em 1945, estabelecendo um regime de democracia popular. Realização da reforma agrária, depois seguida de um processo de coletivização, nacionalização da indústria e do comércio, economia altamente centralizada, as mesmas características do modelo soviético de industrialização foram adotadas na nova Albânia.

Sua pequena extensão territorial e sua pequena população (um milhão e du-

zentos mil habitantes em 1950), além da inexistência de qualquer base industrial anterior, inibiram, porém, um projeto de industrialização superdimensionado. Os investimentos nos setores da indústria pesada foram relativamente adequados às condições de recursos minerais e humanos do país.

Ao contrário de outros países socialistas da Europa, a Albânia manteve grande parte de sua população ativa na agricultura: 50,5% do total. Na indústria, construção e outras atividades urbanas, a porcentagem de trabalhadores subiu somente para mais de 30%. De qualquer modo, a indústria leve foi negligenciada, assim como os transportes de passageiros e outros serviços necessários à população.

Como nos demais países socialistas, vigorou um regime político autoritário, sem direito à oposição e mesmo à religião. Esta foi completamente proibida sob pretexto de que os sacerdotes haviam tradicionalmente servido aos dominadores estrangeiros e aos latifundiários. As disputas internas no partido dirigente desencabaram sempre para a eliminação física da ala perdedora, seguindo o exemplo característico do stalinismo na União Soviética.

Apesar disso, a Albânia entrou no fluxo geral das mudanças econômicas e políticas que transformaram o socialismo europeu.



A MIRAGEM DO MERCADO

Prefácio

A *Miragem do Mercado* é o segundo da prometida coleção de três textos a respeito da crise do socialismo. No primeiro, *Rasgando a Cortina*, procurei dar um panorama geral do que pude ver, ouvir e sentir durante a viagem empreendida pelo Leste Europeu. E deixei clara minha opinião a respeito do fracasso do modelo de socialismo que ali foi tentado.

Neste, trato especificamente da economia de mercado, da democracia liberal e de seu significado para o socialismo. Ao contrário do que dizem os propagandistas neoliberais, a alternativa ao fracasso do modelo soviético de socialismo não é o mercado nem a democracia capitalistas. É isso o que procuro afirmar logo nas “Preliminares”, assumindo uma clara posição de combate em relação aos socialistas que agora só desenvolvem seu espírito crítico quando tratam dos problemas do socialismo.

O resgate histórico das tentativas socialistas é feito no capítulo “Enfrentando o desconhecido”. Nele, são relembradas não só algumas experimentações restritas, em particular, a primeira tentativa em larga escala de construção de uma nova sociedade na União Soviética, mas também a dura realidade que precisou confrontar. Realidade que colocou de lado as rígidas premissas do comunismo de guerra, impondo o reaproveitamento dos mecanismos de mercado com a Nova Política Econômica (NEP) e, mais tarde, na expectativa de uma outra guerra mundial, levando à economia de comando e ao despotismo político.

“Esperando o milagre” é um capítulo que retoma alguns aspectos de *Rasgando a Cortina*. Mostra como o sistema baseado na economia ultracentralizada e no despotismo político desandou e como o mercado e a democracia liberal se transformaram em milagres esperados e desejados por grandes parcelas da população da Europa Oriental.

Os resultados já evidentes da aplicação dos mecanismos capitalistas de mer-

cado e da democracia nos países socialistas, com sua contraditória mescla de aspectos negativos e positivos, são tratados no capítulo “Socialismo de mercado”. As reformas ainda em curso, a ausência de uma estratégia clara de superação da crise no sentido socialista e os impasses desse processo são retomados para indicar as dificuldades em prever o rumo final dos acontecimentos.

Em “Nem tudo que reluz é ouro”, são acrescentados novos detalhes à realidade do mercado e da democracia capitalistas. Se os antigos países socialistas do Leste Europeu restaurarem o capitalismo pleno (liberal ou social, tanto faz), seus povos terão que se haver com a liberdade do mais forte, o mito do consumidor soberano, as diferentes e constantes crises que tornam amarga a vida da sociedade e com um novo tipo de ditadura, mesmo disfarçada.

Por isso mesmo, o capítulo final procura resgatar a esperança, sem cair na utopia. “O futuro a nós pertence” combate a propaganda negativa do capitalismo, relembando o fato cotidiano de que é o próprio capitalismo que gera socialismo, a medida que avança e se universaliza. E, numa breve visita a algumas teses de Marx, faz justiça à análise, em sua maior parte atual e moderna, das tendências do capitalismo, concluindo que o caminho da transição socialista é cheio de escolhos.

Este segundo texto da série *A crise do socialismo* foi concluído um ano após havermos iniciado a viagem pelo Leste Europeu. As mudanças nessa região continuaram se sucedendo com rapidez, a maior parte delas confirmando as tendências esboçadas em *Rasgando a Cortina*. A Albânia foi, provavelmente, o caso mais significativo com a aceleração das reformas econômicas e políticas, embora na ocasião poucos enxergassem as modificações já em curso. A Iugoslávia também tem confirmado sua tendência à desagregação nacional, fruto em boa medida do desenvolvimento econômico e político propiciado anteriormente pelo socialismo. Na União Soviética, os fatores de desagregação nacional e de caos econômico continuam ativos, crescendo as forças que pretendem reviver o passado pré-revolucionário e encontrar aí uma democracia e um equilíbrio econômico e social que jamais existiram. A vitória apertada das forças que lutaram pela troca do nome de Leningrado por São Petersburgo, assim como a eleição de Boris Ieltsin para presidente da República Federativa Russa, são manifestações de um mesmo processo de desprestígio acelerado do Partido Comunista e de divisão política da sociedade soviética, que a vão conduzindo para a desestabilização (sobre o recente golpe de Estado na URSS, ocorrido quando este livro já se encontrava em produção gráfica, ver posfácio no final do livro).

O impacto dos acontecimentos da União Soviética e demais países da Europa Oriental sobre os outros países socialistas, ou pró-socialistas, é considerável. Em alguns casos, esse impacto cresce à medida que as relações econômicas com o Leste Europeu eram determinantes. Cuba, Angola, Moçambique, Etiópia, além de enfrentar as questões políticas decorrentes da crise do socialismo, viram-se às voltas com a quebra dos compromissos econômicos acertados com a União Soviética, Tchecoslováquia, Hungria etc. A saída oferecida pelo capitalismo era a capitulação ou a asfixia econômica. O liberalismo americano e a social-democracia europeia uniram-se nessa cruzada para varrer o socialismo.

Cuba resiste ao estrangulamento, mas suas dificuldades e seus problemas parecem desesperantes. A seu lado, resta a incógnita asiática (China, Vietnam, Laos, Camboja, Coreia do Norte), que reafirmam sua opção socialista por caminhos diversificados.

A China decolou sua economia, como reconhece o jornal *The Economist*, combinando planejamento, mercado e as propriedades social e privada, mas deverá continuar enfrentando pressões por maior abertura política. Vietnam, Coreia e Laos ingressam no caminho das reformas econômicas e políticas, embora sem abrir mão da direção do Partido Comunista. O Camboja ainda não saiu de sua prolongada guerra civil, mas qualquer que seja o acordo entre as partes deverá contemplar um caminho híbrido.

Os anos vindouros continuarão a ser marcados pela tentativa capitalista em matar o socialismo. Nenhum morto jamais será enterrado tantas vezes. E por mais que pessoas que se acreditam bem-pensantes considerem arcaico e atrasado que os povos marginalizados continuem buscando o socialismo, isto se deve à própria ação excludente e concentradora inerente ao Capital. A vantagem desses povos, como o brasileiro, é que podem contar com as experiências daqueles que nestes últimos 70-100 anos tentaram, de modo pioneiro, construir uma nova sociedade.

O próximo e último texto da coleção – *A ilusão dos inocentes* – tratará justamente da perspectiva futura, aproveitando a experiência acumulada. Terá que começar retomando outras mortes anunciadas: a da luta de classes e a da violência.

O capitalismo procura relacionar o fracasso do socialismo no Leste Europeu com o fim da luta de classes e com a ineficácia da violência revolucionária. Entretanto, a realidade do mundo capitalista é cada vez mais a realidade da violência institucionalizada, inclusive dos países capitalistas desenvolvidos contra os países pobres e pouco desenvolvidos.

Um novo sonho socialista dificilmente conseguirá escapar dos ditames e da realidade da luta de classes, inclusive durante o processo de construção da sociedade socialista. O que significa dizer que cada povo, a partir de suas condições concretas, terá que encontrar vias e métodos próprios de construção econômica e política, visando democratizar ou socializar esferas cada vez mais amplas da vida social, contra a resistência das classes burguesas. Só os inocentes acreditam que o capitalismo aceitará o jogo democrático, superando, assim, os antagonismos de classe.

Preliminares

O presente texto trata das miragens e ficções criadas pela economia de mercado e pela democracia liberal nos países do Leste Europeu socialista. Dá uma visão geral das perplexidades que os envolvem, de suas crises econômicas e políticas e dos milagres que esperam para tirá-los do buraco.

Procuramos, assim, fornecer elementos para uma análise mais abrangente da crise do socialismo. Procuramos também tornar mais compreensíveis as procuradas fontes dos milagres – o mercado e a democracia liberal – destacando o cinza e o preto que as borram tão fortemente quando seus contornos são colocados sob luz mais forte. Afinal, ambos são apontados como a chave para a conquista da felicidade e muita gente tende a só enxergar as cores brilhantes.

A rigor, não haveria muito o que relemburar. O capitalismo, com sua economia de mercado e seu sistema democrático liberal, está se expandindo há mais de quinhentos anos. Atravessou períodos de grande pujança e riqueza, que encobriram seus defeitos e suas mazelas, e momentos em que jogou o mundo em desastres e destruições. Suas mistificações e mitificações foram desvendadas por inúmeros cientistas políticos, de todas as correntes. E a história sempre tem teimado em mergulhá-lo em contradições, após situações em que parecia haver chegado ao eterno.

Mesmo assim, há muita gente que se esquece até mesmo dos acontecimentos mais recentes, aqueles que ocorreram nos últimos dez a quinze anos, um verdadeiro pinga na história.

Há todo um setor da esquerda socialista, por exemplo, que, no final dos anos setenta, declarava-se “comunista revolucionário” e se apegava a certezas consideradas a interpretação mais fiel do marxismo. Era o tempo em que a situação da União Soviética e dos países socialistas da Europa (com exceção da Polônia) parecia inabalável, enquanto os Estados Unidos lambiam as feridas da guerra do Vietnam.

Naquela época, essa mesma esquerda acreditava que o capitalismo estava sendo restaurado na China, porque suas reformas adotavam mecanismos de mercado e abriam sua economia para o mercado internacional. Nesse sentido, sua opinião coincidia com a propaganda ocidental, que utilizava as reformas chinesas para afirmar o fracasso do socialismo e a superioridade do liberalismo e da economia de mercado capitalista.

Desde então, mais de dez anos se passaram. Nesse meio tempo, aconteceram a *glasnost* e a *perestroika* soviéticas, patrocinadas por Gorbachev. Os países socialistas do Leste Europeu começaram a procurar novos caminhos, livres da camisa-de-força militar soviética e da cópia mecânica de seu sistema econômico de comando e de seu despotismo político. As experiências iugoslava e húngara, que combinavam um certo planejamento e propriedade estatal com mercado e propriedade privada, vieram à luz com mais intensidade, oferecendo outras opções. A China cresceu durante dez anos uma média de 11%, mas, aí, aconteceu o massacre da Praça da Paz Celestial. O antigo Império do Meio repentinamente voltou a ocupar a posição de “regime comunista sanguinário”, encobrendo-se mesmo o fato de que os chamados problemas da modernidade econômica estão sendo resolvidos naquele país.

Na sequência da democratização do Leste Europeu, os comunistas foram perdendo o poder na Hungria, na Tchecoslováquia, na Polônia e em várias das repúblicas da Iugoslávia e da União Soviética. O Muro de Berlim veio abaixo e a ditadura de Ceausescu foi derrubada por meio de uma insurreição popular que contou com o apoio decisivo do exército. Nunca o capitalismo recebera, durante toda sua luta sem tréguas contra o socialismo, ainda mais como festa de fim de ano, um presente tão agradável quanto a crise que, no final de 1989, fez desmoronar o sistema político dos países socialistas da chamada Europa Oriental.

Nessas condições, não havia mais como se apegar a ortodoxias, tivessem elas o nome de marxismo, leninismo, maoísmo, trotskismo ou outra, por haverem perdido suas bases de sustentação. Os socialistas que se apegavam ao chamado revolucionarismo comunista, adjetivados ainda por cima de marxistas e leninistas, foram os que mais se abalaram, tardiamente, com essa queda das ortodoxias: há mais de dez anos elas haviam sido abandonadas por muitos setores da esquerda, mas eles ainda se consideravam seus fiéis escudeiros.

Não deixa de ser promissor, porém, que façam autocrítica de suas posições antigas e procurem manter as mentes abertas a novas abordagens. Preocupante é sua

tentativa de fazer crer que estão fazendo autocrítica por toda a esquerda, que adotem em sua crítica ao socialismo existente o mesmo conteúdo da crítica capitalista e que abandonem o referencial teórico socialista, sob pretexto de que o marxismo é um sistema fechado de idéias e o certo, agora, é estar aberto a todas as correntes de pensamento.

Infelizmente ou não, faz parte da história de todas as correntes de pensamento o fato de que seus adeptos as interpretem de forma variada e com distorções maiores ou menores. Isso se deve tanto às condições geográficas, econômicas, sociais, políticas e históricas sob as quais cada um age como ao próprio fato de que qualquer teoria, para se manter viva, precisa acompanhar o desenvolvimento histórico com novos aportes que corroborem – ou não – sua validade e a façam evoluir, ou morrer.

Nesse processo, formam-se divisões e subdivisões internas, algumas das quais com interpretações que, a rigor, só mantêm com a corrente que esposam a fidelidade ao nome e a aspectos secundários ou fortuitos de seu corpo teórico. Foi isso que aconteceu com muitos marxistas. Consideravam o marxismo um sistema fechado de idéias, pensando e agindo a partir desse pressuposto. Os que não pensavam do mesmo modo foram sempre acusados dos mais variados desvios.

Eu mesmo fui responsabilizado por inúmeras heresias, exatamente por muitos dos que, hoje, pretendem transformar-se em campeões da renovação do socialismo e do pensamento da esquerda. Em 1985, quando – juntamente com José Dirceu – apresentei idéias embrionárias, porém relativamente sistematizadas, sobre o socialismo no Brasil e os defeitos que deveríamos evitar com base nas experiências do socialismo existente, a crítica mais suave nos acusou de defendermos o socialismo legalista. E sermos chamados de social-democratas foi, em geral, um gesto gentil para evitar apelido pior.

Por tudo isso, estes comentários tornaram-se necessários nas preliminares deste segundo texto da série *A Crise do Socialismo*. Afinal, boa parte das idéias aqui expostas não são novas. Há muito, elas são defendidas por setores importantes da esquerda, particularmente petista, na tentativa de encontrar um novo caminho para a construção socialista, sem cair no despotismo estatista, que caracterizou as experiências concretas do socialismo, ou capitular diante da ofensiva do capitalismo liberal ou social.

É verdade que os acontecimentos em curso no mundo socialista são de uma gravidade capaz de abalar convicções. Nesse sentido, não é mau rever e rever, com

espírito aberto, antigas opiniões. Entretanto, por mais difícil que seja compreender as causas da atual crise do socialismo, não é possível aceitar a tese de absolvição do capitalismo, sob o pretexto de que os tecnocratas do Leste Europeu transformaram os trabalhadores em simples máquinas desprovidas de qualquer direito. Por mais que me esforce em pesquisar os descaminhos do socialismo, não encontro nada igual à responsabilidade capitalista pelas duas grandes Guerras Mundiais e por haver criado as condições para o surgimento de algo tão dantesco e diabólico quanto Hitler e o nazismo. Não encontro nada igual às duzentas guerras regionais fomentadas pelo capitalismo após a Segunda Guerra Mundial, ou aos desastres da fome em Biafra, Etiópia, Sudão, Bengala ou Paquistão, só para citar alguns.

Também não encontro no socialismo nada igual às desigualdades entre opulência e riqueza, de um lado, e fome e miséria abjetas, de outro, presentes não só na maior parte do mundo capitalista subdesenvolvido, mas no próprio capitalismo avançado. Por mais que queiram me convencer que a modernidade está ligada à circulação de capitais e tecnologia no mundo deslumbrante dos Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão, não consigo aceitar o fato de que essa modernidade só possa ser alcançada a custa do atraso e da espoliação da maior parte do mundo e dos povos, jogados fora da História.

Por fim, não encontro nada que me convença que o capitalismo é o campeão da democracia, e o socialismo, o campeão do autoritarismo. Ao contrário, a esmagadora maioria dos avanços e conquistas democráticas, muitas das quais consolidadas na tradição dos países capitalistas avançados, se deve à luta dos socialistas. E se o socialismo existente entrou por caminhos que negaram a história da luta democrática dos socialistas, isso se deve em grande parte às pressões, sabotagens, boicotes, intervenções, chantagens e guerras sustentadas pelo capitalismo contra as tentativas de construção do socialismo. Essas ações contribuíram para gerar opções perversas entre viver com distorções ou morrer sem perdão.

Apesar disso, não tinha e continuo não tendo qualquer compromisso com erros, distorções, descaminhos, defeitos, crimes, barbaridades e toda e qualquer outra ação negativa realizada em nome do socialismo ou imputada à sua realidade. O compromisso que assumi ao escrever estes textos continua sendo a busca da realidade dos fatos, a descoberta das condições que lhes deram origem e seu processo de mudança. No esforço de aprender com o ocorrido para evitar situações idênticas, do mesmo modo como os resultados negativos serão apontados, não haverá qualquer medo em resgatar os aspectos positivos, as conquistas, os avanços.

Por outro lado, nego-me a cair no canto de sereia capitalista, em sua pretensa modernidade que caminhará com o bonde da História e com sua democracia, que não só aprofunda as desigualdades econômicas e sociais, como torna mais distante o direito de participação dos cidadãos nas decisões sobre o futuro da sociedade em que vivem. Vivemos sob o capitalismo e o conhecemos bem, aqui e nos países desenvolvidos, e sabemos que ele só consegue prestar na medida em que cria um bolsão de riqueza e tranquilidade tendo por periferia um oceano de fome, miséria e destruição.

Sua máscara colorida é como os videogames apresentados durante a guerra do Iraque: os bombardeios da tecnologia militar dos países desenvolvidos só eram cirúrgicos nas telas de TV. Na realidade, serviram para a destruição indiscriminada de alvos civis e da população. Cerca de 67% das bombas jogadas sobre o Iraque erraram os alvos. Essa é a natureza do capitalismo. Por isso, embora o socialismo tentado não seja o aceitável, o capitalismo provado o é ainda menos.

Enfrentando o desconhecido

A União Soviética constituiu a primeira experiência concreta, na história da humanidade, de um país inteiro tentar a construção de um novo sistema social que não fosse baseado na exploração do homem pelo homem, nem de uma classe sobre outra. Foi, também, a primeira vez que uma classe sem poder econômico acumulado, a classe dos trabalhadores, realizou uma revolução ideológica e política para conquistar o poder político e, depois, conquistar o poder econômico e o poder do saber científico e técnico.

Anteriormente, em áreas restritas cercadas pela sociedade capitalista, outras experiências socialistas haviam sido tentadas. A de Robert Owen, na Inglaterra, talvez seja a mais conhecida. Nenhuma delas suportou, porém, o cerco capitalista, tanto ideológico e político quanto econômico. As cooperativas, que surgiram como experiências socialistas, só foram aceitas pelo capitalismo quando se adaptaram a ele e se tornaram um instrumento a mais para a acumulação do capital.

Excetuando a curtíssima tentativa da Comuna de Paris, em 1871, nunca ocorrera o fato de os trabalhadores conquistarem o poder estatal e empreenderem a tarefa prática de eliminar o antigo sistema econômico e político e construir um novo. Essa situação colocou os revolucionários russos-bolcheviques, socialistas-revolucionários, operários e camponeses sem-partido diante da necessidade de definir o caminho dessa construção.

Até então, eles haviam debatido e teorizado muito sobre a forma de destruição do velho sistema. Tinham trabalhado pouco ou quase nada a hipótese prática da construção, de colocar em pé o novo sistema. Possuíam algumas premissas gerais, fruto de suas interpretações do marxismo ou das obras dos pensadores russos e estrangeiros do passado. Mas confrontaram-se com uma realidade muito mais complexa do que poderiam supor.

Por mais de dez anos, enfrentaram o desconhecido. Tentaram reafirmar suas

premissas com o “comunismo de guerra”, recuaram para o mercado ao adotar a Nova Política Econômica (NEP) e, finalmente, caíram na economia de comando e no despotismo político como caminho da construção da sociedade socialista.

CONFRONTANDO REALIDADES

A União Soviética surgida da revolução em 1917 herdou o mesmo território, imenso como seus problemas, da velha Rússia czarista. Vinte e dois milhões de quilômetros quadrados, que se estendiam das fronteiras com a Polônia, a oeste, até o extremo oriente siberiano, com sua maior parte situando-se na Ásia. Apesar disso, três quartos da população concentravam-se na parte européia do Império.

Em virtude dos rigores climáticos, extensões consideráveis da Rússia não podiam ser utilizadas para atividades econômicas. Somente 24% das terras eram próprias para a agricultura, destacando-se as terras negras que se espalhavam pela metade norte da Ucrânia e por uma porção da Sibéria. Mais de 50% da área total, porém, continua imprestável para cultivos. As terras mais apropriadas para a agricultura ainda estão concentradas, em sua maior parte, no triângulo formado pelas regiões de Leningrado (ao norte), Irkutsky (a leste) e Odessa (ao sul).

Já os recursos minerais eram vastos e volumosos: 40% das reservas mundiais de ferro, 85% das reservas de manganês, 50% das de potassa, cerca de 30% das de fósforo, 60% do carvão de turfa e 55% do carvão mineral. No subsolo russo, podiam ser encontradas jazidas de magnésio, cobre, chumbo, zinco, níquel, amianto, vanádio, titânio, cobalto, molibdênio, estanho e algumas das maiores reservas de petróleo e gás natural.

Apesar de toda essa riqueza potencial, a Rússia czarista ingressou tarde no caminho da industrialização e das relações capitalistas. Somente no século XVII surgiu uma classe de comerciantes burgueses, que iniciou o intercâmbio com a Europa Ocidental. Rompeu o isolamento em que vivia o Império e criou as condições, no século XVIII, para o estabelecimento de indústrias. A implantação de fábricas de ferro, aço e máquinas permitiu ao país diminuir o grande atraso que mantinha até então em relação aos países capitalistas avançados do Ocidente.

O processo de desenvolvimento capitalista enfrentou, porém, obstáculos de monta, em virtude da manutenção das relações servis na agricultura, onde se concentrava o principal contingente de mão-de-obra. No século XIX, o trabalhador industrial ainda continuava pertencendo à comunidade rural, precisando solicitar “permissão de ausência” para ir trabalhar nas cidades. Pelo menos até 1861, a

massa de trabalhadores agrícolas era constituída de servos, uma classe camponesa que pertencia à terra de propriedade dos latifundiários. Não podiam abandonar a terra, sendo punidos criminalmente caso o fizessem. Mesmo assim, era comum serem vendidos como escravos. Promulgada a lei de Emancipação, os camponeses puderam trabalhar onde quisessem e mudar de residência, desde que pagassem os impostos à comunidade.

Os 47 milhões de servos libertos receberam 115 milhões de hectares. Suas glebas, porém, eram inferiores às necessidades de sustento de uma família e as parcelas individuais não podiam ser agrupadas em lotes maiores. Somente após a revolução democrática de 1905, com a reforma de Stolypin, os camponeses ricos (*kulaks*) tiveram permissão para comprar as terras dos camponeses pobres e agrupar diversas explorações individuais numa só parcela. Isso abriu campo para a introdução de máquinas e fertilizantes, embora o arado de madeira (*sokha*) se mantivesse como o instrumento típico de trabalho na maior parte do campo russo.

Os investimentos estrangeiros, principalmente franceses e ingleses, aceleraram o desenvolvimento industrial no final do século passado e nos primeiros treze anos deste, mas, antes da Primeira Guerra Mundial, a agricultura ainda continuava desempenhando o principal papel na economia russa. Os camponeses que se transformaram em operários industriais enfrentavam uma situação tão dura como no campo. Seus salários, moradias, jornadas de trabalho e até descansos estavam submetidos a regulamentos estritos.

O desequilíbrio entre os diversos ramos e setores industriais, assim como na sua distribuição geográfica, era muito acentuado. As grandes empresas, em maior número do que as pequenas e médias, estavam concentradas na Rússia européia, especialmente nas regiões de São Petersburgo (depois Petrogrado e, mais tarde, Leningrado), Moscou, Ivanovo, Kiev e Baku. Essa concentração industrial acabou facilitando a organização operária, apesar de os sindicatos estarem proibidos.

As condições de vida e trabalho fizeram com que os trabalhadores desencadeassem, no início deste século, uma torrente de greves e protestos que desembocou na insurreição de 1905. Mesmo assim, nos doze anos seguintes, o tzarismo não moveu uma palha para modificar a situação dos operários. Ao contrário, a guerra imperialista de 1914-1918, da qual a Rússia foi uma das promotoras – em aliança com a França e a Inglaterra – contra a Alemanha e a Austria-Hungria, só fez piorá-la. A guerra potencializou a exploração capitalista e latifundiária e desorganizou ainda mais a vida econômica, causando imensos sacrifícios às massas do povo.

Em 1917, a superfície cultivada e a produção haviam caído consideravelmente em virtude da requisição de animais e de 15 milhões de homens para o exército. A produção industrial caíra em mais de 25%, acentuando-se a escassez de combustíveis e energia e os estrangulamentos nos transportes (principalmente por danos a locomotivas e vagões). Os preços subiram rapidamente e a distribuição de víveres e produtos de consumo tornou-se muito irregular. Enfrentando inúmeras dificuldades para vender seus produtos nas cidades, os camponeses passaram a produzir o estritamente necessário para suas necessidades. A fome se estendeu, assim, às cidades e às frentes de batalha.

Quando a Revolução de Fevereiro de 1917 estalou, o quadro econômico era caótico. Os desequilíbrios do desenvolvimento industrial e agrícola russos ficaram evidentes. Vieram sobretudo à tona as brutais diferenças de renda e de vida entre a nobreza e os capitalistas russos, de um lado, e a grande massa de camponeses e operários, de outro. A situação exigia não só o acordo de paz para resolver o problema imediato da mortandade, da fome e da exaustão, mas também reformas de profundidade, que proporcionassem melhores condições de trabalho e renda aos trabalhadores.

O governo provisório que então se seguiu à queda da monarquia não atendeu a esses reclamos. Empenhou-se em continuar a guerra com base nos acordos secretos assinados pelo tzarismo com os governos da França e da Inglaterra. E não deu um passo sequer para realizar a reforma agrária e introduzir uma legislação social que modificasse a situação dos trabalhadores urbanos. O resultado, num país em que milhões de camponeses encontravam-se organizados e armados para a guerra e em que a maioria dos 3 milhões de operários industriais estavam concentrados para a produção bélica, foi uma nova revolução, em outubro.

Por condições eminentemente políticas, essa revolução tomou um caráter socialista sem que as bases econômicas para isso estivessem dadas. É certo que a indústria russa estava altamente concentrada, que a divisão de classes era profunda e que se desenvolvera um intenso movimento revolucionário de massas. Entretanto, o desenvolvimento industrial não se expandira por todo o território do império tzarista, o número de operários era relativamente pequeno em relação ao total da população trabalhadora, além dos já citados gritantes desequilíbrios estruturais da indústria e da agricultura.

O grosso da população trabalhadora encontrava-se nas áreas rurais, sendo muito atrasada culturalmente e apresentando uma baixa produtividade de trabalho.

Não possuía, também, experiência democrática de espécie alguma, a não ser as formas de democracia direta exercidas onde predominavam as terras comunais (*mir*) e durante os processos revolucionários. Por mais de cinco séculos, sucederam-se as dinastias monárquicas absolutistas que não admitiam qualquer vida democrática e, muito menos, qualquer resistência ou oposição ao regime.

As reformas políticas implantadas após as revoltas do século XIX foram limitadas e de curta duração. A grande maioria dos povos que compunham o Império Russo jamais conheceu qualquer coisa semelhante à democracia parlamentar burguesa ou aos direitos de cidadania conquistados no Ocidente.

Foi essa a realidade que os revolucionários russos encontraram quando o poder foi conquistado. Confrontaram-se com a dura opção de seguir um caminho novo e desconhecido, embora cheio de esperança num mundo melhor, ou devolver o poder à burguesia, porque as condições que esta deveria ter criado ainda estavam longe de ser completas. Decidiram empreender o caminho da construção socialista, mesmo sem ter noção completa de suas implicações.

REAFIRMANDO PREMISSAS

Embora confrontando-se com a dura realidade de um país capitalista-imperialista atrasado, onde predominava a agricultura pré-capitalista e uma indústria, particularmente a bélica, concentrada somente em algumas poucas cidades e regiões, a primeira tentativa dos revolucionários russos direcionou-se no sentido de reafirmar suas premissas.

Em poucas palavras: realizadas as revoluções ideológica e política, com a tomada do poder político, os trabalhadores passariam a utilizar o poder estatal como alavanca para a transformação das relações de produção capitalistas. A propriedade privada dos meios de produção deveria ser liquidada: em seu lugar, seria implantada a propriedade social. Isso permitiria realizar a economia de todos os recursos existentes na sociedade e utilizá-los de forma planejada. Haveria, então, uma rápida modificação da técnica, direcionando seu emprego em benefício da maioria da sociedade.

Essas premissas continuam sendo, ainda hoje, parte do receituário de muitas forças de esquerda que procuram o caminho socialista. Naquela época, porém, elas eram ainda mais fortes e não eram suscetíveis de muitas dúvidas, mesmo confrontando-se com a realidade do ex-Império Russo.

Partindo delas, Nikolai Bukharin, um dos principais teóricos e dirigentes

da Revolução, foi dos primeiros a sistematizar o que chamou de Teoria Econômica da Transição Socialista, publicada em livro em 1920. Nesse texto, procurou indicar os novos mecanismos econômicos que comandariam o processo de construção do socialismo, tendo por base uma série de indicações de Marx a respeito.

Para Bukharin, com a tomada do poder pelo proletariado, os laços de crédito monetário e os vínculos capitalistas financeiros seriam cortados, os mecanismos estatais anteriores entrariam em processo de decomposição e o intercâmbio de mercadorias se encolheria acentuadamente. A economia tenderia, então, a apresentar duas esferas autônomas: a cidade faminta e o campo que – apesar da destruição parcial de suas forças de produção – dispunha de excedentes razoáveis, mas sem mercado.

O novo poder deveria esforçar-se, então, para alcançar um novo equilíbrio econômico. Mas isso só seria possível se o proletariado no poder organizasse diretamente o processo produtivo, tanto na indústria quanto na agricultura. Para assegurar essa influência organizadora, o novo Estado socialista precisaria garantir a renovação do processo produtivo na indústria socializada, que se encontrava condicionado pela afluência de meios de vida às cidades, a qualquer preço.

Tudo isso tornava indispensável um “intercâmbio de matéria” entre a cidade e o campo. Chocando-se, de forma latente ou aberta, com a tendência anárquica da produção mercantil, era necessário adotar um confisco dos excedentes, um imposto em espécie ou outras formas de enquadramento do campesinato, que conquistara a terra em virtude da reforma agrária. Em troca, a indústria socialista forneceria máquinas agrícolas, equipamentos, fertilizantes, combustíveis etc.; enquanto o Estado garantiria proteção contra a restauração econômica dos grandes proprietários, usurários etc.

A médio prazo, a tendência organizadora dos trabalhadores no processo produtivo da agricultura deveria manifestar-se na estruturação de fazendas formalmente socializadas ou estatizadas e no estímulo aos camponeses para organizar-se em cooperativas e comunas agrárias. O novo Estado daria, desse modo, passos importantes para estabelecer uma nova estrutura social, uma nova estrutura humana de trabalho. Criaria as condições para desenvolver amplamente as forças produtivas e completar a revolução técnica.

Seria necessário, pois, atravessar um período de “acumulação socialista primitiva”. Durante esse período, o socialismo teria que realizar uma intensa mobilização da força de trabalho, instituindo um sistema universal obrigatório de trabalho,

que incorporasse as amplas massas não-proletárias ao trabalho estatal como necessidade imperiosa.

Essa necessidade decorreria do fato de que o sujeito econômico do período de transição era a classe operária (constituída como poder de Estado), determinando que a forma básica de socialização da produção fosse constituída por sua estatização ou nacionalização.

A militarização da população deveria constituir um método de auto-organização indispensável em virtude da existência dessas grandes massas não-proletárias. Como elas não estavam necessariamente interessadas no processo de socialização e como o Estado soviético se encontrava numa situação crítica (em virtude da destruição causada pela guerra imperialista e pela guerra civil imposta aos trabalhadores), não restava outra alternativa.

A utilização desse método não deveria significar, porém, um estreitamento dos direitos da classe nem uma abolição de suas organizações. Aquela auto-organização militarizada deveria constituir somente a forma condensada da administração para garantir o máximo de eficiência. Nesse sentido, o princípio de elegibilidade dos administradores deveria ser substituído pelo princípio de seleção cuidadosa do pessoal técnico e administrativo. A competência dos candidatos deveria ser o critério básico da escolha. Operários e especialistas responsáveis deveriam passar a ocupar os postos de direção “eleitos e designados pelos órgãos econômicos da ditadura do proletariado”.

Bukharin alertava para o fato de que esse tipo de administração da economia só era possível e conveniente em certas condições, pressupondo a firmeza do poder dos Conselhos e a existência de uma base de equilíbrio social. Ao reduzir-se a agudeza da crise econômica e se acumularem quantidades crescentes de material humano em condições de administrar e desejosos de fazê-lo, deixaria de ser necessário o tipo abertamente militar de administração.

Bukharin considerava um completo erro querer transportar para o período de transição socialista as categorias, conceitos e leis correspondentes da economia mercantil simples ou capitalista. A mercadoria, para ele, supunha a existência de uma economia mercantil como tipo de estrutura social, um vínculo social permanente e não eventual sobre uma base anárquica de produção. À medida que um regulador social consciente começasse a atuar, substituindo a força cega do mercado, a mercadoria teria que se transformar em produto. Ela perderia seu caráter de relação social de troca. O valor, como categoria do sistema de mercado

capitalista, também deixaria de ser útil no sistema socialista, como consequência do desaparecimento da produção de mercadorias.

O mesmo ocorreria com os preços. Segundo Bukharin, eles deveriam se manter somente como elemento contábil e não mais como expressão da relação de valor das mercadorias e se transformariam num sinal convencional de circulação dos produtos. O salário, por seu turno, com o desaparecimento do trabalho assalariado no socialismo, se transformaria numa unidade que expressaria a participação do trabalhador na riqueza social. Com isso, desapareceriam a mais-valia e o lucro.

Finalmente, Bukharin considerava que o Estado socialista deveria se constituir como alavanca poderosa da revolução econômica. Teria que utilizar sua violência concentrada para reciclar as classes anti-socialistas, recolocando seus membros em novos postos de trabalho. E seria obrigado a reeducar a própria classe operária governante.

Ele considerava necessário utilizar a coação estatal também sobre os trabalhadores, paralelamente ao estímulo à sua atividade autônoma, de modo a fazer com que alcançassem a consciência de classe dominante. Nesse sentido, uma das formas principais dessa coação deveria ser a abolição da chamada liberdade de escolher um patrão, de pedir demissão e de concorrer contra os próprios companheiros por um emprego e por melhores funções. No próprio capitalismo, essa liberdade de trabalho vinha sendo, em parte, superada pela organização sindical, embora continuassem se manifestando seus valores negativos típicos, como a falta de organização de classe, a falta de solidariedade e o corporativismo. O Estado socialista deveria agir conscientemente para superar esses valores negativos.

Essas teorias de Bukharin sobre a construção socialista serviram de orientação para as medidas adotadas no chamado período do “Comunismo de Guerra”, quando o jovem poder soviético teve que enfrentar dificuldades descomunais para reerguer a economia, livrar as populações da fome e evitar o caos total resultante da Guerra Mundial e da guerra civil que assolavam o país. Entretanto, em pouco tempo, elas tiveram que ser substituídas, de modo radical, pelo que ficou sendo conhecido como Nova Política Econômica (NEP). Bukharin, apesar disso, não achou necessário refazer seu trabalho. Considerava-o uma teoria geral do período de transição, e não teses voltadas especificamente para o caso russo, como era a NEP.

É interessante ressaltar que as teses de Bukharin contaram com o endosso dos principais teóricos revolucionários russos. Lênin, embora tenha feito obser-

vações críticas muito ácidas ao texto *Teoria Econômica do Período de Transição*, considerava corretas as opiniões-chave de Bukharin. Trotsky, por seu turno, foi o primeiro dirigente revolucionário a formular as idéias sobre a administração socialista militarizada, e não se tem notícia de que naquele período se colocasse contra as teses contidas no trabalho de Bukharin. De qualquer modo, além da dura realidade, sempre perduraram as dúvidas de que as opiniões expostas corresponderem às premissas de Marx.

VOLTANDO AO MERCADO

O novo poder soviético nacionalizou a terra e consagrou seu usufruto pelos camponeses; nacionalizou todas as empresas industriais com mais de cinco operários; estabeleceu uma jornada de oito horas de trabalho; nacionalizou o comércio exterior e os bancos; negou-se a pagar a dívida externa contraída pelo tzarismo; e estabeleceu uma série de outras medidas no sentido de reorganizar a economia nos moldes previstos por Bukharin.

Entretanto, entre 1917 e 1920, a Rússia continuou envolvida na guerra, seja contra a Alemanha (até o Tratado Brest-Litovsky, em 1918), seja contra a intervenção estrangeira e as insurreições dos generais do antigo regime. O fornecimento de matérias-primas à indústria tornou-se muito difícil, os transportes praticamente não funcionavam, a escassez tornou-se uma constante. Para vencer essa situação, o remédio parecia ser a centralização extrema sugerida por Bukharin. Mas essa política do “Comunismo de Guerra”, se ajudava a enfrentar o inimigo no campo militar, proporcionava resultados modestos na recuperação da economia e ampliava o descontentamento das camadas não-proletárias em relação ao poder soviético. O sistema de entregas obrigatórias, em particular, jogava os camponeses na oposição.

Em virtude disso, o governo soviético decidiu dar um passo atrás em 1921, elaborando uma “nova política econômica”: a NEP. Seu objetivo: manter relações mais equilibradas entre o setor socialista e a economia mercantil dos camponeses e dos artesões e restabelecer relações com o empresariado capitalista nacional e estrangeiro.

A NEP revogava a proibição de trabalho assalariado privado, suspendia as limitações às atividades privadas individuais e de empresas na agricultura e no comércio e estimulava as “concessões” a empresas estrangeiras na indústria e em outros setores da economia. Mais importante do que tudo, porém, para regulari-

zar o mercado de alimentos nas cidades, foi a substituição do sistema de entregas obrigatórias, através do qual os camponeses eram praticamente confiscados de sua produção, pelo imposto em espécie. Através desse imposto, o governo fixava uma parte mínima da produção que o camponês deveria vender ao Estado, segundo preços estipulados por este. O restante podia ser vendido no mercado.

Ao mesmo tempo, a NEP introduziu relações comerciais entre as empresas estatais e privadas e constituiu uma série de empresas mistas estatais-privadas, inclusive com capitais estrangeiros. As empresas com menos de vinte operários foram devolvidas a seus antigos proprietários ou entregues a novos, ensejando inclusive a formação de cooperativas industriais.

Os chamados setores estratégicos da economia, como comércio exterior e bancos, continuaram em mãos do Estado, funcionando como monopólios centralizados pelos órgãos econômicos do poder. Paralelamente a isso, o governo estabeleceu um plano de eletrificação do país e formou a Comissão Estatal de Planificação (Gosplan), que deveria planejar a ação do Estado para orientar a revolução econômica.

As medidas da NEP permitiram que os camponeses retomassem a confiança e voltassem a produzir, o que se refletiu imediatamente na recuperação da produção agrícola e na melhoria do abastecimento. Em 1923, a semeadura e a colheita já haviam atingido cerca de 70% da área e volume alcançados em 1916, permitindo elevar o consumo tanto nas áreas rurais quanto urbanas. Além disso, a melhoria do mercado rural impulsionou a produção industrial e a circulação de mercadorias entre o campo e a cidade e estimulou o crescimento econômico geral.

O novo governo aprendia paulatinamente a regular o mercado de forma indireta, através do planejamento e do crédito. Estabeleceu preços altos para os bens industriais produzidos pelas empresas do Estado, de modo a transferir renda da agricultura para a indústria. Financiava, assim, os investimentos em eletrificação e os novos ramos industriais estratégicos, como o siderúrgico e o químico. É verdade que essa transferência de renda foi facilitada porque os custos agrícolas diminuíram sensivelmente: os camponeses tinham ficado livres da renda fundiária que antes pagavam aos latifundiários e haviam sido anistiados das dívidas com os bancos e com os latifundiários.

Apesar disso, os custos e preços industriais puxavam para cima e o sistema financeiro continuou desorganizado, permitindo que a inflação se acelerasse, instaurando uma grande instabilidade para o cálculo dos custos empresariais. A re-

forma monetária de 1924, objetivando debelar a inflação, introduziu uma nova moeda, equilibrou a relação de preços entre a indústria e a agricultura, estabeleceu restrições ao crédito e aplicou medidas de controle administrativo aos preços. Desse modo, embora o controle sobre a inflação tivesse se restabelecido, não foi possível continuar aplicando a política de transferência de renda da agricultura para a indústria na velocidade pretendida pelos dirigentes soviéticos.

Mesmo assim, ocorreu um desenvolvimento geral da economia soviética no período. Em 1925-26, a produção de energia elétrica e turfa havia ultrapassado os números de 1913 (ano imediatamente anterior à guerra) e a produção de petróleo e de papel encontravam-se muito próximas dos índices daquele ano. Todos os outros produtos industriais básicos então produzidos pela União Soviética encontravam-se em recuperação. Em 1928, a produção de aço, petróleo, carvão, papel, cimento e turfa havia ultrapassado os índices de 1913 e 1916 (ano da maior produção histórica anterior à revolução) e a produção de energia elétrica era o dobro.

A participação do capital privado no rendimento total da indústria soviética, que, em 1925, ficara limitada a 4%, mas no comércio e varejo oscilava entre 44% e 50%, em 1928, apresentava uma participação de 14% na indústria e 35% no comércio a varejo. Mais de noventa empresas estrangeiras funcionavam em território soviético, sendo 43 na indústria, com um total de 54 mil trabalhadores. As atividades individuais privadas também se desenvolveram rapidamente na agricultura, comércio, serviços e artesanato. Através de relações familiares ou cooperativas fictícias, esses pequenos produtores individuais utilizavam um número de trabalhadores assalariados bem maior do que o permitido pela legislação.

A recuperação econômica levou dez anos para alcançar os níveis de pré-guerra. Embora houvesse um crescimento econômico paulatino, cresciam os obstáculos dessa política para permitir uma acumulação acelerada do setor socialista da economia. A possibilidade da revolução socialista nos países capitalistas avançados tornara-se remota, em seu lugar, consolidando-se alternativas fascistas. O mundo marchava rapidamente para uma nova guerra, estimulada abertamente pelo capitalismo como uma santa cruzada contra o bolchevismo. Essa situação terminou por reacender os debates sobre os caminhos do socialismo, em particular, sobre a necessidade de uma industrialização rápida. O pano de fundo ideológico e político dessa discussão centrou-se na possibilidade ou não de construir o socialismo num só país (a União Soviética), independentemente de sua construção nos países desenvolvidos na Europa.

A vitória da tese do “socialismo num só país”, por sua vez, estabeleceu a base política para definir o tipo de planificação que tal construção exigiria e o ritmo a imprimir à industrialização. Criaram-se as condições para a aplicação das teses anteriores de Bukharin. Isso no momento em que ele, por uma dessas ironias do destino, se tornara um ferrenho defensor da continuidade da NEP.

ECONOMIA DE COMANDO

A decisão de construir o socialismo num só país desviou-se das previsões marxistas e dos próprios revolucionários russos do período anterior à revolução. Surgiu como decorrência do fracasso da revolução na Alemanha e em outros países da Europa Central, e da vontade de impedir a restauração capitalista, após todos os esforços e todo o sangue derramado para derrubar o tzarismo e a burguesia.

Não havia discrepâncias entre os dirigentes soviéticos quanto à necessidade de dar prioridade ao desenvolvimento industrial. Mesmo no período da NEP, ocorreram tentativas de financiar a industrialização à custa dos camponeses. A industrialização era vista como a possibilidade de alcançar a independência econômica. Só com ela seria possível evitar a dependência externa, criar as condições para enfrentar com êxito o boicote e o cerco capitalistas e precaver-se contra uma nova intervenção militar.

A industrialização era vista, ainda, como a base para todo o desenvolvimento posterior dos demais setores da economia, como agricultura, transportes e serviços, assim como da ciência e tecnologia. E era a industrialização que tornaria possível fazer crescer, quantitativa e qualitativamente, o proletariado soviético, formalmente o proprietário dos meios de produção do país.

Mas havia divergências profundas quanto ao ritmo dessa industrialização. Os setores que defendiam a NEP consideravam que um crescimento excessivo poderia criar tensões muito fortes no país, especialmente entre o campesinato. Isso recomendava cautela e um prazo de quinze a vinte anos, pelo menos, para completar o processo básico de industrialização. Um outro setor, tendo à frente Trotsky, defendia a adoção do ritmo mais rápido que fosse possível. Combinando a industrialização com forte pressão sobre o campesinato, pretendia apressar a preponderância do setor socialista sobre o capitalismo na economia soviética.

Sob o argumento de que a União Soviética encontrava-se com cinquenta a cem anos de atraso em relação aos países capitalistas desenvolvidos e de que deveria superar esse fosso no máximo em dez anos, ou seria engolida por eles, a ala centrista

de Stálin optou por um meio-termo entre as propostas de Trotsky (cinco anos) e as dos defensores da NEP. A Gosplan foi encarregada de elaborar um plano de longa duração (quinquenal), com prioridade para a indústria pesada, na perspectiva de completar a industrialização em dez anos. À planificação, foi destinado um papel diferente do que vinha cumprindo. Até então, ela limitava-se ao levantamento das tendências espontâneas gerais da economia. Tomada a decisão favorável à industrialização rápida, o planejamento passaria a ter um papel ativo, que comportava decisões sobre o caminho a seguir. Todo o processo produtivo passaria a ser regulado por um plano geral, especificando planos setoriais e empresariais. Nos planos, deveriam ser quantificados os bens a serem produzidos e os meios de produção necessários para que cada unidade produtiva alcançasse aquela meta. O plano deveria conter o máximo de itens possíveis, indicando ainda os preços e salários com base nos quais seriam realizados os balanços materiais capazes de verificar a realização das metas pré-fixadas. Mais importante ainda era o fato de o Estado passar a concentrar em suas mãos todos os fundos destinados aos investimentos e definir os setores prioritários onde aplicá-los. O planejamento estatal estabelecia, ainda, os excedentes a serem gerados pela agricultura e pela indústria de bens de consumo, de modo a acumular justamente o capital necessário àqueles investimentos.

Assim, toda a coordenação dos investimentos deveria ser realizada com antecedência e tendo como objetivo básico atender as necessidades da economia vista globalmente. A economia passava a ser, portanto, uma economia de comando, de cunho basicamente administrativo ou político. A vontade revolucionária passava a comandar a economia.

Todos os contratos entre empresas subordinavam-se ao plano. Este indicava as entidades econômicas que deveriam estabelecer contratos entre si, os termos desses contratos e a obrigatoriedade de sua execução. O máximo permitido às empresas, no caso de acrescentarem termos próprios, residia em ampliarem as determinações do plano.

O sistema de preços também deixava de regular a produção. Do mesmo modo que as quantidades e os tipos, os preços passavam a ser planejados de forma centralizada, deixando de constituir índices econômicos da produção. Mesmo para as empresas, eles deixariam de funcionar como índices de verificação de resultados: o sistema de fornecimento centralizado as impedia de comprar matérias-primas e meios de produção, entregues diretamente, conforme as determinações do plano, pelos órgãos centrais de abastecimento ou fornecimento.

Os suprimentos materiais e técnicos eram especificados detalhadamente. As empresas ficavam proibidas de vender ou revender equipamentos ou materiais, mesmo que não necessitassem deles. Por outro lado, toda a produção das empresas ficava, ainda, amarrada ao sistema de encomendas estatais. Na agricultura, em particular, esse sistema significou, na realidade, o restabelecimento do sistema de entregas obrigatórias do período do “Comunismo de Guerra”.

À agricultura também foi destinado um papel especial. Além de garantir alimentos para as zonas industriais urbanas e canalizar recursos de capital para os investimentos em larga escala, já que a União Soviética deveria contar com sua própria poupança e produção agrícola para o desenvolvimento, a agricultura deveria ainda fornecer a mão-de-obra indispensável para as crescentes demandas de força de trabalho industrial, de transportes, construção e serviços.

É verdade que, no final de 1928, existiam cerca de onze milhões de trabalhadores desempregados. Isso poderia induzir à idéia de que tal exército de reserva garantiria a mão-de-obra requerida pelo plano. Entretanto, a força de trabalho empregada passou, de 10 milhões em 1928, para cerca de 30 milhões em 1937. Os 3,8 milhões de trabalhadores empregados na indústria saltaram para mais de 11 milhões, enquanto o crescimento da mão-de-obra nos transportes, comunicações, construções e outros setores urbanos cresceu em ritmo bem maior do que o crescimento vegetativo da população. Para realizar essas tarefas, a agricultura soviética teria que superar os obstáculos colocados pela estrutura camponesa vigente. Esta continuava apresentando uma produtividade extremamente baixa: não gerava excedentes capazes de alimentar razoavelmente a população urbana, embora absorvesse a maior parte dos 147 milhões de habitantes da época. Para atender ao ritmo veloz requerido pela industrialização, os planejadores soviéticos decidiram apressar artificialmente o processo de concentração das unidades camponesas dispersas. Formaram grandes unidades coletivas através da mecanização agrícola e da coação estatal contra os que resistiam ao processo.

A cooperação agrícola, que antes era vista como um processo de socialização voluntário e paulatino dos próprios camponeses, foi forçada a entrar numa marcha acelerada de coletivização, sob o imperativo do ritmo da industrialização. Iniciada em 1930, já em 1932 abarcava 60% dos camponeses, e, em 1936, era completa.

A economia de comando apresentou muitos defeitos e problemas desde o início. Os planos econômicos deveriam ser instrumentos de regulação das ativida-

des econômicas em sua evolução, orientando o crescimento estratégico, evitando polarizações e desequilíbrios acentuados entre ramos, setores e departamentos da economia e garantindo certa correlação entre crescimento econômico e bem-estar social.

O planejamento centralizado soviético, porém, ao priorizar de forma absoluta o crescimento da indústria de base em detrimento da indústria de consumo e da agricultura, estabeleceu uma polarização muito acentuada entre investimento e consumo. Desprezou as necessidades materiais e culturais crescentes da população e das diferentes regiões do país, necessidades que o próprio desenvolvimento da indústria de base acentuava. Por outro lado, a medida que essa polarização se aprofundava e fazia surgir resistências e desvios na atividade econômica, paradoxalmente mais exagerada tornava-se a centralização. Como o equilíbrio econômico só pode ser tentado mediante uma articulação conjugada de todos os aspectos daquela atividade, o método do planejamento centralizado soviético mostrava-se insuficiente.

Ele buscava o equilíbrio entre quantidades disponíveis e quantidades utilizadas, procurando coincidir a quantidade produzida, em particular de meios de produção, com a quantidade de demanda. Como sempre aparece um desvio entre disponibilidade e uso – que vai resultar em desvios entre produção efetiva e demanda, que por sua vez vai se refletir em outros desvios, num processo em cascata –, tornava-se cada vez mais complexo e difícil resolver esses desvios com um planejamento rígido. A tendência, pois, desde o início, era que os desvios na atividade econômica soviética se agravassem com o tempo.

Um dos mais graves desses desvios foi a política de subsídios, paulatinamente estendida à maioria dos bens necessários e às empresas que os fabricavam. Os preços das matérias-primas, em especial, eram mantidos artificialmente baixos na suposição de que a natureza os fornecia gratuitamente. Com isso, os custos do Estado aumentavam a níveis que, ao longo do tempo, deveriam tornar-se insustentáveis. Na União Soviética, os combustíveis custavam cerca de 1/3 dos preços mundiais; os produtos agrícolas custavam de 1/2 a 1/3; e os outros recursos naturais custavam mais ou menos a metade.

Além de não considerar os custos de mão-de-obra e de produção das matérias-primas, os planejadores soviéticos, em geral, não embutiam nos preços um diferencial ou lucro que permitisse criar uma provisão para a expansão ou reconstrução das empresas. Somente os custos correntes eram considerados, o res-

tante sendo canalizado para o orçamento estatal. Qualquer capital para o desenvolvimento de uma empresa era alocado separadamente, com os órgãos centrais comandando todas as ordens de encomendas e suprimentos, o que nem sempre funcionava a contento.

As lacunas do planejamento ultracentralizado levaram as empresas a criar suas próprias reservas de matérias-primas, peças sobressalentes, equipamentos e outros materiais para precaver-se contra problemas no fornecimento. Esse foi o caldo de cultura que levou os diretores de empresas e funcionários do aparelho estatal e partidário a envolver-se em operações que se chocavam com a legislação e que mais tarde chegariam a se constituir num novo e complexo mecanismo de funcionamento da economia socialista.

A coletivização forçada, por seu turno, apresentou algumas consequências graves. Em todo o campo soviético, nos três primeiros anos de constituição das cooperativas agrícolas e pecuárias (*colcóses*), os camponeses sacrificaram seu gado, reduzindo o rebanho à metade do que era em 1928. Nesse mesmo período, houve um descenso na produção de cereais, contradizendo os objetivos do plano. Os métodos ditatoriais empregados na transformação da estrutura rural elevaram as tensões sociais e causaram deslocamentos desordenados e desastrosos entre a população rural, em especial devido às deportações dos *kulaks* ou daqueles acusados como tais.

Apesar de todos esses problemas, os resultados gerais da planificação centralizada apresentaram aspectos que não podem ser desprezados ou minimizados. A própria coletivização, uma das mais criticadas medidas da época, teve efeitos profundos sobre a vida soviética. Os camponeses das cooperativas (*colcóses*) e granjas estatais (*sovcóses*) passaram a igualar-se aos operários urbanos. Aumentou a mobilidade da força de trabalho em direção à indústria e às cidades. E a produção de máquinas e equipamentos agrícolas teve de ser intensificada, criando as condições para a elevação da produtividade rural. Em 1936, ao completar-se a coletivização, a produção agrícola recuperara seu crescimento e o rebanho voltou a atingir seu maior nível histórico.

A produção industrial teve um crescimento considerável até o período imediatamente anterior à Segunda Guerra Mundial. Em termos globais, as bases da indústria pesada foram completamente assentadas, com a produção de aço, carvão e outros itens estratégicos aumentada em várias vezes. Uma série de indústrias energéticas tiveram uma expansão inusitada. A eletrificação do país assumiu uma dimen-

são correspondente à sua extensão territorial. A rigor, a União Soviética conseguiu, num curto espaço de dez anos e dois planos quinquenais, sair da condição de país agrícola e ingressar na de país industrial. O agravamento da situação internacional, porém, com a ascensão do fascismo e do nazismo na Itália e Alemanha e a consolidação do militarismo japonês, obrigou a União Soviética a dedicar grande parte de seus recursos à produção de armamentos. O terceiro plano quinquenal, iniciado em 1938, sofreu pesadamente a interferência dessas circunstâncias. A produção armamentista pesou ainda mais negativamente sobre a produção de bens para a indústria civil. A preocupação com a espionagem e sabotagens alemãs e japonesas ganhou dimensões catastróficas, conduzindo a repressões massivas contra quadros e dirigentes da economia e de outros setores, com conseqüências muito negativas sobre as atividades produtivas e de transporte. A iminência da guerra e da invasão da União Soviética passaram a dominar todas as decisões, que se refletiam diretamente em muitos aspectos da vida econômica.

A produção de armamentos causou um estancamento no crescimento de diversos setores econômicos, apesar de se haver adotado uma nova política de emprego e disciplina no trabalho. Foi ampliada a ramificação da estrutura industrial, ao mesmo tempo evitando-se a implantação de fábricas em regiões remotas. Uma coisa é certa: sem haver estabelecido as bases de sua indústria pesada e de armamentos, a União Soviética não teria conseguido suportar o peso da ofensiva alemã contra seu território.

A economia de comando, porém, não pôde manifestar mais cedo seus sinais de esgotamento em virtude da Segunda Guerra Mundial. Esta tornou mais do que natural todas as medidas de maior centralização econômica e a concentração dos investimentos na indústria bélica, em detrimento do consumo. A grande mobilização plurinacional para expulsar os invasores superou momentaneamente os defeitos e problemas do tipo de economia centralizada em vigor. Foi preciso aguardar o fim do conflito e a reconstrução pós-guerra para que tais defeitos e problemas saltassem dos trilhos.

DESPOTISMO SOCIALISTA

Os principais teóricos do socialismo não estabeleciam muita distinção entre socialismo e democracia. Esta, para eles, consistia na socialização plena não só da produção, mas também da propriedade e da política. Socialismo não era outra coisa que o processo de democratização cada vez mais ampla da vida econômica,

social e política. Nessa perspectiva, o Estado, como instrumento de dominação de uma classe sobre outras ou, ainda, como a violência centrada e organizada na sociedade, deveria desaparecer na medida em que a socialização (ou democratização) se estendesse a todas as esferas da vida dessa sociedade.

No período de transição do capitalismo para o socialismo, o Estado desempenharia papel importante para destruir o velho aparelho de dominação e criar uma verdadeira democracia socialista. Esse Estado, de natureza diferente do antigo Estado capitalista, embora assimilando e ampliando muitas das conquistas da democracia burguesa, deveria ser o Estado da ditadura do proletariado.

O termo ditadura tinha uma conotação bem precisa. A república democrática capitalista não era senão a ditadura da minoria capitalista sobre a maioria dos trabalhadores. Liberdade e igualdade nesse tipo de democracia não passariam de formalidades. A república democrática socialista, pelo contrário, era a ditadura da maioria – operários e camponeses – sobre a minoria de capitalistas exploradores. Lênin, o principal dirigente da Revolução Russa de 1917, afirmava que o Estado soviético, da mesma forma que a Comuna de Paris, não tinha vergonha nem medo de dizer franca e honradamente a verdade ao povo, declarando-se uma ditadura do proletariado e dos camponeses. Uma ditadura que deveria incorporar à política, à democracia, à administração do Estado, milhões e milhões de novos cidadãos. Nela, liberdade e igualdade se tornariam fatos reais, deixando de ser formalidades.

Na Rússia, em especial, onde a luta de classes era extremamente aguda e cruel, onde o tzarismo e os capitalistas não permitiam qualquer atividade autônoma e democrática dos oprimidos e impunham sua ditadura absolutista com ferocidade, o conceito de ditadura da maioria tinha um sentido muito mais claro do que o de democracia, desconhecido das grandes massas do povo. A situação que se seguiu à revolução de 1917 só fez reforçar ainda mais tal conceito.

A desorganização econômica, a fome, as intervenções armadas estrangeiras, as insurreições dos generais tzaristas, as sabotagens dos remanescentes das antigas classes derrotadas, o boicote imperialista, tudo isso levava os revolucionários russos a considerar a necessidade imperiosa de um Estado proletário forte, de um férreo poder revolucionário. A obrigação de vencer a fome, estocando, transportando e distribuindo a produção em massa e em escala nacional, impunha aos revolucionários um tipo de Estado militarizado, um poder implacavelmente severo, que obrigasse o *kulak* e a burguesia a submeter-se. Ou venceriam os operários,

se estabelecessem esse tipo de Estado, ou a burguesia derrubaria o Poder Soviético – esse era o pensamento predominante nos anos imediatamente posteriores à derrubada da monarquia russa.

Com base nessa experiência, foram assentadas as primeiras generalizações teóricas sobre o novo Estado proletário. Bukharin afirmava que só o poder estatal permitiria aos trabalhadores influir no processo produtivo como organizadores, como classe dominante. Em cada unidade produtiva, os trabalhadores deveriam exercer sua dominação por meio do mais amplo colegiado, aplicando o princípio das eleições para escolha dos administradores e para sua destituição, estabelecendo uma ampla descentralização das responsabilidades.

Ele considerava, ao mesmo tempo, que deveriam surgir novas instituições dos trabalhadores. Eram aquelas baseadas nas organizações de classe, desenvolvidas e amadurecidas no próprio seio do capitalismo como fruto da luta de classe dos trabalhadores: os conselhos, sindicatos, comissões de fábrica, o partido dirigente. As organizações econômicas especiais, surgidas após a tomada do poder, também deveriam desempenhar papel importante no funcionamento da nova sociedade. Bukharin via dessa maneira os aspectos democráticos do poder proletário.

Entretanto, ressaltava a necessidade de o Estado soviético assumir o caráter de uma ditadura militar proletária, na medida em que se encontrasse numa situação crítica, econômica e militar. A coação e a coerção desempenhariam papel importante, tanto maior quanto mais ampla fosse a porcentagem de elementos não puramente proletários, ou proletários com baixa consciência de classe. Nesse sentido, o sistema democrático nas unidades produtivas era imperfeito porque não permitia a coordenação social. A forma de administração capaz de garantir o pleno funcionamento do processo produtivo só poderia ser alcançada através da disciplina e da seleção adequada dos dirigentes das organizações econômicas e políticas.

Para transformar-se, nas condições então presentes, na força organizadora da produção, o proletariado deveria estabelecer uma correlação ou coordenação eficaz entre as mais diversas formas de organização criadas pelos trabalhadores. Só a organização estatal, o Estado soviético, poderia realizar essa função coordenadora. A “estatização” dos sindicatos e a estatização de fato de todas as organizações autônomas dos trabalhadores deveriam ser o resultado lógico desse processo.

A violência estatal deveria ser utilizada como método de edificação socialista.

Mesmo assim, Bukharin considerava ser possível superar a contradição entre a atividade autônoma dos trabalhadores e a coação que o Estado exercia sobre eles.

O sujeito econômico do sistema de ditadura socialista era o próprio Estado proletário, o proletariado organizado como poder de Estado. Nessas condições, funcionaria como violência concentrada e organizada para destruir os velhos vínculos econômicos, sociais e políticos e criar novos, constituindo, ao mesmo tempo, fator de auto-organização dos próprios trabalhadores. Ou seja, funcionaria como ditadura contra o velho sistema e como democracia para o povo, para os trabalhadores enquanto classe dominante. Quando a crise econômica e o perigo militar fossem reduzidos e quando a população houvesse elevado seu nível educacional, técnico, administrativo e cultural, a necessidade de coação também seria reduzida.

Lênin, como Bukharin, também sucumbiu ao império das necessidades. Ele explicava que a dificuldade da edificação socialista na União Soviética consistia no fato de que eram obrigados a realizá-la com elementos inteiramente corrompidos pelo capitalismo. O imenso atraso e o caráter pequeno-burguês do país, a sua falta de civilização, impediam que fosse possível passar diretamente ao socialismo. Essa situação subjetiva impunha ao Estado de transição certas particularidades que não deveriam ocorrer nos países avançados.

Ele se dava conta, por exemplo, que contavam com operários entusiasmados pelo socialismo cuja instrução, educação e conhecimentos eram muito escassos. Isso constituía uma fonte objetiva do renascimento constante da burocracia, tanto nas instituições do poder quanto nas organizações do partido dirigente. Por isso, além de batalhar pela incorporação da grande massa de operários e camponeses à política, à democracia e à administração do Estado, propunha a construção de um Estado enxuto, que eliminasse das relações sociais qualquer indício de gastos supérfluos.

As circunstâncias impuseram, assim, muitas ambigüidades à política inicial do Estado soviético. Doses maciças de ditadura e de democracia misturavam-se na teoria e na prática. As necessidades imediatas de salvaguardar o novo poder subordinavam todas as perspectivas futuras. Por isso mesmo, os aspectos coercitivos foram se impondo paulatinamente como predominantes, estatizando mais e mais todos os elementos da vida social, embora dentro de uma perspectiva temporária. Quando o direito de fração foi proibido dentro do Partido Comunista, e os sindicatos subordinados ao Estado, tais medidas foram aceitas como provisórias, num contexto excepcional.

As decisões que substituíram a NEP pela economia centralizada de comando também serviram de base para liquidar a ambigüidade na política e transfor-

mar o defeito provisório em virtude permanente. Instalou-se a política centralizada de comando e o monolitismo partidário-estatal como método para enfrentar a crise externa do capitalismo e o perigo da nova intervenção militar. A contradição entre ditadura e democracia no conceito de ditadura proletária foi substituída pela unidade dos dois termos. Na prática, a democracia sumiu.

A época do parlamentarismo capitalista fora substituída, na fase revolucionária, pelos conselhos (soviets) de operários e camponeses, mas com o tempo, esses soviets foram assumindo cada vez mais a forma de uma representação parlamentar restrita, mais restrita do que o parlamento dos países capitalistas. A disputa pela representação deixou de existir. Os candidatos passaram a ser indicados pelo Partido Comunista em lista única, alienando a população da política e da democracia.

A existência de um só partido contradizia a própria teoria que afirmava a existência de classes e da luta de classes durante todo o processo de transição. Os diversos segmentos de classe não conseguiam expressar distintamente seus projetos de sociedade. Nem mesmo foi possível a constituição de organizações ou instituições de uma sociedade civil atuante. Se a luta de classes era “o motor da História”, tudo foi feito para emperrá-lo.

Mais tarde, em virtude de processos históricos diferentes, os países que ingressaram no caminho socialista após a Segunda Guerra Mundial permitiram a sobrevivência de mais alguns partidos, desde que subordinados ao partido dirigente. Sua existência era, pois, formal. O monopólio do poder por um partido era igual, existissem vários ou um único partido no país.

Esse monopólio do poder foi se cristalizando de tal modo que foram eliminados todos os mecanismos existentes no período inicial da construção socialista, que apontavam para a democracia de base e certa influência sobre o poder central, através de consultas, reclamações e pressões populares. Assim, sem representação, sem expressão política própria, sem consultas, direito de reclamar ou pressionar, esvaiu-se a liberdade. E a igualdade foi limitada, por certo tempo, ao canto pobre de uma igualdade econômica por baixo.

Entretanto, do mesmo modo que a economia sempre procura caminhos para atender as necessidades da sociedade, mesmo que ilegais, também a política procura os meios de expressar as demandas reprimidas. A literatura, a arte, as ciências e até a própria política proibida são frestas por onde as reivindicações, os reclamos, as exigências e as propostas sufocadas atingem a luz do dia e se fazem

presentes. Como no capitalismo, o poder de Estado pode combinar repressões e concessões, ou dar mais peso a um ou outro desses aspectos, mas não pode impedir eternamente que as demandas da sociedade irrompam, de uma forma ou de outra.

Na maioria dos países socialistas, acuados pela pressão capitalista, a repressão tornou-se o componente principal da ação do Estado-partido durante o longo período em que Stálin consolidou sua posição de secretário-geral do PCUS e primeiro-ministro. Grande parte da geração de dirigentes revolucionários, que sobrevivera aos embates da guerra civil, foi então julgada e condenada, inclusive à morte, por atividades contra-revolucionárias, embora essas atividades se limitassem, em geral, ao legítimo direito de crítica e discordância ativa em relação à política dominante.

Uma das características mais impressionantes desse processo em que – na União Soviética e, depois, em todos os países do Leste Europeu – instaurou-se um despotismo socialista absoluto ou quase absoluto, residia no fato de que as constituições desses países apresentavam conquistas e mecanismos democráticos marcantes. Havia, por exemplo, o direito de representação dos diferentes setores sociais, como mulheres, jovens, categorias profissionais etc. A solução de muitos problemas locais era formalmente entregue às comunidades e o direito de opinião e crítica também era formalmente estimulado. Na prática, porém, esses direitos eram cerceados pela expressão “desde que não se oponha ao socialismo”, ou algo parecido. Abria-se, aí, um campo de hipóteses e especulações cujos juízes eram os órgãos dirigentes do partido comunista a nível local, regional, nacional ou multinacional (União).

A legalidade, desse modo, era determinada caso a caso, de acordo com os humores ou suspeitas dos órgãos dirigentes. O sistema jurídico, que a rigor deveria apreciar e julgar os casos que suposta ou realmente transgredissem a legalidade estabelecida, não existia como sistema autônomo capaz de regular as contradições entre a política e a sociedade, entre o Estado e os indivíduos, e assim por diante. Sob o pretexto de que o sistema jurídico era uma invenção do capitalismo, deixou-se a observação das leis ao livre arbítrio do Estado-partido. Nessas condições, tornou-se inevitável a sucessão de arbitrariedades, repressões e crimes cometidos em nome da defesa do Estado não só contra os inimigos reais do regime, mas também contra setores que simplesmente opunham-se às políticas estabelecidas a partir de uma visão socialista diferente.

Em alguns casos, esse despotismo ganhou conotações extremas, como nos de Stálin, na União Soviética; Rakosi, na Hungria; Novotny, na Tchecoslováquia; Ceausescu, na Romênia; Hoxa, na Albânia, e Hoenecker, na Alemanha. Na Polônia, esse tipo de despotismo pessoal jamais conseguiu se consolidar em virtude das insurreições e protestos que abalaram o país em diferentes períodos. Na Hungria do período Kadar, instalou-se um despotismo esclarecido, que manteve o sistema de monopólio de poder dentro de limites que evitavam a repressão intensiva praticada nos países vizinhos.

Infelizmente não é possível encontrar as raízes desse fenômeno única e exclusivamente no caráter das pessoas, dos dirigentes socialistas que desempenharam esses papéis de déspotas e do colegiado que com eles participava do monopólio do poder. Eles só conseguiram manter durante tanto tempo seu sistema despótico porque existia uma base social que lhes deu sustentação e que, durante um período razoável, teve atendidas suas expectativas. Constituída dos antigos setores pobres e marginalizados, em geral, majoritários na população desses países, essa base social reivindicava igualitarismo radical, por baixo, ao mesmo tempo que sempre buscava sua referência num Salvador ou num líder carismático, verdadeiro ou produzido.

O despotismo parecia inabalável e justo para esses setores enquanto o planejamento conseguiu manter comprimidas as diferenças sociais, elevar o padrão de vida da população para patamares ainda pobres, mas mais dignos, e estabelecer um sistema de atendimento social (educação, saúde, moradia) e emprego que se estendia ao conjunto da população. À medida, porém, que o modelo de crescimento entrou em crise e não foi substituído por um outro que permitisse manter o ritmo de expansão da economia, com consequências negativas sobre o padrão de vida, as reivindicações dos setores mais intelectualizados e politizados começaram a encontrar eco entre aquelas camadas, criando as condições para que se colocassem em movimento na política, na democracia e no confronto com a administração.

Estavam dadas, então, as condições para o fim do despotismo socialista e, com ele, da economia de comando e das utopias, falsas e verdadeiras, que o socialismo gerara ao ingressar no caminho de sua construção prática. Diante do desmoronamento do sistema que nutria tantas esperanças na concretização da justiça, liberdade, igualdade e outras nobres aspirações humanas, grandes parcelas das populações socialistas voltaram-se para os milagres.

Esperando milagres

O mundo parece, mais uma vez, de ponta-cabeça. O capitalismo, que há alguns anos assemelhava-se a um moribundo, incapaz de sair de sua crise geral, militarmente derrotado no Vietnã e numa série de guerras de libertação, agora se mostra pujante e imbatível, ofertando bem-estar nas vitrines luxuosas de Nova York, Paris, Berlim, Tóquio e outras capitais de seu mundo desenvolvido. E com capacidade para fazer com que o terceiro e quarto mundos dos miseráveis e atrasados apareça como qualquer outra coisa, menos como capitalismo.

O socialismo, por sua vez, que até a década de sessenta apresentara um constante processo de expansão, servindo de bandeira para a luta por liberdade e independência de muitos povos, mergulhou numa profunda crise econômica e no funil estreito da contra-reforma. Trocando de lugar, o socialismo, que antes representava o futuro, tem agora a imagem de ultrapassado e conservador, enquanto o capitalismo exala modernidade e eficiência.

O retorno dos países socialistas à economia capitalista de mercado parece inevitável. Vozes crescentes em seu interior pensam que essa é a única via para revigorar suas sociedades e tirá-las da presente crise. Afinal, o reconhecimento de que o sistema desandou é somente a ponta visível das perplexidades. Estas levam grandes parcelas das populações daqueles países, e também da esquerda em todo o mundo, a aceitar a idéia de que o mercado será capaz de operar o milagre de conduzi-las rapidamente ao crescimento econômico e ao bem-estar social. Na barafunda das perplexidades, misturam-se os defensores do passado, os neoliberais e os social-democratas, colocando o mercado no centro de suas negações e afirmações. Uns resistindo como podem às mudanças inexoráveis; outros esperando os milagres de um sistema que só consegue existir criando desigualdades sem-fim.

O SISTEMA DESANDOU

A Segunda Guerra Mundial causou prejuízos consideráveis à economia e à sociedade soviéticas. A área ocupada pelas forças alemãs se estendia por toda a região a oeste de Moscou, incluindo o Báltico, Bielo-Rússia, Ucrânia, Moldávia e parte considerável da Rússia européia. Caíram sob domínio nazista 45% da população, 47% da área cultivada e 33% da produção industrial.

O esforço de guerra consumiu os principais recursos da nação. Mesmo assim, a economia de comando suportou as tensões e, em 1942, foram detectados sintomas evidentes de recuperação industrial e agrícola. Complexos industriais inteiros foram deslocados das regiões sob ameaça de ocupação para os Urais, voltando a produzir em prazo recorde. Novas unidades industriais entraram em funcionamento nesse período, embora para isso fosse necessário recorrer ao déficit orçamentário e a compressão ainda maior da produção de bens de consumo. O racionamento estendeu-se severamente a um grande número de produtos, mas os preços mantiveram-se estáveis durante todo o tempo da guerra.

As perdas materiais e humanas da União Soviética foram pesadamente maiores do que as de todas as outras potências envolvidas no conflito. Durante muitos anos, no temor de que as potências ocidentais se aproveitassem das debilidades decorrentes dessas perdas, as autoridades soviéticas esconderam as cifras exatas. Estimativas otimistas falavam num decréscimo de 17 milhões de pessoas comparando-se 1948 e 1940. Hoje, há cálculos mais precisos indicando 27 a 28 milhões de soviéticos mortos durante a guerra, o que representa quase toda a população brasileira da época.

Cerca de 1,2 milhão de casas ruíram. Um quarto dos meios de produção foi danificado ou destruído. Cidades inteiras foram total ou parcialmente arrasadas. As enormes perdas materiais são difíceis de calcular por sua complexidade. Mas as perdas humanas devem ter causado prejuízos de longo prazo muito mais sensíveis. O poder de recuperação de uma economia depende, em grande parte, do capital acumulado anteriormente, mas é fundamentalmente determinado pela qualificação de seus trabalhadores e pelos métodos de organização do trabalho e da produção adotados. Uma destruição tão intensa e extrema da população jovem da União Soviética teria que pesar de forma negativa sobre todo o processo posterior.

Apesar disso, no início dos anos cinquenta, a economia soviética estava recuperada. Seus planejadores concentravam-se na elaboração de grandiosos projetos

hidrelétricos e hidrográficos, como as represas de Kuibishev (ou mar de Kuibishev, como é conhecido) e o canal Volga-Don, interligando cinco mares. Até meados da década, a economia e a renda nacional soviéticas continuaram crescendo a um ritmo superior a 10% ao ano, apesar das interferências da guerra-fria e da guerra-quente da Coreia (1950-53), que forçaram a transferência de recursos crescentes para a indústria bélica.

Nesse período, porém, a economia soviética e seu sistema de comando começaram a emitir sinais de que havia defeitos pesando demasiadamente e causando desvios cada vez mais graves no crescimento econômico e nos custos sociais. O próprio Stálin, em trabalho publicado meses antes de sua morte, indicava problemas estruturais sérios na agricultura e no sistema de preços. Reconhecia a necessidade e a importância da produção de mercadorias, embora receitando remédios que levavam a uma maior centralização e, portanto, ao agravamento dos problemas que apontava.

Os problemas mais graves manifestavam-se nos desequilíbrios entre produção e consumo. As prioridades continuavam sendo a indústria pesada, complementada então pela indústria bélica, a energia nuclear e a indústria espacial, todas elas exigentes de capital e conhecimento intensivos em larga escala. Os êxitos soviéticos na tecnologia militar e espacial, construindo sua própria bomba atômica, fabricando aviões supersônicos e foguetes que conseguiram colocar em órbita o primeiro satélite artificial (Sputnik) e o primeiro homem a viajar no espaço (Iuri Gagarin), contrastavam com a pequena oferta de bens de consumo, em especial, duráveis. Mas davam a errônea impressão de que as forças produtivas desenvolviam-se ininterruptamente.

No período anterior à guerra, a União Soviética investira pesadamente na educação e na formação técnica. No pós-guerra, esse investimento continuou muito alto, formando uma extensa camada de engenheiros, cientistas e técnicos nas mais diferentes especialidades. Em número e formação teórica, comparavam-se aos dos países capitalistas mais desenvolvidos. O grau médio de instrução da população soviética também subiu alto. Tudo isso fez com que a sociedade soviética ficasse mais complexa e sua população mais exigente em relação a seu bem-estar e aos bens que deveria adquirir para consegui-lo. Pode-se dizer que essa situação foi agravada pelo fato de que, embora nominalmente baixos, os salários eram fortemente complementados e subsidiados por formas indiretas, em especial benefícios sociais e preços irrisórios dos artigos de primeira necessidade. A

poupança pessoal crescia em contradição com uma forte demanda reprimida, sendo calculada (1987) em 400 bilhões de rublos.

Além disso, os avanços e inovações tecnológicos obtidos na pesquisa e indústria nuclear e espacial não eram transferidos para a indústria civil. Todos tinham caráter secreto e militar. A defasagem tecnológica entre aqueles setores da economia e os demais foi se tornando cada vez maior.

Os defensores da economia altamente centralizada defendiam, com certa razão, que só era possível realizar os investimentos de capital e conhecimento intensivos nos setores estratégicos a custa de uma forte compressão do consumo. Argumentavam, também com certa razão teórica, que o baixo nível de consumo não criava nenhuma dificuldade em termos de demanda. A existência de investimentos volumosos permitia que a demanda global ficasse equilibrada com a capacidade plena do sistema econômico.

Diziam, ainda, que a centralização permitia manter sob controle o conjunto das atividades produtivas, articulando os efeitos de cada investimento no processo global de desenvolvimento. Os êxitos da União Soviética no período anterior da construção socialista seriam indicativos dessas vantagens da planificação centralizada. Os avanços que os países do Leste Europeu e a China vinham alcançando com a adoção da economia de comando de modelo soviético, socialista, também representariam uma indicação daquelas vantagens. A seu ver, portanto, os problemas que a economia soviética começava a demonstrar de forma aguda estariam relacionados não com o planejamento centralizado, mas com as tentativas de afrouxá-lo.

Eles esqueciam ou desprezavam o fato de que o sistema de comando funcionara relativamente bem enquanto vigorava um atraso econômico muito acentuado. Em tais condições, havia poucas opções de escolha. A decisão estava restrita a garantir o consumo imediato ou formar o capital que permitisse o desenvolvimento. Quanto mais rápido fosse o desenvolvimento pretendido, mais baixo deveria estar situado o consumo. Permitir um consumo maior significaria desacelerar o ritmo de crescimento. Na situação histórica daquela época, tanto interna quanto externa, optar por um desenvolvimento lento poderia representar a morte. A invasão da União Soviética pela Alemanha poderia ter tido outro resultado se a opção adotada fosse de um equilíbrio maior entre investimento e consumo.

Escolher uma via de industrialização rápida, ainda por cima autárquica (tanto forçada pelas circunstâncias externas quanto por opções políticas e ideológi-

cas), também colocava os planejadores soviéticos diante de poucas alternativas de escolha quanto a prioridades. Para criar as condições de acumulação de riqueza e chegar a um novo patamar de desenvolvimento, o sistema econômico precisaria realizar investimentos consistentes na indústria pesada (energia, materiais para produzir máquinas e máquinas capazes de produzir outras máquinas). Com essa escolha, a indústria leve e a agricultura teriam mesmo que ficar restritas à produção dos bens de consumo indispensáveis à subsistência. Entretanto, o progresso alcançado pela própria economia de comando fazia crescer a riqueza social, tornava a economia mais diversificada e impunha problemas mais complexos de escolha para os passos seguintes. Não se podia desprezar, a partir de um certo nível de crescimento, os cálculos econômicos através dos quais se deveria examinar as novas opções para obter o desenvolvimento mais adequado. O contrário poderia significar a caminhada por desvios obscuros que desembocariam em crises. Foi justamente isso que começou a ocorrer com a União Soviética a partir da década de cinquenta, agravando-se cada vez mais nas seguintes.

Embora tenham realizado várias reformas – as de Malenkov, logo após a morte de Stálin, que procurou dar mais atenção à indústria leve e à produção de bens de consumo; a de Krushev, que tentou descentralizar a economia e resolver os problemas da agricultura através da permissão das atividades individuais e familiares dos camponeses; a de Kossiguin, que tentou aprofundar as reformas econômicas anteriores e reintroduzir mecanismos de mercado na economia –, os soviéticos não conseguiram sair da economia de comando. Mantiveram a prioridade da indústria pesada, impediram a transferência tecnológica das indústrias bélica, nuclear e espacial para a indústria civil, desdenharam os cálculos econômicos quanto à disponibilidade de trabalho e de recursos naturais e não se preocuparam com a produtividade e o excedente que deveria obter. Talvez sem saber, continuaram aplicando rigorosamente uma idéia de Bukharin, segundo a qual a coação estatal seria capaz de resolver qualquer problema econômico.

Com isso, tentaram obter o máximo de disponibilidade de recursos naturais e trabalho e o máximo de meios de produção. Não levaram em conta que esses máximos nem sempre se combinam, podendo inclusive se excluir no processo de desenvolvimento da economia. O papel que a indústria de consumo dos países capitalistas desenvolvidos passou a desempenhar numa certa fase de seu crescimento demonstra justamente isso. Alcançar o máximo na acumulação de meios de produção pode resultar em crescimento desequilibrado dos fatores trabalho e recursos

naturais, com taxas menores do ritmo de crescimento da economia como um todo. Conseqüentemente, cresceram os problemas para o desenvolvimento posterior.

Os planejadores soviéticos caíram justamente nessa armadilha. Evidentemente, aos erros econômicos da planificação centralizada juntou-se o peso da burocracia. Esta contribuiu decisivamente para impedir que fossem adotadas medidas para combinar a centralização macroeconômica com a descentralização ao nível das empresas e localidades. Isso teria aberto a possibilidade de que as alternativas de escolha dos consumidores (tanto da população como das empresas) desempenhassem um papel ativo na abertura de novas vias de desenvolvimento.

O fato de que alguns outros países do Leste Europeu apresentassem resultados aparentemente positivos a partir da adoção da economia de comando também serviu para nublificar a vista dos planejadores soviéticos. Eles preferiram tratar como desvios ideológicos o caminho “autogestionário” dos iugoslavos, e a tentativa dos chineses de equilibrar a indústria pesada com a indústria leve e a agricultura.

O resultado foi que a União Soviética e, depois, a esmagadora maioria dos países socialistas do Leste Europeu entraram progressivamente num processo de estagnação, com leves períodos de melhoria. O planejamento centralizado esgotou rapidamente suas vantagens naqueles países que – como a Tchecoslováquia, Alemanha Oriental e Hungria – já tinham uma certa tradição industrial, ou como a Polônia, onde o campesinato tinha um peso considerável. Mas, mesmo nos outros – alguns dos quais procuraram ser mais realistas do que o rei, exagerando nas doses de investimento às custas do consumo –, a economia de comando mostrou sinais de exaustão com muita rapidez.

A demora em introduzir reformas que dessem flexibilidade ao sistema e encontrassem mecanismos de estímulo mais eficazes ao trabalho, fez com que todas as economias de comando desandassem. A Hungria e a China, que nas décadas de sessenta e setenta, respectivamente, realizaram reformas introduzindo a economia de mercado, foram as únicas que escaparam não só da estagnação tecnológica, como da recessão geral que se abateu sobre os países socialistas. A Iugoslávia, que seguiu um sistema econômico relativamente diferente, acabou engolfada no mesmo processo geral, por razões que exigiriam um estudo mais particularizado.

O desandar das economias de comando, arrastando consigo os regimes políticos despóticos que haviam erigido, tem sido um dos motivos mais fortes das perplexidades que tomaram conta da opinião pública em quase todos os países. No Ocidente, considera-se que a abolição ou enfraquecimento do planejamento

centralizado e o fortalecimento das unidades econômicas, desligando os contratos dos planos, pode efetuar milagres. Ou seja, a saída estaria no capitalismo. Nos países socialistas, as perplexidades trilham idênticos caminhos.

PERPLEXIDADES

Para ser mais correto, as perplexidades na esquerda e no mundo socialista começaram bem antes que Mikhail Gorbachev, em meados dos anos oitenta, lançasse sua *perestroika* ou reestruturação econômica, não ficando restritas ao Leste Europeu. Logo após a Segunda Guerra, a Iugoslávia decidiu seguir uma via de construção socialista que combinava, na economia, a propriedade estatal e a propriedade privada; e adotava a autogestão nas empresas e entidades econômicas estatais. Mantinha em vigor praticamente todos os mecanismos típicos do mercado capitalista. Essa decisão iugoslava, misturada com disputas geopolíticas de hegemonia regional e posições divergentes na política internacional, representaram a primeira manifestação de perplexidade na expansão socialista.

É verdade que, naquela ocasião, a Iugoslávia foi um caso extremo, sendo isolada dos demais países socialistas como renegada e traidora. Como as questões políticas apareciam com mais vigor na disputa, as divergências sobre a gestão econômica foram relegadas a segundo plano. Houve uma interpretação generalizada e simplista de que a Iugoslávia voltara a adotar o sistema capitalista de mercado. As vantagens e desvantagens do sistema iugoslavo de autogestão deixaram durante muitos anos de ser examinados com atenção pelas principais correntes socialistas.

Alguns anos depois do cisma iugoslavo, a China, pressionada por suas condições históricas de vasta população e desequilíbrio desproporcional entre a agricultura e a indústria, empreendeu mudanças de certa profundidade no seu modelo econômico, inspirado no soviético. A prioridade absoluta à indústria pesada estava criando graves tensões no campo chinês, o que certamente significaria tempestades destruidoras, como demonstrava sua longa história. Os planejadores chineses decidiram então reequilibrar a relação entre indústria pesada, indústria leve e agricultura, estimulando ao mesmo tempo a atividade individual privada dos camponeses e artesãos. Embora não abandonassem totalmente a centralização exagerada, só o fato de manterem muitos dos mecanismos de mercado foi considerado um desvio a ser olhado com desconfiança.

O paradoxal da situação é que o cisma chinês de 1962 surgiu aparentemente por razões políticas de sinal contrário aos das reformas econômicas, como reação

às reformas soviéticas de Krushev e às reformas tentadas na própria China. Ziguezagueando desde 1957, as reformas chinesas tentaram consolidar-se em 1964, com as quatro modernizações de Chu Enlai, sendo freadas pela Revolução Cultural. Através desta, a China tentou, entre 1966-76, ingressar rapidamente num comunismo de massa, liquidando todos os resquícios da economia de mercado. Paradoxalmente também, a Revolução Cultural desorganizou o planejamento centralizado e desestruturou a burocracia, criando as condições para as reformas que se implantariam no final da década de setenta.

Os desvios húngaro e polonês explodiram no final da década de cinquenta, combinando reivindicações econômicas com aspirações políticas de democratização. Na economia, tinham como alvo a liquidação dos aspectos mais gritantemente defeituosos da economia de comando, visando a ampliação de certos mecanismos de mercado e sua combinação com o planejamento e o crescimento mais rápido da indústria de consumo e da agricultura. Os húngaros foram esmagados pelos tanques soviéticos e os poloneses obrigados a recuar para não sofrer a mesma sorte. A partir daí, seguiram caminhos completamente diferentes.

A Polónia ingressou numa crise permanente, passando de exportadora a importadora de produtos alimentícios. A produtividade decresceu continuamente e a qualidade de seus produtos seguiu os passos da produção soviética, caindo sensivelmente. A escassez de uma série de bens tornou-se crônica e as dívidas interna e externa polonesa subiram sem cessar.

A Hungria, por seu turno, passou a introduzir sem alarde medidas de descentralização econômica e mecanismos de mercado, deixando a pequena (e até a média) propriedade privada coexistirem com a propriedade estatal. Com isso, conseguiu elevar a produção e a produtividade agrícolas, ampliar a produção da indústria leve e manter o mercado abastecido dos produtos mais necessários. A Hungria conservou, porém, aspectos consideráveis da economia de comando, manteve uma prioridade pouco lógica para a indústria pesada, e ingressou num perigoso processo de endividamento externo.

O desvio checoslovaco de 1967-68 tomou corpo quando as reformas liberalizantes de Krushev já haviam sido completamente deixadas para trás. Talvez por isso, a combinação de aberturas econômicas e políticas que os checos tentavam, a exemplo dos húngaros e poloneses, na busca de um “socialismo de rosto humano”, não tenha tido tempo sequer de consolidar-se. Foi simplesmente varrida pela intervenção militar patrocinada pela doutrina Brejnev.

As reformas chinesas de 1978 constituíram o desvio mais radical sofrido pela economia de comando. Elas modificaram o conceito vigente sobre o planejamento nos países socialistas. Passaram a combinar os planos orientadores macroeconômicos com planos obrigatórios somente para alguns poucos ramos econômicos. Ao mesmo tempo, firmaram a idéia de que a economia mercantil, ou de mercado, deve continuar existindo durante o processo de construção socialista, apesar de confinada a certos limites. Aceitaram, também, a tese de que as categorias do mercado capitalista continuam agindo durante longo tempo na economia socialista. E defenderam que as economias socialistas, para sobreviver, teriam que ingressar na disputa comercial e tecnológica com os países capitalistas no mercado internacional. Para isso, precisam praticar uma certa abertura para o capital estrangeiro, inclusive para absorver tecnologias de ponta e adaptá-las ao seu próprio desenvolvimento.

Aproveitando-se das experiências iugoslava e húngara, e também japonesa, as reformas chinesas conseguiram absorver as tendências mais importantes dos países capitalistas avançados, concentrando seus investimentos principais em setores tecnológicos de ponta e, ao mesmo tempo, empenhando-se para seu uso mais rápido na indústria de consumo de massa.

Assim, quando a União Soviética deu partida à sua *glasnost* e *perestroika*, já existiam algumas experiências concretas indicando novas alternativas de superação dos gargalos existentes nas economias socialistas. Inúmeros teóricos defendiam há tempos o fim da economia de comando e de seu monopólio e a adoção de novos mecanismos, inclusive de mercado.

A *glasnost* e a *perestroika* serviram, então, para destampar a discussão em torno da crise econômica vivida pelos países socialistas que continuavam aplicando rigidamente o planejamento altamente centralizado.

Como ocorrera com as reformas chinesas, a alternativa de adoção do mercado e de seus mecanismos ganhou uma força avassaladora. O mercado transformou-se em remédio para todas as doenças crônicas e agudas das economias socialistas. Nos países do Leste Europeu, em particular, a maioria da população passou a defender a sua adoção como ato de salvação nacional, mesmo não entendendo claramente as diferenças entre os diversos tipos de mercado, nem as relações entre eles.

Entre os políticos e os cientistas sociais, teve início um animado debate sobre o tipo de mercado que os países socialistas deveriam adotar. Criaram-se correntes de opinião que simplesmente são contra a adoção de qualquer mecanismo

de mercado. Outras, em sentido oposto, pretendem a adoção da economia capitalista de mercado, não enxergando qualquer possibilidade alternativa. Entre esses extremos, situam-se aqueles que pretendem um mercado social.

Esse debate nem sempre se faz com clareza, nem mesmo após a vitória de forças de centro ou de direita no governo da maioria dos antigos países socialistas. Realizar uma contra-reforma na economia é muito mais complexo do que na política. Essa dificuldade gerou uma certa divisão entre os que desejam a adoção imediata e sem mediações da economia capitalista e os que consideram que isso deve ser feito paulatinamente, tendo em conta as conquistas e os problemas sociais.

Essa discussão é mais aguda na União Soviética, onde o caos econômico vai se instalando com uma rapidez perigosa. De qualquer modo, os socialistas talvez tenham que se preparar para mais quinze ou vinte anos de perplexidades. A disputa objetiva entre os caminhos capitalista e socialista nos antigos países socialistas ainda não se definiu, embora, na maioria, a tendência seja nitidamente capitalista. E a teoria da transição socialista só agora, depois de mais de setenta anos de experiências concretas, pode ser discutida e elaborada efetivamente. Tudo isso demanda tempo.

O PESO DO PASSADO

A bem da verdade, a oposição ao mercado está em baixa. Ela continua se prendendo à defesa do desenvolvimento altamente centralizado e planejado da economia, um tipo de desenvolvimento cuja crise é inegável em todos os países socialistas. Com base na defesa absoluta da planificação, ataca o consumismo, considerando que a produção de bens de consumo é prejudicial ao crescimento ordenado da economia. Seu grande problema é que, além dessa tese não ser verdadeira para todas as situações do desenvolvimento econômico, a maior parte dos países socialistas construiu sociedades de escassez: o consumismo aí jamais deixou de ser uma ficção, mesmo que projetada. Basta tomar como exemplo a produção de carros. No final da década de oitenta, na Alemanha Democrática, havia um veículo para 5 pessoas; na Tchecoslováquia, um para 5,8 pessoas; e, na Hungria, um para 7,8 habitantes. Na Polônia, essa relação era de um para 10,2 e, na União Soviética, de um para 25,4, piorando nos demais países socialistas. Enquanto isso, só para citar alguns exemplos do lado oposto, o número de pessoas por veículo era de 2,3 na Alemanha Federal, 2,7 na França e 4,0 na Espanha.

Esse tipo de oposição é somente um dos aspectos da variada e heterogênea gama de atitudes e opiniões disseminada pelos diversos segmentos das sociedades

socialistas, que se opõem à existência de mecanismos de mercado no socialismo. Os analistas ocidentais costumam concentrá-las todas no que se convencionou chamar de burocracia estatal e partidária, ou *nomenklatura*.

Há uma certa razão para isso. O sistema de comando econômico criou uma rede intrincada de relações e interesses próprios, diferentes dos interesses da sociedade a que pretensamente deveria servir. A direção, coordenação e controle dos processos de trabalho, a determinação do emprego dos meios de produção, e a definição sobre o destino dos produtos das empresas e entidades estatais, por exemplo, que deveria ser realizada pelos trabalhadores – formalmente proprietários dos meios de produção –, eram (e, em grande medida, continuam sendo) praticados por diretores nomeados pelo Estado.

O Estado socialista, por sua vez, não é nenhuma entidade mitológica independente da ação humana. Transformou-se também numa intrincada teia de relações que, partindo dos diversos organismos locais (governos, departamentos representativos de organismos superiores etc.), afunilava em direção aos órgãos centrais, passando por uma enorme e diversificada quantidade de órgãos intermediários, cujas relações de poder e autonomia nem sempre foram bem definidas.

Para complicar ainda mais o funcionamento dessa máquina, em todos os países socialistas, ocorreu uma superposição dos organismos partidários sobre os estatais. O birô político do comitê central dos partidos dominantes operava como a presidência ou o conselho de ministros de fato, sobrepondo-se ao ministério que fora oficialmente designado como tal. Este, na prática, constituía o escalão imediatamente inferior ao birô político, chancelando as ordens dali emanadas.

Esse processo de superposição e sobreposição ocorria em todos os escalões da pirâmide governamental. As ordens expedidas pelos órgãos centrais de governo eram primeiro trabalhadas nos comitês partidários. Só depois deveriam ser aplicadas pelos organismos governamentais correspondentes. Mesmo nas empresas ou unidades de base do sistema produtivo, o secretário do comitê do partido dirigente – e não o diretor – era quem dava a última palavra. Criou-se um sistema em que a separação entre partido e governo era meramente formal. Na prática, persistia uma fusão na qual o partido era o verdadeiro aparelho estatal deliberativo e decisório, embora se escondesse sob a fachada de um Estado separado. O partido dominante perdeu sua função de organizador e mobilizador político, vivendo exclusivamente para a administração do Estado. O Estado engoliu o partido, duplicando a máquina estatal.

Isso não significa que os ministros e outros dirigentes do Estado, nos diversos níveis, não tivessem e não exercessem poder. Eles só alcançavam postos na máquina estatal porque eram dirigentes partidários, em grande parte dos casos, sendo membros dos birôs políticos e comitês dirigentes do partido. Todos eles possuíam algum tipo de poder e exerciam alguma influência na nomeação dos secretários do partido, diretores de empresas e de entidades estatais. As relações assim criadas não sofriam qualquer interferência democrática dos trabalhadores. Eram norteadas por critérios geralmente subjetivos, de interesse dos dirigentes.

A elite burocrática, estatal e partidária, criada dessa forma, passou a exercer o monopólio sobre todos os aspectos da vida das sociedades socialistas. Amarrou sua legitimidade ao êxito ou fracasso da economia. O que não ocorre no capitalismo, onde a separação de poderes e, de certo modo, a separação entre os partidos dominantes e o governo, e entre este e o sistema econômico-social, criou mecanismos de defesa. O fracasso de uma ou de algumas dessas instituições nem sempre é relacionado ao fracasso do conjunto do sistema econômico-social. Na luta ideológica e política, essa aparência joga um papel extraordinário.

O monopólio do poder, particularmente quando é exercido por um partido único, tem ainda a desvantagem de se constituir no canal exclusivo de representação e atividade política. É inevitável, assim, que segmentos diferenciados da população, mesmo não aceitando os pressupostos teóricos do partido dominante e do Estado socialista, ingressem no partido simplesmente para fazer carreira política. Após o desencadeamento do processo de liberalização política proporcionado pelo *glasnost*, surgiram inúmeros grupos políticos, grande parte deles formados por ex-membros dos partidos dominantes. Entretanto, ao contrário do que ocorria no passado, não são unicamente dissidências no comunismo ou no socialismo. Em diversos casos, são agrupamentos de correntes liberais, neoliberais ou de variantes destas. Achavam-se abrigadas nos partidos comunistas, socialistas ou assemelhados, ocultando sua verdadeira natureza, mascarando-a, por não encontrar outra opção de ação política.

É interessante notar que há inúmeros exemplos de integrantes dessas correntes que galgaram altos postos no regime despótico. Na Alemanha Oriental, vários membros da democracia-cristã participaram do governo Hoenecker. Na Hungria, boa parte dos membros dos Jovens Democratas, partido de adeptos fervorosos de liberalismo, iniciou sua carreira política no Partido Socialista dos Trabalhadores Húngaros. O atual presidente da Eslovênia, de forte perfil nacionalista e adepto

do retorno pleno do capitalismo, foi alto dirigente da Liga dos Comunistas.

Nessas condições, na medida em que se instalou a crise econômica, acentuou-se um processo de diferenciação interna na burocracia sobre os caminhos a seguir. É verdade que esse quadro não foi o mesmo em todos os países do Leste. Mas, na maioria deles, foi justamente uma ala da burocracia que assumiu a tarefa de introduzir as reformas. Na União Soviética, Hungria, Bulgária e Albânia, isso é bastante claro. Mesmo na Romênia, onde foi preciso derrubar a força a ditadura de Ceausescu, foi uma parcela significativa do antigo PC e das forças armadas que dirigiu o processo de mudanças.

Onde isso não foi possível – como na Alemanha Democrática, Tchecoslováquia, Polônia e na maioria das repúblicas da Iugoslávia –, os antigos partidos dirigentes foram praticamente alijados do processo político, como resultado das eleições democráticas.

Não cabe, desse modo, a análise de que a burocracia, como um todo, está em oposição à economia de mercado. Para ser completamente rigoroso, é preciso admitir que uma parte da burocracia defende inclusive a restauração do capitalismo, o que é visível na posição da ala dirigida por Boris Ieltsin, recentemente eleito presidente da Federação Russa da União Soviética. Em todos os países socialistas do Leste, são incontáveis os casos de antigos dirigentes partidários e estatais que simplesmente tornaram-se empresários, aproveitando-se de antigos conhecimentos e relações para desenvolver seus negócios. Os membros das máfias, que traficavam na economia obscura ou camuflada, em grande parte, estão se reciclando e transformando-se em empresários legalmente constituídos.

Mas há setores da burocracia que resistem à economia de mercado e trabalham contra sua instauração. Alguns simplesmente não querem perder os privilégios dos quais usufruíam como membros da *nomenklatura*, embora tais privilégios nem de longe possam ser comparados aos adquiridos pelos diretores e outros burocratas envolvidos na economia camuflada. De qualquer modo, há bastante gente que se contenta em ganhar pouco, desde que trabalhe o mínimo. Estes não querem qualquer tipo de mudança.

Há segmentos, porém, que não concordam com o mercado, mas desejam mudanças que tirem o socialismo da crise e o levem para diante, com democracia e atendimento das necessidades populares. Esses segmentos apoiaram o processo inicial das mudanças, mas, no momento seguinte, deram-se conta de que elas tomavam o irresistível caminho do mercado capitalista. Em alguns países, como na

Alemanha, na Tchecoslováquia e na Polônia, tais segmentos foram os responsáveis pela resistência de esquerda ao monopólio do poder e pelas mobilizações que tomaram vulto durante o ano de 1989. Novo Fórum (Alemanha), Alternativa de Esquerda (Tchecoslováquia) e KOR (Polônia) foram algumas das organizações de esquerda que se destacaram nesses países, mas perderam o pé no curso dos acontecimentos e hoje se encontram dispersos e fragmentados na perplexidade da nova situação.

É preciso considerar, também, toda uma antiga geração que chegou a participar dos processos revolucionários e da resistência ao nazismo e fascismo. Para elas, o sistema socialista representou uma melhoria substancial de vida, apesar de todas as distorções. As gerações que enfrentaram as inseguranças do capitalismo, a ameaça do desemprego, a fome, a falta de assistência social, as moradias miseráveis ou a ausência de moradia, gerações que ainda hoje pesam no conjunto da população, guardam vivas as conquistas positivas do socialismo e acabam culpando as reformas pelos problemas hoje enfrentados. As camadas camponesas, cuja situação é muito parecida com a dessas antigas gerações, parecem pensar de forma idêntica. Elas votaram maciçamente nos ex-comunistas nas eleições da maioria dos países do Leste Europeu e garantiram sua vitória na Romênia, Bulgária e Albânia. Na Alemanha e na Hungria, são essas camadas que ainda resistem à destruição das cooperativas e protestam contra o fim dos subsídios à agricultura, opondo-se à política suicida que coloca sua produção agrícola em desvantagem, comparativamente aos produtos subsidiados do capitalismo ocidental.

A essas camadas, opostas à economia de mercado, incorporam-se agora os desiludidos. Aqueles que, como os operários do lado oriental da Alemanha, acreditaram que a economia de mercado lhes traria a bonança e o bem-estar no dia seguinte. Enfrentando o desemprego ou sua ameaça, a subida de preços (inclusive dos aluguéis, que eram irrisórios, e dos remédios, que eram gratuitos), a nova disciplina de trabalho e outros fenômenos típicos da economia de mercado, sentem-se enganados e frustrados e não sabem para onde ir. Muitos, como os operários alemães, começam a achar o caminho dos protestos contra aquilo que até há pouco ansiavam por ver instalar-se em lugar do antigo sistema.

O certo é que a esmagadora maioria daqueles que se opõem, total ou parcialmente, à introdução de mecanismos de mercado nas economias socialistas, não têm unidade e vivem sob o peso do passado. Sabem que o passado não volta e, se voltasse, talvez fosse para um desastre maior. Os mais politizados e conscientes se

dão conta de que as distorções do passado tiraram dos defensores do socialismo, por um longo período, a moral para defender um sistema que apresentou, ao lado de polêmicos aspectos positivos, tantas realizações negativas. Talvez tenham que esperar que outros povos demonstrem a viabilidade de novos caminhos socialistas para retomar a esperança.

O CAPITAL POR NÓS

A acumulação do capital, em seu início, teve a ajuda indispensável dos Estados monárquicos e absolutistas da Europa, principalmente através de seus monopólios de comércio. Os principais instrumentos de acumulação de riqueza na Inglaterra, Holanda e França foram mecanismos extra-econômicos, como pilhagens, pirataria, guerras e escravidão de povos. A utilização indiscriminada de mecanismos extra-econômicos foi essencial para a acumulação de riquezas, para a criação de mercados e, inclusive, para transformar a força de trabalho numa mercadoria como qualquer outra.

Os Estados Unidos foram o único país que, produto da colonização, seguiu um caminho capitalista democrático, embora restrito aos imigrantes europeus. Os indígenas e os negros escravos das plantações de algodão do sul, excluídos desse caminho, suportaram o peso da selvageria destruidora da acumulação. A lei do mais apto agiu nos Estados Unidos, oferecendo oportunidades somente à maioria dos colonos brancos que para lá se dirigiu em busca de terra, trabalho e liberdade.

Na Europa, ao contrário, a ordem feudal impunha muitos limites ao desenvolvimento capitalista livre. Só conseguiram participar do processo inicial da acumulação capitalista aqueles que, por uma ou outra razão, serviam aos interesses mercantilistas da monarquia ou os que, apesar dos obstáculos, abriram seu caminho contra tudo e contra todos. Quando ocorreram as revoluções burguesas – sob o lema geral de igualdade, liberdade e fraternidade –, o poder econômico já estava bastante concentrado nas mãos de um pequeno setor da sociedade. A esmagadora maioria da população não tivera qualquer chance de participar da disputa pelo capital.

De qualquer modo, tanto nos Estados Unidos quanto na Europa, na medida em que o capitalismo se tornava a ordem economicamente dominante, tomava corpo um conjunto de idéias que advogava o livre comércio, a ação livre das forças de mercado e o confinamento das atividades do Estado aos serviços indispensáveis para a vida social. Esse conjunto de idéias, denominada liberalismo, defendia que

o bem-estar só poderia ser alcançado por meio da posse particular da propriedade, da existência de um mercado livre e de bancos completamente independentes do Estado e a serviço daquele mercado livre. *Laissez-faire, laissez passer*: deixar fazer, deixar passar, esse foi o grande mote propagandístico sob o qual o manto do liberalismo econômico se estendeu pelos países capitalistas desenvolvidos da época.

Entretanto, os mecanismos de mercado, deixados a si próprios como queriam os liberais, não representavam o melhor instrumento para o desenvolvimento da riqueza geral. Ao contrário, a riqueza geral jamais existiu sob o capitalismo. “O capital a nós, capitalistas” era, na verdade, o lema prático do liberalismo. A distribuição da renda excedente, gerada pelo trabalho dos membros da sociedade, era realizada através de relações de força, em geral, desiguais, e não por supostos mecanismos justos de mercado. O salário, isto é, a parte da renda destinada aos trabalhadores assalariados, dependia das relações de força entre trabalhadores e capitalistas. Quanto menor a parte da renda destinada aos salários, maior a parte destinada ao lucro, a parte excedente que cabia ao capitalista.

Ao contrário do que afirmavam os liberais, na sociedade capitalista, não se movimentavam agentes econômicos com interesses idênticos e que enfrentavam oportunidades iguais. As oportunidades eram desiguais e os interesses diferentes e contraditórios. No final do século passado, conforme o relato de Barbara Tuchman em *A Torre do Orgulho*, “um operário de uma fábrica de charutos e sua mulher, na Inglaterra, ganhando 13 cêntimos por hora, trabalhava dezessete horas por dia, sete dias na semana, para se manter a eles e a três filhos”; “a morte era a única saída e a única extravagância e as insignificantes economias de uma vida inteira acabavam dissipadas na carreta funerária”.

Se a situação dos que trabalhavam era essa, a dos que não conseguiam emprego no mercado capitalista era ainda mais desesperadora. Apesar disso, a filosofia capitalista sempre considerou o excedente de força de trabalho como a base da formação do lucro, uma verdadeira lei natural de formação da população trabalhadora que não deveria ser modificada por qualquer legislação. Em qualquer país capitalista, é considerado normal que até 10% de sua força de trabalho esteja desempregada.

O mercado livre também só funcionava para os capitalistas que haviam acumulado mais e para as nações mais desenvolvidas. Estas derramavam seus produtos industriais, de custos mais baixos, sobre os países de menor desenvolvimento econômico. Desorganizavam, assim, o artesanato ou a incipiente indústria local e depois passavam a exercer uma posição monopolista. O livre mercado jamais

beneficiou as empresas mais fracas ou as nações menos desenvolvidas. Além disso, quando estas conseguiam, por qualquer circunstância, chegar ao mercado dos países capitalistas desenvolvidos, tinham que enfrentar tarifas alfandegárias, contingenciamentos e outros mecanismos protecionistas.

Foram as crises cíclicas, surgidas nas condições de livre funcionamento do mercado, que derrubaram o liberalismo. A curto prazo, a livre e desenfreada exploração da mão-de-obra só prejudicava aos mais fracos, não ao capitalismo avançado; mas a crise econômica, se piorava a situação dos trabalhadores, colocava em risco e levava à falência não poucos capitalistas.

As crises cíclicas do capitalismo se caracterizaram por uma situação em que a oferta de produtos tornou-se muito maior do que a capacidade ou poder aquisitivo da sociedade em absorvê-la. Essa situação levava o conjunto da economia ao desequilíbrio, funcionando como uma reação em cadeia. Os capitalistas que não conseguiam colocar seus produtos no mercado, por não encontrarem compradores, diminuía ou cessavam a produção, despedindo seus trabalhadores. Com isso, faziam cair ainda mais o poder aquisitivo da sociedade e deixavam de comprar materiais e equipamentos de outros capitalistas. Estes se viam compelidos a tomar atitude igual, gerando resultados também idênticos: mais desemprego, menor poder aquisitivo, menor produção.

A crise se alastrava por todo o sistema produtivo.

A de 1929, de caráter mundial, foi a mais séria delas. Paradoxalmente, como comumente ocorreu no capitalismo, ela se seguiu a um período de grande prosperidade. Os chamados felizes anos vinte assistiram a uma acelerada evolução tecnológica, particularmente nas indústrias mecânica, elétrica e química, acompanhada de uma progressiva concentração econômica, que se manifestava na formação dos consórcios, trustes, grandes bancos e complexos industriais.

Essa expansão econômica e o aumento da renda nacional dos países avançados ocultavam, na realidade, os sintomas da crise. O desemprego aumentava progressivamente, a produção encontrava crescente dificuldade para ser comercializada em virtude do rebaixamento do poder aquisitivo, os lucros de certos ramos apresentavam fortes tendências de queda. Paralelamente a isso, a cotação das ações nas Bolsas de Valores, sobretudo nos Estados Unidos, sofria altas vertiginosas.

Essa situação desequilibrada sofreu uma ruptura no dia 24 de outubro de 1929 (a famosa “terça-feira negra”), quando a Bolsa de Nova York simplesmente quebrou.

A crise econômica se instalou e afetou a todos os países capitalistas. Os créditos foram suprimidos, as exportações sofreram um retrocesso brutal, caíram os preços das matérias-primas e dos produtos agrícolas (no Brasil, o governo ordenou a queima de parte significativa da produção de café), bancos e empresas faliram e o desemprego assumiu uma feição assustadora: 15 milhões de trabalhadores sem emprego nos EUA, 6 milhões na Alemanha. Ao todo, cerca de 30 milhões de desempregados nos países capitalistas desenvolvidos.

Uma das formas de evitar as crises cíclicas seria aumentar os salários para estimular o consumo. Entretanto, os capitalistas, cada um atuando de acordo com o horizonte de seu próprio interesse individual, eram incapazes de avaliar o papel que a elevação de salários desempenharia para regular a demanda global da sociedade. Para eles, a elevação salarial rebaixava o lucro no momento imediato. O capitalismo, solto no redemoinho do mercado livre, negava-se a adotar aquela medida. Punha então em risco não só a existência do lucro, que tanto queria preservar, como sua própria existência como capitalista.

As conseqüências das crises cíclicas sobre a sociedade, causando desemprego em massa, falências, rebaixamento brutal da produção e inúmeros problemas sociais, obrigaram o Estado a interferir na economia para salvar o próprio capitalismo. Notadamente a partir da crise mundial de 1929, o Estado passou a desempenhar um papel importante na superação da crise cíclica, através das despesas públicas. Estas serviam como instrumento de estímulo às atividades econômicas e ao aumento da demanda global. Praticamente todos os países desenvolvidos seguiram as indicações de um economista inglês chamado Keynes, que defendia a necessidade dos investimentos do Estado para estabelecer o equilíbrio na economia.

Nos Estados Unidos e na Alemanha, o Estado passou a criar postos de trabalho e a realizar investimentos para recuperar a produção industrial e agrícola. O *New Deal* do presidente Franklin D. Roosevelt englobou, além disso, um importante conjunto de reformas, incluindo o fechamento de bancos, proibição de exportar e de entesourar ouro e moedas estrangeiras, anistia às dívidas dos agricultores, fixação de limites para a produção industrial, acordos sobre preços, fixação de jornadas máximas e mínimas de trabalho. O programa de construção de obras públicas (centrais elétricas, complexos industriais, obras de irrigação, moradias), em especial, desempenharam papel decisivo para solucionar o problema de desemprego massivo e elevar a massa salarial. Na Alemanha, já sob o governo de Hi-

tlar, a retomada econômica foi obtida através de financiamentos à agricultura, investimentos na construção de estradas e predomínio da política de rearmamento.

Mesmo seguindo caminhos diferentes (na Inglaterra e na França, por exemplo, ocorreu um processo intenso de nacionalização e participação estatal nas empresas), os Estados capitalistas retiraram seus países da crise cíclica e, a partir de então, através do planejamento e da intervenção na economia, conseguiram um razoável controle sobre ela, embora não tenham conseguido livrar-se de novos períodos recessivos. Ou escapar de sua propensão para resolver a disputa de mercados através da guerra. Tudo isso deixou o velho liberalismo sem prestígio durante um longo período.

Somente nos últimos anos, surgiu um novo liberalismo, que vem alcançando expressão cada vez maior, tanto em virtude das desregulamentações ou liberalizações levadas a cabo pelos países capitalistas mais desenvolvidos quanto pelas mudanças que ocorrem no socialismo. Do mesmo modo que mercado e democracia parecem varas de condão nos países socialistas do Leste, neoliberalismo e modernidade são apresentados como a chave para o novo patamar do desenvolvimento capitalista do século XXI.

Os neoliberais defendem a reintrodução da economia de mercado – sem qualquer disfarce – nos antigos países socialistas. São extremamente sinceros em sua pregação, preferindo centenas de milhares ou milhões de desempregados a ver uma economia funcionando mal. Propõem a privatização de todas as empresas estatais, especialmente através de sua compra pelos capitalistas dos países desenvolvidos, a retirada de qualquer interferência na vida econômica e o fim de qualquer regulamento que iniba a ação do mercado. Na prática, retomam as principais teses dos antigos liberais, sendo responsáveis pelos processos de desregulamentação, liberalização e privatização econômicas levadas a efeito em vários países capitalistas e também na Polônia, Hungria e no território da antiga Alemanha Oriental.

Livre comércio, mercado livre e privatização voltaram a soar como palavras mágicas para resolver os problemas, tanto do mundo capitalista quanto socialista. Margareth Thatcher, da Inglaterra, e Ronald Reagan, dos EUA, tornaram-se campeões da aplicação das idéias neoliberais em seus países e no mundo. Para Reagan, o setor privado deveria incumbir-se de programas próprios de desenvolvimento econômico.

Para facilitar essa missão, aprovou cortes nos impostos americanos, na suposição de que isso deveria levar os capitalistas a investirem mais. E decidiu-se esti-

mular o setor privado a substituir o Estado nos investimentos de infra-estrutura (transportes, energia, comunicação etc.) e educação. Para Thatcher, o que impedia o rápido desenvolvimento da economia inglesa era o excesso de nacionalização ou estatização, a extensão dos benefícios sociais e a falta de coragem política para fechar as empresas tecnologicamente obsoletas e deficitárias, como as minas de carvão.

A desregulamentação americana e também a inglesa, porém, segundo analistas que defendem o próprio capitalismo, criou uma situação muito delicada. A Inglaterra continuou com um ritmo de crescimento muito lento, tendendo à estagnação.

Os Estados Unidos permitiram que sua infra-estrutura entrasse em processo de decomposição, que seus mercados externos fossem disputados e perdidos para outros concorrentes, que seu mercado interno fosse invadido por capitalistas de outros países.

Na realidade, ocorreu o inverso daquilo que Reagan planejava. Na busca de lucros mais rápidos, os capitalistas americanos aproveitaram os cortes fiscais para aplicar em papéis especulativos. Durante a década de oitenta, os americanos investiram menos do que todos os países desenvolvidos em novas unidades produtivas, em educação e na renovação do equipamento e da infra-estrutura. Sob a ação das forças livres de mercado, as autoridades americanas perderam o controle sobre áreas de importância estratégica, como as taxas de juros, flutuações do dólar, movimento externo e recursos para o financiamento dos programas de desenvolvimento estrangeiros e para evitar que sua produtividade entrasse em queda. O orçamento e a balança comercial dos Estados Unidos passaram a apresentar déficits astronômicos e sua dívida externa tornou-se a maior do mundo.

Enquanto o neoliberalismo fazia com que a Inglaterra e Estados Unidos acentuassem seu declínio, descentralizando e fragmentando sua economia, a Alemanha e o Japão seguiam o caminho inverso, embora os propagandistas do capitalismo procurem identificar os processos como iguais. Na verdade, os capitalistas alemães e japoneses entregaram ao Estado o papel de centralizar fortemente o planejamento econômico e o estímulo ideológico à coesão nacional.

Através do planejamento centralizado, o Estado desses países orientou seus capitalistas para um processo seguro e ampliado de participação no mercado internacional, de controle sobre os salários, de adaptações tecnológicas, produção em larga escala a custos mais baixos, constante adoção de novas tecnologias de produtos e novas formas de organização de trabalho.

Os japoneses conseguiram se tornar, durante a década de oitenta, uma potência econômica e financeira de primeira linha. Mas, para isso, o Japão obrigava as companhias estrangeiras que queriam investir em seu mercado a associar-se a empresas locais. Impunha sobre elas uma série de limitações, inclusive proibindo-as, até os anos oitenta, de remeter lucros para as matrizes. O Japão direcionou todo seu processo de geração de excedentes de capital para sua própria poupança e para o comércio externo. Manteve durante décadas os salários extremamente baixos, restringiu ao mínimo o crédito pessoal, inclusive para a construção de casas próprias, evitou taxar as cadernetas de poupança e especializou-se em produtos de alta tecnologia, baixo consumo de energia e alta produtividade.

Livres de despesas militares, os japoneses puderam investir parcelas crescentes de seu produto interno na poupança e nos investimentos industriais. As empresas industriais puderam se beneficiar de baixos custos de capital, conseguido por meio de controles rígidos sobre o sistema financeiro e as taxas de juros. As financeiras estrangeiras foram impedidas de operar livremente no mercado japonês, enquanto as companhias japonesas eram estimuladas e financiadas para investir no exterior. Isso tudo fez com que o Japão montasse um tubo de sucção na rica economia americana, com derivações em outras economias “livres”. A riqueza passou a fluir para o Japão, que acumulou uma fortuna equivalente a um trilhão de dólares disponíveis para investimentos no exterior.

Comprando títulos do governo americano, adquirindo fábricas, bancos, terrenos, imóveis, tanto na Inglaterra quanto nos Estados Unidos e outros lugares, o Japão conseguiu tornar-se o maior credor dos Estados Unidos e influir poderosamente sobre o sistema financeiro americano e mundial. Dos 100 maiores bancos do mundo, 33 são japoneses, 12 alemães e somente 9 americanos.

Nada do que foi realizado pelo capitalismo japonês tem qualquer coisa a ver com as idéias neoliberais. Na verdade, contou com uma eficaz intervenção estatal nos processos de planejamento a longo prazo; na imposição de sacrifícios aos trabalhadores, que tiveram por muitos anos suas necessidades de consumo reprimidas por meio de apelos ao patriotismo e a grandeza nacional; e na proteção da indústria japonesa através de inúmeras medidas protecionistas. Caminho semelhante foi seguido pela Alemanha Federal, apesar das diferenças em relação ao tratamento dado aos trabalhadores que, conseguindo uma coesão sindical mais forte de que os japoneses, conquistaram importantes melhorias salariais e benefícios sociais. Em compensação, a Alemanha tornou-se um poderoso pólo exportador antes do Japão.

Paradoxalmente, o neoliberalismo ganhou alento justamente em virtude do desenvolvimento consistente da Europa (particularmente Alemanha) e do Japão. Tendo acumulado uma enorme riqueza e transformado os Estados Unidos em campo de aplicação de suas exportações de bens, serviços e capitais, esses países capitalistas pareceram aceitar, em nome da liberalização, a pressão americana contra seu sistema protecionista.

No esforço para recuperar o tempo perdido e reverter seu declínio, os Estados Unidos enfatizavam as delícias e vantagens do livre comércio, da desregulamentação econômica (permitindo que qualquer empresa invista em qualquer país, sem restrições) e da privatização dos setores em mãos do Estado. Pretendiam, desse modo, disputar o mercado interno em expansão da Europa Ocidental e do Japão. Entretanto, como no capitalismo a vantagem é de quem tem o capital acumulado, as exigências americanas de desregulamentação acabaram por voltar-se contra os próprios Estados Unidos.

Japão e Alemanha aproveitaram-se para penetrar ainda mais profundamente no mercado americano e adquirir mais empresas dos Estados Unidos. Em 1988, o capitalismo japonês já controlava 450 bilhões de dólares em ativos nos EUA (1,7% de todos os ativos americanos), enquanto isso, as empresas americanas enfrentavam dificuldades muito sérias para concorrer nos disputados e relativamente fechados mercados internos alemão e japonês, cuja desregulamentação vem sendo meticulosamente planejada para garantir as vantagens comparativas de seus capitais, tanto no mercado externo quanto interno.

O capitalismo japonês, por exemplo, só aceitou a introdução de uma desregulamentação paulatina e planejada de seu mercado quando isso correspondeu inteiramente a seus próprios interesses. Com centenas de bilhões de dólares estocadas, o sistema financeiro japonês precisava de canais abertos para fazer com que eles fluíssem sem resistência em todo o mundo desenvolvido, aproveitando-se da vantagem que tal estoque lhe fornecia. Só agora, o capitalismo americano começa a se dar conta de que sua desregulamentação o deixou suspenso sobre uma lâmina cortante que separa a estabilidade do caos.

Parcelas crescentes de capitalistas americanos começam a argumentar que a liberação serviu mais aos detentores de grandes excedentes de dólares, provenientes das exportações superavitárias (Japão e Alemanha, principalmente), do que a si próprios. Na realidade, os Estados Unidos tornaram-se estação de transbordo de capitais: ele os arranca dos países capitalistas não desenvolvidos da África, Ásia

e América Latina, mas os perde depois para o Japão e Europa Ocidental.

Idéias protecionistas, exigindo a edição de novas regulamentações e medidas de proteção estatal, passaram a fazer parte do receituário de crescente número de analistas americanos. Voltaram a dizer claramente, como no período que se seguiu à grande depressão de 1929, que o livre comércio é simplesmente uma ideologia e prática empresarial que serviu aos interesses americanos numa determinada fase histórica.

Os Estados Unidos, segundo eles, nunca foi um país que deva praticar o livre comércio. Ainda agora, com toda a liberalização proclamada, permanecem em vigor vários mecanismos protecionistas, como tarifas alfandegárias, contingenciamentos, cotas de importação e penalidades a países que transgridam real ou ficticiamente as regras americanas de comércio internacional.

Mas isso não tem bastado para garantir os Estados Unidos contra a disputa avassaladora imposta pelo Japão e pela Europa Ocidental no próprio mercado interno americano. Na verdade, as exportações intensivas de equipamentos eletrônicos japoneses criaram uma situação próxima do monopólio e o sistema financeiro japonês já dá as cartas no mercado financeiro americano. Diante dessa realidade, o capitalismo americano reivindica que o Estado volte a intervir de forma consciente e planejada na economia.

Essa intervenção deveria estender-se à adoção de políticas e legislações industriais e comerciais que protegessem as indústrias estratégicas, congelassem a desregulamentação financeira e restringissem a venda de empresas americanas a estrangeiros. O que parcelas crescentes do capitalismo americano querem é acabar com o neoliberalismo dentro de casa, ao mesmo tempo em que defendem a sua manutenção e extensão aos países do terceiro e quarto mundos e aos países socialistas. Esses países são chamados – e muitas vezes forçados – a adotar políticas de ajuste que os EUA jamais pensariam aplicar. Receitam medidas de austeridade para reduzir o déficit e a dívida externa dos outros, mas em nenhum momento se dispõem a adotá-las para seu próprio caso.

Os neoliberais acham que a privatização e a desregulamentação são os remédios que faltam para países como o Brasil e as nações socialistas saírem da crise. Eles receitam, pois, remédios diferentes para os Estados Unidos e para o restante do mundo. Essa contradição levará a onda neoliberal, apesar de todo o espalhafato com que se apresenta, a diluir-se no ar do mesmo modo que o antigo liberalismo.

O neoliberalismo só apresenta atrativos para as economias desenvolvidas

que hoje estão aparentemente a salvo de crises mais profundas. Entretanto, mesmo nelas, a liberalização não passa de um engodo. O Estado interfere em todas as ações econômicas estratégicas, procurando garantir uma articulação ótima para obter o máximo de acumulação de capital. Tudo às custas dos outros países. “O capital a nós, liberalismo para os outros” é a orientação seguida para subordinar ainda mais as economias dos outros países a seus monopólios e oligopólios.

Nos países onde a riqueza acumulada pelos capitalistas locais é proporcionalmente pequena, colocando-os sem capacidade de investir capital em empreendimentos que alavanquem o desenvolvimento, o receituário neoliberal pode conduzir ao desastre. Nesses países, só o Estado ou o capital estrangeiro podem reunir a poupança disseminada pela sociedade e direcioná-la como capital para investimentos produtivos de cunho estratégico. Somente o Estado, por outro lado, possui os instrumentos necessários – econômicos e administrativos – para fazer com que o crescimento do consumo seja menor do que o crescimento da renda, permitindo que os investimentos sejam realizados numa proporção que sustente o desenvolvimento.

Além disso, só o Estado tem condições de superar, através de medidas legislativas e administrativas, os problemas estruturais que impedem o processo de desenvolvimento. Isto diz respeito, tomando ainda o Japão como exemplo, a medidas de reforma agrária, que ampliem o mercado interno, liberem mão-de-obra para a indústria e os serviços e permitam o aumento da produção e da produtividade agrícolas; ou medidas de proteção e estímulo às pequenas e médias empresas, de modo que elas complementem as grandes empresas. Produzindo componentes a custos mais baratos, e absorvendo a mão-de-obra excedente do processo de modernização técnica das grandes empresas, evitam que tal processo tenha um custo social muito alto.

A intervenção estatal na economia tem ocorrido até mesmo naqueles países onde a industrialização tardia se deu com o concurso majoritário de investimentos estrangeiros, como o Brasil. Se o Estado brasileiro não houvesse assumido a tarefa de investir pesadamente na infra-estrutura indispensável para a realização das atividades industriais, dificilmente o país teria conhecido as altas taxas de crescimento econômico das décadas de sessenta e setenta. Não foi por acaso que todo o discurso privatista e defensor da livre iniciativa capitalista, dos governos militares e dos que os sucederam, encontraram dificuldades enormes para materializar-se na prática cotidiana.

Entretanto, apesar de a experiência histórica haver demonstrado a fragilidade e a inconsistência do liberalismo, seu sucedâneo moderno parece ainda capaz de uma sobrevida. A gestão econômica do Estado, desastrosa em muitos países do mundo, aí incluídos os países socialistas do Leste Europeu, faz com que o neoliberalismo ainda apareça como uma teoria econômica promissora.

Desse modo, para redescobrir que tanto o neo quanto o velho liberalismo continuam buscando o capital para si e não para a sociedade, é provável que alguns desses países tenham que viver o aprendizado, quase sempre doloroso, do domínio dos mecanismos do mercado capitalista. Os alemães-orientais, com seus milhões de desempregados, já estão bem adiantados no treinamento.

CIVILIZANDO O CAPITAL

A idéia de que o Estado deveria intervir na economia para construir uma sociedade de bem-estar apareceu bem antes da grande crise de 1929. A Sociedade Fabiana, surgida na Inglaterra em fins do século XIX, defendia o fortalecimento do Estado para captar mais receitas que lhe permitissem evitar o desemprego. Era um grupo de socialistas que acreditava no aumento do capital pelos capitalistas como a melhor forma de garantir o pleno emprego e todos os benefícios que daí poderiam advir.

A Sociedade Fabiana surgiu num momento em que o liberalismo já experimentava seu fracasso, ao não proporcionar a riqueza geral que prometera. Os resultados da exploração capitalista sobre os trabalhadores vieram à luz com muita intensidade, tornando impossível qualquer ilusão a respeito. No início do século, a Inglaterra era o país mais rico do mundo, mas uma considerável parcela de sua população vivia em condições sub-humanas. O desemprego, mesmo quando não havia crise, fazia estragos consideráveis entre os trabalhadores, que não gozavam de nenhuma segurança ou benefício social.

A jornada de trabalho era exaustiva. No início do século XX, a jornada de doze horas e a semana de sete dias de trabalho ainda permaneciam vigentes na maior parte dos países ditos avançados. A chamada semana-inglesa de descanso dominical só foi conquistada no período anterior à Primeira Guerra Mundial, no bojo das medidas legislativas de cunho social aprovadas pela Câmara dos Comuns.

Antes disso, a luta pela jornada de oito horas produziu inúmeras baixas entre os trabalhadores. Barbara Tuchman transcreveu o sentimento liberal que animava os magistrados americanos diante da greve da fábrica de vagões Pullmann,

pela jornada de oito horas: “É necessário que os militares matem dentre a multidão para que a questão acabe. Só mataram seis... até agora. Isto não chega para causar impressão” (juiz William Howart Taft, de Cincinnati); “O sentimento que neste momento anima uma larga proporção de nosso povo só pode ser suprimido, como o foi a Comuna, apanhando dez ou doze dos seus líderes, pondo-os contra uma parede e matando-os a tiros” (Theodore Roosevelt, que chegou a presidente dos Estados Unidos).

Essa era a forma liberal de tratar os movimentos trabalhistas que, a rigor, ajudavam o capitalismo a modernizar-se. No entanto, em lugar de conseguir suprimi-los, tornava-os mais organizados para enfrentar as repressões. E dava-lhes razão para combater o capitalismo com as mesmas armas. Os social-democratas, na Europa continental, e os trabalhistas, na Inglaterra, acabaram por ganhar terreno. Forçaram o capitalismo a fazer concessões que melhorassem as condições de vida e trabalho e, ao mesmo tempo, apresentavam a perspectiva de um novo sistema social – socialismo –, livre da exploração e dos males capitalistas. Diferenciavam-se dos Fabianos, que continuavam buscando um socialismo dentro do capitalismo.

Em virtude de pressão social-democrata e trabalhista, os países capitalistas de desenvolvimento mais rápido, beneficiados pela expansão colonial, adotaram novas táticas para enfrentar os socialistas. Promulgaram legislações sociais que asseguravam uma série de direitos e conquistas para seus trabalhadores, incluindo salários, jornada de oito horas, assistência médica, seguros, aposentadoria, melhoria das instalações fabris etc., em grande parte assumidas pelo Estado. Os excedentes gerados pela exploração de outros povos permitiam ao capitalismo desses países manter seus trabalhadores em melhores condições de vida e de trabalho.

Mesmo assim, entre as duas grandes guerras mundiais, a repressão continuou feroz como antes. O capitalismo foi alertado pela Revolução Russa de 1917 sobre o perigo que corria caso continuasse mantendo os processos selvagens de exploração e opressão. Isso reforçou seus esforços para cooptar a social-democracia, ao mesmo tempo que aguçava nele o espírito de conservação, dispondo-o a apelar a todos os meios para manter seu sistema social. Por isso, apesar da existência de um setor do socialismo que decidiu limitar-se ao caminho das reformas, a social-democracia só conseguiu impor-se como alternativa civilizatória do capitalismo após a catástrofe da Segunda Guerra Mundial.

A social-democracia viu então suas propostas ganharem consistência e serem adotadas como políticas governamentais por uma série de países.

Defendendo um mercado com sentido social, os social-democratas atribuíam ao Estado o importante papel de redistribuir os frutos do crescimento entre o conjunto da sociedade. Ao Estado, caberia fornecer à sociedade aqueles serviços indispensáveis, que não devem ficar sob a gestão dos interesses particulares, como justiça, segurança, defesa. Ou aqueles que a própria sociedade julgasse que não deveriam ser executados por empresários privados, como transportes, saúde, educação. O Estado deveria, também, deter a propriedade dos meios de produção que a sociedade considerasse importantes para o processo global do desenvolvimento, incluindo investimentos que não são convenientes ao setor privado.

Desse modo, utilizando parcelas consideráveis da renda nacional, através da tributação e de outros mecanismos fiscais e financeiros e da participação no processo produtivo, o Estado pode influenciar decisivamente a redistribuição de renda. Para assegurar essa função, os social-democratas consideraram indispensável constituir um forte movimento sindical que pressione o empresariado e o Estado para a adoção de políticas salariais, de seguridade e bem-estar social. Ao mesmo tempo, porém, defendem que essas políticas devem permitir ao capitalismo acumular capital, sem o que os próprios trabalhadores ficarão prejudicados.

Ao Estado e ao movimento sindical, caberia, assim, um papel regulador de primeira grandeza. A Suécia e a Alemanha são os países citados como exemplos de êxito das políticas social-democratas. O Japão, entretanto, que é comumente citado como exemplo clássico de liberalismo, na verdade, combina aspectos do mercado com um planejamento altamente centralizado, que lhe permite atender as demandas de longo prazo da sociedade nipônica. Seu mercado interno é altamente competitivo, observando-se uma concorrência feroz na apresentação de novos produtos, no desenvolvimento de novos processos de produção, na organização de trabalho e nas políticas de preço, às vezes rebaixado ao nível dos custos para garantir as fatias de mercado.

O governo japonês, por outro lado, intervém diretamente na economia com um planejamento de longo prazo, através da elaboração de políticas nacionais que direcionam o desenvolvimento do país. As políticas de “pleno emprego” (1956), de “duplicação de renda” (1960) e de “apoio à pequena e média empresa” (anos oitenta), do mesmo modo que a compressão salarial, as restrições ao crédito e a ausência de incentivos fiscais para projetos de aquisição de casa própria, que vigoraram por mais de vinte anos, são casos significativos da intervenção do Estado na economia para garantir um desenvolvimento nacional auto-sustentado.

Durante vários anos, os operários japoneses receberam salários comparáveis aos de países atrasados e moravam nas chamadas “tocas de coelho”, parecidas com os cortiços existentes nas cidades de países pouco desenvolvidos. Foi isso, entre outras coisas, que permitiu ao Japão manter seus produtos de exportação com preços competitivos no mercado externo e concentrar a poupança nacional em investimentos industriais de caráter estratégico.

Agora que o capitalismo japonês transborda de capital, os trabalhadores tiveram aumentadas suas rendas e o Estado ampliou os gastos sociais, o Japão se parece cada vez mais com os países social-democratas.

Os próprios Estados Unidos, campeões do liberalismo e do “capitalismo puro”, que só saiu da crise de 1929 com o New Deal de Roosevelt, conservam uma intensa participação e intervenção do Estado na economia. Ainda hoje, apesar dos cortes, os gastos destinados a seguros sociais, pensões e benefícios cobrem 35% a 40% do orçamento da União americana.

As formas estatais destinadas a assegurar a existência da sociedade de bem-estar foram introduzidas pelos países capitalistas mais desenvolvidos no período posterior à Segunda Guerra Mundial. Seu objetivo foi não só evitar as crises cíclicas, como também enfrentar o desafio socialista, representado tanto pelos países que proclamavam construir o socialismo quanto pela luta dos socialistas por avanços sociais democráticos.

O tipo de capitalismo civilizado implantado em alguns poucos países do mundo só se tornou possível em condições históricas muito especiais. O capitalismo desenvolvido só tem podido subsistir e desenvolver-se verticalmente graças à existência e ao crescimento horizontal do capitalismo selvagem no resto do mundo. A polarização entre o capitalismo desenvolvido e atrasado é de tal ordem que aquele não pode generalizar-se globalmente. Ao contrário, os especialistas apontam para a concentração e centralização ainda mais intensos nos pólos desenvolvidos do capitalismo.

Os países capitalistas desenvolvidos congregam hoje somente 15% da população mundial (700 milhões de pessoas), detendo 73% da riqueza do mundo. Os 85% restantes da população do globo (4,4 bilhões) habitam principalmente os países subdesenvolvidos e sobrevivem com apenas 27% da riqueza mundial.

Nessas condições, a social-democracia é um fenômeno histórico de aplicação restrita. Embora por muitos anos tenha representado uma das poucas condições de sobrevivência ativa da esquerda nos países desenvolvidos, isso nem de

longe significa que ela seja a solução ou a criação de um novo tipo de socialismo. Ou pior, que seja o caminho universal para o socialismo, como pretendiam os social-democratas, que exerceram e exercem uma poderosa pressão ideológica sobre os socialistas dos países menos desenvolvidos, para que acreditem na possibilidade de também civilizar o seu capitalismo.

A social-democracia enfrenta cada vez mais os limites do tipo de civilização que proporcionou ao capital. Nos próximos dez anos, a unificação da Europa e a criação dos novos pólos econômicos de poder na América do Norte e no Pacífico Oriental deverão acelerar a concentração da renda nos países mais ricos. Em contraposição a isso, só nas fronteiras da Europa, segundo estudos da própria Comunidade Européia, cerca de 98 milhões de pessoas estão desempregadas.

Nessas condições, deve acentuar-se um processo que tomou impulso desde os anos setenta: o da migração massiva dos povos dos países pobres para os ricos. A riqueza da Europa Central e dos Estados Unidos atrai de maneira cada vez mais intensa os povos do Oriente Médio, África, América Latina e, agora, também do Leste Europeu. Os modernos meios de comunicação e de transporte facilitam essas ondas migratórias, que não fazem outra coisa que seguir o fluxo das riquezas arrancadas de seus países pelo capital das nações centrais.

Nos países da Comunidade Européia, se encontram hoje 12 milhões de migrantes, especialmente árabes e africanos, 3 milhões dos quais são ilegais. Nos Estados Unidos, há uma crescente pressão de migrantes do México, da América Central e do Sul, além de europeus orientais, árabes e populações de outras procedências. Essa é uma mão-de-obra que na fase anterior de expansão econômica permitiu atender à demanda da força de trabalho, em especial dos serviços sem qualificação profissional ou sujos. Agora, no entanto, além da continuidade do fluxo deste tipo de mão-de-obra (que já não encontra colocação como antes), há uma corrente de trabalhadores qualificados. Provenientes do Leste Europeu, eles desequilibram o mercado de trabalho ainda mais, aguçando todas as tensões. Israel, nesse sentido, é emblemático. Com um padrão de desenvolvimento que o inclui no primeiro mundo, está recebendo cerca de um milhão de imigrantes soviéticos, mais da metade dos quais possuem formação superior. Estes, porém, ao contrário do que esperavam, estão encontrando enormes dificuldades para encontrar colocações compatíveis com sua qualificação. Há especialistas em biologia molecular trabalhando como guardas-noturnos, geólogos trabalhando como varredores, ortopedistas como lavadores de carros e assim por diante. O caso mais

feliz citado pela imprensa é o de um físico especialista na construção de robôs, trabalhando como consertador de aparelhos elétricos: pelo menos não está completamente fora do ramo.

A onda migratória é de tal ordem que todos os países capitalistas desenvolvidos vêm adotando medidas cada dia mais rigorosas para conter o fluxo migratório. O Código Martelli, na Itália, e instruções semelhantes nos outros países, infernizam a vida dos cidadãos da periferia do mundo que pretendem trabalhar e viver nos países centrais, buscando as delícias reais ou ilusórias que seus meios de comunicação semeiam. O primeiro mundo vive o pesadelo ou a síndrome do Império Romano e procura construir rapidamente um novo muro que a proteja da invasão dos novos povos bárbaros dos terceiro e quarto mundos no final do século XX.

A social-democracia não só tem se mostrado impotente para dar saída a esses problemas, como tem aplicado políticas governamentais que aprofundam o fosso entre os países ricos e pobres e discriminam os povos dos países pouco desenvolvidos. A Espanha, por exemplo, tem tratado com rudeza crescente viajantes brasileiros comuns, por desconfiar de suas intenções migratórias. E até Portugal, membro menor da Comunidade Européia, intensifica sua discriminação contra os imigrantes brasileiros.

Por outro lado, nos países capitalistas desenvolvidos onde a social-democracia é predominante (Suécia, Alemanha etc.), sua política de bem-estar encontra crescentes dificuldades para manter-se. O desemprego aumenta continuamente, tornando muito elevados os custos dos benefícios sociais. Apesar dos significantes avanços tecnológicos e da liberação da mão-de-obra, a produtividade tem demonstrado constantes tendências de queda e o descontentamento social atinge parcelas cada vez mais amplas da população.

Como nos anos vinte, a pujança do capitalismo tenta encobrir os sintomas de sua crise. O neoliberalismo é a banda de música que, com sua fanfarra, procura manter o ambiente alegre e irresponsável da festa, surdo aos clamores dos marginalizados da periferia. A social-democracia, que supunha haver civilizado o capital, assiste compassiva aos sinais de regresso da selvageria capitalista ao interior de sua fortaleza. Os pobres bárbaros que se cuidem.

DEMOCRACIA DESIGUAL

As idéias democrático-liberais surgiram na história da humanidade acompanhando o surgimento e o desenvolvimento do capitalismo. Transformaram-se

em sua ideologia, na sua fundamentação teórica, econômica e política. Ao mesmo tempo que prometiam a riqueza geral, acrescentavam a esta a democracia, a liberdade e a igualdade necessárias para aproveitar as oportunidades com as mesmas condições. As transformações econômicas, causadas pelo crescimento capitalista, lançaram grandes massas do povo numa nova situação, em geral, de terríveis condições de vida e de trabalho, trabalho que nem sempre havia. Sob o impacto dessas condições, os trabalhadores descobriam que seus governantes não tinham olhos para as misérias que enfrentavam. E lançavam-se na batalha contra eles, acreditando nas promessas liberais de redistribuição das riquezas, liberdade e igualdade.

As massas do povo abriam, assim, caminho para o capitalismo contra a aristocracia dominante, sem dar-se conta de que criavam contra si novos tipos de privilégios. Por outro lado, os setores mais lúcidos do capitalismo tomavam consciência dos perigos derivados da entrada massiva da população na política, mesmo que inicialmente para fazer valer os interesses dos novos privilegiados da riqueza moderna. Mais cedo ou mais tarde, tais massas poderiam jogar-se contra as muralhas que protegiam todos os privilégios. Esse perigo se tornaria maior à medida que, pelas próprias necessidades da industrialização e do comércio capitalistas, aumentasse a instrução e informação das camadas populares.

Essa contradição se tornou inerente ao capitalismo, particularmente após suas vitórias mais decididas contra a aristocracia na Gloriosa Revolução Inglesa (1640/48), na Revolução Francesa (1789-1794) e na Guerra de Secessão Americana (1860-65). Em toda parte onde o capitalismo triunfava, o liberalismo mantinha-se a favor de mudanças sociais e políticas, desde que não se realizassem às custas dos direitos e privilégios da classe capitalista.

Na Inglaterra, onde vigorava uma democracia aristocrática parlamentar, os proprietários de terra ainda possuíam mais de um voto por cabeça em vários círculos eleitorais. Na Alemanha, a igualdade de sufrágio só existia nas eleições nacionais, estando excluída das eleições locais. Quase todos os países onde vigorava a democracia liberal desqualificavam para o voto os que não eram proprietários. Por outro lado, tinham direito a mais de um voto todos os que pagavam impostos e os que eram graduados em universidades.

Essas diferenças gritantes no direito eleitoral desmentiam a igualdade liberal. A exigência de “um homem, um voto”, levantada pelos socialistas, só foi conquistada após milhares de trabalhadores pagarem com a vida sua crença nas promessas liberais. As revoluções de 1848, as grandes lutas dos anos setenta do século passa-

do e os movimentos democráticos do início deste século objetivavam concretizar nada mais, nada menos do que alguns pressupostos do liberalismo, que praticamente tiveram que ser conquistados contra a vontade dos capitalistas.

Somente no decorrer do século XX, o sistema eleitoral da democracia liberal aceitou finalmente, na esmagadora maioria dos países capitalistas, o sufrágio universal e secreto na base de “um homem, um voto”. Mesmo então, em vários desses países, as mulheres continuaram alijadas do processo eleitoral. A luta feminina pelo direito de voto só teve êxito muito depois de as mulheres constituírem uma das parcelas mais importantes da força de trabalho. O voto feminino na Inglaterra só foi permitido em 1916; na Alemanha, em 1919; e, na Suíça, em 1971. Aliás, a Suíça, um dos exemplos mais badalados de democracia liberal, só reconheceu a igualdade entre os sexos em 1981.

Mas não era só no sistema eleitoral que a democracia liberal mostrava-se capenga e desigual. Apesar de todas as aparências, a lei sempre foi aplicada com a utilização de dois pesos e duas medidas: uma para os ricos e proprietários, outra para os pobres e despossuídos. Ainda hoje, mesmo nos países capitalistas mais avançados, essa desigualdade na aplicação da lei é evidenciada em inúmeros exemplos, alguns dos quais chegam ao conhecimento público. Ela se reflete, por exemplo, nas regras do serviço militar americano, que conseguiu alistar para a Guerra do Golfo quase exclusivamente recrutas provenientes de famílias pobres, deixando a salvo os bem-aventurados nascidos em berços de ouro.

Ainda neste século, em que a luta dos trabalhadores ampliou em muito os direitos democráticos, a repressão contra o povo manteve-se intensa durante largo período nas chamadas repúblicas democráticas. A França tem toda sua história entre o início do século e a eclosão da Segunda Guerra Mundial pontilhada de verdadeiros massacres contra os trabalhadores: mineiros do norte, em 1906, estivadores de Nantes, em 1907, e assim por diante, numa sucessão de esmagamentos militares sempre acompanhados de mortos e feridos. Nos Estados Unidos, todas as greves desse período foram enfrentadas militarmente com o apoio dos tribunais, que indefectivelmente julgavam qualquer greve como forçada ou prejudicial à economia.

Na Inglaterra, o governo combinava a decretação de leis de proteção social com repressões policiais. Na Itália e na Alemanha, ocorriam processos idênticos. A própria reação do capitalismo liberal, isso para não falar das perversões capitalistas de tipo nazista ou fascista, fazia desmoronar o sonho então acalentado por muitos

socialistas de que o capitalismo desenvolvido poderia proporcionar uma era de colaboração de classes.

A democracia era, assim como na Grécia antiga, uma democracia que só funcionava para os iguais. O povo estava excluído. Sua liberdade era única e exclusivamente a liberdade de vender sua força de trabalho para o capitalista. A igualdade entre todos, ou de todos perante as leis, só existia no imaginário da legislação escrita. Na prática, nem o direito ao trabalho, esse dever que o despossuído é obrigado a cumprir para não morrer de fome, é observado pelo capitalismo. Milhões de trabalhadores são jogados constantemente no desemprego para permitir a acumulação progressiva do capital.

Se a democracia liberal é desigual no direito ao trabalho, muito mais o é no direito ao não-trabalho, no direito ao ócio, ao lazer, que os capitalistas sabem tão bem aproveitar. É verdade que muitos socialistas chegaram até mesmo a tirar esse direito de seu horizonte, embora o avanço técnico e a elevação da produtividade permitam conquistar jornadas de trabalho cada vez menores. Entretanto, a nova revolução tecnológica cria as condições e, ao mesmo tempo, exige o desenvolvimento de um novo tipo de cultura entre os trabalhadores, de modo a aproveitar o direito ao tempo livre para elevar-se cultural e humanamente. O capital, ao contrário, faz tudo a seu alcance para evitar a diminuição das jornadas de trabalho. Quer evitar, assim, a diminuição das taxas de lucro.

Os antigos marxistas tinham razão quando afirmavam que a democracia liberal era a forma pela qual se exercia a ditadura de classe da burguesia. Embora isso espante alguns de nossos marxistas modernos, foi a expansão que o socialismo experimentou desde a Primeira Guerra Mundial, incluindo a conquista do poder em vários países, ampliando a luta democrática dos povos, que obrigou os capitalistas a aceitarem a afluência cada vez maior dos extratos inferiores da sociedade à política e à conseqüente ampliação dos direitos democráticos.

Nos países avançados, em especial, a democracia liberal transformou-se num sofisticado campo de disputas entre os trabalhadores e os capitalistas, de tal forma que muitos passaram a enxergar aí a verdadeira colaboração de classes.

Entretanto, do mesmo modo que o capitalismo desenvolvido consegue garantir um certo padrão de vida elevado a seus trabalhadores (comparativamente aos trabalhadores do resto do mundo), ele também se vê na contingência de aceitar a crescente participação política dos trabalhadores na democracia, desde que os excedentes obtidos na espoliação dos países atrasados consigam evitar qualquer

aspiração de derrubar a muralha de privilégios que continua subsistindo nos países avançados.

A história do liberalismo nesses países não permite, porém, garantir que o capitalismo tenha abandonado completamente sua prática de apelar para a espada (ou o fuzil) caso seus privilégios estejam ameaçados. Em diferentes momentos, mesmo mantendo muitos dos mecanismos da democracia liberal, o capitalismo fez uso do autoritarismo presidencial ou de gabinetes ministeriais restritos. Na esmagadora maioria desses casos de transgressões a direitos democráticos já existentes, somente o povo viu reduzidos seus direitos. A burguesia, a classe dos capitalistas, os manteve integralmente.

A história do liberalismo na maioria dos países do mundo é, sobretudo, a história da democracia às avessas. O capitalismo liberal dos países não-desenvolvidos consegue, na maioria dos casos, ser tão reacionário quanto as antigas classes coloniais, escravocratas e de senhores feudais ou semifeudais. Sistemas eleitorais viciados, judiciário parcial, legislativos marcadamente dominados pelas classes proprietárias, aparelho de Estado estritamente montado para servir a setores privilegiados do capitalismo (nem sempre a todo o capitalismo) tornam a democracia liberal desses países tão desigual e fictícia que só a custo se pode chamar de democracia boa parte delas.

Apesar disso tudo, a democracia liberal transformou-se na grande bandeira de luta do capitalismo contra o socialismo.

A burguesia conseguiu erguer com firmeza seus *slogans* de liberdade e igualdade, como se atrás dessas palavras não houvesse toda uma história de desigualdade e ausência de liberdade.

Conseguiu convencer grandes parcelas populares dos países socialistas de que a democracia parlamentar liberal, com seu sistema eleitoral, é a excelência da democracia. E deixou a esquerda de todo o mundo paralisada e quase aceitando como verdadeiras as assertivas dos propagandistas liberais. Simplesmente a fez esquecer que a maior parte das conquistas democráticas do capitalismo foi o fruto suado e sangrento da luta dos trabalhadores e socialistas.

De qualquer modo, como no passado, o capitalismo procura avançar contra seus inimigos aproveitando-se das promessas liberais, na esperança de que a fatura não seja cobrada mais tarde pelas grandes massas do povo. A curto prazo, essa contradição talvez não se torne aguda e permita ao capitalismo obter muitas vitórias. A médio e longo prazo, a afluência de grandes massas à política e à democracia sem-

pre trouxeram problemas que colocaram em risco os privilégios capitalistas. Neste momento, o sonho da colaboração de classes será outra vez colocado à prova. E a democracia desigual terá que desnudar-se de suas roupagens ilusórias e mostrar, sem o espartilho, a natureza e as formas disformes de seu corpo verdadeiro.

Socialismo de mercado

Embora a onda liberal pareça irresistível, o socialismo resiste como pode às investidas do mercado capitalista. Talvez por isso, a criação de mercados sociais ou socialismos de mercado seja oferecida como alternativa menos sombria e mais segura do que o selvagem mercado liberal. Até mesmo governos de acentuadas tinturas de direita, como o da Hungria, procuram dar às reformas econômicas uma conotação social. A marola social-democrata, pelo menos como intenção, apresenta uma perspectiva menos tenebrosa quanto às conseqüências da adoção dos mecanismos de mercado.

Na base dessas opções, estão os resultados conhecidos da economia capitalista, assim como as surpresas inesperadas que a introdução dos mecanismos de mercado pode apresentar num sistema antes predominantemente estatal. O rápido desprestígio do governo democrata-cristão no lado oriental da Alemanha, em virtude do desastre social de sua anexação pela Alemanha Ocidental, coloca a todos com as barbas de molho.

Além disso, os problemas da transição reversa do socialismo para o capitalismo são tão complicados quanto os da transição do capitalismo para o socialismo. Não é de se estranhar que apresentem problemas idênticos aos da contra-reforma que, no século XIX, tentou fazer com que as sociedades capitalistas retornassem ao feudalismo. No mundo de hoje, não é mais possível descartar a planificação e a interferência estatal, mesmo porque só o Estado tem o poder de desfazer-se de suas propriedades e transformá-las novamente em algo sagradamente privado. Isso torna os novos planejadores neoliberais muito vacilantes: obriga-os a agir com os instrumentos políticos e administrativos que formalmente tanto abominam.

Não lhes é fácil liberar preços, nem o mercado de trabalho, nem mesmo a distribuição das riquezas. O caos pode instalar-se e sepultar todos os sonhos. A tentativa neoliberal de afrouxar de uma só vez todos os mecanismos de controle da

economia soviética, sem um plano estratégico definido, que solucionasse de forma articulada os complexos e variados problemas que apresentava, agravou a situação e levou a *perestroika* ao impasse. E pode conduzir a União Soviética ao desastre.

Os neoliberais ainda não podem apelar para governos de força que apliquem suas receitas. Defenderam tão ardorosamente a democracia parlamentar que se desmoralizariam rapidamente. O parlamento, na maioria dos países socialistas, tornou-se democrático demais até mesmo para os mais democráticos neoliberais, transformando-se numa tartaruga lenta e complicada, muito suscetível às pressões sociais. Com isso, as diretivas neoliberais são desvirtuadas ou aplicadas pela metade. Ao mesmo tempo, inexistia uma riqueza acumulada que torne possível a implantação de reformas de cunho social-democrata.

Nessas condições, a maioria dos países socialistas parece navegar sem rumo. Vagueia entre o estatismo e a privatização, sem saber dosar e combinar diferentes tipos de propriedade. Marcada pelo planejamento altamente centralizado, não encontra as formas de gestão que articulem planejamento e mercado. Acostumada aos preços estáveis e administrados, tem medo da reação popular e da inflação e não consegue adequar os preços aos custos, nem considerar os salários como preços que são.

Empurrada para criar o desemprego como forma de elevar a produtividade, continua amarrada ao velho sistema de pleno emprego e é incapaz de encontrar formas alternativas que evitem aquele desastre humano. E, deslumbrada com o sistema parlamentar e as eleições, nem repara que a democracia, se ficar limitada a esses mecanismos, recriará novas formas de domínio de alguns sobre todos.

Além disso tudo, para tornar ainda mais complexo e caótico o quadro, explodem por toda parte as declarações de independência e de soberania das nacionalidades que compõem o mosaico de grande parte dos países do Leste Europeu. Numa sucessão de movimentos nacionalistas (aparentemente na contramão da história, que aponta para a unificação de blocos regionais), a grande maioria das repúblicas que compõem a União Soviética e a Iugoslávia reivindicam sua independência nacional, ameaçando desagregar esses países. O mesmo sentimento cresce entre eslovacos. E os choques étnicos revivem a perspectiva de guerras civis para tentar manter pela força uniões que só podem sobreviver voluntariamente.

Embora as rivalidades nacionais e étnicas tenham raízes muito profundas, pela primeira vez na história desses povos, existem as bases materiais para que possam se firmar como nações independentes. Contraditoriamente, apesar de

todas as distorções da construção socialista, esta transformou as regiões atrasadas da maioria dessas etnias, industrializando-as, implantando o sistema educacional, inclusive superior, e instalando uma rede de transporte e comunicações que antes inexistia. Criou, assim, as condições para que as aspirações nacionais pudessem materializar-se.

O direito democrático aponta para a autodeterminação dessas nações e, portanto, para a desagregação dos blocos que até então formavam. Essa desagregação, porém, aponta para um retrocesso na tendência de unificação geral comandada pelo grande capital, acrescentando graves fatores de distúrbio nas relações internacionais.

O chamado socialismo de mercado está nos brindando com todas essas contradições, que devem aguçar-se na medida em que os mecanismos capitalistas se firmarem. Entretanto, são justamente as contradições sociais que durante toda a história têm empurrado as sociedades para frente, embora muitas vezes por caminhos tortuosos. A esperança que nos resta é que, apesar desses caminhos, os trabalhadores acabem por encontrar seu rumo.

PLANEJAMENTO VACILANTE

As reformas no Leste Europeu aceleraram-se rapidamente depois que Gorbatchev lançou as suas *glasnost* e *perestroika*, em 1985. O plano da *perestroika*, ou reestruturação econômica, era ambicioso: substituir a economia de comando por uma economia baseada nas forças do mercado, incluindo os créditos financeiros, autogestão (com a concessão da autonomia para as empresas e conglomerados) e pluralismo no sistema de propriedade. O monopólio estatal seria quebrado. As atividades das empresas passariam a ser reguladas pelo mercado e não pelos órgãos estatais de planejamento e controle.

O planejamento central, porém, não deveria ser liquidado. Planejamento e mercado deveriam ser combinados de modo a evitar os defeitos de um ou outro, quando deixados a seu próprio arbítrio. Os problemas macroeconômicos, estruturais, apareciam como os pontos nevrálgicos que as reformas deveriam atacar.

O diagnóstico da economia soviética e, em parte, de alguns outros países socialistas da Europa, indicava que o problema chave naquele momento consistia em resolver a produção e o suprimento de alimentos e o fornecimento de bens e serviços essenciais à vida cotidiana da população, como artigos de vestuário, artigos domésticos, transportes, moradias, hotéis, restaurantes etc. Os armazéns de

alimentos estavam vazios ou em processo de esvaziamento e sem abastecê-los não seria possível resolver os problemas estruturais.

Essa situação exigia que as medidas de longo prazo, estruturais, fossem sendo resolvidas à medida que fossem superados os entraves à produção agrícola e à medida que os serviços e bens de consumo de massa tivessem sua produção incrementada. Em outras palavras, tornava-se necessário um planejamento estratégico, com prioridades e etapas definidas que permitissem derrubar sucessivamente, mas de modo seguro, as barreiras que impediam o funcionamento equilibrado da economia socialista.

Do ponto de vista operacional, as decisões econômicas deveriam ser acompanhadas de reformas legais que lhes dessem embasamento jurídico. Se o problema-chave da economia soviética, por exemplo, era a escassez de alimentos, como reconheceram Gorbachev e seus principais assessores econômicos desde o lançamento da *Perestroika*, as reformas e melhorias na agricultura deveriam ser enfrentadas primeiramente. Entretanto, desmentindo seus próprios prognósticos, as leis sobre as cooperativas e sobre o arrendamento só foram promulgadas em 1989, bem depois das leis sobre a empresa estatal e sobre o trabalho individual, promulgadas em 1987.

A legislação das reformas só começou a ser efetivada dois anos após o lançamento da política de reestruturação, mostrando também o quanto os planejadores soviéticos vacilavam em relação ao caminho a seguir. Lendo-se mais detidamente os textos de Gorbachev e dos demais formuladores da *Perestroika*, fica a nítida impressão de que falta a eles uma visão estratégica clara dos passos a seguir. Possuem um diagnóstico geral relativamente correto dos problemas existentes, assim como dos instrumentos que devem ser adotados para superá-los, mas o encaideamento das medidas previstas é simplesmente caótico.

Agora, passados cinco anos e quando a *perestroika* mostra sinais evidentes de exaustão – a previsão é de uma queda de 20% na produção industrial em 1991 –, os planejadores procuram adotar medidas que resolvam os gargalos do abastecimento de alimentos e bens de consumo de massa, proporcionem o saneamento financeiro da economia e coloquem uma trava no descontrole geral da economia. Em abril de 1991, Gorbachev anunciou um plano de emergência para evitar o total colapso da economia soviética. Ele incluía moratória nas greves políticas, até outubro de 1992, preços liberados conforme as leis do mercado, início imediato das privatizações das estatais, fim do monopólio estatal do comércio externo e estabelecimento de zonas francas para investimentos estrangeiros. Feito isso, pre-

tendem que os mecanismos de mercado (autonomia das empresas, financiamento da produção através do sistema financeiro, reforma de preços e salários e sistema de seguridade social) entrem em pleno funcionamento.

Desse modo, pensam que, em 1993-94, o mecanismo da concorrência deva estar regulando todas as atividades econômicas. Estariam dadas, assim, as condições para a implementação das reformas de maior profundidade estrutural. O problema é que a vacilação dos primeiros anos desencadeou forças que praticamente se tornaram incontroláveis.

Isso é fácil de ser percebido em todos os países do Leste Europeu, onde as forças do mercado trabalham abertamente para destruir os antigos setores socialistas da economia. Em 1991, vem sendo observada uma queda acentuada da produção industrial desses países. Na Hungria, 13%; na Tchecoslováquia, 7%; na URSS, 12%; na Polônia, 8%. O caso limite é a Alemanha – queda de 30% –, na qual, sob o pretexto de modernização, mesmo as empresas tecnicamente avançadas estão sendo sucateadas para abrir campo ao domínio dos monopólios e oligopólios do lado ocidental. Em todos os países do Leste Europeu, o setor socialista da economia vai sendo levado pelo turbilhão da economia de mercado, embora aparentemente esteja defendido com a permanência da propriedade estatal em ramos e áreas específicas.

A inflação e a elevação dos preços, bastante acentuadas, corroem rapidamente a poupança doméstica acumulada em muitos anos de trabalho. No primeiro semestre de 1991, os preços subiram 60% na União Soviética, 70% na Bulgária, 150% na Romênia, 60% na Tchecoslováquia e na Polónia e 35% na Hungria. A subida dos preços de alguns produtos, como pão, carne, leite e manteiga, variou entre trezentos e seiscentos por cento.

A esses fenômenos agrega-se o alarmante desemprego em massa, há muitos anos ausente da vida dos países socialistas. Na Alemanha Oriental (16,5 milhões de habitantes), há três milhões de desempregados, com a amarga perspectiva de chegar a 4 milhões ou mais em 1991. Na Polónia (população de 38 milhões), segundo as previsões do presidente Walesa, há dois milhões de trabalhadores sem emprego. Nos outros países do Leste, os índices de desemprego sobem com rapidez e as previsões sobre a União Soviética (290 milhões de habitantes) falam em 20 milhões de trabalhadores parados em 1992.

No chamado socialismo de mercado em processo de implantação no Leste Europeu, o planejamento tende a ser mantido como instrumento de orientação

macroeconômica, perdendo toda a força de plano obrigatório. Entretanto, na prática, além de se tornar um gestor sem poder decisório, o planejamento central enfrenta as dificuldades inerentes ao desgaste dos desequilíbrios e distorções que criou anteriormente. Os novos agentes econômicos que estão brotando nos países socialistas, a partir dos diversos tipos de propriedade permitidos e da autonomia conferida às próprias empresas estatais, opõem-se ao planejamento, não acreditam nele e parecem ávidos de aproveitar todas as oportunidades que os mecanismos de mercado lhes oferecem.

É típica, nesse sentido, a ação das cooperativas urbanas organizadas na União Soviética como propriedades coletivas de trabalhadores. Muitas vezes, elas se desviam de suas atividades produtivas para a revenda, por preços bem mais caros, de bens adquiridos ao Estado a preços subsidiados. Os coletivos de arrendatários surgidos na agricultura, assim como os camponeses que estão desenvolvendo atividades individuais e familiares, dedicam-se exclusivamente à produção de artigos que permitam maior lucratividade. Pouco se importam com a necessidade da produção de grãos ou outros produtos indispensáveis à alimentação do conjunto da sociedade, mas cujos preços são baixos e pouco remunerativos.

Desse modo, a perspectiva de que haja uma combinação adequada entre o planejamento central e o mercado nesse novo tipo de economia, denominada socialista de mercado, torna-se de aplicação muito difícil nas atuais condições econômicas e políticas dos países do Leste Europeu. Isso é ainda mais verdadeiro se se considera o fato de que forças centristas e de direita, de orientação abertamente capitalista, estão assumindo o governo em vários desses países. O Estado deve, é lógico, continuar desempenhando um papel importante na economia, mas o sentido geral de sua ação, nesses casos, não será o socialismo. A superação das distorções criadas pelo socialismo existente deve dar-se não no sentido de atingir um novo tipo e um novo patamar de desenvolvimento socialista, mas, sim, para reviver o mercado em sua plenitude.

Uma das hipóteses é que o planejamento vacilante da atualidade não consiga nem mesmo criar sociedades de tipo social-democrata. A capitulação dos novos dirigentes ao liberalismo econômico coloca seus países sem defesas para enfrentar a ofensiva avassaladora dos países capitalistas desenvolvidos, extremamente liberais para efeito externo, mas completamente protecionistas dos interesses de seus próprios capitais.

Os efeitos dessa política, porém, devem encontrar resistências sociais ines-

peradas. Os operários do lado oriental da Alemanha reaprenderam a fazer greves e realizar demonstrações massivas com uma rapidez surpreendente. A Federação dos Sindicatos Poloneses tem arrastado junto consigo o Sindicato Solidariedade em manifestações contra a política econômica de Walesa, inspirada pelo FMI. Os mineiros e ferroviários soviéticos apresentaram um vigor e uma organização inusitados em suas greves. Muitas das manifestações dos trabalhadores dos países socialistas são ainda agora apresentadas pela imprensa ocidental como demonstrações e protestos “contra o comunismo”, embora expressem principalmente o renascimento da consciência dos trabalhadores quanto a seus direitos econômicos, sociais e políticos. Nesse contexto, representam também o resgate das conquistas sociais do socialismo, desprezadas como coisas menores no processo de luta contra os regimes socialistas despóticos, em 1989.

Tais conquistas readquirem um papel importante nas plataformas de luta dos trabalhadores do Leste Europeu. Essa luta deve voltar-se, cada vez mais, contra a ação do mercado que tende a liquidar com aquelas conquistas. Quando 700 mil trabalhadores sérvios paralisam suas atividades exigindo um salário mínimo equivalente a duzentos dólares, eles podem até estar se chocando contra o governo socialista da Sérvia, mas não há dúvida de que isso se choca muito mais contra o ressurgimento do capitalismo. No entanto, só o tempo dirá, no final, a influência que elas podem exercer para reverter o quadro em perspectiva e implantar um planejamento de novo tipo.

A SAGRADA PROPRIEDADE

A característica fundamental do mercado capitalista é a propriedade privada dos meios de produção – máquinas, matérias-primas, prédios, terras agrícolas etc. – e da força de trabalho –, a energia e o conhecimento humanos capaz de movimentar as máquinas para transformar os materiais em produtos úteis. Tanto estes produtos quanto aqueles fatores produtivos existem como mercadorias. Podem ser compradas e vendidas por seus proprietários.

O direito de propriedade consiste no direito de possuir, usar e dispor dos objetos possuídos. Na fase atual do capitalismo, o empresário permite que outros exerçam a posse (os administradores de sua empresa), o uso (os trabalhadores que movimentam os meios de produção) e o direito de dispor (os administradores, que podem vender os produtos fabricados e mesmo os meios de produção). Todos esses direitos, exercidos pelos empregados do empresário, sejam adminis-

tradores ou trabalhadores, são limitados por normas estabelecidas pelo próprio empresário capitalista.

Além disso, na maior parte dos países capitalistas, combinam-se diferentes formas de propriedade: a privada, que é a dominante; a estatal; a cooperativa; e a do pequeno produtor individual ou familiar. O capitalista delega a outros o direito de gestão de suas empresas, desde que lhe proporcionem a reprodução ampliada ou a acumulação de seu capital. Com o mesmo objetivo, coloca as demais formas de propriedade a seu serviço.

De modo espontâneo ou planejado, por exemplo, as pequenas e médias empresas trabalham como fornecedoras ou auxiliares das grandes, permitindo a estas rebaixar custos e obter maiores lucros, embora isso quase sempre se dê de forma não-harmoniosa.

Nos países socialistas, também coexistiam diversas formas de propriedade, sendo dominante a estatal. Entretanto, com o passar do tempo, a subordinação dos outros tipos de propriedade à estatal tornou-se de tal ordem que, na prática, não havia distinção alguma entre elas. A não ser que operassem no terreno clandestino das economias informal e camuflada, elas tinham que subordinar-se às ordens emanadas dos centros estatais de planejamento. A ausência de mercados, onde pudessem adquirir os meios necessários à produção, ou vender os produtos fabricados, colocava-as na dependência das empresas industriais e comerciais do Estado. De outro modo, não poderiam funcionar. Mesmo assim, embora restritos, os direitos de propriedade continuavam existindo nos países socialistas. A posse da propriedade estatal, por exemplo, era exercida juridicamente pelas empresas. Elas dispunham de fundos fixos e circulantes e empréstimos bancários, podendo praticar a compra e a venda de acordo com as normas estabelecidas pelo Estado. Os agentes do Estado (diretores e administradores) que se encontravam à frente das empresas estatais, eram os que efetivamente tinham a posse dos meios de produção.

Do mesmo modo que os dirigentes dos diferentes tipos de empresas do sistema capitalista, os dirigentes das empresas estatais socialistas exerciam o direito de posse e uso dos meios de produção (este último através dos trabalhadores). No entanto, não podiam dispor desses meios, a não ser com autorização dos órgãos superiores do Estado. Podiam somente possuir e dispor dos produtos que fabricavam, dentro de limites estritos. Mas não podiam usá-los em seu proveito.

As empresas estatais exerciam o monopólio do mercado, limitando os direi-

tos dos outros tipos de propriedade, do mesmo modo que o monopólio exercido pelas grandes empresas no sistema capitalista.

As cooperativas agrícolas, por exemplo, durante muito tempo, ficaram impedidas de possuir, usar e dispor de máquinas e equipamentos agrícolas na União Soviética. Os planos estatais determinando os tipos de cultura, a área a ser plantada e a quantidade a ser produzida e entregue ao Estado praticamente anulavam qualquer direito dessas cooperativas. Assim, embora formalmente pertencessem a grupos de cidadãos associados que trabalhavam na própria cooperativa, na realidade, seus direitos de propriedade eram usurpados.

As mudanças que esses países vêm implementando procuram quebrar esse monopólio, restringindo a propriedade estatal a alguns setores e possibilitando a existência da propriedade privada de tipo capitalista, e da cooperativa e propriedade privada individual dos próprios trabalhadores.

As mudanças têm variado de país para país. Na antiga Alemanha Oriental, anexada pela Alemanha Federal, as propriedades estatais estão sendo sucateadas para serem vendidas como tal às empresas do lado ocidental. Esse processo, por incrível que pareça, representará um custo financeiro muito grande para o Estado alemão. Bilhões de marcos terão que ser investidos para sustentar os desempregados e refazer a infra-estrutura, deteriorada ainda mais por esse método perverso de privatização. O governo alemão ocidental prometeu não subir os impostos, mas está sendo obrigado a elevá-los em 7,5% para financiar os custos da reunificação.

Na Hungria, que vem introduzindo mecanismos de mercado há mais tempo, formou-se uma camada de empresários que pode adquirir algumas empresas estatais, desde que associada a capitalistas estrangeiros. Aliás, Lajos Csepi, chefe da agenda húngara de privatizações, declarou à imprensa, em meados de 1991, que, nesse ano, deveriam ser vendidas quatrocentas grandes empresas estatais e que “o país todo estava à venda”.

Na União Soviética – onde foi fundado um Clube de Jovens Milionários, cujos membros devem possuir pelo menos um milhão de rublos, ou 570 mil dólares pelo câmbio comercial, “acumulados legalmente” –, na Polônia, Tchecoslováquia, Iugoslávia, Romênia e Bulgária, não existem empresários que tenham legalmente acumulado capital para aventurar-se a adquirir empresas estatais. Somente o capital dos países capitalistas avançados teria condições de participar de um processo de privatização das grandes empresas estatais.

Por isso, nesses países, não basta a vontade ou o desejo político de alcançar

o mercado pleno, privatizando tudo, ou o mercado social, privatizando somente parte das estatais. A privatização terá que ser necessariamente lenta por um longo período, sob pena de criar tensões muito agudas, como está mostrando o exemplo da Alemanha. O problema é que uma privatização lenta não interessa ao capitalismo dominante no mundo.

Diante dessas dificuldades, em alguns desses países, o Estado está entregando aos trabalhadores bônus de participação na propriedade das empresas, ao mesmo tempo que introduz a autogestão. Sua perspectiva é de que, ao criar no futuro um mercado de ações, esses bônus sejam negociados nas bolsas e o processo de privatização se acelere.

Na União Soviética, ocorre um duplo movimento: por um lado, está sendo incentivado um cooperativismo que se assemelha muito às sociedades privadas que conhecemos. Várias pessoas se associam para operar uma empresa (industrial, comercial ou de serviços), as cotas de participação podendo variar de pessoa para pessoa. Formalmente não existem trabalhadores assalariados na empresa: todos são sócios da cooperativa. Entretanto, há um processo real de diferenciação na participação societária. Dessa forma, com o tempo, a maioria dos associados ficará restrita a um retorno equivalente ao salário. Por outro lado, essas cooperativas já funcionam de acordo com os mecanismos de mercado: seus preços obedecem aos custos (aí incluída a lucratividade), existe uma busca de eficiência medida pelo lucro, e assim por diante.

Já as empresas estatais funcionam cada vez mais pelo sistema de contrato com grupos de arrendamento e empreitada. Um grupo desses pode ser um setor completo de uma fábrica, que estabelece um contrato pelo qual a empresa cede o uso dos meios de produção para a fabricação de determinado produto. O grupo tem o direito de se organizar conforme os métodos que considerar mais convenientes e adotar as inovações que consideram necessárias para elevar a produtividade e o rendimento do trabalho. Com isso, o grupo pode obter um ganho a mais que serve para elevar a renda de seus membros e capitalizar-se. Esse sistema de arrendamento ou empreitada, que teve início na agricultura, está se expandindo pela indústria soviética e tende a criar as condições para o surgimento e multiplicação de novos grupos privados. Além disso, a propriedade estatal também vem sofrendo modificações quanto aos direitos de posse, uso e disposição de seus meios de produção. O coletivo de trabalhadores ganhou o direito de determinar a utilização de diversos fundos, entre os quais os de desenvolvimento produtivo,

social, incentivo material e ciência e tecnologia. Também pode, agora, transferir recursos dos fundos de incentivo para outros fundos, de acordo com as necessidades. E passou a ter o direito de eleger os diretores e gerentes.

Embora subordinadas por diversos laços ao Estado, as empresas vão ganhando uma autonomia que nunca tiveram e, na prática, tendem a transformar-se em propriedade de fato dos que nelas trabalham.

Todas essas modificações no sistema de propriedade estatal dos países socialistas obedecem à idéia de que os trabalhadores que se consideram donos de seus meios de produção e dos resultados de seu trabalho têm um estímulo maior para produzir com eficiência. Mitificam, assim, a sagrada propriedade, mistificando a realidade dos mecanismos de estímulo e eficiência do capitalismo. Aqui, os trabalhadores não são proprietários dos meios de produção e muito menos dos resultados de seu trabalho, ausência que é a base do conhecido fenômeno da alienação.

Não há nenhum exemplo histórico de que a sagrada propriedade privada tenha criado melhores condições de vida e trabalho, e muito menos igualdade entre os homens. A sagrada propriedade capitalista, entre todas, foi a que mais aprofundou as desigualdades econômicas e sociais, sob o disfarce da mais ampla igualdade política.

No entanto, a propriedade socialista só funcionou no processo inicial de construção da nova sociedade. Havia a perspectiva de alcançar a sociedade do bem-estar, em que todos seriam os donos dos frutos de seu próprio trabalho. Isso estimulava os trabalhadores a esforços heróicos para vencer o atraso e as condições adversas e elevar a produção a novos patamares. A transformação da propriedade social em propriedade informal da elite burocrática, no curso da construção socialista, alienou os trabalhadores, os conduziu a um privatismo exacerbado e os fez descrentes das vantagens da propriedade socialista. Com isso, talvez tenham que repassar a dolorosa experiência da propriedade privada, que agora adoram como sagrada, para redescobrir seus efeitos e buscar um novo caminho social. Amém!

PREÇOS EM VIGOR

Nos países socialistas, o mercado de bens de consumo e de serviços só subsistia formalmente. Subordinado a uma série de regulamentações restritivas, só funcionava na ponta final do sistema.

A produção de bens de consumo era determinada pelo plano em termos de tipos e quantidades. As empresas, cumpridas as metas de produção, entregavam os produtos às empresas estatais de comércio atacadista, que por sua vez os distribuíam pelas empresas varejistas, tudo de acordo com as quantidades e especificações fixadas pelo plano central. O comércio a varejo era quem, na prática, participava do mercado, através do ato de venda aos consumidores. O dinheiro arrecadado nas vendas retornava ao Estado, sendo incluído em seu orçamento.

O sistema de circulação de matérias-primas, máquinas, equipamentos, energéticos e outros meios necessários à produção, funcionava através de fornecimentos obrigatórios. O dinheiro agia, aí, somente como indicativo contábil entre empresas. Só adquiria o papel de equivalente geral de troca, o papel de preço, para o pagamento dos trabalhadores e para a compra e venda de bens de consumo e de serviços pelos consumidores finais.

O comércio internacional era outro campo em que os preços impunham sua lei. Os países socialistas, apesar do grande isolamento a que foram submetidos e da autarquia que procuraram criar para seu sistema produtivo, não podiam ficar completamente ausentes do mercado mundial. A divisão internacional do trabalho não foi uma invenção capitalista, embora se deva ao capitalismo o agravamento de suas distorções. Os países socialistas precisavam adquirir no mundo capitalista as máquinas, equipamentos, certas matérias-primas e alimentos que não produziam ou produziam em pequena escala. A partir do início dos anos sessenta, por exemplo, a União Soviética e a Polônia, que até então exportavam trigo, tornaram-se grandes importadoras desse cereal. Tinham que submeter-se, assim, aos ditames dos preços e das leis de mercado que vigoravam no comércio internacional dominado pelas potências capitalistas.

Na maioria dos países socialistas, existia, assim, uma dualidade em relação aos preços e ao dinheiro. Estes continuavam atuando de forma concreta, sob a pressão do mercado consumidor interno e do comércio internacional. Entretanto, como havia relutância em aceitar sua existência no socialismo, já que eram considerados uma concessão indesejável ou um resquício do capitalismo, eles eram fixados de forma arbitrária. Não eram levados em conta os custos nem o valor excedente que deveriam conter para permitir a ampliação da produção. Os preços das matérias-primas e de boa parte dos principais materiais e alimentos eram fixados abaixo dos custos de produção, sobrecarregando o orçamento estatal com subsídios.

A ocorrência desse sistema de subsídios, até mesmo para produtos vendidos no mercado internacional, causou grandes prejuízos à economia socialista. E criou o mau hábito de considerar formalmente inexistente a inflação, embora esta se manifestasse na prática de fazer com que as mercadorias mais baratas desaparecessem paulatinamente, sendo substituídas por outras mais caras, nesse ponto, seguindo de perto as matreirices do capitalismo.

Do ponto de vista teórico, a eliminação da mercadoria e dos mecanismos de mercado que servem à sua produção, circulação e distribuição não é algo totalmente irreal ou utópico. Nos primórdios do capitalismo, vigorava a mais completa anarquia no mercado da sociedade, embora no interior das fábricas funcionasse o mais estrito planejamento. Essa contradição do sistema capitalista tem se desenvolvido através de um processo no qual o planejamento interno das empresas tem se tornado ainda mais intenso, enquanto o mercado sofre a ação planejadora, também cada vez mais intensa, do Estado e dos grandes grupos monopolistas e oligopolistas.

Por mais que os defensores do neoliberalismo falem das excelências do mercado livre, as economias capitalistas que “deram certo” após a Segunda Guerra Mundial foram justamente aquelas que melhor combinaram o planejamento estratégico do Estado (e das empresas monopolistas) com a planificação interna em cada empresa.

Nessas economias, a socialização da produção alcançou um alto patamar. A interdependência dos diversos departamentos, ramos e setores da economia, assim como das diversas seções e setores dentro de cada empresa, atingiu um nível muito elevado. Nas áreas em que essa socialização mais se acentuou, o mecanismo dos preços passou a funcionar fracamente ou simplesmente deixou de funcionar, levando uma série de setores produtivos a perder sua “rentabilidade”. Essa situação tem levado os próprios capitalistas a reivindicarem do Estado a elaboração e execução de políticas de subsídio a seus produtos “não-rentáveis”, assim como a realização de cálculos econômicos que levem ao estabelecimento de preços distintos daqueles praticados no mercado, os chamados preços administrados. A maior parte da produção agrícola dos países capitalistas desenvolvidos é completamente subsidiada em virtude dessa situação. O montante de subsídios aos produtos agrícolas do Mercado Comum Europeu é de tal ordem que se tornou constante fonte de atritos entre os países da Europa Ocidental, de um lado, e os Estados Unidos e alguns outros países exportadores agrícolas, como o Brasil,

de outro. Apesar disso, a agricultura dos países socialistas era acusada de ineficiente justamente por ser subsidiada pelo Estado. E há socialistas que acreditam piamente na acusação.

À medida que a produção se socializa, aumentando seu grau de concentração e centralização e a interdependência geral, os preços dos produtos tendem a cair, aproximando-se do mínimo. Nessas condições, a taxa média de lucro do capitalista também tende a cair, obrigando-o a adotar mecanismos extra-econômicos para manter sua “rentabilidade”. Do ponto de vista da teoria econômica, o socialismo deveria desenvolver ainda mais essa tendência recebida do capitalismo, no sentido de criar as condições para eliminar os preços.

O detalhe prático é que o socialismo existente começou a ser construído a partir de condições pré-capitalistas, e não a partir de uma base material altamente desenvolvida pelo capitalismo. Nessa situação, buscar a eliminação dos preços antes que o processo real de socialização econômica houvesse amadurecido, foi um erro grosseiro e prematuro.

As reformas no sistema econômico de comando pretendem revigorar os preços, de modo que as relações mercantis possam atuar sem obstáculo. A maioria dos economistas que defendem a introdução dos mecanismos de mercado no socialismo considera que o sistema de preços é elemento chave para regular o mercado ou, mais propriamente, os diversos mercados que compõem o mercado geral.

Os neoliberais defendem a completa liberdade dos preços, o que não deixa de ser uma contradição com a situação real de monopolização das economias capitalistas em que prevalecem os preços administrados.

Os defensores do mercado social pretendem o estabelecimento de preços administrados para os bens mais importantes, deixando livres os demais, o que estimularia a concorrência e permitiria que os mecanismos financeiros de crédito garantissem a correlação entre fluxo monetário e fluxo real de bens.

Defendem também que devem ficar fora do mercado socialista a terra, os recursos naturais e os tesouros culturais. O Estado deveria regulamentar o mercado por meio do crédito, estimulando os setores mais importantes através de financiamentos. Sua articulação com o sistema tributário e com as encomendas estatais, diminuindo estas para 20%, 30% do volume total (em lugar dos atuais 70%, 80%), representaria uma alavanca poderosa para o aumento da produção.

Consideram, porém, que a base de todo esse processo de mudança deveria ser a modificação do sistema de preços, até então estabelecidos arbitrariamente,

para um novo sistema no qual seus patamares (inclusive tarifas) seriam contratados entre os diversos agentes econômicos atuantes no mercado socialista. Mesmo os preços centralizados ou administrados, referentes aos bens mais importantes, deveriam ser estabelecidos pelas empresas e organizações econômicas de acordo com seus custos, lucros e rentabilidade. Afinal, como defendia o economista soviético Yevey Liberman, os conceitos de lucro e rentabilidade devem ser os principais índices para avaliar o trabalho das empresas.

A mudança no sistema de preços (e salários, já que estes são os preços da força de trabalho) constituem, muito provavelmente, um dos aspectos mais delicados e difíceis das reformas econômicas do socialismo. Como há a perspectiva e a necessidade de fazer com que os antigos países socialistas se envolvam na divisão internacional do trabalho, no sistema das relações econômicas mundiais, isso exige o estabelecimento de paridade entre os preços internos e externos. Entretanto, saltar abruptamente dos preços subsidiados e muito baixos para os preços praticados no mercado internacional pode causar uma reação em cadeia de difícil controle. Como no mais, para evitar grandes tensões, seria necessário um longo e tortuoso processo.

Por outro lado, a abertura do mercado dos países socialistas ao capital estrangeiro só terá atrativo se as empresas capitalistas internacionais tiverem a possibilidade de produzir em larga escala com custos reduzidos em mão-de-obra, terras, instalações e recursos naturais. Ou seja, se os preços de compra dos meios de produção e da força de trabalho forem baixos e os preços de venda dos produtos fabricados altos. Estamos, assim, diante de contradições de difícil solução.

O TRABALHO NO MERCADO

A autonomia das empresas e o emprego de sistemas de contabilidade em que lucro e rentabilidade são os índices mais importantes coloca as unidades econômicas do socialismo, ao adotar mecanismos de mercado, diante da necessidade de reduzir custos e, portanto, reduzir a mão-de-obra excedente. A modernização tecnológica dos meios de produção e as novas formas de organização do trabalho dos países capitalistas desenvolvidos dão o rumo para as economias socialistas reformadas. Sua perspectiva é produzir as massas de desempregados que estão em desespero no lado oriental da Alemanha, na Polônia, na União Soviética e em praticamente todos os países do Leste Europeu.

O mercado de trabalho nos países socialistas torna-se, dessa maneira, uma

realidade palpável. Os trabalhadores passam a vender a sua força de trabalho conforme o preço determinado pelo mercado socialista, preço que variará de acordo com o tempo de trabalho necessário para a reprodução da força de trabalho e também com a quantidade de trabalhadores que se encontram sem emprego, disputando as vagas existentes. Tudo como no mercado de trabalho do capitalismo. O aumento da produtividade é alcançado através da completa aplicação do direito de propriedade das empresas, que se expressa nas diversas normas disciplinares que os trabalhadores devem obedecer para não sofrerem punições. Os aumentos salariais, por sua vez, deverão estar conectados à elevação da produtividade, exigindo dos trabalhadores a intensificação de seu ritmo de trabalho.

O abastecimento e a oferta de mercadorias de consumo também joga um papel importante para estimular o interesse dos trabalhadores na produção e conservar o mercado de trabalho amarrado na perspectiva de conseguir emprego. Tudo com vistas a trabalhar com afinco e ganhar dinheiro para adquirir bens e serviços de toda espécie. A indução ao consumo desempenha papel determinante, ao lado do sistema de crédito pessoal, no estímulo material para levar o trabalhador a produzir mais e melhor, apesar da alienação a que está submetido.

Nos países socialistas, até há pouco, vigorava o sistema de pleno emprego cartorial, no qual toda a população trabalhadora (ou quase toda) tinha emprego garantido, mesmo que a quantidade dos meios de produção disponíveis fosse insuficiente para absorver toda a mão-de-obra. Nessas condições, em que três ou mais operários trabalhavam numa função em que só um trabalhador seria necessário, a produtividade do trabalho tendia a cair assustadoramente, como acabou acontecendo.

A propaganda oficial afirmava que, no sistema socialista, não havendo exploração, discriminação ou desemprego, os trabalhadores produziram mais eficientemente que seus congêneres dos países capitalistas. Na realidade, a motivação pelo trabalho nos países socialistas, que garantia uma certa produtividade, perdeu-se durante a década de cinquenta, seja devido à alienação dos trabalhadores quanto ao trabalho que realizavam, seja porque o prometido mundo melhor não chegava, seja ainda em virtude da falta de liberdade que se instaurou nesses países. O único mecanismo que ainda inspirava os trabalhadores a produzir mais rapidamente e com melhor qualidade continuava sendo o estímulo material.

Mesmo assim, esse estímulo perdeu interesse à medida em que o suprimento de bens e serviços se mostrava deficiente, instalando a escassez. Do que adiantava

trabalhar para ganhar mais se não havia como gastar o dinheiro ganho? Quando a escassez se impõe ao mercado, ninguém se empenha em produzir mais para obter uma maior remuneração. O que se agrava ainda mais quando a população acumula uma poupança considerável, como ocorreu em todos os países socialistas, podendo aguardar que o mercado seja reabastecido sem qualquer necessidade de um esforço extra por mais ganhos.

Para reverter esse quadro e criar novos mecanismos de incentivo ao trabalho no socialismo, alguns economistas sugerem a utilização do desemprego controlado. Eles supõem que as altas taxas de desemprego no capitalismo são o maior estímulo para que os operários tenham eficiência e responsabilidade no trabalho. Sugerem que os salários só sejam aumentados se a produtividade se elevar, mesmo que haja necessidade dos salários acompanharem o aumento dos preços. A realidade, entretanto, está demonstrando que o desemprego pode tornar-se incontornável com muita facilidade, embora a introdução dos mecanismos de mercado ainda esteja numa fase inicial.

A modernização das grandes empresas mal começou. Elas começam a instituir o sistema de contratos de empreitada com brigadas constituídas por trabalhadores, engenheiros, técnicos e especialistas de oficinas, seções ou outras unidades.

As fazendas coletivas da União Soviética, por exemplo, estão sendo retalhadas entre novas cooperativas formadas por grupos ou brigadas. Todas essas “cooperativas”, brigadas ou grupos são, na realidade, unidades privadas que tendem a ampliar sua ação através da contratação de mão-de-obra estritamente necessária.

A tendência geral, pois, é que o problema da produtividade seja resolvido pelo método clássico do capitalismo: dispensando a mão-de-obra sobrando e aumentando a produção por trabalhador empregado. Isso apesar dos que pretendem continuar mantendo a idéia de que, no socialismo, mesmo com a introdução dos mecanismos de mercado, os trabalhadores são co-proprietários da riqueza nacional. Segundo Abel Agabengyan, renomado economista soviético e um dos principais formuladores da *perestroika*, quando um trabalhador de um país socialista “procura emprego, ele não o faz como a mão-de-obra contratada no sentido capitalista, mas como co-gerente e co-proprietário de uma determinada empresa”. Ao mesmo tempo, segundo ele, “todo trabalhador no socialismo é livre para escolher seu local de trabalho, além do fato de que o Estado, como representante da sociedade, é obrigado a arranjar trabalho para todos os que desejarem trabalhar”.

Ingenuidade ou empulhação, o fato é que ninguém explica através de que

tipo de mecanismo o Estado vai permitir que as leis de mercado funcionem e, ao mesmo tempo, garantir emprego para todos. Isso para não falar do paradoxo do co-proprietário que perde o emprego para permitir que sua empresa aumente a eficiência e, desempregado, torna-se co-gerente de coisa alguma.

A DIVISÃO DO BOLO

Um dos motivos que levou o Estado a intervir na economia foi a natureza egoísta do capitalismo, concentrando a riqueza no pólo do capital, deixando à mingua e destruindo sem piedade o trabalho e a natureza. O Estado foi impelido a agir, por meio de legislações sociais que minorassem a exploração e o desgaste sofridos pelos trabalhadores. A extensa jornada de trabalho a que eram submetidas, as condições insalubres e sem proteção e os salários miseráveis, dizimavam em curto espaço de tempo grandes parcelas da população trabalhadora.

Em épocas mais recentes, o Estado também foi chamado a resolver os problemas mais sérios de destruição ecológica, resultantes do desenvolvimento capitalista, embora isso venha sendo feito, em grande parte, através da exportação daqueles problemas para países menos desenvolvidos. A nova divisão internacional do trabalho, intensificada nos últimos anos de acordo com os interesses dos grandes conglomerados financeiros e industriais, tem estabelecido para esses países a tarefa de produzir matérias-primas e bens intermediários cujos dejetos são poluidores, enquanto reserva para os países centrais as chamadas indústrias limpas. Na verdade, quanto mais se estende a socialização da produção, mais evidentes se tornam os desequilíbrios de renda e regionais causados pela apropriação privada dos meios de produção e da própria produção, portanto, pela apropriação privada dos resultados do trabalho.

A intervenção do Estado no capitalismo, a rigor, é fundamentalmente uma intervenção na distribuição. Nos países desenvolvidos, as políticas do Estado para redistribuir a renda podem ser aplicadas numa certa escala, em virtude dos enormes excedentes obtidos por esses países com a exploração e a espoliação dos países que compõem o terceiro e quarto mundos. Instrumentos como preços subsidiados, que limitam ou tendem a descartar os mecanismos de mercado, são introduzidos para reduzir as diferenças de renda, os desequilíbrios regionais, as condições dos serviços sociais etc.

Quando o Estado se vê na contingência de reduzir suas políticas sociais, como está ocorrendo nos EUA em virtude de seu declínio econômico, e os mecanismos de

mercado podem agir mais livremente, a tendência é que se aguce a contradição entre a socialização da produção e a apropriação privada, acentuando-se a concentração de renda num pólo e a pobreza e a miséria no outro.

Nos Estados socialistas, havia a suposição de que, eliminada a apropriação privada através da estatização e/ou socialização da propriedade dos meios de produção, a distribuição da renda se daria de forma equilibrada e sem grandes diferenças. A determinação dos salários e rendimentos, assim como dos investimentos, seria efetivada pelo planejamento centralizado. Aquele equilíbrio seria então alcançado, utilizando-se do princípio segundo o qual, de cada trabalhador, seriam exigidos resultados de acordo com sua capacidade e cada um seria retribuído de acordo com seu trabalho.

Entretanto, a condição para uma distribuição mais equilibrada da renda reside num amplo e diversificado desenvolvimento das forças produtivas, de modo que a socialização da produção atinja todos os setores da vida social. Enquanto isso não ocorrer, e não for possível elevar o saber e os conhecimentos culturais, técnicos e científicos de todos os trabalhadores, aquele princípio continuará sendo gerador de desigualdades, mesmo que seja aplicado corretamente.

Examinando a economia de todos os países socialistas, mesmo a da União Soviética, que foi a que observou o maior desenvolvimento tecnológico, não é difícil notar que o processo de evolução das forças produtivas foi muito diferenciado.

A socialização da produção ficou restrita a algumas áreas, obrigando o Estado a estabelecer critérios rígidos de remuneração do trabalho para evitar desigualdades muito gritantes na divisão do bolo da riqueza.

Essa intervenção entorpecida, porém, a produtividade e o avanço tecnológico, obrigando o Estado, ainda uma vez, a diversificar sua política de distribuição. Na União Soviética, os trabalhadores de alguns setores da indústria pesada e de tecnologia de ponta, que haviam alcançado alto nível de socialização, eram remunerados de acordo com o princípio de a cada um conforme seu trabalho. Na Alemanha Democrática, isso acontecia com os trabalhadores da indústria micro-eletrônica; na Romênia, com os mineiros; na Bulgária, com os químicos.

Em contraste, os trabalhadores da indústria leve, dos serviços e do comércio, que, apesar de monopolizados, apresentavam um baixo grau tecnológico e de socialização, não eram remunerados conforme seu trabalho. Essa situação agravava-se ainda mais pelo fato de que a maior parte da força de trabalho dos países socialistas – um dos componentes fundamentais das forças produtivas – ainda é

composta de trabalhadores manuais, com pequena qualificação técnica, embora a formação de técnicos de grau médio e superior tenha criado uma vasta camada de profissionais gabaritados. A União Soviética, por exemplo, possui mais engenheiros do que os Estados Unidos; a Alemanha Democrática possuía, proporcionalmente à sua população, mais técnicos de nível superior do que a Alemanha Federal.

Essa situação era mais ou menos comum a todos os países socialistas. Mas não se traduzia, necessariamente, em remunerações adequadas a essas camadas, tecnicamente mais preparadas, que correspondessem àquele princípio socialista de distribuição. Ou mesmo à qualificação mais elevada que apresentavam. Por questões ideológicas, em vários países socialistas, os setores mais qualificados recebiam remuneração inferior à dos operários manuais.

Na verdade, o Estado procurava razões ideológicas e políticas (como evitar o surgimento de privilegiados sociais que conduzissem à formação de novas camadas burguesas) para encobrir o fato de que o desenvolvimento das forças produtivas ainda era limitado e não permitia realizar uma distribuição equilibrada da renda.

Tais dificuldades ficam mais evidentes quando verificamos que o desenvolvimento desigual das forças produtivas nos países socialistas manteve a produção de muitos setores nos limites da escassez. Fato não menos importante, desconsiderado por grande parte dos analistas, é a existência da divisão internacional do trabalho, historicamente formada, e de um mercado mundial ainda dominado pelo capitalismo. Os países socialistas não tinham condições de escapar a nenhum dos dois, o que constituía um poderoso fator a mais para a manutenção dos mecanismos de mercado nas economias socialistas e, portanto, para a permanência de uma distribuição desigual dos frutos do trabalho.

Em vez de combinar o processo de socialização com os mecanismos de mercado de forma consciente, buscando meios de evitar polarizações na distribuição, a maioria dos países socialistas adotou a postura de centralizar e estatizar anormalmente todos os setores produtivos e abolir, artificialmente, aqueles mecanismos, realizando a distribuição unicamente através de decisões administrativas.

Nessas condições, foi inevitável que surgissem e se desenvolvessem economias subterrâneas e clandestinas que suprissem boa parte das necessidades apresentadas pela sociedade e realizassem uma nova redistribuição da renda. Motoristas particulares e do próprio Estado cobriam a escassez de transportes urbanos e ampliavam

seus rendimentos funcionando como taxistas; vegetais e flores, que despertavam pouco interesse nas grandes cooperativas e praticamente não constavam dos planos, passaram a ser vendidos diretamente por agricultores, que aproveitavam sua gleba individual para produzi-los e complementar seus ganhos; bombeiros hidráulicos, mecânicos, eletricitas, pedreiros e outros profissionais, que trabalhavam nas empresas estatais, passaram a atender aos pedidos de consertos fora (ou mesmo durante) sua hora de trabalho, cobrando taxas extras. Criou-se toda uma economia de ganhos privados fora do trabalho estatal ou até mesmo utilizando-se da propriedade estatal ou cooperativa.

Na União Soviética, estimava-se que cerca de 20 milhões de trabalhadores realizavam atividades econômicas clandestinas, gerando pelo menos 10 bilhões de dólares. Entretanto, talvez não seja essa a parte mais importante ou significativa da economia subterrânea (na realidade, de mercado) surgida nos países socialistas.

As transações camufladas envolvendo diretores de empresas, funcionários do Estado e do partido dominante, tanto nas localidades quanto nos órgãos centrais – visando intercambiar materiais, equipamentos e mão-de-obra por fora das ordens estatais –, passou a movimentar volumes consideráveis dos fundos alocados às empresas. Elas permitiam aos administradores cumprir não só as metas estabelecidas pelo plano, mas também enriquecer de forma fraudulenta um grande número de membros da chamada *nomenklatura*.

Na economia capitalista, a distribuição da riqueza gerada pela sociedade ocorre fundamentalmente na produção. Na circulação das mercadorias e nos serviços se dá uma nova redistribuição entre os indivíduos e empresas, através das transações de mercado. Nos países socialistas, porém, a simples revenda de objetos comprados por indivíduos constituía crime de especulação, o que inibia a atividade individual.

Como a escassez não permitia uma distribuição nem mesmo conforme o trabalho, a economia mercantil passava a impor suas leis por meio das atividades clandestinas, desequilibrando ainda mais a distribuição.

As reformas econômicas no socialismo pretendiam modificar essa situação. As entidades econômicas passariam a ter o direito de vender a qualquer outra o que produzissem acima do plano, assim como matérias-primas, equipamentos e materiais não utilizados. Essa autonomia dada às empresas também deveria se refletir nos salários, prêmios e fundos sociais. E nos preços, que teriam que basear-se nos custos e lucratividade.

A renda excedente obtida pelas empresas deveria então ser distribuída entre seus diversos fundos. Os fundos de salários, por sua vez, passariam a ser estabelecidos conforme regras econômicas rígidas, através de uma fórmula que estabeleceria a relação entre a magnitude do fundo salarial e o volume de produção, este, por sua vez, expresso por índices que estimulassem a economia do processo. Além da liberação da mão-de-obra sobrando, esse novo sistema de contabilidade tenderia a gerar excedentes a serem distribuídos pelos fundos de desenvolvimento produtivo e pelos fatores de trabalho que apresentassem uma maior produtividade e rentabilidade.

Apesar das esperanças depositadas nesses novos mecanismos para desenvolver as forças produtivas, elevar a produção e a geração de riquezas, permitindo uma distribuição mais ampla da renda, é uma ilusão supor que eles consigam realizar uma divisão mais equitativa do bolo. A não ser que o Estado e seu planejamento, assim como a resistência da nova luta de classes, tenham força e legitimidade para sustar as polarizações e realizar o tipo de redistribuição que o mercado normalmente se nega a fazer em virtude da cegueira de suas forças, esses mecanismos devem acentuar os desequilíbrios na distribuição da renda.

RUMO AO DESCONHECIDO

As sociedades socialistas evoluíram até hoje através de ciclos de centralização e descentralização, mais longos ou mais curtos, dependendo da situação – apesar das aparências e das análises simplistas que só têm enxergado uma centralização imutável. No caso da União Soviética, o curto período de centralização do “comunismo de guerra” foi substituído pela descentralização da NEP, que se estendeu por oito anos. A centralização stalinista prolongou-se por 23 anos, enquanto a descentralização tentada por Malenkov-Krushev-Kossiguin ziguezagueou por doze anos. A centralização de Brejnev, que a substituiu, foi de quase vinte anos. A atual descentralização da *glasnost-perestroika* já dura seis anos.

Nem sempre tem ocorrido que centralização signifique atraso e descentralização, avanço. Ambas reapresentam processos bastante complexos, nos quais alguns aspectos conseguem agir positivamente na evolução econômica, social e política, enquanto outros agem negativamente. A descentralização da NEP, por exemplo, amainou as contradições entre operários e demais trabalhadores urbanos de um lado, e os camponeses de outro. Mas estabeleceu um ritmo de desenvolvimento industrial que, a médio prazo, como a história demonstrou, teria sido fatal para a sobrevivência da União Soviética. A centralização stalinista, por seu turno, se cometeu

barbaridades sem-conta e uma acentuada involução política, fez com que a União Soviética se transformasse numa potência industrial e agrícola de primeira grandeza num curto espaço de tempo.

Esse tipo de contradição tem sido inerente a todos os processos de centralização ou descentralização ocorridos nos diversos países socialistas. Nem sempre as tendências reais correspondem às decisões políticas voluntárias. A “Revolução Cultural” chinesa foi extremamente centralista em suas decisões políticas (formação das comunas populares, que centralizavam todas as atividades econômicas, políticas e de administração pública); mas suas tendências reais foram extremamente descentralizadoras (desagregação do poder central, formação de inúmeros grupos políticos conflitantes, experiências econômicas autênticas chocando-se contra a centralização das comunas etc.). O resultado final foi o predomínio dessa última tendência descentralizadora, que continua pressionando fortemente a sociedade chinesa para aberturas maiores na economia e na política.

A *perestroika* soviética tem um conteúdo eminentemente descentralizador. Sua meta é romper o monopólio e a alta centralização do planejamento e permitir um desenvolvimento autônomo dos diferentes agentes econômicos, sociais e políticos da sociedade. Os planejadores da *perestroika* esperavam uma rápida melhoria da economia soviética, superando os gargalos que a levaram à estagnação. Pensavam que a introdução dos mecanismos de mercado permitiria que se voltasse a aproveitar todo o potencial do país, resolvendo praticamente todos os problemas de uma só vez.

Nada disso aconteceu. A *perestroika*, em seus seis anos de vida, assistiu ao agravamento de todos os problemas e defeitos crônicos da economia de comando, levando o sistema soviético a um grau de deterioração jamais visto. Em certa medida, excetuando-se algumas economias socialistas da Ásia, todos os países do Leste Europeu acompanharam o caminho soviético de deterioração e agravamento, após iniciado o processo de descentralização. Até mesmo a economia húngara, que há vinte anos vinha se descentralizando e tendo alguns êxitos visíveis, ingressou na crise geral dos países socialistas da Europa Oriental.

É evidente que a economia de comando, sozinha ou com suas derivações (economias de acordo, obscuras e informais), demonstrou ser incapaz de continuar realizando um crescimento sustentado. Por outro lado, a idéia simplória de que basta descentralizá-la, misturá-la ou substituí-la pela economia de mercado, parece estar causando conseqüências que ameaçam mergulhar aquelas economias

e sociedades no desconhecido.

Vigora, por exemplo, a suposição de que a livre comercialização de produtos escassos por si só é capaz de estimular a produção e resolver os problemas do abastecimento. Na prática, as coisas se passam de outro modo. A livre comercialização, nas condições atuais da maioria dos países socialistas, resulta de imediato numa considerável elevação dos preços (alta demanda com pequena oferta) e no atendimento prioritário dos mercados mais próximos dos centros produtores. Na União Soviética, tem sido comum o fato de centros regionais como Irkutski ou Alma-Ata estarem bem abastecidos de produtos agrícolas, enquanto tais produtos são escassos em cidades como Moscou e Leningrado. Na Romênia, na Bulgária e na Polônia, as zonas rurais seguram os estoques de grãos, deixando as capitais e outras cidades maiores na penúria. Também é comum que ocorra o inverso quando se trata dos produtos industriais. Milhares de empresas e localidades e milhões de pessoas de regiões fora dos centros produtores não terão acesso aos produtos, seja porque a produção mal suprirá o mercado imediato, seja porque os preços estarão acima do poder aquisitivo de muitos.

Dessa forma, o livre comércio, que deveria superar o racionamento planejado, institui um racionamento via preços. A produção só se elevará à medida que o mercado detectar a extensão do poder aquisitivo a níveis compatíveis com o novo patamar de preços. O problema continua o mesmo, embora de sinais invertidos e com a aparência hipócrita de liberdade e igualdade de oportunidades. Já nos países capitalistas modernos, numa situação idêntica, realiza-se um processo combinado de liberação dos canais de comercialização e, ao mesmo tempo, de estímulo ao aumento da produção de mercadorias de grande procura. As medidas de estímulo à produção e circulação de mercadorias nas regiões e setores de menor poder aquisitivo são fundamentalmente administrativas, de origem estatal. A liberação completa da comercialização só se dá quando a oferta e a demanda alcançam certo equilíbrio, evitando-se, assim, um nível exagerado de preços. Entretanto, apesar desse tipo de procedimento haver sido comum na Alemanha, no Japão, na França e outros países capitalistas desenvolvidos, a receita neoliberal para os países socialistas é diferente.

Também não há uma definição muito clara quanto aos rumos que as empresas devem seguir para alcançar melhor rendimento e, ao mesmo tempo, atender adequadamente as diferenciadas demandas sociais. A implantação plena da auto-gestão e da autonomia econômico-financeiro, deixando as empresas funcionarem

segundo as forças livres do mercado, leva-as à prática generalizada de fabricar somente produtos de alta procura e preços elevados, que permitam maior lucratividade. Dessa maneira, medidas adotadas com o intuito de melhorar a produção, a produtividade, a qualidade e o rendimento das empresas podem voltar-se contra elas e contra toda a economia.

A concorrência desenfreada e cega pode conduzir muitas empresas à falência, com todas as conseqüências conhecidas. Não é de hoje que se conhecem os resultados danosos da ação da “mão invisível” que pauta as economias de mercado.

Argumenta-se que as empresas estatais socialistas já faliram há muito tempo e que o mais adequado para sanear a economia seria mesmo deixar que elas sejam sucateadas, para que uma nova economia se erguesse sobre seus escombros. Entretanto, o estado falimentar das empresas estatais socialistas é uma meia-verdade. Além disso, nenhum país soberano que se preza pode deixar sua indústria ser sucateada, na suposição de que o mercado erguerá uma outra, mais moderna, sem enormes custos sociais. Todos os países capitalistas avançados passaram por crises iguais ou mais sérias do que as atravessadas pelos países socialistas e nenhum deles permitiu que suas empresas falidas fossem completamente sucateadas. O capitalismo exigiu do Estado medidas para salvá-las. Isso pelo simples fato de saber que sucatear uma indústria é o mesmo que queimar capital acumulado.

O capitalismo sempre soube combinar, em momentos semelhantes, medidas que combinavam a autonomia das empresas com normas que estabeleciam certos limites à concorrência. E não descartou o uso de instrumentos financeiros e do orçamento estatal para estimular a produção dos bens demandados pela população, inclusive os não-rentáveis. O socialismo poderia utilizar instrumentos idênticos noutra perspectiva.

No entanto, influenciados pelo neoliberalismo, os novos planejadores dos países socialistas aderiram com toda alma às normas livres do mercado. Tendem a abandonar completamente qualquer orientação de planejamento e entrar de ponta-cabeça na disputa por lucros rápidos e altos. Arriscam-se, com isso, a perder a própria alma, embora acreditem que com o tempo o mercado normalizará a situação. Como acreditam, também, que o sofrimento dos trabalhadores e do povo serão compensados, no futuro, com o melhoramento do funcionamento da economia.

Muita gente nos países socialistas continua acreditando nessas promessas. Entretanto, o dia-a-dia aumenta o descontentamento da população com as práti-

cas das novas empresas livres, sejam cooperativas privadas, sejam empresas arrendatários, individuais e familiares. Isso, ocorre em particular, na União Soviética, onde tais empresas parecem abusar dos preços elevados, mesmo quando revendem mercadorias adquiridas das empresas estatais por preços muito inferiores.

A reforma dos preços tornou-se um dos problemas cruciais do socialismo de mercado. Para equilibrá-los com os custos reais, sem causar grande tensão social, seria necessário compensar seu aumento com um poder aquisitivo maior da população. Seria necessário, assim, transferir para os salários a maior parte dos subsídios que eram praticados pela economia de comando. Esse método, porém, impediria o aumento da lucratividade tão almejada pelas empresas, chocando-se de frente com os mecanismos de mercado. Como estes parecem ser a panacéia para todos os problemas, a tendência mais provável é que a reforma de preços nos países da Europa Oriental não contemple os trabalhadores, esquecendo-se por conveniência que a força de trabalho também é uma mercadoria e que salário também é preço.

Esses poucos exemplos mostram como são incertos e nebulosos os rumos da economia reformada dos países socialistas. Para reimplantar o mercado capitalista, as forças liberais precisam de uma forte dose de intervencionismo estatal para sucatear os setores econômicos socialistas e abrir caminho para os investimentos privados. E terão que usar cada vez mais os mecanismos clássicos de repressão para domar os desempregados e todos os elementos de desordem social que surgem aos magotes com a seleção darwinista do mercado.

O mercado tende, pois, a reproduzir, com sinal contrário, muitos dos males e defeitos da economia de comando. O que parece ser verdade, também, para os novos sistemas políticos que estão substituindo o despotismo socialista. Este esgotou-se não só porque o socialismo criou novas e extensas camadas sociais que aspiram a liberdades mais amplas e estão desejosas de participar da política, mas porque foi incapaz de resolver os problemas de crescimento colocados por seu próprio desenvolvimento econômico e pelo desenvolvimento do resto do mundo.

A implantação da democracia parlamentar procura resgatar, nos países socialistas, a conhecida separação dos poderes, além de separar as funções do partido e do Estado, evitando que o partido dirigente se transforme no próprio Estado. Entretanto, do mesmo modo que durante o monopólio do poder pelos comunistas só estes indicavam quem deveria ocupar os postos de direção, agora, vai se consolidando uma política em que a democracia deve excluir os comunistas

e socialistas. Também há uma forte pressão para excluir dos órgãos clássicos de poder representantes das organizações sociais, como sindicatos e outras entidades.

O sistema eleitoral tende a ser sacralizado como a única via de representação democrática da sociedade, apesar de serem bem conhecidas suas limitações para fazer com que no parlamento estejam representados todos os segmentos em que a sociedade de fato está dividida. Desse modo, o Estado pode vir a transformar-se num instrumento de domínio de uma nova minoria, mesmo que isso tenha a aparente legitimidade das urnas eleitorais. O pluralismo político, apesar de todas as suas vantagens, pode reproduzir sob outras formas o autoritarismo e o despotismo.

O caminho para isso, entretanto, também está calçado de dificuldades. Em alguns países (Romênia, Bulgária e Albânia), os antigos comunistas conquistaram maiorias parlamentares significativas. Embora sua nova postura social-democrata os leve a aceitar a democracia parlamentar como o instrumento máximo de democracia, sua simples hegemonia coloca obstáculos ao avanço tranquilo do liberalismo político. Na Tchecoslováquia, os comunistas e socialistas aumentaram sua força eleitoral. Na Hungria, sua representação também tem peso. Em todos esses países, apesar do movimento para implantar democracias sem comunistas e socialistas (o que torna sem qualquer sentido a idéia de democracia), sua presença deve aguçar a disputa política, embora na atualidade tendam mais à conciliação do que à luta.

Na Iugoslávia e na União Soviética, os processos são bem mais complexos. Na primeira, a desagregação nacional coloca momentaneamente em segundo plano as questões referentes à representação política. Já na União Soviética, ainda não houve um embate mais sério entre as forças do PC e dos outros partidos em processo de organização. As vitórias eleitorais de Ieltsin e de outros “independentes”, porém, mostram que as forças contrárias à continuidade do domínio dos comunistas cresceram significativamente. De todo modo, os processos políticos em curso demonstram um regresso às formas clássicas da democracia parlamentar dos países capitalistas e não um avanço em relação a formas mais amplas de exercício e participação democrática das grandes massas do povo.

Assim, tanto na economia quanto na política, os países socialistas do Leste Europeu parecem enveredar por caminhos incertos.

Nem tudo que reluz é ouro

A pesar de a propaganda capitalista e neoliberal repetir à exaustão as excelências do mercado e de sua democracia parlamentar, é difícil esconder que um bilhão de pessoas, que vivem sob sua tutela, se encontram num estado abaixo da linha da pobreza; quase um bilhão sofre de subnutrição; outros um e meio bilhão vivem sem assistência médica ou moram em acomodações precárias. Milhões de pessoas dos países capitalistas menos desenvolvidos morrem anualmente por doenças derivadas da fome. E as injustiças e repressões sociais e políticas fazem parte do cotidiano de todas elas.

Mesmo nos países desenvolvidos, a pobreza atinge parcelas significativas da população e, em alguns casos, como nos Estados Unidos, cresce a cada ano. Milhares ou centenas de milhares já são catalogados na categoria dos sem-teto e milhões vivem quase permanentemente sem emprego. A situação atingiu níveis tão alarmantes que, recentemente, o censo norte-americano foi flagrado numa tentativa de maquiar o crescimento do número de pobres nos EUA.

Apesar disso, a economia de mercado foi capaz de criar um oásis de opulência e riqueza desconhecido das épocas anteriores da humanidade. Em alguns poucos países do mundo, concentraram-se riquezas fabulosas nas mãos de alguns poucos capitalistas e a maioria da população consegue manter um padrão de vida elevado. Em países como a Alemanha e o Japão, parcelas consideráveis dos trabalhadores ganham o suficiente para adquirir inclusive objetos de luxo e gastar em férias e lazer. O desenvolvimento da tecnologia nesses países atingiu níveis que permitem à humanidade vislumbrar a perspectiva da diminuição considerável da jornada de trabalho e do atendimento de praticamente todas as necessidades sociais.

O aumento da capacidade produtiva nesses países é de tal magnitude que assegura a viabilidade de um futuro em que o conjunto da humanidade possa ver satisfeitas suas necessidades materiais e culturais.

Por isso mesmo, é chocante que milhões de pessoas morram de fome enquanto toneladas de alimentos são destruídas para impedir a queda de seus preços, como tem ocorrido com a produção agrícola da Comunidade Econômica Européia e dos EUA. É chocante que montanhas de carne e manteiga continuem estocadas para garantir preços e lucros, enquanto a subnutrição se alastra pelos países da Ásia, África e América Latina.

Do mesmo modo, é chocante que, em alguns poucos países, os trabalhadores e a população tenham conquistado importantes direitos de cidadania, embora ainda com limitações, enquanto na maioria dos países capitalistas tais direitos nem mesmo existam formalmente. Ou, quando existem, sejam ignorados e espezinados.

Esse mecanismo que cria, ao mesmo tempo, um oásis de opulência e de cidadania, em algumas áreas do mundo, e massas de pobreza extensas e repulsivas, excluídas dos mínimos direitos, na maior parte do globo terrestre, coloca em dúvida as excelências do mercado e nos faz acreditar que nem tudo que reluz é ouro.

LIBERDADE DO MAIS FORTE

Os manuais de economia costumam dizer que o mercado é o lugar econômico no qual se encontram muitos vendedores e compradores para trocar entre si uma ou várias mercadorias, sendo essa troca intermediada pela moeda ou dinheiro. Desde a antiguidade, esse processo de troca ou intercâmbio vem dando lugar ao surgimento de mercados de diferentes tipos, embora limitados.

O capitalismo se distingue de todas as épocas históricas anteriores por haver transformado praticamente tudo em mercadoria, inclusive a força de trabalho; e por haver transformado o mundo num amplo e diversificado mercado. O capitalismo conseguiu universalizar a mercadoria e o mercado.

O dinheiro que serve para intermediar as trocas torna-se capital ao adquirir matérias-primas, máquinas e instrumentos de trabalho (meios de produção) e mão-de-obra (força de trabalho), fazendo com que a ação do trabalho humano transforme aqueles meios de produção em produtos finais ou novas mercadorias. Ofertadas no mercado, essas mercadorias transformam-se novamente em dinheiro para retornar ao ciclo produtivo como capital. Elas pertencem, assim, não ao produtor direto, não àquele que lhe deu forma como produto, mas, sim, ao proprietário do capital.

No ato da troca, a mercadoria muda de proprietário, colocando em evidência sua relação social. A mercadoria força de trabalho, que pertencia ao trabalha-

dor, passa a pertencer ao proprietário do capital durante o tempo em que coloca em ação as máquinas. O capital compra a força de trabalho por um certo preço – o salário – para poder utilizá-la de acordo com seus interesses. Na economia de mercado, tudo tem preço. Isso permite ao proprietário dos meios de produção, ao capitalista, além de se apropriar dos resultados do trabalho, aparecer como produtor. Ermírio de Moraes apresenta-se como produtor de cimento e ferro; Mário Amato, como produtor de bebidas; Maria Pia Mattarazzo, como produtora de alimentos e produtos diversos. O trabalhador assalariado, nessa economia, não passa de mão-de-obra.

O capitalismo mantém separados trabalho e propriedade dos meios de produção, colocando sob seu controle todos os mecanismos necessários ao processo produtivo. Entretanto, sem a força de trabalho, o capitalista não consegue colocar em movimento tais mecanismos, apesar de todo o avanço conquistado pela informatização e automação do processo de produção.

A força de trabalho é elemento constitutivo do processo de produção e, como tem preço, é também elemento constitutivo do custo de produção. Como o trabalho humano entra na composição dos custos de todos os meios de produção e de todos os produtos finais, ele é, na verdade, o principal elemento para a determinação do preço das mercadorias.

Muitos economistas se negam a aceitar esse fato. Para eles, o preço depende basicamente da oferta e da procura. Quanto maior a oferta, menor o preço, dependendo da procura por essa mercadoria. Se a procura é muito superior à oferta, os preços se elevam. Isso não deixa de ser verdade. Entretanto, os próprios capitalistas desprezam isso ao determinar os custos monetários de sua mercadoria e fixar seu preço.

O capitalista calcula os custos ou gastos de meios de produção e de força de trabalho (salários) considerando a diferença entre esses custos e o preço da venda como lucro. Portanto, para o próprio capitalista, os preços são fixados, em primeiro lugar, de acordo com as despesas em materiais e salários. Entretanto, se o gasto com materiais, máquinas, equipamentos etc. for decomposto, também neles o fator trabalho estará sempre presente como trabalho morto, podendo ser deduzido como tempo de trabalho aplicado em sua produção. A rigor, então, é o tempo de trabalho que determina os custos e, portanto, os preços e suas partes componentes, como o lucro.

Esse preço básico, determinado pelo custo, é, na verdade, o valor da mer-

cadoria. O mercado, porém, oferece ao capitalista a oportunidade de obter um sobrevalor, caso a demanda seja maior do que a oferta de sua mercadoria. O preço de mercado, nesse caso, é superior ao valor, permitindo ao capitalista obter um lucro extra. Pode ocorrer, porém, o contrário, se a oferta for maior do que a procura. Nesse caso, o capitalista será obrigado a vender sua mercadoria por um preço abaixo do valor.

Ao contrário do que dizem os capitalistas, isso não significa que eles deixaram de ter lucro. Significa, tão somente que, ao vender por preço abaixo do valor, eles obtêm um lucro menor, já que no valor da mercadoria está embutido o lucro gerado pela parte do trabalho que o capitalista deixa de remunerar. Não é casual, assim, o esforço do capitalista para manter o preço da força de trabalho o mais baixo possível.

A força de trabalho, como qualquer outra mercadoria, também tem valor e preço. Seu valor é determinado pelas mercadorias que o trabalhador e sua família devem consumir (aqui incluídas alimentação, moradia, vestuário, transportes, saúde, educação, lazer) para repor as energias físicas e mentais e reproduzir a espécie. Quando governos, empresários e sindicatos discutem sobre salário-mínimo e cesta básica, eles estão falando do valor mínimo da força de trabalho. Esse valor pode se elevar se o trabalhador agregar a si mesmo novas energias (conhecimentos e habilidades). Se a oferta de força de trabalho no mercado for maior do que a procura, os preços (salários) tendem a ser menores do que seu valor; se a oferta for menor, os preços da força de trabalho tendem a subir. Assim, como qualquer mercadoria, os preços da força de trabalho podem variar para cima ou para baixo de seu valor, dependendo da oferta e da procura.

Mas a força de trabalho possui uma característica que a distingue de todas as outras mercadorias. Ela é capaz de gerar, no processo produtivo, um valor maior do que o seu próprio. Ou seja, ela pode produzir uma quantidade de mercadorias maior do que é capaz de consumir. É isso que tem permitido à humanidade gerar riqueza. E é isso que permite ao capital valorizar-se, valorização que é tanto mais intensa quanto maior é a produtividade do trabalho.

Essa valorização do capital, que se manifesta na busca do lucro máximo pelo capitalista e resulta na acumulação crescente do capital, é o grande objetivo do capitalista. Os próprios capitalistas têm repetido, abertamente, que não existem para fazer benemerências e, sim, para obter lucros.

O capitalista só realiza o seu lucro, porém, quando suas mercadorias são ven-

didadas no mercado. Isso leva as pessoas a supor que o lucro sai da comercialização e não da produção, embora ele esteja contido potencialmente nas mercadorias produzidas. Do mesmo modo que o sabor do feijão só aparece após o seu cozimento, embora esteja potencialmente contido no grão cru, também o lucro contido na mercadoria só aparece na venda.

Esse fato faz com que o capitalista seja obrigado a realizar dois movimentos articulados para alcançar as taxas de lucro que persegue. Por um lado, ele realiza uma série de operações com a própria mercadoria para conseguir que toda a quantidade produzida seja vendida. Introduce inovações no produto e cria as mais variadas formas de induzir ou pressionar os compradores potenciais a consumir sua mercadoria. A indução do consumo, através da publicidade, é um dos instrumentos mais poderosos descobertos pelo capitalismo para realizar seu lucro.

Por outro lado, o capitalista realiza inovações nos procedimentos produtivos, usando máquinas novas e mais modernas, novos materiais, novas fontes de energia e novas formas de organização do trabalho, que lhe permitam uma produção igual ou maior com um número bem menor de trabalhadores. Essa elevação da produtividade lhe permite, vendendo pelo mesmo preço anterior, obter um lucro diferencial (ou manter o mesmo lucro se a demanda cair), visto que o aumento da produtividade tende a rebaixar os custos unitários das mercadorias.

O capitalismo é levado a realizar esses movimentos porque se defronta, no mercado, tanto com os trabalhadores quanto com outros capitalistas. Os trabalhadores, ao realizar sua luta pela elevação dos salários, pela redução da jornada de trabalho e por outros benefícios, na verdade, disputam com o capitalista a repartição do lucro. As inovações tecnológicas representam o esforço desesperado do capitalista para produzir com o mínimo de mão-de-obra, escapando daquela disputa e mantendo ou elevando seu lucro. Com isso, por outro lado, o capitalista inovador introduz uma diferença entre ele e os demais capitalistas, em especial os que produzem a mesma mercadoria ou similares. Ele obtém um lucro diferencial que o coloca em posição vantajosa no mercado. Os demais são estimulados a buscar as inovações que os igualem ou os coloquem em posição melhor do que o capitalista que deu partida às inovações. A luta de classes e a concorrência entre os capitalistas fazem com que o processo de inovações tenda a se generalizar entre todos os capitalistas, nivelando os lucros.

Uma economia de mercado concorrencial caracteriza-se, em grande parte, justamente por esse processo dinâmico de concorrência entre empresas inovado-

ras e empresas que aplicam métodos tradicionais, entre empresas que começam a entrar na via das inovações e aquelas que já estão nessa via há mais tempo. A essa competição deve-se, sem dúvida, o constante aperfeiçoamento técnico dos meios de produção e da força de trabalho, tendo em vista justamente a elevação da produtividade e conseqüente diminuição da mão-de-obra necessária.

Essa concorrência, porém, ocorre de modo mais complexo do que uma simples disputa para ver quem produz mais e melhor em menos tempo. Ela conduz a uma verdadeira guerra na qual, através das inovações tecnológicas, as empresas tornam-se cada vez maiores em termos de capital aplicado, concentrando a produção em unidades cada vez mais produtivas, que colocam fora do mercado aquelas que são incapazes de acompanhar a velocidade das mudanças. Por outro lado, na medida em que a escala do capital necessário ganha dimensões muito grandes, ocorre uma espécie de interação entre o capital produtivo e o capital bancário, efetuando-se uma centralização da vida econômica. Na verdade, as inovações tão elogiadas no processo de concorrência são decididas, na prática, por quem tem mais dinheiro para transformar em capital, inclusive para comprar as inovações. Vivemos no mundo da competitividade oligopolista.

Os monopólios e oligopólios capitalistas, surgidos desse processo, tendem a dominar o mercado, liquidando com toda a concorrência do tipo anterior. No caso do monopólio, para que ele exista, é preciso que não se apresente nenhuma outra empresa que produza a mesma mercadoria ou algum similar que concorra com ela. Na prática, entretanto, ocorre também concorrência entre monopólios quando um grupo de empresas produz mercadorias similares capazes de disputar o mesmo mercado.

Nesse caso, dá-se uma situação de oligopólio, no qual umas poucas empresas produzem mercadorias iguais ou similares. A concorrência entre monopólios e oligopólios é mais complexa. O processo de concentração do capital tende a fazer baixar a taxa média de lucro, criando dificuldades para que os monopólios alcancem o lucro máximo.

Para superar tais dificuldades, as empresas monopolistas ou oligopolistas precisam compatibilizar seus preços com a possibilidade de realizar a comercialização total de seus produtos, o que leva alguns estudiosos a supor que os monopólios não buscam o lucro máximo, mas, sim, a maximização das vendas. No caso dos oligopólios, as empresas variam a oferta para influir nos preços das demais e ampliar a faixa de mercado que lhes pertence. Para maximizar os lucros, é comum

que as empresas monopolistas façam acordos entre si, dividindo áreas exclusivas de mercado ou estabelecendo preços combinados.

É o que a Brahma e a Antarctica realizaram durante muitos anos. Agora, porém, estão em guerra aberta pelo controle da faixa de mercado que pertencia à outra. Também é comum a guerra pelo controle das ações dos concorrentes (as chamadas fusões hostis, muito comuns nos EUA), como aconteceu na disputa entre a Globo e o grupo Brasilinvest pelo controle da NEC do Brasil. Em todos esses casos, a publicidade é aparentemente o instrumento básico da disputa de mercado, embora sejam comuns a espionagem, a chantagem, os assassinatos e outros métodos próprios do banditismo.

Nos EUA, as práticas de gangsterismo fazem parte dos métodos de competição entre as empresas. Também são comuns no mercado japonês os *sokaia* (baderneiros), pagos para fazer provocações e ataques físicos durante reuniões de acionistas das empresas; os *jiagaya* (tubarões), capazes de utilizar a agressão física e o assassinato para forçar pequenos proprietários a vender imóveis valorizados; e os fundos *tokkin*, através dos quais as grandes empresas distribuem ativos a aventureiros para evitar impostos sobre ganhos de capital.

O *dumping* (venda por preço abaixo do custo de fabricação), embora proibido em vários países, é uma prática competitiva corrente entre os monopólios e oligopólios. No Japão, é uma prática legal que garante a manutenção de mão-de-obra nos momentos em que há excesso de oferta. As perdas são compensadas no futuro, quando o domínio do mercado e a lealdade da força de trabalho a custos mais baixos permitem alta lucratividade.

Com o *dumping*, o capital monopolista pode perder dinheiro até por alguns anos para dominar o mercado. Em grande medida, foi isso que as multinacionais americanas fizeram para dominar vários setores da economia brasileira, no passado. E é o que as grandes corporações japonesas estão fazendo agora para dominar as principais áreas do mercado financeiro americano e inglês. Praticando o *dumping*, com suas mercadorias, títulos e ações, em 1988, os bancos japoneses já controlavam 1/3 do ramo bancário internacional de Londres. É lógico que o *dumping* só pode ser praticado com êxito por empresas que possuam grandes reservas de capital acumulado.

No mundo de hoje, com quase um trilhão de dólares em reservas, o capital japonês é, entre todos, o que mais pode dar-se ao luxo de praticar *dumping* onde desejar.

Esse é o exemplo mais típico de que a liberdade do mercado é a liberdade do mais forte, a liberdade de quem tem mais capital.

O MITO DO CONSUMIDOR SOBERANO

Um dos mitos mais difundidos pelos defensores da economia de mercado é que nela os consumidores determinam o que deve ser produzido. Através das pesquisas de mercado, as empresas detectariam as preferências e necessidades dos consumidores, produzindo aquilo que lhes é mais útil. Além disso, com ofertas similares, os consumidores teriam plena liberdade de escolha, sendo, na verdade, soberanos frente aos quais o sistema produtivo se curvaria para atender.

John K. Galbraith, um economista americano, desmascarou completamente esse mito. Ele ampliou a tese de Marx, que afirmava o fato da produção criar novas necessidades.

Galbraith demonstrou que o processo produtivo cria essas novas necessidades através da indução ao consumo.

Há sempre um contraste, no sistema capitalista, entre a posição do trabalhador na produção e sua posição diante do consumo. O consumo está direcionado para satisfazer certas necessidades historicamente formadas, que dependem do grau de cultura das pessoas. Ora, manietados pelas exigências da produção mecanizada ou informatizada, os trabalhadores não conseguem elevar sua cultura de forma ampla, nem têm tempo para exercitar sua personalidade. Nessas condições, o horizonte de suas necessidades fica limitado, sendo ampliado somente às custas de um permanente apelo ao consumo de novos produtos fabricados pelo sistema produtivo.

Assim, em lugar de um crescimento livre e soberano das necessidades e do consumo, o que existe é uma indução através da publicidade e dos meios de comunicação de massa. Os consumidores são induzidos a consumir produtos novos que aparentemente atendem a novas necessidades, quando, na realidade, satisfazem velhas necessidades de modo diferente.

As pesquisas de produtos servem, assim, para detectar não novas necessidades livremente formadas pelo desenvolvimento cultural e psicológico dos consumidores, mas, sim, novas necessidades formadas pela indução do próprio sistema produtivo.

É dessa forma que determinados bens mudam aparentemente sua utilidade. A publicidade consegue fazer, por exemplo, que certas faixas de consumidores

tenham cinco ou mais relógios, variando o modelo conforme o ambiente que vão frequentar.

O relógio deixa de ser, assim, um objeto para verificar as horas e passa a ser um adereço de moda.

Galbraith demonstrou que não existe o objetivo de produzir bens que satisfaçam as necessidades livremente adquiridas pelos consumidores. É o próprio sistema produtivo que cria essas necessidades, impondo ao consumidor os bens que ele produz ou pretende produzir. A famosa eficiência da concorrência entre as empresas torna-se, dessa maneira, um fim em si mesmo. Uma balela, portanto, já que o objetivo do processo produtivo na economia de mercado capitalista não é o consumo, mas a ampliação do capital. O mercado capitalista só se preocupa com o consumo na medida em que este entra em queda e, a partir de um certo nível, influi negativamente na reprodução do capital.

Apesar disso, as economias capitalistas mais desenvolvidas oferecem uma ampla gama de bens e serviços, dando a impressão da liberdade de escolha e estimulando os trabalhadores a maiores esforços para aumentar sua renda, sem o que não terão acesso a tais ofertas.

A economia de mercado do Japão, por exemplo, apresenta variantes extra-econômicas típicas: lança no mercado financeiro “ações” que nada têm a ver com o processo de investimento econômico, como ações de semana, ações eleitorais, ações pronto-socorro e outros “produtos” dirigidos exclusivamente à captação de recursos da população para proporcionar maior acumulação do capital financeiro. A indução ao consumo de quinquilharias e supérfluos é característica comum a todas as economias capitalistas, resultando em desperdícios imensos de energia material e humana.

Na mesma linha da liberdade de escolha quanto aos bens e serviços de consumo, aparecem os preços das economias de mercado. Existe uma noção corrente, extremamente ilusória, de que os preços devem ser livres e estabelecidos conforme acordo entre as partes, pela lei da oferta e da procura. Nessas condições, o vendedor deveria levar em conta a demanda para fixar o preço de sua mercadoria.

Na verdade, como vimos, os preços são determinados pelos custos do processo produtivo e também pela lei da oferta e da procura, o que faz com que os preços de venda variem para cima ou para baixo do valor. Os consumidores não exercem qualquer influência na determinação desses preços, os quais, na realidade, funcionam como guias que podem orientar a procura e a produção para aque-

les artigos que possam satisfazer necessidades de modo mais barato. Desse modo, os preços também orientam os investidores, levando-os a optar por um ou por outro produto, ou por um ou outro processo técnico.

Entretanto, além da determinação dos preços pelo nível econômico, os fatores políticos e ideológicos também interferem nessa determinação, o que ocorre ainda mais fortemente nas condições do capitalismo monopolista. Aqui, os preços podem variar para cima e para baixo, não tanto pela ação da oferta e da procura, porém, a partir da estratégia dos monopólios para dominar mercados, liquidar concorrentes ou realizar coalizões com outros grupos monopolistas.

Os preços de mercado, determinados livremente pela concorrência, não passam de ficção. O mercado é o espaço onde as férreas leis de reprodução ampliada do capital, da acumulação capitalista, se realizam às custas de trabalhadores e consumidores em geral. Estes não são soberanos nem livres para realizar suas escolhas, embora há muito venham travando uma prolongada guerra para garantir alguns direitos básicos que os protejam, pelo menos, das imposições mais gritantes.

O consumidor só será soberano quando tiver condições de elevar-se cultural e psicologicamente a um nível em que sua opção de escolha, juntamente com a de milhões de outros consumidores, for realmente própria, impondo-se ao processo produtivo. Nesse momento, a indução terá pouco ou nenhum efeito, os supérfluos perderão sua razão de ser, o desperdício será superado e a eficiência econômica ganhará um novo conteúdo. O consumidor soberano deixará de ser mito e se tornará realidade. Mas esse não poderá ser e não será, certamente, o reino do capitalismo.

Esse é um dos desafios mais sérios do socialismo. Ao mesmo tempo que é pressionado pelos padrões de consumo do capitalismo, induzidos por seu sistema produtivo, terá que estabelecer novos padrões, determinados pelo surgimento do consumidor soberano. Fazer essa passagem sem sofrer os efeitos negativos, porém educativos, de surtos de consumismo, é algo que a experiência dos países socialistas da Europa Oriental mostrou ser de difícil realização.

ADOÇANTE AMARGO

Ao contrário do que propalam seus agentes, o capitalismo vive em crise quase permanente e só se desenvolve à custa de um constante desequilíbrio entre departamentos, ramos, setores, empresas e capitalistas. O equilíbrio econômico é um alvo jamais atingido pelas economias capitalistas de mercado, nem mesmo por

aquelas em que o grau de desenvolvimento alcançou altos níveis.

O capitalismo só se desenvolve mantendo, ao mesmo tempo, uma massa de trabalhadores desempregados. Dilapida, pois, boa parte da força de trabalho qualificada que ele próprio formou. São raros e momentâneos os períodos de pleno emprego. Agora mesmo, nos países desenvolvidos da Europa, mais de vinte milhões de trabalhadores estão sem trabalho. Nos Estados Unidos, a marca supera os onze milhões. E, no Japão – que durante um período relativamente longo de vinte anos conseguiu manter uma baixa taxa de desempregados (2%), propagandeando as delícias de seu sistema de emprego vitalício –, isso acabou e o número de trabalhadores sem emprego cresce firmemente. Se voltarmos os olhos para os países do terceiro e quarto mundos, aí então a face sombria do capitalismo quanto ao desequilíbrio entre força de trabalho empregada e desempregada (ou semi-empregada) aparece sem disfarces.

Os teóricos do capitalismo têm consciência desse problema insolúvel, embora tentem remediá-lo. O economista inglês J. A. Hobson considerava o desemprego um completo desperdício de recursos humanos. Interessante é que ele incluía entre os desempregados (isso na década de noventa do século XIX) os ricos que, sem profissão e ocupação, viviam na ociosidade. Entretanto, a preocupação de Hobson não era, digamos, humanitária. Ele considerava que a manutenção de uma massa de desempregados tinha como consequência uma queda acentuada no consumo, estreitando o mercado interno do país. E apresentava a genial saída para o problema: exercer o imperialismo, de modo a compensar essa restrição do mercado interno. É preciso reconhecer que essa sugestão foi seguida à risca pelo capitalismo desenvolvido, através dos meios mais diversificados, inclusive a guerra.

Os Estados Unidos, por exemplo, que no final do século passado haviam acumulado capital em quantidade que já não cabia dentro de suas fronteiras (como hoje acontece com o Japão), encontraram intelectuais que procuraram justificar a expansão colonial americana a pretexto de reforçar o poder marítimo dos Estados Unidos. Na verdade, tratava-se de dominar o comércio mundial e exportar os dólares acumulados para acumular ainda mais, numa espiral perversa sem fim. Alguns diziam francamente que os americanos, como um grande povo que eram, deviam controlar e dominar o hemisfério ocidental. Outros eram ainda mais claros, afirmando ser parte do destino dos Estados Unidos dominar o comércio mundial. Por causa disso, foram denominados imperialistas.

Os imperialistas americanos tinham consciência de que suas fábricas esta-

vam produzindo mais do que o seu povo conseguia consumir. A expansão capitalista no sentido de dominar outros territórios e povos era inevitável, mesmo que isso se chocasse com a doutrina da Declaração de Independência dos Estados Unidos. O capital americano levou esse povo – forjado na luta contra o domínio de outros países – a enveredar pela conquista e pilhagem. Primeiro foi o Havai, depois Cuba e o canal do Panamá. A isso se seguiram as Filipinas e a vigorosa expansão econômica, política e militar dos Estados Unidos em todo o mundo.

A expansão colonial capitalista, subordinando territórios e povos, aprofundou o desequilíbrio entre as diversas regiões do mundo, desequilíbrio que nos dias de hoje atingiu um nível tão profundo que a humanidade talvez tenha que gastar séculos para alcançar um novo equilíbrio, se é que isso será possível algum dia. As economias desenvolvidas tendem na atualidade a transformar-se em verdadeiras economias de cassino, como as chamou a revista *Business Week*. Agem como um ímã poderoso, capaz de atrair todos os recursos ainda existentes na periferia do sistema. Mais do que nunca, quem determina os rumos do futuro é quem domina o capital, internacionalizando ou globalizando o mercado e colocando-o sob seu domínio. Os donos do capital mundial possuem as melhores condições para penetrar nos diferentes mercados, controlar a produção e a distribuição das mercadorias dentro desses mercados e sugar todos os recursos que aparecerem.

Com isso, não só desequilibram permanentemente as relações comparativas entre os diversos países e regiões ricas do globo em detrimento das pobres, como desequilibram também as relações entre os países e regiões desenvolvidas. O Japão, por exemplo, conseguiu fazer com que seus produtos tivessem mais competitividade no mercado americano, entre outras coisas, porque a moeda japonesa, o iene, era muito desvalorizada em relação ao dólar. Essa desvalorização permitiu aos japoneses exportar uma enxurrada de produtos japoneses para os Estados Unidos, obtendo grandes saldos em sua balança comercial e acumulando montanhas de dólares. Isso obrigou os americanos a pressionarem o Japão a elevar o câmbio do iene, de modo a aumentar a competitividade das mercadorias americanas dentro dos próprios Estados Unidos.

O capitalismo japonês, empanturrado de dólares, além de praticar o *dumping* para manter o mercado conquistado, pressionou o governo nipônico no sentido de revogar os antigos regulamentos, que mantinham o emprego vitalício e proibiam a transferência de indústrias japonesas para outros países. Passou, então, a demitir trabalhadores e transferir empresas para países da Ásia, onde tinha con-

dições de rebaixar seus custos e manter a competitividade. E, como ironia do destino, os japoneses dispuseram-se a devolver aos EUA os superávits de sua balança comercial... como empréstimos. Só em 1986, as grandes corretoras de títulos japonesas compraram 90 bilhões de dólares em títulos da dívida pública americana.

Transformaram-se, assim, no maior credor mundial dos Estados Unidos, permitindo a estes afundar-se nos gastos militares e no déficit público e comercial, e perder parte de sua economia para o Japão, a Alemanha, Holanda e outros países capitalistas. Embora os Estados Unidos continuem sendo uma grande potência econômica, estão em declínio e já não são os donos de suas indústrias e imóveis.

A cota dos Estados Unidos no Produto Nacional Bruto dos países desenvolvidos diminuiu de 53% (1960) para 40% (1988). No mesmo período, a cota dos países da Europa Ocidental cresceu de 35% para 40%; a do Japão cresceu de 5% para 17%. Já a cota de exportações dos EUA, no mesmo período, diminuiu de 24% para 14%; subiu de 56% para 60% no caso da Europa Ocidental; e de 5% para 15% no caso do Japão. Em 1987, o balanço de pagamentos dos EUA foi de menos 157 bilhões de dólares, enquanto o do Japão foi de mais 86 bilhões de dólares e o da Alemanha, de mais 44 bilhões de dólares.

Os desequilíbrios mais gritantes do desenvolvimento capitalista ocorreram durante as chamadas crises cíclicas, quando a maioria dos capitalistas deixava de encontrar no mercado outros capitalistas ou simples consumidores que pudessem ou quisessem adquirir as mercadorias em oferta, às vezes, até a preços mais baixos. Nas crises cíclicas, reuniam-se todos os desequilíbrios do funcionamento capitalista – desemprego, má distribuição de renda, desequilíbrios regionais, falências etc. –, colocando todo o sistema numa situação próxima do naufrágio. A intervenção permanente do Estado na economia tem conseguido evitar a repetição de crises daquela envergadura.

Apesar disso, não tem impedido que outras manifestações de crise se sucedam constantemente, sejam os processos e explosões inflacionárias, sejam períodos recessivos mais ou menos graves, seja ainda a concentração da riqueza em alguns pólos, com o empobrecimento do resto. A inflação, por exemplo, tem sido um instrumento importante para aumentar os desequilíbrios entre ricos e pobres. Ocorrendo quando o aumento geral dos preços é muito acentuado (a quantidade de moeda em circulação aumenta mais rapidamente do que a produção), a inflação beneficia os agentes econômicos que auferem lucros, enquanto prejudica os que possuem rendas fixas, como salários e pensões.

É verdade que, a longo prazo, a inflação prejudica a todos, já que tende a impedir o cálculo econômico e as previsões de demanda e produção. No entanto, até chegar a esse ponto, a inflação já permitiu uma acentuada concentração de renda no pólo capitalista e uma miséria considerável no pólo trabalhador.

A recessão é, em princípio, o oposto da inflação. Quando a procura de produtos cai, seja pela queda do poder aquisitivo, seja por outro motivo, as empresas diminuem a produção, paralisam os investimentos, procurando equilibrar a oferta à demanda real. Acontece então um ciclo perverso. Quanto mais as empresas diminuem a produção e os investimentos, para adequá-las à demanda real, mais aumenta o desemprego, mais cai a massa salarial, mais diminui o poder aquisitivo, mais cai a demanda. O que leva os capitalistas a diminuir ainda mais a produção e assim por diante. Se esse processo não for freado, a recessão se transforma em depressão e aí se ingressa na crise cíclica.

Todos esses desequilíbrios ocorrem porque os capitalistas, proprietários dos meios de produção, são incapazes de realizar um volume de investimentos que estreite a diferença entre o crescimento da renda e o crescimento do consumo, que acontece nas fases expansivas da economia. Deixados para agir livremente no mercado, segundo seus próprios critérios e interesses particulares, o que os preocupa, única e exclusivamente, é o montante de seu lucro individual. Agem de acordo com esse objetivo, mesmo que a médio e longo prazo isso signifique desembocar numa crise.

A redistribuição mais equilibrada da renda poderia ser um dos instrumentos eficazes para evitar as crises. O capitalismo, no entanto, é incapaz de realizar uma distribuição menos perversa da renda, já que isso representa, antes de tudo, uma redistribuição dos lucros. Há uma regra geral nas economias de mercado: os capitalistas aumentam constantemente suas rendas, vivendo na boa vida e na luxúria, enquanto os trabalhadores sofrem na carne a diminuição do poder de compra dos salários e a deterioração das condições materiais de vida e trabalho.

Apesar disso, o capitalismo moderno procura fazer crer que nos países desenvolvidos essa situação se modificou. Lá os trabalhadores estariam conquistando salários melhores, aumentando seu poder de compra e melhorando suas condições materiais de vida. Isso em parte é verdade. Entretanto, se o capitalismo desses países for examinado com mais atenção, não será difícil descobrir que a distância entre a renda dos capitalistas e dos trabalhadores cresceu ainda mais e tende a aumentar. Só para ter uma idéia das proporções do capitalismo atual, basta dizer que as atuais fábricas de alta tecnologia exigem investimentos de 500 milhões a

um bilhão de dólares para entrarem em funcionamento. A riqueza concentrada nas mãos, bolsos e cofres de alguns capitalistas é inimaginável para a maioria dos mortais.

Por um lado, o padrão de vida da classe trabalhadora desses países é fruto da luta dos trabalhadores e do medo do que os capitalistas têm de que essa luta desemboque na busca de um outro sistema econômico e social, o socialismo. Por outro lado, essas concessões aos trabalhadores são compensadas pelo processo de exploração e espoliação imperialistas de países menos desenvolvidos. Os trabalhadores da África, Ásia e América Latina pagam para que os trabalhadores americanos, europeus e japoneses vivam em melhores condições.

Mesmo assim, os desempregados dos países capitalistas desenvolvidos são uma demonstração permanente da consequência mais danosa das grandes e das pequenas crises da economia de mercado capitalista. O mercado de trabalho é sempre um dos mais afetados pelo funcionamento da economia de mercado, tanto nas crises quanto no permanente processo de inovações tecnológicas. O mercado tem se mostrado completamente incapaz de manter um volume de atividades econômicas que assegure o pleno emprego da força de trabalho. Desse modo, seja em virtude das crises, seja devido aos avanços tecnológicos, a tendência principal do mercado capitalista é a criação de uma considerável massa de desempregados, um verdadeiro exército de reserva que os capitalistas utilizam ou descartam conforme suas necessidades de ampliação ou valorização do capital.

O mercado também apresenta uma tendência perversa de aprofundar os desequilíbrios regionais, o que ocorre inclusive nos países desenvolvidos. Como as perspectivas de lucro e, portanto, de acumulação do capital, são sempre maiores nas regiões onde já existe infraestrutura (energia, comunicações, transportes), mercados mais desenvolvidos e força de trabalho mais qualificada, os investimentos de capital tendem a se dirigir para essas regiões. As regiões com menores condições ficam relegadas ao abandono, criando-se um fosso entre elas e as desenvolvidas. E os investimentos realizados nas regiões mais atrasadas tendem, por sua vez, a realizar um processo de espoliação intenso, dilapidando seus recursos naturais e de mão-de-obra e transferindo a renda gerada para as regiões mais desenvolvidas. Aprofundando ainda mais as desigualdades.

Isso ocorre tanto nas regiões internas dos países quanto em termos mundiais. Aumenta o fosso que separa os países desenvolvidos da Europa, Japão e Estados Unidos dos países não desenvolvidos da Ásia, África e América Latina. Os

índices de produção e consumo dos países desenvolvidos é 11,6 vezes superior aos dos países não desenvolvidos; a produtividade destes é 5,8 vezes menor na indústria e 17,8 vezes menor na agricultura. E a dívida externa consome 1/3 ou mais das rendas provenientes das exportações dos países não desenvolvidos.

A situação dos países não desenvolvidos em certa medida não é pior porque, apesar dos governos corruptos e ineficientes, muitas vezes impostos pelos próprios países desenvolvidos, o Estado tem sido obrigado a adotar políticas econômicas que minorem as distorções dos mecanismos de mercado.

Para completar o quadro, os desequilíbrios do funcionamento capitalista têm descambado em guerras dos mais diferentes tipos e tamanhos. Todo o processo de expansão colonial do capitalismo no século XIX foi realizado com o auxílio de canhões, fuzis e baionetas. A Primeira Guerra Mundial, que devastou a Europa e causou cerca de 20 milhões de mortes, foi resultado da disputa entre as grandes potências capitalistas pela repartição do mundo em novas áreas de dominação e influência. A Segunda Guerra Mundial, que causou destruições e sofrimentos em praticamente todos os continentes e foi responsável por mais de 50 milhões de mortes, foi fruto das mesmas pretensões expansionistas dos diversos países capitalistas desenvolvidos e de sua decisão de destruir o socialismo na União Soviética.

Da Segunda Guerra Mundial para cá, ocorreram mais de 200 (duzentas!) guerras regionais e locais. Os pretextos são sempre nacionais, religiosos, tribais ou outros, mas o motivo mais profundo é encontrado na pretensão da consolidação ou expansão econômica. A última Guerra do Golfo, em que os países capitalistas desenvolvidos deram um show com sua tecnologia mortífera, despejando 100 milhões de quilos de explosivos sobre 21 milhões de habitantes, na realidade, tinha motivo conhecido de todos: o domínio das jazidas de petróleo pelas grandes potências capitalistas. Sadam, o antigo aliado de aventuras guerreiras, era instável demais para ser deixado como zelador de tanta riqueza e energia.

A indústria de armamentos, que se desenvolveu paralelamente a todo esse processo de conquistas e dominação, tornou-se um dos ramos mais poderosos e influentes do capitalismo. São os capitalistas que menos têm pátria ou bandeira. Numa guerra em que seu próprio país está envolvido, são capazes de realizar transações com o lado inimigo, desde que isso resulte em lucros extras. E são capazes de sobreviver a quase todos os desastres. Os Krupp, Vickers-Maxim, Mitsubishi e outros magnatas das indústrias bélicas da Alemanha e do Japão, que alimentaram e promoveram a Segunda Guerra Mundial, continuam hoje como magnatas de

grande prestígio internacional.

Por mais que queiram adocicar a economia de mercado, todos esses desequilíbrios deixarão sempre um travo amargo para lembrar aos deslumbrados a dura realidade do funcionamento capitalista.

O DISFARCE DA DITADURA

Os teóricos do liberalismo político contrapõem democracia e ditadura como coisas excludentes. Onde uma existir, a outra deve necessariamente ser suprimida. Estados Unidos, Inglaterra, França, Alemanha, Japão, “o mundo desenvolvido, enfim” seriam os exemplos mais característicos de países onde a democracia vigora, sem qualquer traço de ditadura. O liberalismo tropeça, porém, quando trata das democracias capitalistas pouco consolidadas, que conservam diversos traços autoritários e ditatoriais. Explica essa dualidade pela ausência de pleno desenvolvimento capitalista, já que forjou a pretensa igualdade entre capitalismo e democracia. Mais capitalismo, mais democracia, é a utopia que vende.

Para o liberalismo, democracia significa direito de organização política e civil, direito de votar e ser votado para o rodízio do poder, separação entre os poderes legislativo, judiciário e executivo, subordinação da minoria à maioria, de acordo com a demonstração eleitoral.

Esses direitos, que parecem tão cristalinos na prática histórica do capitalismo, já foram muito mais limitados e restritivos do que hoje em dia. Como já tivemos oportunidade de dizer, a ampliação de cada um desses direitos foi conquistada através da luta penosa, na maioria das vezes, sangrenta, de muitas gerações de trabalhadores. E há direitos e mecanismos da democracia política e econômica que até hoje não constam da legislação.

O direito irrestrito à organização sindical e à greve ainda hoje não consta da democracia da maioria dos países. Mecanismos de consulta e de participação das camadas populares nos poderes locais e central estão ausentes da maioria das democracias existentes. E os direitos consolidados beneficiam desigualmente os diferentes segmentos sociais.

O sobrinho do senador Kennedy foi indiciado pela justiça americana por violência sexual contra uma mulher. Não deixa de ser uma conquista democrática o fato de um membro da rica e poderosa família americana correr o perigo de ir para a cadeia por crime sexual, embora o escândalo faça parte da guerra política que divide as várias alas da burguesia dos Estados Unidos.

Entretanto, essa situação – que coloca um rico em igualdade de condições com um pobre diante da cadeia – termina aí. O sobrinho do senador pode pagar uma fiança de US\$ 10 mil para responder o processo em liberdade. Terá, ainda, advogados de primeira e, se chegar a ser condenado, vai poder cumprir a pena em penitenciária especial para ricos, com regalias inimagináveis. Um pobre provavelmente estaria preso desde o dia da acusação e seu destino, caso condenado, seria cumprir a pena num sistema penitenciário que é, reconhecidamente, uma das obras mais brutais e desumanas existentes no mundo.

Há milhares de exemplos, de todos os tipos, de como os direitos assegurados em lei são aplicados desigualmente entre os membros das chamadas sociedades democráticas, conforme sua situação social. E há inúmeros outros exemplos de como essas leis são brandidas contra os trabalhadores toda vez que eles ameaçam os privilégios da classe capitalista, pressionando o uso pleno e a ampliação dos direitos democráticos.

Somente uma parcela da sociedade tem condições reais de organizar-se politicamente no sistema capitalista. Seu tempo livre não está limitado pelas extensas jornadas de trabalho que, entre outras coisas, lhe impedem de adquirir as informações e os conhecimentos necessários para usufruir os direitos de cidadania. O acesso direto aos poderes da democracia liberal está restrito, em geral, a essa minoria. Como é essa minoria que consegue ser escolhida, através do sistema parlamentar, para formalmente representar a maioria. Os cientistas políticos chegam a falar de uma classe que, dedicando-se integralmente à política, exerce o poder em nome e como representação da maioria.

A participação da maioria no processo político de disputa do poder restringe-se, desse modo, ao processo eleitoral de escolha entre algumas opções. Por mais livres que sejam tais opções, todos nós conhecemos muito bem suas limitações e como o poder econômico das sociedades capitalistas impõe suas próprias escolhas à maioria. Governo e legislativo, embora sejam escolhidos através de processos eleitorais, não passam, assim, de formas de domínio de uma minoria sobre a maioria. O fato de que o sistema eleitoral dá uma certa legitimidade a esse domínio não nega a evidência de que as democracias liberais são, na realidade, sistemas montados para garantir o domínio da minoria capitalista sobre a maioria trabalhadora e popular.

Essa maioria, por suas condições materiais, está privada de disputar o poder no mesmo nível de igualdade com os representantes políticos do capitalismo.

Mesmo quando os trabalhadores e demais camadas populares conseguem constituir um setor mais avançado, que adquiriu conhecimentos e informações para participar ativamente da disputa pela representação, essa conquista fica, em geral, limitada. O próprio sistema de representação condiciona sua ação a uma atuação de minoria, já que coloca empecilhos de toda ordem à mobilização e participação popular nos debates e procedimentos legislativos.

Quando esse setor avançado, por outro lado, consegue superar essas limitações e se transforma em alternativa real de poder para as grandes massas do povo, o aparelho de Estado sob controle da minoria trabalha a todo vapor para impedir que tal alternativa se concretize. Toda vez que se configurou a possibilidade dos socialistas vencerem disputas eleitorais decisivas, a democracia parlamentar restringiu seus direitos ou foi simplesmente substituída por ditaduras mais ou menos abertas.

A legislação eleitoral da França e da Itália foi modificada logo após a Segunda Guerra Mundial para evitar a vitória dos comunistas. E, se isso não desse certo, o plano consistia em desestabilizar o governo comunista ou socialista pelas armas, como aconteceu mais tarde no Chile, país latino-americano onde a democracia liberal tinha uma certa tradição. Somente quando alguns partidos socialistas abandonaram a idéia de transformar radicalmente o capitalismo e adotaram uma estratégia limitada às reformas progressivas e civilizatórias, sua ascensão ao poder foi aceita de forma não-traumática.

De qualquer modo, até a década de oitenta, a prática mais comum em todo o mundo capitalista não-desenvolvido foi o de derrubar militarmente não só governos pretensamente socialistas, mas também governos que pretendessem ampliar a democracia além dos limites estabelecidos pelas antigas classes dominantes latifundiárias. O Brasil e toda a América Latina conheceram, na própria carne, esse procedimento.

Evidentemente, os mecanismos de participação e representação das democracias ocidentais configuram importantes conquistas da luta dos trabalhadores e seria ingênua estupidez, como fazem alguns setores da esquerda, negar seu valor e suas vantagens. O que está em discussão não é isso. O que está em discussão é a tendência a considerar que tais democracias funcionam igualmente para todos os membros de suas sociedades, conformando-se com elas como se fossem o máximo possível no caminho da liberdade.

O liberalismo aproveita-se da crise do socialismo e da falência do despotismo

socialista para apresentar sua democracia como modelo de igualdade de oportunidades políticas.

Entretanto, sua reação à vitória democrática dos ex-comunistas em alguns países do Leste Europeu é sintomática de seu verdadeiro ânimo em relação a seu modelo de democracia. Apesar de todos os avanços democráticos, o liberalismo só aceita a democracia quando a vitória é sua. Para conquistar tal vitória, agora como antes, ele é capaz de empregar os métodos antidemocráticos que fossem necessários, apelando inclusive para as tentativas de desestabilização. O exemplo de casa, das eleições presidenciais de 1989, é característico.

O liberalismo também mostra sua face com nitidez quando admite que o poder de Estado nos países capitalistas seja utilizado como instrumento para reprimir as lutas populares e desbaratar as tentativas das classes subalternas alcançarem o poder. Hipocritamente, monta sempre alaridos intermináveis toda vez que os governos dos países socialistas utilizam o poder de Estado para realizar ações repressivas contra reais ou imaginárias ações anti-socialistas.

Enquanto alardeia que a defesa do Estado nos países socialistas não passa de uma manifestação ditatorial, nos países capitalistas essa mesma defesa do Estado é estimada como direito democrático do regime. Os saques e depredações das populações marginalizadas de Washington-EUA, “causadas por desordeiros”, atentam contra a ordem democrática e, portanto, devem ser reprimidas. As aguerridas manifestações dos estudantes e trabalhadores na Coreia do Sul, pela reunificação das duas Coreias e por maiores direitos democráticos, precisam ser esmagadas como consequência natural de defesa da ordem. Assim ocorre em todas as democracias, demonstrando que seu lado ditatorial se mantém adormecido, mas pronto para levantar-se toda vez que a ordem capitalista sofre algum perigo.

Bem vistas as coisas, por mais que admiremos os direitos democráticos conquistados pelos trabalhadores em alguns países avançados, ainda nos encontramos diante de ditaduras disfarçadas. O atual surto de democratismo que os Estados Unidos e as democracias européias disseminam pelo mundo deve-se principalmente a seu propósito de derrubar os regimes socialistas despóticos e, com eles, o próprio socialismo.

As bandeiras democráticas tornaram-se, momentaneamente, um importante instrumento de luta do capitalismo contra o socialismo. Nessas condições, não era possível continuar apoiando abertamente as ditaduras militares ou civis escrachadas existentes em grande parte dos países do mundo capitalista.

Entretanto, não se deve desprezar o fato de que perduram não poucas ditaduras autocráticas, como as dos príncipes árabes. Mais importante ainda, na última década os direitos democráticos cessaram de ampliar-se nos países capitalistas maduros. Ao contrário, não só tem se reduzido a participação eleitoral das populações, como também diversos direitos cívicos estão sendo ameaçados pela onda conservadora. Por mais que a queda do despotismo socialista possa ser um fato positivo para a luta dos povos dos países socialistas, a crise desses países representa um acicate a menos sobre a ditadura disfarçada do capitalismo. Deixa-o à vontade para brandir sua democracia liberal como a democracia que funciona.

O futuro a nós pertence

Os socialistas parecem estar num beco sem saída. No entanto, apesar de toda a onda neoliberal e do aturdimento causado pelo fracasso das experiências socialistas do Leste Europeu, nem todos se deixaram levar pelo deslumbramento da modernidade capitalista ou pelo brilho das vitrines das cidades de seus pólos desenvolvidos. Nem todos capitularam diante da maciça e massiva ofensiva da propaganda e do *marketing* capitalistas, cada vez mais belos em sua estética multicolorida. Sua crítica ao verdadeiro capitalismo, às suas contradições, continua dura e intransigente.

Por outro lado, porém, o modelo de socialismo implantado no curso desses últimos setenta anos esgotou-se. O modelo de economia de comando e de monopólio de poder não responde nem corresponde às aspirações humanas de crescente bem-estar material e de ampliação dos horizontes culturais e políticos. Não são poucos os que têm dúvidas se valeu a pena a experiência. Muitos questionam os métodos revolucionários e enxergam neles a causa das distorções posteriores. Há os que abominam não só o planejamento burocrático, mas qualquer planejamento. E há os que já se contentam com os limites da democracia liberal, aceitando-a como universal.

Os socialistas ainda parecem perplexos diante dessas duas opções que não aceitam. Muitos se refugiam na utopia socialista, um mundo igualitário e livre, sem padrão e sem opressão, a ser construído pelos trabalhadores no seu dia-a-dia. Outros pretendem salvar o que houve de bom nas experiências socialistas e, ao mesmo tempo, aproveitar os aspectos positivos do capitalismo para construir uma nova sociedade. Alguns retomam com firmeza a perspectiva do caminho institucional e pacífico, como forma de escapar dos perigos do Estado autoritário. E há os que continuam pregando a destruição sem trégua de tudo que é capitalista e burguês, para construir sobre seus escombros um socialismo de caserna ainda mais duro do que o existente em alguns países.

As negações são muitas e complexas. Esclarecer algumas delas talvez seja um bom método para encontrar o caminho das pedras. Porque, afinal, apesar de toda utopia e sonho que nos anima, a própria força do capitalismo está diariamente nos lembrando que a única forma de alcançar uma nova sociedade é partindo das conquistas e das mazelas desta em que vivemos. O caminho das pedras é o caminho do real, das questões concretas, da construção das condições materiais e culturais para a implantação de uma sociedade que torne a exploração e a opressão uma excrescência repelida por todos.

Por mais que o capitalismo tenha criado a ilusão de um mundo de opulência e bem-estar, ele não pôde e nem pode fazê-lo sem crises e sem criar, ao mesmo tempo, um mundo de miséria ainda maior. Essa é sua contradição. E nossa certeza de que, apesar de todas as dificuldades e obstáculos, o futuro a nós pertence.

COMBATENDO AS NEGAÇÕES

A guerra ideológica do capitalismo contra o socialismo centra-se, em grande medida, nas negações, mesmo quando afirma seus conceitos. Mercado livre, consumo limitado, igualdade de oportunidades, livre iniciativa não são a negação do desvio socialista da economia de comando, com seu planejamento ultracentralizado, com a interferência absoluta em todos os poros da vida social, seu consumo espartano e sua distribuição comprimida por baixo, além do esmagamento das iniciativas individuais e coletivas por um Estado monopolizador. São, na verdade, a negação do planejamento, da interferência do Estado na economia para evitar suas crises, de um consumo sem desperdícios, da redistribuição orientada da renda, da educação e informação universal e pública para realmente criar oportunidades econômicas e políticas idênticas para todos.

Quando o capitalismo afirma que o mundo atual é o mundo da modernidade, do fim da luta de classes e da História, do humanismo puro sem a interferência da ideologia, e da democracia liberal, ele está negando todos os valores que orientaram a luta dos socialistas por quase dois séculos. O capitalismo trabalha com símbolos que ele próprio renega continuamente para passá-los como tendências eternas da humanidade.

A modernidade não é algo ignorado pelos socialistas. Estes a consideram dentro da perspectiva histórica de superar a exploração e a opressão, de dar fim às desigualdades e às diferenças de classe. A implantação da justiça, da liberdade e da

igualdade, a criação das condições para o homem encontrar seu equilíbrio com a natureza e com os demais homens eram aspectos centrais do ideário socialista, sua utopia. O socialismo real supôs alcançar isso rapidamente e por métodos estritamente políticos e administrativos, fracassando redondamente.

A essa modernidade, o capitalismo contrapõe agora o seu mundo de abundância e riqueza, de consumo sem limites, encobrendo com maestria as mazelas da concorrência, das disputas desenfreadas, da alienação e degradação humanas, alijando o mundo pobre e subdesenvolvido, às vezes, até mesmo das migalhas do banquete. Convencem aos povos que a modernidade passa por onde circulam os capitais e a tecnologia, como se fosse culpa dos povos dos terceiro e quarto mundos que os capitais e a tecnologia não circulem através deles. Até quando a modernidade que gera pólos tão antagônicos de riqueza e pobreza poderá se sustentar?

O fim da luta de classes é essencial para que a modernidade capitalista tenha uma sobrevida. Embora as classes e a luta entre elas não fossem uma invenção ou mesmo uma descoberta dos socialistas, o capitalismo sempre se esforçou para passar a idéia de que isso fazia parte da trama socialista para subverter a sociedade burguesa. A luta de classes seria, pois, induzida e não fruto de contradições reais. A construção das sociedades abastadas do mundo desenvolvido, onde se diz que as classes colaboraram entre si para alcançar a eficiência econômica capaz de trazer o bem-estar geral, seria a prova cabal da possibilidade de paz social. O fracasso do sistema socialista de comando tornou-se um esforço a mais nessa demonstração.

Muitos socialistas se perguntam se realmente o capitalismo não tem razão nesse aspecto. Na Suécia, na Alemanha Federal, na França, na Suíça, no Japão e outros países desse calibre, os trabalhadores colaboram com os empresários, das mais diferentes formas, para intensificar o processo de acumulação do capital, de onde deverão tirar rendimentos maiores para seu próprio bem-estar. Os 20 milhões de desempregados desses países parecem compreender bem as regras do jogo, conformando-se em receber os benefícios sociais que os mantêm vivos e andando. É verdade que muitos deles acabam apelando para os narcóticos e para a delinquência social, mas isso também faz parte das regras consentidas dessas sociedades afluentes. Afinal, não é possível ser perfeito, não é mesmo?

Esse mundo da fantasia, porém, só existe enquanto o mundo real da miséria e da fome continuar deixando que suas riquezas, naturais ou produzidas pelo trabalho humano, sejam transferidas para os países desenvolvidos. Estes só podem manter seus sistemas concentrando cada vez mais as riquezas geradas no resto do

mundo, aprofundando, assim, o pólo da pobreza e do atraso onde a luta de classes se espalha até mesmo ao esforço pela sobrevivência.

O socialismo existente no Leste também havia afogado a luta de classes, primeiro, nas águas da ilusão de que os trabalhadores haviam se tornado donos de seu próprio destino e não precisavam mais lutar contra os administradores do processo produtivo, nem contra seu próprio Estado. Depois, no túnel estreito das representações, quando os trabalhadores descobriram que o Estado se transforma num novo tipo de patrão e os administradores não passavam de seus agentes executivos. Assim, na euforia do fracasso do socialismo existente, o capitalismo estimulou o ressurgimento da luta de classes naqueles países sem se aperceber (será?) que, quanto mais a economia de mercado introduzir suas leis, mais aguda aquela luta se tornará.

O capitalismo, porém, não perde as esperanças e apresenta sua democracia como a democracia de valor universal, aquela que todos os países devem adotar para serem considerados civilizados e livres. Reconhece que a desigualdade social existe na democracia capitalista, mas, mesmo assim, afirma que a democracia existe e funciona. Nela, todos são iguais perante o Estado. Todos são obrigados a obedecer às mesmas regras: atravessar as ruas nas faixas apropriadas, ter atendimento igual nos serviços públicos, ir para a cadeia se transgredir as normas legais. Acredite quem quiser! O capitalismo só esquece de pontuar que, na vida real, os ricos raramente precisam atravessar as ruas (e se seu carro avançar o sinal, quem sofre a penalidade, em geral, é seu motorista), não precisam enfrentar as filas do serviço público e só vão para a cadeia quando quebram as regras do próprio capital.

O problema é que a democracia existente no socialismo real também só funcionou para uma minoria e não teve sequer a coragem de manter os mecanismos da chamada democracia burguesa, frutos da própria luta dos trabalhadores. O sufrágio universal, livre e secreto, foi substituído por um arremedo eleitoral no qual os eleitores votavam em listas completas, praticamente sem direito de escolha, direito que era ainda mais reduzido pela ausência da livre organização partidária.

Essa desigualdade política, fácil de ser percebida pelo conjunto da população, muito mais facilmente do que a desigualdade de exploração, permitiu que o capitalismo resgatasse sua democracia representativa como o mais alto estágio da democracia, inclusive retirando dela qualquer conteúdo de classe. A democracia parlamentar não seria, assim, o instrumento de ditadura da burguesia sobre os trabalhadores, mas o espaço privilegiado da disputa entre os diferentes segmentos

da população. O socialismo seria inviável, entre outras coisas, por ser incapaz de seguir caminhos democráticos. De uma penada só, toda a história da luta democrática dos socialistas foi apagada.

Mas a dura realidade também não favorece o capitalismo quando é olhada com um pouco mais de atenção. A democracia continua sendo uma nebulosa para os pobres, os despossuídos, os carentes de saber, os que desconhecem e ignoram as coisas, os que não conseguem distinguir a verdade no emaranhado das informações distorcidas dos meios de comunicações, os que não conseguem tempo para estudar e informar-se por causa de suas jornadas, condições de trabalho e salários. Limitar a democracia ao direito de votar (e, hipoteticamente, de ser votado) é matar no homem o direito de participar e influir conscientemente nas decisões da sociedade. Por isso, a democracia com desigualdades sociais só pode encantar, além dos capitalistas, aqueles que, por suas condições materiais, podem usufruir um pouco da liberdade e da igualdade políticas parciais que a caracterizam.

Dessa maneira, mesmo que o socialismo e o marxismo houvessem morrido juntamente com o fracasso do regime socialista nos países do Leste Europeu, o capitalismo continuaria às voltas com a luta de classe dos trabalhadores. Os embates dentro dos países capitalistas atrasados, as contradições que surgem entre esses países e o capitalismo desenvolvido e, agora, as lutas que ressurgem dentro das chamadas economias socialistas de mercado são demonstrações vivas da permanência da luta de classes. Mesmo nos países avançados, é uma ilusão supor a paz eterna entre as classes. A história, que apesar dos decretos continua viva, teve outros momentos em que a colaboração de classes parecia instaurada. Socialistas de diversos matizes acreditaram nela e se jogaram de corpo e alma em sua defesa. Mas o empenho ilusório de gente como Jaurès, Bernstein e outros socialistas de renome ruiu porque o próprio capitalismo se encarregou, com seus interesses egoístas, de demonstrar que a colaboração entre as classes só era aceitável enquanto o privilegiasse.

Nessas condições, a morte do socialismo, mil vezes anunciada, pode ser colocada em dúvida. Mesmo porque a história tem apresentado diferentes versões do socialismo. No Manifesto Comunista, Marx e Engels fazem referências aos socialismos utópico, feudal, reacionário e burguês. Houve outras versões, mais modernas: socialismo revolucionário, reformista, camponês. Os socialismos existentes em países do leste da Europa, da Ásia, África e América Latina possuem algumas características comuns, mas se diferenciam uns dos outros em muitos aspectos de suma importância. Qual desses socialismos morreu?

O capitalismo não se detém em particularidades. Para ele, todos os gatos são pardos e o importante é que são gatos. Numa lógica infantil, mas eficiente do ponto de vista da propaganda, o gato é o socialismo: logo, o socialismo, a idéia do socialismo, essa chama que vem queimando as estranhas do capitalismo há muito tempo e deixando-o sempre incomodado a respeito de sua própria sobrevivência, esse socialismo morreu. Esse é o decreto inapelável do capitalismo moderno.

A ironia dessa história é que o capitalismo exala socialismo por todos os poros. Cada ato seu, no processo de concentração e centralização do processo produtivo, na criação dos conglomerados, na internacionalização ou globalização da economia, na fusão pacífica ou hostil entre empresas, no avanço tecnológico que aumenta a interdependência global do processo econômico e, ao mesmo tempo, transforma massas humanas em meros expectadores desajustados da vida econômica, é um avanço maior no sentido da socialização global da sociedade. Socialização que se choca com o processo contrário de concentração da riqueza, da propriedade, de todos os meios de vida, nas mãos da minoria capitalista.

O socialismo, em suas diversas versões, já foi derrotado e morto inúmeras vezes pelo capitalismo. As experiências de Owen, na Inglaterra, foram esmagadas sob peso da hipocrisia e da sabotagem, embora constituíssem um exemplo de eficiência empresarial cooperativa. As lutas socialistas dos trabalhadores sempre foram esmagadas a ferro e fogo, em todas as nações e durante toda a história do capitalismo. As experiências do socialismo, no Leste Europeu e em outras regiões do mundo, sempre enfrentaram a mais feroz resistência, desde boicotes, intervenções armadas, sabotagens, pressões até a corrida armamentista global. Do mesmo modo que em outras épocas determinadas versões socialistas foram suplantadas por terem se mostrado incapazes de superar o capitalismo, agora é a vez da versão do socialismo despótico, que vigorava no leste da Europa, ser substituído.

Entretanto, do mesmo modo que algumas versões suplantadas do socialismo teimam em ressurgir, variantes do socialismo despótico deverão continuar subsistindo por algum tempo. Enquanto não amadurecem novas versões, capazes de superar suas congêneres anteriores no enfrentamento com o capitalismo, isso será inevitável. Ocorre simplesmente que o capitalismo, apesar de todo o seu esforço, continuará se desenvolvendo de forma desigual, gerando, também, diferentes formas de socialismo.

Por tudo isso, embora seja importante estudar as atuais experiências socialis-

tas e acompanhar com atenção suas mudanças e evoluções – de todas as derrotas socialistas, a atual é sem dúvida a mais séria e complexa –, tão ou mais importante é estudar a evolução do capitalismo, suas contradições e sua inexorável tendência de gerar fatores socialistas.

Assim, ou mesmo que fosse só por esse motivo, antes de procurar vislumbrar melhor o futuro caminho das pedras, talvez seja útil revisitar Marx. Do mesmo modo que o socialismo, o marxismo já teve tantas vezes sua morte anunciada que fica até difícil entender como se pode gastar tanta tinta com um defunto. No entanto, antigos marxistas, daqueles que nunca leram Marx com atenção e jamais entenderam seu método contraditório de análise, agora declaram seu abandono do marxismo e a adoção de uma nova doutrina socialista-humanista, como se isto fosse a maior novidade sobre a face da Terra. Antes consideravam-se os intérpretes consagrados e fiéis da doutrina. Agora que sua visão estereotipada do marxismo e do socialismo faliu, pensam ser mais fácil culpar o marxismo por sua torta interpretação e forjar uma pretensamente nova cultura de transformação do capitalismo. O dogmatismo de suas certezas é o mesmo; mudaram só as roupagens.

O problema é que, por mais que se procure enterrar o marxismo, por mais que suas proposições sejam deturpadas para serem melhor combatidas, até hoje, não surgiu nada comparável para analisar o funcionamento e a evolução extremamente contraditória do capitalismo. E aqueles que leram com um pouco mais de atenção as obras principais do economista e filósofo alemão sabem que ele jamais fez qualquer previsão sobre a construção de sociedades socialistas em países ainda não-desenvolvidos do ponto de vista capitalista. Assim, não custa nada revisitar rapidamente o fantasma do velho Karl.

REVISITANDO MARX

A afirmação mais comum sobre o marxismo na atualidade é aquela que diz que o marxismo possuía uma teoria de transição do capitalismo para o socialismo ligada a determinada concepção da revolução, que demonstrou não funcionar. Nessa mesma linha, alguns chegam a afirmar que o marxismo possui uma visão golpista de revolução, visão equivocada que causou resultados trágicos.

Uma variação dessas críticas reside na idéia de que o marxismo não soube prever o processo de desenvolvimento do capitalismo. Ao contrário das premissas marxistas, a classe média, em lugar de desaparecer sob um hipotético processo de proletarianização, tenderia a se ampliar na mesma proporção que o capitalismo

aumentava a circulação de dinheiro e mercadorias. Nessas condições, em vez de ruína e revolução, a perspectiva seria de desenvolvimento e colaboração. Os socialistas deveriam, portanto, transformar-se na força avançada do progresso democrático, apoiado por todas as classes sociais.

O marxismo também é criticado porque teria sido incapaz de encontrar soluções para a construção de uma nova sociedade, contrária ao capitalismo. Não teria previsto que o estímulo principal para o trabalho humano é sua própria propriedade e seus benefícios materiais. Com isso, ao tentar eliminar da sociedade socialista os mecanismos da economia mercantil como mercadoria, valor, preço, lucro, o marxismo teria forjado as condições teóricas de seu fracasso.

Não menos duros são os ataques ao marxismo por não haver dado a importância devida à democracia. Ao adjetivar a democracia, retirando o valor universal de seu conteúdo, o marxismo teria aberto campo para a implantação das ditaduras que se notabilizaram nos países do socialismo existente. A concepção de ditadura do proletariado como peça-chave do Estado previsto por Marx mostrou-se antagônica a qualquer tipo de democracia e liberdade.

Para ficar só nesses problemas, o marxismo se encontra sob o fogo cerrado de anti-marxistas e de marxistas. Assim, mesmo que não houvessem outros motivos, revisitar Marx deve ser uma tarefa indispensável a qualquer um que se proponha discutir a experiência de construção do socialismo.

Não é uma tarefa fácil, já que ela deve incluir, necessariamente, uma visita aos interpretadores e seguidores de Marx, que não são poucos e, em certa medida, são extremamente contraditórios entre si.

De qualquer modo, é traço comum dos trabalhos teóricos dos revolucionários que galgaram o poder, fazer referências aos textos de Marx para justificar as medidas e decisões que adotaram para construir a sociedade socialista concreta. Todas as teses referentes à necessidade de eliminar as categorias econômicas próprias da economia mercantil no processo de construção do socialismo, por exemplo, têm como parâmetro um trabalho de Engels sobre a planificação socialista, que constitui um capítulo do livro *Anti-Dühring*. Na verdade, soube-se mais tarde que os textos econômicos do *Anti-Dühring* foram escritos pelo próprio Marx. Ele afirma que o plano econômico deve ser determinado comparando-se os efeitos úteis dos diversos objetos de uso entre si e com a quantidade de trabalho necessário para a sua produção.

Em outras palavras, a utilidade dos objetos produzidos passaria a ser o as-

pecto determinante da planificação econômica. O valor desses objetos, dado pela quantidade de trabalho necessária para a sua produção, serviria somente para efeito comparativo. Ele previa, inclusive, que essa quantidade de trabalho chegaria a ser tão insignificante com o desenvolvimento das forças produtivas que acabaria por perder qualquer validade. Os homens passariam a produzir fundamentalmente os objetos úteis para a satisfação de suas necessidades.

Acontece que essas proposições, assim como todas as demais opiniões de Marx e Engels, referiam-se a países em que estavam dadas as condições para o completa superação do capitalismo. Eles sempre se referiam à Inglaterra e, secundariamente, à França e à Alemanha, na época, os países desenvolvidos no sentido capitalista. Em nenhum momento aqueles dois pensadores trabalharam a hipótese de que o socialismo, como fase de transição para uma sociedade do tipo superior, que chamavam comunismo, poderia ser construído em países atrasados do ponto de vista capitalista.

As idéias de Marx e Engels sobre o socialismo e o comunismo não poderiam ser, pois, mecanicamente aplicáveis a países atrasados. Além disso, eles partiam da premissa de que a construção socialista só seria viável se ocorresse mais ou menos simultaneamente na maioria dos países capitalistas avançados. Chegaram a afirmar que, sem um alto grau do desenvolvimento das forças produtivas, “só se generalizaria a escassez”. Portanto, com a pobreza, recomeçaria a luta pelo indispensável, recaindo-se na situação anterior.

Para eles, a possibilidade de construção de uma nova sociedade, livre das contradições do capitalismo, dependia da internacionalização dessas mesmas contradições, em particular, da universalidade do fenômeno da existência de uma massa despossuída. A concorrência geral e mundial determinaria que cada indivíduo dependesse da produção dos demais. Se isso não ocorresse, o comunismo só chegaria a existir como fenômeno local e de curta duração. Nessas condições, toda ampliação de intercâmbio tendia a acabar com o comunismo local.

Dessa maneira, para Marx e Engels, o comunismo só podia acontecer como ação “coincidente” ou simultânea dos povos maduros do ponto de vista capitalista, o que pressupunha o desenvolvimento universal das forças produtivas e o intercâmbio também universal que a ele deve estar articulado.

Ora, sem considerar essas premissas dos trabalhos de Marx e Engels quando se referem ao socialismo e ao comunismo, como é possível utilizá-los sem qualquer critério diante de realidades tão diferentes daquelas imaginadas por eles? Ou,

ao contrário, imputar a eles opiniões que não tinham para desmerecer sua teoria?

O que Marx realmente fez foi descobrir as leis de mudança do sistema capitalista. Verificou que, dentro desse sistema, ocorria um processo contraditório de avanço progressivo da socialização da produção, que entrava em contradição com a apropriação privada dos meios produtivos e dos resultados da produção. Marx previu que essa contradição se tornaria cada vez mais antagônica, manifestando-se na luta de classes entre os trabalhadores que operam os meios de produção e os capitalistas proprietários. Essa contradição se aguçaria, em especial, na medida em que o desenvolvimento tecnológico tendia a jogar um número cada vez maior de trabalhadores no exército industrial de reserva. O fosso entre um punhado de capitalistas, acumulando riquezas cada vez mais fabulosas, e uma massa crescente de trabalhadores vivendo sem trabalho e na miséria acabaria por fazer explodir a estrutura do sistema capitalista. A forma de resolver essa contradição consistia em superar o antagonismo entre a produção social e a apropriação privada, transformando esta última em apropriação social.

É verdade que Marx não previu as possibilidades do capitalismo desenvolvido criar sociedades de bem-estar (ou pseudo bem-estar), onde até os operários desempregados conseguem se manter com um padrão de vida razoável. Entretanto, ao contrário do que muitos afirmam ao ter os olhos fixos somente na Europa e nos países desenvolvidos, a tese de Marx sobre a pauperização crescente das massas trabalhadoras sob o capitalismo não perdeu sua validade. Embora não tenha chegado a viver a fase do capital monopolista, Marx deduziu corretamente que a concentração e centralização do capital deveriam levar a ela. Portanto, se não chegou a viver o processo pelo qual a internacionalização do capital submeteu a maior parte da humanidade trabalhadora aos interesses dos países capitalistas desenvolvidos, deu as pistas para descobrir o processo de transferência da pauperização desses países para os não-desenvolvidos.

Previsões não faziam parte, porém, do universo intelectual de Marx. Ele se preocupava com uma teoria que explicasse o pensamento dos homens por suas condições históricas de existência e pelo conhecimento até então acumulado pela humanidade. Seria ir contra sua própria teoria prever evoluções que só iriam ocorrer anos depois. Ele também não poderia prever as modificações que a estratégia burguesa iria sofrer em função do avanço da luta dos trabalhadores pela democracia e da tentativa de construção socialista numa série de países, antes, economicamente atrasados. Marx viveu o momento histórico em que a burguesia abando-

nou seu democratismo e, ao mesmo tempo, transformava-se em classe dominante e, também, em classe reacionária.

Durante toda a segunda metade do século XIX e boa parte do século XX, todas as conquistas democráticas foram fruto da luta dos trabalhadores contra a burguesia. Não nos esqueçamos que as revoluções democráticas do século XIX foram feitas, em geral, contra a burguesia para implantar a democracia burguesa (burguesa não apenas por suas limitações formais – como as restrições ao direito de voto, por exemplo –, nem tampouco pelo fato da burguesia prosseguir dominando através dos mesmos mecanismos aos quais se opusera, mas principalmente devido ao fato de que a ordem econômica e social capitalista constrange, restringe e limita o alcance dos mecanismos democráticos, que só são plenamente exercidos por uma minoria da sociedade, especialmente seu setor dominante).

Somente após a Segunda Guerra Mundial, no contexto da disputa com o socialismo, alguns países capitalistas começaram a aplicar com mais persistência os direitos democráticos, contrapondo-os às restrições ditatoriais vigentes nos países socialistas. Ao mesmo tempo, porém, esses mesmos países patrocinavam ditaduras sanguinárias nos países capitalistas atrasados. A hipocrisia das democracias ocidentais, em particular a dos Estados Unidos, era patenteada por esse patrocínio.

Foi preciso que os Estados Unidos conhecessem a derrota do Vietnã, que os sandinistas abrissem um novo flanco na retaguarda americana e que o capitalismo alcançasse o nível de riqueza e pujança que explodiu na década de oitenta, para que a democracia se transformasse numa tática determinante dos países avançados.

Assim, foi num contexto histórico completamente diferente que Marx elaborou suas teses sobre o Estado, a democracia e a ditadura do proletariado. Apesar disso, as críticas mais suaves consideram que Marx subestimou a importância da democracia e defendeu um Estado ditatorial, a ditadura do proletariado.

A rigor, nem Marx nem Engels faziam distinção entre democracia e socialismo. Para eles, o socialismo significava a democratização de todas as esferas da vida social. Marx realmente não entendia que pudesse ocorrer uma democracia verdadeira no terreno político enquanto inexistisse democracia econômica e social. Ele até compreendia o processo pelo qual a burguesia teve necessidade de defender a democracia política, estabelecendo a igualdade formal dos homens diante do

Estado, ao mesmo tempo que mantinha a desigualdade real na economia e, como consequência, na própria política.

Mas partindo dessa e das demais contradições do desenvolvimento capitalista, que tendia a socializar a produção, Marx considerou que esse processo criava as condições necessárias à democratização plena da sociedade.

Marx e Engels também não eram adeptos da violência cega e de um tipo preconcebido de revolução. Ao contrário, eles denunciavam a violência como produto da divisão da sociedade em classes e resultante, principalmente, da ação de domínio e exploração das classes dominantes sobre as dominadas. Baseados na experiência histórica, inclusive do próprio capitalismo, eles verificaram que a parteira das novas sociedades havia sido sempre a violência. Independentemente de suas convicções morais ou éticas, não podiam furtar-se de reconhecer o fato histórico de que a violência, na maioria das vezes, havia se imposto como única alternativa dos oprimidos se fazerem ouvir pelos opressores, quisessem ou não suas lideranças, seus ideólogos ou seus intelectuais. Em alguns textos, eles chegaram a apontar a possibilidade de uma transição não-violenta para o socialismo, alertando, porém para a perspectiva de que as classes dominantes utilizassem a violência e obrigassem a ação de defesa dos oprimidos. Engels, em particular, chamou muitas vezes a atenção para a necessidade de deixar que as classes dominantes arcassem com a responsabilidade da violência.

Sua concepção de ditadura do proletariado também estava composta de dois aspectos que não podiam ser separados: ditadura e democracia. Estimavam que no capitalismo real ocorre uma ditadura de classe da burguesia (sob diferentes formas, suaves ou violentas), ou seja, da minoria sobre a maioria, articulada a uma democracia para essa minoria. O socialismo deveria inverter a situação: democracia para a maioria e ditadura sobre a minoria de antigos exploradores. À medida que os antigos exploradores desaparecessem como classe, a democracia deveria estender-se a toda a população, desaparecendo o aspecto de ditadura. Com a liberdade e a igualdade instaladas, a própria democracia como a conhecemos hoje não teria mais razão de ser.

Essa concepção de Marx e Engels sobre a ditadura do proletariado foi elaborada numa situação histórica bem determinada da luta de classes e sob o impacto da experiência da Comuna de Paris, em 1871. De lá para cá, muita água passou sob a ponte e as experiências de construção socialista, assim como as novas estratégias capitalistas, produziram novas formas de dominação política a serem

analisadas. Mas talvez ainda seja prematuro dizer que está encerrada a polêmica a respeito do conteúdo simultaneamente ditatorial e democrático dos regimes políticos capitalistas e socialistas.

Marx e Engels, como já foi dito, só trabalharam a hipótese de transição do capitalismo para o socialismo em países capitalistas nos quais as forças produtivas – capacidade técnico-científica dos trabalhadores, meios de produção, ciência e tecnologia – estivessem plenamente desenvolvidas. A socialização da produção deveria, assim, ter alcançado um patamar tão elevado que a contradição com a apropriação privada se tornasse insuportável para o tecido social. Quando eles pensavam no processo revolucionário que começava a desenvolver-se nas colônias e países atrasados do ponto de vista capitalista, eles pensavam na consumação da revolução burguesa, do desenvolvimento do capitalismo e instauração das reformas que denominavam democrático-burguesas, que deviam abrir campo para o enfrentamento sem disfarces entre a burguesia e os trabalhadores.

Não é culpa deles que a História tenha colocado diante dos revolucionários de diversos países atrasados a possibilidade dos trabalhadores e socialistas alcançarem o poder. Abriu-se para estes a perspectiva de empreender o caminho socialista, mesmo que as condições materiais para isso não estivessem dadas.

Essa situação imprevista indicava um processo de transição muito mais complexo e difícil. Apontava a necessidade de amadurecer e desenvolver mecanismos de mercado que o capitalismo não chegara a implantar e, ao mesmo tempo, estimular e desenvolver prioritariamente os novos mecanismos socialistas. Tratava-se de um processo completamente diferente da transição dos países capitalistas avançados.

Acontece que, ao tornar-se uma poderosa força mobilizadora, não só contra o capitalismo, mas contra todas as formas anteriores de exploração e opressão, o socialismo marxista acabou transformando-se numa doutrina que parecia depender exclusivamente da vontade humana, do voluntarismo próprio dos dominados. Dessa forma, as proposições teóricas de Marx – que se referiam a formações sociais socialistas, decorrentes da transformação de sistemas capitalistas maduros – tornaram-se proposições que pareciam absolutamente válidas para qualquer sociedade que entrasse num processo de transição não-capitalista.

Em sentido inverso, grande parte dos países em transição, mesmo aqueles que nem de longe adotavam uma via socialista explícita – como é o caso da Argélia, Síria e Birmânia –, foram tomados como socialistas. Com isso, o socialismo e o marxismo se enredaram em grandes complicações, independentemente do desejo

de seus principais formuladores.

Tais complicações exigem não só a reelaboração de muitas teses socialistas, como também um resgate sério e criterioso das teses marxistas, tão dilapidadas e retorcidas por aqueles que se julgavam os guardiões do templo. A experiência do socialismo e do marxismo nos últimos cem anos, pelo menos, tem mostrado que esse tem sido o caminho histórico de superação de suas crises.

O meu medo é que esses guardiões, quando for superada a atual crise, a maior de sua história, e quando o socialismo e o marxismo voltarem a aparecer como bandeiras dos povos, queiram, de novo, ocupar o lugar de defensores radicais da doutrina. A tragédia e a comédia fazem parte da vida humana. Mas a farsa é dose para aguentar, mesmo para o fantasma do velho Karl.

O CAMINHO DAS PEDRAS

Como na época de Marx, embora nos encontremos num estágio muito mais avançado de desenvolvimento e globalização da economia, os rumos do socialismo dependem do capitalismo esgotar as condições de seu crescimento ampliado. As sociedades socialistas que conseguirem manter-se à tona após a passagem do atual furacão, seguirão enfrentando o cerco e a pressão do capitalismo dominante na maior parte do mundo, o que funcionará como limitador do pleno florescimento de suas possibilidades de desenvolvimento econômico, político e democrático.

De qualquer modo, tanto para elas quanto para os partidos e organizações que enxergam no socialismo a possibilidade de superação das desigualdades e da opressão, o atual estágio da humanidade coloca problemas comuns que deverão ser enfrentados e resolvidos. O caminho das pedras para transformar as sociedades capitalistas, fazendo-as ingressar num processo de construção socialista, continua encoberto por águas escuras e cheias de perigo.

Talvez a primeira idéia a incorporar de modo firme e consistente nas estratégias socialistas seja de que, apesar de todas as promessas do capitalismo liberal, nem este nem as sociedades socialistas despóticas representam saídas para superar a exploração, a miséria e a opressão. Assim, no horizonte dos povos, mesmo daqueles que hoje estão saindo do socialismo despótico e ingressando na economia capitalista de mercado ou numa indefinida sociedade socialista de mercado, mais cedo ou mais tarde, se recolocará o horizonte do socialismo.

Esse socialismo de novo tipo não pode, porém, ser somente a utopia, a idéia socialista ou comunista da liberdade e da igualdade. Precisa ser o socialismo visto

como um longo processo de transição, do capitalismo para uma sociedade de tipo superior, onde estejam construídas as condições para a inexistência de qualquer exploração, opressão ou desigualdade, a não ser a desigualdade própria do desenvolvimento biológico do ser humano, com necessidades desiguais que devem ser plenamente satisfeitas.

Esse socialismo de novo tipo precisa partir da herança real, econômica, social e política deixada pelo capitalismo. A nova sociedade deve superar as contradições dessa herança através de tentativas e erros que objetivem equilíbrios econômicos, sociais e políticos de níveis sucessivamente mais altos. Isso significa, falando cruamente, que o socialismo é um processo de duração indefinida no qual devem conviver e lutar, por longo tempo, sob tensões mais ou menos agudas e atritos permanentes, os mecanismos capitalistas de mercado e os mecanismos socialistas de planificação; a distribuição social desigual determinada pelo mercado e a redistribuição mais proporcional da renda determinada por instrumentos políticos e administrativos; a realização dos serviços sociais por entidades de tipo capitalista e por entidades de tipo público ou socialista; a democracia representativa típica da democracia capitalista e a democracia de novas instituições populares que, concomitantemente, ampliam a representação e a tornam permeável a participação dos diversos setores sociais.

Em outras palavras, deve-se considerar a transição socialista como um longo processo de luta entre os caminhos capitalista e socialista, em que a dualidade passa a existir em todas as esferas de vida da sociedade. Na economia, dualidade nas formas de propriedade, de gestão e nas categorias econômicas. O que significa, na prática, a existência de múltiplas formas concorrendo entre si, a gestão planificada combinando-se e ao mesmo tempo opondo-se aos desequilíbrios do mercado. Preços, salários, lucros, valor e outras categorias desdobrando-se entre aquelas determinadas pelo mercado e aquelas que sofrem a interferência política e administrativa dos homens para evitar as tensões e polarizações sociais. As classes, resultantes da divisão social do trabalho, existindo e lutando entre si pela propriedade, pela distribuição da renda, pelo poder.

Enquanto a divisão técnica do trabalho não houver sido superada pelo desenvolvimento científico e tecnológico e o mercado não houver sido superado pela capacidade produtiva de atender as necessidades plenas da sociedade, a divisão social continuará presente. Gerará desigualdades e enriquecimento desigual. O mercado tenderá a impor sua lei do valor na distribuição. O planejamento socialista, por sua vez, tentará realizar uma distribuição acrescentando à retribuição

pelo trabalho novos índices que contemplem a produtividade social global e a reciclagem profissional, técnica, científica e cultural do homem, para colocar-se à altura de uma nova civilização.

A dualidade geral se refletirá também no Estado, mesmo que uma revolução possibilite reformas de maior profundidade em sua estrutura. O Estado, mesmo hegemonizado pelos trabalhadores, continuará durante largo tempo sendo uma arena de disputa entre as classes, particularmente se o pluralismo político for mantido, se os mecanismos de múltipla representação forem consolidados e se foram estabelecidos novos instrumentos de consulta, através dos quais a sociedade civil possa exercer uma pressão mais eficaz sobre o Estado e a sociedade política, controlando-os e influenciando-os.

A disputa política entre capitalismo e socialismo deve centrar-se na disputa pela ampliação da representação eleitoral, pelo papel que os mecanismos de consulta devem exercer e pelo grau maior ou menor de participação da sociedade civil, majoritariamente trabalhadora, nos processos políticos. Quanto mais profunda for a democratização de todas as esferas da sociedade, mais tenderão a consolidar-se os aspectos socialistas desta mesma sociedade.

Aqui há, porém, problemas estratégicos que a tradição socialista mais contemporânea não conseguiu resolver. É até fácil que os socialistas da atualidade, libertando-se das ilusões criadas no Leste Europeu, compreendam a necessidade de empregar múltiplas formas de propriedade e de gestão na economia socialista, assim como a combinação do planejamento com os mecanismos de mercado, agindo conscientemente a favor do primeiro. Entretanto, é muito mais difícil compreender que, após serem forçados pela violência do capitalismo a dirigir a contra-violência popular, assumindo o poder por ação revolucionária, não exerçam a ditadura sobre a burguesia, ao contrário, deixando-a reorganizar-se logo depois para realizar ações de oposição ao novo governo.

É preciso tratar claramente dessa questão porque há uma tendência generalizada a considerar que a perseverança na democracia significa para os socialistas o abandono de qualquer possibilidade de responder com violência à violência do capitalismo. Quem garante que o capitalismo vai se manter estritamente dentro do processo institucional, desmentindo toda sua história passada? Nesse caso, não se trata só da possibilidade de que os socialistas sejam esmagados, por terem ilusões, do mesmo modo que grandes parcelas dos judeus durante as repressões nazistas da Segunda Guerra Mundial. Trata-se de que os socialistas serão abando-

nados pelas grandes massas trabalhadoras, que descobrirão neles somente vacilação e capitulação, e procurarão outras lideranças.

Assim, embora a política de perseverar na luta pelas reformas e pela ampliação da democracia nos quadros institucionais seja correta, constituindo um poderoso instrumento de educação popular, não se deve descartar a hipótese da burguesia romper com esse processo e impor sua própria lei da selva para manter-se no poder e conservar seus privilégios.

Nessas condições, deixar-se esmagar sob o pretexto infantil de que a violência revolucionária só gera ditadura é o mesmo acreditar que a não-violência de Gandhi seria capaz de resultar numa sociedade mais justa. A história da Índia mostra que esse caminho tem representado um custo social muito mais doloroso do que tantas experiências violentas.

O mal dos antigos revolucionários foi supor que era possível abandonar a luta pelas reformas e pela ampliação da democracia nos quadros institucionais, porque o capitalismo inevitavelmente iria recorrer à violência para esmagar a ascensão dos trabalhadores ao poder. Com isso, não só jogaram fora um importante instrumento de educação revolucionária, como deixaram que a burguesia se apoderasse da bandeira da democracia e da luta institucional, criando um falso antagonismo entre democracia e violência popular.

Entretanto, a experiência dos últimos cem anos não nos permite mais ficar limitados a esse ponto. Trata-se, agora, não só de considerar a possibilidade de empregar a violência revolucionária como resposta à violência capitalista, mas também de, assumido o poder e resolvida a contradição mais aguda com as antigas classes dominantes, adotar mecanismos de democracia mais amplos que os vigentes anteriormente. Em outras palavras, trata-se de permitir o pluralismo político não só entre as camadas anteriormente dominadas, mas também para a própria burguesia e outros setores dominantes que empregaram a violência na tentativa de impedir que os trabalhadores e o povo alcançassem o poder.

A democracia passa a ser, assim, o aspecto principal e determinante da política socialista, ficando a ditadura restrita aos momentos de crise em que os trabalhadores se vêem obrigados a responder à violência da burguesia. Esse deve ser, muito provavelmente, o caminho para evitar que o aspecto ditatorial prevaleça e que haja um processo de alienação política das grandes massas da população. Estas, participando efetivamente da política e da democracia, trabalhando pela ampliação dos direitos democráticos de cidadania e pela participação mais igua-

litária nos frutos da riqueza social, terão mais condições de testar a hipocrisia da democracia liberal burguesa. E poderão consolidar um novo tipo de democracia que efetivamente garanta a liberdade e a igualdade em todas as esferas da vida social. Será possível, então, vislumbrar a possibilidade de que a fraternidade humana se instale efetivamente sobre a Terra.

Esse processo, porém, como qualquer processo de tentativa e erro, não exclui a possibilidade de que a burguesia possa retomar a hegemonia e reconquistar o poder através dos mecanismos democráticos proporcionados pelo socialismo. Numa certa medida, foi isso que ocorreu na Nicarágua e em grande parte dos antigos países socialistas. Pode-se argumentar que isso ocorreu em virtude dos erros, defeitos, barbaridades, crimes etc. vividos por esses países, levando os socialistas ao desgaste e à derrota. Entretanto, seria ingenuidade supor que os socialistas, depois dessas experiências, não mais cometerão erros políticos ou que os liberais burgueses, apoiados em sua vasta experiência e no capitalismo internacional, sejam incapazes de disputar vitoriosamente a hegemonia e o poder.

Se isso for verdadeiro, coloca-se para os socialistas a possibilidade de ter que passar por todo o processo precedente. Se agora os socialistas se dispõem ao rodízio do poder, é muito difícil supor que o capitalismo se disponha a isso. Até hoje ele só tem admitido o rodízio entre partidos que não se propõem a transformar o capitalismo num novo sistema econômico e social. Só as lutas futuras poderão dizer se vão abdicar do uso da violência quando os trabalhadores criarem as condições de alcançar o poder.

Nessas condições, a construção dos fatores socialistas na economia também se tornará muito mais complexa, prevendo-se um longo processo de fluxos e refluxos na socialização da propriedade, da gestão econômica, da distribuição e assim por diante. As forças produtivas, em especial a revolução tecnológica, devem continuar desempenhando um papel objetivo primordial, mas a socialização das relações de produção, que dependem em grande medida da ação humana consciente, deverão influir poderosamente para consolidar aquele papel.

O mercado mundial capitalista deverá continuar exercendo uma influência poderosa sobre o processo de desenvolvimento nacional, para retardá-lo ou subordiná-lo a seus padrões de crescimento e consumo. Em tais condições, deverão alternar-se períodos de desenvolvimento quase autárquico, com períodos de integração na divisão internacional do trabalho, tendo em conta as tendências de crescimento ou de crise do mercado capitalista. Esses padrões de crescimento e

consumo do capitalismo só conseguirão ser superados quando a universalização das forças produtivas for uma realidade na maior parte do mundo e o socialismo estiver consolidado num conjunto de países avançados.

Ate lá, os problemas do crescimento desigual, do consumismo de supérfluos, do desperdício e da eficiência econômica artificial, típicos do capitalismo, se refletirão sobre os países que empreendem o caminho socialista. Seria extremamente enganoso, como mostrou a experiência dos países da Europa Oriental, tentar resolver tais problemas por meios estritamente políticos e administrativos. A indução ao consumo, por exemplo, é tão forte, que todos os povos que ingressarem pelo caminho socialista deverão passar por um processo mais ou menos longo de experimentação até que, elevados a um novo patamar cultural, científico e tecnológico, se tornem aptos para processar soberanamente suas reais necessidades materiais e culturais e as imponham ao processo produtivo. Talvez seja isso o que Marx chamava de reino da liberdade.

O caminho das pedras é, assim, um caminho longo e tortuoso. Um caminho sem utopias imediatas, mas cimentado pela esperança em alcançar um mundo livre das desigualdades e injustiças que marcaram toda a história humana escrita. Talvez por isso, seja tão necessário sonhar com essa nova sociedade, mesmo enfrentando a dura realidade da transição. Muitos socialistas tentaram sonhar o presente e viver o futuro.

Não deu certo. Talvez seja mais adequado viver o presente e sonhar o futuro. Mas isso já é assunto para o próximo texto.

Posfácio¹

A tentativa de golpe na União Soviética, a resistência popular, as medidas agora em curso, a transformação de Boris Ieltsin no novo homem forte, o aceleração da independência das repúblicas que constituíam a União – tudo isso nos leva a pensar no passado e no futuro do primeiro país que tentou construir uma sociedade socialista.

Qualquer que seja a avaliação sobre o período anterior, particularmente o período de Stálin, não há dúvida de que a União Soviética começou a enfrentar problemas graves a partir da década de 50, que tornavam mais agudos a ausência de democracia e o peso da burocracia. A necessidade de introduzir reformas tornou-se indispensável.

Qualquer tipo de reforma, em qualquer sociedade, gera conflitos. Elas atingem interesses e os prejudicados resistem. Com as reformas de Gorbachev, (*perestroika* ou reestruturação e *glasnost* ou transparência), foram inicialmente atingidos os interesses da burocracia, ligada ao controle partidário e ao complexo industrial-militar. Com o correr do tempo, porém, as coisas se complicaram. Depois de seis anos, a *perestroika* perdeu o rumo, colocando no rol dos prejudicados parcelas significativas dos trabalhadores e da população em geral. O desemprego, o aumento dos preços, a escassez de produtos, a desorganização do sistema produtivo alastraram o descontentamento contra Gorbachev e criaram as condições para que os conservadores apelassem para o golpe e para a restauração de seus privilégios.

Os golpistas, porém, não tinham futuro. Não porque tenham cometido erros grosseiros na realização do movimento. Eles não possuíam base social nem na população nem na própria burocracia civil e militar. Não esqueçamos que Gorbachev, Ieltsin e todos os demais reformistas são provenientes dessa mesma burocracia.

1 Este texto foi publicado na *Tribuna Metalúrgica*, jornal do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, de 28/08/91.

Por outro lado, os trabalhadores e a população soviética ainda acreditam que suas dificuldades nada têm a ver com a introdução de mecanismos de mercado. Culpam exclusivamente o sistema burocrático por todos seus problemas. O fracasso do golpe tem o mérito de derrotar a burocracia conservadora e liquidar com seu sistema. Abre campo, assim, para a implantação plena dos mecanismos capitalistas de mercado e para a transformação da URSS num conglomerado de repúblicas divididas.

Com isso, os trabalhadores vão poder verificar que muitos dos seus problemas atuais já são o fruto amargo do capitalismo e do nacionalismo. E vão conhecer a democracia que impera no mercado. Boris Ieltsin e Gorbachev baixando decretos, liquidando o PC, fechando jornais e perseguindo os comunistas e socialistas dão indícios seguros de que sua defesa da democracia não passa de expediente tático para impor seus próprios interesses.

A derrota dos golpistas foi, assim, ótima para os socialistas. Agora, começa verdadeiramente o confronto entre os caminhos capitalista e socialista, livres das forças burocráticas que atrapalhavam que se visse o que realmente está em jogo.



A ILUSÃO DOS INOCENTES

Advertência

Este texto é dedicado, principalmente, às pessoas que não tiveram formação acadêmica ou mesmo universitária. Por isso, para facilitar sua leitura, evitamos ao máximo utilizar termos técnicos pouco conhecidos, embora nem sempre isso tenha sido possível. Também usamos a transcrição livre de trechos de obras de outros autores, com os quais concordamos ou polemizamos, de modo a torná-los mais compreensíveis aos leitores. As obras, revistas ou jornais dos quais as citações foram retiradas encontram-se numa bibliografia no final do livro.

I Relembrando os motivos

Foi no terceiro trimestre de 1990 que percorri, durante três meses, os antigos países socialistas do Leste Europeu. Era um tempo confuso, de mudanças que se sucediam com muita rapidez. Os governos comunistas e/ou socialistas da Polônia, Tchecoslováquia, Hungria, Bulgária, Romênia e Alemanha Oriental haviam ruído sob a pressão de grandes movimentos populares e do olhar complacente ou do empurrão solidário das principais lideranças soviéticas. O Muro de Berlim, que simbolizava mais do que qualquer outra coisa a divisão entre os dois sistemas sociais e políticos, fora derrubado e abriu as comportas para a reunificação alemã e a integração da parte oriental ao conjunto da Europa e do Ocidente.

A Iugoslávia e a Albânia, que em passado ainda recente viviam às turras em virtude das estreitas relações da primeira com os países ocidentais, pareciam agüentar o tranco. Entretanto, eram evidentes os sinais, muito vivos, de que a situação iria deteriorar-se e que esses países poderiam explodir em convulsões ainda mais graves. A União Soviética, por seu turno, continuava alardeando as vantagens da *glasnost* e da *perestroika*. E Gorbachev parecia acreditar, piamente, que elas contribuíram para a reforma e o reforçamento do socialismo. Mas aí também os indícios da desorganização econômica e social e da fermentação política eram muito fortes para ser ignorados.

O furacão que desestabilizara as sociedades da Europa Central e Oriental não arrefecera seu ímpeto. Tudo indicava que deveria estender-se pelos Bálcãs e pelo mais antigo país socialista. Mas não era só nessa parte do mundo que ele causava estragos de toda ordem. Comunistas, socialistas e anticapitalistas dos mais diferentes e longínquos países do mundo sentiam-se perplexos e sem condições de explicar coerentemente os acontecimentos do Leste Europeu. Já normalmente atomizado, o movimento socialista dispersou-se ainda mais nas tentativas, as mais disparatadas, de avaliar as causas e as conseqüências do desmoronamento do sistema soviético.

Por toda parte, assistia-se a um furor inusitado no descarte de Marx e do marxismo, na adoção da modernidade capitalista como a posição mais radical e inovadora e na inflexão para o neoliberalismo como o politicamente mais correto. Não foram somente os povos do Leste Europeu que acreditavam no milagre do mercado e passaram a viver a ilusão de uma rápida evolução de suas condições de vida para os padrões ocidentais, como se ocidentais fossem unicamente os altos padrões de consumo dos países ricos. Muitos socialistas sucumbiram à ilusão dos inocentes e também passaram a acreditar na suposta nova ordem mundial capitalista de paz, prosperidade e democracia.

Alguns, por outro lado, acreditavam haver enxergado a mão imperialista nos acontecimentos e ainda nutriam a esperança de uma recuperação a partir da própria União Soviética. Outros, mais realistas, voltavam-se para a social-democracia como a tábua de salvação das conquistas sociais, reais ou fictícias, do antigo regime. A maioria, entre perplexa e desorientada, perguntava-se o que realmente acontecera. Já não havia mais certeza de que o socialismo fora algo de bom ocorrido na história humana. Que tivesse futuro, nem falar.

Foi nesse contexto e sob o impacto de observações *in loco*, que foram escritos e publicados, ainda em 1991, *Rasgando a cortina* e *A miragem do mercado*. *Rasgando a cortina* combina reportagem de viagem com uma breve análise do socialismo naqueles países, das causas de seu fracasso e das ilusões que o mercado capitalista fizera florescer entre suas populações. Descarta a idéia de que tais países não teriam sido socialistas, entre outras razões, por considerá-la uma fuga ao enfrentamento do problema. Também não aceita a tese da conspiração imperialista. Mesmo acreditando que o imperialismo sempre conspirou para derrubar o socialismo, defende um ponto de vista mais plausível. O que fracassou naqueles países foi um tipo específico de socialismo, o tipo soviético, por sua incapacidade de reformar-se e superar as contradições que gerou em seu processo de construção.

Por isso mesmo, não aceita que a vitória saboreada pelo capitalismo seja uma vitória definitiva. O sistema de produção-para-lucro, como chama Carson, não é capaz de proporcionar prosperidade, paz e democracia a toda a humanidade. Em sua expansão cíclica, o capital coloca os seres humanos, cada vez mais, diante da necessidade de optar entre a destruição, a barbárie e o socialismo.

A miragem do mercado, escrito antes da desagregação da União Soviética, procura desenvolver mais extensamente essas idéias. Não aceita fantasias em torno da possibilidade de reverter a situação nos antigos regimes socialistas de tipo soviético.

Recoloca em evidência a férrea lógica do capital, que não pode deixar dúvidas sobre o que se deve esperar de seu domínio. As mudanças que continuavam a ocorrer na Europa oriental reforçavam as tendências ao mercado capitalista, à desagregação nacional, à ampliação da miséria e ao ressurgimento da luta de classes. Ao derrubar o tipo soviético de socialismo, o capital deveria marcar os anos vindouros pelo agravamento de suas próprias contradições internas e pelo renascimento de novas variantes de socialismo.

A ironia da história é que o próprio capital, sempre às voltas com suas tentativas de sufocar a luta de classes e matar o socialismo, exala o socialismo por todos os poros.

Por isso mesmo, o último capítulo de *A miragem do mercado* trata da recuperação da esperança, da possibilidade de que o futuro venha a pertencer ao socialismo. O que não se esperava é que muitas das tendências apontadas nesse texto e no anterior, que na época pareciam barcos navegando contra a corrente, se confirmassem de forma tão precisa e tão veloz, contradizendo a maioria das análises que vislumbravam um novo e eterno nível de desenvolvimento capitalista.

As dificuldades na anexação da Alemanha Oriental; a divisão da Tchecoslováquia em dois estados independentes; a desagregação e extinção da União Soviética; a transformação da Albânia; a guerra fratricida entre as etnias da antiga Iugoslávia, Rússia, Armênia, Azerbaijão, Geórgia, Tajiquistão e em outras regiões dessa parte do mundo; a expansão do desemprego e da miséria de massa, em contraste com a acumulação selvagem da nova riqueza capitalista em todos os países do antigo socialismo europeu; a permanente instabilidade política e a substituição da participação popular, que marcara a derrubada dos regimes socialistas por novos tipos de autoritarismo liberal; tudo isso tornou incertas e sombrias as tão ansiadas paz, prosperidade e democracia que a implantação do mercado capitalista prometera. Não menos veloz foi a extensão da crise do socialismo europeu oriental ao capitalismo ocidental e japonês. O que parecia uma crise estrutural exclusiva do socialismo transformou-se, muito rapidamente, numa crise geral do sistema capitalista mundial. Os ventos recessivos, que há muito sopravam da periferia do sistema, atingiram os países centrais, levantando as fuligens acumuladas pelo alastramento da miséria de massa. A xenofobia e as rivalidades étnicas e religiosas passaram a manchar as vitrines coloridas com as quais os bolsões de riqueza do mundo atraem os povos para as delícias do capital.

É natural, assim, que este novo texto comece lembrando as ilusões suscita-

das pelo capitalismo com a derrocada do socialismo soviético. Elas impregnaram os inocentes não só dos antigos países socialistas, como também da maioria dos países do mundo. Os arautos do capital prometeram o melhor dos mundos para os povos libertos do comunismo. E também para seus próprios povos, supostamente libertos do medo do comunismo. Nas mais diferentes regiões do planeta, conseguiram ressuscitar Pangloss, famoso personagem de Voltaire criado para ridicularizar o sistema feudal e para quem tudo estava sempre bem, no melhor dos mundos.

Foi um tempo em que pulularam panglossianos de todos os matizes liberais e socialistas. Estes, arrependidos de haver tentado o assalto aos céus, procuraram adaptar-se à moda predominante e apagar a linha de distinção entre capitalismo e socialismo. Aqueles, explorando ao máximo as oportunidades abertas pela derrocada do socialismo na Europa Central e Oriental. Esforçaram-se para tornar verdades absolutas suas promessas de paz na Terra, superioridade da democracia liberal e das virtudes do capital, fim das guerras e da luta de classes e eternidade capitalista. Esse mundo panglossiano não é, porém, o mundo real. É verdade que os novos panglosses aparentam boa dose de razão quando falam entusiasmados da expansão capitalista. Esta foi capaz de criar um novo mercado mundial, novos padrões de produtividade e um novo estágio da concorrência, sob os auspícios da terceira revolução tecnológica conhecida pela humanidade. Criou sociedades de bem-estar (*welfare states*) e uma vasta produção global capaz de atender às necessidades alimentares e de conforto de toda a humanidade. E fez florescer e disseminar a democracia, em que todos são iguais perante as leis e têm as mesmas oportunidades, pelo menos formalmente.

Contraditoriamente, esse é também o mundo que transformou continentes inteiros em repositórios de refugos e de estoques de força de trabalho desempregada ou subempregada, vivendo na miséria mais deprimente, uma verdadeira chaga pestilenta. É o mundo que assiste à impiedosa disseminação dessa chaga pelos antigos países do socialismo europeu e pelos próprios países ricos. A mancha da pauperização absoluta, que parecia fadada a ser enterrada com o socialismo e o marxismo que a previu, volta a assustar os ideólogos do capital porque não mais consegue ficar restrita aos países e regiões relegados ao atraso.

Tão assustadora quanto o alastramento da miséria de massa parece ser a aceleração de algumas tendências desse mundo, que poderíamos chamar de tendências longas. Certamente, algumas apontam para condições reputadas como favo-

ráveis aos povos do planeta, dando razão a Pangloss, multipolaridade econômica e política; continuidade da revolução tecnológica e elevação da produtividade; ampliação das demandas democráticas e do pluralismo político; despertar da atenção ecológica. Outras, porém, apontam para a destruição e a barbárie: hegemonia militar dos Estados Unidos; expansão do desemprego tecnológico ou estrutural e correspondente morte do trabalho; intensificação da guerra comercial, formação de blocos regionais e aumento do protecionismo; concentração das riquezas, terras e capitais nas mãos de estratos cada vez mais reduzidos da população mundial; disseminação dos conflitos de baixa intensidade; novas ameaças à democracia e ressurgimento de diferentes formas de autoritarismo; persistência das ameaças de desastres ecológicos.

Esse mundo capitalista real e contraditório, carregado de antagonismos, é a origem das desgraças da humanidade desde que se firmou como sistema dominante.

Mas é, também, a origem de muitos de seus benefícios e de seus sonhos e utopias em construir um mundo melhor. Aliás, a humanidade teima em sonhar um mundo livre e justo desde os primórdios de sua civilização. Nas mitologias egípcia, chinesa e grega da Antigüidade, o sonho de libertar-se do domínio das forças da natureza levou os homens a sofrimentos de toda ordem. Durante o Império Romano, escravos, cristãos e povos bárbaros insurgiram-se na busca da liberdade, adotando um sistema comunitário que já se tornara irremediavelmente parte do passado. O máximo que conseguiram foi evoluir da opressão escravista para a não menos opressiva proteção feudal.

Os oprimidos do feudalismo, na sua vez, depois de muitos levantes, acreditaram na igualdade, fraternidade e liberdade que a burguesia lhes ofereceu. Deram-lhe suporte para destruir o antigo regime e implantar o capitalismo, em que todos teriam as mesmas condições para vencer na vida. Resvalaram, porém, num novo tipo de opressão e sofrimento. Mais uma vez, como se estivessem eternamente à busca do Santo Graal da liberdade e da justiça, foram levados a novos sonhos e a novas utopias, comunistas e socialistas.

Recuperamos essas manifestações dos sonhos dos justos, provocadas pelas contradições do mundo real. Quisemos mostrar não só sua constante aproximação da justiça e da liberdade almejadas, mas também desmistificar a idéia de que tais sonhos e utopias seriam uma invenção de Marx e Engels.

O que nos obrigou a reavaliar as críticas de Marx, tanto ao sistema capi-

talista quanto a diversas utopias de sua época. Marx foi o primeiro pensador a afirmar que a transformação de um tipo de sociedade em outra era fruto do desenvolvimento das contradições dessa sociedade e não das utopias dos homens, por mais justas e libertárias que estas fossem. Para demonstrar essa teoria, usou-a como método para estudar o capitalismo no país em que mais se desenvolvera a Inglaterra. E concluiu que esse sistema econômico e social gerava contradições próprias que deveriam transformá-lo, ao amadurecerem, numa sociedade de novo tipo. Chamou-a socialismo (fase inicial) e comunismo (fase superior), talvez em homenagem aos utópicos que criticara.

Apesar de sua aversão às utopias, Marx não chegou a se livrar completamente delas. Enxergou as contradições do capitalismo desenvolvido na Inglaterra, França e Alemanha muito antes que elas tivessem realmente ocorrido. Como consequência, supôs prematuramente que estavam dadas as condições para a revolução social. E não deu a importância devida à ação do Estado burguês para minorar as crises cíclicas do capitalismo. Nem à possibilidade de ocorrerem revoluções anti-capitalistas em países onde as forças produtivas e as relações capitalistas ainda se encontravam atrasadas.

Marx é também acusado de outras utopias, como a de haver sonhado com a abundância. Com base na tendência de desenvolvimento das forças produtivas sociais, ele previu uma era de tão alta produtividade que seria possível um tempo mínimo de trabalho necessário e a satisfação de todas as necessidades materiais e culturais de cada elemento singular da sociedade. Estariam dadas, aí, as condições para a emergência de um novo homem, profissional e culturalmente polivalente.

A dura realidade do socialismo implantado em diversas partes do mundo teria desmentido não só tais utopias como também todas as contribuições de Marx no campo da economia, da filosofia e da política. Os liberais (mas não só eles) simplesmente relegaram Marx ao monturo da história. Estariam mortos ele e sua doutrina, e ponto final. Diante dessa pretensa e até mesmo possível verdade, os socialistas são compelidos a rever toda a elaboração teórica marxista. Precisam repassá-la no teste da comprovação, verificando suas potencialidades na análise das experiências concretas de setenta anos de construção da nova sociedade.

Hobsbawn tem razão quando diz que, pela primeira vez, os socialistas se vêem obrigados a pensar sobre o socialismo. Afinal, o desenvolvimento desigual do capitalismo colocou para o movimento socialista dos países avançados mudanças na forma do Estado e nos padrões de exploração dos trabalhadores não previs-

tas na análise feita por Marx. Diante das concessões da burguesia, da diminuição da miséria de massa e do aumento do poder social dos trabalhadores, os socialistas desses países foram tentados a empreender um longo caminho de reformas, até mesmo na esperança de que, nesse processo, seria possível civilizar e humanizar o capitalismo.

Por outro lado, esse mesmo desenvolvimento desigual apresentou para os trabalhadores de muitos países atrasados um problema novo e inusitado, igualmente não previsto por Marx. As burguesias desses países mostraram-se incapazes de realizar ou completar sua própria revolução. Os socialistas foram, assim, tentados a dirigir e realizar uma revolução política, cujas bases econômicas e sociais ainda se encontravam circunscritas ao âmbito do capital. Condições políticas específicas introduziram nessa revolução um forte componente anticapitalista, que a empurrava rumo ao socialismo.

Isso fez as experiências socialistas que conhecemos se transformarem, ao contrário do que Marx pensara, num período de tentativas de passagem de sociedades capitalistas atrasadas, e não desenvolvidas, a um novo tipo de sociedade, pós-capitalista.

Essa rasteira da história trincou o socialismo em duas grandes tendências principais, embora cada uma delas tenha comportado inúmeras e variadas tendências secundárias. A primeira delas, a social-democracia, procurou responder às contradições concretas das sociedades capitalistas desenvolvidas, que haviam atingido a fase do capital financeiro e do imperialismo e se beneficiavam de uma expansão sem precedentes. A segunda, que chamo de socialista revolucionária, embora consciente de que essa conceituação pode gerar polêmica, foi predominante nos países capitalistas mais atrasados, nas colônias e semi-colônias. Em geral, mesmo seguindo caminhos diferenciados de país para país, procurou responder às aspirações de modernização de seus países, que sofriam as agruras da espoliação imperialista, às vezes combinada com um desenvolvimento capitalista selvagem.

Ambas enfrentavam contradições que não podiam ser previstas e ambas sofreram, e sofrem ainda hoje, adversidades que parecem intransponíveis. Que lições os socialistas podem extrair dessas experiências? A análise de Marx sobre o sistema capitalista continua válida? Ou o capitalismo terá triunfado definitivamente, como proclamam os liberais? Procuro dar algumas respostas a essas questões. Em primeiro lugar, volto a falar, de outra forma, das tendências principais do mundo real em que vivemos, das quais destaco a barbarização que vai predo-

minando na maioria das sociedades existentes. Mas sou obrigado a destacar, da mesma forma, no meio dessas tendências e sofrendo sua influência, alguns fenômenos que parecem fugir das regras. Os pequenos Tigres Asiáticos, que tiveram um desenvolvimento capitalista acelerado na última década, diferenciam-se em vários aspectos do modelo capitalista ocidental e ainda não perderam todo o impulso. Por outro lado, apesar de toda a morte anunciada do socialismo, sobram países que teimam em ser chamados socialistas. A China segue um longo curso de reformas e desenvolvimento desde 1978. O Vietnã ingressou num caminho idêntico pelo menos desde 1986. Cuba e Coréia do Norte realizam movimentos de adaptação ao momento e as previsões de desmoronamento imediato de seus regimes têm sido paulatinamente adiadas. Embora muita gente boa duvide da natureza socialista desses regimes e, como no caso da China, afirme que lá exista um sistema capitalista ditatorial sob um invólucro socialista, seria no mínimo anticientífico deixar de examiná-los mais atentamente. Pelo menos, deve-se tentar responder por que as reformas empreendidas por esses países não desembocaram no mesmo desastre social e político da *perestroika* soviética.

Penso que todas essas experiências, tanto as que sucumbiram quanto as que sobram, podem ser úteis para o futuro da luta socialista. Mesmo porque as ilusões sobre a eternidade do capitalismo são fugazes. Seus limites são cada vez mais visíveis, aproximando-se perigosamente das hipóteses de Marx. O que tem levado alguns pensadores marxistas a supor que o capitalismo seja incapaz de algum novo tipo de expansão. Isso colocaria a humanidade definitivamente diante da necessidade de optar entre a destruição ou o comunismo.

Ao contrário dessa hipótese, procuro trabalhar a possibilidade de desenvolvimentos intermediários ou transições que completem as chamadas tarefas da revolução burguesa e incorporem elementos socialistas ao novo processo de modernização. Mesmo no atual estágio alcançado pelo capitalismo, não acredito que a humanidade seja incapaz de livrar-se da opção de tudo ou nada. Penso, ao contrário, que as contradições do capitalismo em escala mundial abrem campo para o surgimento de novas variantes de socialismo, tanto nos países desenvolvidos quanto nos demais.

Se essa hipótese for verdadeira, os socialistas terão de retomar toda a antiga discussão sobre a relação da revolução política com a revolução econômica, sobre a violência e as rupturas, sobre a relação entre reformas e revolução, sobre as possibilidades da democracia política e sobre as unhas da transição possível, agora le-

vando em conta todo o acervo de experiências históricas acumuladas nos últimos cem anos ou mais. O socialismo apresenta-se cada vez mais como um processo em que continuidade e rupturas estão entrelaçadas de forma complexa, sofrendo o peso fundamental das realidades nacionais em que ocorrem, apesar de todo o avanço da internacionalização ou globalização capitalista.

As vias para romper com o domínio do capital e ingressar nessa sociedade de transição terão de ser examinadas abertamente. No passado, foram tentados tanto o caminho revolucionário quanto o caminho pacífico-institucional. Alega-se hoje que somente o caminho pacífico-institucional teria validade. Além das mudanças ocorridas no Estado, abrindo campo para reformas progressivas na sociedade, a violência, revolucionária ou não, teria demonstrado uma vocação inevitável para a ditadura e o autoritarismo. Qualquer que seja a possibilidade mais viável dessas hipóteses, não se pode ignorar que a reestruturação do Estado e da propriedade, indispensável para ingressar em qualquer processo de transição socialista, gera tensões que nenhuma transformação social, reformista ou não, deve deixar de prevenir.

Nessas condições, todas as possíveis variantes de socialismo, como demonstraram suas tentativas de reforma, fracassadas ou que tiveram sucesso, muito provavelmente terão que combinar um forte papel gestor e orientador do Estado (através do planejamento e de outros mecanismos de intervenção econômica e política) com boas doses de mercado. Isso deve significar, necessariamente, a existência de diferentes tipos de propriedade e gestão empresarial, a participação no mercado mundial, a revolucionarização permanente das forças produtivas e a elevação da produção. Uma mistura desse tipo, mesmo tendendo a aumentar a socialização das forças produtivas, deve continuar produzindo desigualdades e polarizações. E gerando, por sua vez, demandas e conflitos sociais e políticos nem sempre de fácil solução.

Nesse processo, a socialização da política deve ganhar um significado e uma importância que não experimentou em nenhuma das tentativas socialistas anteriores.

Isso não significa que basta querer para ter resolvida a dicotomia democracia-ditadura. A disputa real pela hegemonia e pelo consenso, a resistência das antigas classes dominantes, a implementação de políticas incorretas, as pressões sociais concretas, a disputa ideológica e a configuração de uma nova cultura socialista, tudo isso vai influir sobre a luta política real e permitir ou não uma democrati-

zação mais intensa da sociedade. De qualquer modo, tornou-se bastante evidente que uma das tarefas mais importantes de todos os socialistas consiste na recuperação da bandeira e do carisma democrático para seu campo.

Em linhas gerais, as diversas variantes de socialismo deverão enfrentar alguns grandes desafios que o capitalismo não resolveu, ou resolveu de forma limitada e parcial, e que as experiências socialistas só agora começam a se colocar. Em primeiro lugar, o tratamento a ser dado às desigualdades e polarizações, uma das consequências naturais da ação do mercado. Em segundo lugar, o enfrentamento da questão do desemprego estrutural, resultado igualmente natural do desenvolvimento tecnológico e científico e da elevação da produtividade do trabalho. Ele aponta para a necessidade de institucionalizar progressivamente o direito ao não-trabalho, com todas as consequências que isso deve trazer ao funcionamento da sociedade. E, em terceiro lugar, a construção de uma cultura e uma democracia que todos os membros da sociedade possam usufruir de modo ativo e participativo. Dizendo de outro modo, a linha geral da transição socialista mais provável é a da construção articulada de ampla base material de cunho social, sobre a qual possa se sustentar uma vida cultural e política apropriada pelo conjunto dos indivíduos dessa sociedade.

Desse modo, o sonho socialista continua vivo. Talvez por isso, este texto não tenha conclusões. Esforcei-me somente para abrir espaços de discussão sobre o futuro da luta socialista, a partir das experiências vividas e das tendências, cada dia mais nítidas, de desenvolvimento do capitalismo. Entre a barbárie e a destruição capitalistas, de um lado, e as tentativas de construir uma nova sociedade, socialista, menos injusta e menos desigual, de outro, ainda acho que vale a pena optar pelo socialismo. Os inocentes e justos deste nosso mundo poderão desvencilhar-se das ilusões e miragens do mercado capitalista e retomar a luta socialista, como alternativa de sobrevivência. E muito mais cedo do que se poderia esperar, como já é possível certificar em diversas partes do mundo.

II No melhor dos mundos

O desmoronamento dos regimes socialistas do Leste Europeu parece haver exercido um efeito mágico sobre o ânimo das pessoas em muitas regiões do mundo. Num passe ilusionista, fez renascer o terno e crédulo Pangloss, personagem que Voltaire tornou famoso em seu romance *Cândido*. Para Pangloss, tudo estava sempre bem no melhor dos mundos. No rastro do estrondoso fim do socialismo e da festejada morte do marxismo, multiplicaram-se panglosses e panglossianos por toda parte, de todos os matizes. Panglosses e panglossianos capitalistas, liberais, neoliberais e nem tanto. Panglosses e panglossianos socialistas, social democratas, democratas e neodemocratas. Panglosses e panglossianos do meio-termo, amarelos por dentro e rosa por fora, ou vice-versa. Todos, quase sem exceção, prevendo uma nova era, uma nova modernidade, um tempo em que afinal as coisas iriam ajustar-se e tudo passaria a fluir harmoniosamente.

Nunca mais seremos escravos! O brado de Sandor Petofi, poeta e revolucionário húngaro, de 1848, ressoou na Budapeste de 1989, durante os funerais de Imre Nagy, de uma forma ao mesmo tempo irônica e sarcástica. Nagy fora um líder comunista, assassinado pelo regime socialista, após a invasão de 1956. E, em 1990, Vaclav Havel, também poeta e escritor, transformado em presidente da Tchecoslováquia na crista das manifestações populares que derrubaram o regime, proclamou com ingênua sinceridade: “Povo, teu governo voltou a ti!”

Francis Fukuyama, um até então obscuro funcionário do Departamento de Estado dos Estados Unidos, talvez tenha se tornado o mais famoso e o mais radical da primeira leva de panglossianos capitalistas. Ele não deixou por menos: a vitória do capitalismo sobre o socialismo teria sido a vitória sem ressalvas do liberalismo econômico e político, o triunfo do Ocidente, da idéia ocidental, assinalando o fim da história como tal. Ainda segundo ele, não restando mais conflitos fundamentais dentro da sociedade, tornar-se-iam claros os contornos do “estado homogêneo

universal”, uma feliz combinação de democracia liberal na esfera política com fácil acesso a videocassetes e estéreos na economia. A democracia liberal seria a forma de organização social que apresenta reais perspectivas de convivência democrática, progresso econômico, ampliação do bem-estar e paz internacional.

Essas teses tiveram grande repercussão em todo o mundo. A mídia capitalista empenhou-se em difundir-las largamente, sob os mais diferentes pretextos. Fukuyama transformou-se num conferencista solicitado pelas mais seletas audiências do mundo rico de cada país. Mesmo assim, suas teses foram consideradas medíocres até por outros panglossianos. Elas poderiam não ser levadas a sério, colocando em risco a exploração positiva da vitória capitalista. Afinal, como explicou Ralph Dahrendorf, era preciso enunciar inequivocamente que o socialismo morrera e que nenhuma de suas variantes poderia ressuscitar. E isso deveria ser feito com argumentos convincentes.

Timothy Ash, que chegou a participar ativamente dos acontecimentos no Leste Europeu, afirmou categoricamente que o movimento operário internacional não mais existia. Para ele, entre todas as idéias bem experimentadas, cujo tempo chegara com os levantes populares daquela parte do mundo, a mais importante seria a descoberta fundamental da modernidade, a sociedade aberta, um tipo de sociedade defendida pelos liberais radicais e que, teoricamente, nada teria a ver com o capitalismo.

A euforia capitalista era de tal ordem, e a pressão dos panglosses da vida tão consistente, que um socialista como Eric Hobsbawn teve de reconhecer que o medo capitalista da instabilidade de seu sistema e por uma alternativa soviética fora reduzido consideravelmente. A diminuição da classe operária industrial, o declínio de seus movimentos e a redescoberta da autoconfiança modificaram o ânimo do capitalismo. Nessas condições, Jeffrey Sachs não se incomoda em reconhecer, ao contrário de Fukuyama, que o colapso do comunismo talvez não tenha acabado com a história. O importante seria propalar que tal colapso certamente tornou possível uma era de paz e prosperidade.

Paz, prosperidade, democracia, sociedade aberta, capitalismo virtuoso, pensamento positivo, alegria, muita alegria, no melhor dos mundos, onde tudo vai bem, esse deveria ser o marketing panglossiano da vitoriosa façanha do cavaleiro capitalista sobre o dragão comunista (ou socialista, para a propaganda tanto faz). Como diria Liberatore, o panglossiano criado por Jacob Gorender para exprimir o conjunto das idéias liberais, o capitalismo moderno dispensa guerras e conqui-

tas coloniais: o imperialismo seria um tipo de expansionismo arcaico, estranho à natureza do capital. Este, segundo Schumpeter, teria introduzido a racionalidade em todas as esferas da vida social e precisaria de ambiente de paz para o florescimento de seus negócios. Depois de tudo isso, estamos quase convencidos de que as desgraças que a história nos apresenta foram causadas pela ausência ou pelo desenvolvimento insuficiente do capital. Ainda bem que Pangloss nos garante que agora é a vitória definitiva e eterna do sistema de produção-para-lucro.

Dahrendorf assegura, no entanto, a continuidade dos conflitos sociais. Estes só podem ser administrados e dirimidos dentro das regras de jogo aceitas por trabalhadores, empresários e governo, conduzindo a soluções adequadas às sociedades abertas e não às sociedades capitalistas. As lágrimas de 1989, derramadas na Europa central e oriental, em sua maioria, teriam sido lágrimas de alegria, mas não para cair sob o sistema capitalista.

Mas, baseado em sua própria vivência dos acontecimentos dessa parte do mundo, Ash garante que a aspiração de suas populações era a constituição de uma autêntica economia capitalista de mercado. Para ele, parecia certo, no início de 90, que haveria uma nova Europa, um lugar diferente para os países outrora descritos como europeus orientais e, pelo menos, para uma Alemanha menos dividida. A Comunidade Européia, com sua autoconfiança recuperada, havia reiterado seu objetivo de constituir um único mercado até fins de 1992. Seriam corporificadas, assim, as quatro liberdades do movimento de bens, serviços, capital e pessoas.

Nada mais certo, então, como fizeram todos os panglossianos, do que proparar aos quatro cantos as necessidades recuperadoras do Leste Europeu e dos mercados novos, com centenas de milhões de pessoas. Lester Thurow garantiu que a Europa Central e Oriental estava tentando fazer uma coisa que o mundo capitalista nunca fizera – começar o jogo de mercado honestamente.

Premido por essa nova aura, o presidente Bush teria mesmo de prometer uma América mais bondosa, mais suave, como fez para que todos ouvissem. Estavam dadas, desse modo, todas as condições para o capitalismo experimentar uma nova era de expansão global, a ser acompanhada de uma crescente ampliação do mercado de trabalho e do poder social dos trabalhadores. Dahrendorf curva-se a essa perspectiva, anunciando que deveria sobrar um único mundo com pretensões sérias ao desenvolvimento e à hegemonia. O primeiro e o segundo mundos deveriam reunir-se em algo que ainda não teria nem nome nem número, mas seria simplesmente o Mundo.

Na mesma linha de raciocínio, John Naisbitt previa que o mundo, em poucos anos, se transformaria numa economia global próspera. Um mundo em que, de acordo com Ash, a cidadania e a sociedade civil seriam os faróis da nova marcha para a liberdade.

O grito por uma autêntica economia de mercado teria mobilizado a esperança das massas dos antigos países socialistas quanto a uma elevação rápida do nível de vida, plenamente possível com a colaboração e os investimentos do primeiro mundo.

Enquanto Liberatore supõe que o progresso dos países desenvolvidos se transmitiria aos países atrasados, Thurow confiava que o sistema americano seria adotado em toda parte e duraria eternamente. E, em caso de dúvida, Fukuyama aconselhava que se tomassem os Tigres Asiáticos como exemplo de que é possível alcançar a igualdade sob o capitalismo.

Isso correspondia plenamente às aspirações dos povos dos antigos países socialistas. Ash confirma que eles queriam ser cidadãos, mas também ser de classe média, no mesmo sentido que a maioria dos cidadãos da metade mais afortunada da Europa era de classe média. Gluksmann assegura que a esquerda russa, esquerda significando aqui o setor avançado da sociedade, quer o capitalismo com direitos humanos, já que fora da privatização dos circuitos comerciais não existe salvação. E Ash reitera que, em toda a Europa do Leste, brotava o mesmo modelo fundamental, ocidental e europeu: democracia parlamentar, domínio da lei, economia de mercado. Não existiria uma terceira via. Nem mesmo o socialismo de rosto humano. Era a concepção de normalidade que parecia estar conquistando triunfantemente o mundo.

Liberatore garante que o capitalismo possui elasticidade para absorver crises e para subir a patamares sempre mais elevados de bem-estar e de organização social. O intenso progresso dos países onde o capitalismo realmente funciona teria permitido que os trabalhadores alcançassem padrões de vida surpreendentes. Eles disporiam de assistência médica tão boa quanto a dos patrões e gozariam as férias nos países estrangeiros. A automação teria tornado o trabalho manual extenuante mais interessante e lucrativo.

No bojo desse triunfalismo desbragado, os países do terceiro mundo eram aconselhados a mirar-se no espelho mexicano. Também lá, o receituário neoliberal do mercado livre estaria produzindo milagres: a receita fiscal se elevava de 8,7% do PIB em 1982 para 10,6% em 1992. Com o corte de despesas e a venda de estatais

para o setor privado, os gastos públicos haviam diminuído de 44,5% para 30% no mesmo período. O déficit público fora reduzido de 16,9% para 1,9% do PIB, enquanto a inflação caíra de 131,8% em 1987 para 23,3% em 1991. E, mais importante do que tudo, o PIB crescera 2,9% em 1989 e 4,8% em 1991.

A Venezuela também seguiu o mesmo receituário de privatizações, abertura da economia e redução do déficit público, conseguindo alcançar, em 1991, um crescimento econômico de 9,8%. Como diria Ash e tantos outros panglossianos liberais: todos sabem que a economia de livre-mercado funciona, sendo capaz de resolver todos os problemas se lhe permitirem gerar um crescimento suficiente.

Diante dessa avassaladora onda triunfante do sistema de produção-para-lucro, muitos socialistas procuraram aproveitar o embalo e aderir ao otimismo de Pangloss. Alguns, como Zalasvskaia, asseguram que, do ponto de vista dos princípios, o critério de escolha das formas econômicas é a medida com que elas contribuem para elevar a eficiência da produção. Aquelas que melhor resolvem essa tarefa devem ser consideradas socialistas. Talvez com esse mesmo tipo de pensamento reducionista, Alfonso Guerra, subsecretário geral do Partido Socialista Operário Espanhol, tenha se sentido à vontade para dizer, tranqüilamente, que o socialismo e o capitalismo se transformaram e não mais se opõem. Para ele, a sociedade do futuro deverá ser uma sociedade aberta, na qual o direito à diferença será um dos principais direitos.

Dahrendorf reforça essa idéia e reitera que os países do Leste não teriam alijado o comunismo para aceitar o capitalismo. Teriam derrubado um sistema fechado para criar uma sociedade aberta. Para ser exato, a sociedade aberta, porque embora possa haver muitos sistemas só haveria uma sociedade aberta. Nessa sociedade aberta, o importante é que a propriedade privada esteja disponível como uma opção e seja protegida, que seja impedida a generalização dos monopólios, embora sejam aceitáveis estradas-de-ferro de propriedade do Estado. Nem a administração da demanda à la Keynes nem a seguridade social à la Beveridge seriam constitucionalmente incompatíveis com a sociedade aberta. Entretanto, contratos legalmente protegidos deveriam ser uma garantia para a existência de mercados. Para não parecer utópico, Dahrendorf dá alguns exemplos de sociedades abertas, sociedades que teriam rompido os estreitos limites do sistema capitalista. Cita a Grã-Bretanha como uma antiga sociedade aberta; assegura que a economia japonesa dificilmente pode ser considerada capitalista; estima que a Alemanha dificilmente será compatível com a publicamente defendida economia de mercado.

E, para finalizar os exemplos concretos, diz que a Suécia não seria decididamente, em sentido estrito, um país capitalista.

Os panglossianos capitalistas e socialistas podem até divergir, em vários aspectos, sobre o tipo exato de sociedade que desejariam. Afinal, ninguém é perfeito e, apesar das loas em torno da sociedade aberta, o que os Democratas Livres húngaros desejam é mesmo o livre-mercado. O próprio Ash reconhece que essa é a mais recente utopia da Europa Central e Oriental. De qualquer modo, embora divergindo quanto ao futuro, todos esses panglossianos afirmam que não há democracia socialista. Haveria apenas democracia, multipartidária e parlamentar. Não haveria legalidade socialista, mas unicamente a legalidade, o domínio da lei, garantida pela independência do Judiciário, ancorada na Constituição. Não haveria economia socialista, mas somente economia; não uma economia de mercado socialista, mas uma economia de mercado social, como proclamou Ludwig Ehrhard, o reconstrutor da economia alemã do pós-guerra.

Todos esses panglossianos previram o fim das guerras, da luta de classes e da violência, a disseminação da democracia parlamentar como a única maneira de garantir a justiça social e a consolidação das virtudes da modernidade capitalista. A pauta de ação desses panglossianos, liberais ou socialistas, subordinou-se à pauta de ação do mundo do capital, na suposição de que este se transformara e passara a trabalhar por uma nova ordem internacional mais justa e mais humanitária.

Ash tranqüilizava que, na pior das hipóteses, poderiam ainda advir novos ditadores no Leste Europeu, mas seriam ditadores diferentes. Também achava que poderiam surgir novamente conflitos étnicos, mas que a primavera das nações da Europa Central e Oriental não seria, necessariamente, uma primavera do nacionalismo. Gorbachev, por seu turno, estava convencido que todos nós, no mundo atual, temos uma dependência mútua e nos tornamos cada vez mais indispensáveis uns aos outros. Como proceder para acabar com a fome e a miséria em vastas áreas da Terra? Somente o trabalho conjunto poderia trazer benefício para a humanidade.

Por isso, acrescentava o mesmo Gorbachev, pela primeira vez na história, tornou-se exigência vital a idéia de se elaborar normas de política internacional baseadas na ética e na moral, comuns a toda a humanidade, ao mesmo tempo que se humanizam as relações entre Estados soberanos. Haveria mundo mais risonho e belo que esse sonhado pelo Pangloss, que foi o principal dirigente da ex-União Soviética no período de sua desagregação? Por tudo isso, talvez seja útil retornar,

mais uma vez, às opiniões de Fukuyama. Ciente de que sua tese de fim da história causara muitos embaraços aos próprios liberais, procurou explicar-se melhor. O fim da história, acrescentou, dará lugar a um tempo muito triste. A luta pelo reconhecimento, a disposição de arriscar a própria vida por um objetivo puramente abstrato, a luta ideológica mundial que gerou ousadia, coragem, imaginação e idealismo, será substituída pelo cálculo econômico, a solução interminável de problemas técnicos, preocupações ambientais e a satisfação de sofisticadas demandas de consumidores, quase certamente em torno de videocassetes e estéreos de nova geração.

Sem dar-se conta, ou talvez por completo desconhecimento, Fukuyama faz da suposta fase definitiva do capitalismo a mesma caricatura que muitos marxistas vulgares faziam da futura sociedade comunista prevista por Marx. De qualquer modo, até esse mundo triste e insosso, do fim da história de Fukuyama, seria bem menos pior que o verdadeiro mundo que temos realmente à frente.

III Caindo na real

Pobre Pangloss. O mundo real em que vivemos não é bem o mundo que pensa ser à sua volta. É verdade que, do mesmo modo que a Lua possui um lado brilhante, este mundo real apresenta visões panglossianas inegáveis, criadas pela expansão do capital. Este foi competente em criar sociedades avançadas, de bem-estar social, amplas condições de consumo de massa e poderoso desenvolvimento técnico e científico. Estados Unidos, Europa Ocidental e Central, nações nórdicas, Japão, Canadá e Austrália são exemplos de riqueza e opulência que encham os olhos dos panglosses de todos os tipos. E também daqueles que não alcançaram seus padrões de vida.

Além disso, o capital foi capaz de criar um novo mercado mundial, transformando nosso planeta numa aldeia global única, onde as leis que valem são as leis do modo de produção capitalista. A internacionalização ou globalização da economia força as fronteiras nacionais, massifica as comunicações e as informações, universaliza padrões de vida e trabalho e rompe com corporativismos e provincianismos. Mais do que isso, impõe um padrão de produtividade que se transforma em desafio para todas as sociedades nacionais com alguma pretensão de fornecer a seus povos uma vida digna e confortável.

Finalmente, e não menos importante, os países capitalistas desenvolvidos ou centrais foram capazes de assimilar regimes políticos democrático-liberais que, apesar de suas limitações, representam as conquistas das lutas de seus povos pela cidadania, por maiores liberdades civis e políticas. Essa assimilação teve um papel importante na ampliação da perspectiva democrática para o resto do mundo, em particular, para aqueles países capitalistas e socialistas de regimes autoritários e/ou despóticos.

Não sem razão, Pangloss se extasia com essas breves pinceladas do brilho capitalista e cerra as pálpebras para o lado escuro de seu mundo real. Basta, porém,

entreabrir os olhos para enxergar as outras conseqüências da expansão capitalista. Paul Kennedy reconhece que, agora, nos damos conta de que o mundo não está vivendo uma nova ordem, e sim uma ordem fraturada. Nesta, o fosso que separa os países ricos dos pobres está aumentando e as pessoas percebem mais suas diferenças que suas semelhanças.

O terceiro mundo foi transformado em repositório do refugio e do exército industrial de reserva do mercado capitalista mundial, com todos os dramas e tragédias que isso pode significar. Quase todos os países desse mundo abandonado pela sorte, mesmo os que chegaram a trilhar a industrialização capitalista, assistiram a seu crescimento econômico ser acompanhado de uma ampliação persistente da pobreza e da miséria de massa. E aquelas nações que tentaram enveredar por um provável caminho não-capitalista ou de orientação socialista foram submetidas a bloqueios, guerras civis e intervenções militares que, em diversos casos, inviabilizaram qualquer progresso econômico e político alternativo mais consistente. Em praticamente todos eles, a década de 80 foi particularmente perversa e trágica. Seus povos viram-se naufragados em mares de miséria e violência incompatíveis com a capacidade produtiva e com o nível de cultura alcançados pelo conjunto da humanidade.

Não menos terrível vem sendo a reconversão do socialismo da Europa Central e Oriental. Ao fracassar na reforma de seu socialismo soviético, o até então considerado segundo mundo viu-se inapelavelmente atraído pela força e pujança dos países capitalistas centrais, assim como pelas promessas dos líderes ocidentais. Mergulhou, então, de ponta-cabeça, como faria Pangloss tranqüilamente, no sistema de livre mercado do capital. O resultado tem sido uma persistente desorganização econômica, combinada com desagregação social, conflitos étnicos e religiosos e instabilidade política. O antigo segundo mundo está perdendo seu status anterior e se incorporando com armas e bagagens ao terceiro mundo.

Pouco adianta que Ash lastime que os tesouros encontrados no Leste socialista, como companheirismo, tempo e espaço para música e literatura sérias, comunhão cristã na sua forma pura e original, qualidade no relacionamento entre homens e mulheres e um etos de solidariedade, sejam varridos na corrida – que ele considera perfeitamente compreensível – pela afluência. Mesmo no período áureo de Pangloss, logo após os acontecimentos de 1989, Ash se perguntava quantos, dos que puderam sobreviver a quarenta anos de comunismo, seriam capazes de sobreviver a um ou mais anos de capitalismo. Não por acaso, ele citava Arpad

Goncz, um velho militante húngaro, que afirmava estar feliz por ter vivido para ver o fim daquele desastre, mas querer morrer antes de ver o começo do próximo.

Naquele momento, Pangloss, sem dúvida, diria que era preciso, acima de tudo, ser otimista. O primeiro mundo continuava esbanjando riqueza e bem-estar. A miséria fora erradicada e até os pobres tinham padrões dignos de vida. Mais cedo ou mais tarde, completaria, os demais países do mundo aprenderão com as técnicas e os métodos avançados do mundo desenvolvido e superarão todos os problemas. Como sempre, tudo irá bem no melhor dos mundos.

Pobre Pangloss. Mesmo então, Hobsbawn concordava com o historiador húngaro que considerava terminado o curto século XX (1914-1990), mas assinalava que o século XXI deveria enfrentar, pelo menos, três problemas de longo prazo que já estavam piorando: o crescimento do fosso entre o mundo rico e o pobre (e, provavelmente, dentro do mundo rico, entre seus ricos e seus pobres); a elevação do racismo e da xenofobia; e a crise ecológica do globo, que afeta a todos. A curto prazo, seria possível constatar instabilidade na Europa, ressurgimento das rivalidades e conflitos nacionais e a instabilidade da democracia liberal imposta aos países do Leste Europeu.

O que nem mesmo Hobsbawn pôde prever é que, em muito pouco tempo e bem antes da chegada do século XXI, a vitória esmagadora do capitalismo sobre o socialismo soviético iria afundar o vencedor numa crise que colocaria à mostra seu reverso perverso e destrutivo. Uma crise aparentemente brusca e inesperada, se levarmos em conta a era dourada de expansão que o capital viveu nos últimos vinte e poucos anos. Nesse período, ele conheceu, como sempre, ciclos de recessão e crescimento, mas nenhuma expansão foi tão vigorosa e ampla quanto a que teve lugar nos anos 70 e 80. O desemprego e a pobreza nos países centrais era, então, tão residual que levou Norberto Bobbio a dizer que, neles, a sociedade dos 2/3 dirige e prospera sem ter nada a temer do 1/3 de pobres-diabos que nela vive e vegeta. Bobbio só chama a atenção para ter em mente que o resto do mundo, os 2/3 (ou 4/5 ou 9/10) da sociedade, está do outro lado.

A atual recessão nos países centrais, que não deixou de lado sequer o dinâmico Japão, está apresentando, porém, um assustador crescimento da miséria de massa no coração da riqueza. Com uma característica atroz: a miséria não é apenas resultado do desemprego recessivo, mas também do desemprego causado pela revolução técnico-científica e sua propensão a poupar mão-de-obra. Em outras palavras, o capital ingressou numa fase tecnológica em que a retomada do ciclo de

crescimento não é garantia da diminuição substancial do desemprego e, portanto, da miséria. Tão consistente vem sendo esse desemprego estrutural ou tecnológico nos países centrais que é reconhecido como fenômeno estonteante por grande parte dos cientistas sociais e políticos. Seu alastramento acabará recolocando em discussão a tese de Marx, tantas vezes rechaçada como inconsistente e superada, da pauperização dos trabalhadores.

Bem vistas as coisas, como disse Ash, o ano de 1989 terminará por surgir, aos participantes e aos historiadores, como um breve momento brilhante entre os sofrimentos de ontem e os de (hoje e) amanhã. Ao contrário do que supunham os panglossianos, o capitalismo mundial está longe de apresentar qualquer perspectiva real de paz, prosperidade e convivência harmoniosa. As tendências de longo prazo, com as quais ele vem marcando o tempo presente, são bastante contraditórias e, em diversos casos, antagônicas. A globalização dos mercados tem sido acompanhada, por exemplo, de um intenso processo de concentração de empresas e de centralização e oligopolização da economia. A característica principal dos capitais, centralizados em alguns poucos países, é seu controle sobre poderosas redes internacionais de produção e distribuição, que só podem se expandir se tiverem livre trânsito pelas fronteiras que separam os países. A escala alcançada por esses capitais, com ação sobre todo o mundo, tende a unificar os países num único mundo, conforme disse Dahrendorf.

Paradoxalmente, esses mesmos capitais que exigem fronteiras abertas para suas atividades, crescentemente quebram as regras que regulam o mercado mundial.

Estabelecem medidas protecionistas em seus próprios países-sedes (ou em blocos regionais dos quais participam) em relação aos capitais de fora. Como é natural, os países de desenvolvimento tardio e insuficiente, que não alcançaram o patamar dos países centrais, vivem o drama de abrir-se completamente à ação do capitalismo desenvolvido ou adotar medidas protecionistas do mesmo tipo. Assim, embora se dê como certo e inexorável o processo de integração internacional, não se pode desprezar as forças centrífugas que agem no sentido da multipolaridade e de defesa dos capitais nacionais, inclusive como forma de manutenção da soberania política.

Nesse processo conflitante, o déficit comercial dos Estados Unidos e, agora, da Alemanha, o superávit do Japão e outras disparidades no intercâmbio externo entre os países estão criando um forte desequilíbrio estrutural no comércio in-

ternacional, desequilíbrio que Thurow compara às forças gravitacionais de um buraco negro no espaço. Ele considera que nunca os déficits e superávits foram tão grandes e duradouros, distorcendo a própria natureza da economia mundial. Prevê que nenhum país pode continuar indefinidamente administrando déficits comerciais e que os Estados Unidos (que precisam tomar empréstados 200 bilhões de dólares por ano para financiar o déficit comercial e pagar os juros da dívida), assim como os demais deficitários, em algum momento, deverão adotar medidas para superar sua crise.

Em outras palavras, mais cedo ou mais tarde, os Estados Unidos deverão tomar o remédio amargo que costumam receitar aos outros: cortar taxas de crescimento, reduzir importações, desvalorizar sua moeda, criar novas barreiras comerciais e alcançar superávits comerciais. Se os Estados Unidos empreenderem esse caminho e alcançarem um superávit de 100 bilhões de dólares, isso pode significar, de acordo com Thurow, 2,5 milhões de novos postos de trabalho no território americano. E, conseqüentemente, um forte desequilíbrio de emprego no resto do mundo.

Embora essas projeções de Thurow sejam muito lineares, não há dúvida de que elas expressam, de um modo ou de outro, as dificuldades com as quais economistas e outros cientistas sociais se defrontam diante das atuais tendências longas do sistema de produção-para-lucro. Essas tendências têm como base, ao mesmo tempo agindo sobre elas, três movimentos conjugados do capital mundial, com maior dinamismo nos países centrais, mas também atuando nos países periféricos. Em primeiro lugar, a substituição da força de trabalho mais cara por outra mais barata, através da utilização do trabalho feminino (e também infantil, como na Itália) e dos imigrantes (como na Europa, nos Estados Unidos e, agora, até no Japão e na Argentina). Em segundo lugar, pela exportação das plantas industriais de uso intensivo de mão-de-obra ou poluentes para países onde a força de trabalho é mais barata e a legislação ambiental mais permissiva (como é o caso das transferências de firmas americanas para o México). Em terceiro lugar, a aplicação acelerada de novas tecnologias, fornecidas pela terceira revolução técnico-científica da produção, e de novas formas de organização do processo produtivo. Todos esses movimentos, tendo o terceiro como principal, destinam-se a cortar custos e elevar a produtividade a níveis jamais alcançados em qualquer época anterior.

A aplicação acelerada de novas tecnologias e novas formas de organização do trabalho vem determinando uma verdadeira revolução na produção e nas relações do trabalho. Mudanças estruturais de envergadura em todas as sociedades regidas

pelo modo de produção capitalista apontam para a morte do trabalho de forma crescente e inapelável. As modificações do perfil produtivo, com ênfase na produção do desperdício e do destrutivo, abrindo campo para desastres ecológicos e para a morte massiva pela fome, pela miséria e pelas guerras, estão diretamente relacionadas às transformações que o capital tem imprimido às suas forças produtivas.

Pangloss diria que as tendências favoráveis acabarão se impondo. Afinal, elas apontam para um mundo bem diferente do atual. O problema são as tendências desfavoráveis. Mas, para não demonstrar intolerância, caíamos na real por onde Pangloss tem razão.

ONDE PANGLOSS TEM RAZÃO

O esmagamento do nazismo e do fascismo, na Segunda Guerra Mundial, não resultou, como todos esperavam, num mundo de paz. Mal acabara o conflito que causou mais de 50 milhões de mortos, a ameaça de choques entre os dois sistemas em que o planeta se partira – capitalismo e socialismo ou comunismo – passou a pesar sobre todos os povos. Uma Guerra Fria, com perigo de colisão nuclear, foi declarada entre os dois campos. Uma disputa irreconciliável se espalhou por todos os terrenos da atividade humana. O mais simples dos gestos passou a exprimir, verdadeiramente ou não, uma conotação ideológica e política a um dos campos em luta.

Durante algum tempo, o sistema socialista pareceu levar vantagem. A presença militar soviética na Europa centro-oriental dera uma contribuição decisiva para a instalação de governos e regimes chamados de democracia-popular nos países recém-libertados da ocupação nazista nessa parte do mundo. A União Soviética também dava mostras de grande potencialidade ao recuperar rapidamente sua economia, devastada pela guerra. Suas novas conquistas científicas e tecnológicas, particularmente na corrida espacial, sua propalada igualdade social e seu apoio às lutas de descolonização exerciam grande atração sobre povos e países.

Alguns desses povos e países realizaram revoluções vitoriosas e se incorporaram à via de construção socialista, cujo modelo era a própria União Soviética. China, Vietnã, Laos, Cuba, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde, Etiópia juntaram-se ao que se convencionou chamar de campo socialista. Outros, como Argélia, Iraque, Birmânia, Zâmbia, Congo, Líbia, Burkina Faso, Tanzânia, Iêmen do Sul, Somália, Síria, buscavam uma via não-capitalista ou de orientação socialista. Fortes movimentos de cunho socialista ocorriam em praticamente to-

das as regiões do planeta. A marcha para o socialismo apresentava-se como inexorável.

Apesar dos panglosses socialistas dessa época, já então erguiam-se vozes e problemas alertando para o fato de que nem tudo ia bem no campo socialista. Iugoslávia e China haviam rompido com o modelo soviético de desenvolvimento, a primeira ainda na década de 40 e a segunda no final dos anos 50, sem que isso pudesse ser analisado em toda a sua extensão e com a isenção necessária. A Guerra Fria impedia variantes fora dos dois pólos, embaçando as visões e o raciocínio. A Iugoslávia foi alijada das relações entre os países socialistas como revisionista e traidora, e a China acabou seguindo o mesmo caminho no início dos anos 60.

Hoje sabemos o resultado da disputa entre os campos socialista e capitalista. Os fatores de fracasso do socialismo soviético foram examinados em *Rasgando a cortina* e *A miragem do mercado*, mas voltaremos a nos referir a eles mais adiante. No momento, porém, será mais útil avaliar os fatores que levaram o capitalismo a vencer a parada e que dão razão ao otimismo de Pangloss. Afinal, o capitalismo não teria conseguido uma vitória tão significativa, mesmo relativa, se fosse completamente desprovido de qualquer atrativo e de qualidades positivas que lhe dessem força e hegemonia.

A maioria dos estudiosos concorda que o capitalismo contou com dois trunfos fundamentais em sua disputa com o mundo socialista. Primeiro, sob a hegemonia dos Estados Unidos, único país capitalista desenvolvido que saíra consideravelmente reforçado da Segunda Guerra Mundial, as demais potências industriais do Ocidente e o Japão aceitaram sufocar a concorrência cega que antes existira entre elas e estabelecer uma colaboração estreita para enfrentar o perigo vermelho. Thurow reconhece que as necessidades militares impediram que os conflitos econômicos assumissem proporções incontrolláveis. Eles foram sufocados e subordinados à estratégia de enfrentamento contra o socialismo.

Segundo, em grande parte com base na premissa anterior, os Estados Unidos e demais países capitalistas avançados empreenderam a reconstrução do mercado capitalista mundial em novos moldes. Embora a força militar continuasse exercendo importante papel em toda a estratégia anti-soviética e de contenção dos movimentos socialistas, a utilização de mecanismos econômicos de expansão e integração ganhou uma dimensão desconhecida da história mundial do sistema capitalista.

Esses trunfos permitiram transformar o fordismo americano no padrão industrial das economias recuperadas da Europa e do Japão. Em especial na Europa

ocidental, foram erigidas novas sociedades de consumo de massa, que concederam a seus povos Estados de bem-estar social, com altos e crescentes rendimentos para seus assalariados, sistemas de seguridade e outros benefícios. Em consequência, diminuíram as desigualdades sociais e aumentaram as oportunidades de vida.

Tudo isso, como disse Hobsbawn, foi resultado do medo. Medo dos pobres e dos maiores e bem organizados blocos de cidadãos dos Estados industrializados – os trabalhadores. Foi o medo de uma alternativa que realmente existia e poderia espalhar-se notavelmente na forma do comunismo soviético. Foi ainda o medo da própria instabilidade do sistema que levou os países centrais a fazer tantas concessões a seus trabalhadores.

Os motivos podem ter sido outros. Mas, quaisquer que tenham sido, o fato é que o capitalismo foi capaz de criar Estados de bem-estar, nos quais o poder social dos trabalhadores igualmente se expandiu. Nos vinte e poucos anos que abrangem essa primeira onda de expansão capitalista do pós-guerra, os Estados Unidos alcançaram um produto nacional bruto superior a 1 trilhão de dólares; o Japão, 201 bilhões de dólares; a Alemanha Ocidental, 173 bilhões de dólares; a França, 151 bilhões de dólares; e a Inglaterra, 125 bilhões de dólares. A manutenção de altas taxas de emprego, combinada com a seguridade social, permitiu aos trabalhadores um padrão de vida relativamente elevado e uma distribuição mais equitativa da renda *per capita*, que chegou a 4.949 dólares nos Estados Unidos; 2.860 na Alemanha Ocidental; 2.990 na França; 2.250 na Inglaterra; e 1.940 no Japão.

Embora o Japão mantivesse políticas salariais e sociais mais restritivas, no seu caso, isso era compensado em boa parte pelo sistema de emprego vitalício. Mas há ainda outros indicadores que, embora não demonstrem cabalmente o pleno desenvolvimento humano, apontam para a pujança e o bem-estar alcançados pelos países capitalistas centrais. A escolarização de terceiro grau, por exemplo, no final da década de 60, era de mais de 50% nos Estados Unidos, mais de 20% na Alemanha Ocidental e entre 14% e 20% na França, no Japão e na Inglaterra. Se tomarmos o número de televisores como indicativo da posse de bens de consumo duráveis, sua proporção por mil habitantes era de mais de quatrocentos nos Estados Unidos, mais de trezentos na Alemanha Ocidental, na Inglaterra e no Japão e mais de duzentos na França.

Para efeito de comparação, podemos tomar o Brasil, que entrara recentemente num processo acelerado de industrialização. Em 1970, seu produto inter-

no bruto crescera para 43 bilhões de dólares, sua renda *per capita* chegara a 450 dólares, a escolarização de terceiro grau era de 5,3% e o número de televisores por mil habitantes era de 64.

Podemos também considerar a União Soviética, o país industrialmente mais desenvolvido do campo socialista, onde o produto material líquido (produto interno bruto menos o valor dos consumos intermediários) era superior a trezentos bilhões de dólares. Lá, a renda *per capita* média era, então, de 1,5 mil dólares, a escolarização de terceiro grau, 25%, e 143 o número de televisores por mil habitantes.

Essa pujança capitalista pode, além disso, ser aferida pelo fato de que, em poucos anos após a guerra, as antigas potências industriais européias e o Japão passaram a seguir os passos do capital americano, retomando suas características de exportadores de mercadorias e de capitais. As empresas dos países desenvolvidos disseminaram-se pelo resto do mundo, desde a década de 50, comandando processos de industrialização tardia e de absorção do modo capitalista de produção em países atrasados. Alguns desses países, que adotaram a via de desenvolvimento capitalista na segunda metade deste século, chegaram a alcançar taxas de crescimento superiores às dos países desenvolvidos e de vários dos países socialistas. No início dos anos 70, o Brasil apresentava uma taxa anual de crescimento de 8,3%, o Irã 9,8%, a Turquia 7,2%, a Coreia do Sul 10,6%, a Tailândia 7,4% e o Iraque 10,8%. Entre os países centrais, o mais dinâmico era o Japão (7,6%) e, entre os socialistas, a Polônia (7,6%).

A expansão foi, sem dúvida, muito desigual, mas o capitalismo criou realmente um mercado mundial, do qual os próprios países socialistas não puderam escapar, como comprova Luís Fernandes. Com isso, aconteceu uma ampliação sem precedentes do comércio internacional de mercadorias e um crescimento acentuado dos investimentos de capital em todo o mundo. No final da década de 60, as exportações mundiais alcançaram a cifra de 302 bilhões de dólares, quase dobrando em relação aos vinte anos anteriores. Os países centrais detinham mais de 70% desse montante (45% só os europeus), enquanto os países em vias de desenvolvimento ficavam com 17% e o Leste Europeu com 6%.

Se Pangloss já tinha motivos de sobra para regozijar-se com os progressos que vão do fim da Segunda Guerra Mundial até 1970, a partir de então, ele deve ter entrado em estado de graça. Apesar das crises recessivas enfrentadas em 1974-75 e 1980-82, os países industrializados centrais realizaram verdadeiros saltos nessas duas

décadas. Em 1991, o produto nacional bruto dos Estados Unidos tinha alcançado o volume de 5,6 trilhões de dólares, sendo seguido pelo Japão (3,3 trilhões), Alemanha Ocidental (1,5 trilhão), França (1,1 trilhão) e Inglaterra (966 bilhões). Em outras palavras, no espaço que vai de 1970 a 1990, o produto nacional americano cresceu cinco vezes; o japonês, quinze vezes; o alemão, nove vezes; o francês, sete; e o inglês, oito vezes. É fácil verificar que os capitais alemão e japonês expandiram-se mais rapidamente que os demais. Por outro lado, se considerarmos a Comunidade Européia, formada no final da década de 60, ela soma, hoje, um produto interno superior a 5,7 trilhões de dólares, tendo ultrapassado os Estados Unidos.

O comércio internacional viveu uma verdadeira explosão, passando dos 302 bilhões de 1970 para 3,35 trilhões de dólares em 1990, ou seja, um crescimento de 11 vezes. É interessante notar que, enquanto os Estados Unidos reduziram sua participação nesse comércio em 3,6%, a Europa e o Japão aumentaram a sua na mesma proporção. Os países em desenvolvimento, por sua vez, elevaram sua parte de 17% para 24%, enquanto os países socialistas tiveram uma queda de mais de 4%.

O fluxo de capitais também foi muito intenso no período, mas sofreu algumas interferências dignas de nota. Nos anos anteriores a 1980, o fluxo de capitais dos países centrais para os países em vias de desenvolvimento foi sempre positivo. Em 1980, por exemplo, as transferências líquidas de recursos daqueles países para o terceiro mundo foram de 37 bilhões de dólares. Entre 1980 e 1990, houve, porém, uma inversão e o fluxo dirigiu-se em boa parte dos países em desenvolvimento para os centrais. Em 1985, esse desinvestimento chegou a 4,6 bilhões de dólares e, em 1988, a 5,8 bilhões de dólares. Estima-se que nesse período o fluxo de capitais tenha circulado entre os próprios países centrais, cujos mercados afluentes poderiam consumir mais rapidamente a produção gerada pelas novas tecnologias e estas, por sua vez, passaram a representar mercados de alta potencialidade para os investimentos de capital. Na verdade, como disse Giovanni Arrighi, esse período marca o momento em que o mercado mundial parece haver se tornado, progressivamente, uma força autônoma que nenhum Estado, inclusive os Estados Unidos, poderia controlar dentro de seus limites. Dahrendorf reconhece nas empresas transnacionais a grande força produtiva que tornou irremediavelmente ultrapassadas as velhas relações de produção nacionais. Organizaram-se poderosos conglomerados financeiros, industriais e comerciais, empurrados por fusões, compras, participações, *joint ventures* e outros mecanismos de movimentação de capitais. Forçado por esse processo interior do sistema de produção-para-lucro, o mundo parecia passar por um grande

movimento de reunificação que deveria empurrar o campo socialista para profundas redefinições.

O capitalismo dos países avançados, acompanhado por seu congêneres de algumas outras nações de desenvolvimento tardio na Ásia e América Latina, propiciou, assim, uma expansão sem precedentes da capacidade produtiva mundial. Mesmo na agricultura, que jamais conseguiu acompanhar as taxas de crescimento da indústria e dos serviços, ficando limitada a uma média de 2,5% ao ano nesse período, o modo de produção do capital conseguiu aumentar a disponibilidade alimentar *per capita* mundial de 2,5 mil para 2,6 mil calorias. Isso representa, na prática, 1,1 mil calorias a mais do que cada indivíduo do planeta tem consumido, em média, para sobreviver. O capitalismo vem demonstrando, apesar de todas as distorções produtivas causadas pela busca cega do lucro, que é possível desenvolver uma base de produção material capaz de atender às necessidades de todos os seres humanos.

Esse aumento da capacidade produtiva se deve essencialmente à rápida elevação da produtividade, propiciada pela revolução técnico-científica dos últimos vinte anos, e à sofreguidão com que as empresas se lançaram na atividade de cortar custos para enfrentar a competitividade no mercado internacional. Com a rápida evolução das ciências e de suas aplicações tecnológicas, a expansão capitalista e seu mercado mundial assumiram um caráter avassalador. A ciência consolidou-se como a principal força produtiva, impulsionando novos e poderosos avanços na informática, microeletrônica, biotecnologia, novos materiais, telecomunicações, automação e transportes. E, conseqüentemente, introduziu mudanças profundas na força de trabalho nos sistemas de produção e em suas formas de organização, nos padrões de consumo, no papel crescente da educação e investigação científica e técnica e na globalização da economia.

O Japão foi o país capitalista desenvolvido que mais rapidamente incorporou esses avanços e mudanças em seu processo produtivo. Possuindo cerca de trezentos mil robôs industriais (contra uns quarenta mil dos Estados Unidos), superou o fordismo, que havia se generalizado no período anterior, e impôs ao mercado mundial um novo patamar de competitividade. Elevou a produtividade e a eficiência a níveis desconhecidos da história capitalista de revolucionarização constante das forças produtivas.

Esses novos padrões de produtividade e eficiência do capital tornaram-se os principais desafios que levaram a sucumbir tanto o socialismo europeu oriental

como muitos dos países que se encontravam em vias de desenvolvimento capitalista. É quase certo que durante as décadas vindouras a elevação da produtividade do trabalho interferirá cada vez mais em todos os problemas evolutivos enfrentados pela humanidade.

O capital foi capaz, ainda, de mostrar muita segurança na exportação de sua democracia liberal. Simplesmente desprezando suas limitações e sua história, o capital conseguiu transformar a democracia liberal numa bandeira capaz de atrair não só os povos dos países em que tinha a hegemonia, mas também os dos países do Leste socialista e de todo o mundo. Particularmente nos últimos quinze anos, houve uma sensível diminuição dos países regidos por ditaduras abertas ou governos autoritários. Uma persistente introdução de elementos da democracia (eleições, um homem um voto, representação parlamentar, divisão e separação de poderes, império da lei etc.) acompanhou as mudanças políticas registradas em boa parte do mundo. Usando sua democracia liberal como mercadoria abundante, o capital produziu um verdadeiro *dumping* sobre grande parte dos regimes políticos diferentes disseminados pelo planeta. Estimulou movimentos contrários, desorganizou-os e, em vários casos, conseguiu a sua demolição.

Esse o lado panglossiano do capital. Um lado que, paradoxalmente, está cada vez mais próximo do tipo ideal de capitalismo previsto por Marx. Pelo menos é o que reconhecem estudiosos menos deslumbrados, que conseguem enxergar não só o lado brilhante e visível desse mito, mas também seu lado escuro e sombrio.

O LADO ESCURO

Os países atrasados do ponto de vista capitalista viveram seu momento de Pangloss nas décadas de 50 a 70. Deslumbrados com a rápida recuperação pós-guerra da Europa Ocidental e do Japão e com as ofertas de capitais externos para trilharem o caminho da industrialização, nutriram a esperança de que, com isso, pudessem superar suas tradicionais condições de atraso, pobreza e miséria. Idealizando a construção de sociedades ricas, diversos desses países na América Latina, Ásia e África ingressaram, a partir da segunda metade dos anos 50, na via de desenvolvimento capitalista acelerado.

Evidentemente, cada país e cada região apresentaram resultados que tinham muito a ver com suas próprias condições físicas e históricas. Alguns, por exemplo, realizaram reformas agrárias que, de uma forma ou de outra, permitiram a incorporação de elementos da revolução verde em sua estrutura agrícola e propiciaram

melhorias na produção, incorporando contingentes razoáveis do antigo campesinato na vida econômica e social. Outros realizaram a mesma revolução agrícola através de um intenso processo de mecanização dos campos, gerando fortes fluxos migratórios das zonas rurais para as cidades ou para novas áreas de colonização, alcançando também razoáveis incrementos da produção, embora sem ampliação significativa de seu mercado interno. Em geral, quase todos esses países conseguiram performances notáveis nos ritmos de crescimento de seu produto global, reforçando a impressão de que poderiam igualar-se aos países desenvolvidos. Entretanto, escurecendo essas tendências positivas, a maioria esmagadora dos novos países industrializados jamais chegou a construir algo parecido com as sociedades de bem-estar e consumo de massa dos países centrais. Ao contrário, deram surgimento a sociedades industriais de segunda linha, nas quais parcelas consideráveis da população ficaram marginalizadas do sistema produtivo e dos padrões de consumo que tal sistema criou.

É lógico que o crescimento econômico e o conseqüente aumento do produto interno bruto fizeram com que a renda média *per capita* se elevasse. Durante os anos 70, a taxa média anual de crescimento dos países em desenvolvimento chegou a 5,5%, apesar da crise de 1974-75. Na América Latina, o aumento da renda média *per capita* anual manteve-se em 3,8%.

Isso poderia levar à suposição panglossiana de que os habitantes dessas nações se beneficiaram do crescimento econômico de forma mais ou menos idêntica, para não falar equitativa. Na verdade, a renda gerada pelo desenvolvimento foi distribuída de forma extremamente desigual. No Brasil, por exemplo, conforme dados compilados por Dedecca e Brandão, a parcela de renda apropriada pelos 50% dos trabalhadores mais pobres caiu de 17,4% em 1960 para 12,6% em 1980.

Usando somente os indicadores de renda, o Banco Mundial calculou que o planeta contava, em 1991, com cerca de 1,16 bilhões de pobres, espalhados principalmente pelos países do mundo subdesenvolvido ou em desenvolvimento. Sabe-se que, se forem levados em conta outros indicadores, como moradia, instrução, acesso à saúde e alimentação, o número de pobres mundiais deve triplicar. O relatório das Nações Unidas de 1990 constata a existência de 1 bilhão de pessoas em pobreza extrema ou absoluta, 900 milhões de analfabetos, 2 bilhões sem água potável, 100 milhões de sem-teto, 800 milhões de famintos, 150 milhões de crianças desnutridas e 14 milhões de crianças mortas anualmente antes de completar 5 dias de nascidas.

Pangloss poderia dizer que, afinal de contas, o capitalismo nada tem a ver com isso. Até mesmo um crítico feroz desse modo de produção, ao qual chama de sistema produtor de mercadorias, como Robert Kurz, chegou à conclusão de que hoje o que faz sofrer as massas do terceiro mundo não é a provada exploração capitalista de seu trabalho, mas, sim, ao contrário, a ausência dessa exploração. Roberto Campos, defensor perseverante do capitalismo neoliberal ou conservador, vive repetindo isso à exaustão. Como diria Pangloss, o capitalismo a ser tomado como parâmetro deve ser o dos países centrais. O resto... bem, é o resto.

The Economist disse mais ou menos a mesma coisa ao saudar a América Latina por estar deixando para trás seu velho estilo. Que estilo seria esse? Para *The Economist*, o estilo de construir indústrias por trás de altas barreiras tarifárias para atingir a auto-suficiência; de desencorajar investimentos estrangeiros por serem imperialistas; de não dar atenção às exportações; de deixar os déficits fiscais crescerem; de assumir empresas quase falidas do setor privado nas quais empregos estariam em perigo; e de levantar elevados empréstimos junto a bancos estrangeiros. *The Economist*, em outras palavras, está dizendo que, agora, a América Latina ingressa verdadeiramente no mundo do capital, o mundo supostamente maravilhoso das sociedades afluentes. O que a América Latina fez antes teria sido um descaminho. Alguém teria dado para ela e para os demais países do terceiro mundo a receita errada.

Pode até ser que Kurz esteja se referindo àqueles países em que não ocorreram sequer processos de industrialização no pós-guerra. São países que alguns autores se negam mesmo a situar no terceiro mundo, preferindo empurrá-los para um quarto mundo sem eira nem beira. São países ou regiões da Ásia Meridional, África do Norte, África Subsaariana e América Latina onde as relações assalariadas de produção ainda não se enraizaram firmemente. Thurow considera que o desaparecimento de qualquer desses países passaria despercebido e não iria influir em nada no desenvolvimento da economia mundial. Apesar disso, tais regiões há muito estão condicionadas e subordinadas pelo mercado mundial capitalista e por sua exploração. O capitalismo determina suas vidas e Kurz certamente não ignora esse fato.

Se Kurz deu um cochilo, *The Economist*, ao contrário, sabe exatamente do que se trata. A história da América Latina nos últimos quarenta e tantos anos é justamente a história da consolidação do modo de produção capitalista na maioria de seus países. Do mesmo modo que os demais países em desenvolvimento

do terceiro mundo, eles experimentaram em toda a sua extensão e intensidade a exploração direta do sistema produtor de mercadorias. A rigor, não exclusivamente de seu capitalismo, mas especialmente do capitalismo exportado pelos países centrais.

A construção da indústria moderna nesses países contou fundamentalmente com investimentos estrangeiros. Eles arreganharam suas portas e derrubaram suas barreiras tarifárias para permitir que os capitais salvadores do primeiro mundo se implantassem em seus solos e multiplicassem os supostos frutos milagrosos de bonança e bem-estar. Em qualquer uma das nações do terceiro mundo, é fácil verificar a predominância das empresas estrangeiras nos principais ramos produtivos. Para isso, os Estados nacionais e suas empresas estatais encarregaram-se da construção da infra-estrutura (energia, transportes, comunicações), indispensável à implantação e funcionamento das unidades industriais. Se mais tarde essas nações voltaram a levantar barreiras tarifárias, isso se deveu principalmente aos interesses e pressões das próprias empresas estrangeiras, no sentido de manter mercados cativos e a salvo da concorrência com outras multinacionais.

Fazia parte dos interesses do capital das nações centrais investir em regiões atrasadas. Esses investimentos têm representado uma das principais medidas compensatórias encontradas pelo capital para fazer frente à tendência de queda de sua taxa média de lucro. A exportação de plantas industriais menos rentáveis e, em geral, poluentes para os países em desenvolvimento, foi parte do processo geral de exportação de capitais e mercadorias dos países centrais no pós-guerra. Por esse meio, aproveitavam-se das vantagens de mão-de-obra e matérias-primas mais baratas para elevar as taxas de lucro e atender àquela necessidade compensatória.

Falando em outros termos, em seu processo de expansão permanente, o capital cresce tanto em profundidade ou verticalmente, elevando a produtividade, aumentando a parcela do capital constante e a extração da mais-valia relativa, quanto em extensão ou horizontalmente, aceitando níveis inferiores de produtividade, grande participação do capital variável e a extração da mais-valia absoluta.

É verdade que o processo de recuperação dos países centrais após a Segunda Guerra Mundial e, depois, as demandas de investimentos determinadas pela revolução científica e tecnológica, direcionaram os fluxos de capitais principalmente entre os próprios países centrais. Mesmo assim, os países em desenvolvimento do terceiro mundo mantiveram por quase duas décadas uma participação significativa nos fluxos de investimentos diretos provenientes do primeiro mundo, chegan-

do a 42% do total em 1975. O capital sempre manteve, em todo o período, sua tendência para produzir peças e equipamentos menos sofisticados em países onde matérias-primas e força de trabalho podiam ser encontradas a preços mais baixos.

A inflexão nessa tendência só ocorreu a partir de meados dos anos 70. Os fluxos de investimentos dos países centrais para os países da periferia do sistema passaram a diminuir de forma acentuada, chegando mesmo a mudar de sentido nos anos 80, quando o fluxo de capitais dos países pobres para os ricos se elevou a 450 bilhões de dólares. Desde então, a contratação de empréstimos externos pelo setor público passou a desempenhar papel mais importante na manutenção de taxas positivas de desenvolvimento no terceiro (e também no segundo) mundo. Isso se tornou possível em particular porque o sistema financeiro internacional se apropriara de grande volume de dólares que a alta do petróleo concentrara momentaneamente nos países árabes produtores. Criou-se todo tipo de facilidade para emprestar esse dinheiro aos países necessitados.

The Economist tem razão ao responsabilizar os países do terceiro e do quarto mundos pelo levantamento de empréstimos em bancos estrangeiros, sem ter condições para saldá-los e, pior, pelo uso indevido que muitas vezes praticaram com o dinheiro obtido. Bilhões de dólares escoaram pelas malhas da corrupção, indo engordar as riquezas das classes ou frações de classe que dominavam a economia e o poder político desses países. Não esqueçamos que, na luta para derrotar a União Soviética e o socialismo, a sagrada aliança dos países centrais capitalistas aceitava todo tipo de aliado, desde que mantivesse o poder e não tivesse escrúpulos para esmagar o inimigo vermelho.

The Economist omite maliciosamente a parte de responsabilidade que cabe aos países centrais na orgia financeira em que se transformou o endividamento externo durante a década de 70. De qualquer modo, o resultado de tudo foi que a dívida dos países em desenvolvimento, que era de 62 bilhões de dólares em 1970, saltou para 572,8 bilhões em 1980. Em grande parte, porque o pagamento dos juros e serviços da dívida era facilitado pela oferta de novos créditos pelos bancos internacionais.

Em 1979, a dívida teve um acréscimo ainda mais rápido porque os juros praticados pelos Estados Unidos foram elevados bruscamente e de forma unilateral, resultando num crescimento inusitado dos pagamentos líquidos que os países devedores tinham que desembolsar. Essa situação acabou levando o México a decretar a moratória, em 1982. Em contrapartida, o sistema financeiro interna-

cional suspendeu os empréstimos voluntários que praticava e colocou o Fundo Monetário Internacional (FMI) como xerife responsável por programas de ajuste financeiro e econômico, que os devedores deveriam aplicar para ter direito a novos empréstimos.

Os países em desenvolvimento entraram nos anos 80, dessa forma, com problemas de toda ordem, em especial na balança de pagamentos com o exterior. Foram obrigados a comprimir substancialmente seu consumo interno, suas importações e suas taxas de investimento, ao mesmo tempo que faziam esforços desesperados para elevar suas exportações, com o fito de fazer frente aos encargos da dívida externa. Isso explica, em parte, por que os países em desenvolvimento elevaram sua participação no comércio internacional e ainda conseguiram manter taxas positivas de crescimento durante os anos 80 (3,8%), embora bem inferiores às do passado.

Assim, ao contrário do que afirma *The Economist*, as economias do terceiro mundo chegaram a ser qualificadas de economias exportadoras durante a década de 80, na busca de divisas com as quais pudessem saldar os juros e serviços da dívida externa. Apesar de haver comprometido valores que, em alguns casos, chegaram de 10 a 15 bilhões de dólares anuais, esses países viram sua dívida total mais que dobrar entre 1980 e 1990. Transferiram cerca de 200 bilhões de dólares para pagamento de juros, mas, mesmo assim, sua dívida externa atingiu a cifra astronômica de 1,28 trilhão de dólares em 1990.

Uma situação dessas teria, inevitavelmente, que desarranjar as economias dos países devedores. Para sustentar as taxas de crescimento destinadas a alimentar as exportações, foi necessário combinar generosos incentivos fiscais com subsídios e outras formas de estímulo às exportações, incluindo investimentos financiados pelo Tesouro nacional. O déficit público tornou-se um pesadelo, coadjuvado e realimentado pela inflação. Os setores não exportadores sofreram uma vertiginosa queda em suas atividades produtivas. Governos assumiram empresas falidas do setor privado para salvar os capitalistas, não os empregados. Em 1990, a média de produção por habitante na América Latina havia voltado aos níveis de 1976, configurando os anos 80 como uma década perdida. Perdida principalmente porque esses países não tiveram condições de investir em novas plantas industriais e, muito menos, em pesquisa e desenvolvimento (para não falar em educação), ficando impossibilitados de enfrentar com o mínimo de condições soberanas os desafios que começaram a ser colocados pela revolução técnico-científica.

No início dos anos 90, o fosso que separa os países ricos dos países pobres havia se alargado tragicamente. Enquanto a renda *per capita* dos países centrais tinha ultrapassado a casa dos 20 mil dólares anuais, a dos países em desenvolvimento (como Brasil, Índia, México, Irã e outros), excetuando os Tigres Asiáticos, não chegara a 3 mil dólares. E a dos países do chamado quarto mundo (Bangladesh, Zaire, Zâmbia, Bolívia) não chegava a mil dólares. Embora, como já dissemos, a renda *per capita* não seja um indicador completamente válido para medir o desenvolvimento humano de um país, ela pode dar uma idéia de como as desigualdades entre os diversos povos havia se alargado.

Uma coisa, porém, era comum a todas as nações em desenvolvimento e subdesenvolvidas: o empobrecimento havia se espalhado de forma assustadora. Os ajustes estruturais das economias em desenvolvimento, impostos pelo FMI (re-equilíbrio da balança de pagamentos, contração do consumo interno e redução do déficit público, com cortes nos investimentos sociais), aprofundaram a miséria e tornaram ainda mais desastrosos seus efeitos recessivos. O outro lado da vitrine mexicana, por exemplo, sempre apresentada como modelo de ajuste a ser seguido, era deprimente: déficits na balança comercial (cerca de 8 bilhões de dólares em 1991), achatamento do salário mínimo (que, em 1990, chegou a 42% do de 1982) e perda do poder de compra dos salários mais altos em torno de 20%.

Em todo o terceiro mundo, o desemprego atingiu parcelas significativas da força de trabalho (em alguns casos, até 30%), fazendo emergir exércitos de indigentes de vários milhões de seres. As epidemias de fome em diversas regiões da Ásia, África e América Latina tornaram-se fato corriqueiro no noticiário internacional. Surtos de violência aparentemente imotivados passaram a explodir em todas as regiões que se encontram no lado escuro do mundo dominado pelo capital.

Em 1991 e 1992, as economias em desenvolvimento voltaram a dar indícios de crescimento, embora lento e instável, particularmente na América Latina e Ásia. Eles coincidem com os ajustes estruturais dos países centrais, que forçam os países pobres a realizar aberturas ainda mais amplas para receber os segmentos industriais menos rentáveis, mais poluentes, mais exigentes de mão-de-obra, energia e matérias-primas e cujos mercados não apresentam a potencialidade de antes. Apesar de toda a retórica modernizadora, essas são as condições básicas do primeiro mundo para que os países do terceiro se habilitem a receber novos investimentos. O mesmo *The Economist*, que hipocritamente pretende dar lições de moral aos países atrasados, referindo-se a um polêmico *memorandum* de Lawren-

ce Summers, economista-chefe do Banco Mundial, concorda que a migração de indústrias para o terceiro mundo, incluindo indústrias sujas, é de fato desejável.

Os argumentos de Summers enquadram-se totalmente na lógica econômica do sistema de produção-para-lucro. Ela mostra que o custo econômico da poluição depende dos ganhos não realizados, devido a mortes e doenças. Como nos países pobres esses custos são mais baixos, as indústrias sujas teriam maiores ganhos. Além disso, os custos crescem desproporcionalmente em relação ao aumento da poluição. Como os países pobres apresentam lugares mais limpos, a transferência de indústrias poluentes para esses lugares reverteria em redução de custos. Finalmente, como o valor agregado do meio ambiente sadio aumenta de acordo com a renda, a população dos países pobres seria beneficiada com a transferência da poluição dos países ricos. O pior é que essa, digamos, teoria do benefício da poluição não se destina a justificar uma ação futura. Há muito tempo, não só as indústrias poluentes dos países centrais vêm sendo exportadas para o terceiro e quarto mundos (quem se esquece do desastre da indústria da Union Carbide, em Boppal, na Índia?), mas os próprios rejeitos tóxicos dos Estados Unidos, Comunidade Européia e Japão (só os Estados Unidos produzem 200 a 400 milhões de toneladas de lixo tóxico) são exportados para países da Ásia, África, América Latina e Europa Oriental, a preços que variam entre 40 e mil dólares a tonelada. Há pouco, os movimentos ecológicos descobriram exportações de materiais tóxicos para o Brasil, usados criminosamente na produção de fertilizantes.

Thurow considera que os fracassos do terceiro mundo superam em muito os sucessos do primeiro mundo. Suas matérias-primas terão mercados cada vez menores porque a revolução de materiais científicos usa um número cada vez menor de recursos naturais por unidade do produto nacional bruto. Essa redução tem provocado sensíveis quedas nos preços das matérias-primas. Em 1990, esses preços foram 30% inferiores aos de 1988 e quase 40% abaixo do que foram em 1970, a preços corrigidos. Por outro lado, ainda segundo Thurow, a América Latina e a África não poderão crescer se tiverem que saldar dívidas na proporção das existentes.

Os reajustes estruturais dos países ricos e a tendência crescente para a formação de blocos regionais, como a CEE e o Nafta (este englobando Estados Unidos, Canadá e México), também podem prejudicar grande parte dos países do terceiro e quarto mundos. A Europa e os Estados Unidos tendem a priorizar as importações de produtos de baixa remuneração das regiões mais próximas de suas fronteiras para assegurar que elas mantenham empregos ativos e aliviem as pressões migratórias.

Diante de todas essas variáveis, com um mercado interno achatado, ainda assolados por processos inflacionários e pressionados pelos encargos das dívidas externa e interna, os países pobres ou em desenvolvimento só conseguirão efetivar a recuperação econômica e enfrentar todos os desafios que os países centrais estão lhes impondo, se alcançarem competitividade no mercado internacional e conseguirem crescentes saldos positivos na balança comercial. Paradoxalmente, isso impõe, ao mesmo tempo, a adoção de políticas tarifárias protecionistas e políticas de abertura ao exterior, além da adequação das empresas que funcionam em seu interior aos padrões de competição mundial. Esses novos desafios estão, por exemplo, obrigando a indústria automobilística da maioria dos países ocidentais do terceiro mundo (na verdade, as mesmas Volkswagen, Ford, General Motors etc. dos países centrais do ocidente), mas com padrões tecnológicos inferiores, a investir em tecnologia e cortar custos.

Elas devem preparar-se para a concorrência com empresas mais competitivas, que antes não faziam parte dos cartéis que dominavam os mercados desses países, como as japonesas e coreanas. Situação idêntica enfrentam todos os outros segmentos econômicos instalados em cada nação. Isso torna a retomada do crescimento dos países em desenvolvimento ainda mais contraditória.

Essa retomada tende a incorporar avanços tecnológicos e novas formas de organização da produção, portanto, elevando a produtividade. Ao mesmo tempo, deve aproveitar as vantagens de uma mão-de-obra mais barata. Em diversos países em desenvolvimento, o desemprego não se alastrou vigorosamente porque a compressão salarial permitiu às empresas manter o mesmo número de trabalhadores, com dispêndio muito menor de capital variável. No Brasil, por exemplo, conforme dados de Dedecca e Brandão, o salário mínimo foi reduzido à metade, em termos reais, entre 1980 e 1990, hoje correspondendo a 1/4 de seu valor médio de 1959. Assim, mesmo que o desemprego não tenha alcançado índices mais devastadores, esse fenômeno intensificou a miséria de massa. A combinação dessas tendências contraditórias, que acabam resultando em mais miséria, mais marginalização, mais polarização das tensões sociais, aponta em vários casos para a ocorrência de caos econômico e social. Infelizmente, a Somália e o Haiti não são situações isoladas.

Bem vistas as coisas, a expansão do modo capitalista de produção para os países periféricos criou sociedades de extrema polarização entre riqueza e pobreza, particularmente se comparadas às dos países centrais. O terceiro e o quarto mundos estão separados do primeiro por uma fenda abissal, não só em termos de

padrões de produção e consumo mas também em termos de ciência e tecnologia. Isso ergue diante deles dificuldades incomensuráveis para acompanhar os desafios da era atual e superar seus problemas econômicos e sociais extremamente graves.

Historicamente, vendo a situação sob o prisma da construção do mercado capitalista mundial, os países capitalistas desenvolvidos mantiveram os países atrasados como seu principal repositório de reserva de mão-de-obra. Isso lhes permitiu, durante muitos anos, manter altas taxas de emprego em seu próprio interior e recorrer a esse exército de força de trabalho estrangeiro sempre que se tornou necessário. Isso tanto para acionar as fábricas que exportavam para as regiões menos desenvolvidas quanto para realizar o trabalho sujo e mais pesado nas próprias metrópoles, às vezes sob o eufemismo de trabalhadores convidados.

O padrão de desenvolvimento exportado pelos países centrais para a periferia funcionou, mesmo com altos e baixos, pelo menos até meados dos anos 70. Propiciaram elevadas taxas de crescimento, que mascaravam o alargamento da pobreza em contraste com a concentração da riqueza. Nesse contexto, puderam também manter-se regimes ditatoriais e autoritários na esmagadora maioria dos países que ingressaram pela via do desenvolvimento capitalista, assim como naqueles que nem a isso chegaram. Sob o pretexto da Guerra Fria contra o inimigo vermelho, os Estados Unidos e demais países ricos apoiaram, estimularam, financiaram e sustentaram esses regimes, em geral, sanguinários, em nome da democracia ocidental.

O esgotamento daquele padrão de desenvolvimento, aliado ao fato de que o capitalismo precisava da bandeira da democracia liberal para levar avante a sua luta pela demolição do campo socialista, acabou facilitando a falência ditatorial no terceiro e quarto mundos, embora não de forma definitiva e cabal. De qualquer modo, democracias tuteladas pelos militares passaram a fazer parte do cenário internacional, para deleite dos panglosses de todos os matizes, e também para satisfação das massas populares. Afinal, a conquista de maiores liberdades e nas democracias está permitindo aos povos desses países um balanço mais transparente dos quarenta e tantos anos de desenvolvimento capitalista e de inserção no mercado mundial.

O quadro com que se deparam, como vimos até agora, não favorece Pangloss.

VALE DE LÁGRIMAS

O que vai acontecer depois da revolução: uma contra-revolução ou uma sociedade de consumo ocidental? Essa era a pergunta que Jiri Dientslier fazia a

Timothy Ash durante os acontecimentos da chamada revolução de veludo na Tchecoslováquia.

Essa era a pergunta que milhões de pessoas talvez se fizessem naquela ocasião e nos momentos seguintes.

Em trabalhos anteriores, levantamos hipóteses sobre as respostas possíveis.

Especulamos a respeito dos caminhos mais prováveis que as nações do Leste Europeu teriam que seguir ao adotar a economia capitalista de mercado. E não chegamos a conclusões otimistas. Hoje é possível dizer que havia uma boa dose de acerto naquelas conclusões, embora não haja mérito algum em haver vislumbrado as conseqüências da conversão do socialismo de tipo soviético para o liberalismo econômico e político.

Até mesmo um liberal como Dahrendorf havia dito, na mesma ocasião, que as reformas econômicas do Leste Europeu levariam as pessoas por um vale de lágrimas.

Para ele, como para outros, as coisas forçosamente se tornariam piores antes de melhorar. Somente Pangloss, assim como as massas do Leste, pensavam diferente.

Acreditaram ingressar numa vida de fartura, liberdade e aventura. Deixaram-se seduzir por todas as promessas que o capital lhes sussurrou através de mil e uma formas. E, agora, estão vertendo lágrimas amargas diante de uma realidade que lhes é francamente desfavorável.

A chamada transição do comunismo para o capitalismo tem gerado, em todos os antigos países socialistas europeus, recessão, desemprego, inflação, transformação da antiga burocracia na nova burguesia espoliadora, sucateamento industrial e tecnológico e uma série de outros fenômenos negativos. Embora Dahrendorf e muitos outros liberais tenham a esperança de que as coisas um dia melhorarão, o antigo segundo mundo socialista corre o risco de tornar-se parte integrante do terceiro mundo capitalista.

Apesar de seu realismo, Dahrendorf acreditou numa assistência generosa dos países capitalistas centrais para amortecer a dolorosa jornada dos convertidos pelo vale de lágrimas. Ajuda, crédito, investimentos diretos jamais se concretizaram, porém, no volume prometido e esperado. Os 24 bilhões de dólares anunciados como ajuda e crédito à Rússia transformaram-se nos 3 bilhões de dólares decididos na cúpula dos sete ricos em Tóquio (julho de 93), mesmo assim, vinculados às exigências de programas de estabilização do FMI.

Thurow havia alertado que a técnica padrão do Ocidente para controlar a inflação (políticas macroeconômicas recessivas, com aumento do desemprego, forçando salários e preços para baixo) não poderia ser aplicada no Leste, entre outras coisas, porque essa região não contava com mecanismos monetários e fiscais adequados. Nessa mesma linha, outros especialistas sugeriram que algumas dessas exigências não deveriam ser implementadas de imediato, tal o risco de caos social que poderiam provocar.

As altas substanciais nos preços de energia e matérias-primas, mesmo aplicadas em escala menor, já haviam provocado falências e desemprego em massa. A conversibilidade das moedas poderia tornar os ativos existentes muito baratos, permitindo sua compra massiva por estrangeiros e criando problemas políticos complicados. Por outro lado, os fluxos de investimentos de capital externo, que prometiam modernizar as economias e as sociedades do antigo socialismo, viram-se confrontados não só com a recessão e a instabilidade política daquela região, mas também com a recessão capitalista em escala mundial.

Do sonho cabalado por muitos, de que os povos do Leste constituiriam novos e pujantes mercados à espera de mercadorias e capitais, sobrou uma ressaca mórbida. A capacidade aquisitiva reprimida pela escassez de produtos, existente anteriormente, esfumou-se, comida pelo choque de preços dos novos governos liberais. Na Rússia, por exemplo, a liberação decretada em janeiro de 1992 elevou os preços, em um ano, em dezesseis vezes, contra uma elevação salarial de três a quatro vezes. Diversos produtos, antes escassos, voltaram a encher as prateleiras, mas 90% da população viu-se rapidamente desprovida dos recursos que, de forma espontânea ou forçada, havia poupado anteriormente. Restou um poder aquisitivo abaixo do mínimo para a sobrevivência. Os doentes e os velhos viram-se, de repente, contra a vontade, diante da porta do inferno, aquela da qual, segundo Dante, não há mais retorno.

As massas do Leste conheceram, assim, o paradoxo do consumo. Nas economias de comando em que viviam, quase nada podiam comprar, apesar de seu poder aquisitivo relativamente alto: os preços eram baixos, mas não existiam mercadorias suficientes. Na redescoberta da economia de mercado, também quase nada podem comprar, embora haja uma relativa abundância de produtos à venda: os preços são altos e o poder aquisitivo afundou.

A inflação contribuiu para corroer ainda mais esse poder aquisitivo em queda livre. Na Rússia, em 1991, os índices inflacionários atravessaram a casa dos mil por

cento; na Romênia, 344%; na ex-Iugoslávia, 215%; na Bulgária, 250%. A Polônia, cuja inflação chegara a 640% em 1989, conseguiu baixá-la para 60,3% em 1991, à custa de uma recessão que jogou 2 milhões de trabalhadores no desemprego. Durante 1992, a maioria dos países do Leste procurou seguir o modelo polonês para baixar os índices inflacionários, agravando a recessão e o desemprego.

Kurz, com razão, ironizou as opiniões que previam a emergência de mercados novos na Europa Oriental com base nas necessidades de seus povos. Apropriadamente, lembrou que necessidades sensíveis e desejos humanos não fazem surgir nenhum mercado ou, em outras palavras, nenhuma capacidade aquisitiva produtiva. No sistema produtor de mercadorias, essa capacidade só nasce através da exploração da força de trabalho humano nas empresas. Assim, antes que isso ocorresse, seria necessário modificar todo o estatuto da propriedade e fazer com que o sistema de exploração do trabalho funcionasse a plena carga.

Havia a hipótese, não considerada por Kurz, de que o sistema socialista houvesse permitido uma acumulação de dinheiro substancial em várias camadas da população, configurando um razoável mercado potencial. Thurow lembra que os salários reais dos países socialistas eram muito mais altos do que os nominais, uma vez que muitas necessidades adquiridas por compra nas sociedades capitalistas, nas sociedades socialistas, eram supridas de graça ou quase de graça. Teoricamente, deveria haver uma poupança considerável à espera da economia de mercado.

Entretanto, é ainda Thurow quem alerta, numa economia de mercado, essas necessidades passam a ser ofertadas a preços que devem chegar ao nível dos preços praticados em outras economias de mercado. A moradia, que representava 1% a 5% da renda familiar nos antigos regimes, deveria passar a 30% ou 40% daquela renda. Na prática, para cobrir essa elevação de gastos, os salários em dinheiro deveriam ser aumentados em proporções idênticas. Teoricamente, assim, tendo em conta o nível de instrução e qualificação da força de trabalho no Leste Europeu, a tendência seria de que os países dessa região pudessem competir com os países em desenvolvimento de salários médios.

Vimos como a poupança foi rapidamente dilapidada pelo brutal reajustamento dos preços e pela lenta e desproporcional elevação dos salários. Para piorar as coisas, em todas as economias do antigo Leste socialista, convertidas ao sistema de mercado capitalista, a produção industrial (e, em diversos casos, também a agrícola) despencou.

Entre 1980 e 1988, a taxa de crescimento anual da Hungria foi 1,6%; a da

Polônia, 2,5%; e a da Tchecoslováquia, 2,0%. Essas taxas já apontavam para os graves problemas enfrentados por sua estrutura econômica. Mas, em 1990 e 1991, a situação agravou-se de forma brusca: a Hungria apresentou taxas negativas de 6,4% e 8,0%; a Polônia, de -14,0% e -9,0%; e a Tchecoslováquia, de -3,5% e -16,0%. Em 1991, a Bulgária apresentou crescimento negativo de 23,0%; a Romênia, de -8,0%; a ex-Iugoslávia, de 28,0%; a Albânia, de -21,0%; e a URSS, de -17,0%.

No território da antiga RDA, anexado pela Alemanha Ocidental, a situação não é muito diferente. A decretação, em julho de 1990, da paridade do marco oriental em relação ao marco ocidental aniquilou, abruptamente, as vantagens de que muitas empresas da Alemanha Oriental ainda poderiam dispor em suas relações com os antigos parceiros do Leste Europeu. Tornou as exportações mais caras, fazendo com que a região perdesse mercados. Além disso, os produtos internos foram suplantados por mercadorias ocidentais, nem sempre de melhor qualidade, resultando numa queda brusca de demanda e levando à ruína ramos industriais inteiros. A produção industrial caiu mais de 70% e o desemprego atinge cerca de cinco milhões de trabalhadores numa força de trabalho de nove milhões.

A característica marcante dos ajustes impostos pela conversão econômica para o mercado capitalista têm sido fechamento de fábricas, perdas consideráveis de fundos tecnológicos e desemprego em massa. A recessão nos países centrais os levou a descobrir, de um momento para outro, que se encontram com uma supercapacidade produtiva. Desse modo, o que interessa ao capital desenvolvido, neste momento, é que as privatizações do Leste resultem na destruição da capacidade produtiva de sua base industrial, de modo a não concorrer com aquela supercapacidade. A capacidade produtiva só deve ser mantida onde houver, compensadoramente, uma massa de baixos salários.

Um exemplo inesperado tem sido a indústria bélica russa. Havia fundadas esperanças de que suas fábricas, com elevados níveis tecnológicos e pessoal altamente qualificado, constituiriam instrumentos inigualáveis para a modernização da indústria civil. Tinham todas as condições de colocar no mercado, teoricamente ávido de mercadorias, produtos de boa qualidade a preços acessíveis. Entretanto, com a brutal compressão do mercado interno e a liberação, mesmo parcial, dos preços das matérias-primas e energéticas (além da desorganização econômica geral), passaram a enfrentar o perigo do sucateamento e da falência.

Acrescente-se a tudo isso o fato de que a austeridade financeira, exigida pelo FMI e praticada fielmente por todas as convertidas economias de mercado

do Leste, atingiu severamente não só as despesas com educação, saúde pública e seguridade social, mas também as despesas militares. Se o corte das despesas armamentistas pode ser saudável para a paz mundial e, a prazo mais largo, para as próprias economias nacionais, a curtíssimo prazo, isso lançou parcela do parque industrial, tecnológico e científico de algumas nações do Leste Europeu diante de uma catástrofe. A bóia de salvação para evitar o naufrágio foi apelar para o mercado mundial de armamentos, no qual passaram a oferecer equipamentos militares de última geração a preços atrativos.

Esses equipamentos têm incluído motores para mísseis, caças supersônicos e outros dispositivos da alta tecnologia militar soviética.

Esse tipo de solução, porém, não é comum aos demais ramos industriais. Mesmo a indústria bélica não tem conseguido evitar que o sucateamento atinja diversos de seus setores. A fuga de pessoal especializado para nações ocidentais, ou outras, que lhe dêem novas oportunidades de emprego e lhe paguem melhores salários, mesmo que sejam inferiores aos do mercado, tornou-se uma preocupação permanente. Cerca de 100 mil técnicos na Rússia e em outras repúblicas da ex-URSS esperam ser contratados por qualquer empresa estrangeira.

Uma parte do pessoal qualificado, em virtude de sua alta capacitação científica e tecnológica, ainda consegue emigrar em busca de novas oportunidades de trabalho, embora a recessão e o desemprego sejam pragas que se alastraram por quase todo o mundo capitalista e impeçam uma absorção mais massiva dessa força de trabalho de alto nível. A maioria da população desempregada dos antigos países socialistas, porém, tende a transformar-se em legiões de miseráveis. Segundo dados do PNUD, quase metade da população ativa da Albânia está desempregada. Na Bulgária, 10%. Nas nações da ex-Iugoslávia, há mais de 1,5 milhão sem trabalho, e, na Romênia, 550 mil. Na Hungria, há previsão de que o número dos sem-trabalho chegue perto de 1 milhão em 1993, para uma população de 10,5 milhões. Na Polônia, os 2 milhões do início de 1992 podem chegar a 6 milhões, enquanto, na República Tcheca e na República da Eslováquia, o desemprego já atinge mais de 7% da população ativa. Na Rússia e nos demais Estados da antiga União Soviética, os últimos dados disponíveis falavam em mais de 15 milhões de trabalhadores sem emprego, mas há estimativas de que os números verdadeiros sejam maiores. Por outro lado, a conversão para uma economia de mercado, qualquer que ela seja, liberal ou socialista, deve resolver como questão essencial a reordenação do direito de propriedade.

No caso de mudança para uma economia de mercado capitalista, deve tornar propriedade privada a esmagadora maioria dos bens e meios de produção que se encontravam em poder do Estado. O processo de privatização sonhado pelas populações do Leste, e prometido pelos governos liberais que assumiram o poder, tinha como substância o direito democrático de oportunidades iguais. Relembrando o que verificou Ash: todos queriam ser proprietários de classe média. No vale de lágrimas em que se transformou a Europa Central e Oriental, porém, a privatização levada a efeito pelos novos Estados liberal-capitalistas tem se assemelhado, em muitos aspectos, ao processo de acumulação primitiva do capital entre os séculos XIV e XVII.

Formalmente, as privatizações seguem três linhas diferenciadas, que permitiriam o acesso de toda a população à propriedade privada. Na prática, acontece um violento processo de apropriação que faz surgir capitalistas bilionários da noite para o dia (ou vice-versa).

Na República Tcheca, foi oficializado um processo de redistribuição dos ativos públicos para a população, tendo como mecanismo principal a venda de cupons ou vouchers pelo Estado. Com os cupons, todos os cidadãos têm, teoricamente, a oportunidade de comprar ações e transformar-se em acionistas das empresas que escolherem. Na prática, cupons e ações são adquiridos principalmente por novos capitalistas que conseguiram acumular capital por meios menos ortodoxos e agora aproveitam a ocasião para legalizá-lo.

A Polônia criou um método aparentemente mais sofisticado de privatização. Organizou instituições financeiras encarregadas de gerir a propriedade pública e em condições de operar diversos fundos, como os de pensão e fundos comuns de investimento. Através desse verdadeiro mercado financeiro, as ações das empresas estatais são amplamente negociadas, transferindo-se sua propriedade. Desse modo, quem já possui capital acumulado, legalmente ou não, tem condições de participar efetivamente desse mercado e adquirir a propriedade das empresas. Já a Hungria utiliza um método mais simples e mais direto, vendendo as empresas estatais a proprietários nacionais e estrangeiros, em especial, as firmas mais rentáveis e eficientes.

Os demais países do antigo bloco socialista europeu empregam métodos semelhantes ou uma combinação deles. Na realidade, esses métodos ou sua combinação mascaram o processo real de acumulação de capital que se processa nessa região. A derrocada dos regimes socialistas permitiu a constituição de poderosas máfias que se especializaram na pilhagem dos ativos públicos. Formadas pela as-

sociação entre uma parte considerável da antiga *nomenklatura* (diretores de empresas e cooperativas, funcionários graduados dos ministérios e do partido dominante e dirigentes dos diferentes órgãos estatais), que detinha laços de poder, informações e influência, e grupos criminosos que há muito haviam se estabelecido nas sociedades socialistas, essas máfias conquistaram uma força inusitada. Essa bizarra conjunção da *nomenklatura* reciclada e reformada com as antigas máfias é, hoje, o núcleo principal da nova burguesia dos países do Leste Europeu. É nela que se trava a luta mais feroz pelo domínio da propriedade privada e do poder naquela parte do mundo, assenhoreando-se dos negócios e dos novos aparelhos de Estado criados pela conversão do capitalismo. Não se pode negar que os antigos burocratas comunistas demonstraram grande capacidade em assimilar o espírito de iniciativa e de empreendimento tão característico dos empresários burgueses, descobrindo meios criativos e inesperados para realizar uma rápida acumulação de capital e resolver o problema da transformação acelerada da propriedade social em propriedade privada. Problema que antes, reconheço, para nós, configurava-se bastante complexo e de difícil solução.

Ash já tinha notado que a maior parte da burocracia central da Polônia continuara em seus postos e trabalhava lealmente, até avidamente, para os novos patrões. Ainda em 90, durante a viagem pelo Leste Europeu, tivemos contatos com diversos ex-funcionários partidários, intelectuais e funcionários de estatais, que estavam se transformando rapidamente em prósperos empresários privados. Bóris Kagarlitsk verifica que, na Rússia, não há distinção entre a burguesia e a burocracia e que a privatização não é nada mais do que roubo do dinheiro público. Na disputa pelo botim, os setores do empresariado nacional e estrangeiro que não se associaram às máfias são obrigados a empregar os antigos combatentes militares do Afeganistão, os chamados afganes, para protegê-los. Como contrapartida das máfias, vicejam, assim, as empresas de proteção dos afganes.

De um modo ou de outro, os novos capitalistas da Europa Central e Oriental são vistos da mesma maneira como os brasileiros enxergam os agiotas e especuladores: exploradores sem nenhum escrúpulo, capazes de praticar crimes, se isso representar um negócio altamente lucrativo. Essa característica se torna particularmente contrastante porque, em todos os países do Leste Europeu, apesar das brutais dificuldades enfrentadas pela maioria esmagadora da população, formou-se uma casta de bilionários, capazes de pagar cruzeiros de luxo aos pontos de veraneio e badalação das elites endinheiradas dos países ricos.

Kurz parece ter razão quando afirma que, junto com as estruturas da economia de comando, está sendo arrasada a própria substância de sociedade industrial, que permitiu àqueles povos existir, por algum tempo, nas estruturas de uma sociedade moderna. Ele considera que, sob a pressão do mercado mundial capitalista, as sociedades que desistiram do socialismo não conseguirão manter os antigos níveis de industrialização. Kagarlitsk também considera que, sob o projeto neoliberal do FMI, não há espaço para nenhum tipo de desenvolvimento industrial na Rússia. Dahrendorf, por motivos opostos aos de Kurz e Kagarlitsk, preocupa-se com a surpreendente escassez de soluções para descobrir o caminho que leva do socialismo à sociedade aberta. Ele chega mesmo a supor que, em vez de caminhar para o século XXI, em muitos aspectos, aqueles países podem regredir ao século XIX.

É significativo, nesse sentido, que o capital dos países centrais pretenda empregar, em relação ao Leste Europeu, os mesmos padrões de exportação de mercadorias e capitais que utiliza em suas relações com o terceiro mundo. Ou seja, exportações de empresas menos rentáveis que aproveitem, ainda, as vantagens comparativas de mão-de-obra e matérias-primas mais baratas. A terceirização empreendida por muitas empresas centrais para cortar custos inclui a transferência de operações menos sofisticadas para aquelas regiões. A Ford, por exemplo, está abrindo uma fábrica de assentos na Polônia com o objetivo de suprir toda a Europa. Outros conglomerados industriais estão seguindo o mesmo caminho.

De qualquer modo, o Banco Mundial supõe que só em 1996 as economias do Leste estarão saindo do vale de lágrimas. Naisbitt não é tão otimista. Prevê que somente durante o próximo século os países do Leste conseguirão desenvolver economias semelhantes às de seus vizinhos ocidentais. A maioria dos estrategistas liberais, porém, condiciona essa possibilidade à conquista da estabilidade política.

Nesse terreno, as coisas também não são tranquilas. As reformas políticas desencadeadas pela *glasnost* de Gorbachev até hoje não normalizaram as relações políticas e, muito menos, as relações nacionais. As democracias liberais implantadas nos países do Leste tendem, com muita facilidade, para novas formas de autoritarismo e não conseguem assimilar pacificamente o ressurgimento de sentimentos e pretensões nacionalistas, étnicas e religiosas, para não falar das demandas de maior participação popular nos negócios do Estado.

No período posterior à publicação de *A miragem do mercado*, os acontecimentos mais significativos no antigo campo socialista foram a desintegração

da União Soviética, a completa liquidação do Partido Comunista da União Soviética, a explosão de conflitos nacionais e étnicos, particularmente no Cáucaso e na Iugoslávia, e a desintegração dos movimentos populares que marcaram os principais avanços da democracia em todos os países daquele campo. Esses acontecimentos aceleraram a derrocada do que sobrava das reformas preconizadas por Gorbachev para o socialismo soviético.

Os dirigentes soviéticos, inclusive Gorbachev, além de profundamente divididos quanto à estratégia de implementação das reformas, continuavam enredados em seu próprio orgulho e jactância de grande potência. Não tinham condições, assim, de exercer o mínimo de modéstia para aproveitar-se das experiências dos outros nem vislumbrar a magnitude das forças destrutivas que estavam desencadeando. Dessa forma, conseguiram destruir tanto a tentativa de reforma de seu socialismo de comando num socialismo de outro tipo, democrático e pluralista, quanto qualquer tipo de socialismo no Leste Europeu, pelo menos a curto prazo. E, apesar dos panglosses deste mundo, que só enxergaram benefícios e melhorias nessa destruição, escancararam as portas de todos aqueles países para inomináveis tragédias sociais e humanas.

Já antes da tentativa de golpe de agosto de 1991, a União Soviética fazia esforços consistentes para se tornar um país normal e civilizado, na expressão de seus dirigentes. Ela tomou a iniciativa de promover os acordos de desarmamento, mesmo levando desvantagem; aceitou a anexação da Alemanha Oriental pela Ocidental, sem nenhuma garantia ou condição; empenhou-se em romper os laços que mantinha com Cuba e outros aliados que não mostravam grande entusiasmo pelas mudanças que patrocinava em todo o Leste; deu apoio à guerra contra o Iraque; renunciou a qualquer postura contestadora em relação aos Estados Unidos e ao Ocidente, inclusive cortando qualquer tipo de ajuda aos movimentos revolucionários; e promoveu a economia de mercado e a democracia liberal do Ocidente como as grandes reformas salvadoras do socialismo.

A vitória contra o golpe e as modificações que se seguiram – principalmente a liquidação do PCUS e o fim da União, substituída por uma Comunidade de Estados Independentes – serviram para consolidar, na verdade, os projetos nacionais emergentes da Rússia e da Ucrânia, em desrespeito ao plebiscito que aprovara a continuidade da União. A Rússia, particularmente, cristalizou uma política de cima para baixo que a levou a apoderar-se de praticamente toda a herança material legada pela União das Repúblicas a abandonar qualquer veleidade sócia,

com as conseqüências do estabelecimento da economia capitalista de mercado e da democracia liberal e a esforçar-se para resgatar seu passado pré-revolucionário. Os ex-comunistas que agora dirigem a Rússia curvam-se respeitosamente diante das tradições do czarismo e da nobreza grã-russa, como se estivessem saboreando tradições de grande valor cultural e humanístico. A história que se lixe.

Abba Eban, ex-ministro do exterior de Israel, considerava que Gorbachev oferecia um caminho melhor do que o separatismo para as repúblicas que compunham a ex-União Soviética. Ele talvez se preocupasse com os perigos que a implosão da União e o crescimento das rivalidades nacionais poderiam representar. A atuação das novas lideranças da Rússia e da Ucrânia parecem lhe dar razão. Para elas, a nova Comunidade de Estados Independentes (CEI) não passa de uma administração mal coordenada para a liquidação definitiva de qualquer traço da antiga União.

Coincidentemente, as outras repúblicas independentes não conseguem esconder o seu temor de que a CEI venha a se constituir num mecanismo, eventualmente utilizado pela Rússia, para reafirmar suas históricas pretensões de domínio. Os protestos contra o chauvinismo grã-russo, quando Moscou se apoderou dos tesouros e bens da União, dão bem a idéia da prevenção que existe a respeito do velho e sempre voraz Urso russo.

Nessas condições, é até natural que as disputas nacionalistas e étnicas voltem a acirrar-se como no tempo do Império. Todos os novos Estados independentes apressaram-se a formar exércitos nacionais e os conflitos causados por movimentos independentistas ou secessionistas alastraram-se, tanto nas regiões autônomas da Rússia quanto na Moldávia, Geórgia, Armênia, Azerbaijão e Tadjiquistão. Até agora, a situação interna da Rússia a tem impedido de usar suas tropas ou as forças da CEI, na maior parte de nacionalidade russa, para interferir abertamente nas disputas das outras regiões ou repúblicas. Nada garante, porém, que essa situação de imobilismo russo perdure.

A Rússia possui mais de vinte milhões de seus cidadãos vivendo em outras ex-repúblicas da União, incluindo aí as tropas russas estacionadas nesses territórios. Em diversos casos, os russos são minorias nacionais (Tartária, 43%; Tchuváquia, 26%; Tuva, 30%; Estônia, 38%; Letônia, 48%). Em outras, os russos constituem maioria (Carélia, 73%; Buriátia, 70%; Iakutia-Sakha, 50%). Um agravante na situação dessas populações russas é que elas vêm sendo privadas dos direitos civis e políticos como uma forma de pressão para que voltem a emigrar para a Rússia.

Calcula-se que, até o início de 1993, mais de 250 mil russos já haviam tomado o caminho de retorno ao lar natal para escapar a essas discriminações.

Mas há reações diferentes. Na Moldávia, os russos da região do Dniester decidiram fundar a República do Transdniestre, enquanto, na Criméia, eles reivindicam o retorno da península à Rússia e resistem em entregar à Ucrânia metade da frota do mar Negro, conforme acordo selado entre os presidentes dos dois países. É difícil prever até quando o Urso russo suportará passivamente supostas ações e discriminações que prejudicam seus nacionais. Até o momento, só há indícios e acusações não plenamente comprovadas de que Moscou estaria por trás dos movimentos nacionalistas russos na Geórgia e na Moldávia.

Sem esquecer a pressão do fundamentalismo islâmico sobre os Estados da Ásia Central, o território que hoje compõe a CEI carrega conflitos reais e potenciais que constituem o mesmo estopim que acendeu a guerra fratricida que está consumindo a antiga Iugoslávia. Os conflitos envolvendo bósnios, croatas e sérvios (e que ameaçam englobar os albaneses de Kosovo, os montenegrinos e os macedônios), além de milhares de mortos e feridos e da destruição indiscriminada de cidades, vias de transporte, fábricas e outros equipamentos indispensáveis à vida social, provocou o maior fluxo de refugiados na Europa desde a Segunda Guerra Mundial. Mais de 2 milhões de pessoas já se deslocaram dos lugares onde habitavam para escapar das atrocidades da purificação étnica que cegou todos os lados, indistintamente.

Mais feliz foi a Tchecoslováquia, que selou a separação entre a República Tcheca e a Eslováquia de forma menos traumática, pelo menos até agora. O que não as salva, porém, de ter de atravessar o doloroso vale de lágrimas.

Tão ou mais doloroso do que isso é constatar, como faz Kagarlitsk, que o vertiginoso crescimento do envolvimento popular na esfera pública entrou em colapso. É verdade que os princípios programáticos de várias correntes que se encontravam à testa dos movimentos populares que derrubaram os regimes socialistas de tipo soviético da Europa Central e Oriental eram fundamentalmente liberais, não ensejando muitas ilusões. Tanto as principais lideranças do Solidariedade, na Polônia, quanto do Fórum Cívico, na Tchecoslováquia ou do Fórum Democrático, na Hungria, para ficar apenas em algumas, defendiam proposições que ficavam restritas aos princípios elitistas da democracia liberal: domínio da lei, garantida por um judiciário pretensamente independente, eleições livres em todos os níveis, economia de mercado e justiça social, como se ambas fossem complementares.

Somente alguns movimentos aparentados ao socialismo democrático, como o Novo Fórum, na Alemanha Oriental, preocupavam-se realmente na criação de mecanismos de participação popular que mantivessem o processo de reformas nas mãos do povo. Esses movimentos, porém, foram atropelados pelos acontecimentos. Os liberais e neoliberais tiveram êxito, como ainda constata Kargalítsk, em retirar o processo de reformas das mãos do povo, fragmentar e isolar as forças populares e, assim, derrotar todos os movimentos populares.

A disputa entre Boris Ieltsin e a maioria do parlamento russo, que resultou no bombardeio do principal símbolo da democracia liberal, parece comprovar o colapso e a desintegração do envolvimento popular nas lutas políticas que marcaram as revoluções anti-socialistas do Leste Europeu. Na resistência ao golpe de agosto de 1991, quando estiveram do mesmo lado Ieltsin, Rutsкои e Khasbulatov em apoio a Gorbachev, ainda foi possível notar uma mobilização popular espontânea, embora em escala inferior à das vezes anteriores. No caso mais recente, a disputa cingiu-se ao contingente dos grupos rivais, que antes eram aliados. A decisão, porém, ficou por conta do alto-comando das forças armadas, quando pendeu a favor de um dos grupos. A população não passou de simples espectadora. Os contingentes populares que entraram na liça parecem tê-lo feito mais por ódio e frustração do que em apoio a um dos lados.

Depois de caminhar durante estes poucos anos pelo vale de lágrimas, talvez Jiri Dientsbier já não esteja fazendo as mesmas perguntas. Afinal, vai ficando claro que, depois da revolução, não está acontecendo nenhuma contra-revolução. As antigas sociedades socialistas também não estão conseguindo se transformar em sociedades de consumo de massa. Como tinha notado Hans Enzensberger, as revoluções do Leste não apresentaram nenhuma nova demanda. As únicas são de 1848, que permanecem inconclusas até hoje. Nessas condições, a abolição do que muitos chamavam de socialismo real resultou não na elevação a um novo patamar de vida e trabalho, mas no retorno ao velho, aos símbolos nacionais e, onde foi possível, representou a continuação de tradições políticas e das organizações partidárias dos anos entre as duas guerras mundiais. O renascimento do neonazismo alemão e ucraniano é apenas a ponta do iceberg que está por vir à tona.

A revolução do Leste foi a própria contra-revolução travestida, aproveitando-se das contradições, erros e crimes do tipo soviético de socialismo ali implantado. Para a maioria de suas populações, o vale de lágrimas talvez não desemboque nem mesmo em sociedades semelhantes às desenvolvidas do terceiro mundo. O

que pode levar alguns de seus setores à enganosa suposição de que eram felizes mas não sabiam.

A MANCHA PAUPERIZANTE

A tese de Marx sobre a pauperização absoluta e relativa dos trabalhadores sob o capitalismo sempre foi muito discutível. Não somente os liberais e conservadores a atacavam como irreal e inconsistente. Muitos socialistas igualmente não a aceitavam com tranqüilidade. E, durante o desmoronamento dos regimes socialistas do Leste Europeu, ela se tornou uma das opiniões marxistas mais desprezadas e vilipendiadas pelos panglosses liberais e socialistas, deslumbrados com as perspectivas de vida que a expansão do capital pretensamente abria aos trabalhadores.

Se aquela tese era antiquada nas condições anteriores do sistema produtor de mercadorias, ainda mais irreal e inverossímil aparentava mostrar-se nas modernas condições do capital na nova revolução das forças produtivas sociais. O melhor exemplo seriam os países capitalistas centrais, onde as taxas de emprego se mantinham elevadas, sendo acompanhadas por um aumento constante da renda *per capita* e por uma distribuição mais ampla da riqueza social. Jürgen Habermas concluiu, a partir daí, que o conflito clássico da distribuição da riqueza na sociedade havia mudado de natureza nos países de bem-estar social. Neles, a maioria do povo trabalhador se confrontaria com uma minoria de grupos marginais. E o ex-presidente Bush, provavelmente embriagado pelo que deve considerar como o maior sucesso do chamado mundo livre em todos os tempos, sequer pestanejou ao declarar que os Estados Unidos eram a sociedade mais igualitária do planeta.

Evidentemente, Pangloss e os que o acompanhavam nessa cruzada contra Marx fingiam ignorar que o sistema de produção-para-lucro, ao criar um mercado global único, havia incorporado seu sistema todos os países periféricos. Neles, o processo de pauperização não podia ser mascarado. Saltava aos olhos, de irmã clara e insofismável, mesmo quando as taxas de crescimento eram ascendentes. Já vimos isso nos capítulos anteriores e não vamos mais nos deter nesse aspecto. Entretanto, em relação ao centro do sistema, Pangloss e seus aliados pareciam ter razão.

O poder social dos trabalhadores nos países centrais se alargara consideravelmente. Salários crescentes, benefícios sociais, seguro-desemprego e outras modalidades de seguridade social, tudo isso permitia aos trabalhadores, ou à maioria

esmagadora, uma vida confortável. Nos Estados Unidos, por exemplo, para ser considerado pobre, era preciso ter uma renda anual inferior a 6,8 mil dólares. Na França, apenas quem percebesse salário correspondente à metade do salário-mínimo era dado como estando no limiar da pobreza. Durante os anos 70 e início dos anos 80, não atingia 10% a porcentagem da população dos países capitalistas desenvolvidos que poderia ser tida como pobre. Uma minoria residual que, como pensava Habermas, talvez não chegasse a manchar o bem-estar dos outros 90%.

A situação era de tal ordem favorável que os trabalhadores momentaneamente desempregados recusavam-se a aceitar trabalhos sujos e estafantes, de menor remuneração. Assim, mesmo com uma taxa residual de 2% a 3% de desempregados, como média, em cada país central, abriu-se campo para a imigração de trabalhadores estrangeiros que se dispusessem a aceitar trabalhos pouco qualificados.

A Europa rica se encheu de força de trabalho portuguesa, espanhola, iugoslava, grega, turca, africana, árabe e asiática. Três milhões de imigrantes das ex-colônias britânicas reforçaram o mercado de trabalho inglês. Dois milhões de turcos e outros quatro milhões de estrangeiros localizaram-se nas diversas cidades da Alemanha Federal. A França foi invadida por mais de cinco milhões de argelinos, marroquinos, vietnamitas e outros trabalhadores oriundos de países africanos, árabes, latino-americanos e asiáticos. Ao todo, cerca de dezessete milhões de imigrantes se espalharam por toda a Europa.

Os Estados Unidos também viram afluir a seu território levadas crescentes de chineses, coreanos, vietnamitas, árabes, mexicanos, costa-riquenhos e outros latino-americanos.

Os novos bárbaros invadiram o centro do império do capital. Aproveitavam-se das ofertas de trabalho e das melhores condições de vida que o opulento primeiro mundo proporcionava. Somente o Japão, por uma questão de cultura e uma deliberada política estatal, resistiu por mais tempo à importação de mão-de-obra estrangeira. De qualquer maneira, a teoria da pauperização de Marx, como disse alguém, parecia haver sido definitivamente levada pelo vento.

Uma aparente distribuição ampla da riqueza social mascarara, no entanto, o alargamento do fosso entre os detentores do “capital e o restante da sociedade. Em 1977, por exemplo, os 40% mais pobres dos Estados Unidos ainda abocanhavam o dobro da renda dos 1% mais ricos. Em 1988, seja devido ao crescimento dos lucros do capital, seja porque a era Reagan propiciou uma queda de 18% nos impos-

tos sobre os ricos, essa situação se inverteu e a renda dos 1% mais ricos igualou-se à renda dos 40% mais pobres. Em dez anos, os ricos tinham aumentado sua renda familiar em 122%, enquanto os 40% mais pobres viram minguar a sua em 10%. Dessa forma, se em 1982 aqueles 1% detinham 31% do patrimônio privado dos Estados Unidos, em 1989, haviam alargado essa posse para 37%. Cerca de 834 mil americanos possuíam um patrimônio de 5,7 trilhões de dólares, maior do que o patrimônio total de outros 150 milhões de habitantes do país mais rico do mundo. Bush, quando disse que os Estados Unidos eram a sociedade mais igualitária do planeta, provavelmente estava fazendo uma piada.

Essa situação não é particular aos Estados Unidos. Na Austrália, Nova Zelândia e Suíça, em 1991, os 20% mais ricos dispunham de renda dez vezes maior do que a dos 20% mais pobres. Proporções relativamente idênticas ocorrem na Alemanha, França, Inglaterra e Itália. Mesmo no Japão, considerado um dos países centrais menos desiguais, a renda dos mais ricos é muito superior à renda dos mais pobres. A pauperização relativa para uma realidade também no mundo rico, apesar dos efeitos pirotécnicos para escondê-la.

No início dos anos 90, porém, para complicar ainda mais os panglossianos em seu momento de glória, os bolsões de pobreza em países centrais se rompem e começam a alastrar-se a um ritmo desconhecido do pós-guerra. Há uma conjunção perversa. Cresce o desemprego estrutural, resultante da introdução de novas tecnologias e dos cortes de custos efetivados pelas empresas durante toda a década. Acrescenta-se o desemprego conjuntural, causado pela recessão. Há, finalmente, uma redução de subsídios e cortes profundos nos benefícios sociais, resultantes da adoção de medidas estatais para solucionar a chamada crise dos países desenvolvidos.

Dahrendorf já tinha chamado a atenção para o fato de que a década de 80 presenciara o renascimento do empresário, com todas as suas qualidades criativas e destrutivas, mas que o preço desse novo milagre havia sido alto. Do ponto de vista social, fizera emergir uma subclasse de indivíduos há muito desempregados e continuamente pobres. O problema novo para boa parte dos cientistas sociais, e aparentemente sem solução à vista, é que essa subclasse passou a crescer muito rapidamente.

Entre 1980 e 1990, os países centrais ainda mantiveram uma taxa média de crescimento econômico (3,1%) superior a sua taxa de crescimento demográfico (aproximadamente 1,0%), mas a taxa de desemprego manteve-se em torno

de 6,0% da população economicamente ativa. Em 1991, essa taxa elevou-se para 7,1%, com uma assustadora tendência ao incremento. Relatório da OCDE estima que, em 1994, os países desenvolvidos deverão ter 36 milhões de desempregados, 8,5% da força de trabalho do primeiro mundo. E, no horizonte futuro desses países, não há qualquer perspectiva séria de que a reanimação das atividades econômicas conduza a uma diminuição sensível no desemprego.

O aumento da competitividade das seis grandes empresas automobilísticas européias frente às japonesas significará um corte de 100 mil a 120 mil empregos, entre 1992 e 1996, de um total de 800 mil. Em 1978, a Ford britânica possuía 30 mil empregados. Em 1992, esse número fora reduzido a 8 mil, tanto devido à robotização quanto à terceirização (subcontratação de serviços). Esse processo tem se aprofundado, inclusive através da exportação de unidades terceirizadas para países de mão-de-obra mais barata, como vimos no caso da Polônia.

Essa tendência não se restringe à indústria automobilística. Todos os ramos industriais estão passando pelo mesmo tipo de reformulação. A provável saída da recessão deve deixar à mostra, então, de uma forma mais crua, a extensão do desemprego tecnológico e da mancha da pobreza estrutural dos países centrais. Kurz tem razão quando sustenta que o sistema produtor de mercadorias, em seu atual nível de desenvolvimento, tem que produzir perdedores em massa.

As massas de desempregados, coadjuvadas pelo fluxo migratório (apesar das fortes medidas restritivas e discriminatórias adotadas pela Comunidade Européia e pelos Estados Unidos), exercerão uma crescente pressão sobre o mercado de trabalho. Nessas condições, embora a tendência do capital seja libertar a mão-de-obra, como resultado do uso de novas tecnologias, ele não se furtará de aproveitar as chances que lhe propiciam essas pressões do mundo do trabalho. Tentará impor formas mais intensivas de exploração da força humana. Na Itália, por exemplo, as centrais sindicais aceitaram um acordo com os empresários sobre o custo do trabalho, pelo qual os salários só poderão crescer em função da inflação programada e da situação das empresas. O acordo prevê, também, a adoção do trabalho eventual (contrato por tempo limitado, através de agências privadas), até então considerado ilegal. Os capitalistas saúdam o acordo como exemplo de modernidade, embora muitos trabalhadores vejam nele um retorno às capatazias da era feudal. Qualquer que seja a interpretação, porém, há um resultado incontestável: os salários serão mantidos em níveis mais baixos.

Estudos realizados nos Estados Unidos sobre o declínio do lazer apontam

também para fenômenos que destoam da tendência à libertação da mão-de-obra, proporcionada pelo aumento da produtividade. Esse aumento, teoricamente, deveria combinar a liberação da mão-de-obra excedente com uma progressiva redução da jornada de trabalho. Tal redução daria possibilidade a que o desemprego estrutural fosse, inclusive, menor. No entanto, nos últimos vinte anos, o americano médio aumentou em nove horas o tempo que passa trabalhando em cada ano.

Nesse ritmo, no final do século, os trabalhadores americanos estarão como na década de 20: sessenta horas por semana, cinquenta semanas por ano, três mil horas anuais. Para as mulheres casadas que trabalham fora de casa, deve-se acrescentar a isso mais 5 horas semanais de atividades caseiras. A escassez crônica de empregos tornou difícil aos trabalhadores resistir às pressões patronais por maiores jornadas e menores salários. Thurow calcula que 10 milhões de norte-americanos recebem salários abaixo do salário-mínimo legal. Qualquer economista medianamente informado veria aí a tradicional extração combinada de mais-valia relativa e mais-valia absoluta. A modernidade capitalista torna-se cada vez mais uma caixa cheia de surpresas.

Os cortes nos benefícios sociais, outra importante bandeira do neoliberalismo para a economia retomar o seu funcionamento normal, agravam ainda mais as mazelas do desemprego. Fazem aumentar, por toda parte do centro do sistema, as parcelas da população sem acesso à moradia e a qualquer tipo de seguro-saúde. Na Inglaterra, em 1990, os *homeless* já eram mais de duzentos mil, enquanto, nos Estados Unidos, chegavam a um milhão. Esses números podem tornar-se ainda mais dramáticos se os cortes nos subsídios à agricultura forem finalmente efetivados. Alguns milhões de agricultores, principalmente na França e nos Estados Unidos, incapacitados de concorrer com os novos conglomerados agroindustriais que empregam a biotecnologia e a informática, deverão falir irremediavelmente e engrossar as fileiras dos desempregados.

Pelo jeito, o vale das lágrimas que os povos do Leste deveriam atravessar para alcançar a felicidade capitalista estende-se como uma viscosa mancha pelos países centrais, ameaçando o sistema de produção-para-lucro com a ressurreição da teoria da pauperização relativa e absoluta e com o redemoinho de suas próprias contradições.

Mesmo porque, como diz Dahrendorf, o custo mais alto do milagre econômico dos anos 80 nos países centrais ainda poderá estar por vir. Afinal, repetindo uma frase de Susan Strange, aquela década foi uma década de capitalismo de

cassino, no qual dinheiro era gerado por dinheiro e não pela criação de riqueza duradoura. A cobiça, a fraude e o interesse de curto prazo substituíram, com frequência grande demais, a poupança, o negócio honesto e a perspectiva a prazo mais longo, para nada dizer da preocupação com os semelhantes.

Em outras palavras, nada de novo em relação ao que o velho Marx já dissera em relação ao capital. O problema deste não é produzir mercadorias, ou mais empregos. É produzir mais capital. O resto é detalhe complementar.

Quando um liberal radical chega a reconhecer o quadro real da marcha do capitalismo, mesmo que de forma benevolente e com esperança de que as coisas melhorem, é porque as contradições internas do sistema afloraram com tal força que até mesmo alguns panglossianos não podem ignorá-las.

A GLOBALIZAÇÃO CONFLITUOSA

O processo de expansão do capital jamais foi linear ou harmonioso. Em todo o seu curso, ele tem apresentado tendências extremamente contraditórias, que se chocam, mas, ao mesmo tempo, andam unidas como a unha e a carne. A tendência à concentração e centralização dos capitais, por exemplo, que vem agindo desde o nascimento do sistema de produção-para-lucro, acelerou-se consideravelmente nos últimos tempos, conduzindo à expansão das empresas transnacionais, à formação de intrincadas redes financeiras produtivas e comerciais e à internacionalização e globalização das relações econômicas. Todo esse processo tendencial parece tornar insustentável a manutenção de barreiras e fronteiras nacionais, a preservação dos Estados-nação e qualquer tentativa de revigorar o protecionismo.

Sob a hegemonia americana, a vitória do capitalismo sobre o socialismo soviético tornou aparentemente ainda mais irresistíveis o livre-comércio, a transformação do mundo num único mercado e a superação dos pruridos de soberania nacional onde se fizerem presentes. No entanto, os Estados Unidos não estão mais sozinhos nem dão mais a última palavra, embora continuem esbanjando um forte poder militar, econômico e político. Após a Segunda Guerra Mundial, a Europa e o Japão elevaram a produtividade de suas economias muito mais aceleradamente do que os Estados Unidos, enquanto estes se afundavam na corrida armamentista com a União Soviética, elevando perigosamente os gastos públicos, permitindo a disseminação da especulação financeira e endividando-se de uma maneira até então desconhecida.

Nesse novo quadro mundial, a hegemonia americana passou a ser contesta-

da justamente por seus antigos aliados centrais. Acentuou-se a multipolaridade econômica e política, fazendo crescer, simultaneamente, a pressão pela conformação de blocos regionais e multinacionais. Em quase todas as partes do mundo, os Estados nacionais esforçam-se em renovar sua vitalidade e reafirmar sua soberania. Os próprios países centrais retomam práticas protecionistas para garantir a prosperidade de suas empresas e a competitividade de seus produtos. A Nomura Securities, uma gigantesca corporação financeira japonesa, afirma que está preparada para um mundo no qual a competição pela conquista de mercados deverá ser muito intensa. Nessas condições, a todo momento, os povos são assustados com a possibilidade da eclosão de um verdadeiro confronto comercial entre as principais nações desenvolvidas.

Manifestam-se, assim, tendências opostas de grande vigor, embaralhando a percepção dos acontecimentos e interferindo e modificando seu curso. Tendências opostas comumente se combinam em composições complexas, com resultados aparentemente inesperados e inexplicáveis. Uma guerra comercial, por exemplo, poderia conduzir à fragmentação do mercado mundial, chocando-se contra a tendência à globalização do capital e ao atual processo acelerado de elevação da produtividade. Sem mercado mundial, o capital pode, eventualmente, resvalar para uma crise ainda mais grave e profunda, assemelhada às que o afundaram nas duas guerras mundiais.

Essas tendências contraditórias manifestam-se de forma cada vez mais nítida, indicando que o capital alcançou uma fase bem mais madura de sua evolução. A economia mundial é cada vez mais dominada pelas grandes empresas transnacionais, numa simbiose impressionante entre os sistemas financeiro, produtivo e comercial. Em 1970, 64 das 100 maiores corporações industriais estavam sediadas nos Estados Unidos, 26 na Europa e 8 no Japão. Em 1968, essa situação havia mudado: 42 das 100 maiores ficavam nos Estados Unidos, 33 na Europa e 15 no Japão. Em 1970, 19 dos maiores bancos do mundo eram americanos, 16 europeus e 11 japoneses. Em 1988, unicamente 5 eram americanos, enquanto 17 eram europeus e 24 japoneses. Atualmente, 9 das 10 maiores firmas de serviços são japonesas.

Essas transnacionais, sediadas nos três principais pólos econômicos do planeta, concentram recursos incalculáveis, empregam milhões de trabalhadores e estão ramificadas por todos os países, seja diretamente, através de filiais ou associadas, seja indiretamente, por meio do sistema financeiro ou do comércio internacional.

Exxon, Chase Manhattan, Mitsubishi, Lockheed, Philips, IBM, Unilever, Volkswagen, Hitachi, General Motors, Sumitomo são alguns poucos exemplos de transnacionais conhecidas praticamente em cada canto do mundo e cujos investimentos e projetos em larga escala influenciam a economia e a política a nível local e mundial. A grandeza dessas empresas e de suas redes pode ser medida, em parte, pelo fato de que a frota de petroleiros da Exxon era maior do que a da antiga União Soviética e a receita das vendas da General Motors, no início dos 70, já era superior ao produto nacional bruto da Bélgica e da Suíça. Segundo o Departamento de Comércio dos Estados Unidos, as 200 maiores empresas americanas produziam, em 1987, 43% do valor adicional total na indústria manufatureira contra 30% em 1948.

Articuladas a um sistema financeiro que funciona à velocidade da luz, 24 horas por dia, rompendo os fusos horários, as empresas transnacionais estruturaram uma vasta rede de organizações econômicas cobrindo o globo. Com isso, elas controlam todas as movimentações de dinheiro e mercadorias e aceleraram desmesuradamente a velocidade de circulação desses bens. Vários autores concordam em que as transnacionais transformaram o sistema de circulação monetária num cassino que funciona sem parar. Thurow diz explicitamente que o capitalismo tem uma tendência natural a derivar para a instabilidade financeira e o monopólio, concordando, assim, com os vários autores marxistas que trataram do assunto.

Um exemplo desse processo é a fusão da Bell e da TCI num negócio de 44 bilhões de dólares, estabelecendo um novo patamar das corporações na área de telecomunicações. Forma agora um *full service network* (rede completa de serviços), que vai da telefonia à educação e da saúde ao entretenimento, através de um único equipamento.

Roland Leuschel, do Banque Bruxelles Lambert, assegura que o sistema financeiro de paridades flutuantes resultou num enorme cassino para especuladores internacionais. A cada 24 horas, negociam-se de 500 bilhões a 1 trilhão de dólares em divisas, com apenas 3% a 5% desses negócios vinculados a efetivas transações internacionais de bens e serviços. Esse cassino especulativo já causou sérias comoções internacionais no passado mais longínquo, como a quebra da Bolsa de Nova York, em 1929, e, mais recente, como os 20% de queda das ações na mesma Bolsa de Nova York, em outubro de 1987. Esse perigo permanente tem exigido dos Bancos Centrais dos países ricos uma constante vigilância e intervenção no mercado financeiro, tornando-os fiadores da especulação internacional.

É evidente que essa integração e internacionalização do sistema só se tornou possível com a nova tecnologia e com os novos meios de comunicação. O sistema global de comunicações, baseado em satélites, computadores, teleimpressoras e outros dispositivos eletrônicos, permite um processo de integração e uma velocidade de transmissão e recepção que, na década de 60, não passavam de ficção. O sistema financeiro, compreendendo uma malha extensa e diversificada de bancos e outras instituições financeiras, faz com que o dinheiro e o crédito fiquem fora de controle de qualquer governo nacional e à mercê dos interesses especulativos do próprio sistema.

Por outro lado, as novas tecnologias de produção tornaram os ciclos de vida dos produtos mais curtos, estimulando a adoção de padrões mais voláteis de consumo e incrementando a rapidez de obsolescência das mercadorias. Esse desenvolvimento forçou a reestruturação dos mercados em todo o mundo e tornou a produção e a circulação transnacionais uma necessidade imperiosa para a reprodução do capital.

A globalização da produção através das empresas transnacionais permite que elas organizem a produção aproveitando-se ao máximo das vantagens comparativas que o desenvolvimento desigual do modo capitalista de produção apresenta. Muitos acreditam que essa internacionalização da produção estaria diminuindo a importância da nacionalidade das corporações. As atividades estratégicas, como pesquisa e desenvolvimento, por exemplo, também estariam se dispersando geograficamente, seguindo a tendência geral das transnacionais. Lawrence Franko contesta essa alegação. Os trabalhos de maior capacitação e maiores salários continuariam quase universalmente perto das sedes, assim como os processos decisórios sobre questões sensíveis, como a alocação fiscal das multinacionais.

O mais comum é que as transnacionais realizem a pesquisa e o desenvolvimento, em geral, na sede da empresa, ou, ao mesmo tempo, nos países desenvolvidos que ofereçam melhores condições para isso. A produção de componentes, por sua vez, pode estar distribuída por diversos países, enquanto a montagem pode ser realizada por outros. Às vezes, a comercialização dos produtos (tanto o equipamento montado quanto os componentes) não é realizada em nenhum dos países que serviram de território para a produção e a montagem. Finalmente, os recursos obtidos com as vendas podem ser depositados num banco situado em alguns dos paraísos fiscais existentes, para escapar dos controles e maximizar ganhos. O sistema transnacional de produção, com filiais, associados, *dealers*, franquias e outros

mecanismos que conformam uma vasta e intrincada rede de vasos comunicantes, atravessa toda e qualquer fronteira nacional.

Essa situação de relativa debilidade dos Estados nacionais é agravada pelo fato de que a maioria dos distúrbios econômicos e das ondas de poluição penetra pelos territórios dos diferentes países com a maior facilidade, ignorando as divisões formais e artificiais dos espaços territorial, marítimo e aéreo. A globalização é de tal ordem que, como constata Alvin Toffler, mesmo centenas de milhões de lavradores que trabalham para a subsistência, em países pobres, encontram-se integrados ao mercado e ao sistema monetário que o acompanha.

Do ponto de vista político, o efeito mais evidente do desenvolvimento das empresas transnacionais e da globalização do mercado capitalista tem sido a pressão para modificar a posição do Estado-nação (ou nação-Estado). Isso ocorre tanto porque os interesses das transnacionais nem sempre coincidem com os interesses da nação-sede, e quase nunca respeitam os interesses da nação-hospedeira, quanto pelo fato de que o Estado-nação, em ambos os casos, não consegue comportar a escala das relações em nível global. São significativos os crescentes ataques teóricos e práticos à autodeterminação. Glotz não titubeia em afirmar que neste final do século XX a nação-Estado estaria econômica, ecológica, militar e culturalmente ultrapassada. Dahrendorf, por seu lado, embora reconheça que não existem sinais no processo europeu de cooperação que tornem supérflua a nação-Estado, considera que a autodeterminação é, na melhor das hipóteses, um direito de segunda classe que não pode prevalecer sobre os direitos básicos individuais dos cidadãos.

Outras vozes poderosas têm enfatizado que a indignação provocada por abusos aos direitos humanos vem minando o sólido princípio de não-intervenção. Nessas condições, a chamada comunidade internacional (leia-se grupo dos 7 países ricos) estaria inclinada a adotar a tese de que não existiria justificativa moral para, em defesa dos direitos humanos universais, recuar diante das fronteiras de um país. O grupo dos países ricos parece haver encontrado nos direitos humanos a justificativa para romper as fronteiras dos Estados nacionais e, na prática, fazer valer os interesses da transnacionalização ali onde a nação está sendo um obstáculo à globalização do mercado.

A Guerra do Golfo é um exemplo cabal dos verdadeiros interesses que movimentam os Estados nacionais poderosos. A intervenção dos exércitos liderados pelos Estados Unidos simplesmente ignorou os interesses e os direitos humanos dos curdos e xiitas do Iraque, assim como a opressão sofrida por eles. O que real-

mente movimentou o dinheiro e as tropas foi a defesa dos interesses petrolíferos no Kuwait. A pretensa intervenção humanitária na Somália evidenciou-se como uma máscara que encobre o interesse estratégico americano no chifre da África.

A constituição do grupo dos sete (Estados Unidos, Alemanha, Japão, França, Itália, Inglaterra e Canadá) como comitê coordenador do processo de transnacionalização representa uma das manifestações mais evidentes da tendência à globalização. Como diz Thurow, uma economia multipolar e aberta requer coordenação monetária e fiscal, que só pode existir se os grandes países estimularem ou restringirem suas economias de forma articulada e unânime. Além disso, os acordos que funcionavam para um mundo unipolar, hegemônico pelos Estados Unidos, não funcionam para um mundo multipolar.

Thurow explica que, nas crises recessivas dos anos 70 e 80, para impedir que elas se transformassem numa depressão (e causassem sérios danos à luta contra o socialismo soviético, acrescento), os Estados Unidos apelaram para as suas políticas fiscal e monetária para estimular a demanda, conforme o receituário de Keynes. Essa ação beneficiou tanto os produtores americanos quanto os estrangeiros. Pode-se dizer que a maior parte do crescimento da Europa, Tigres Asiáticos, outros países em desenvolvimento, assim como dos próprios Estados Unidos, deveu-se às exportações para o mercado americano.

Entretanto, é ainda Thurow quem afirma, a recessão de 81-82 marca o esgotamento dessa capacidade dos Estados Unidos. As exportações americanas, necessárias para equilibrar as importações, tornaram-se coisa do passado. A revolução verde restringiu o mercado externo para os produtos agrícolas americanos. De exportador de petróleo, os Estados Unidos tornaram-se importador. Os produtos de alta tecnologia deixaram de ser exclusividade americana. Pela primeira vez, os Estados Unidos viram-se confrontados com grande déficit comercial, que, de cíclico, passou a estrutural. Em lugar de solucionador dos desequilíbrios econômicos mundiais, os Estados Unidos transformaram-se, muito provavelmente, no principal fator de desequilíbrio. Nessas condições, não lhe restou alternativa senão aceitar a co-participação dos outros países centrais na coordenação econômica e, consequentemente, política mundial. Como sede da maioria esmagadora das transnacionais que operam no planeta, esses países se outorgaram o direito de determinar os rumos de todo o mundo. Deles depende a recuperação da economia, a efetivação ou não dos acordos de proteção ambiental, a decisão de intervir em tal ou qual nação e a implementação das medidas adotadas pela ONU.

Paradoxalmente, o grupo dos sete reflete, também, todas as tendências que se opõem à globalização. Na reunião de Tóquio, em julho de 93, os sete ricos reiteraram a decisão de eliminar barreiras ao livre-comércio e à circulação de capitais, aparentemente dando um impulso decisivo a essa globalização. Entretanto, a lista dos produtos liberados é justamente aquela em que os países centrais possuem uma evidente vantagem comparativa em termos de custos, eficiência e qualidade. Em relação aos demais produtos, que foram objeto de uma acirrada disputa no âmbito da Rodada Uruguai do Gatt, as nações desenvolvidas continuam praticando um protecionismo aberto ou maquiado, seja em relação aos demais países do globo, seja em relação aos próprios parceiros de hegemonia mundial.

Os americanos têm acusado os japoneses de permitir práticas discriminatórias em relação aos produtos e capitais dos Estados Unidos. A balança comercial do Japão só aponta 6% do total para importados, enquanto a dos Estados Unidos indica 15%. Pior do que isso, a balança comercial entre os dois países apresenta um déficit contra os Estados Unidos de 50 bilhões de dólares, quase a metade de seu déficit total de 106 bilhões de dólares em 1992. Os Estados Unidos reclamam do Japão, e também da França (que quer manter os subsídios de sua agricultura), mas sobretaxam o aço brasileiro e produtos de diversos outros países para proteger suas indústrias. Os desequilíbrios da balança comercial dos países ricos são hoje a principal razão para o aumento das barreiras protecionistas de suas economias, embora continuem exigindo a aceitação do livre-comércio pelos demais.

O acirramento da concorrência, segundo Thurow, leva todos a querer assegurar posições de superioridade. As barreiras não tarifárias estão aumentando, enquanto as portas para merca acordos bilaterais rompem com o estatuto do GATT e estão liquidando com o princípio de nação mais favorecida, que permitiria a todas ser tratadas igualmente no patamar da que estivesse em melhores condições. Essa atitude de duas faces dos ricos diante do livre-comércio e da eliminação das barreiras protecionistas estimula os países em desenvolvimento e os mais pobres a adotar diferentes tipos de proteção, apesar de bem menos eficazes. De qualquer modo, todas essas ações levantam novos obstáculos à globalização e são reforçadas, ainda mais, pelo processo de regionalização incentivado pelos países centrais europeus e acompanhado, com nuances acentuadas, pelos Estados Unidos e pelo Japão.

A Comunidade Européia é, sem dúvida, o movimento mais forte e consistente de regionalização ou conformação de um novo e poderoso bloco de comércio. A reunião de cúpula de Maastricht, apesar de todas as resistências nacionais

e problemas que tem encontrado, representou a consolidação da linha de unificação de uma nova Europa. Estabeleceu as condições para a existência de uma moeda única européia, a ECU (European Currency Unit ou Unidade Monetária Européia). Definiu as normas para uma estratégia comum de defesa, com a criação da União Européia Ocidental, seu braço armado que deve atuar em cooperação, e não subordinado à OTAN. Finalmente, aprovou sua carta social, estabelecendo a livre circulação de pessoas, a assistência previdenciária e a igualdade de salários e das condições de trabalho entre os diversos países membros.

Essa integração européia num bloco desse tipo, no qual são estabelecidas regras para seus membros diferentes das regras para as relações com países fora do bloco, deve conduzir, quase certamente, a uma confrontação econômica. Apesar de todas as tentativas para manter vivas as regras de comércio livre, estabelecidas no Acordo Geral de Comércio e Tarifas (GATT), o que vai predominando são as novas regras de comércio administrado, estabelecidas pela Comunidade Européia.

Não por acaso, os Estados Unidos se lançaram na tentativa, ainda não consolidada, de formação do Nafta, juntamente com o Canadá e o México. O Japão se movimenta para articular-se mais intimamente aos Tigres Asiáticos e aos países de industrialização recente do Pacífico Oriental. Outras articulações, como o Mercosul, apontam no sentido da constituição de blocos regionais, destinados a facilitar a cooperação entre os países que os formam. Elas propiciariam condições para competir com vantagem no terreno econômico e político internacional, frente aos outros blocos e países.

Entretanto, a formação desses blocos regionais, apesar de aparentemente vantajosa para seus membros, não consegue sufocar interesses estritamente nacionais e corporativos que eventualmente se chocam com os interesses do bloco. A Inglaterra resiste à moeda única e à carta social européias, a Alemanha praticamente rompeu o acordo de paridade cambial quando elevou suas taxas de juros para captar capitais necessários a financiar seu déficit comercial e seus investimentos na antiga Alemanha Oriental, a Argentina quebrou o acordo de comércio do Mercosul, sobretaxando produtos brasileiros, e assim por diante. Além disso, a moderna tecnologia, particularmente nas comunicações, pode facilitar a formação de blocos comerciais entre países sem fronteiras geográficas. Baseado nisso, o Chile pretende integrar-se ao Nafta, em vez de participar do Mercosul, enquanto países da Ásia do Pacífico tendem a aliar-se aos Estados Unidos, em vez de ao Japão.

Em todos esses procedimentos para incentivar ora uma, ora outra das tendências em curso, o Estado tem desempenhado papel de estimulador e regulador da economia e instrumento eficaz para enfrentar e suplantar pelo menos alguns aspectos da presente crise mundial. Aqui também aparece com crueza a dupla face dos países ricos. Eles recomendam e mesmo impõem aos países mais pobres, através do FMI e outras instituições financeiras internacionais, a receita de menos Estado e menos intervenção na economia, enquanto eles próprios adotam medidas para transformar o seu Estado na principal alavanca para revitalizar e modernizar suas empresas e enfrentar, externamente, a concorrência das empresas de outros países.

Os japoneses, há muito, através do seu Ministério de Indústria e Comércio Internacional, realizam o planejamento macroeconômico de sua economia e incentivam e financiam suas corporações na competição externa. Para atacar e conquistar mercados estrangeiros, tornou-se prática comum nipônica a utilização do sistema de *dumping*, compensado posteriormente pela elevação dos preços após desaparecida a concorrência.

A Europa está investindo pesadamente na constituição de projetos de pesquisa e desenvolvimento, num sistema de consorciação entre o Estado e empresas transnacionais, como o Eureka, Jessi e Esprit. Os Estados Unidos, sob a rubrica de projetos militares, estão caminhando no mesmo sentido de aumentar o financiamento às empresas para elevar sua competitividade na guerra comercial.

Aspecto complementar e ilustrativo desse processo pode ser observado na reformulação dos objetivos dos diversos serviços de espionagem dos países centrais.

Helena Celestino relata que tais serviços estão voltados agora para infiltrar espões em companhias estrangeiras no exterior, a fim de roubar idéias e tecnologias. A CIA considera o Canadá e a Alemanha muito ativos na espionagem econômica e comercial, só perdendo para a França, a mais desenvolvida de todas. Jim Woolsey, diretor da Central americana, afirmou que eles derrotaram o grande dragão comunista, mas vivem hoje numa sala infestada de perigosas serpentes venenosas. Aqueles que se dizem amigos dos americanos espionam suas empresas e corrompem governos estrangeiros para obter contratos destinados às companhias estadunidenses. Durante a Guerra Fria, os Estados Unidos precisavam de sua cooperação contra o inimigo comunista e, por isso, fechavam os olhos. Mas essa época acabou e será colocado um ponto final nisso.

Essa situação reflete bem o novo nível de disputa pela hegemonia mundial,

antes restrita às duas superpotências. Com o desmantelamento de uma delas, foi aberto espaço para que as outras potências econômicas se firmassem como tais e passassem a disputar seu espaço no cenário internacional. Os países emergentes da Ásia do Pacífico, aí incluída a China, que resistem à onda recessiva que afoga o sistema capitalista, também acirram a tendência à multipolaridade e a disputa pelos diversos mercados nacionais e pelo mercado global.

Esses movimentos de sentido contraditório disseminam incertezas. Muita gente enxerga na crise atual, na qual se conjugaram o desmantelamento do socialismo soviético e uma recessão duradoura do capitalismo ocidental, uma crise geral da civilização industrial em seu todo. Tofier e Kurz chegam a conclusões idênticas, embora com formulações diferentes quanto ao futuro. Tofier chega a parafrasear Marx ao dizer que esta civilização, agora moribunda, se teve alguma missão, essa teria sido a de mercadizar o mundo.

Se, diante dessas incertezas, os executivos das empresas transnacionais têm dificuldades para enfrentar as oscilações das políticas industriais e monetárias e tomar decisões, nem por isso essas empresas paralisam seu inexorável processo de expansão. Movidas por sua lógica interna, elas procuram adaptar-se às próprias forças que desencadearam ao realizar o desmembramento generalizado do mercado de consumo e do mercado de trabalho. Procuram criar, continuamente, milhares de novos modelos de produtos para todos os usos e todos os gostos, embora se esforcem por demonstrar que os parâmetros da nova competitividade mundial se encontram nas tecnologias do processo e não nas tecnologias dos produtos. Na verdade, um dos pontos críticos de sua crise atual reside precisamente na dificuldade de encontrar um ou alguns novos produtos que possam penetrar no saturado e cada vez mais restrito mercado de consumo da maioria dos países.

Além disso, as transnacionais têm que especializar seus pontos de venda para atender aos segmentos diferenciados do mercado e dar mais visibilidade à diferenciação das mercadorias. São obrigadas, portanto, a transformar mercados de massa, como o de tecidos, em mercados de nicho, como o das confecções de moda. E mercados de nicho, como o de computadores pessoais, em mercados de massa, como o de calçados. Vêm-se, assim, obrigadas a proliferar o cada vez mais restrito mercado de trabalho com novas ocupações, que atendam aos novos processos tecnológicos e aos novos produtos, impondo aos trabalhadores necessidade de adquirir diferentes especialidades para poder competir melhor em seu próprio mundo do trabalho.

É bem verdade que as tecnologias de processo, baseadas na flexibilidade, em estoques programados (*just-in-time*) e no controle estatístico, indispensáveis para a fabricação de produtos cada vez mais baratos, dependem em grande escala da co-operação da força de trabalho, de sua melhor qualificação e de sua autonomia no próprio trabalho. Como veremos mais adiante, isso se choca frontalmente com a tendência, igualmente presente no atual processo de reestruturação do sistema de produção-para-lucro, de pagar baixos salários e realizar cortes na mão-de-obra.

Não há dúvida de que as novas tecnologias tornam possível a construção de fábricas mais compactas, fisicamente menores, mas de alta intensidade de capital e de alto poder produtivo. O capital sente-se atraído, assim, a investir em sua própria nação-sede e a diminuir os investimentos no exterior, onde os riscos são grandes em virtude da instabilidade política, dos altos índices inflacionários e de outros fatores de incerteza que podem incidir sobre as taxas de retorno do capital. Kurz constata esse fenômeno ao verificar que os investimentos baseados no deslocamento de partes da produção para o Norte da África, o Sudeste da Ásia e a América Latina não apenas ficaram muito atrás dos investimentos em países ocidentais capitalistas como também diminuíram consideravelmente durante os anos 80.

Kurz descobre, na intensidade elevada do capital, os motivos dessa nova tendência. Goendever, ex-presidente da Ford em Colônia, Alemanha, reforça a opinião de Kurz ao afirmar que o deslocamento da produção para os lugares com mão-de-obra mais barata teria perdido sua importância em virtude da compulsão das empresas pela rentabilidade. Elas estariam preferindo cortar custos e, com isso, libertar a mão-de-obra. Para Kurz, essa tendência principal do capital na atualidade fecharia para o próprio Ocidente uma saída exteriorizante de sua crise por meio da exploração daqueles mercados novos. Daí a concluir que o capital não tem mais saída foi um passo.

Entretanto, tanto a tendência que expusemos acima como essa tendência contrária são faces opostas de um mesmo processo contraditório. É verdade que, na década de 80, houve uma certa reversão na tendência das transnacionais produzirem no exterior componentes intensivos de mão-de-obra. A revolução científica e tecnológica exigiu investimentos vultosos, principalmente na pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias de processo e novos materiais, realizados fundamentalmente nas nações-sede. Apesar disso, mesmo durante os anos 80, as transnacionais continuaram investindo nos países em desenvolvimento, em

especial naqueles que apresentavam maior estabilidade econômica, financeira e política. E há indicações de que a prática de instalar fábricas em países onde a mão-de-obra é mais barata voltou a intensificar-se no início dos anos 90.

De algum tempo para cá, apareceu um novo elemento de atração para o capital das nações centrais: os países onde a legislação ambiental é menos rígida e oferecem condições para implantação de indústrias e equipamentos sujos. Jamais esqueçamos as propostas de Summers a respeito. A implantação do Nafta sofreu um sério bloqueio dos ambientalistas dos Estados Unidos e do México, certamente porque eles descobriram que o interesse de muitas empresas americanas, na concretização desse bloco regional, consistia na possibilidade de fugir das exigências da nova legislação ambiental dos Estados Unidos. No México, não seriam obrigadas a dispendar somas consideráveis na fabricação de equipamentos antipoluentes.

Sintomático é que as empresas transnacionais também estejam realizando mudanças significativas em seu perfil produtivo. A competitividade mundial as fez ingressar de forma crescente na comercialização de tecnologias e serviços gerenciais, produtos que antes eram segredos guardados a sete chaves. A rapidez com que as novas tecnologias, incluídos aí os novos materiais, tornam-se superadas por outras, ainda mais novas, reduziu em muito o tempo em que vale a pena para as empresas mantê-las em segredo. Tornou-se muito mais rentável concentrar esforços na pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias e novas técnicas gerenciais e ampliar os mercados para sua circulação.

Em conseqüência, como vimos, as empresas tendem a concentrar na sede as atividades de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico, que demandam altos investimentos em capital, e transferir para outros países de mão-de-obra mais barata as atividades produtivas comuns. No entanto, ao vender novas tecnologias, mesmo que cercadas de truques e dispositivos que prendam os compradores aos vendedores e dificultem o seu domínio rápido, as empresas transnacionais estão disseminando as condições para o surgimento de novos competidores na arena internacional.

Olhando para todas essas tendências contraditórias, que ora agem de forma conjugada, ora se excluem em sentidos opostos, e, às vezes, se transmutam umas em outras, provavelmente seja cedo para afirmar que o capital tenha esgotado sua capacidade de superar mais uma crise, como supõe Kurz. Pode-se admitir que a distância entre uma crise e outra torna-se cada vez menor. Ao mesmo tempo, cada nova crise traz à tona, com mais vigor, as distorções estruturais do sistema produtor de mer-

cadorias. Mesmo assim, as tendências à multipolaridade e ao seu desenvolvimento desigual ainda podem lhe dar algum fôlego por certo tempo. Mas dificilmente poderão continuar alimentando, como na breve euforia panglossiana do final dos anos 80 e início dos anos 90, a perspectiva de viver no melhor dos mundos, sob a égide do sistema capitalista.

A MORTE DO TRABALHO

As tendências contraditórias do capitalismo manifestam-se com tanta maior nitidez quanto mais madura é a fase alcançada pelo desenvolvimento de suas forças produtivas ou, falando de outro modo, pela socialização da produção. Essas tendências longas do sistema produtor de mercadorias foram analisadas por Marx em *O capital* e, em geral, estão sendo comprovadas pela vida e pela história. O que Marx dificilmente poderia prever é que o tipo ideal do modo capitalista de produção e distribuição, que ele pensara haver encontrado na Inglaterra da revolução industrial do século XIX, só iria manifestar-se em toda a sua plenitude na segunda metade do século XX. Com a revolução eletrônica, o capital finalmente constituiu o sistema nervoso central de seu corpo econômico e sentiu-se em condições de comandar todas as atividades viventes do planeta.

Surgiu daí a idéia de que o mundo ingressara na era pós-industrial. Tofler situa a explosão da crise do industrialismo no final dos anos 60. De lá para cá, as tendências longas do capital (concentração, centralização, globalização, multipolaridade etc.) aceleraram-se de maneira inusitada, estimulando tanto previsões otimistas quanto pessimistas. Kurz, por exemplo, supõe que o sistema produtor de mercadorias, com sua explosão dos últimos trinta anos, esgotou sua capacidade de gerar novos ciclos expansionistas. A crise atual seria a expressão desse esgotamento. Cada tentativa para superá-la apenas tenderia a levar o capitalismo a debater-se em crises mais freqüentes e mais convulsivas. A crise e a derrocada do socialismo soviético não passariam, nesse sentido, do fracasso de um determinado tipo de modernização do próprio sistema produtor de mercadorias e uma preliminar da crise geral que deverá atingir todo o sistema mundial capitalista. A crise dos anos 90 parece lhe dar razão.

Apesar disso, Pangloss também tem carradas de motivos para deslumbrar-se com os resultados mais que visíveis dos avanços científicos e tecnológicos do capitalismo. A robótica oferece condições, sequer imaginadas pelos trabalhadores, para torná-los livres não só dos trabalhos pesados, insalubres e perigosos, mas

também da própria obrigação massacrante do trabalho. A informática, além de fornecer o cérebro e o sistema nervoso da robótica, abre para todos os indivíduos um campo novo e ainda pouco explorado para tornar o acesso às informações plenamente democrático. As telecomunicações massificam essa possibilidade, aproximando as pessoas e os acontecimentos dos pontos mais distantes do planeta.

As possibilidades não param por aí. A biotecnologia descerra os caminhos para libertar as mulheres e os homens das doenças e melhorar o padrão de saúde de toda a humanidade. De quebra, está produzindo uma nova revolução agrícola, criando as condições para elevar a produtividade das plantas e dos animais a patamares inimagináveis, sem precisar degradar os solos, a água e a própria biodiversidade. Por outro lado, os novos materiais, entre eles as fibras óticas, as ligas cerâmicas e as resinas sintéticas, permitirão reduzir sensivelmente os dispêndios de recursos naturais, elevando a produção global e podendo, inclusive, gerar novos produtos capazes de melhorar as condições da vida humana.

A relação das novas conquistas é vasta. A humanidade, porém, ainda está apenas no limiar dessa nova era, descortinada pela revolução científica e tecnológica da segunda metade do século XX. Mesmo assim, embora circunscrita às primeiras décadas do que Tofler chamou de terceira onda, a humanidade já foi capaz de alcançar um poder produtivo e uma produtividade difíceis de imaginar poucos anos atrás. Mais importante do que isso, pela primeira vez na história do desenvolvimento de sua capacidade produtiva, o ser humano parece estar encontrando os meios científicos e técnicos para limitar ou frear a destruição da natureza, sem que seja necessário abalar aquela capacidade produtiva. Existe a probabilidade real de eliminar o uso indiscriminado dos recursos naturais e a poluição através de novos processos produtivos e novos materiais.

Em nenhuma época anterior da história humana criaram-se condições tão favoráveis para que o trabalho de tão poucos pudesse suprir as necessidades materiais de cada um dos bilhões de indivíduos do planeta Terra. Pangloss teria tudo para sentir-se realmente no melhor dos mundos, não fosse o que chamamos de teorema de Kurz. Para este, acompanhando a teoria geral de Marx, os avanços científicos e tecnológicos e a conseqüente elevação da produtividade não deságuam unicamente em facilidades e conquistas positivas. Com equipamentos mais produtivos e novas formas de organização da produção, o capital introduz um elemento de perversão na possibilidade de o homem libertar-se do trabalho. Simplesmente empurra o trabalho e seu detentor, o trabalhador, para a morte.

Tofler não considera essa alternativa. Thurow, por seu lado, considera que, no futuro, as vantagens competitivas sustentáveis dependerão mais de inovações tecnológicas nos processos de produção do que de novos produtos. As novas indústrias do futuro, como a biotecnologia, dependem da capacidade mental. A vantagem comparativa criada pelo homem substituiria a vantagem comparativa criada pela natureza (dotações de recursos naturais) e pela história (dotações de capital). Assim, embora Thurow tenha consciência da tendência longa representada pelas inovações tecnológicas e pela nova vantagem comparativa da capacidade mental do homem, ele não tira as conclusões sobre a relação desse processo com a realidade do mundo do trabalho (além de não considerar, como devia, esse mundo como a base de sustentação do próprio sistema produtor de mercadorias).

Nos países centrais, onde o mundo do trabalho parecia a salvo da miséria, hoje, ele está sofrendo mudanças radicais e destrutivas não só em seu padrão de vida, como também em seu perfil. Nesses países, não se pode alegar, como às vezes fazem os cínicos defensores do capital ou os socialistas desatentos, que os trabalhadores se encontram desempregados e sofrem, não pela presença, mas pela ausência do capitalismo. Nesses países, mais do que em quaisquer outros, o capital introduz novas máquinas e novas tecnologias, numa rapidez espantosa, ocupando o espaço da mão-de-obra. O problema não consiste em que o sistema de produção-para-lucro liberte os trabalhadores do trabalho, mas, sim, que os liberta, ao mesmo tempo, da possibilidade de viver como seres humanos.

Andrada e Silva verifica que o desemprego está se tornando uma epidemia não apenas em consequência da recessão, mas em virtude de um desequilíbrio estrutural.

Segundo Ignacy Sachs (não confundir com Jeffrey Sachs, de quem não é parente e com quem não concorda), esse desemprego estrutural tem três raízes: o progresso técnico, que promove crescimento sem emprego; os controles macroeconômicos neoliberais e as iniciativas microeconômicas dos empresários, que abandonaram qualquer preocupação social; e a dissociação da economia real da economia financeira, que tira recursos do circuito do investimento e da produção e os mantém no circuito estéril da especulação.

Carson concorda com o fato de que o desemprego estrutural surge como decorrência de empregos eliminados por mudanças nas necessidades de especialização, introdução da automação, declínio permanente de ramos industriais ou realocização geográfica dos empregos.

Carson também chama a atenção para o fato de que o desemprego estrutural, que, até poucos anos atrás, ficava restrito a alguns bolsões, agora está se estendendo rapidamente. A partir dos anos 70, houve uma crescente propensão para a permanência do desemprego durante os ciclos de pleno emprego da capacidade produtiva (o crescimento sem emprego, de Ignacy Sachs). No início dos anos 70, havia 3,5% de desempregados no ciclo de crescimento. Mais adiante, esse percentual subiu para 4,5% e, no final dos anos 80, estava em 6%. Há uma tão grande probabilidade de que esse índice suba, ainda mais significativamente, quando o sistema de produção-para-lucro ingressar numa nova fase de crescimento, que os economistas neoliberais deram surgimento à idéia de um desemprego aceitável comum, que chamaram taxa natural de desemprego.

Segundo os economistas, o alto e crescente desemprego estrutural torna inaceitáveis os preços das políticas tradicionais de combate ao desemprego, como as de aumento da demanda agregada através de investimentos públicos, preconizadas por Keynes. Nessas condições, o desemprego tende a sair também das preocupações públicas, como aponta Sachs, Ignacy, deixando-se ao próprio mercado sua solução. Ou seja, como diz Carson, deixando que os salários caiam abaixo do ponto em que o trabalhador anterior, de alto preço, possa ser absorvido por novos empregadores e em que a força de trabalho seja forçada a migrar para novas regiões geográficas de salários inferiores.

Carson relembra, muito apropriadamente, que o fundamental na teoria salarial convencional é que o trabalhador vale apenas o que pode produzir marginalmente, ou seja, a mais, e que vale a pena contratá-lo apenas se o produto em dinheiro que ele cria com seu trabalho é maior do que os retornos possíveis com o aluguel de um recurso alternativo. Carson concorda que essa teoria, aceita como pura verdade econômica, é, do ponto de vista humano, implacável. De qualquer maneira, não deixa de ser interessante que a mais-valia, descoberta por Marx, seja admitida, pelo menos, como a teoria convencional dos salários do sistema capitalista.

Nessas condições, os trabalhadores com pouca especialização ou com idades superiores a um certo teto, que varia de país para país, tendem a ficar desempregados permanentemente ou a ser jogados para trabalhos marginais, pesados, perigosos e de baixa remuneração, em que as novas tecnologias ainda não aportaram. Thurow aceita que é assim que o capitalismo funciona. Transforma-se numa selva, onde se trava uma batalha feroz pela sobrevivência. Uma guerra surda e, às

vezes, aberta, corrosiva e destrutiva entre os trabalhadores mais jovens e os mais velhos, entre os trabalhadores femininos e os masculinos e entre os nacionais e os estrangeiros.

Nos países centrais, a disputa pelo trabalho entre os nacionais, descartados pelo avanço técnico, e os imigrantes, que foram atraídos pelo brilho da riqueza do primeiro mundo e buscam qualquer coisa melhor do que a vida que levavam em seus países de origem, ganha contornos de guerra. Ela pode recrudescer se as previsões sobre o desemprego se concretizarem. A ONU calcula que, no ano 2025, poderá haver 500 milhões de desempregados no mundo rico, para outros 500 milhões, ou menos, trabalhando. Por outro lado, todos eles estarão pressionados e sofrendo o assédio de algo em torno de 3 bilhões de trabalhadores sem emprego nos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos, para uma força de trabalho empregada de 2,5 bilhões ou menos, segundo estimativas do Banco Mundial.

Para tentar manter-se no emprego, os trabalhadores serão obrigados, cada vez mais, a apresentar conhecimentos e treinamento multidisciplinar. Thurow afirma que, no século XXI, a instrução e a capacidade da força de trabalho constituirão a arma competitiva dominante. Mas os progressos científicos e técnicos, assegura Tom Bottomore, tendem a produzir somente duas categorias de trabalhadores: os cientistas e engenheiros informáticos, que criam e mantêm complexos sistemas informáticos de informação e controle; e os usuários rotineiros dos terminais informativos. Os da primeira categoria, pequena minoria altamente qualificada, são trabalhadores autônomos em suas práticas laborais e, às vezes, independentes. Os da segunda categoria, estejam empregados em fábricas, caixas de supermercados, postos administrativos em bancos ou outros serviços, ocupam-se de operações rotineiras mediadas por computadores, subordinados a estritos procedimentos de trabalho, escravos das máquinas.

Para ser mais preciso, deve-se acrescentar que tal tendência, descrita por Bottomore, reduz constantemente o campo de trabalho de ambas as categorias, empurrando elementos da primeira para a segunda, e os desta para fora do mercado de trabalho. O mundo do trabalho do futuro deve exigir operários com conhecimentos científicos e técnicos, mesmo para realizar atividades rotineiras, desfazendo-se constantemente dos operários sem qualificação. Umberto Cerroni aponta para o progressivo assalariamento dos estratos sociais médios – sobretudo os intelectuais, os técnicos e os cientistas –, cujo estatuto social cada vez mais aproxima-se do trabalhador assalariado. Thurow lembra que, para implantar o

controle de qualidade estatístico, cada empregado da produção tem que aprender noções básicas de pesquisa operacional, o que exige um nível básico de matemática superior ao que possuem os diplomados do segundo grau nos Estados Unidos.

Essa tendência de redução levará o mundo do trabalho a tornar-se um dia, se continuar o domínio do sistema de produção-para-lucro, campo de ação de apenas alguns eleitos. Até mesmo os operários altamente qualificados, aí podendo-se incluir aqueles estratos sociais médios citados por Cerroni, serão descartáveis. Aqueles que a duras penas vislumbraram as tendências do futuro e conseguiram transformar-se em trabalhadores de várias carreiras, polivalentes e capazes de adequar-se com flexibilidade a qualquer tipo de trabalho existente, acabarão sendo paulatinamente incluídos na cota de descarte e jogados na massa dos desnecessários.

Kurz considera que esse processo, que marca com ferro em brasa o desemprego do mundo ocidental desenvolvido, deve-se exclusivamente às conseqüências da penetração das ciências e intensificação da produtividade. No entanto, novas tecnologias e exportação de fábricas foram responsáveis, entre 1960 e 1980, pela redução de 25% para 20% dos operários trabalhando nas indústrias do primeiro mundo. Continuaram sendo responsáveis pelas reduções ocorridas na década de 80 e início dos anos 90 e devem continuar a sê-lo no futuro.

Carson mostra que nenhuma atividade econômica será instalada geograficamente num determinado lugar a menos que esse lugar ofereça o custo mais baixo para a produção do produto específico. Por isso, os trabalhadores não-qualificados dos países ricos terão que aceitar os mesmos salários dos não-qualificados que vivem nos países pobres. Se não aceitarem essas condições, as tarefas que não requerem mão-de-obra especial acabarão sendo transferidas para os países pobres.

Esse procedimento está se alastrando aos operários qualificados. Engolfados no mercado mundial, os países que recebem as indústrias obsoletas do mundo desenvolvido são obrigados a seguir o mesmo padrão. Há uma repetição cega e inexorável dos modelos e caminhos. A Avibrás, uma empresa brasileira de armamentos, situada em São José dos Campos, possuía 5,7 mil empregados em 1990. A crise recessiva levou-a a reduzir seu quadro de pessoal para quatrocentos e a realizar vigoroso processo de recuperação para não fechar as portas. Entre 1990 e 1992, diversificou a linha de produção de material bélico para os setores de fibras óticas e telecomunicações, voltando a trabalhar a plena carga. Adaptou-se, assim, rapidamente, à revolução científica e tecnológica e às novas tendências do

mercado. Seu quadro de pessoal voltou a crescer, mas ficou limitado a novecentos empregados. Os salários desse pessoal, em grande parte qualificado, devem ser menores do que os dos países desenvolvidos, transformando-se, assim, em campo de atração de indústrias semelhantes.

Esse é o crescimento em novas bases, de elevação substancial da produtividade, rebaixamento dos salários e descarte da força de trabalho. Foi ele que permitiu às quinhentas maiores empresas brasileiras aumentarem suas vendas de 145 bilhões de dólares, em 1992, para mais de 169 bilhões de dólares, em 1993, um crescimento de 11,5%. E, principalmente, que os lucros, no mesmo período, fossem dez vezes maiores, saltando de quinhentos milhões de dólares para cinco bilhões de dólares. Quem se importa com o destino dos outros 4,8 mil empregados da Avibrás? O novo padrão de crescimento dos países centrais e dos países em desenvolvimento para sair da recessão pode estar, como acentua Carson, utilizando plenamente sua capacidade produtiva instalada, ter um desemprego cíclico zero e, ao mesmo tempo, ter grande desemprego estrutural. Esse fenômeno, por outro lado, pode permitir que a produtividade média das empresas se eleve, mesmo que a produção se encontre em crise cíclica. No Brasil, em 1991, apesar de uma queda de 0,5% na produção, a produtividade cresceu 10,8%.

Esse novo tipo de crescimento pode explicar por que a recuperação econômica dos países da América Latina, anunciada como a grande novidade deste início dos anos 90, deverá ter um efeito relativamente pequeno sobre os seus milhões de desempregados, podendo, inclusive, agravar a sua situação. E explica por que o desemprego, como diz Andrada e Silva, está se tornando uma síndrome destinada a romper a relação existente entre o trabalho e o capital há mais de cem anos.

Talvez por isso, Kurz acredite que a abolição do trabalho, no invólucro do sistema produtor de mercadorias, não nasça como pura alegria e felicidade, mas somente de forma negativa, como crise e, finalmente, como crise absoluta de reprodução. A sociedade mundial capitalista, segundo Kurz, estaria, assim, se aproximando de sua prova de resistência e ruptura, pois tem de chegar a um ponto em que suprimirá o trabalho abstrato em sua aptidão de ser substância social do valor econômico.

Kurz tem razão quando destaca a tendência real, negativa, do capital em relação ao trabalho. As crises de reprodução da força de trabalho tendem a ser cada vez mais avassaladoras e degradantes. Entretanto, Kurz parece tentado a cair na mesma utopia que criticou em Marx. Enxerga no capitalismo um ponto de rup-

tura que pode estar visível, mas que talvez não esteja nem tão próximo nem tão maduro quanto supõe.

Apesar de todos os avanços científicos e tecnológicos, as economias dos países centrais, como aponta Bottomore, continuam basicamente industriais, e não pós-industriais. Cerca de 50% de seu produto bruto ainda depende de manufaturas.

Os demais países capitalistas, em desenvolvimento ou subdesenvolvidos, ainda procuram completar seus processos de industrialização, apesar de todas as dificuldades e da complexidade que a presente divisão internacional do trabalho lhes está impondo. Além disso, o processo de desemprego não é absoluto nem conforma somente dois campos opostos (empregados e desempregados). Em geral, mesmo nos países desenvolvidos, forma-se uma massa intermediária que se mete pelas brechas do sistema. Ela procura sobreviver, às vezes descambiando para o banditismo, o tráfico de entorpecentes ou outras formas anti-sociais de redistribuição de renda. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) estimou em trezentos milhões o número de pessoas atuando na chamada economia informal em todo o mundo e prevê que esse número deve crescer substancialmente nos próximos anos.

O Japão, os Tigres Asiáticos e os países de industrialização recente do Pacífico, por outro lado, ainda não apresentam as mesmas taxas de desemprego e descarte da mão-de-obra que as economias capitalistas ocidentais. Eles basearam seu crescimento numa combinação bem mais ampla, de alta tecnologia de processo, tecnologia muito variada de produtos, longas jornadas de trabalho e baixa participação dos salários na renda nacional.

No Japão, ainda hoje, os operários trabalham seis dias por semana e o mínimo de oito horas por dia, embora esse país seja o que possui o maior número de robôs industriais. Sua taxa de desemprego atingiu 2,2% em 1992 e parece também estar crescendo. Mas o desemprego estrutural ainda não é a fonte principal da morte do trabalho nesse país do Oriente. Lá, 45% dos executivos, segundo pesquisa do *British Medical Journal*, trabalham mais de 50 horas semanais e 25% fazem, pelo menos, 120 horas extras por mês. Resultado: o *karoshi*, morte repentina por excesso de trabalho. Em lugar da morte lenta e degradante do desemprego permanente, a morte rápida e fulminante no posto de trabalho.

Na Coreia do Sul, é comum os trabalhadores comparecerem às fábricas para trabalhar três domingos por mês. Os demais Tigres e as nações de industrialização

recente seguem padrão idêntico. Com argumentos, motivações e coerção ideológica, os trabalhadores desses países, assim como os do Japão, têm sido convencidos de que o importante não são os altos salários nem a capacidade interna de consumo. Importante mesmo seria compartilhar a mesma sorte de construir o país, princípio que era tanto mais assimilado quanto menos importante era o mercado interno para a expansão do capital. O grande êxito nos mercados internacionais permitiu ao capitalismo dessas nações desconsiderar o mercado interno para sua própria produção.

Somente agora, com a crise recessiva mundial, o capitalismo ocidental começa a pressionar o Japão e os demais países industrializados da Ásia a mudar seus métodos, por considerá-los desiguais e desleais para a competitividade no mercado mundial, único. Akio Morita, presidente da Sony Corporation, está convencido que as empresas japonesas terão que adaptar seu estilo administrativo para não competir desigualmente com europeus e americanos. Terão que equiparar salários, reduzir jornadas de trabalho e assumir responsabilidades sociais (férias, custos ambientais e outros benefícios) que não faziam parte de sua lista de obrigações.

O Japão, pela primeira vez em muitos anos, também começa a sentir o vento morno da recessão. Tudo isso obriga-o a acelerar suas reformulações e mudanças. O povo japonês começa a ser instado a consumir mais. Contraditoriamente, seu mundo do trabalho, até então submisso ao consenso ideológico, cuja base era o emprego vitalício, agora se vê às voltas com o rompimento da garantia da estabilidade. A chaga do desemprego, embora ainda pequena, começa a se estender pela pele pretensamente imaculada da economia do Sol Nascente.

Assim, embora o desemprego estrutural seja uma tendência avassaladora do capital, em todas as suas formas e nuances, produzindo massas desperdadas de maneira crescente e ampliada, essa não é uma tendência linear. Nem mesmo se pode dizer que a crise absoluta, prevista por Kurz, deva dar-se a curto prazo e sem mediações. Até nos países centrais, o capital tem imposto aos trabalhadores, temerosos de perder o emprego, aumento nas jornadas de trabalho e reduções salariais.

Em todos os países capitalistas, tem sido comum que os trabalhadores, ameaçados pelos cortes de pessoal, submetam-se às pressões patronais para trabalhar mais por menores salários. Entre 1973 e 1990, segundo Thurow, o produto nacional bruto *per capita* dos Estados Unidos subiu 28%, mas a remuneração por hora dos trabalhadores em funções não-gerenciais (2/3 da força total de trabalho)

caiu 12%. O salário real semanal caiu ainda mais fortemente (18%), em virtude da disseminação da terceirização, dos trabalhos eventuais e por empreitada e da queda da força dos sindicatos.

Tornou-se comum, em países onde o desemprego cíclico ou recessivo se apresenta muito forte, agravando a situação do desemprego estrutural, que os trabalhadores aceitem reduções nos salários, acompanhadas de reduções nas jornadas, desde que haja o compromisso, por parte dos empresários, de manutenção do quadro de pessoal. O acordo da Volkswagen alemã com o sindicato dos metalúrgicos é o exemplo mais recente desse tipo de medida para enfrentar a crise, podendo ser copiado mais amplamente em outros países da Europa. O capital é capaz de admitir combinações variadas, que mantenham seus ganhos, mesmo que elas representem cargas pesadas sobre os trabalhadores. De qualquer forma, a tendência real tem sido a de declínio do salário real e de aumento do desemprego estrutural.

Tudo isso tem resultado numa queda significativa da ética do trabalho e no aparecimento de problemas psicológicos e sociais que tendem a se agravar. O que podem pensar gerações crescentes sem empregos, em especial se ao exército de desempregados se agregam indivíduos com conhecimentos técnicos e científicos, que normalmente deveriam estar bem empregados? Que reação devem ter trabalhadores não-qualificados ou de baixa qualificação quando vêem seus postos de trabalho sendo disputados por engenheiros e outros indivíduos com formação técnica superior? Esse agravamento do desemprego estrutural tem levado muitos cientistas a trabalhar a hipótese de um mundo sem emprego e sem trabalho. Eles sentem, porém, enormes dificuldades para dar solução ao problema nos marcos do sistema capitalista. Como distribuir a riqueza, gerada por muito trabalho morto e muito pouco trabalho vivo, mas apropriada pelo dono do capital, se praticamente já não existe a mercadoria força de trabalho, que desempenhava o papel de instrumento de troca entre os trabalhadores e o capitalista? Como garantir aos indivíduos e famílias não-proprietários de capital (a esmagadora maioria) os elementos de sua reprodução humana se a única mercadoria que possuíam para vender, sua força de trabalho, já não é necessária nem possui, por isso, mais valor algum? Além disso, que sentido terá a produção se a desapareição do trabalho elimina uma parte considerável do poder aquisitivo social? Fábricas automatizadas venderão seus produtos e suas tecnologias para outras fábricas automatizadas, que venderão para quem? Marx foi o primeiro a estudar essa tendência do capital para descartar e assassinar o trabalho e o trabalhador como uma lei de população inexo-

rável do modo capitalista de produção. Há muito chegou à conclusão de que ela não pode ser resolvida a não ser rompendo com o sistema de produção-para-lucro e socializando a apropriação da própria riqueza. Durante mais de um século, os economistas e cientistas burgueses procuraram ridicularizar e desconsiderar essa tese de Marx. Mas não deixa de ser irônico, agora que o marxismo está pretensamente morto, que eles se vejam procurando solução para um problema que consideravam inexistentes, mesmo em perspectiva. Ainda bem que sempre apareceram vozes isoladas, como Rossana Rossanda, para lembrar que Marx nunca escreveu palavras tão fortes como as que tratam do holocausto operário que acompanhou as mudanças do capital. Este sempre demonstrou força capaz de se renovar constantemente, na busca de seu crescimento através da tecnologia e, por ela, da compressão do trabalho humano e de seu valor como mercadoria.

A morte do trabalho sob o capitalismo fere de morte o próprio sistema. Quanto mais ele avançar por esse caminho, internacionalizando o exército de reserva industrial, sem perspectiva de vir a empregá-lo, impulsionado por sua própria lógica cega de funcionamento e reprodução, mais forçará o renascimento do socialismo, sob as mais variadas formas, como a possibilidade real de encontrar uma solução humana para os desafios colocados pela revolução científica e tecnológica e pela elevação constante da produtividade.

IV O sonho dos justos

O mundo real em que vivemos nos obriga a colocar Pangloss de lado. Afinal, para infelicidade dele, a vitória do capitalismo e do liberalismo sobre o socialismo soviético acabou tendo um resultado de certo modo indesejado. Sem inimigo aparente sobre o qual atirar todos os males e problemas deste mundo, o capitalismo tem sido levado a desnudar-se muito rapidamente. Os males e as tragédias, gerados pelo seu funcionamento e expansão, saltam aos olhos.

Por outro lado, se o socialismo deixou de ser, momentaneamente, para parcelas consideráveis de trabalhadores em todo o mundo, uma referência palpável e viável para sua libertação das mazelas do sistema de produção-para-lucro, nem por isso os trabalhadores deixarão de se revoltar e procurar saídas para a exploração e a opressão que sofrem. O próprio capital, que lhes prometeu o céu e o paraíso após a vitória contra o inimigo socialista, os empurra cada vez mais para o inferno dos diferentes tipos de desemprego e para a miséria de massa. Além disso, os socialistas que não capitularam aos encantos do neoliberalismo continuam tentando exorcizar seus demônios e recuperar a perspectiva socialista, depois da longa e penosa experiência soviética.

É natural, assim, que proliferem não só as mais contraditórias análises sobre a experiência socialista soviética, como sobre o socialismo em geral e os caminhos de superação do capitalismo. Dahrendorf e Kurz apontam, com razão, que alguns intelectuais tentam manter vivo o sonho de algum socialismo real ao alegar que nenhuma das versões realmente existentes teria tido algo a ver com os verdadeiros ideais socialistas. Não teriam passado de traições a esses ideais, sendo necessário recuperá-los, principalmente de um ponto de vista ético e político.

Surgem, a partir daí, inúmeras interpretações dos ideais socialistas. André Gorz enfatiza o fato de que o socialismo deve ser uma forma de sociedade na qual as demandas derivadas de sua racionalidade estejam subordinadas às metas sociais

e culturais. Diane Elson relembra que a tradição socialista tem sempre dado ênfase a que a direção social consciente da economia deve satisfazer antes as necessidades do que ao lucro. E Hobsbawm afirma que, enquanto a alma de uma sociedade individualista era a competição, isto é, o mercado, a base da sociedade socialista tinha que ser a cooperação ou a solidariedade. Para ele, o socialismo deve ser julgado economicamente com base em sua capacidade de satisfazer mais e melhor – e diversamente do capitalismo – as necessidades materiais dos homens.

Kurz, por sua vez, considera que, historicamente, os setenta anos de URSS e os quarenta anos de Europa Oriental e China representam um espaço de tempo minúsculo que nos faz duvidar se o socialismo real jamais aparecerá nos anais da humanidade como formação social independente que mereça ser mencionada. Para ele, será talvez apenas uma nota de rodapé no processo transitório, historicamente curto, dos sistemas produtores de mercadorias e de sua crise global. Esse desprezo de Kurz pela experiência do socialismo soviético o conduz a supor uma passagem abrupta e sem transição do capitalismo para o comunismo.

Não são, como se pode notar, opiniões completamente convergentes. Para complicar, as desesperanças e as incertezas geradas pela derrota do socialismo soviético, acompanhadas pela crise cíclica que se espalhou pelo mundo capitalista rico, estão fazendo ressurgir não só antigas utopias como também reações anticapitalistas passadistas. Reaparecem, seja entre os socialistas, seja também entre setores de trabalhadores marginalizados pelo sistema produtor de mercadorias, os velhos ideais de igualdade, liberdade e justiça, desligados das condições concretas em que tais ideais podem efetivamente enraizar-se e tomar corpo.

Em muitos países atrasados do ponto de vista capitalista, os camponeses sem-terra, expropriados pela expansão do capital, retomam a trajetória dos *diggers* (cavadores) ingleses do século XVII, instituindo comunidades produtivas agrárias, na esperança de que com isso possam ver-se livres do sistema que os marginalizou. Em outros, o fundamentalismo islâmico, ou outro tipo de fundamentalismo religioso, se eleva como a única barreira contra a expansão satânica do capital, justificando a religiosidade extremada e as ações santas como o modo de alcançar a salvação e a libertação. De um modo ou de outro, a derrota do socialismo soviético e o agravamento das condições de vida das massas trabalhadoras em todo o mundo, inclusive nos países capitalistas desenvolvidos, têm feito renascer os sonhos que povoaram a mente dos explorados e dos oprimidos desde que passaram a viver o pesadelo da divisão da sociedade em classes. Desde que os homens

evoluíram da sociedade comunitária primitiva para sociedades socialmente divididas, a vida comunitária passou a refletir-se em suas mentes como a época de ouro da igualdade, da liberdade e da justiça.

É provável que, na época primitiva comunitária, tais conceitos nem existissem ou tivessem qualquer significado. A igualdade, a liberdade e a justiça faziam parte natural do sistema social em que viviam, do mesmo modo que eram alheias a tal sistema a exploração e a opressão. Apenas depois que se instauraram novos sistemas sociais, com base na divisão de classes, os diversos aspectos de seu modo anterior de vida ganharam um significado especial. Os sonhos dos deserdados passaram, então, a ser povoados pelas lembranças douradas de um tempo que se fora, mas que eles queriam de volta. A maior parte dos movimentos e sublevações dos oprimidos e socialmente subalternos das sociedades anteriores ao capitalismo foi marcada pelo desejo e pela aspiração de retomar o estilo de vida daquele período.

O renascimento desses sonhos nos estimula a relembrá-los. É possível que boa parte dos leitores os conheça. Mas nunca é demais rememorar a maneira como a humanidade tem alargado, de forma paulatina e sofrida, com recuos e descontinuidades, os círculos da igualdade, liberdade e justiça.

Do mesmo modo que os episódios que marcaram, desde os tempos mais remotos, as tentativas de concretização desses sonhos, os movimentos socialistas modernos, incluindo o socialismo soviético, deverão aparecer na história como elos no esforço sempre crescente para ampliar a igualdade, a liberdade e a justiça. Até que, de tão naturais que se tornem, sonhos e realidades cheguem a se fundir em algo novo que leve homens e mulheres a ansiar por modos de vida ainda mais elevados e nobres.

REFAZENDO OS ELOS

São fragmentários os conhecimentos sobre as manifestações mais antigas dos sonhos das mulheres e homens que habitaram o planeta. Sabe-se que, nas antigas sociedades escravistas ou asiáticas do Egito, Mesopotâmia, China, Pérsia, Índia e Grécia, as aspirações e as revoltas dos escravos e oprimidos quase sempre tinham como emblema aqueles sonhos. Nas ideologias dominantes da época, mais conhecidas, aparecem como contraponto argumentos e idéias que procuram justificar as desigualdades, a ausência de liberdade, as injustiças e outras mazelas que faziam parte da realidade que sucedeu as sociedades primitivas.

No Egito do terceiro milênio a.C., Ptah-Lotep, um nobre de destaque, es-

creveu *A sabedoria*, uma obra que procura estabelecer as normas de conduta para a sociedade de sua época. Essa sociedade só possuía duas espécies de homens: os que ocupam a posição inferior, que são maus, e os que ocupam a posição superior, que são valorosos e nobres. Os que ocupam a posição inferior devem obediência e submissão aos superiores, de cuja boa-vontade e benevolência depende seu bem-estar. Dobra a espinha ante os nobres e ricos, aconselhava Ptah-Lotep aos inferiores, provavelmente preocupado em evitar que os sonhos destes se transformassem em ações contra os valorosos nobres.

Mais tarde, já na X dinastia (início do segundo milênio a.C.), a Instrução do rei Ahtoy recomenda esmagar violentamente os facciosos e ser implacável com os pobres que pretendiam apoderar-se dos bens escravistas. Para ele, o rico não era injusto, pois era dono das coisas e não tinha necessidades. Os pobres, ao contrário, eram desprotegidos e cobiçavam o alheio. Por isso, eram elementos perturbadores, mesmo no exército. Não deixa de ser uma teoria original, embora francamente cínica.

Na Babilônia, com o Código de Hamurabi, e, na Índia, com o Código de Manu, são justificadas a desigualdade social, a total ausência de liberdade para os escravos e a justiça que protege os escravistas, os sacerdotes, os nobres e o rei. Na China, a doutrina de Confúcio segue os mesmos preceitos, embora as agudas contradições sociais também o levassem a aconselhar benevolência em relação ao povo. No século VII a.C., durante o período dos reinos guerreiros, caracterizado por contradições sociais de todos os tipos e agudas lutas de classes, apareceu a doutrina de Lao-Tsé, o taoísmo, na qual, pela primeira vez, se traduz o protesto do povo trabalhador, arruinado pela exploração e a opressão dos senhores. Lao-Tsé exorta os homens a retornar à idade de ouro, na qual seguiam a lei natural, o Tao, em que não aspiravam adquirir riquezas e se indultavam os crimes. No livro sobre o Tao e o Te, Lao-Tsé reprova a ostentação da corte e a acumulação de riquezas, enquanto os campos estavam tomados pelas ervas daninhas, os celeiros estavam vazios e o povo passava fome, assolado pelos tributos e impostos.

Na Antiguidade grega, a divisão da sociedade em classes ocorreu entre os séculos VII e VI a.C., com a implantação do escravismo. Formada por inúmeras *pólis*, cada uma delas constituída por uma cidade e vários povoados, seu regime político reflete a complexa luta de classes que envolvia escravos e homens livres (estes englobando a nobreza agrária, os comerciantes e várias categorias de pobres livres, como os artesãos e os camponeses). A preocupação com a manutenção do

domínio sobre os escravos (que em algumas *pólis* eram a maioria dos habitantes), ou sobre outras etnias, também escravizadas ou transformadas em colônias pagadoras de tributos, deu surgimento a uma vasta literatura política e filosófica, que chegou aos nossos dias.

Ela reflete, sobretudo, a acirrada e sangrenta luta política e militar entre diferentes *pólis* dominantes, entre os regimes políticos (aristocracia e democracia), que opõem a nobreza agrária e os comerciantes escravistas aos demais homens livres com poucas posses. E, embora considerando os escravos como simples instrumentos falantes, não podiam ignorar as suas constantes sublevações pela emancipação.

Hesíodo, poeta que viveu no início do século VII a.C., relembra a idade de ouro, na qual não havia nem sofrimentos nem preocupações, como algo que se tornara lenda. A realidade, desde então, nas idades de prata, cobre e ferro, era a dos homens sobrecarregados com trabalho insuportável, porque os ricos haviam concentrado em seu poder todas as riquezas. A recordação da igualdade e da liberdade existentes durante a idade de ouro conservou-se no culto ao deus Cronos e em grande parte da variada mitologia grega. Mas está expressa, também, na influência das idéias escravistas e aristocráticas que predominaram em sua sociedade durante muitos séculos.

A lenda de Prometeus, um dos titãs que trabalhavam para Hefestos, deus do fogo e protetor das forjas, exprime com grande força dramática a luta e a ânsia dos homens para libertar-se dos poderes dominadores da natureza e de outros homens. Prometeus entrega aos homens o segredo do fogo e da arte da forjaria, privilégio dos deuses, capacitando-os a enfrentá-los. Esse ato de rebeldia desencadeia a fúria e a ira de Zeus, o deus dos deuses, e de Hefestos. Este acorrenta Prometeus nos penhascos e o condena a ter seu fígado eternamente devorado pelos abutres. No sofrimento de Prometeus, os escravos e os pobres deveriam sentir o seu próprio sofrimento se ousassem afrontar a ordem estabelecida pelos nobres escravistas.

Do mesmo modo que Prometeus jamais se curvou, assim também o fizeram os mélios diante das ameaças escravizadoras dos atenienses. Tucídides, famoso estrategista e historiador do período, descreve em detalhes o diálogo entre representantes das duas etnias, no qual se chocam de forma aberta e crua as mentalidades dos escravistas e daqueles que pretendiam conservar a liberdade.

“Viestes para serdes vós mesmos os juízes e o resultado de nosso debate é evi-

dente”, dizem os mélios, “se vencermos na discussão por ser justa a nossa causa, e então nos recusarmos a ceder, será a guerra para nós; se nos deixarmos convencer, será a servidão”. Em resposta, os atenienses não utilizam nenhum subterfúgio. São francos e diretos: “Exercemos o direito de dominar, porque deveis saber tanto quanto nós que o justo, nas discussões entre os homens, só prevalece quando os interesses de ambos os lados são compatíveis, e que os fortes exercem o poder e os fracos se submetem. Nosso desejo é manter o domínio sobre vós sem problemas para nós e ver-vos a salvo para as vantagens de ambos os lados”.

Os mélios ainda procuram saber que vantagens poderiam ter em ser escravos em comparação com as dos atenienses em dominá-los. O argumento destes é antológico. “Ser-vos-ia vantajoso”, dizem eles, “submeter-vos antes de terdes sofrido os mais terríveis males. Nós ganharíamos por não termos de vos destruir. Aqueles que preservam a sua liberdade a devem à sua força e que não os atacamos por medo”.

Esse não era o caso dos mélios, que tinham plena consciência de sua fraqueza diante dos atenienses. Ao mesmo tempo, achavam o cúmulo da degradação e covardia não recorrer a qualquer meio antes de se submeter à escravidão. Ceder imediatamente seria perder toda a esperança. Contavam com o apoio dos lacedemônios e com sua própria firmeza. Suportaram um cerco prolongado mas, enfrentando traições internas e a falta de colaboração dos aliados, viram-se obrigados a capitular. Os atenienses mataram todos os mélios em idade militar que capturaram e reduziram as crianças e mulheres à escravidão.

Assim, enfrentando a ira dos deuses e dos poderosos e dominadores, os defensores da liberdade sacrificaram-se inúmeras vezes por ela. Nunca deixaram de sonhar com a volta à idade do ouro. Outra bela página dessa história foi vivida por Espártaco, escravo e gladiador Trácio, que comandou um exército de escravos sublevados contra o Império Romano, impondo severas derrotas militares às hostes do maior império mundial de então.

Espártaco sonhou o sonho impossível de fazer com que todos os escravos retornassem a suas comunidades de origem, onde deveriam encontrar a igualdade e a liberdade perdidas ao ser aprisionados e escravizados. No seu idealismo de volta à idade de ouro, Espártaco cometeu o erro fatal: desistiu de atacar e destruir Roma.

Durante a Idade Média, foram inúmeras as sublevações camponesas em todas as regiões do mundo onde o feudalismo se implantara. Todas elas reproduzi-

ram, com nuances e colorido próprios de sua época, os mesmos sonhos de igualdade, liberdade e justiça dos derrotados sonhadores do passado. Os oprimidos de todas as eras parecem repetir, eternamente, como Prometeus, o mesmo ato de ousadia no afrontamento aos dominadores e o mesmo sofrimento. Assim foram os cristãos da antiguidade, um movimento dos oprimidos do Império Romano que se exprimia como religião dos escravos e dos libertos, dos pobres e dos que careciam de direitos. Reunidos em suas comunidades, distinguiam-se pelo igualitarismo e pelo sistema democrático de adoção de suas decisões.

Assim foram, também, as heresias que surgiram contra o cristianismo da hierarquia sacerdotal, completamente diferente e oposta ao cristianismo comunitário de suas origens. A Igreja católica praticamente fundira-se ao sistema feudal, tanto por defender os seus valores quanto por haver se tornado uma das maiores possuidoras de terras e de riquezas. Converteu-se, assim, num ato natural que qualquer ataque ao feudalismo se voltasse, em primeiro lugar, contra a Igreja que o sustentava ideologicamente.

As heresias representaram tanto a oposição das cidades emancipadas quanto a sublevação dos camponeses contra o feudalismo. Em alguns casos, como no dos valdenses, expressava ainda a resistência contra os invasores feudais.

Os bogomilos eslavos renegavam a hierarquia da Igreja, desejavam restaurar as antigas comunidades cristãs, repudiavam a propriedade privada e rebelavam-se contra a exploração dos trabalhadores pelos senhores feudais, tanto seculares quanto eclesiásticos. Os cátaros, que ganharam denominações diferentes em várias regiões da Europa Ocidental (albigenses, humilios, catarenos, hetzers ou hereges), pregavam que o papa era representante de Satanás e não de Cristo e opunham-se ao serviço militar, à pena de morte e a outras ordens dos feudais.

Os lolardos ingleses, sacerdotes dos pobres, pregavam o retorno à antiga simplicidade das comunidades cristãs e atacavam as riquezas colossais e a vida luxuosa e desregrada do clero. A pregação dos lolardos acabou tendo grande influência sobre a revolta camponesa dirigida por Wiat Tyler contra a propriedade feudal. Os hussitas, da Boêmia, rebelaram-se somente contra as indulgências e reivindicaram que se estendesse aos seculares a mesma liturgia de comunhão estabelecida para os servidores do culto.

Mesmo assim, acabaram estimulando fortemente o movimento de emancipação nacional tcheco e levaram ao surgimento de uma corrente milenarista, que pregava o advento do reino milenar de Cristo. Não na vida extraterrena, mas na

Terra, onde deveria ressurgir o comunitarismo dos primeiros cristãos em relação aos bens e ao trabalho. Para isso, queriam abolir não só o sistema de estamentos, mas a própria propriedade feudal. O milenarismo constitui-se uma das correntes em que se dividiu a Reforma preconizada por Lutero, a mais séria heresia enfrentada pela Igreja desde que o cristianismo havia se tornado a religião dominante do Ocidente. Enquanto a Reforma luterana exigia que a Igreja restaurasse o sistema de simplicidade dos primeiros tempos, abolindo a cúria romana, a instituição monástica e a casta dos sacerdotes, os milenaristas, dirigidos por Tomas Munzer, iam muito além. Eles pretendiam tudo isso mais a instauração da igualdade cristã e seu reconhecimento como norma para toda a sociedade.

Se os filhos de Deus eram iguais, os cidadãos também deveriam ser iguais, assim como suas posses. Não havia razão para que os nobres estivessem acima dos camponeses, e os comerciantes e burgueses ricos, acima dos plebeus. Os serviços pessoais, os censos, os tributos e outros privilégios feudais e burgueses deveriam ser suprimidos e as diferenças de propriedade niveladas. Os trabalhos e os bens deveriam ser comuns e a igualdade, completa, afirmava Munzer.

A corrente milenarista de Munzer provocou uma grande sublevação camponesa e plebéia na Alemanha e Boêmia, fraturando não apenas o poder da Igreja católica tradicional, mas ainda o sistema feudal que lhe servia de suporte. Em condições idênticas, apareceram na Inglaterra do século seguinte correntes milenaristas dos mais diferentes tipos, com conseqüências ainda mais profundas. Elas transformaram as décadas centrais do século XVII, como conta Christopher Hill, na maior revolução já presenciada por aquele país.

Dentro da própria revolução, que chegou a destituir a monarquia e instituir a república, alastrou-se a revolta das populações pobres e deserdadas, adotando diferentes formas: *levellers* (niveladores), *diggers* (cavadores) e pentamonarquistas ofereceram novas soluções políticas à revolução (e, no caso dos *diggers*, novas soluções econômicas também); as seitas batistas, quakers e muggletonianas propuseram novas soluções religiosas; os *seekers*, *ranter*s, outra vez os *diggers*, além de outros grupos, formularam questões de teor cético acerca de todas as instituições e crenças de sua sociedade.

Hill tem páginas brilhantes e detalhadas nas quais narra como o parlamento parecia haver triunfado sobre o rei e, em função disso, como a pequena nobreza e os grandes comerciantes, que haviam apoiado a causa parlamentar durante a guerra civil, esperavam reconstruir as instituições da sociedade segundo seus pró-

prios desejos e valores. Entretanto, viram-se questionados tanto em relação aos valores da velha sociedade hierárquica quanto aos novos valores e à própria ética protestante. Os *levellers* e os *diggers*, dentre todos os grupos e correntes plebéias que brotaram durante a revolução inglesa, foram os que mais se destacaram nesses questionamentos.

Hill conta que os *levellers* e os *diggers* já haviam aparecido na revolta de 1381 e reapareceram na revolta das Midlands, em 1607. Eles são o produto mais genuíno da expropriação violenta das terras comunais dos camponeses, resultante do cercamento efetuado pelos senhores fundiários. Nos movimentos de destruição das cercas, em 1647, eles voltaram com toda a força, mas, pelo menos até 1649, nenhuma petição leveller reivindicava a abolição da propriedade. Sua ênfase na reforma agrária visava a abolição dos modos vis de posse da terra e o desfrute de sua propriedade pelos que nela trabalhassem. Foram as divergências sobre a condução da revolução e o ataque do exército do parlamento contra os *levellers*, em Burford, que os empurrou para posições mais radicais e fez crescer a influência dos *diggers*. Estes eram também chamados de *levellers* autênticos. Assemelhavam-se aos outros *levellers* por seu desafio simbólico a todos os valores e decretos das autoridades civis e religiosas. Mas distinguiam-se deles por realizar ações práticas para implantar as medidas econômicas que consideravam necessárias à sua sobrevivência e à construção de uma nova sociedade. Particularmente na colina St. George, perto de Londres, eles cavaram (daí sua designação de *diggers* ou cavadores) e cultivaram as terras, combinando a produção de alimentos e de ferragens para o inverno com a fertilização do solo. Eles proibiam o corte das árvores dos bosques comunais, propunham a anulação das vendas das terras autorizadas pelo parlamento e a incorporação das terras confiscadas à Igreja a um fundo de terras da República.

Gerard Winstanley tornou-se a grande liderança dos *diggers*, tanto prática quanto teórica. Ele defendia que o cultivo dos terrenos comunais (os senhores dos solares alegavam deter o direito de propriedade sobre esses terrenos e impediam os pobres de cultivá-los, apesar de a fome alastrar-se de forma trágica) era a base para resolver o problema da fome e o ponto de partida para construir uma comunidade de iguais. Proclamava que os que se resolvessem a trabalhar e a comer juntos, fazendo da terra um tesouro comum, uniriam as mãos a Cristo para libertar a Criação e purificar todas as coisas da maldição original. A servidão de que se queixavam os pobres, mantidos pobres por seus irmãos numa terra que

seria abundante para todos, devia-se ao fato de a cobiça e a arrogância reinarem na dominação de um irmão sobre o outro.

Em 1652, após a experiência da colina Saint George, Winstanley publica sua *Law offreedont* (Lei da Liberdade), na qual, além de criticar os males de seu tempo, apresenta um projeto de nova sociedade. Nesta, os magistrados e funcionários seriam eleitos anualmente; todos os varões, com exceção dos partidários do rei Carlos I e daqueles que haviam especulado com a compra e a venda de terras da República, teriam os mesmos direitos políticos; era instituída a tolerância religiosa, assim como o casamento civil por amor; a compra e a venda seriam abolidas, assim como o trabalho assalariado; a educação seria universal e igual; os inventos teriam recompensas e incentivos; e seriam abolidos os segredos das corporações e ofícios.

Nesse mesmo período, o ranter Abiezer Coppe considera a abolição da propriedade um desígnio gloriosíssimo e clama pela igualdade, comunismo e amor universal, segundo ele, para a completa confusão dessas coisas abomináveis que são o orgulho, o crime, a hipocrisia, a tirania e a opressão.

Assim, mesmo sem dar-se conta, sofrendo as agruras de inúmeras derrotas e sofrimentos, os justos foram pouco a pouco se aproximando novamente da concretização de seus sonhos de igualdade, liberdade e justiça. As mais contundentes derrotas dos oprimidos e dominados, muitas vezes, forçaram os vencedores dominantes a conceder direitos então considerados inconcebíveis.

Depois de aparentemente ver naufragar sua nova idade de ouro, os justos pareciam haver ingressado numa espiral na qual, paulatinamente, se livravam do domínio da natureza e, também paulatinamente, iam se livrando do domínio absoluto de outros homens. Renovaram-se, assim, as condições para sonhar repetidamente com uma idade de ouro que pudesse concretizar-se.

AS UTOPIAS FILANTRÓPICAS

O ritmo acelerado da acumulação primitiva do capital, a partir dos séculos XIV e XV, faz com que estalem, em quase todas as regiões da Europa Ocidental, paralelamente aos movimentos burgueses, movimentos de massas expropriadas. Como aponta Engels, as sublevações revolucionárias dos camponeses, dos plebeus servos ou livres, algumas das quais acabamos de lembrar, foram acompanhadas por manifestações teóricas de descrições de regimes ideais de sociedade. Munzer, Winstanley e, depois, Babeuf, na Revolução Francesa, foram revolucionários práticos que elaboraram propostas teóricas com base na experiência vivida.

Porém, eles não foram os únicos. Apareceram outros pensadores, muitas vezes integrantes das próprias classes dominantes que, tocados pela vida trágica das massas pobres do povo, buscaram explicações para as causas da situação e idealizaram caminhos para a construção de uma sociedade de novo tipo. Thomas Morus, Tomas Campanella, Jean Meslier, Morelli e Gabriel de Mably destacaram-se pela obra literária deixada. Mas, apesar do vigor com que as escreveram, suas utopias possuem um cunho filantrópico evidente, nem por isso menos importante para a história dos sonhos dos justos.

Thomas Morus (1478-1535) foi lorde chanceler de Henrique VIII, rei inglês que fundou o anglicanismo, como variante nacional ao catolicismo e ao luteranismo. Morus escreveu e publicou o livro *Utopia*, em que apresenta uma das primeiras sistematizações das idéias do comunismo na história do pensamento social. Nesse livro, faz uma crítica candente da situação econômica, política e jurídica da Inglaterra, culpando a própria sociedade pelas condições que obrigavam os homens a praticar delitos. Denuncia de forma veemente a expropriação desumana das populações camponesas, quando a agricultura inglesa foi substituída pelas pastagens de ovelhas para atender à produção de lã para as indústrias têxteis da Holanda. E lamenta a existência de uma massa enorme de gente desocupada, obrigada pela legislação a procurar trabalho por salários insignificantes ou a sofrer castigos por pauladas, ferro em brasa ou outros tormentos.

Depois de pintar o quadro doloroso da vida e do trabalho dos oprimidos, Morus chega à conclusão de que a causa dos males sofridos pelo povo é a propriedade privada. A forma de liquidar com essa situação e alcançar a felicidade seria, então, a abolição da propriedade privada e a instauração de um novo regime social e político, que ele situa no país da ilha da Utopia. Nesta, todos trabalham, permitindo uma curta jornada de trabalho e a satisfação de todas as necessidades de seus habitantes. Os frutos desse trabalho são distribuídos gratuitamente entre as famílias através dos armazéns estatais. Ao Estado, também pertencem as casas, que são distribuídas para uso dos cidadãos através de sorteio. O modo de vida distingue-se pela simplicidade, o que não exclui que se possa torná-lo agradável e cheio de prazeres.

O Estado da Utopia é democrático, com as autoridades eleitas. Há completa tolerância religiosa, embora todos os habitantes sejam obrigados a acreditar em Deus e na imortalidade da alma. Aos ateus, não é prevista nenhuma penalidade, mas eles ficam impedidos de ocupar cargos públicos.

Se ainda hoje as aspirações por uma sociedade socialista são consideradas sonhos irrealizáveis, imagine-se o que não foram nas condições da sociedade feudal inglesa do século XVI. As premissas materiais para concretizar o sonho comunista de Morus mal começavam a aparecer embrionariamente. Nesse contexto, sua Utopia tinha, quase necessariamente, de ser associada a algo impossível de se alcançar, a um regime futuro sem bases reais para sua efetivação. Apesar disso, os mesmos sonhos de igualdade, liberdade e justiça tornaram-se cada vez mais presentes no cotidiano de outros pensadores. As mudanças aceleradas que o mundo presenciava com o progresso industrial e a expansão do novo modo de produção capitalista impunham encontrar uma saída para os grandes sofrimentos enfrentados pelo povo pobre.

Tomas Campanella, um filósofo italiano que viveu um século depois de Morus, também desenvolveu suas idéias de um comunismo utópico em seu trabalho *A Cidade do Sol*. Suas concepções são idênticas às do pensador inglês. O regime social de sua cidade comunista, localizada na ilha de Taprobana, caracteriza-se pela obrigatoriedade do trabalho e pela ausência da propriedade privada. E seu regime político, é uma mescla de princípios democráticos com as práticas medievais de governo. Como no caso de seu predecessor, Campanella criou seu regime utópico como reação à penosa situação dos camponeses e trabalhadores da península italiana.

Na França do século XVIII, as idéias comunistas utópicas surgem através de três sacerdotes. Eles se confrontavam com a miséria proporcionada pelo arruinamento dos camponeses e por sua transformação em trabalhadores das manufaturas que se desenvolviam rapidamente no país. O primeiro deles, Jean Meslier, concentra suas críticas principalmente na sociedade feudal e nas extravagâncias religiosas, causadoras dos males e das injustiças reinantes. Em seu livro *O testamento*, condena a propriedade privada, as desigualdades e o parasitismo das classes possuidoras. Propõe organizar a sociedade sobre novas bases: todos os seus membros deveriam dedicar-se igualmente a trabalhos úteis, distribuídos de acordo com as necessidades. Como resultado, seria possível produzir o necessário para a satisfação de todos, sem esforços insuportáveis, e construir habitações e palácios para uso das famílias e das comunidades. Todos os homens teriam direito a liberdade, inclusive religiosa, e a instrução.

Morelli é outro dos pensadores daquele período que identifica na propriedade privada a fonte dos males que causam sofrimentos aos homens. Ele retoma

a idéia da existência de uma idade de ouro anterior ao surgimento da propriedade privada e coloca esta em oposição ao regime social em que vigoravam as leis da natureza, quando os homens viviam agrupados em famílias, sem Estado, numa ordem solidária, na qual as crianças eram protegidas e os velhos respeitados por sua sabedoria e experiência.

Embora não acreditasse ser possível reinstalar uma república que fosse regida pelas mesmas leis naturais daquela idade dourada, Morelli indica três leis fundamentais e sagradas para um regime social capaz de proporcionar a verdadeira liberdade ao homem: a abolição da propriedade privada, a garantia do direito ao trabalho e da manutenção de cada cidadão por uma conta social e, finalmente, a obrigação de cada um trabalhar, de acordo com suas forças, talentos e idade, em função do interesse social. Com base nessas leis fundamentais, Morelli acha dispensável preocupar-se com que forma política a sociedade vai funcionar. Não existindo a propriedade, não existiria a propensão a subjugar os demais. Para ele, a verdadeira liberdade política assenta-se na utilização de tudo que pode dar satisfação aos desejos naturais, e, portanto, legítimos dos homens.

O abade Gabriel de Mably, autor de diversas obras históricas, filosóficas e políticas, também desenvolve a idéia de que a igualdade é uma lei natural. A natureza não teria criado nem pobres, nem ricos, raças inferiores ou superiores, servos ou senhores. A propriedade privada não seria compatível com a natureza humana, havendo uma época em que ela não havia existido. Todos trabalhavam em comum e distribuíam aquilo que produziam de acordo com as necessidades. A implantação da propriedade privada teria causado aos homens todas as calamidades, vícios e imoralidades. Riqueza e moralidade seriam antagônicas.

Considerando impossível retornar ao século de ouro da comunidade primitiva de bens, pela oposição dos nobres e abastados e pela impotência dos pobres e humilhados, apesar da miséria em que estes vegetavam, Mably limita suas propostas a uma série de reformas que aproximem os homens, paulatinamente, da sociedade da igualdade. E, como quase todos os utópicos, sonha com uma ilha deserta, coberta por um céu claro e na qual corre água boa para a saúde, para onde pudesse mudar-se e fundar uma república. Aí, todos os ricos e todos os pobres seriam iguais e livres, considerando-se irmãos. A primeira lei seria a proibição de propriedades.

Mably já havia morrido quando estourou a grande Revolução Francesa de 1789, na qual fundiram-se numa mesma corrente pela igualdade, liberdade e fraternidade tanto os burgueses quanto as massas plebéias da população. Mas

era inevitável que, no fogo da tormenta revolucionária, fossem se diferenciando e até se chocando as leituras que os diversos segmentos sociais e políticos faziam daquelas bandeiras. Os constitucionalistas, representantes da grande burguesia, buscavam o compromisso com a nobreza, reafirmando o direito à propriedade como sagrado e estabelecendo a igualdade dos cidadãos somente perante a lei. Os girondinos, que defendiam os interesses da média burguesia, vacilavam entre o compromisso com o poder real e a radicalização da democracia pretendida pelos jacobinos. Estes, apoiados nos sentimentos da pequena burguesia e, em parte, das camadas pobres da população, ampliavam sensivelmente seus conceitos sobre a igualdade, a liberdade e a fraternidade. Estendiam a igualdade de todos perante a lei ao direito eleitoral universal e igual e ao estabelecimento da soberania do povo. E proclamavam o direito do povo de organizar-se livremente.

Apesar do papel positivo dos jacobinos na defesa dos interesses populares na Revolução Francesa, foram os raivosos, como Leclerc e Roux, os que melhor expressaram os sentimentos de igualdade e liberdade das massas populares pobres no interior da revolução. Retomando a tradição dos revolucionários práticos que também elaboravam propostas teóricas para uma nova sociedade, eles exigiam que as reivindicações econômicas e sociais dessas massas fossem incorporadas à Constituição.

Propuseram a nacionalização da terra e a sua distribuição pelos que a desajassem cultivar. Para os especuladores, exigiam a pena de morte. Roux afirmava que a liberdade não era senão um fantasma quando uma classe de pessoas podia matar outra de fome. Para ele, a igualdade seria uma simples visão se o rico pudesse obter pela compra o direito de dispor da vida e morte de seus próximos. E a república seria apenas uma aparência se permitisse que a contra-revolução se tornasse, cada dia mais, dona dos preços sobre os produtos aos quais três quartas-partes dos cidadãos não tinham acesso sem derramar suas lágrimas.

Após a derrota dos jacobinos diante do golpe contra-revolucionário de 1794 (9 de Termidor), o sonho comunista volta a ter presença através da conspiração dos iguais, cuja figura de maior expressão foi François (Graco) Babeuf. Ele participou de todo o processo revolucionário que derrubou a monarquia e o feudalismo, mas não aceitava o formalismo da igualdade proclamada pela burguesia nem a permanência do contraste entre a riqueza e a pobreza. O que lhe interessava era a igualdade de bens e, para isso, lutava pelo prosseguimento da revolução. Para Babeuf, a Revolução Francesa era apenas a anunciadora de outra, maior e

mais solene, que deveria acabar com a desigualdade e instaurar a felicidade geral. Do mesmo modo que os comunistas utópicos que o antecederam, proclama a necessidade de abolir a propriedade privada (causa de todas as desigualdades) e estabelecer uma igualdade efetiva através da comunidade de bens e do trabalho obrigatório. Cada cidadão deveria receber, pelo seu trabalho, os meios necessários para satisfazer as suas necessidades naturais. Poderia ainda satisfazer algumas necessidades supérfluas, desde que todos pudessem ter a mesma possibilidade.

Apesar da intensa participação das massas populares nas revoluções burguesas, particularmente na inglesa e na francesa, com suas aspirações próprias de igualdade, liberdade e justiça, no final, acabou prevalecendo a interpretação burguesa dessas aspirações. A igualdade perante a lei traduziu-se não só na desigualdade econômica e social, mas também na desigualdade política e jurídica, que impedia os trabalhadores de votarem e serem votados, que tratava as mulheres como seres de segunda categoria, que impedia os pobres de recorrer à justiça e que estabelecia uma série enorme de discriminações em relação aos setores inferiores da sociedade. A liberdade verdadeiramente conquistada pelos trabalhadores foi a de poder vender sua força de trabalho para os capitalistas. O que não lhes garantia que os capitalistas a comprassem e, menos ainda, pelo preço justo.

De qualquer modo, as revoluções burguesas representaram um imenso avanço para a concretização do sonho dos justos. A produção tomou um rumo de socialização que forçava, ao mesmo tempo, o alargamento dos círculos de socialização política, algo impensável nas formações sociais anteriores. No paradoxo em que sempre se enredou o sonho dos justos, a opressão e a exploração que passaram a sofrer sob o modo de produção e distribuição capitalista significavam, como nunca, a possibilidade real de alcançar a igualdade, a liberdade e a justiça ansiadas.

A ILUSTRAÇÃO UTÓPICA

O processo de expansão capitalista, sobre as ruínas do mundo feudal em decomposição, foi um dos mais selvagens da história humana. Produziu tragédias de toda ordem para as massas pobres, embora contraditoriamente fizesse surgir condições materiais e políticas inigualáveis para a libertação dos trabalhadores. Era natural, assim, que voltassem a ressurgir os sonhos e as idéias que buscavam acabar com os sofrimentos populares e implantar sociedades mais justas. E que tais sonhos e idéias exprimissem os protestos e desencantos dos trabalhadores, não mais contra o feudalismo, mas diretamente contra o capitalismo.

É nesse contexto que se situam as elaborações teóricas e os experimentos práticos dos três grandes socialistas utópicos do século XIX: Saint Simon, Fourier e Owen. Eles avaliavam que as contradições e defeitos do capitalismo eram, na verdade, consequência das debilidades e imperfeições da própria razão humana. Se os representantes das classes sociais fossem alertados para a falta de racionalidade e de justiça do capitalismo e educados de acordo com projetos racionais de um novo sistema social justo, aquelas contradições e defeitos seriam superados e se chegaria a uma sociedade harmônica.

Todos os três tiveram a vantagem de viver numa época em que o sistema capitalista se desenvolvia rapidamente, estimulado pela revolução industrial. Nesse sentido, seus estudos e elaborações conseguem realizar uma crítica muito mais objetiva sobre esse novo modo de produção. E os elementos socialistas que projetam para o futuro são bem mais consistentes, por se assentarem sobre premissas mais concretas. A idéia de uma solução justa para o destino da classe mais numerosa e mais indigente, como diz Saint Simon, é a linha mestra da preocupação dos três.

Saint Simon, ao contrário de todos os utópicos anteriores, considera positivamente a instituição da propriedade privada dos meios de produção e sua passagem histórica de uma classe para outra. Justamente por isso, diferentemente de Rousseau, que enxergava na comunidade primitiva o ideal de um regime social justo, Saint Simon coloca sua idade de ouro no futuro, como resultado da evolução histórica. Para ele, a propriedade é que serve de fundamento ao edifício social. Por isso, o problema mais importante a resolver deveria ser o que diz respeito à organização da propriedade, para a maior felicidade de toda a sociedade no aspecto da liberdade e no da riqueza.

Para Saint Simon, a economia do futuro regime social industrial, oposto ao regime feudal, deveria organizar-se com base numa planificação científica, capaz de assegurar a satisfação das necessidades dos membros da sociedade, os quais deveriam trabalhar de acordo com suas condições e aptidões. O regime social industrial deveria basear-se no princípio da igualdade completa, contrário a qualquer direito de privilégio.

François Fourier, como Saint Simon, viveu os acontecimentos da Revolução Francesa e acreditou que ela traria o triunfo da razão e da liberdade. Entretanto, logo se deu conta de que o novo regime capitalista de produção provocava tormentos e calamidades para as massas pobres da população tão grandes ou maiores do que os do antigo regime feudal. Como resultado dessa conclusão, Fourier de-

dica-se a realizar uma crítica fundamentada da civilização capitalista, para ele, um inferno social. Fourier é o primeiro estudioso da economia capitalista a assinalar a existência da anarquia que reina na produção dominada pelo capital. Para ele, é um absurdo produzir desordenadamente, sem nenhum método quanto à recompensa proporcional, sem nenhuma garantia de acesso do produtor ou do operário à riqueza acrescentada.

Fourier ataca a anarquia da produção como a base dos contrastes sociais da civilização burguesa e aponta a falsidade dos direitos e liberdades do homem, proclamados pelas constituições do novo regime. O direito é ilusório, diz ele, quando não pode ser exercido. O direito à soberania popular não é nada quando o plebeu carece até da possibilidade de comer e há uma distância bastante grande entre a pretensão à soberania e a possibilidade de almoçar. Ligado a isso, Fourier também critica a ausência do direito ao trabalho entre os direitos individuais da civilização do capital. Fourier ataca particularmente o sistema mercantil dessa civilização, que tende a transformar todas as relações humanas, incluindo as matrimoniais e familiares, as morais e artísticas, em simples transações comerciais. Em especial, ele analisa com perspicácia a posição da mulher na civilização do capital, chegando à conclusão de que, em cada sociedade, o grau de emancipação da mulher é a medida natural da libertação social.

Com base nessa análise da civilização capitalista, Fourier conclui que ela empurra os setores que arruína e empobrece para a revolta contra a ordem social injusta. Propõe, então, a transformação desse regime injusto e irracional num outro em que reine a harmonia social, baseada numa aliança amistosa dos grupos sociais, no interior das associações produtivas ou falanstérios.

Esses falanstérios seriam constituídos de associações industriais e agrícolas, nas quais a divisão do trabalho deveria ser adaptada às inclinações e aptidões individuais de cada membro. A divisão das rendas e das riquezas, por seu turno, seria efetivada levando em conta a soma de capitais investidos pelos seus membros, a quantidade e qualidade do trabalho efetuado e os talentos e aptidões especiais demonstrados pelos indivíduos, em proporções adequadas. Isso permitiria a colaboração harmônica dos grupos sociais diferentes e a aliança do capital, do trabalho e do talento. O socialismo de Fourier não pretende, desse modo, liquidar com a propriedade privada, as classes sociais e as desigualdades. Seu objetivo é assegurar uma participação real a todos na abundância resultante do trabalho, mesmo que essa participação seja desigual. Robert Owen foi contemporâneo de Saint Simon

e Fourier, mas nasceu e viveu na Inglaterra, onde a revolução industrial permitiu um desenvolvimento mais rápido da produção capitalista e a transformação da manufatura na produção mecanizada. Owen, além de pensador social, convivia diretamente com a produção capitalista e com o trabalho operário ao gerenciar uma grande fábrica de tecidos de algodão em New Lanarck, na Escócia. Conhecia de perto, assim, não só a situação de indigência e desespero a que o desemprego em massa lançava grandes parcelas de trabalhadores como também as terríveis condições de trabalho a que eram submetidos aqueles que conseguiam empregar-se.

Durante os 29 anos em que dirigiu a fábrica de New Lanarck, Owen introduziu uma série de melhorias nas condições de vida e trabalho de seus operários. Reduziu a jornada de trabalho a dez horas e meia, contra as treze a quatorze horas habituais da indústria inglesa do período. Manteve o emprego e o salário dos operários durante o fechamento da fábrica, causado pela crise da indústria algodoeira. Pela primeira vez no mundo, organizou uma creche e um jardim de infância para atender aos filhos dos operários e organizou cooperativas de consumo para os trabalhadores.

Apesar desses exemplos práticos de que era possível melhorar as condições de trabalho e existência dos operários e, ainda assim, obter lucros que permitissem a reprodução do capital, Owen não conseguiu sensibilizar os demais capitalistas, como supunha. Deu-se conta, paulatinamente, de que o império da propriedade privada era um obstáculo intransponível a que os trabalhadores pudessem apropriar-se dos frutos de seu trabalho. Ao contrário de Saint Simon e de Fourier, convence-se da necessidade de aboli-la e de evitar as desigualdades econômicas. Segundo ele, a propriedade privada teria sido e continuaria sendo a causa do número infinito de crimes e sofrimentos por que o homem passa, sendo a origem das guerras em todas as épocas anteriores da história da humanidade.

Owen dedica-se, então, a formular projetos de reformas sociais que pudessem implementar, mesmo no interior do sistema capitalista, colônias socialistas de produção onde vigoraria a comunidade de bens e de trabalho, o que permitiria a existência de condições ideais para o aperfeiçoamento moral dos indivíduos. Com base nessas experiências socialistas, a sociedade como um todo acabaria compreendendo as suas vantagens. Estariam criadas, assim pensava, as condições para o advento de uma sociedade em que tudo, com exceção apenas dos objetos de uso meramente pessoal, se converteria em patrimônio social. Existiria, pois, abundância para todos e se compreenderia a incomparável superioridade do sistema de propriedade coletiva sobre o sistema de propriedade privada.

Saint Simon, Fourier e Owen deram contribuições valiosas ao futuro da luta socialista, particularmente porque começaram a apontar, mesmo inconscientemente, que as condições para a realização do sonho dos justos encontravam-se na sociedade que criticavam. Na verdade, revendo os sonhos das mais diferentes épocas, em especial os dos comunistas e socialistas utópicos da era de surgimento do capitalismo, é possível descobrir preocupações e pontos comuns em todos eles. A propriedade está sempre presente como um pesadelo, embora Saint Simon e Fourier hajam vislumbrado nela um papel histórico positivo. O trabalho, ou o direito ao trabalho, aparece de forma bastante contraditória, seja como instrumento de opressão, seja como possibilidade de vida. A abundância é uma meta sonhada por todos, mesmo que se expresse numa vida simples. A igualdade é quase uma unanimidade, também apesar dos dois grandes utópicos franceses.

Quaisquer que tenham sido as aspirações dos pobres e oprimidos, que sonharam em alcançar um mundo mais justo e igualitário, e dos pensadores, que sonharam em reformar o mundo iníquo em que viveram, uma coisa é certa. O capitalismo criou um mundo em que os sonhos dos justos passaram a ser esmagados, crescentemente, pela exploração e opressão do sistema de produção-para-lucro e, ao mesmo tempo, passaram a encontrar condições cada vez mais favoráveis para tornar-se realidade.

AS UTOPIAS MARXISTAS

Embora um pouco mais jovem, Karl Marx foi, durante algum tempo, contemporâneo dos grandes socialistas utópicos do século XIX. Como eles, confrontou-se com as brutais condições de vida dos camponeses e pequenos produtores e dos trabalhadores expropriados e explorados pelo capital. Conviveu com as idéias ricas, variadas e vibrantes de seu tempo e, da mesma forma que eles, interessou-se por filosofia, direito, economia política, história e pela realidade da vida econômica, social, política e cultural.

Marx, porém, embora tivesse em alta conta as contribuições dos utópicos, realizou uma crítica severa das sociedades ideais por eles propostas. Para isso, partiu da premissa de que só dissecando a sociedade capitalista seria possível descobrir as contradições que geravam o seu desenvolvimento e, portanto, a sua transformação futura numa nova sociedade. O socialismo não deveria ser fruto da construção de sistemas ideais de sociedade, mas das condições materiais e políticas criadas pelo próprio sistema de produção-para-lucro.

É verdade, como veremos mais adiante, que Marx dedicou a parte principal de seus esforços à análise do modo de produção e circulação capitalista. Conseguiu, com isso, fornecer duas contribuições fundamentais para se compreender o socialismo como produto do antagonismo entre a burguesia e os trabalhadores: o materialismo histórico e as leis de transformação daquele modo de produção. Além disso, Marx teve uma produção teórica muito vasta, inclusive relacionada com os acontecimentos políticos imediatos, opinando, assim, sobre uma gama relativamente ampla de assuntos. Toda essa obra sempre foi muito polêmica e objeto de ataques de toda ordem.

A derrocada do socialismo soviético serviu para que esses ataques se redobrassem. A teoria de Marx, mais que antes, tem sido considerada ultrapassada e utópica. Carson assegura que a visão de Marx sobre o capitalismo foi o mais grandioso de todos os cenários de catástrofe. A profecia de Marx sobre o fim do capitalismo teria sido extraordinariamente sensata em termos das realidades do sistema de produção-para-lucro do século XIX, da luta de classes e das tendências políticas e econômicas aparentes. O esvaziamento dessa visão marxista teria sido o resultado das mudanças sofridas pelo mundo, mudanças que tornaram o cenário de catástrofe inconsequente e irrelevante.

As mudanças econômicas e sociais, assegura Carson, algumas acidentais e outras resultantes de mudanças deliberadas de política, teriam solapado o argumento marxista da inevitabilidade da revolução proletária e derrubada das instituições da propriedade privada. Na medida em que o capitalismo mudou, Marx teria tido razão em sua crítica geral, mas o mundo capitalista que ele conheceu no século XIX teria terminado – pelo menos em termos de sua profecia – “não com um estrondo, mas com uma lamúria”. Desse modo, Marx também teria, na busca do sonho dourado da igualdade, liberdade e justiça, resvalado pelas mesmas ilusões utópicas que criticara em seus predecessores socialistas. Carson certamente se refere a uma das mais constantes acusações feitas às utopias marxistas: as previsões ou profecias a respeito do amadurecimento das condições para a revolução social nos países capitalistas desenvolvidos. Embora Marx e seu parceiro de elaboração teórica, Friedrich Engels, sempre se ativessem à necessidade de subordinar a perspectiva do socialismo ao grau de desenvolvimento das forças produtivas e das relações capitalistas, na prática, eles acreditaram que a expansão capitalista nos países centrais europeus havia chegado a seu apogeu na segunda metade do século XIX.

Engels, por exemplo, dizia que a abolição das classes sociais só poderia ocor-

rer quando a sociedade alcançasse um determinado grau histórico de desenvolvimento.

Nesse ponto, a existência de qualquer tipo de classe dominante, qualquer que ela fosse, assim como das próprias diferenças de classe, deveria representar um anacronismo. Num grau culminante do desenvolvimento da produção e dos produtos e, portanto, do poder político, o monopólio da cultura e da direção espiritual por uma determinada classe da sociedade se tomaria supérfluo. Em outras palavras, sua continuidade constituiria uma barreira econômica, política e intelectual ao progresso. Teoricamente, portanto, Engels atinha-se à idéia de que o capitalismo só poderia ser efetivamente superado ao esgotar todo o seu processo de desenvolvimento.

Na prática, porém, Engels acreditou que esse ponto já tinha chegado. Para ele, a bancarrota política e intelectual da burguesia expressava-se no fato de que ela não era sequer capaz de levar avante suas próprias reformas capitalistas, como haviam demonstrado as revoluções de 1848 e todas as sublevações que se seguiram. Sua bancarrota econômica era demonstrada pelas crises cíclicas que se repetiam a cada dez anos. Por isso, não seria despropositual pensar que a Alemanha fosse o cenário do primeiro grande triunfo do proletariado europeu.

Marx também supunha que deveria existir, necessariamente, uma classe dominante e uma classe oprimida e pobre, enquanto não se pudesse conseguir uma quantidade de produtos bastante para todos e para permitir a existência de um certo excedente (para aumentar o capital social e seguir fomentando as forças produtivas). A constituição e o caráter dessas classes dependeria do grau de desenvolvimento da produção. Somente quando as forças produtivas se desenvolvessem a ponto de proporcionar uma quantidade de bens suficiente para todos, a propriedade privada se tornaria uma trava, um obstáculo para o progresso social, devendo ser suprimida.

Apesar disso, também ele, em diversos trabalhos e na sua correspondência, vez por outra, frisava que esse momento estava muito próximo. Assegurava que a grande indústria, ao criar o mercado mundial, unira tão estreitamente todos os povos do globo terrestre, sobretudo os povos civilizados, que cada um dependia do que ocorria na terra do outro. Além disso, complementava, o mercado mundial nivelara, em todos os países avançados, o desenvolvimento social. A tal ponto isso se dera que em todos esses países a burguesia e o proletariado haviam se erigido às duas classes decisivas da sociedade e a luta entre elas se convertera na principal luta daquela época.

Como ele acreditava que a revolução socialista não seria uma revolução puramente nacional, mas deveria eclodir simultaneamente em todos os países civilizados, isto é, pelo menos na Inglaterra, América, França e Alemanha, onde as condições estariam maduras ou próximas de amadurecer para a revolução social, não era difícil concluir que tal revolução, de âmbito universal, estava para ocorrer. Hoje é fácil dizer que Marx e Engels estavam errados ao fazer essas suposições. Em primeiro lugar, o capitalismo ainda não havia desenvolvido todas as forças produtivas que as relações privadas de propriedade suportavam. Mesmo nos países desenvolvidos, o capital demonstrou uma grande vitalidade e continuou se expandindo velozmente, apesar das crises cíclicas e das imensas forças destrutivas que gerava. A propriedade privada conservava um grande potencial para comportar essa expansão e ainda hoje não é certeza que haja se transformado em obstáculo intransponível, embora já apareçam indicativos mais claros nesse sentido.

Em segundo lugar, Marx e Engels não levaram em conta que os Estados capitalistas poderiam ser capazes de adotar políticas anticíclicas, impedindo que suas crises recessivas os jogassem no fundo do poço da depressão econômica. No entanto, o próprio capitalismo custou muito a aceitar essa hipótese. Do mesmo modo que Marx supunha que as forças destrutivas do mercado se desenvolveriam espontaneamente, levando o modo de produção capitalista à inevitável revolução social, também o capitalismo acreditava unicamente na capacidade recuperadora das forças criativas do mercado para superar suas crises. Foi somente na década de 30 deste século, sob o impacto da quebra da Bolsa de Nova York, em 1929, e da depressão que atingiu os países capitalistas, que os economistas e os políticos da burguesia aceitaram a teoria de Keynes sobre o uso de gastos públicos maciços para estimular a demanda e, nessa base, elevar a produção e o emprego.

Em terceiro lugar, Marx e Engels enganaram-se também ao supor que o mercado mundial seria capaz de nivelar o desenvolvimento social em todos os países. Na verdade, o desenvolvimento capitalista era extremamente desigual de país para país, apesar da capacidade avassaladora do capital em subordinar todos eles a seus interesses e a seu modo de produção. Lênin, mais adiante, deu destaque a esse fenômeno para justificar o fato de que a revolução socialista estava se dando primeiro num país atrasado do ponto de vista capitalista.

Mas ele próprio não conseguiu tirar todas as conclusões desse processo. Acreditou que as massas dos países atrasados, conduzidas pelo proletariado consciente dos países desenvolvidos, poderiam alcançar o comunismo sem passar pelas

diferentes etapas do desenvolvimento capitalista. Aferrou-se às conclusões práticas de Marx e Engels e não às premissas teóricas que ambos haviam estabelecido ao analisar cientificamente o modo capitalista e o método de desenvolvimento histórico. Esse tipo de confusão é, ainda hoje, comum quando se trata de discutir os diversos caminhos de transição do capitalismo para o socialismo.

O fato de que as chamadas revoluções socialistas tiveram por palco países atrasados do ponto de vista capitalista, algo não previsto por Marx e teoricamente mal-resolvido por Lênin e seus companheiros de Revolução Russa, não deixou de ter conseqüências graves na escolha dos métodos e caminhos de construção socialista. Entretanto, também aqui, seria demasiado exigir de Marx, e de Engels, soluções para problemas que não estavam colocados em sua época, ou só o estavam de forma muito embrionária e tênue.

Mesmo assim, para Dahrendorf, Marx sonhava eternamente com a revolução futura que corrigiria tudo. Alguém pode até considerar que isso seja um elogio. No entanto, o sonho com a revolução parece mais associado a um desejo voluntarista de corrigir os defeitos da sociedade capitalista, do mesmo modo que pensavam os utópicos. Ora, Marx pensava a revolução em termos completamente distintos. Em resumo, ele considerava que, no desenvolvimento das forças produtivas, dos meios de troca e do poder político, chegar-se-ia a uma fase na qual, sob as relações existentes, tais forças se transformariam de produtivas em destrutivas.

Por outro lado, a classe condenada a suportar todos os inconvenientes da sociedade, sem gozar de suas vantagens, acabaria sendo expulsa da sociedade e obrigada a colocar-se na mais resoluta contradição com as outras classes. Essa classe, comportando a maioria da sociedade, acabaria tendo sua consciência despertada para a necessidade de realizar uma revolução radical contra a classe que a vinha dominando. Como essa revolução teria que se dirigir, necessariamente, contra o caráter anterior de sua atividade – no caso do capitalismo, o sistema produtor de mercadorias, com base na propriedade privada e no trabalho assalariado –, ela teria que eliminar o trabalho e suprimir a dominação de todas as classes ao abolir a propriedade privada.

Marx considerava que, para engendrar a consciência capaz de levar avante tanto a revolução quanto a abolição do trabalho e da propriedade privada, seria necessária uma transformação em massa dos homens, algo unicamente possível de se conseguir através de um movimento prático, uma revolução. Assim, esta seria necessária não só porque a classe dominante não aceita sair de cena de outro

modo, como também porque unicamente por meio de uma revolução a classe dominada logrará elevar-se da miséria humana em que vive e tornar-se capaz de fundar a sociedade sobre novas bases.

Assim, pois, em lugar de um sonho voluntarista, Marx aferrava-se à necessidade objetiva da revolução com base nas condições geradas pela própria civilização capitalista. Aliás, essa é a mesma visão geral que ele tinha dos defeitos do capitalismo.

Primeiro, Marx sempre considerou o modo de produção capitalista como algo historicamente dado, fruto da evolução das diferentes formações econômico-sociais conhecidas pela história humana. Depois, ele sempre partiu da idéia de que tais defeitos eram aspectos necessários e contraditórios do sistema comandado pelo capital, que apenas poderiam ser superados à medida que o próprio capital se desenvolvesse e tornasse uma necessidade imperiosa sua transformação em outro modo de produção.

Para ele, no sistema capitalista, o trabalhador cai na miséria e o pauperismo cresce mais rapidamente que a população e a riqueza. Nesse contexto, a burguesia perde a capacidade de continuar desempenhando o papel de classe dominante da sociedade e de impor a esta, como lei reguladora, as condições de existência de sua classe. Perde a capacidade de dominar porque não consegue mais assegurar a seu escravo a existência nem sequer dentro do marco da escravidão. Vê-se obrigada, em virtude da férrea lógica de reprodução do capital, a deixar que seu escravo trabalhador decaia até o ponto de ter que mantê-lo, em lugar de ser mantida por ele.

Arrighi tem razão quando acentua que Marx não previu que essa ampliação da miséria do trabalho se daria de forma polarizada e desigual, do mesmo modo que o poder social dos trabalhadores. O que se tornou particularmente verdadeiro após a ruptura do mercado mundial pela disputa burguesa interestados da primeira metade do século XX. Mas isso não nega o fato de que a previsão geral de Marx mostrou-se correta, inclusive quando se olha hoje a situação dos trabalhadores nos países centrais. Pode haver algo mais parecido com a previsão de Marx do que a situação das massas de trabalhadores qualificados desempregados pelo uso de novas tecnologias, tendo em parte que ser sustentados pelo Estado burguês? Entretanto, é nas previsões sobre a transformação da sociedade capitalista numa nova sociedade que Marx mais é designado como utópico. A derrocada do socialismo ou comunismo soviético teria corroborado um pensamento que há muito era difundido em vários círculos liberais. Hayeck nunca deixou de proclamar a impossibilidade do socialismo (e, por conseqüência, de qualquer intervenção estatal).

No Brasil, Gudin, Bulhões e Campos foram campeões na perseverança com que se ativeram à visão do fracasso inevitável da experiência comunista. A previsão de que o desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo as levaria a chocar-se com a estreiteza e a mesquinhez das relações de propriedade que as conformavam não passaria de uma pretensa cientificidade. A dialética desse processo exposto por Marx seria um simples jogo de palavras e de conceitos para justificar a manipulação dos trabalhadores e ignorantes pelos eternos insatisfeitos com o êxito alheio.

Já vimos, nos capítulos anteriores, o quanto de falso e irreal há nessas apreciações sobre as impossibilidades do socialismo com base nas capacidades do capitalismo. Na verdade, são justamente essas capacidades capitalistas que geram o socialismo, criando antagonismos que só podem ser resolvidos com a substituição do próprio sistema. Isso não nega os enganos e previsões incorretas marxistas, embora estas não cheguem a desqualificar o que há de fundamental na teoria de Marx, justamente aquilo que até hoje não foi superado e cuja correção o tempo vai demonstrando passo a passo: o método de análise histórica e as leis de transformação do sistema capitalista.

A CRÍTICA DE MARX

A crítica de Marx ao capitalismo tem sido sistematicamente atacada, desqualificada, deturpada e morta pelos conservadores, liberais e demais defensores desse sistema. Os menos dogmáticos chegam a visualizar, como faz Carson, alguma validade na análise de Marx do capitalismo do século XIX, mas logo lembram que o capitalismo mudou e, portanto, o que Marx disse já não vale mais nada. Outros se apegam aos erros e utopias de Marx, os elegem como os aspectos principais do corpo teórico elaborado por ele, e desqualificam, assim, o valor de seu trabalho e, principalmente, as consequências práticas que emanam dele.

No período mais agudo da crise do socialismo soviético, muitos socialistas apressaram-se a desfazer-se de Marx. Evidentemente, para ser socialista, não é necessário ser marxista nem mesmo concordar com suas opiniões acerca dos traços gerais da nova sociedade que deve substituir o sistema de produção-para-lucro. Também é desnecessário concordar com qualquer uma das diversas interpretações dos marxistas, que acabaram levando o socialismo por caminhos inimagináveis. Provavelmente, também Marx não concordaria com a maioria delas, ou mesmo com todas. Apesar disso, é uma vantagem que os socialistas tenham Marx do seu

lado. E isso pelo simples fato de que, apesar de todas as avaliações liberais e conservadoras, a análise de Marx sobre o sistema capitalista ainda não foi superada nem desmentida em seus aspectos essenciais. Como não se pode ser socialista sem ter um conhecimento adequado do funcionamento do sistema produtor de mercadorias, Marx é um colaborador fundamental. Não vale a pena desfazer-se dele, mesmo que seja para agradar à burguesia e granjear sua simpatia.

Ao contrário dos socialistas utópicos de seu tempo, Marx conseguiu ir além da crítica às manifestações e às consequências do funcionamento do modo capitalista de produção. Ele descobriu, como mais tarde afirmou em *O capital*, que as condições históricas de existência dessa relação social não se davam com a circulação de mercadorias e de dinheiro. O capital só surgia ali onde o proprietário de meios de produção e de vida encontrava, no mercado, o operário livre como vendedor de sua força de trabalho. Essa era uma condição histórica, envolvendo toda uma história universal. Sem o trabalhador livre, sem o trabalho assalariado, o capital não poderia existir como tal.

Para chegar a essa conclusão, Marx teve não só que aprofundar-se nos estudos de economia política, para entender a anatomia da sociedade em que vivia, como também nos estudos de história e filosofia, para entender o modo como as sociedades se transformavam. Não podemos esquecer que, em sua época, a sociedade era considerada como um agregado mecânico de indivíduos, cujas mudanças dependiam exclusivamente das vontades fortuitas ou acidentais dos reis, príncipes e chefes. A história, como ainda hoje é ensinada em muitos lugares, era considerada como uma seqüência dos atos daquelas personalidades poderosas. O povo, quando era citado, aparecia somente como coadjuvante.

Marx se convenceu de que as sociedades são, na verdade, formações econômico-sociais que vêm se transformando progressivamente com o correr do tempo. O modo pelo qual os homens produzem em cada época dá a característica da formação econômico-social. Nesse sentido, os modos de produção asiático, antigo, feudal e burguês moderno ou capitalista poderiam ser designados como épocas progressivas da formação sócio-econômica. Embora, na vida real, em cada formação sócio-econômica se encontrem elementos de outros modos de produção, é o modo dominante que o marca e lhe dá a denominação.

Marx também concluiu que os homens, ao realizar a produção de suas condições de existência (alimentos, roupas, instrumentos etc.), eram levados a entrar em determinadas relações entre si, independentemente de sua vontade. Tais re-

lações, que chamou de relações de produção, correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais existentes (meios de produção, como ferramentas, instrumentos, máquinas, meios de transporte etc., mais a força de trabalho) e constituem a estrutura econômica da sociedade. Sobre essa estrutura se eleva uma superestrutura jurídica e política, a que correspondem formas sociais determinadas de consciência. Em termos gerais, Marx dividia as relações sociais em relações materiais e relações ideológicas, havendo uma determinada correspondência entre elas.

Durante o processo de seu desenvolvimento, as forças produtivas da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que não é mais do que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade em cujo interior se haviam movimentado até então. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, tais relações se convertem em travas, abrindo um período de revolução social. A mudança que se produz na base econômica transtorna de uma forma lenta ou rápida toda a colossal superestrutura erigida sobre ela.

Uma sociedade, porém, não desaparece jamais antes de que se desenvolvam todas as forças produtivas que pode comportar. E jamais aparecem relações de produção novas e mais elevadas antes que as condições materiais para a sua existência hajam brotado no próprio seio da antiga sociedade. Por isso mesmo, a humanidade só se propõe problemas quando existem as condições materiais, mesmo embrionariamente, para a sua solução.

Essas conclusões a que Marx chegou representaram para ele a descoberta de um método de estudo histórico, que chamou de concepção materialista da história e que passou a lhe servir de guia em seus estudos posteriores e, essencialmente, no estudo e na análise do capital e de seu sistema de reprodução. Por essa concepção, o capitalismo não era resultado dos descaminhos da razão humana, como, até então, pensavam muitos socialistas, mas, sim, do próprio desenvolvimento das forças produtivas sociais no interior da sociedade feudal. Da mesma maneira, a propriedade privada, as diferentes formas do trabalho e as desigualdades são manifestações necessárias, historicamente determinadas, do longo processo de evolução da humanidade.

Para Marx, a partir dessas premissas, não se tratava de construir sistemas ideais de sociedade, mas, sim, dissecar a sociedade capitalista para descobrir as contradições que conduziam ao seu desenvolvimento e, portanto, a sua superação futura por uma nova sociedade. A essa tarefa, ele dedicou a maior parte da sua

vida, reunindo em *O capital* as principais conclusões que extraiu de sua análise do modo de produção capitalista. *O capital* foi precisamente a exposição e a demonstração prática de seu método materialista histórico.

Partindo da análise da mercadoria, a relação mais simples existente no capitalismo (o modo capitalista de produção é fundamentalmente um sistema produtor de mercadorias), Marx consegue desvendar a intrincada conexão existente entre as diversas outras relações que ela produz com seu movimento. Descobre, em particular, o segredo da reprodução ampliada do capital, através da apropriação da mais-valia produzida pelo trabalhador durante o processo produtivo. E consegue captar as principais tendências do capitalismo em seu movimento e expansão contraditórios, como a concentração, a centralização, a revolucionarização constante de suas forças produtivas, a conformação de um mercado mundial, o descarte da força de trabalho e a morte do trabalho pela elevação da produtividade, a queda da taxa média de lucro, o papel cada vez mais saliente do capital financeiro e outras, que hoje estão explodindo na face de todo mundo.

Como apontamos atrás, diversas das observações e previsões de Marx mostraram-se parcial ou totalmente incorretas. Outras, como a da pauperização absoluta e relativa dos trabalhadores, foram momentaneamente contidas pelo capital, levando muitos a supor que estariam completamente superadas. No entanto, o pior que aconteceu a Marx foi que muitos dos seus seguidores tomaram sua obra como um esquema ou um sistema de idéias a ser aplicado em qualquer condição de tempo e de lugar. Embora isso se chocasse contra o que o próprio Marx pensava a respeito, a concepção de que sua descoberta fundamental fora o método de investigação científica ficou relegada a segundo plano no movimento socialista durante muito tempo. Até a frase muito significativa de Lênin de que o marxismo era a análise concreta de uma situação concreta sempre foi tomada como força de expressão e não como a substância do trabalho científico de Marx.

Nesse sentido, o socialismo de Marx não surge de sua vontade moral e humanitária de superar os sofrimentos da classe ou das classes que constituíam a maioria da sociedade burguesa. Embora tudo o que era humano fosse de sua preocupação constante, ele sabia que a concorrência imposta pelo sistema de produção-para-lucro isolava os indivíduos, tanto os burgueses quanto os proletários, levando-os a confrontar-se entre si, apesar de também aglutiná-los. Para que esses indivíduos isolados pudessem agrupar-se, socializando-se, seria

necessário que o desenvolvimento capitalista oferecesse as condições para tanto, através da grande indústria, da urbanização, dos meios socializantes.

Como esse processo gerador de socialização deveria ser lento e carregado de complicadores, Marx considerava que qualquer poder erigido sobre uma sociedade de indivíduos ainda isolados só poderia ser vencido depois de longas lutas. Para ele, pedir o contrário seria o mesmo que pedir que a concorrência não existisse no capitalismo ou que os indivíduos tirassem da cabeça as relações sobre as quais, como indivíduos isolados, não possuem o menor controle. Assim, na medida em que os indivíduos trabalhadores isolados são obrigados a travar uma luta comum contra os indivíduos burgueses já agrupados numa classe e num Estado, eles também são levados a formar uma classe e a socializar sua luta, socializando a política.

A socialização dos meios de produção e a socialização da política são, assim, as duas bases sobre as quais se assenta o socialismo de Marx. Embora extremamente contraditórias, tanto internamente quanto entre si, elas têm avançado continuamente, de tal modo que mesmo alguns entraves visualizados por Marx como difíceis de ser derrubados parecem estar sucumbindo a esse processo. Gorender lembra que Marx e Engels prognosticaram a socialização crescente da economia e sua internacionalização, mas consideraram que o desenvolvimento dessas tendências se chocaria com os interesses burgueses enquadrados pela estreiteza dos Estados nacionais. Como a unificação econômica dos principais países europeus na CEE representou uma solução bem-sucedida para a formação de um mercado supranacional, adequado ao potencial das novas forças produtivas, isso, como diz Gorender, representa um fator de desvio nos prognósticos de Marx. No entanto, ao mesmo tempo, confirma como principal a tendência à socialização, corroborando, nesse sentido, a percepção de Marx.

Por outro lado, no aspecto puramente político, a socialização também encontra entraves de toda ordem por parte da burguesia. Marx, analisando a Constituição francesa de 1848, acentuava que a contradição que atingia essa Constituição residia no fato de que as classes sociais, cuja escravatura ela deveria perpetuar (proletariado, camponeses, pequena burguesia), haviam conquistado a posse do poder político através do sufrágio universal, enquanto a classe cujo velho poder ela sancionava, a burguesia, subtraía as garantias políticas daquele poder. Em outras palavras, as condições democráticas facilitavam, a cada momento, a vitória das classes inimigas da burguesia, pondo em questão as próprias bases da sociedade

burguesa. Mas, ao mesmo tempo, limitavam o domínio político das classes trabalhadoras. A estas, a Constituição exigia que não passassem da emancipação política à emancipação social. À burguesia exigia que não retrocedesse da restauração social (de domínio de uma classe sobre as demais) para a restauração política (na qual a ditadura de uma única classe era tanto prática quanto institucional).

Por isso mesmo, Marx considerava que todas as chamadas liberdades e instituições progressistas burguesas atacavam e ameaçavam o próprio domínio de classe da burguesia, tanto na sua base social como na sua cúpula política. Tinham, na expressão de Marx, se tornado socialistas. Não devemos nos esquecer que a moderna sociedade capitalista, através da ação da concorrência, realiza uma dissolução privatista da sociedade que, deixada à própria sorte, a faria implodir. O Estado funciona, então, como necessidade histórica de gestão e unificação da sociedade burguesa, tanto através da coerção como do consenso político e ideológico. Constitui uma esfera separada da gestão privada, embora mantenha seu caráter de classe.

Entretanto, o Estado não pode desprezar o fato de que a nova gestão privada, diferentemente da época feudal, tem por base a liberdade política. A relação social entre os homens, como diz Cerroni, já não ocorre pela coerção extra-econômica, que vinculava os indivíduos a uma determinada condição social. Realiza-se por uma coerção econômica, tendencialmente pura, por força da qual o produtor moderno (o proletário) se decide livremente ao contrato de trabalho assalariado.

O Estado precisa, então, comportar mecanismos formais que sejam expressão da liberdade e igualdade política e jurídica dos membros da sociedade e, ao mesmo tempo, dos limites dessa liberdade e igualdade. Desse modo, sua função de guardião da desigualdade econômica, que resulta do caráter privado da propriedade dos meios de produção, representa uma contradição interna do Estado burguês. Esta tende a agravar-se, tanto mais quanto maior for a socialização dos meios de produção e a socialização das liberdades e das instituições da sociedade burguesa. Cerroni tem, então, razão, quando diz que a luta pela transformação social é, também e ao mesmo tempo, a luta pela transformação das instituições políticas. Afinal, para Marx, a liberdade universal da natureza humana só se realizaria verdadeiramente numa sociedade política real, na qual a separação entre o privado e o social houvesse sido superada pela socialização das duas esferas, de tal modo que as funções políticas tenham se tornado diretamente sociais.

Por tudo isso, a crítica econômica, sociológica, política e cultural de Marx

precisa ser levada em conta seriamente pelos socialistas se estes pretenderem, como parece, repensar o socialismo e aprofundar a crítica ao capitalismo do final deste século.

Mesmo porque, como disse apropriadamente Leandro Konder, há vários indícios de que o arsenal teórico de Karl Marx está para ser novamente reconhecido em toda a sua riqueza. O que parecia morto e acabado renasce com novo vigor, dessa vez, alimentado não só pela crise, mas fundamentalmente pelas contradições da revolução científica e tecnológica do capital.

V Rompendo com o presente

Romper com o passado é um problema puramente teórico. A vida já se encarregou de realizar o rompimento prático e nos colocar frente a frente com a nova realidade. Trata-se então de resgatar os aspectos teóricos, cuja validade foi demonstrada pela experimentação prática, e descartar aqueles que se revelaram inconsistentes, embora sempre se corra o perigo de que a própria vida, mais adiante, venha a valorizar aquilo que momentaneamente pareceu falso. Romper com o presente que nos assola, porém, é não só um problema teórico, como prático. Demanda esforços políticos e operacionais para demonstrar que as teses defendidas têm validade real na prática social e histórica da atualidade.

As dificuldades dos socialistas relacionam-se tanto com a necessidade de realizar rompimentos com o passado como com o próprio presente. Mais: vivem a difícil situação de ter que romper com o presente sem perder os referenciais positivos do passado. Ou, como se diz popularmente, derramar a água suja sem jogar fora a bacia e a criança. Toda a perspectiva futura, na realidade, encontra-se ancorada nessas operações teóricas e práticas. Basta ver a crítica de Kurz à esquerda em geral. Segundo ele, após a derrota dos chamados mercados planejados da modernização recuperadora empreendida pelos países socialistas do Leste Europeu, a esquerda deveria radicalizar-se e combater, no nível atual da crise, a lógica do mercado. Ao invés disso, passou a aproximar-se das forças ocidentais do mercado, originalmente capitalistas. E isso, completa Kurz, em parte nas pontas dos pés, mas em parte também esmagando, e com toda a força, o seu próprio papel anterior de oposição.

Pode-se até alegar que Kurz generaliza demais. Mas o que ele afirma parece ser verdadeiro pelo menos para uma parte significativa dos antigos socialistas, em praticamente todo o mundo. Essa parte da esquerda passou a rejeitar em bloco as experiências e as problemáticas do que se convencionou chamar de socialismo real, culpando a própria teoria do socialismo pelo seu fracasso. Outra parte pre-

fere o meio termo, indigitando um ou alguns teóricos ou líderes revolucionários pelos descaminhos praticados. Rubens Pinto Lyra, por exemplo, responsabiliza o Leninismo por haver produzido o contrário do que objetivava, ao pretender saltar etapas na construção do socialismo. Teria produzido um formidável salto para trás, comprometendo, por um tempo indefinido, as chances de uma alternativa socialista no primeiro mundo.

Essa não é bem a opinião de Hobsbawn, para quem o socialismo soviético representou um importante instrumento de pressão sobre o capitalismo para a emergência dos Estados de bem-estar social no primeiro mundo. Esta também parece ser a opinião atualizada do Papa. E, diga-se de passagem, Hobsbawn e João Paulo II não são daqueles que morriam de amores pelo sistema soviético, embora por motivos diametralmente opostos. Além disso, como teremos oportunidade de examinar mais adiante, a ausência ou presença de uma alternativa socialista no primeiro mundo constitui um assunto bem mais complexo do que a responsabilidade do leninismo e da Revolução Russa.

Evidentemente, há ainda uma parte da esquerda, bem minoritária, que continua fiel ao positivismo da experiência soviética, culpando por seu fracasso os revisionistas, os renegados, os traidores, o conluio imperialista e outros monstros, se mais houvessem.

Nesse sentido, a posição de Kurz é *sui generis*. Primeiro, ele não aceita que o socialismo chamado real fosse uma variante anticapitalista ou verdadeiramente socialista. Segundo, ele relativiza a vitória ocidental, considerando que, na verdade, com a crise do sistema perdedor soviético, foi deflagrada uma crise global que também ameaça o pretenso vencedor e indica a existência de fundamentos comuns aos dois sistemas.

Ora, a demolição do Leste é um fato incontestável. Não adianta procurar refúgio para a derrota culpando o Ocidente e seus agentes. Estes tinham o dever de classe de lutar pela destruição do socialismo. Este é que tinha que elevar sua capacidade de enfrentar e superar as estratégias e táticas demolidoras do adversário. Então, é preciso buscar no próprio socialismo soviético as raízes de seu fracasso, as contradições reais que o enfraqueceram e o levaram à derrota. Senão, não adianta trocar velhas ilusões por novas. Por outro lado, estranho seria se o socialismo, soviético ou outro qualquer, não possuísse fundamentos que o assemelhassem, em vários pontos, ao capitalismo. Como uma formação econômica e social de transição pode estar completamente isenta de elementos da formação que lhe

deu origem? Assim, o acerto de contas com o passado socialista, pelo menos nas suas principais vertentes, ainda é uma questão em curso. Por outro lado, tanto o socialismo da vertente social-democrata quanto da vertente chamada real, aqui incluindo o soviético, que parece ter degingolado de modo irreversível, e os sobrantes, que buscam reformar-se ou adaptar-se às novas circunstâncias mundiais, ainda fazem parte do presente. O capitalismo, como não poderia deixar de ser, desconsidera a social-democracia como socialismo ou, na melhor das hipóteses, a aceita como socialismo democrático oposto ao socialismo comunista soviético. E considera o socialismo real definitivamente morto, já que até mesmo os sobrantes estão adotando a economia de mercado para superar sua crise.

Apesar de todas as suas certezas, porém, o capitalismo ainda está às voltas com os destroços soviéticos, sem saber ao certo que rumo tomarão depois de falharem todas as promessas com que alimentaram as ilusões dos inocentes desses países e de todo o mundo. E os socialistas, pelo menos aqueles que não se deixaram abater, também consideram o soviétismo morto e incapaz de renascer das cinzas. Mas vêem, ao mesmo tempo, a falência, nem sempre honrosa, da social-democracia, aliada à crise do capitalismo.

Hobsbawn afirma, com propriedade, que os comunistas e os social-democratas estão descobrindo que não podem mais levar avante as políticas que mais ou menos improvisaram ou adaptaram após a primeira guerra mundial, jamais havendo realmente pensado sobre elas. Mesmo que Hobsbawn exagere em relação a essa omissão de pensamento, ele está certo ao concluir que a História lhes permitiu saborear o gosto de sucesso, ou pelo menos de um relativo sucesso, que agora se esfumou. Com isso, repetindo uma frase sua que utilizamos no início do livro, pela primeira vez, os socialistas têm que pensar sobre o socialismo.

Luís Fernandes nos diz que a crise do Leste serviu para despertar o pensamento marxista (ou pelo menos parte dele) para a identificação de problemas fundamentais da experiência socialista, que permaneciam ofuscados por boa dose de sono dogmático. E haja dose! O rompimento com o passado e com o presente vai nos obrigar a arremessar longe os rótulos que eram empregados pelas diversas correntes socialistas para caracterizar, na maioria das vezes pejorativamente, as correntes contrárias, rótulos que acabavam impedindo uma análise mais profunda das opiniões e das condições em que elas surgiam. E vai nos obrigar a retomar Marx naquilo que ele criou de essencial, seu método de investigação científica, de análise concreta de situações concretas.

A crise do socialismo coincide com a terceira revolução tecnológica da História e seus dilemas evolutivos. A ciência consolidou-se como a principal força produtiva, descortinando para a humanidade perspectivas promissoras, mas igualmente perigosos bárbaros e destrutivos. Prosseguem os avanços na microeletrônica, informática, biotecnologia, novos materiais, telecomunicações e automação, causando mudanças profundas na força de trabalho, nos sistemas de produção e suas formas de organização, nos padrões de consumo e no crescente papel da investigação e educação científica e tecnológica.

O consumismo ameaça romper os parâmetros ecológicos, apesar da diminuição da pressão sobre os recursos naturais, advinda da descoberta de novos materiais sintéticos. Problemas como a criação, transferência e adoção de novas tecnologias, utilização de bancos genéticos, propriedade intelectual e uso das informações transformaram-se em questões que incidem diretamente sobre a soberania dos países, as liberdades individuais e a organização democrática. Ao mesmo tempo que expressam a crescente socialização da produção e da política, elas demandam socialismo para viabilizar-se como forças favoráveis, e não destrutivas, para a humanidade.

O rompimento com o presente é, assim, uma tarefa relacionada com o futuro, com nossa capacidade de, pela primeira, vez pensarmos seriamente o socialismo. Sobre Marx temos a vantagem de poder exorcizar os socialismos reais que existiram, ou continuam existindo, embora não sejam exatamente aqueles que idealizamos.

CONCEITOS MALDITOS

Ash, Dahrendorf e outros autores, tanto liberais quanto marxistas, reconhecem que comunismo e socialismo acabaram por transformar-se em conceitos malditos nos países socialistas do Leste Europeu. Isso certamente também é verdade em relação a grandes parcelas populacionais de nosso planeta, que não tiveram acesso a outras informações e sucumbiram sob o bombardeio insistente e massificante da propaganda ideológica burguesa. Talvez não seja coisa totalmente do passado a idéia de que comunistas devoravam criancinhas, segundo a versão de prelados das mais diversas confissões religiosas.

Os comunistas e os socialistas, por outro lado, se não podem ser responsabilizados por versões tenebrosas desse tipo, foram geradores de inúmeras confusões em torno de suas políticas e em torno do significado real desses conceitos. Eles

aparecem tão embaralhados, tanto na terminologia marxista quanto na liberal, que seria útil começar por eles nosso rompimento com o passado. É verdade que ambos são termos que aparecem na História bem antes que Marx e Engels os aproveitassem.

Talvez por isso, nos seus escritos, ambos desprezem qualquer rigidez conceitual, empregando os dois termos indistintamente, ora com um mesmo significado, ora com significado diferente.

Inicialmente, Marx distingue o comunismo do socialismo pelo caráter político diferente que possuíam, particularmente durante o século XIX. Enquanto o socialismo estava mais ligado àquelas correntes que consideravam possível reformar o capitalismo e torná-lo mais humano, principalmente os socialistas utópicos, o comunismo relacionava-se àquelas nitidamente plebéias, que trabalhavam pela destruição do capitalismo e sua substituição por uma sociedade livre da propriedade privada e da exploração do homem pelo homem. Nesse sentido, o comunismo moderno dava continuidade à tradição dos comunistas utópicos, embora Marx não aceitasse a igualdade e a abolição da propriedade privada nos termos em que era colocada por seus predecessores.

Mais adiante, Marx e Engels introduziram uma distinção entre comunismo e socialismo como fases de um mesmo processo de transição do capitalismo ao comunismo. Mas, ao mesmo tempo, mantiveram a identidade entre comunismo e socialismo, em termos de movimento político. Nesse sentido é que Engels afirma que o socialismo moderno, em sua forma teórica, começa apresentando-se como uma continuação mais desenvolvida e mais conseqüente dos princípios proclamados pelos grandes ilustradores franceses do século XVIII. É, por seu conteúdo, resultado tanto dos antagonismos de classe que imperam na sociedade burguesa quanto da anarquia que reina na produção.

Marx, por seu turno, considera que o traço distintivo do comunismo não é a abolição da propriedade em geral, mas, sim, a abolição da propriedade privada capitalista. A supressão dessa propriedade específica, explica Engels, deverá resultar na associação geral de todos os membros da sociedade. O objetivo dessa associação é utilizar coletiva e racionalmente as forças produtivas. A produção será fomentada para cobrir as necessidades de todos, liquidando o estado de coisas em que as necessidades de uns se satisfaçam à custa das de outros. As classes e o antagonismo entre elas serão suprimidos. As faculdades universais de todos os membros da sociedade serão desenvolvidas através da eliminação da divisão do trabalho, da educação indus-

trial, do intercâmbio de atividades, da participação de todos no usufruto dos bens criados por todos e, finalmente, da fusão da cidade com o campo.

O comunismo, por essa visão, seria, portanto, o momento culminante da nova sociedade. Marx argumentava que, com a derrocada da ordem social burguesa, por obra da revolução comunista e da abolição da propriedade privada, dissolveria-se aquele poder estranho aos indivíduos, que o subjugavam como mercado mundial. A libertação de cada indivíduo se daria na medida em que, associado aos demais indivíduos, passasse a abordar de forma consciente todas as premissas naturais como criação dos homens anteriores. Sua instituição seria, portanto, essencialmente econômica, resultante das condições materiais dessa associação.

O que criaria o comunismo seria, precisamente, a base material para tornar impossível tudo aquilo que existisse alheio aos indivíduos. Toda relação anterior, existente no sistema de produção de mercadorias, só ocorria em determinadas condições (trabalho real e trabalho acumulado, isto é, propriedade privada), e não como relação dos indivíduos entre si. Ao desaparecerem essas duas condições, ou uma delas, paralisasse a relação que impunha aos indivíduos poderes dominadores estranhos a eles. Libertos desses poderes, passam a relacionar-se entre si como indivíduos que são.

Essa visão de Marx sobre as condições para a existência do comunismo acabou resultando numa interpretação vulgar de que, ao chegar a esse ponto, deixariam de existir os conflitos e as contradições e se criaria uma sociedade completamente homogênea. Dahrendorf aproveita-se dessa versão marxista vulgar para contrapor ao comunismo a sociedade aberta, onde o indivíduo tem que conviver com o conflito e dar-lhe uso criativo, em vez de tentar varrê-lo para baixo do tapete e procurar uma falsa harmonia, que quase sempre significa tirania. É provável que, se Marx estivesse vivo, concordasse com essa definição de Dahrendorf para o próprio comunismo. A diferença entre eles continuaria sendo, certamente, a determinação das condições para a existência dessa sociedade. Enquanto Dahrendorf permanece apegado à propriedade privada dos meios de produção, mas já se dá conta de que o trabalho tende a desaparecer, Marx reiteraria a necessidade de abolição de ambos.

Dizendo de outro modo, para a concretização do comunismo, segundo Marx, seria necessário que houvessem amadurecido as condições para a supressão da propriedade privada e do trabalho, ou de pelo menos um deles. Ele acrescentava que a supressão da propriedade privada faz-se possível e, inclusive, necessária quando: 1) constituíram-se capitais e forças produtivas em proporções sem pre-

cedentes e existem meios para aumentar, a curto prazo, essas forças produtivas; 2) tais forças produtivas concentraram-se em mãos de um reduzido número de burgueses, enquanto a grande massa do povo se converte em proletários, com a particularidade de que sua situação se faz mais precária e insuportável na medida em que aumenta a riqueza dos burgueses; 3) a multiplicação das forças produtivas rompe os marcos da propriedade privada e torna supérflua a existência do burguês, provocando continuamente grandes comoções de ordem social.

O comunismo, portanto, na visão de Marx, é um passo necessário para superar as contradições geradas pelas sociedades capitalistas que alcançaram seu grau máximo de desenvolvimento. Em resumo, as sociedades comunistas devem ter uma capacidade produtiva, de tal envergadura, que sejam capazes de atender às necessidades materiais e espirituais de todos e de cada um de seus membros. Como tais necessidades são desiguais (os homens possuem diferenças biológicas, gostos diferenciados etc.), a igualdade econômica deve consistir em atender a essas desigualdades, de acordo com as necessidades singulares de cada uma. Ao atingir a capacidade de atender plenamente a todos os indivíduos, a sociedade torna desnecessárias a utilidade do dinheiro e a existência mesma das mercadorias: os bens necessários serão unicamente valores de uso.

A abolição da apropriação privada e sua substituição pela apropriação social dos resultados do trabalho torna também supérflua a divisão do trabalho, levando ao desaparecimento das classes e à extinção do Estado. Este desaparece ao perder a sua função principal de administrar a luta de classes em benefício da classe dominante. Abrem-se, assim, as condições que permitirão aos homens se organizarem de forma diferente para administrar as coisas e não mais para subordinar uns homens aos outros.

Por outro lado, a produtividade do trabalho deve estar tão desenvolvida que a jornada de trabalho pode ser reduzida ao mínimo. O trabalho deixa, então, de ser uma necessidade para a sobrevivência cotidiana e, com a instituição da distribuição de acordo com a necessidade de cada indivíduo singular, passa a ser uma necessidade física e espiritual para a reprodução do ser humano como tal. O direito ao trabalho e o direito ao não-trabalho se equivalerão, permitindo aos indivíduos elevar-se cientificamente e culturalmente. Na concepção de Marx, o comunismo deve representar a conquista de uma civilização material e espiritual altamente elevada.

Evidentemente, há marxistas que fazem coro com os liberais e consideram toda essa visão de Marx, ou parte dela, fruto de sonhos utópicos. A questão da

abundância, ou da capacidade produtiva para satisfazer plenamente as necessidades de cada indivíduo da sociedade, em particular, é bastante polêmica. Enrique Rubio sustenta que a utopia de uma sociedade da abundância, ou da determinação crescente pela economia, encontra parâmetros ecológicos que não deve transgredir. As práticas destrutivas do capitalismo (e também do socialismo soviético), manifestadas pela anarquia na produção, pelo consumismo, pelo desperdício, pelas crises e pelas guerras, seriam uma indicação mais do que segura de que a humanidade jamais terá condições de alcançar tal capacidade produtiva sem, ao mesmo tempo, destruir o meio ambiente.

Se isso pode ser uma verdade para as condições do capitalismo, pode não ser, necessariamente, para as condições de uma sociedade completamente diferente. Em primeiro lugar, a presente revolução tecnológica e científica aponta para a possibilidade de novos processos produtivos e novos materiais poupadores de recursos naturais e conservadores do meio ambiente. O solo pode ser libertado da obrigação de arcar com o peso principal de garantir a alimentação humana e as matérias-primas produtivas. Em segundo lugar, com a liquidação da anarquia da produção e das guerras, liquidam-se fatores importantes de destruição e desperdício em massa das forças produtivas, dos homens e do meio ambiente.

Em terceiro lugar, as necessidades devem passar a ser reguladas consciente e racionalmente pelos próprios indivíduos associados. Os padrões de consumo deverão sofrer, então, uma verdadeira revolução. O consumismo é um produto histórico da produção e da circulação de mercadorias do capital e deve desaparecer junto com o desaparecimento da propriedade privada e do trabalho e com a elevação do nível cultural e científico. Nessas condições, pode ocorrer uma conjugação de elevadas taxas de produção e produtividade, taxas de crescimento demográfico moderadas, redução sensível do uso dos recursos naturais e eliminação do desperdício e do consumismo, proporcionando a possibilidade de a sociedade alcançar um excedente produtivo capaz de atender às necessidades de todos os indivíduos. Assim, embora somente o futuro possa dirimir essa polêmica, há indicadores que apontam tanto para a impossibilidade quanto para a possibilidade de se atingir a abundância. De qualquer modo, como dizia Engels, a humanidade só conseguirá dar o salto do reino da necessidade ao reino da liberdade se fizer cessar o império do produto sobre os produtores. Ou, como diz Elson, se for evitada a polarização do processo que perpetua e intensifica a dominação do poder de compra sobre a satisfação das necessidades.

Essa sociedade comunista, prevista por Marx e Engels, que deveria surgir da revolução nos países capitalistas avançados, não se realizou, porém, nem foi tentada, a rigor, em parte alguma do mundo. Por razões históricas que veremos mais adiante, nenhuma das sociedades capitalistas desenvolvidas assistiu ao triunfo revolucionário do comunismo. As revoluções comunistas ou socialistas, que a História conheceu nos últimos 70 anos, ocorreram em países onde o modo de produção capitalista mal se desenvolvera, ainda engatinhava ou, simplesmente, subordinava os antigos modos de produção. Na falta de indicações teóricas mais precisas sobre a transição de sociedades atrasadas desse tipo para o comunismo previsto por Marx, essas revoluções tentaram seguir, em certa medida e por um tempo relativamente longo, o preceito de Lênin, de passagem direta para uma civilização superior. Na maioria, porém, esqueceram a condição essencial, simples e real, de que deveriam estar presentes no cenário revolucionário mundial os países avançados do ponto de vista capitalista. Ou seja, a revolução, para Lênin, só poderia ter êxito nos países atrasados se fosse acompanhada, ao mesmo tempo, pela revolução nos países capitalistas desenvolvidos. Se o preceito leninista já era duvidoso na presença dessa premissa, imagine-se sem ela.

De qualquer maneira, Marx não pode ser completamente responsabilizado por esses problemas. Seus argumentos teóricos eram claramente ancorados no pressuposto da revolução em países avançados, no bojo de um processo revolucionário universal. Mesmo nessas condições, ele não previa qualquer passagem direta e rápida. Frisava que uma sociedade que acaba de sair precisamente do sistema produtor de mercadorias e que, portanto, em todos os seus aspectos econômicos, morais e intelectuais, apresenta a marca da velha sociedade da qual procede, ainda terá que conviver durante algum tempo com seus resquícios e com o próprio direito burguês. Nisso residem os fundamentos comuns descobertos por Kurz. No próprio *Manifesto Comunista*, Marx e Engels dizem textualmente que o proletariado se valerá de sua dominação política para ir arrancando, gradualmente, à burguesia, todo o capital, para centralizar todos os instrumentos de produção em mãos do Estado e para aumentar com a maior rapidez possível a soma das forças produtivas. Somente quando houver desaparecido a subordinação escravizadora dos indivíduos à divisão do trabalho e, com ela, a oposição entre o trabalho manual e o trabalho intelectual. Somente quando o trabalho não for somente um meio de vida, porém sua primeira necessidade vital. Somente quando, com o desenvolvimento dos indivíduos em todos os seus aspectos, crescerem também as

forças produtivas e jorrarem os mananciais da riqueza coletiva. Só então poderá rebaixar-se o estreito horizonte do direito burguês e a sociedade poderá inscrever em sua bandeira: de cada um segundo sua capacidade, a cada um segundo sua necessidade.

Desse modo, Marx supunha o socialismo como uma primeira fase transitória do capitalismo desenvolvido para o comunismo, fase que poderia ser mais longa ou mais curta, dependendo do grau de desenvolvimento de suas forças produtivas, da cultura e da democratização política. Ele considerava impossível suprimir de golpe a propriedade privada, do mesmo modo que não se poderia aumentar de chofre as forças produtivas existentes na medida necessária para criar uma economia coletiva. Por isso, acentuava, a revolução proletária apenas poderá transformar paulatinamente a sociedade atual. E acabará com a propriedade privada unicamente quando houver criado a necessária quantidade de meios de produção que a tornarem supérflua.

É interessante lembrar as medidas mais importantes que Marx e Engels propunham para a revolução comunista, que deveria instaurar a fase de transição socialista. Engels, em particular, enfatizava que a revolução estabeleceria um regime democrático e, portanto, direta ou indiretamente, a dominação política do proletariado. Para ele, a democracia seria absolutamente inútil para o proletariado se não a utilizasse imediatamente como meio para levar a cabo amplas medidas que atentassem diretamente contra a propriedade privada e assegurassem a existência do proletariado. Que medidas eram essas? Em primeiro lugar, a restrição da propriedade privada mediante impostos (imposto progressivo, taxação de heranças etc.). Depois, a expropriação gradual dos proprietários agrários e proprietários de ferrovias e navios, parcialmente com a ajuda da concorrência por parte da indústria estatal e parcialmente de modo direto, com indenização em papéis da dívida pública. Nos dias de hoje, com tais propostas, ambos seriam naturalmente taxados de reformistas juramentados. Mas vale a pena notar como eles davam importância aos meios econômicos sobre os administrativos para atentar contra a propriedade privada. O confisco de bens só era previsto para o caso dos emigrados e contra-revolucionários.

Nas medidas relacionadas com o trabalho, eles propunham a organização e ocupação dos proletários em fazendas, fábricas e oficinas nacionais e a obrigação dos empresários privados, que permanecessem, de pagarem salários tão altos quanto os pagos pelo Estado. O trabalho deveria ser um dever obrigatório para

todos os membros da sociedade, até a completa supressão da propriedade privada.

Aqui reside um dos pontos de controvérsia de Kurz, tanto em relação ao socialismo soviético quanto em relação ao próprio Marx. Kurz considera que a controvérsia social e histórica que dominou a modernidade, compreendida pelo marxismo como luta de classes, apoiou-se em um fundamento comum, a sociedade do trabalho, fundamento que deixa agora transparecer sua limitação e, caído em crise, aguarda sua dissolução.

A manutenção da sociedade do trabalho durante o socialismo, seja teoricamente por Marx, seja praticamente pelo socialismo soviético, representaria a manutenção do sistema produtor de mercadorias, do capitalismo, em qualquer das suas duas formas fundamentais, que Kurz define como as formas estatista e monetarista. Esta é a razão pela qual ele não aceita que o socialismo tenha sequer existido em qualquer dos países que assim se autodenominaram. O que existiu, com a manutenção da sociedade do trabalho, teria sido a variante estatista da modernização capitalista. Kurz só admite uma possibilidade: a passagem direta da sociedade do trabalho (capitalista) para a sociedade do não-trabalho (comunista), quando aquela afundar em sua crise absoluta e definitiva.

Marx, ao contrário, admite esse período transitório no qual, além das medidas apontadas acima, deverá haver a centralização dos créditos e dos bancos em mãos do Estado, a educação pública e geral combinada com o trabalho, a igualdade do direito de herança e a concentração de todos os meios de transporte em mãos da nação. Quando todo o capital, toda a produção e toda a troca estiverem concentrados nas mãos da nação, a propriedade privada deixará de existir por si mesma. O dinheiro se fará supérfluo, a produção aumentará e os homens terão mudado tanto que poderão ser suprimidas também as últimas formas de relações da velha sociedade. Evidentemente, Marx parece não haver levado em conta que a manutenção do pleno emprego do trabalho representa, objetivamente, um entrave à elevação da produtividade e à revolucionarização das forças produtivas. Mas isso não chega a desestruturar a linha geral de suas previsões.

Para ele, conforme atesta Cerroni, a socialização completa-se quando a própria sociedade, à medida que vai homogeneizando suas estruturas econômicas, reabsorve as funções políticas. Não se trata de tornar mais eficiente a comunidade ilusória do Estado, mas de tornar comunidade real a desagregada sociedade atomizada dos indivíduos privados. Esta deve libertar-se, simultaneamente, da exploração de classe e da gestão política separada. Nesse sentido, o estado de transição

socialista não se centraria na redução do emprego da coerção, mas, sim, na redução da separação entre a esfera política e a esfera social.

Em outras palavras, a socialização da economia deveria ser acompanhada por uma progressiva assimilação de funções políticas, tornadas diretamente sociais, e por uma crescente vigilância democrática do próprio Estado, através de uma também crescente participação da população em todos os negócios do Estado. Marx dizia explicitamente que, para acabar com a burocracia, era necessário o exercício universal das funções públicas. Isto é, uma situação em que todos assumissem as funções de controle e vigilância, em que todos fossem, ao mesmo tempo, burocratas e, portanto, ninguém pudesse tornar-se um burocrata.

O socialismo, pelas formulações teóricas de Marx, não passaria, assim, de um período de transição em que conviveriam lado a lado, integrando-se e repelindo-se, desenvolvendo-se contraditoriamente, elementos que são resquícios capitalistas e burgueses e elementos que já pertencem ao futuro, que são embriões desse futuro e devem desenvolver-se em confronto com aqueles resquícios. Supor o socialismo como uma sociedade em que toda a propriedade seja social, em que vigore a igualdade e tenha desaparecido a concorrência, em que o trabalho haja se tornado desnecessário e em que o Estado tenha perdido seu papel de instrumento de dominação de uma classe sobre outra, significa o mesmo que sobrepor a fase de transição à fase posterior. Como em nenhum lugar foi tentada praticamente a transição socialista de uma sociedade desenvolvida para o comunismo, pode-se considerar tal hipótese como unilateral, do mesmo modo que Marx considerava, talvez injustamente, uma idéia unilateral francesa a concepção da sociedade socialista como o reino da igualdade.

Entretanto, o problema que está posto para os socialistas é outro. O socialismo chamado real, tanto o soviético quanto aqueles que realizam reformas e tentam sobreviver ao furacão que varreu o sovietismo do Leste Europeu, não foi tentado em países capitalistas desenvolvidos, mas, sim, atrasados. E, de uma forma voluntarista e em contraste com as principais conclusões de Marx, procurou queimar etapas e confundiu os dados da realidade.

As revoluções socialistas tentaram erigir um socialismo em que a propriedade privada deveria ser abolida administrativamente, em que a igualdade deveria se estabelecer sem que houvesse produção suficiente para atender às necessidades de todos os indivíduos, no qual a concorrência deveria ser proibida e no qual, contraditoriamente, o trabalho seria transformado em dogma eterno da religião do

Estado. Este, por sua vez, em lugar de desaparecer, teria que ser reforçado indefinidamente. Nessas condições, como acabou acontecendo, teria mesmo que transformar-se, de instrumento de dominação da classe majoritária sobre a minoria contra-revolucionária, no instrumento de dominação de sua própria burocracia sobre as classes majoritária e sobre toda a sociedade.

RELEMBRANDO O PASSADO

As previsões, suposições e afirmações de Marx sobre o desenvolvimento capitalista e as perspectivas de sua transformação em socialismo e comunismo, como vimos, receberam a interferência de inúmeros fatores não previstos por ele. No caso particular do capital como sistema de produção, as linhas mestras de sua análise têm demonstrado validade e comprovação ao serem comparadas às principais tendências de desenvolvimento do capitalismo. Mas não sem que essas tendências tenham sido sustadas em vários momentos, ou desviadas por caminhos completamente imprevisíveis ou, em alguns casos, tão modificadas que se transformaram em duas ou mais tendências diferentes, dando a impressão de que a análise de Marx estaria incorreta.

Arrighi cita, por exemplo, a previsão de que o crescimento do poder social dos trabalhadores e o aumento da miséria de massas deveriam embaralhar-se constantemente, tanto dentro de cada área da economia mundial capitalista como através de suas várias áreas, pelo domínio e pela ação niveladora do mercado. Ele lembra que isso não ocorreu durante um largo período. Na primeira metade do século XX, o mercado mundial foi rompido pela disputa interestados (e burguesa). Criaram-se blocos de comércio e sucederam-se confrontos armados de proporções mundiais. Nessas condições, o poder social e a miséria de massa do trabalho cresceram mais rapidamente do que antes, mas não de forma embaralhada dentro e através das várias áreas da economia capitalista mundial. Isso ocorreu de forma polarizada, com o proletariado em algumas regiões experimentando primeiro um aumento do poder social e, em outras, primeiro a miséria de massa do trabalho.

O desenvolvimento bastante desigual dos diversos países capitalistas, inclusive através da expansão colonial do século XIX e início do século XX, permitiu uma expansão muito mais rápida do capitalismo nos países centrais da Europa e América.

Nesses países, ficou concentrada a produção industrial das mercadorias. A exportação de manufaturados para os países atrasados e a importação de matérias-

-primas baratas destes para os países centrais constituíam as formas principais de movimentação do capital. Nessas condições, a expansão da força do proletariado concentrava-se, também, basicamente, nos países capitalistas desenvolvidos, pressionando o capital a realizar concessões e a melhorar seu padrão de vida, como resposta ao aumento da produtividade e à concentração de riquezas. As sublevações operárias, ocorridas durante o século XIX, representaram um acicate poderoso para que a burguesia aceitasse ampliar as faixas de salários mais elevados e concedesse importantes liberdades civis e políticas.

Esse processo se acelerou no final do século XIX, à medida que o capitalismo atingiu a fase da centralização financeira, de constituição dos monopólios e da exportação de capitais. Ou seja, à medida que o capitalismo acelerou a socialização da produção. A localização de indústrias nos países mais atrasados, para aproveitar as vantagens comparativas de mão-de-obra e matérias-primas mais baratas, ampliou a presença da classe operária nesses novos países, mas de uma forma que relembra o processo selvagem de acumulação primitiva do capital. Os trabalhadores encontraram enorme dificuldade para concretizar seu poder social, a miséria de massa expandiu-se rapidamente e o capitalismo defrontou-se, por seu lado, com uma resistência muitas vezes também selvagem.

Nessas novas condições, a burguesia optou claramente por deixar que se consolidassem as vitórias econômicas e sociais do trabalho nos países centrais, embora nem sempre isso representasse mais tranquilidade em sua retaguarda. Cristalizou-se aquilo que Lênin chamou de desenvolvimento desigual do capitalismo.

Sua expansão se dava principalmente em profundidade, nos países desenvolvidos, através do aumento do capital constante, da produtividade, da extração da mais-valia relativa, da concentração, centralização e exportação de capitais. Nos países atrasados, ela ocorria principalmente em extensão, por meio do uso intensivo de mão-de-obra e de capital variável, da extração da mais-valia absoluta e do investimento nos ramos produtores de matérias-primas (agrícolas e minerais) necessárias aos países industriais.

Desse modo, as tendências ao crescimento do poder social e do aumento da miséria de massa do trabalho teriam que ocorrer de forma polarizada e não embaralhada num mesmo processo de nivelção. Como diz Arrighi, essa forma polarizada, na qual as duas tendências se materializaram, teria que fazer as lutas, ideologias e organizações se desenvolverem por trajetórias que jamais Marx previu ou advogou. A premissa de Marx para a transformação socialista mundial tinha

como ingrediente essencial a suposição de que as duas tendências (aumento do poder social e aumento da miséria de massa) afetariam o mesmo material humano através do espaço da economia capitalista mundial.

Somente sob essa premissa as lutas cotidianas do proletariado poderiam ser inerentemente revolucionárias, no sentido de que elas produziriam um poder social frente aos Estados e ao capital, que estes jamais poderiam extinguir ou acomodar. A revolução socialista era o processo em larga escala e de longa duração, através do qual o conjunto dessas lutas imporia à burguesia mundial uma ordem baseada sobre o consenso e a cooperação, em lugar da coerção e competição.

Isso não ocorreu. Nos países centrais da Europa e Estados Unidos, o desenvolvimento capitalista criou uma burguesia forte, coesa e, como diz Cerroni, organizada num tipo de Estado que foi se articulando cada vez mais com técnicas e estruturas requintadas. O parlamento nacional equilibrou-se com a contraposição de organismos locais. A divisão dos poderes, a codificação do direito e a formalização do precedente jurídico consolidaram-se. O alargamento numérico da burocracia transformou-a na real coluna de apoio do regime representativo. A definição rigorosa da liberdade e dos seus limites teve como consequência a definição de um rigoroso regime caucionador. Este compensa a exclusão da gestão política (delegada no corpo representativo) com uma precisa garantia da autonomia privada, quer na esfera da propriedade, quer na esfera das liberdades pessoais e civis.

Institucionalizou-se, continua Cerroni, um regime liberal que tapava todas as passagens aos temas do exercício direto da soberania, da socialização da propriedade e do direito ao trabalho. Isso tudo era facilitado, como constata Arrighi, pelo fato de que, nesses países, o poder social dos trabalhadores ampliava-se não só com base em suas lutas e conquistas, forçando concessões da burguesia. Esta podia transferir para seus trabalhadores uma parte substancial da mais-valia absoluta que arrancava dos trabalhadores das colônias e de outros países atrasados. Os sucessos eleitorais dos socialistas apontavam para a conquista do poder de uma forma muito mais tranqüila do que supunham os radicais de diferentes tipos. Em 1898, Bernstein sintetizou o programa que as tendências capitalistas centrais permitiam ao socialismo.

Ele simplesmente afirmava que, ao contrário do que Marx dissera, a classe média não estava desaparecendo e o número de pessoas proprietárias crescia. Em lugar da pauperização, tinha lugar o aumento de conquistas e vantagens pelos trabalhadores.

Em vez de concentrar-se num pequeno número de grandes capitalistas, o capital democratizava-se com a concretização das sociedades por ações. O consumo ampliava-se entre a classe média e o proletariado, melhorando suas condições de vida. Por outro lado, a ampliação da circulação monetária afastava as possibilidades de crises econômicas e, ainda mais, a probabilidade de uma ruína final. Se os socialistas fossem esperar por esses eventos para instaurar a sociedade de seus sonhos, jamais a alcançariam.

Bernstein propõe, então, que os socialistas mudem radicalmente sua postura diante do capital. Se a ruína deste, e a revolução que a isso se seguiria, não é mais inevitável, o que melhor corresponderia aos interesses dos trabalhadores seria lutar por uma sociedade, mesmo capitalista, mas eticamente democrática, baseada no apoio de todas as classes e não só do proletariado. Não se tratava mais de derrubar a ordem capitalista existente, mas de ganhar o apoio da burguesia para as reformas que permitissem aos trabalhadores partilharem com ela os direitos e as responsabilidades políticas. Bernstein dava, assim, fundamentação teórica à ação prática de colaboração entre os socialistas e os partidos burgueses, inaugurada pelo socialista francês Millerand.

Bernstein foi ainda mais longe em sua crítica, e revisão, de Marx, e na apologia da nova forma que o Estado burguês assumia. Colocou o socialismo como continuidade ideológica e política do liberalismo, sustentando que, se a democracia era a forma política do liberalismo, o socialismo não era senão o liberalismo organizado. O complicado em todos esses problemas colocados por Bernstein é que eles se baseavam em mudanças concretas que o capitalismo estava realizando, pelo menos em suas áreas centrais, tanto na economia quanto na política.

O capital, contra a visão vulgar corrente no socialismo da época, estava não só continuando a revolucionar suas forças produtivas e permitindo o aumento do poder social do trabalho como evitando o aumento da miséria de massa e, mais do que isso, modificando a própria forma de agir de seu Estado. Este deixava de constituir um simples comitê coercitivo e violento da dominação de classe da burguesia para transformar-se, através da ampliação do voto universal e das liberdades políticas, numa arena, digamos, aparentemente mais civilizada, da disputa entre as classes. Ou, como diria Marx, para introduzir mais um elemento de socialização no próprio sistema.

O anátema de Bernstein resultou numa profunda cisão na corrente socialista e ganhou muita força nos países capitalistas europeus, em especial na Escandiná-

via, Alemanha, França e Inglaterra. É verdade que, no primeiro momento, houve um processo de dispersão considerável, aliás, reforçando variantes reais de pensamento que já vinham se manifestando como reação às mudanças do capitalismo. Não apenas se multiplicaram aquelas que assumiam a reforma do sistema produtor de mercadorias como seu próprio fim, como as que se opunham vigorosamente a isso, em nome do anarquismo e de diferentes concepções revolucionárias. É interessante notar que, inicialmente, lideranças consagradas da social-democracia de então, como Kautsky e Rosa Luxemburgo, colocaram-se em oposição às teses de Bernstein, embora com argumentos diferentes.

Não é nosso intuito refazer toda a trajetória desse debate, nem as mudanças que ocorreram nas opiniões dos diversos contendores. O importante a frisar é que o pensamento de Bernstein não foi devidamente refutado ou derrotado, nem mesmo quando novas crises abalaram o sistema capitalista e este teve que ingressar nas guerras mundiais que consumiram milhões de vidas e forças produtivas imensas. O capital dos países centrais foi suficientemente forte para cicatrizar as feridas e ingressar em ciclos de expansão econômica e política ainda mais amplos, renovando e reforçando os pressupostos de Bernstein.

Estes puderam se constituir, assim, na origem da social-democracia moderna. A crença de que o capitalismo seria capaz de evitar a miséria de massa e, ao mesmo tempo, de agasalhar a expansão do poder social dos trabalhadores, dividindo com estes a administração da ordem social, tem sido a justificação moral e política dessa vertente que resultou da mais abrangente cisão socialista desde então.

A contraface da social-democracia foi a persistência do que chamo, em todo o decorrer deste texto, por motivos puramente didáticos, de socialismo revolucionário. Na maioria dos casos, esse socialismo revolucionário era constituído por inúmeras correntes, as quais às vezes negavam essa qualidade a outras que se consideravam do mesmo campo. Embora respeitando o direito de cada uma dessas correntes singulares ver registrado o seu papel na História, optamos por registrar como unificadores as tendências principais que as caracterizavam como socialistas revolucionárias.

Feita essa ressalva, voltemos ao caso. Esse socialismo revolucionário pretendia, teoricamente, ater-se ao espírito da obra de Marx, acusando Bernstein daquilo que considerava então o mais grave dos crimes ideológicos e políticos: o revisionismo. A ironia da história é que, no movimento real, ela também teve que

achar suas próprias justificativas teóricas e práticas para alcançar seus objetivos de transformação social.

Os socialistas revolucionários que mais se rebelaram contra Bernstein foram aqueles que viviam nas sociedades atrasadas do ponto de vista capitalista. Convi-viam num meio em que se confirmavam as previsões de Marx sobre o aumento da miséria de massa, acompanhado de um certo crescimento do poder social do trabalho. Era um meio, porém, em que não estavam dadas as condições materiais para o socialismo se fossem observados rigorosamente os pressupostos estabelecidos por Marx.

Diante disso, os socialistas revolucionários tinham que reconhecer que enfrentavam uma situação não prevista. Encontravam-se frente a frente a conjunturas históricas em que a burguesia não quisera, ou não pudera, cumprir sua tarefa de transformadora do antigo regime. Sem revolução política, o capitalismo desenvolvia-se em inúmeros países atrasados em meio às estruturas políticas anacrônicas e à podridão dos restos servis e feudais. Tal situação era particularmente aguda na Rússia, onde a expansão capitalista, particularmente impulsionada por capitais externos franceses e ingleses, convivia com uma estrutura agrária ultrapassada e com uma aristocracia impermeável a qualquer mudança. Amadurecia uma complexa situação revolucionária, com diversas soluções possíveis.

Os populistas pretendiam impedir o desenvolvimento capitalista através da expansão da agricultura comunitária camponesa. Os liberais ou cadetes buscavam um acordo com o czarismo para a introdução de pequenas reformas na monarquia. Entre as diversas alas da social-democracia foi Lênin, sem dúvida, quem conseguiu achar a solução teórica e prática mais adequada àquela situação concreta. Revisando Marx dentro do espírito geral de seu método histórico, elaborou não só a teoria do desenvolvimento desigual do capitalismo e, portanto, da revolução, como a teoria da hegemonia proletária na revolução democrática burguesa.

Lênin sugeriu e levou à prática uma luta combinada contra a autocracia russa e pela democracia política, e contra o capitalismo e pelo atendimento de reivindicações socialistas. Ele defendia o ponto de vista de que um programa desse tipo permitiria aos operários conquistar a hegemonia nos sovietes ou conselhos, que na prática da Revolução Russa representavam, como diz Cerroni, sua forma política específica de gestão. Na luta levada a cabo pelos operários, camponeses e soldados russos, os sovietes transformaram-se em seus órgãos reais representativos, como alternativa às Dumas ou parlamentos do Estado czarista. E deveriam

representar, como pensava Lênin, o elo de ligação da revolução democrática com a revolução socialista, como de fato aconteceu nas revoluções de fevereiro e outubro de 1917.

Cerroni considera que o conceito de todo poder aos soviets, no qual a idéia central era a conquista do consenso dos soviets por parte do partido revolucionário, constitui a primeira teoria do Estado de transição elaborada pelo movimento socialista marxista. Lênin, com razão, defendia o ponto de vista de que não era possível redigir resoluções para a luta parlamentar onde não havia parlamentos dignos desse nome.

Nessas condições, sem a existência de democracia, a revolução burguesa dirigida à implantação do regime republicano democrático era mais vantajosa para o proletariado do que para a burguesia, principalmente se fosse dirigida pelo próprio proletariado.

Até então, Lênin distinguia claramente a situação entre os países avançados, em que as reformas democráticas tinham se verificado e continuavam em curso, dos países atrasados, nos quais as reformas democráticas não haviam ocorrido ou haviam sido introduzidas de forma embrionária e parcial. Apesar disso, Lênin ancorava a possibilidade de êxito da revolução socialista em países atrasados ao desencadeamento e sucesso da revolução em todos ou pelo menos em alguns países avançados. Por isso mesmo, Lênin desconsiderava as mudanças, digamos, positivas, do capitalismo nos países centrais e os problemas reais que elas erigiam diante dos socialistas. Atacava os reformistas e revisionistas com o mesmo vigor com que atacava aqueles que poderiam, por suas opiniões teóricas e por sua prática política, levar a Revolução Russa ao apodrecimento.

Isso provavelmente o impediu de reconhecer todas as conseqüências que comportavam as mudanças teóricas e práticas que introduzira na teoria de Marx. O êxito da Revolução Soviética pareceu dar razão aos socialistas revolucionários contra os social-democratas, principalmente depois dos resultados do apoio destes à guerra e a seus governos, durante a Primeira Guerra Mundial. Não por acaso, no período posterior à Revolução Russa, todo o peso moral, político e estatal dos socialistas revolucionários, mesmo enquanto Lênin vivia, foi jogado na tentativa de fazer com que o modelo de Revolução Soviética se transformasse em modelo universal. A cisão entre social-democratas e socialistas revolucionários, apesar das cisões secundárias num e noutro campo, continuaria ainda por muito tempo a constituir o grande desdobramento do socialismo.

Kurz também associa, de certa maneira, os desdobramentos do socialismo aos desdobramentos do capitalismo durante todo o período das duas guerras mundiais. Para ele, essa época ainda faz parte da história global de desdobramento do capital, que, somente após 1945, teria começado a assumir o caráter de um sistema universal, coerente e maduro. Mas, para Kurz, esse desdobramento não está restrito à divisão do mercado mundial e à formação de blocos capitalistas, que desembocaram nas duas grandes guerras. Está relacionado, ainda, aos ciclos monetarista e estatista que o capital se viu obrigado a seguir para enfrentar suas crises gerais, associando a Revolução Russa ao ciclo estatista.

Kurz é de opinião que, em toda a história da modernidade, a tendência estatista, qualquer que seja seu fundo social ou ideológico, é um elemento integrante do processo capitalista, e não um lado oposto deste ou potência que possa eventualmente suprimi-lo. Nesse sentido, ele relembra que a época do nascimento e ascensão da União Soviética a segunda potência mundial era também, no Ocidente, um período de estatismo: a economia planejada do fascismo alemão nos anos 30, o triunfo do keynesianismo e a constituição de um paradigma do Estado social.

Por isso, conclui Kurz, a revolução proletária, como ironia do destino, não aconteceu no Ocidente. Aqui, o capital já estava desenvolvido e não precisava da revolução para fazer o próximo passo da modernização burguesa. Bastava para essa tarefa a social-democracia e sua política. Na Rússia, pelo contrário, o atraso do desenvolvimento capitalista exigia meios mais radicais. Somente dessa forma se explicaria o cisma socialista daquela época, do mesmo modo que a triste reunificação atual da social-democracia global, prestes a reconhecer sua identidade como força burguesa, representante da sociedade do trabalho e da modernização.

Kurz consegue, assim, colocar todos os movimentos sociais do proletariado como parte integrante do movimento de modernização burguesa. É certo que Marx dizia a mesma coisa de outro modo. Marx fazia, porém, distinção entre os movimentos dirigidos pelos liberais burgueses e os dirigidos pelos socialistas. Kurz, ao contrário, desconsidera a possibilidade de um movimento de modernização burguesa, impulsionado pelos socialistas, ter seu curso encaminhado de forma diferente daquele efetuado diretamente pela burguesia. Do seu ponto de vista, tanto faz como tanto fez seguir Bernstein ou Lênin. Ambos desembocariam, no final das contas, como desembocaram, segundo ele, em diferentes estágios da modernização capitalista.

O que vale verdadeiramente, para Kurz, é que o sistema moderno de produ-

ção de mercadorias chegue ao fim, por qualquer desses caminhos, conformando um mundo único, atacado por crises, revelando-se como visão de terror de uma guerra civil mundial, que está por vir, guerra em que não haverá frentes firmes, mas apenas surtos de violência cega em todos os níveis.

Quem sabe se Kurz houvesse aparecido um pouco antes na História, isso teria permitido a todos os socialistas evitar seus cismas e divergências, e as agruras e sofrimentos da luta de classes. Conhecedores da inevitável marcha do capitalismo para sua modernidade terrificante, poderiam aguardar serenamente que o próprio capitalismo chegasse a seu momento final de terror. Na certa, uma época universal de *Mad Maxes* e *Blade Runners*, na qual se poderia, finalmente, reunir as forças conscientes, derrubar o comitê de executivos da burguesia e, abolindo as formas mercadoria e dinheiro, ingressar no reino da liberdade. Ao desprezar a política e a ação dos homens, espontâneas e conscientes, por sua própria libertação, pensadores como Kurz desprezam as mediações que todo processo histórico comporta. Descartam, em particular, as possibilidades abertas pela luta socialista para evitar a visão apocalíptica do fim do capitalismo. Não é possível acumular força e experiência sem atravessar uma longa estrada de lutas, cheia de obstáculos, vitórias e derrotas (talvez mais derrotas do que vitórias), que capacitem os socialistas e os trabalhadores a enfrentar uma provável situação extrema, em que o capitalismo ainda tenha força suficiente para tentar destruir a humanidade junto com o seu fim.

Por isso, tem razão Blackburn quando sustenta que, para aqueles que querem construir uma alternativa ao capitalismo, não é possível nem desejável encarar as experiências comunistas passadas como algo sem significado.

PECADOS CAPITAIS

Entre o final do século XIX e meados do século XX, a social-democracia e o socialismo revolucionário marcharam como duas grandes correntes professadamente socialistas, mas possuidoras de métodos, fundamentos teóricos e objetivos que pareciam distanciar-se cada vez mais. Muitas vezes, confrontaram-se tanto em escala nacional quanto internacional. Isso foi tragicamente verdadeiro não só durante a guerra de 1914-18, a Revolução Alemã de 1919 e o enfrentamento da ascensão nazista no final da década de 20 e início dos anos 30. Depois da guerra mundial contra o nazismo, a social-democracia, na maior parte do tempo, cerrou fileiras na cruzada contra a União Soviética, então considerada o templo da maior parte das correntes do socialismo revolucionário.

Apesar das duas grandes guerras e das diversas crises cíclicas que o capitalismo continuou enfrentando, a expansão do capital nos países desenvolvidos parecia dar razão a Bernstein e aos social-democratas. Fortes movimentos sindicais e grande presença dos trabalhadores nas disputas eleitorais permitiram aos social-democratas introduzir importantes reformas sociais e políticas no sistema capitalista de seus países e erigir Estados de bem-estar social e democracias representativas relativamente amplos. Os partidos social-democratas chegaram ao poder em diversos países da Europa Ocidental, e seu rodízio com partidos conservadores passou a ser encarado como fato normal da vida política dessas nações.

Os socialistas revolucionários das nações centrais jamais conseguiram fazer com que suas propostas de revolução socialista se constituíssem em alternativas práticas para os trabalhadores de seus países, embora, na França e na Itália, tenham chegado a colocar em risco a hegemonia e a dominação dos partidos burgueses e social-democratas. De qualquer modo, a maioria dos trabalhadores e os outros setores sociais que poderiam aliar-se a eles não demonstraram vontade de correr o risco de trocar as melhorias, que haviam obtido nas sociedades afluentes do primeiro mundo, por uma perspectiva revolucionária incerta e, ainda por cima, pintada em cores tenebrosas pela propaganda, tanto burguesa quanto social-democrata.

Por outro lado, os social-democratas avançaram muito pouco na conquista dos trabalhadores e demais camadas pobres das nações e regiões atrasadas. Em nenhum desses países conseguiram construir partidos verdadeiramente fortes e que se diferenciavam dos partidos burgueses, como defensores das massas oprimidas e exploradas. Ao contrário dos países desenvolvidos, nos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos, não havia bem-estar econômico e social para a maioria da população e a democracia era, na maioria das vezes, uma miragem no horizonte político. Nessas condições, foram os socialistas revolucionários que constituíram alternativas reais para garantir não somente a sobrevivência dos trabalhadores, mas também de suas nações como tais.

Arrighi atesta que o socialismo revolucionário, que chama de marxismo histórico, acabou por identificar-se de forma absoluta com o aumento da miséria de massa e com as lutas sangrentas, através das quais as organizações marxistas tentavam a derrubada do poder que causava a miséria de massa. Quanto mais isso acontecia, mais o marxismo tornava-se alheio e repugnante aos proletários dos países centrais.

Inversamente, quanto mais as organizações proletárias, baseadas no aumen-

to do poder social dos países centrais, tinham sucesso em obter uma parcela do poder e riqueza de seus respectivos Estados, mais eram percebidos e apresentados pelos marxistas como membros subordinados e corruptos do bloco social que dominava o mundo.

A revolução socialista na Rússia e a consolidação da União Soviética, seguida pela quase sempre esquecida Mongólia, foram o primeiro exemplo das possibilidades de êxito do socialismo revolucionário. A tentativa nazi-fascista de liquidar a URSS, embora a longo prazo tenha se constituído numa contribuição de suma importância para a derrocada dos anos 80 e 90, num primeiro momento, teve como resultado a expansão do socialismo para quase metade da Europa e para regiões estratégicas da Ásia. Os movimentos de descolonização e libertação nacional, que no pós-guerra alastraram-se pela Ásia e África, tinham, na maior parte dos casos, o socialismo revolucionário como influência e referência.

A expansão do socialismo revolucionário era de tal ordem que, em 1961, o primeiro-ministro conservador da Inglaterra, Harold MacMillan, supunha que, na luta contra o comunismo, os sucessos capitalistas haviam sido poucos e as perdas consideráveis. Ele se lamentava de que a superioridade militar do Ocidente havia sido substituída pelo equilíbrio de forças e que, no campo econômico, a força e o crescimento da produção e da tecnologia comunistas haviam sido formidáveis.

É uma ironia do destino que a força e a expansão experimentadas tanto pela social-democracia, no primeiro mundo, quanto pelo socialismo revolucionário, nos países atrasados do ponto de vista capitalista, hajam entrado em declínio em períodos mais ou menos convergentes. A primeira defrontou-se com a crise do capitalismo nos anos 80, que parece estender-se pela presente década, exigindo mudanças estruturais de monta, com conseqüências devastadoras sobre os Estados de bem-estar social. O segundo, convertido em sua maior parte em socialismo soviético, viu-se enredado em suas próprias deformações estruturais. Tentou alcançar os objetivos máximos socialistas sem haver completado as tarefas da revolução capitalista das forças produtivas, sem haver criado as bases materiais para uma verdadeira transformação das relações sociais e sem haver empreendido a socialização ou democratização da política, à medida que a produção avançava em sua socialização.

A social-democracia ligou seu destino de forma muito umbilical ao êxito do Estado capitalista de bem-estar social. Ela estava convencida que a acumulação capitalista era plenamente capaz de superar a miséria de massa que Marx previra e,

ao mesmo tempo, permitir que os trabalhadores, organizados em suas associações sindicais e nos partidos trabalhistas, socialistas democráticos ou social-democratas, introduzissem no Estado as modificações necessárias para garantir o funcionamento de mecanismos protetores ao trabalho, tanto no terreno econômico e social quanto no terreno político.

Dahrendorf aponta que a social-democracia teve uma afinidade peculiar com o Estado.

Muito longe de combatê-lo como o corpo que administra os interesses comerciais comuns da classe burguesa, na formulação de Marx e Engels, os social-democratas usaram-no para reparar as injustiças do capitalismo.

Coutinho é de opinião que a opção pelo reformismo social-democrata possibilitou, à classe trabalhadora do Ocidente, significativas e duradouras conquistas sociais e democráticas, certamente mais amplas, sobretudo no que se refere à democracia, do que as obtidas nos países orientais, que seguiram um caminho não capitalista. Hobsbawn completaria que a existência dos países orientais socialistas e as lutas dos trabalhadores no terceiro mundo também facilitaram as conquistas reformistas pelo medo que causavam à burguesia dos países centrais. De um modo ou outro, é preciso reconhecer, como faz Adam Przeworski, que, durante quase 60 anos, a social-democracia sueca criou o paradigma mundial de como se poderia combinar o desenvolvimento do capitalismo com a maior elevação do padrão de vida dos trabalhadores. Segundo ele, os social-democratas suecos haviam encontrado em Keynes a fundamentação teórica e a orientação prática para fazer do aumento constante da demanda dos trabalhadores o fator dinâmico da iniciativa do capital privado.

Talvez não só. Bernstein, com razão, tinha compreendido que essa situação apenas poderia manter-se em ligação indissolúvel com a política externa dos países centrais, isto é, aos mercados externos desses países. A maioria dos líderes social-democratas sempre procurou, porém, negar que a posição de relativo bem-estar alcançada pelos trabalhadores do primeiro mundo estava relacionada com a exploração dos trabalhadores do mundo capitalista atrasado. À medida que o papel desse mundo atrasado perde peso na reestruturação da divisão internacional do trabalho e que a recessão nos países centrais se combina com um desemprego estrutural, que tende a se ampliar e a tornar realidade a miséria de massa prevista por Marx, o Estado de bem-estar e a corrente social e política que o promoveu entram em crise existencial.

A recessão de 80-82 já havia explicitado, como diz Gorender, a estreiteza da social-democracia. Como ela pretendia beneficiar os trabalhadores através da manutenção do capitalismo, teria que pagar o preço exigido pela lógica do sistema. Incapacitada para debelar a inflação incrementada nos anos 70, a social-democracia foi ao chão diante do impacto recessivo do início dos anos 80. A social-democracia sueca, exemplifica Gorender, havia feito do seu capitalismo uma galinha de ovos de ouro, dos quais retirava cerca de 60% para a despesa pública, de tal maneira que 1/3 do produto interno bruto podia ser destinado pelo Estado aos gastos sociais. Mas, em 90, viu-se atingida pela síndrome da crise fiscal, causada por uma inflação renitente de 10%, pelo desemprego de 5%, pela perda da capacidade competitiva no mercado internacional e fuga de capital privado.

O grande produto histórico da social-democracia – o Welfare State ou Estado do Bem-Estar – atravessa, assim, uma fase crítica, diz Coutinho, expressa numa crise fiscal do Estado e num déficit de legitimação. Ele sugere que o reformismo social-democrata apresenta limites que se manifestam de duas maneiras principais. No plano econômico, a ampliação crescente dos direitos sociais é, a longo prazo, incompatível com a lógica da acumulação capitalista. Conservada essa lógica, não é possível ampliar o nível de satisfação das demandas sociais (salários, empregos etc.) além do ponto em que tal ampliação, ao impor um aumento excessivo da tributação e do déficit público, termine por bloquear a reprodução do capital global. No plano público, o limite do reformismo social-democrata consiste em sua incapacidade de superar uma visão neutra e instrumental da democracia estatal.

Jorge Semprún considera que, no debate histórico com o comunismo, a social-democracia teve razão. Entretanto, não pode deixar de reconhecer que ela é insuficiente para esclarecer o futuro. A autonomia socialista não teria levado em conta questões como o tipo de sociedade que queria construir, os problemas do papel do proletariado, a ruptura revolucionária com o sistema capitalista, a apropriação coletiva dos meios de produção. Hoje, a social-democracia, segundo Semprún, precisa voltar a discutir essas questões fundamentais. O pragmatismo não seria mais suficiente. Estamos diante da realidade da sociedade na qual vivemos, com seu horizonte insuperável, inabalável para um grande número de pessoas. É preciso modificá-la. Voltamos, assim, ao ponto de partida, conclui ele.

Bela forma de dizer que a social-democracia teve razão. Afinal, voltamos ao ponto de partida enfrentando os mesmos problemas que Bernstein pensava haver resolvido contra Marx, num quadro de realidade que se aproxima cada vez mais

estritamente das previsões deste e não daquele. A crise que assola os países centrais, por outro lado, não está somente colocando à mostra a incompatibilidade da lógica do sistema de produção-para-lucro com a superação da miséria de massa. Está, ainda, trazendo à luz as entranhas do sistema político que permitiu à social-democracia revezar-se no poder com os partidos burgueses, ou mesmo participar no poder em coligação com eles. A situação italiana, em particular, coloca em evidência o tipo de democracia que permitiu perpetuar no poder uma coligação espúria que misturava corrupção, crime organizado e conspiração política e militar. Neste caso, a social-democracia está naufragando de forma desonrosa e trágica. Mas também em outros países do primeiro mundo, onde durante muito tempo a social-democracia comandava os mecanismos do poder político, ela perde terreno ou simplesmente foi desalojada por agrupamentos de centro ou de direita ou, em surpreendentes revitalizações, pela esquerda socialista.

O socialismo soviético também começou sua caminhada com grandes promessas e esperanças, conseguindo mesmo transformar-se num modelo que todos os demais socialistas revolucionários deveriam copiar. Se dera certo na atrasada Rússia, por que não daria nos demais países atrasados? Assim, não foi só o método revolucionário de substituição do velho regime por um novo que passou a ser indicado como o único válido, mas também o método de industrialização e construção econômica aplicado pelo país dos soviets.

Durante os primeiros 10 a 12 anos de instituição do poder soviético, demonstrou a cristalizar-se um método que pudesse ser sacramentado como definitivo. Há muitos textos de análise sobre esse processo histórico e também tratamos dele, sumariamente, em *A miragem do mercado*. Por isso, vamos nos restringir, agora, a alguns dos problemas mais polêmicos da experiência soviética, recolocados como ponto de partida por Semprún. Eles também dizem respeito ao tipo de sociedade que ela queria construir, ao papel do proletariado, à ruptura revolucionária com o sistema capitalista e à apropriação coletiva dos meios de produção.

Ou, colocando de outro modo, para ser mais específico em relação aos problemas concretos dessa experiência: às possibilidades de construção de sociedades socialistas em países atrasados, e isolados em meio a uma maioria de países capitalistas; à necessidade de realizar a industrialização e dos métodos a serem observados nesse processo; à necessidade de competirem no mercado internacional dominado pelo capital; à perspectiva de abolição da propriedade privada dos meios de produção e extinção da sociedade do trabalho; e, finalmente, como dizia Lênin,

a fazer com que a própria classe trabalhadora tivesse o poder político, efetuando com toda a coerência um grau de democratização que assegurasse seu pleno domínio pela maioria da população.

Marx e Engels não consideravam a revolução e a construção da sociedade fora do contexto universal. Mais tarde, já após a vitória da Revolução Russa de 1917, Lênin também achava inconcebível que o poder soviético pudesse existir ao lado dos Estados imperialistas por um longo tempo. Ele admitia mesmo que, no final, um ou outro teria que triunfar. Os acontecimentos que conduziram à restauração de regimes pró-capitalistas na Europa centro-oriental e os esforços para transformar as economias de comando em economias capitalistas de mercado, assim como as reformas em curso no socialismo sobrando, parecem dar razão a esses teóricos do socialismo.

Kurz, em sua crítica ao chamado socialismo real, vai ainda mais longe na exploração dessa impossibilidade. Ele afirma que o socialismo revolucionário (que ele denomina de socialismo do movimento operário) não poderia pôr em prática o programa da crítica da economia política de Marx, simplesmente porque seu tempo ainda não chegara. Só lhe restaria repetir e realizar, na melhor das hipóteses, as idéias mercantilistas tardias de Fichte. Por isso, no caso da Rússia, como a tarefa de modernização burguesa não podia ser realizada pela burguesia liberal, que desempenhava apenas um papel marginal, essa tarefa deveria ser realizada por um partido radical de trabalhadores. Para Kurz, somente um partido desse tipo, distanciado do capitalismo ocidental, seria capaz de iniciar, nessas condições, um desenvolvimento capitalista recuperador. Por essa razão, os bolcheviques ficaram praticamente com a razão, tendo que se iludir, porém, ideologicamente, quanto ao verdadeiro conteúdo de sua revolução, devido à ilusão de Lênin com a primazia da política.

O esquema de Kurz é original e possui uma certa lógica interna, mas seu reducionismo é evidente. São relativamente conhecidas as vacilações e os esforços de Lênin para dar solução ao complexo quadro criado com uma revolução dirigida por um partido operário e anti-capitalista, num país cujas condições materiais eram muito atrasadas e insuficientes para a construção socialistas. Arrighi sublinha bem que o aumento da miséria de massa foi uma condição necessária para a vitória da estratégia revolucionária de tomada do poder elaborada por Lênin, mas que, tão rápido quanto o poder de Estado foi tomado, a miséria de massa tornou-se um sério obstáculo ao que Lênin e seus sucessores poderiam fazer com aquele poder.

Lênin, ao mesmo tempo que conclamava os soviéticos a aprender e adotar o capitalismo estatal alemão, asseverava que não era possível manter o poder proletário num país incrivelmente arruinado e com um gigantesco predomínio do campesinato, igualmente arruinado, sem a ajuda do capital. Nesse sentido, Lênin estava disposto a pagar os juros que fossem necessários para desenvolver as forças produtivas da sociedade soviética e construir as premissas sem as quais não seria possível alcançar o nível de cultura indispensável para criar o socialismo. Foi somente no final dos anos 20, bem depois da morte de Lênin, como aponta Luis Fernandes, que a política oficial soviética proclamou que já haviam amadurecido as condições para complementar a construção da base econômica do socialismo, restringindo progressivamente as concessões ao capitalismo adotadas pela NEP (Nova Política Econômica) e cortando drasticamente todos os fluxos de capital entre a sua economia e os países capitalistas centrais, dentro de uma estratégia de ruptura com o imperialismo.

Na verdade, Kurz não aceita que o desenvolvimento desigual do capitalismo e o abandono, pela burguesia da maioria dos países capitalistas atrasados, de sua missão modernizadora revolucionária tenha criado uma situação histórica nova. Esta situação acabou por depositar nas mãos de partidos de trabalhadores a missão de completar aquela tarefa de modernização, inclusive contra a própria burguesia. Esse fato histórico, que não poderia ser previsto por Marx e Engels, apesar da posição, em geral, assumida pela burguesia a partir das sublevações operárias de 1848, colocou os socialistas diante de um problema complexo e, ao mesmo tempo, instigante. Poderiam essas revoluções – políticas – completar as tarefas burguesas e levar adiante a construção do socialismo? Ou, como pretende Kurz, já que o socialismo real não poderia suprimir a sociedade capitalista da modernidade, deveria o próprio socialismo fazer parte do sistema burguês produtor de mercadorias, sem ao menos tentar substituir essa forma histórica por outra? Kurz prefere considerar que o chamado socialismo real representou somente outra face do desenvolvimento da mesma formação de época. Aquilo que prometia uma sociedade futura, pós-burguesa, teria se revelado um regime transitório pré-burguês, estagnado, a caminho da modernidade. Não valeria a pena tanto sacrifício. Kurz não enfrenta, porém, o problema de voltarem a repetir-se situações idênticas às que o socialismo revolucionário enfrentou durante meio século. Koestler lembra que, durante um longo período, o contraste entre a tendência decadente do capitalismo e o simultâneo crescimento rápido da economia soviética era tão

impressionante e óbvio que conduzia à igualmente óbvia conclusão de que o socialismo era o futuro e o capitalismo, o passado. A vida mostrou-se mais complicada que a obviedade.

Hoje, parece ocorrer um paralelismo invertido, com a expansão da modernidade capitalista e a crise e derrocada do socialismo soviético. O socialismo seria o passado e o capitalismo, o futuro. Kurz também prefere ignorar esta outra obviedade. Tem certeza do fim conjunto e caótico de todo o sistema capitalista. Retoma, de certa maneira, a tese inicial de Marx, de nivelamento do desenvolvimento do sistema de produção-para-lucro, no qual o aumento do poder social do trabalho e o crescimento da miséria de massa deveriam embaralhar-se dentro e através de todos os países capitalistas, chegando a conclusões igualmente óbvias.

Entretanto, o desenvolvimento das tendências longas do capitalismo aponta para o aguçamento do crescimento desigual dos diversos países capitalistas. A expansão persistente da miséria de massa se dá tanto nos países mais atrasados como nos países centrais, mas não igualmente. O aumento do poder social dos trabalhadores também é muito desigual. Não há, portanto, ao contrário do que pensa Kurz, e do que pensavam Marx e Engels no século passado, um nivelamento da maturidade capitalista. Assim, apesar da derrota relativa do socialismo numa parte importante do mundo, continuam dadas as condições para movimentos e explosões anti-capitalistas em diferentes países.

A expansão do islamismo é somente uma das diversas expressões que esse anti-capitalismo pode assumir, na ausência de uma visão e alternativa afirmativa como a socialista.

Dessa maneira, também o socialismo, que continua vivo e atuante, sob diferentes modalidades, na América Latina, na Ásia e também na África (e que, apesar de tudo, não foi completamente aniquilado na Europa e nos Estados Unidos), pode voltar a firmar-se. E ver-se diante da necessidade de enfrentar, concretamente, a situação política de completar, em lugar de, e contra a própria burguesia, as tarefas históricas que esta não foi capaz de concluir. Mais uma vez se verá às voltas, assim, com o problema da construção socialista em países isolados, nos quais as condições econômicas, sociais e culturais para esse novo sistema social ainda não estão dadas.

Mais uma vez terá que decidir entre simplesmente devolver o poder à burguesia ou tentar um caminho diverso, tanto do que foi previsto pelos teóricos do socialismo moderno quanto do que foi tentado pelo socialismo soviético.

Isso inclui, desde logo, o problema da industrialização. Nenhuma nação pode dar-se ao desprante de ignorar as necessidades de crescimento econômico, a não ser que queira ver-se afundar na pobreza. A industrialização constituiu e ainda constitui um instrumento importante desse processo que permitiu elevar consideravelmente a produtividade do trabalho e, portanto, a possibilidade de poucas pessoas produzirem uma riqueza muito superior às suas necessidades de consumo. Em todos os países que ingressaram na industrialização, isso demandou, além de uma combinação adequada dos recursos existentes (terra, matérias-primas, capacidade da força de trabalho e capital acumulado, tanto em meios de produção quanto em reservas financeiras), a adoção de políticas para otimizar as ofertas de cada um desses fatores e concentrar-se nos aspectos chaves do processo.

Luís Fernandes lembra as características da industrialização tardia na Europa (as chamadas seis proposições de Gershenkron): 1) forma de um grande surto, com ritmos elevadíssimos de crescimento, 2) prioridade à construção de fábricas e empresas de grande porte, 3) prioridade à produção de bens de produção em relação aos bens de consumo, 4) forte pressão para conter o nível de consumo e elevar o nível de investimento, 5) intervenção ativa do Estado, 6) papel secundário da agricultura. E conclui que a industrialização soviética reproduziu ou acentuou essas características. Eu diria que, em alguns casos, as acentuou de forma tão intensa que chegou a criar características de qualidade nova.

Em primeiro lugar, o estatismo soviético nem de longe pode ser comparado aos surtos de estatismo praticados pelas economias capitalistas. O Estado soviético não somente intervinha no sentido de direcionar os investimentos públicos e incentivar os investimentos privados. Com o fim da NEP, o Estado soviético monopolizou toda a propriedade dos meios de produção, com exceção de algumas pequenas áreas, e todos os investimentos. Desse modo, o estatismo soviético concentrou em suas mãos todos os recursos disponíveis e alocava-os de acordo com um planejamento igualmente ultra-centralizado. Por outro lado, se a pressão para conter os níveis de consumo foram tão ou mais fortes do que no capitalismo tardio, a centralização estatal permitiu uma distribuição mais equitativa da renda e um contingenciamento mais eficaz das desigualdades sociais. A garantia de emprego vitalício era não apenas a contraface da disciplina militarista do trabalho, mas também daquilo que Kurz qualifica de divinização do trabalho. Para ele, essa divinização do trabalho fez do socialismo do movimento operário um simples prolongamento do princípio capitalista. Em supressão desse princípio, fez dele,

na realidade social da União Soviética e, depois, dos demais países socialistas, o executor histórico desse princípio capitalista na própria carne. Kurz não se preocupa em responder como seria possível, naquelas condições sociais, suprimir o princípio do trabalho. Como desconsidera qualquer possibilidade de intermediações e transições mistas, não pode deixar de censurar os socialistas revolucionários por haverem carregado o fardo de cumprir aquele papel em lugar da burguesia, principalmente porque avalia que não foi contra ela, porém por ela. Apesar de todas essas admoestações e das previsões do que seria ideal, essa problemática deverá bater de frente novamente, inúmeras vezes, com as políticas socialistas.

Em segundo lugar, ao invés de aprofundar a reforma agrária democratizante da revolução, o Estado soviético ingressou num processo de coletivização forçada, cujos resultados, quanto à produtividade e aumento da produção global, têm sido objeto de muitas dúvidas e polêmicas. Há críticos que consideram haver sido possível realizar a política de industrialização acelerada sem a utilização da coletivização forçada. A questão que se coloca, porém, é se seria viável empregar outras formas de expropriação do campesinato para transformá-lo em força de trabalho industrial para o crescimento acelerado. Porque, na realidade, esse foi o principal resultado da coletivização agrícola na União Soviética, além, é claro, de permitir uma transferência mais controlada da renda da agricultura para a indústria.

Por outro lado, uma série de outros mecanismos e políticas de desenvolvimento e regulação da economia soviética a distinguiram dos países capitalistas de industrialização tardia. Nestes, a compressão do consumo ocorreu, em geral, numa certa fase do processo, sendo paulatinamente substituída por uma ampliação para várias fatias do mercado ou para todo o mercado consumidor. Basta ver o que aconteceu na Alemanha, Japão e Itália, apesar dos aspectos que os diferenciam. O consumo de massa passou a desempenhar um papel importante no desenvolvimento industrial moderno e, na disputa entre capitalismo e socialismo, acabou por transformar-se num ponto crucial.

Em alguns países muito populosos, por outro lado, a compressão do consumo pode introduzir um ingrediente perigoso e instável de insatisfação popular, tornando impraticável um processo idêntico ao seguido por alguns países de industrialização tardia, como a União Soviética, a Coreia do Sul e Taiwan, por exemplo. Não foi por outro motivo que a China, desde 1957, procurou escapar do modelo soviético, dando mais importância à agricultura e à produção de bens de consumo de massa. Todas as tentativas para voltar à industrialização rápida,

tendo por base a compressão do consumo, entre as quais pode se incluir a Revolução Cultural entre 1966 e 1976, acabaram fracassando.

A União Soviética, porém, manteve indefinidamente sua política de compressão do consumo. Não tanto, é verdade, para continuar mantendo altas taxas de investimento e crescimento econômico, mas fundamentalmente para suportar as astronômicas despesas requeridas pela corrida armamentista com os Estados Unidos. Associada à baixa produtividade técnica do trabalho que caracterizou a industrialização soviética (portanto de custos mais altos), a não transferência das descobertas tecnológicas da indústria bélica para a indústria civil e a outros fatores inerentes à economia de comando, aquela compressão teria, necessariamente, que gerar uma imensa insatisfação popular, particularmente quando teve de confrontar-se com as informações coloridas do mercado ocidental nas televisões.

Outro aspecto determinante da experiência soviética foi sua tentativa de erigir como política econômica externa sua exclusão dos fluxos de capital do mercado capitalista mundial, como acentua Luís Fernandes. Os soviéticos acreditavam na possibilidade de manter com os países capitalistas somente o fluxo de comércio. Na suposição de que poderiam romper com o capitalismo interna e externamente, superando o mercado, não só passaram a fixar os preços internos conforme o arbítrio do planejamento centralizado, como tornaram o rublo moeda não conversível nos mercados monetários internacionais. Essas medidas representaram, sem dúvida, um apoio às restrições comerciais adotadas pelos países capitalistas em suas relações com a União Soviética e demais países socialistas.

Anastas Mikoyan, que foi vice-presidente da União Soviética, dizia, em 1952, que o mercado do campo socialista dispunha de recursos que permitiam, a cada país, encontrar tudo aquilo que precisavam para o seu desenvolvimento econômico.

Ampliava, assim, para todos os países socialistas sob influência soviética direta, a política autárquica erigida antes para a União Soviética. Esse isolamento dos países socialistas, do fluxo internacional de capitais e de comércio, os afastou tanto de possíveis investimentos como também do fluxo e intercâmbio de tecnologias, seja de produtos, seja de processos. Além disso, os impediu de acompanhar os padrões de produtividade e competitividade que, num mercado mundial, são determinantes no estabelecimento dos valores das mercadorias e, portanto, dos preços e salários.

Che Guevara acentuava, com razão, que nesse sentido o ponto de partida era o cálculo do trabalho socialmente necessário à produção de um dado artigo, mas que estava sendo esquecido o fato de que esse trabalho socialmente necessário era

um conceito econômico e histórico. Ele se modificava, assim, não somente ao nível local ou nacional, mas também em termos mundiais. Os continuados avanços técnicos, um resultado da competição no mundo capitalista, reduziam os gastos do trabalho necessário e rebaixavam, pois, o valor do produto. Uma sociedade fechada poderia ignorar tais mudanças por um certo tempo, mas teria que voltar a essas relações internacionais de modo a poder comparar os valores dos produtos. Se uma dada sociedade ignorasse tais mudanças por um longo tempo, frisava Guevara, sem desenvolver novas e acuradas fórmulas para substituir as velhas, ela criaria interpelações internas que transformariam sua própria estrutura de valor. Esta poderia ser internamente consistente, mas estar em contradição com as tendências da tecnologia mais altamente desenvolvida. Poderia resultar em reversões de alguma importância e, em qualquer caso, produzir distorções na lei do valor em escala internacional, tornando impossível comparar economias.

Guevara tocou o ponto nevrálgico da inserção dos países socialistas e de quaisquer outros países no mercado mundial capitalista, nas condições de existência deste. Entretanto, os soviéticos trabalhavam a hipótese de que o seu socialismo chegara a um nível em que poderia dispensar as categorias fundamentais do capitalismo, como salário, preço, lucro (portanto, trabalho assalariado, produção de mais-valia, produção de mercadorias e valor). Não levavam em conta que sua capacidade jamais alcançara um patamar que a capacitasse a atender às necessidades materiais e culturais de todos os membros de sua sociedade. Nem que o trabalho continuava sendo uma exigência para a sobrevivência, remunerado por um salário acima ou abaixo do valor da força de trabalho, conforme acontecia em qualquer país capitalista.

Nessas condições, o isolamento da competição capitalista mundial, em lugar de proteger os países socialistas dos efeitos maléficos da ação do capital, representou uma trava poderosa no desenvolvimento de suas forças produtivas. Blackburn sugere que as estratégias de autarquia nacional adotadas pelos Estados socialistas ou comunistas, em geral, os conduziram à estagnação. Portanto, à completa impossibilidade de consolidar as condições necessárias para a efetiva construção socialista. E, como efeito acessório, terminou por conduzir esses países a participar, de forma enviesada, do mercado mundial que repudiavam.

Passaram a realizar esforços para exportar seus produtos para todos os países da esfera capitalista, e não apenas para aqueles considerados de orientação socialista, abrindo inclusive créditos que lhes permitissem compras a mais longo prazo.

Ofereceram financiamentos para a construção de projetos de infra-estrutura, em condições e por métodos que pouco se diferenciavam dos usados pelas nações capitalistas. Ao mesmo tempo, como alerta Luiz Fernandes, mantinham em vigor a maioria dos mecanismos que impediam uma participação plena no mercado mundial, aí incluídos a inconvertibilidade das moedas, os preços administrados e os níveis de qualidade abaixo dos padrões internacionais. Nessas condições, os países socialistas não foram sequer capazes de tirar partido das vantagens comparativas que detinham, como a alta ciência, a tecnologia espacial, os preços competitivos do petróleo e de alguns outros produtos. Foi relativamente tarde que o primeiro-ministro Kossiguin reconheceu, em 1966, que a revolução técnico-científica em curso no mundo demandava contatos internacionais mais livres e um amplo intercâmbio econômico. Como diz Gorender, uma economia socialista à margem do mercado mundial será sempre um retrocesso, uma tentativa condenada à frustração e ao fracasso. E esse não é somente o dilema implacável do socialismo num só país, acrescento eu, mas mesmo do socialismo em vários países, se seu sistema não for mundialmente predominante.

Há um reconhecimento generalizado de que a centralização excessiva das economias de tipo soviético, baseada na estatização quase absoluta dos meios de produção e de troca, engessou o desenvolvimento econômico e social do socialismo. Ao contrário do que Marx propunha, os soviéticos avançaram muito rapidamente no processo de estatização da economia, bem antes de que houvessem amadurecido as condições para a abolição da propriedade privada. Ao regular administrativamente as relações de produção, embora mantendo diversas categorias típicas do modo de produção capitalista, o socialismo soviético eliminou um dos principais instrumentos de que aquele sempre se valeu para revolucionar constantemente suas forças produtivas: a concorrência.

Sem que essas forças produtivas houvessem alcançado um estágio inigualável de desenvolvimento, estágio que somente a atual revolução técnico-científica está deixando entrever, os soviéticos acreditaram que poderiam ver-se livres da concorrência e das mazelas que a acompanham, substituindo-a por uma emulação consciente entre trabalhadores e empresas pela elevação da produtividade. Pretenderam que o homem soviético agisse como um homem emancipado e livre, embora ele continuasse amarrado aos ditames de uma sociedade que ainda precisava basear-se no trabalho humano. Portanto, onde o trabalho permanecia sendo obrigação, esforço físico e mental, sofrimento e dispêndio de tempo humano sob coação.

Houve exemplos heróicos nessa tentativa. Trabalhadores que conseguiam extrair o máximo das máquinas em que trabalhavam. A produtividade, nesse caso, estava quase sempre relacionada ao desempenho humano na utilização das máquinas. Mas houve muito pouco em relação à melhoria do desempenho das máquinas para permitir a substituição dos homens e sua liberação. O pleno emprego e o sistema de metas quantitativas de produção, desvinculados da comercialização, mingüaram o esforço para revolucionar equipamentos e processos de produção e funcionaram como ingredientes desestimuladores da substituição dos homens pelas máquinas. A emulação transformou-se, desse modo, num simples instrumento burocrático de distribuição de prêmios, sem qualquer vínculo efetivo com a necessidade de revolucionar as forças produtivas para, através delas, revolucionar as próprias relações de propriedade e a consciência dos homens.

O socialismo não poderia abolir por decreto a concorrência. Enquanto perdurassem as premissas da existência da propriedade privada, do trabalho assalariado, da produção e troca de mercadorias, seria necessário que a concorrência continuasse atuando como o principal acicate de crescimento da produtividade. Marx viu na concorrência um mecanismo histórico único para empurrar as forças produtivas a um movimento permanente de transformações.

Como diz Kurz, a concorrência priva o homem de sossego, mas desacredita a estupidez. Destrói existências, mas torna obsoleta toda relação estamental e grosseira, toda relação de dependência pessoal. Priva massas humanas da satisfação de suas necessidades, mas também desenvolve, em escala cada vez maior, as necessidades das massas. A concorrência barateia certos bens até então reservados para o consumo de luxo, incorporando-os ao consumo de massas. Desumaniza os homens, fazendo deles meras máscaras do dinheiro. Mas, ao mesmo tempo, os humaniza, transformando-os em sujeitos ao destruir todos os fetiches naturais e poderes institucionais.

Sobretudo, a concorrência força e chicoteia os homens ao dispêndio abstrato de sua força de trabalho. E é, ao mesmo tempo, o princípio dinâmico que suprime o trabalho e o torna obsoleto mediante sua outra tendência, igualmente implacável, de surtos de produtividade e cientificismo. A concorrência transforma as forças produtivas em forças destrutivas, mas eleva, ao mesmo tempo, a apropriação da natureza pelo homem a um nível nunca visto. Apesar de sua força destrutiva frente aos homens e à natureza, a máquina da concorrência é, ao mesmo tempo, emancipação negativa, por alcançar inevitavelmente, mediante desenvolvimento ininterrupto das forças produtivas, o ponto de uma abolição do trabalho.

O socialismo, se for entendido como o longo processo de transição, no qual ingressam países atrasados para completar a modernização capitalista e, ao mesmo tempo, iniciar a construção de uma nova sociedade, não pode escapar de conviver com essas contradições vivas da concorrência. Elas são, e continuarão sendo por bom tempo, o principal instrumento para revolucionar as forças produtivas. Nessas condições, o estatismo absoluto funciona como os grilhões que acorrentavam Prometeus e o mantinham impotente à voracidade dos abutres. Ele aniquila a concorrência e mesmo qualquer tipo de emulação e, com elas, toda esperança de expansão plena das forças produtivas.

Além de toda essa problemática enfrentada pelo socialismo revolucionário na tentativa de construção econômica socialista em países atrasados, é preciso considerar a questão, tão ou mais importante, do Estado e da democratização. Marx defendia que o socialismo deveria superar a separação entre Estado e sociedade. Essa mesma tese foi desenvolvida por Lênin pouco antes da Revolução Russa, numa obra que ficou famosa e hoje é execrada por inúmeros socialistas que não a leram devidamente: *O Estado e a revolução*.

Na verdade, o destino fez uma ironia com Lênin. Este enfrentava um problema específico, no qual o Estado russo continuava a apresentar-se como a velha máquina repressora, em que não existia parlamento no estilo ocidental e onde nem mesmo as liberdades políticas burguesas mínimas funcionavam. A hegemonia operária na revolução democrática, através dos conselhos de operários, camponeses e soldados, foi a solução inovadora que Lênin deu a seu problema político prático, solução que se mostrou correta e é adequada às condições da Revolução Russa.

No entanto, ao desenvolver a teoria do Estado socialista, Lênin parte dos mesmos pressupostos de Marx e avança ainda mais na formulação de uma série de propostas de extensão da democracia e socialização da política que podem muito bem atender aos atuais gargalos do desenvolvimento e socialização da economia e da política dos países avançados, mas que tinham pouco valor concreto para os problemas enfrentados pela Rússia de então. Cerroni se pergunta como seria possível destruir, num novo modelo institucional, a separação de Estado e sociedade onde esta separação fundamentalmente ainda não se produzira? Como seria possível produzir a auto-direção geral dos trabalhadores onde se registrava um dos mais baixos níveis de crescimento civil, técnico, científico e cultural? Reconstruir a comunidade a partir dos níveis mais baixos da história universal, como conclui Cerroni, tornava-se um empreendimento titânico.

Os ditames da centralização econômica, exigida para uma industrialização acelerada, além do enfrentamento do bloqueio externo e dos preparativos de guerra, só serviram para embaralhar aqueles dados e congelar, se não os níveis de crescimento técnico, científico e cultural, pelo menos os níveis de crescimento civil. Em lugar de favorecer um aumento da participação da população nos negócios do Estado, tanto através da ampliação do pluralismo quanto de mecanismos representativos que permitissem a unificação de uma vontade geral, o Estado soviético fundiu-se ao partido dirigente (que se transformou em partido único), arrogou-se em intérprete da vontade geral da população, exigiu uma unidade monolítica em torno das suas decisões e aboliu todos os mecanismos formais de liberdade e igualdade política.

Nessas condições, a famosa igualdade socialista ficou reduzida a uma pretensa igualdade econômica. Partindo do pressuposto de que no capitalismo prevaleciam a liberdade e igualdade formais (todos os homens são livres e iguais perante a lei) e a desigualdade e falta de liberdade reais (desigualdade econômica e somente a liberdade de vender sua força de trabalho), o socialismo passou a ser entendido como a concretização da igualdade e liberdade econômicas reais. Na ausência da propriedade privada e da exploração do trabalho, todos os homens seriam pretensamente iguais. Os mecanismos formais de exercício das liberdades políticas tornavam-se então desnecessários diante da presença da igualdade e da liberdade reais. Assistiu-se, assim, ao holocausto da democracia no socialismo. E, com o tempo, a igualdade econômica também se deteriorou. Transformou-se numa crescente desigualdade entre os privilegiados da *nomenklatura* e a vida dos cidadãos comuns.

Ash destaca as contradições que essa situação criou. Diz que a combinação de nivelamento deliberado, com absurdos não intencionais, resultou em uma distribuição da riqueza pela maior parte da sociedade que se revelou mais desordenada que igualitária. Isso teria gerado uma grande consciência da divisão real existente entre a classe superior/dirigente comunista, a *nomenklatura*, e todo o resto. Ao mesmo tempo, considerava extraordinariamente alto o nível de consciência política popular. Todos tinham uma educação básica, altamente politizada. Muita gente reagia a essa politização com um recuo obstinado para a vida privada e um apoliticismo quase pragmático. Contudo, ninguém podia ter qualquer dúvida de que as palavras e as idéias tinham importância e consequências reais para a vida de todos os dias.

Por isso mesmo, o conceito que desempenhou papel central no pensamento da oposição ao socialismo na década de 80, completa Ash, foi o de sociedade civil.

O comunismo conseguiu envenenar a palavra socialismo e criar a unidade social que contribuiu para seu fim, revigorando as palavras cidadão e cívico. Ou seja, empurrou a sociedade para a separação entre Estado e sociedade civil através de um processo excludente e privatista da política, oposto aos princípios do socialismo.

Teria sido necessário agir conscientemente sobre esse processo de separação, combinando o pluralismo com formas de participação direta e representativa da população nos assuntos do Estado, democratizando a sociedade em círculos cada vez mais amplos. Mas esta é uma experiência que o socialismo revolucionário fica devendo.

A BARBARIZAÇÃO DO PRESENTE

O propalado mundo de paz, justiça e democracia, que deveria resultar do fim do comunismo e da instituição da *pax* americana, foi rapidamente substituído por um mundo em que a formação de blocos regionais prefiguram a ocorrência de guerras comerciais, em que explodem manifestações boçais de xenofobia, ódios étnicos, raciais e religiosos, discriminações nacionais e banditismo. A situação desastrosa do antigo segundo mundo, e dos terceiro e quarto mundos, pode explodir em guerras e conflitos dos mais diferentes tipos. E no qual a hegemonia militar dos Estados Unidos pretende desempenhar o papel de polícia mundial financiada pelo primeiro mundo. Com a vitória do capitalismo, a barbárie se espalha de forma aparentemente incontrolável. André Fontaine reconhece que o sonho de um mundo reconciliado esbarra na crescente atomização do planeta.

O funcionamento sem travas da concorrência e da competitividade do sistema de produção-para-lucro conduz o mundo à beira do abismo. Embora seja difícil concordar com as visões catastróficas de Kurz, assim como com suas pretensões utópicas, não se pode deixar de reconhecer que o planeta vive atualmente surtos de violência cega, que apontam para uma perspectiva terrificante e desagregadora. Basta raciocinar um pouco sobre os produtos que ocupam as três principais posições no mercado mundial: petróleo, armas e drogas. Todos os três movimentam investimentos de bilhões de dólares e não podem deixar de contar com a participação de grandes corporações transnacionais. Bancos de porte são responsáveis pela lavagem do dinheiro sujo do contrabando de armas e do tráfico de entorpecentes. E todos os três só podem manter essa posição se alimentarem o consumo destrutivo das guerras, do banditismo, da degradação humana e da devastação da natureza.

A ONU estima que cerca de 11 % da superfície verde da Terra sofreu degradação de moderada a forte nos últimos 45 anos. Anualmente, são perdidos 7 milhões de hectares de terras férteis, pelo excesso de pastagens, pesticidas, máquinas pesadas e desmatamentos. A cada ano, são extintas 5 mil espécies animais e vegetais. Thurow aponta que os problemas do capitalismo nos anos 80 e início de 90 foram provocados por uma economia que extrapolou as relações de cooperação, particularmente com o meio ambiente. Os mercados subestimam os custos da poluição e não dão importância à eliminação das espécies, causando perdas irreparáveis ao desenvolvimento humano. Não custa lembrar que as nações desenvolvidas, representando 1/4 da população mundial, consomem 75% das matérias-primas de todo o mundo e produzem igual percentagem de lixo.

Os Estados Unidos – maior exportador mundial de armamentos, maior importador de cocaína e outros narcóticos e, reconhecidamente, maior poluidor do planeta – procuram a todo custo manter as posições que conquistaram. Chomsky chama a atenção para o fato de que o relatório sobre estratégia de segurança nacional, remetido pela Casa Branca ao Congresso em março de 90, afirma que, na nova era, a potência militar dos Estados Unidos continuará sendo um elemento básico de equilíbrio mundial. As maiores possibilidades de intervenção das forças americanas estarão no terceiro mundo. A crescente sofisticação dos conflitos representará sérias demandas às forças americanas e poderá ameaçar os interesses dos Estados Unidos. Por isso, estes devem estar preparados para deslocar forças baseadas em seu território, a fim de reforçar postos de vanguarda ou projetar seu poder em zonas onde não têm presença permanente, sobretudo no Oriente Médio, devido à dependência do mundo livre em relação ao petróleo dessa região-chave. Ainda segundo o relatório, os Estados Unidos devem preparar-se também para intervir em conflitos de baixa intensidade, como terrorismo, narcotráfico ou ameaças de insurreição no Terceiro Mundo.

No passado, a aparência de disputa ideológica com a União Soviética não representava mais do que pretexto para os Estados Unidos intervirem em qualquer parte do mundo em que sentiam ameaçados seus interesses estratégicos. Assim, o fim do comunismo não exclui de sua doutrina militar a intervenção armada nas zonas petrolíferas e nos países do terceiro mundo que se insurgirem contra o despotismo do capitalismo mundial. Atualmente, fazem o possível para isolar da comunidade internacional Iraque, Síria, Líbia, Coreia do Norte e Cuba (quatro islâmicos e dois socialistas sobranes), deixando momentaneamente de lado o Irã, em função da

disputa com o Iraque. Ou intervêm ou ameaçam intervir em qualquer país que consideram passível de sua ação policial. Sua nova situação, de única potência militarmente hegemônica, somente serviu para explicitar uma política que antes era mascarada pelo véu enganoso daquela disputa ideológica com a outra superpotência.

Chomsky assegura que, para os Estados Unidos, a Guerra Fria foi uma história de subversão, agressão e terrorismo de Estado em todo o mundo. A contraparte interna teria sido, e ainda é, o entrincheiramento do complexo industrial-militar. O mecanismo institucional que permite o funcionamento desse complexo consiste num sistema estatal-empresarial de administração, que subvenciona a indústria militar de alta tecnologia com fundos públicos, e entrega os lucros às empresas privadas. Dessa maneira, a Guerra Fria contribuiu para fortalecer o sistema de subsídio público e lucro privado que carrega o ilustre título de livre empresa. E ainda tem gente que acredita na completa ausência do Estado na economia americana. O fato é que o setor de Defesa consumiu três trilhões de dólares da renda americana nos últimos 10 anos para engordar os lucros de algumas grandes empresas.

Entretanto, a hegemonia militar dos Estados Unidos consolida-se justamente no momento em que perdem a hegemonia econômica e tecnológica para a Europa e o Japão e perdem a condição de maior credor mundial. Vêm-se obrigados, assim, a realizar esforços, até há pouco impensáveis, para reestruturar sua economia. Precisam enfrentar os desafios da nova competitividade internacional e cobrir os enormes déficits orçamentários e da balança de pagamentos, que os transformaram no maior devedor mundial. Eles só podem aplicar efetivamente sua estratégia militar, sem comprometer sua saúde financeira, se se oferecerem como os centuriões a soldo da era moderna.

Um comentarista financeiro do *Chicago Tribune* desenvolveu abertamente essa idéia. Ele explicitou que os Estados Unidos deveriam explorar seu virtual monopólio do mercado da segurança como alavanca para extrair fundos e concessões econômicas da Comunidade Européia e do Japão. Reconheceu que os Estados Unidos poderiam ser qualificados de mercenários, mas contra-atacou reiterando que seu país deveria ser capaz de dar murros sobre algumas mesas e obter um bom preço pelos serviços, seja através de bônus a juros baixos ou, o que seria melhor, por aportes diretos ao Tesouro americano. Para ele, se os Estados Unidos abandonarem esse papel de agentes policiais, isso se dará à custa de perderem grande parte de seu controle sobre o sistema econômico mundial.

O sistema de proteção, empregado pelas máfias e outras gangues em quase todo o mundo, tende a cristalizar-se como doutrina de Estado da potência militar deste final de século. Aliás, ela já foi empregada com certo êxito na guerra contra o Iraque. E há uma pressão constante para fazer com que a ONU forneça seu nome e sua bandeira, e funcione como o tesoureiro repassador de recursos, para as ações militares dos Estados Unidos em todo o mundo. Esse sistema, porém, não é cômodo nem ágil. Os Estados Unidos não estão trabalhando com comerciantes desprotegidos que sucumbem à pressão e à chantagem de gangues armadas. Eles estão se entendendo com potências econômicas e, de certo modo, também militares, que querem ser ouvidas e que só se dispõem a pagar se seus interesses forem igualmente levados em conta.

Foi esse um dos motivos principais que impediram os Estados Unidos de bombardear os sérvios da Bósnia ou mesmo intervir mais diretamente no conflito dos Balcãs. Por outro lado, a criação da força franco-alemã unificada e a futura constituição de um exército único da Comunidade Européia indicam que os europeus querem manter certa independência militar, deixando de depender exclusivamente da ação militar americana ou da Otan, onde a presença americana também é determinante. A Europa, como apontou *The Economist*, talvez se depare cada vez mais com uma nova versão da Questão Oriental do século XIX, gerada pelas diferenças entre suas partes ocidental e oriental, e se prepara para tratá-la à sua própria maneira. Ela procura desesperadamente identificar o que pode ameaçá-la, em especial se a economia do Leste não melhorar, para agir de acordo com seus interesses.

Nesse sentido, a pressão migratória já se tornou um pesadelo para ela. Thurow é de opinião que a propensão a longo prazo para emigrar seria muito acentuada sobre as populações do Leste, se os padrões de vida não melhorassem rapidamente. Ele acreditava que essa propensão forçaria os europeus ocidentais a fornecerem substanciais ajudas econômicas aos países da Europa oriental, a menos que pretendessem erguer um Muro de Berlim às avessas. Na realidade, parece ser esta última opção a escolhida. A Europa unificada vem adotando restrições cada vez mais draconianas para impedir ou, no mínimo, limitar ao máximo a imigração, particularmente das massas humanas do Leste Europeu e do norte da África, que podem alcançar mais facilmente a Europa Central.

Enfrentando uma recessão, que tende a ser prolongada, e o aumento do desemprego, que transforma os antigos trabalhadores bem-sucedidos numa multi-

dão de miseráveis, a migração proveniente de todas as partes do mundo iria, inevitavelmente, engrossar a miséria de massa, que se apresenta como uma realidade cada dia mais gritante e mais inexplicável no mundo rico. Esse é o caldo de cultura em que proliferam as discórdias étnicas, nacionalistas, religiosas e também políticas. É desse caldo de cultura que se ceva o nazismo renascido e o banditismo de toda ordem. E todos os acordos, leis e medidas que procuram deter a invasão de migrantes, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos e no Japão.

Na França, em particular, o problema migratório está há muito no primeiro plano de sua política, como explana Marcos Strecker. Todos os líderes políticos, dos socialistas à direita, incorporaram à sua plataforma política a crítica aos imigrantes.

Chirac declarou que o trabalhador francês não podia suportar o cheiro dos estrangeiros. Edith Cresson, que foi primeira-ministra, ressuscitou os vãos *charter* de Chirac e Pasqua, de 1986, para expulsar os clandestinos. Giscard D'Estaing declarou que o país enfrenta uma invasão. Mitterrand considera que o limite da tolerância foi atingido. Tudo isso, acrescenta Strecker, apesar das estatísticas não indicarem aumento no número de estrangeiros na França. Havia 3,6 milhões em julho de 1991, contra 3,7 milhões no mesmo período de 1982. A única coisa que realmente mudou foi a origem dos imigrantes. Agora eles vêm mais das ex-colônias do norte da África, Turquia, África negra e Sudeste Asiático.

Mas os gritos, as ameaças e os ataques aos estrangeiros, migrantes ou não, para camuflar as causas reais do desemprego e do aumento da miséria de massa, não acontecem só na França. Na Alemanha, sucederam-se diversos atentados e incêndios a residências e albergues de turcos, vietnamitas e africanos. O *slogan* mais difundido é "A Alemanha para os alemães". Na Inglaterra, *hooligans* e *skinheads* têm como seu alvo preferido os hindus, paquistaneses e africanos, acusados de roubarem os empregos, as moradias e as mulheres, que deveriam ser privativos dos habitantes da ilha britânica. A Espanha, como Portugal, expulsa dos próprios aeroportos de entrada os latino-americanos das ex-colônias, sobre os quais recai a suspeita de busca de trabalho ou prostituição.

Não é por acaso que a transformação da Comunidade Européia e da América do Norte em fortalezas, bem provisionadas e protegidas por maciças muralhas e fossos, contra aqueles que não fazem parte delas, toma corpo a cada dia que passa, embora Dahrendorf, assim como Thurow, considerassem que essa situação não deveria acontecer. No entanto, como constata Chomsky, talvez o primeiro mundo tenha diante de si muito poucas alternativas em relação aos ter-

ceiro e quarto mundos: ou empreendem programas construtivos, como querem os liberais humanistas, ou deixam que os pobres não meritórios afundem em sua miséria, como querem os conservadores.

Em qualquer dos dois casos, porém, o mundo rico parece impotente para reverter o aprofundamento da miséria e da degradação dos pobres e sua compulsão a fazer como os insetos diante da luz. Milhões de pobres continuarão tentando voar para a luz da riqueza capitalista, por mais embaçada que ela se encontre pela recessão e por sua própria miséria de massa. Ao chocar-se contra as proteções que os impedem de alcançar o brilho almejado, poderão debater-se em convulsões de toda ordem.

Nessas condições, os soldados europeus poderão ver-se na contingência de enfrentar conflitos fora de seus territórios, mas que dizem respeito aos interesses globais da Comunidade Européia e à manutenção de sua fortaleza, independentemente dos interesses dos Estados Unidos. Permanece, apesar de tudo, a incógnita do urso russo. A Rússia continua sendo, embora em decadência, uma potência militar nuclear. Suas dificuldades internas a impedem de vôos mais altos no momento, mas nem por isso seu ministro da Defesa deixou de advertir que a intervenção de tropas estrangeiras em países adjacentes à Rússia seria considerada uma ameaça militar. Em outras palavras, apesar de suas fraquezas atuais, a Rússia considera todas as repúblicas da ex-URSS como partes de sua esfera de interesses.

Pode ser que isso não passe de nostalgia da época em que a União Soviética tinha capacidade para contrapor-se às ações militares dos Estados Unidos. Afinal, ainda não está claro o futuro da Rússia e demais repúblicas daquela parte do mundo. Os mais pessimistas pensam que elas deverão engrossar o rol dos países do terceiro mundo. Mas a Rússia, e também a Ucrânia, possuem um grande potencial econômico e, eventualmente, podem emergir da crise numa condição diferente. A escala da indústria armamentista da Rússia está permitindo que ela use a venda de armas no mercado mundial como fonte de financiamento para a sua reconversão. Isso tem contribuído para acelerar a corrida aos armamentos convencionais e posicionar a Rússia no mercado mundial, como grande fabricante e exportadora de material bélico, ferindo os interesses dos Estados Unidos, França, Inglaterra e Alemanha nessa área.

Mais cedo ou mais tarde, a Europa unida do ocidente terá que decidir se inclui ou não a Rússia, Ucrânia e Belarús, além dos antigos países socialistas da Europa Central, numa nova Casa da Europa. Um quadro como este pode des-

balancear totalmente o atual equilíbrio de forças, relegando os Estados Unidos a potência secundária, não só econômica, mas até mesmo militar. A esperança de Eagleburguê, de que a nova ordem mundial se basearia numa nova espécie de invenção diplomática, segundo a qual os Estados Unidos manteriam a ordem mediante intervenções militares, e os outros pagariam a conta, pode sofrer contratempos inesperados.

Além da evolução futura do leste da Europa, também não estão claros os caminhos que o Japão e os demais países asiáticos de industrialização recente devem seguir nessa nova ordem mundial. O Japão possui um contencioso comercial e financeiro com os Estados Unidos de difícil solução. A política de *dumping* das corporações japonesas tende a acirrar as disputas econômicas regionais e mundiais e tem levado ao surgimento de vozes dentro do país que pretendem vê-lo com maior capacidade militar para enfrentar imprevistos. De qualquer modo, também por aí os Estados Unidos não encontrarão um terreno completamente favorável para desenvolver tranqüilamente sua estratégia de protetor exclusivo.

Entretanto, mesmo a curto prazo, os Estados Unidos não estão conseguindo desempenhar satisfatoriamente seu pretendido papel. Segundo relatório da ONU, 48 países vivem conflitos étnicos de envergadura variável. A ONU se encontra presente em vários deles, com tropas de diferentes países, mas essa ação tem fornecido resultados polêmicos e escassos. No caso da Somália, em que os Estados Unidos agiram unilateralmente, só depois sendo secundados por contingentes sob o comando da ONU, a intervenção quase se transformou num genocídio, pior do que a guerra civil que pretensamente procurara estancar. Não foram poucas as dificuldades, mesmo para uma saída honrosa da região.

Embora em algumas partes do mundo os processos de guerra civil em curso tenham se transformado, apesar das dificuldades, em processo de negociações para chegar à paz (El Salvador, Camboja, África do Sul, Palestina), em outras, as negociações fracassaram (Angola, Afeganistão, Bósnia). Tomaram-se lutas fratricidas sangrentas e destruidoras, que tendem a chegar à paz pela exaustão. Há, igualmente, pelo menos 11 áreas críticas onde explodiram ou podem explodir conflitos étnicos e religiosos de gravidade: Kosovo, Macedônia, Egito, Ucrânia, Geórgia, Armênia, Iraque, Tajiquistão, Rússia e Índia. A maioria dessas áreas encontra-se na Europa ou na Ásia Central que a cerca.

Os programas construtivos, de que fala Chomsky, poderiam eventualmente diluir os focos de tensão e criar uma duradoura situação de distensão internacio-

nal. Afinal de contas, menos de 20% da população do planeta situada no mundo rico consome 80% de tudo aquilo que é produzido pelo conjunto da humanidade. Não seria nada demais que esse consumo fosse parcialmente redistribuído, contribuindo para que os 80% da população mundial tivesse algo mais do que sobras e migalhas. Mas aqueles programas têm somado alguma coisa em torno de 40 bilhões de dólares anuais. Desse total, 10% têm se destinado a saúde, saneamento, planejamento familiar e educação. A parte principal, englobando 90%, é gasta no pagamento da dívida externa e em despesas militares.

Não deve causar estranheza, portanto, conforme constata a Unicef, que 13 milhões de crianças morram anualmente em virtude de doenças simples como pneumonia, diarreia e sarampo, cuja causa básica é a desnutrição, ou melhor, a fome. Provavelmente, 25 bilhões de dólares anuais fossem suficientes para impedir essa situação. Seria um montante inferior ao que os europeus gastam anualmente em cigarros, os japoneses, em entretenimentos e os americanos, em cerveja. Nos países em desenvolvimento, as taxas de mortalidade infantil são dez vezes maiores do que as das nações desenvolvidas.

O aumento da miséria de massa, tanto nos países desenvolvidos quanto no resto do mundo, aliado às pressões migratórias, tem corrompido de forma irreversível o tecido social de todas as sociedades capitalistas. Tem feito ressurgir, com muita força, não só as lutas de classe dos trabalhadores, mas igualmente as lutas dos demais segmentos oprimidos da sociedade. E tem estimulado a eclosão de distúrbios e conflitos raciais e a expansão do banditismo, em suas mais diferentes modalidades. Nos Estados Unidos, o próprio Fukuyama reconhece que os conflitos latentes ou abertos entre negros, hispânicos, asiáticos e anglo-saxões tornaram-se, muito provavelmente, o problema social mais sério daquele país.

O badernaço de Los Angeles e de diversas outras cidades americanas, porém, colocou à mostra muito mais do que o ódio racial que impregna diversos segmentos da sociedade norte-americana. Mostrou que há uma crise extremamente profunda, expressa entre outras coisas no fato de que uma cidade como Nova York colocou fora de funcionamento 1/4 das luzes urbanas, fechou asilos para pessoas sem casa, cerrou as piscinas dos bairros pobres e os hospitais do Harlem e despediu 10% dos professores.

Mais cruamente do que os filmes, exibiu a extensão das gangues organizadas que dominam e aterrorizam bairros inteiros. E, melhor do que mil palavras, destampou de vez a lona que cobria o mar de pobreza e miséria que afoga mais

de 30 milhões de americanos e é a principal fonte de violência que marca aquela sociedade. Nela, a violência transformou-se num fato corriqueiro, que a polícia institucionalizou como forma de tratamento a qualquer ato que considere transgressão à ordem e à autoridade.

A conjugação desses fatores, numa sociedade de cidadãos armados, só pode resultar num crescimento inusitado dos assassinatos por razões fúteis e em explosões de violência irracional.

A Europa, por seu turno, vem enfrentando greves e manifestações operárias e populares, cada vez mais selvagens, à medida que pretende resolver a crise por meio de maior desemprego e menos seguridade social. Além disso, não escapa das constantes ações incendiárias dos neo-nazistas, do vandalismo dos hooligans, do crescente tráfico de drogas e também do banditismo, que encontram, na juventude desempregada e sem perspectiva do futuro, o material humano mais facilmente cooptável. Essa situação é mais grave e mais caótica nos países orientais da Europa, mas é igualmente verdadeira nas regiões ocidentais, mais ricas e afluentes. No Leste Europeu, as mulheres têm sido jogadas mais rapidamente no desemprego do que os homens e privadas de uma série de garantias. O acesso a creches, divórcio, aborto, controle da natalidade e amparo às mães solteiras simplesmente desapareceu. As creches foram desativadas ou privatizadas, o aborto tornou-se uma opção cara e as mães solteiras voltaram a ser discriminadas.

Entretanto, é no terceiro e quarto mundos onde a desagregação social, as lutas selvagens e o banditismo vêm explodindo de forma mais intensa. A escravidão tem ressurgido sob novas formas, tanto nas zonas urbanas quanto rurais, particularmente sob o manto de dívidas contraídas. Na Tailândia, do mesmo modo que no Nordeste brasileiro, o negócio do sexo envolve mais de um milhão de mulheres, grande parte das quais crianças e adolescentes. É comum a venda de meninas de 10 anos para os prostíbulos e o rapto e seqüestro de crianças birmanesas e de outros países do sudeste asiático para trabalhar na Tailândia. O Japão se tornou, igualmente, um poderoso importador de jovens para a escravidão sexual, controlada pela Yazuka e outras máfias.

O trabalho infantil voltou a ser explorado tanto ou mais do que nos velhos tempos de Charles Dickens. A prostituição de crianças não é um privilégio da Tailândia e do Brasil; é encontrada em qualquer grande cidade dos terceiro e quarto mundos. Na Índia, estima-se que 55 milhões de crianças trabalham em condições que se aproximam da servidão, em garagens e fábricas de tapetes, fósforo e fogos

de artifício. No Peru, mais de sete mil crianças trabalham nos garimpos de ouro de Madre de Dios, onde foram encontrados 71 cemitérios com ossadas de meninos escravos. No Sudão, África Ocidental, Paquistão, Turquia, Bangladesh, Colômbia, Brasil e em quase todos os países que compõem o mundo subdesenvolvido e em desenvolvimento, a exploração escrava do trabalho infantil é uma realidade. Mas, na Itália do primeiro mundo, meio milhão de crianças são empregadas, nos arredores de Nápoles, para fabricar sapatos femininos. Em praticamente todos os países que não fazem parte do primeiro mundo, o banditismo funciona como verdadeiro redistribuidor de renda, permitindo a sobrevivência de alguns setores da população, através da mão armada, e a opulência de outros, por meio da corrupção. Esse banditismo cerca a sociedade pelas duas pontas. Penetra nas forças de segurança, no judiciário, no aparelho executivo e legislativo do Estado e nos meios empresariais. Interpenetra-se através do tráfico de drogas, da prostituição, do contrabando e dos serviços de proteção. O Estado, em especial, converteu-se em arena privilegiada de pilhagem. Somas bilionárias dos cofres públicos, que deveriam ser investidas nas áreas sociais e nos sistemas produtivos, são desviadas por quadrilhas de assaltantes, muitas das quais de colarinho-branco.

Enquanto o banditismo de pé-de-chinelo é combatido a ferro e fogo (a polícia, em geral, primeiro atira para depois perguntar), o banditismo de colarinho-branco só a muito custo e sob muita pressão popular sofre algum tipo de penalidade. Os escândalos que explodiram na Itália e no Brasil, envolvendo desde primeiros-ministros e presidentes, passando por juízes e parlamentares, até mafiosos dos mais diferentes calibres, é uma demonstração cabal daquela interpretação e da profundidade a que chegou essa chaga social. E também, com certa exceção italiana, da impunidade que grassa na maioria dos países. A mesma impunidade e a mesma selvageria que ocorre na Rússia, agora convertida à economia capitalista de mercado. Segundo Horencia Costa, os homens de negócio desse país apelam, cada mais, para armas pesadas, como forma de resolver suas pendências financeiras, aproximando-os intimamente das poderosas máfias que atuam em todo o território da república. As autoridades do Ministério do Interior reconhecem que está ocorrendo uma verdadeira explosão da criminalidade organizada. Boa parte dos 1.500 bancos comerciais que operam na Rússia são controlados por grupos criminosos. A única vantagem é que, por acordo entre eles, não existem roubos a bancos nesse país.

Essa barbarização das relações sociais se expande por praticamente todos

os países do mundo, como contraface aos aspectos progressistas do capitalismo. Reflete-se na política, pondo em risco as conquistas democráticas do passado e o próprio *dumping* recente de democracia, patrocinado pelos Estados Unidos e pela Europa em diversas regiões do planeta. Aliás, Gorender já havia notado que não é a primeira vez neste século que os países capitalistas centrais utilizam a bandeira da democracia como poderoso instrumento de luta ideológica, política e até militar. Durante a Segunda Guerra Mundial, lembra ele, os países capitalistas democráticos fizeram de seus regimes políticos uma bandeira ideológica para a mobilização dos próprios povos e dos aliados contra o nazismo.

A utilização da mesma bandeira para mobilizar os povos dos países socialistas do Leste mostrou-se de uma eficácia tremenda, despertando esperanças, reavivando expectativas de conquista da liberdade e da cidadania e mobilizando milhões de pessoas para derrubar aqueles regimes autoritários. No entanto, muito rapidamente, as perspectivas de regimes democráticos de ampla participação popular foram minguando, pela ação das lideranças liberais que assumiram a direção do processo democratizante.

Como nos processos de *dumping* econômico, tão logo derrotado o concorrente passa a vigorar o preço real do vencedor. Nas democracias conquistadas do Leste, passou a vigorar não a democracia que as populações sonharam durante suas manifestações massivas e suas assembléias de soberania direta, mas a democracia liberal representativa, com todas as suas limitações, impedimentos e exclusões.

Até isso, hoje, corre o risco de ser perdido. Com certeza, as opiniões a respeito não são necessariamente homogêneas. Glotz enxerga pelo menos duas ameaças à incipiente democratização da Europa Oriental: o despontar de um novo nacionalismo na Europa, resultado do processo de balcanização que ela enfrenta, e a ascensão de forças populares de direita que tentam resistir à integração europeia. É preciso não esquecer, igualmente, os esforços constantemente renovados de realizar caça às bruxas, seja por forte espírito de vingança contra ex-dirigentes comunistas, seja para impedir que os partidos comunistas, operários ou socialistas venham a conquistar novamente o poder, desta vez por meios eleitorais. Esses partidos, em geral, reciclados, continuam a ter certa influência social e já demonstraram força eleitoral em diferentes ocasiões após a derrocada socialista.

Dahrenfort também vê com muita preocupação a ascensão do anti-semitismo e de um nacionalismo que pouco tem a ver com a nação-estado e muito com

a homogeneidade étnica e com ressentimentos daqueles que são diferentes. Mas ele não descarta os perigos embutidos no colapso do centro político, que teria atingido proporções que tornariam difícil a qualquer pessoa ou grupo manter as coisas coesas para gerar reforma efetiva. Por isso, ele não supõe que a democracia, no sentido de pedir às pessoas que decidam, possa preencher o vácuo criado pelo colapso do centro. As boas intenções democráticas só poderiam mesmo resultar no retorno das velhas rivalidades nacionais, étnicas e religiosas. Para ele, a ilusão democrática de que há essa coisa de governo pelo povo sempre foi um convite a usurpadores e a novos monopólios. A democracia seria apenas uma forma de governo, não um banho de vapor de sentimentos populares.

A franqueza de Dahrendorf pelo menos coloca no terreno da realidade o sentido da democracia implantada no Leste Europeu e que é, de certo modo, a que vigora de forma mais desenvolvida no resto do mundo capitalista. Nesse mundo, como diz Lima de Arruda, a grande maioria da população não prova sequer o gostinho das migalhas da cidadania, ainda mais onde os governos não planejam a ampliação das cidades e, com isso, potencializam os conflitos. Coutinho explica que a multiplicação, no capitalismo, de associações particulares, coagulando interesses setoriais limitados, leva freqüentemente a fenômenos de corporativismo selvagem, com o conseqüente eclipse da vontade geral.

Ele complementa que a mediação entre os interesses corporativos passa a ser feita pelo mercado, o que consolida a perpetuação da ordem privatista do capitalismo. Se a supressão do pluralismo conduz ao despotismo totalitário, sua afirmação incontrolada leva ao liberal-corporativismo, o qual, em articulação com a burocratização do Estado, é o modo pelo qual a burguesia tenta pôr a seu serviço, ou pelo menos neutralizar, os resultados do processo de socialização da política. Sem o predomínio da vontade geral do interesse público, o pluralismo pode ser um óbice à plena afirmação da democracia. Esse processo de absolutização do pluralismo tem sido permanentemente estimulado nos países capitalistas como contraposição aos movimentos de unificação política e participação direta da população nos negócios do Estado.

Entretanto, até essa tendência ao liberal-corporativismo não está imune de sofrer retrocessos de sentido totalitário. Thurow atesta que mercados livres tendem a produzir níveis de desigualdade na distribuição de renda, politicamente incompatíveis com um governo democrático. Ele alerta para o fato de que os Estados Unidos estão enfrentando uma crescente desigualdade distributiva e uma

séria crise de moradia, com mais de um milhão de sem-teto, e que isso pode ser um perigo mesmo para a consolidada democracia americana. Imagine-se, então, o que pode estar produzindo o mercado livre na Rússia e em outros países menos afortunados sobre suas incipientes democracias.

Não é por acaso que Kurz vislumbra o retorno feroz do terrorismo de Estado como final do capitalismo para salvar-se de catástrofe. Dahrendorf, porém, considera que será bastante deixar que a onda da modernidade, mercado, esplendor barato e tudo o mais role por cima da gente. Depois que ela passar, basta trazer novamente a cabeça para fora d'água. De outra forma, o perigo de um coice de arma, de tipo fascista, será ainda maior. Bastaria, assim, perseverar nas mudanças estratégicas neoliberais, adicionando uma pitada de política social às reformas econômicas, para evitar sofrimentos demasiados.

Dahrendorf não se dá conta de que o perigo do coice de arma, de tipo fascista, reside justamente nas conseqüências sociais que a onda de modernidade deve espalhar à sua passagem e que consistem na barbarização de que falamos. Bobbio lembra que aqueles que se rebelaram no Leste Europeu apelaram precisamente para o reconhecimento dos direitos à liberdade, que são o primeiro requisito da democracia.

Não da democracia progressista ou popular, mas precisamente da democracia que podemos chamar de liberal e que emergiu e se consolidou através da conquista lenta e árdua de certas liberdades básicas. Em particular, das quatro grandes liberdades do homem moderno: 1) a liberdade individual, ou o direito de não ser preso arbitrariamente e ser julgado de acordo com as regras penais e judiciais claramente definidas; 2) a liberdade de imprensa e opinião; 3) a liberdade de reunião; 4) a liberdade de associação, fora da qual sindicatos livres e partidos não existem. Sem estes, não existe a sociedade pluralista, em cuja ausência a democracia será uma ficção.

A barbarização capitalista tende não somente a barrar a ampliação dessa democracia liberal, mas tornar suas migalhas ainda mais escassas para a maioria da população. Que pobre tem o direito de não ser preso arbitrariamente e ser julgado de acordo com as regras claramente definidas? Pior, o capital tende a aniquilar aquelas liberdades da democracia liberal que, mesmo limitadas, se opõem mais firmemente ao avanço da barbarização. Embora as previsões de Kurz sejam muito imediatistas, a presente barbarização geral da vida social não é um bom agouro para o futuro.

TIGRES HETERODOXOS

Ao examinar para e por onde caminha o mundo dominado pelo capital, um mundo no qual o desenvolvimento desigual e contraditório é a regra e no qual o nivelamento é a exceção que a confirma, seria uma omissão imperdoável deixar de olhar mais de perto a experiência dos chamados Tigres Asiáticos, agora acompanhados de alguns novos países de industrialização recente. Referimo-nos à Coreia do Sul, Formosa (Taiwan), Hong Kong e Cingapura (os tigres) e Malásia e Tailândia (industrialização recente).

O que há de diferente nesses países que os destaca das demais nações do terceiro mundo que ingressaram na via de desenvolvimento capitalista após os anos 60? Em primeiro lugar, o fato incontestável de que, enquanto os demais, como Brasil, México e Índia, entraram na crise da dívida externa durante os anos 80 e praticamente deixaram de crescer desde então, aqueles países do Pacífico oriental mantiveram seu crescimento. Mais significativo ainda é o fato de que, enquanto o mundo capitalista ocidental e o próprio Japão pareciam tragados pela recessão no início dos anos 90, os antigos e novos tigres asiáticos continuavam resistindo aos rigores do problema.

Os tigres asiáticos apresentam, em seu processo de desenvolvimento econômico, similitudes e diferenças tanto em relação aos países em desenvolvimento do terceiro mundo quanto em relação aos países socialistas. Ao contrário dos países em desenvolvimento da América Latina e da África, por exemplo, mas de forma idêntica aos países socialistas, eles foram capazes de realizar reformas agrárias. Através delas, romperam com o predomínio econômico e político dos tradicionais setores latifundiários, realizaram assentamentos relativamente amplos com agricultores pobres e sem-terra e incentivaram a produção agrícola por meio de incentivos e outras medidas protetoras.

Por outro lado, seguindo um padrão mais ou menos semelhante ao de todos os países em desenvolvimento e ao dos países socialistas, eles adotaram o planejamento como instrumento de orientação e regulação econômica. Ao mesmo tempo, e na mesma linha de semelhança, estatizaram os setores estratégicos da economia, como energéticos, química e outros ramos, e intervieram na formação de preços e salários, muitas vezes tabelando preços em discordância com o mercado.

Os países em desenvolvimento da América Latina e da África utilizaram-se de regimes ditatoriais e de ideologias aparentadas ao nacional-populismo para alcançar a coesão nacional e o consenso, sem os quais os trabalhadores não su-

portariam passivamente as vicissitudes e as agruras de um trabalho duro, cujos benefícios eram prometidos para um futuro indefinido. Os socialistas e os tigres asiáticos se valeram de regimes idênticos, mas, enquanto os primeiros procuraram impor a ideologia do igualitarismo e do trabalho divinizado, os tigres encontraram nas suas tradições culturais a ideologia conformista que lhes possibilitou levar adiante a tarefa da construção econômica.

Blackburn acha que os regimes ditatoriais não representaram um ingrediente vital na mistura que conduziu os tigres asiáticos ao sucesso econômico porque o Japão, que foi o modelo seguido por eles, respeitou as normas democrático-burguesas. Isso tem uma certa dose de verdade, embora Carson, que é um liberal, considere o regime político japonês simplesmente despótico. Será útil, então, acrescentar que essa democracia burguesa japonesa estabeleceu um sistema eleitoral que permitiu o monopólio de um partido, o PLD, por 38 anos. A rigor, as quatro liberdades formais exigidas por Bobbio para a democracia liberal estavam razoavelmente presentes no sistema nipônico. Mas o controle do PLD sobre a economia, a sociedade e a política era de tal ordem que havia quase uma simbiose entre ele, o Estado e as corporações capitalistas, idêntica à simbiose existente no socialismo soviético.

De qualquer modo, Blackburn tem razão quando sugere que se procure na exploração das condições históricas abertas pelo Ocidente o principal ingrediente do sucesso das economias daqueles países asiáticos. Os Estados Unidos, em particular, realizaram investimentos, forneceram créditos e abriram seus mercados de consumo à produção dessas nações. Pouco importava para os americanos, naquela ocasião, que os tigres asiáticos praticassem uma economia dirigida de mercado, que pouco tinha a ver com o tipo de mercado dos países capitalistas ocidentais. O que lhes interessava, realmente, é que aquelas nações erguessem barreiras efetivas à expansão socialista na Ásia. Em função disso, foram os próprios americanos que impuseram a reforma agrária ao Japão e induziram os demais a seguir o mesmo exemplo.

Da mesma forma que os países socialistas, os tigres asiáticos desenvolveram esforços consistentes para conquistar a colaboração dos trabalhadores no crescimento produtivo. Enquanto os socialistas empregavam a emulação, premiando e dando destaque àqueles que mais trabalhavam, os tigres seguiram a experiência japonesa na organização de círculos de controle da qualidade e outras formas relativamente participativas no andamento da produção. Não há dúvida de que os

tigres levaram uma nítida vantagem sobre os socialistas, adaptando-se melhor ao desenvolvimento das forças produtivas modernas, que exigem um poder de decisão e participação mais intenso dos operários de base da produção.

Há, por outro lado, uma nítida diferença entre os tigres asiáticos e os demais países em desenvolvimento quanto ao tratamento dispensado aos mercados interno e externo. Países em desenvolvimento como Brasil, México e outros ingressaram na industrialização realizando aquilo que se convencionou chamar de substituição das importações. Somente com a crise da dívida externa essas nações voltaram-se fortemente para as exportações, mas, mesmo assim, de forma relativamente atabalhoada e sem uma estratégia definida. Os tigres, ao contrário, desde o início, praticaram políticas de reserva de mercado interno para diversos ramos industriais prioritários, particularmente de bens de consumo, exigindo em contrapartida que tais ramos operassem em bases competitivas no mercado internacional. Desse modo, em vez da reserva de mercado funcionar como amortecedor para o desenvolvimento tecnológico e a produtividade, indispensáveis para a concorrência internacional, ela funcionou como alavanca.

Essa política também distingue os tigres asiáticos do socialismo soviético. Este não só ficou voltado quase exclusivamente para o mercado interno, como deu prioridade absoluta às indústrias de bens de produção. A comercialização era um aspecto meramente supérfluo na economia de tipo soviético, gerando um completo desprezo pelas tecnologias de produto e pelo controle de qualidade. Nessas condições, quando o socialismo soviético foi obrigado, pelas circunstâncias, a ingressar no mercado internacional, a grande maioria de seus produtos, mesmo cotados a preços inferiores, tinha muito pequeno poder competitivo.

Comparativamente aos socialistas, os tigres asiáticos construíram sociedades bem menos igualitárias. Entretanto, comparados aos demais países em desenvolvimento, as diferenças entre riqueza e pobreza são muito menos gritantes. Os tigres podem até aparentar um igualitarismo pouco comum no mundo capitalista de hoje. A relação entre os segmentos mais ricos e mais pobres chega a ser menor do que na Suécia e no Japão, demonstrando que a selvageria econômica não precisa ser um componente indispensável para o desenvolvimento capitalista, mesmo tardio.

Apesar dessas vantagens todas, os tigres asiáticos não parecem completamente imunes aos distúrbios do mercado mundial capitalista. Está findando a era em que podiam aproveitar-se sem restrições do mercado americano, tanto para

colocar suas mercadorias quanto para obter as tecnologias de ponta indispensáveis para continuar avançando em produtividade. As medidas protecionistas dos Estados Unidos colocarão empecilhos, mais cedo ou mais tarde, às exportações de mercadorias e às importações de tecnologias e capitais praticadas pelos tigres. O comércio de tecnologias, em especial, vem se transformando num ingrediente essencial da estratégia das corporações americanas para melhorar sua rentabilidade, havendo uma tendência generalizada para o uso de franquias com a cobrança de royalties mais elevados.

As exportações para a Europa tendem, igualmente, a enfrentar crescentes dificuldades. A organização da Comunidade Européia como bloco unificado de comércio, que privilegia as mercadorias de seus membros, imporá cada vez maiores restrições às mercadorias de fora do bloco. Resta a esperança de que o Japão possa se transformar no que Thurow chama de importador líquido. Mas essa possibilidade não tem combinado com as práticas comerciais japonesas, mesmo em relação a seus vizinhos. Tanto a Europa quanto o Japão são, por outro lado, concorrentes aguerridos dos tigres asiáticos no mercado internacional e não devem facilitar as coisas para eles fornecendo-lhes tecnologias a custos mais baixos.

Essas dificuldades estão empurrando as empresas dos tigres asiáticos para a corrida de corte de custos, primeiro, através de cortes nos salários. Seguindo a trilha de muitas firmas japonesas e americanas, elas estão transferindo suas plantas industriais para países que oferecem mão-de-obra mais barata, inclusive a China, de modo a garantir a competitividade de seus produtos, enquanto não encontram uma solução para os impasses tecnológicos que enfrentam. A Coreia do Sul, entre todos eles, era o que conseguia resistir melhor a essa contingência, beneficiando-se de haver investido pesadamente em pesquisa e desenvolvimento. Mas mesmo as suas firmas estão tratando de precaver-se contra os tempos difíceis e transferindo-se para o exterior. As gigantes Samsung e Hyundai, por exemplo, já estão implantando fábricas no Brasil.

A situação de Hong Kong é *sui generis*. Em 1997, deve voltar a integrar a China e, obedecido o protocolo acordado entre esta e a Inglaterra, manterá seu *status* capitalista pelo menos por 50 anos. O estreitamento das relações com o mercado chinês, facilitado pelas reformas e a abertura econômica do dragão asiático, tem lhe permitido aproveitar-se de forma privilegiada do florescente mercado interno chinês que, com mais de um bilhão de habitantes, parece inesgotável. Evidentemente, essa situação dependerá, em grande parte, da capacidade da China para manter

seus ritmos de crescimento econômico, mesmo em meio à recessão mundial. De qualquer maneira, durante algum tempo, Hong Kong deverá ser, entre os tigres asiáticos, aquele em melhores condições de manter o título.

SOCIALISMO SOBRANTE

A onda avassaladora que varreu o socialismo europeu só deixou destroços naquilo que antes se apresentava como o futuro da humanidade. Era natural, portanto, aceitar como coisa certa o fim do socialismo, conforme anunciado em todos os quadrantes. Aguardava-se, apenas, a queda inevitável dos últimos regimes que ainda teimavam em denominar-se como tais – Cuba, Coréia do Norte, Vietnã e China. Dar-se-ia então por encerrada essa curta e, para alguns, inexpressiva aventura da história humana. Paradoxalmente, o socialismo dessas nações, embora sofrendo restrições e desqualificações à direita e à esquerda, parece haver resistido aos ventos mais destrutivos. E realiza adaptações e reformas que o conduzem para desenvolvimentos polêmicos e imprevisíveis.

Cuba é, provavelmente, o país que parece enfrentar as maiores dificuldades. A economia cubana ficou atrelada, durante muitos anos, à economia do Leste Europeu.

Dependia de seu comércio externo com o Comecon, do qual fazia parte, comércio que tinha como principal base de troca o açúcar de cana. Pressionada pelo bloqueio norte-americano e enquadrada, em parte, pelas próprias concepções predominantes no campo socialista soviético a respeito da transição socialista e da competição internacional, Cuba acabou seguindo o padrão geral da divisão internacional do trabalho desse campo. Não teve condições, dessa maneira, de romper com sua matriz produtiva baseada na cana-de-açúcar, nem dar um salto significativo no desenvolvimento de suas forças produtivas.

Cuba também seguiu o modelo soviético de estatização completa da propriedade, inclusive agrícola e comercial, mas não chegou a ingressar num processo de industrialização acelerada. Sua escassez em recursos naturais e fontes energéticas permitiu a ela escapar de alguns dos impasses fatais que o socialismo do Leste Europeu encontrou pela frente com suas grandes unidades produtivas de bens de produção.

Inteligentemente, Cuba preferiu concentrar-se em algumas áreas onde poderia apresentar uma nítida vantagem comparativa em relação a outros países, como a produção de fármacos para o tratamento de doenças tropicais e diversas

outras especialidades na área médica e de saúde. Mesmo assim, a falta de um intercâmbio internacional mais intenso, comercial e tecnológico, impediu que Cuba desenvolvesse melhor essas áreas e conquistasse posições no mercado mundial que poderiam ter lhe facilitado o enfrentamento das dificuldades futuras.

Cuba parece, ainda, haver iniciado tarde seus movimentos de adaptação à nova situação. Mesmo antes da *perestroika* de Gorbachev, já havia sinais das dificuldades que a economia soviética enfrentava. A *perestroika* e a acelerada desorganização econômica que ela causou, sem colocar nada em seu lugar, deveriam ter alertado as lideranças cubanas para a adoção de medidas mais rápidas de adaptação. Entretanto, foi somente após o colapso do Europa Oriental e diante das evidentes pressões soviéticas para aderir ao mesmo processo, que aquelas lideranças foram levadas a preocupar-se seriamente em adotar medidas que possibilitassem ao país resistir às intempéries que haviam se materializado rapidamente.

A ex-União Soviética, ainda em 1991, fornecia 66,2% dos produtos importados por Cuba e consumia 80,5% do que esse país exportava. É verdade que a maior parte dos volumes exportados e importados era constituída pelo açúcar e por petróleo. Em 1990, a ex-URSS forneceu 13 milhões de toneladas de petróleo, mas, em 1991, esses números caíram bruscamente para oito milhões e, em 1992, para três milhões de toneladas. Ao mesmo tempo, a Rússia e outras repúblicas da nova Comunidade de Estados Independentes, que continuaram a manter laços de comércio com Cuba, abandonaram todos os itens que permitiam qualquer tipo de privilégio aos cubanos, em matéria de preços e prazos. O petróleo fornecido a Cuba e o açúcar a ela comprado passaram a ser cotados pelos preços do mercado internacional. Desse modo, Cuba só recebeu metade do preço contratado pelas quatro milhões de toneladas exportadas para a ex-União Soviética em 1991.

A brusca mudança nas regras do jogo de comércio com seus antigos parceiros resultou em transtornos graves à economia cubana. Houve uma quebra de 35% nas atividades econômicas após 1989. O crescimento do produto nacional líquido, que fora de 4,6% durante a década de 80, caiu para 1,0% em 1990. A carência de combustíveis, matérias-primas e peças sobressalentes afetou o funcionamento das usinas, dos transportes, da colheita mecanizada de cana e da produção da indústria leve. O país ingressou rapidamente numa situação de escassez excepcional. Houve desabastecimento, fechamento de empresas, a indústria passou a funcionar de modo descontínuo, alastrou-se a falta de ocupação, um eufemismo para o desemprego, e o produto nacional global caiu 40% em 1992.

Paralelamente, cresceu o mercado clandestino e a economia subterrânea, aumentou a concentração monetária, ocorreu matança ilegal de gado e foram afetados a saúde, a educação e os esportes, áreas a que Cuba dedicava atenção prioritária. As exportações, cuja média nos anos 80 situara-se em torno de oito bilhões de dólares, caíram para 2,2 bilhões em 1992. Para complicar, Cuba foi particularmente maltratada pela Tormenta do Século, catástrofe natural que lhe causou um prejuízo de um bilhão de dólares e afetou a safra açucareira em mais de 40%. Além disso, uma epidemia de neuropatia impôs ao governo despesas de mais de 50 milhões de dólares e dispersão nos seus esforços para vencer a crise.

O governo viu-se obrigado a transferir milhares de cidadãos para os trabalhos agrícolas, com o objetivo de semear todo tipo de comestíveis, em todos os lugares possíveis, de modo a garantir a alimentação da população. Ao mesmo tempo, foi adotada uma série de medidas no sentido de abrir mais o país para o exterior, estimulando o aumento da produção de mercadorias exportáveis e permitindo o ingresso de capitais estrangeiros, principalmente nas áreas de turismo e petróleo. Tem havido um esforço considerável para ampliar o número de novos parceiros comerciais e intensificar a produção nas áreas de biotecnologia, petróleo, níquel e açúcar. Mais recentemente, além de legalizar o trabalho dos artesãos do mercado informal, o governo permitiu o comércio com dólares, a fim de melhorar a captação de divisas fortes, indispensáveis para o incremento do comércio internacional do país.

Apesar desses esforços de adaptação ao quadro mundial de defensiva do socialismo, Cuba ainda parece tatear as medidas de reforma de seu sistema. Com muita relutância, e somente dentro das contingências do que chamam “período especial”, as lideranças cubanas têm permitido, paulatinamente, a convivência de setores da pequena produção e troca mercantil e de setores capitalistas ao lado de setores socialistas. A contragosto e a conta gotas, estão abrindo a possibilidade de existência da propriedade e da ação privada de pequenos lavradores, de mercados livres camponeses e de negócios privados nas áreas de comércio, serviços e indústria de importância secundária. Parecem não aceitar e não concordar que essa seja a tendência principal da transição socialista em países pobres, em particular, após a fracassada experiência do socialismo soviético.

No terreno político, ocorreram igualmente algumas reformas que pretendem ampliar a participação popular no parlamento e no próprio partido comunista. Os deputados à Assembléia Nacional serão eleitos diretamente por sufrágio

universal e voto secreto, e não mais indiretamente. Pessoas que tenham crenças religiosas poderão ingressar no Partido Comunista. Houve uma ampla reestruturação do partido e do Estado cubanos no sentido de reduzir as suas instâncias e funcionários burocráticos e liberar mais quadros para as atividades produtivas. Continua a vigorar, porém, o regime de partido único, não sendo admitida mesmo a existência de uma oposição socialista ou democrática.

Cuba atravessa, assim, tempos muito difíceis. Apesar das medidas econômicas e políticas adotadas, os resultados ainda são aleatórios. Alguns subprodutos são, inclusive, muito problemáticos. A expansão do turismo estrangeiro, aliada às dificuldades enfrentadas pela população, tem gerado manifestações de corrupção, prostituição e delinquência. O setor informal da economia também tem se expandido, embora arriscado a sofrer sanções e repressões. De qualquer modo, além de ter que definir melhor sua estratégia de reformas, Cuba enfrenta um problema de tempo, para fazê-las vingar e evitar um colapso semelhante a muitos países do Leste Europeu.

É certo que, ao contrário daqueles países, Cuba conta com uma coesão nacional e social que representa um ingrediente ideológico fundamental na manutenção de seu socialismo. A grande maioria de sua população não pretende ter o retorno da máfia que dominava e dirigia o país antes da revolução, e que, agora, está refugiada em Miami. Nem quer voltar, igualmente, a ser um simples quintal dos Estados Unidos. Além disso, os cubanos não estão dispostos a desistir de seu sistema de educação e saúde, que escolariza 80% dos jovens entre 12 e 17 anos, propicia ensino universitário a 20% dos que concluem os estudos secundários (taxa tão elevada quanto as do primeiro mundo), fez baixar a mortalidade infantil para 13 por mil nascituros (era de 42,5 por mil em 1970) e elevou a expectativa de vida de 69,6 anos em 1970 para 76 anos em 1990.

Mesmo assim, há limites para a resistência à escassez em períodos de paz. Na guerra, a escassez e a fome são suportadas até limites impensáveis, pela imposição de leis férreas que permitem pouquíssimas opções. Na paz, porém, alguns poucos anos de escassez, por motivos de ordem política, podem abrir um leque muito grande de possibilidades, mesmo que isso represente eventualmente a perda do orgulho nacional.

A coesão social e nacional, que os albaneses haviam demonstrado na luta contra a dominação turca e, depois, contra os italianos e alemães, durante a Segunda Guerra mundial, desmoronou diante das sobras de comida que vislumbra-

ram conseguir, ao assistir na televisão a opulência da vizinha Itália. A avidez dos alemães orientais pelos produtos da irmã ocidental e a dos soviéticos, búlgaros e romenos, pelos produtos americanos, refletem, em escala menor, a mesma problemática.

Nessas condições, Cuba pode ver-se diante da necessidade de acelerar suas reformas econômicas e sua abertura ao exterior. Sem conseguir abrir os gargalos da escassez, será difícil evitar a desagregação ideológica e política. Isso seria fatal para a sobrevivência do socialismo na Ilha do Caribe. E, também, para o prosseguimento de reformas que pudessem consolidar tanto uma linha de socialização econômica mais equilibrada quanto de socialização da política, por meio de uma democratização mais ampla.

Situação idêntica vive a Coreia do Norte, apesar de sua proximidade com a zona do mundo que mantém a maior vitalidade econômica da atualidade. Embora não tenha embarcado numa industrialização de tipo soviético, a Coreia do Norte procurou seguir, na medida de suas possibilidades, o modelo soviético de construção socialista. Apesar dos laços criados com os chineses, que os apoiaram com envio de voluntários na guerra contra a Coreia do Sul e uma coligação de forças comandada pelos norte-americanos, os norte-coreanos jamais acompanharam a China em suas inovações na construção socialista. A União Soviética manteve-se sempre como o principal mentor e parceiro econômico e político da Coreia do Norte. Mais da metade de suas importações e exportações realizavam-se com a URSS.

Era inevitável, assim, que os acontecimentos no Leste Europeu repercutissem negativamente na economia norte-coreana. A taxa anual de crescimento caiu de 7,5%, na década de 80 para 5,9% em 1990, atingindo principalmente a produção agrícola e de energéticos. O intercâmbio comercial com seu principal parceiro despencou dos 887 milhões de dólares dos primeiros sete meses de 90 para 11 milhões de dólares no mesmo período de 91. O governo norte-coreano viu-se na contingência de empreender esforços de adaptação para manter a sobrevivência do regime.

Iniciou uma série de reformas na economia, incluindo a permissão das atividades privadas dos pequenos agricultores e pequenos comerciantes e uma abertura, ainda tímida, em direção a China, Coreia do Sul e Japão, com vistas a investimentos e maior fluxo de comércio. Na área política, foram adotadas medidas no sentido de normalização de relações com Coreia do Sul, Japão e Estados Unidos,

além de um esforço persistente para ampliar as relações diplomáticas e comerciais com um leque maior de nações.

Depois de anos de recusa, os norte-coreanos decidiram solicitar seu ingresso na ONU e, apesar das divergências suscitadas durante todo o ano de 1991 em torno das inspeções requeridas pela Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), acabaram cedendo depois que os Estados Unidos e a Coreia do Sul aceitaram o princípio da inspeção mútua, ao norte e ao sul.

Embora os americanos tenham feito grande estardalhaço sobre a capacidade das instalações nucleares norte-coreanas para fabricar artefatos atômicos, as inspeções não detectaram qualquer evidência nesse sentido. É possível, por outro lado, que os norte-coreanos tenham se aproveitado das incertezas e preocupações americanas para obter maiores concessões destes, não só a respeito das inspeções na Coreia do Sul, mas também no campo das relações bilaterais. De uma forma ou outra, ao mesmo tempo que realiza essas aberturas, o governo adota decisões para preservar o regime de possíveis contestações. Reforçou a posição do exército no comando do país e promoveu uma série de quadros mais jovens para os postos de direção.

Por outro lado, ao contrário do que pretendiam anteriormente, os setores dirigentes da Coreia do Sul não parecem mais ter um interesse imediato na queda do regime socialista vigente na parte norte da península. As voltas com inflação, queda em sua competitividade internacional, déficit comercial, deterioração da credibilidade das lideranças políticas, fraturas na coesão social e deterioração na disciplina e na ética do trabalho, os liberais sul-coreanos passaram a acreditar que o colapso do regime socialista da Coreia do Norte poderia trazer-lhes mais problemas do que benefícios.

Nessas condições, apesar das semelhanças com os problemas enfrentados por Cuba, o socialismo norte-coreano talvez tenha melhores chances para tentar uma reforma e sobreviver ao furacão liberal.

O Vietnã apresenta uma situação bem melhor do que Cuba e Coreia do Norte. Primeiro, porque sempre conservou ingredientes muito fortes de sua cultura nacional no processo de construção socialista, iniciado após a vitória da guerra de libertação nacional. Na agricultura, realizou uma reforma agrária que deu a terra em usufruto às pequenas famílias camponesas e jamais teve condições de ingressar na aventura da coletivização e da construção de grandes unidades industriais. Apesar disso, as relações com a URSS tinham uma posição de destaque em

seu comércio exterior e demais relações econômicas. Em 1990, 67,1% das importações vietnamitas vieram daquele país e 45,9% das exportações foram para lá.

A extinção do Comecon e da própria União Soviética, e a mudança radical da política econômica externa da nova Rússia, obrigando seus parceiros comerciais a acertar as contas em divisas fortes, induziu o Vietnã a realizar as mudanças correspondentes. Além, é claro, de ter que negociar um contencioso pendente, entre os dois países, em torno do aluguel da base de Cam Ranh, da dívida externa vietnamita de 10 bilhões de rublos e dos milhares de vietnamitas que estavam na Rússia como trabalhadores convidados da ex-União Soviética.

O Vietnã teve, porém, colheitas muito favoráveis nos últimos anos (21,7 milhões de toneladas de cereais em 1991) e a produção e exportação de petróleo se manteve ascendente. Além disso, as reformas visando adequar sua economia às regras do mercado contribuíram para diminuir as tensões existentes com as tentativas de implementar um planejamento forçado. Este se chocava com a existência de milhões de pequenas unidades produtivas, rurais e urbanas, de propriedade individual e familiar, que jamais deixaram de operar. A economia vietnamita é hoje uma combinação de unidades de propriedade estatal, privada e cooperativa, que procuram adaptar-se às leis concorrenciais do mercado e que estão injetando um novo vigor à produção e ao comércio. Toda tentativa de coletivização foi abandonada em 1989. A terra continua nacionalizada, como propriedade estatal, mas os 55 milhões de agricultores têm direito ao usufruto pleno do solo, podendo arrendá-lo, hipotecá-lo, herdá-lo e vendê-lo como posse ou serviço por um período de 20 a 50 anos.

O Vietnã soube, igualmente, realizar mudanças relativamente rápidas em sua política econômica externa. Reatou relações diplomáticas com a China, intensificando seu tradicional fluxo de comércio com o vizinho do norte; solicitou sua admissão na Associação das Nações do Sudeste Asiático (ANSEA), até há pouco considerada inimiga visceral, estreitando rapidamente seus laços econômicos com os países membros da Associação, assim como com Japão, Hong Kong, Taiwan, Coreia do Sul e Austrália. *Joint ventures* para a exploração petrolífera no mar da China estão sendo estabelecidas com empresas privadas desses países, também interessadas em outras áreas econômicas para aproveitar a mão-de-obra barata e a relativa estabilidade política e social vietnamita.

As perspectivas de o Vietnã superar os problemas causados pela crise do socialismo no Leste Europeu têm despertado, ainda, o interesse da França, seu antigo colonizador, e dos Estados Unidos, que sofreu na mão dos vietnamitas a maior

derrota militar dos tempos modernos. Ligações históricas, nem sempre positivas, estão sendo aproveitadas por essas potências do primeiro mundo. Pretendem abrir espaços para o estabelecimento de posições estratégicas no Pacífico Oriental, a região mundial de maior vitalidade econômica da atualidade. A abertura do Vietnã oferece condições excepcionais para que todos os concorrentes disputem tais espaços com certa igualdade de oportunidades e os vietnamitas parecem dispostos a tirar o melhor proveito possível desse contexto.

A abertura ao mercado e ao exterior tem gerado, por outro lado, as já conhecidas distorções, com a intensificação da corrupção, do contrabando, da delinquência e outros fenômenos idênticos. Isso tem resultado na adoção de legislação mais dura contra atos ilícitos na economia e no reforçamento do papel gestor do Estado, embora também nesse terreno tenham ocorrido reformas. O Partido Comunista continua mantendo sua posição oficial de força dirigente e não é permitida a existência de outros partidos, mas a Constituição de 1992 estabeleceu a separação entre as funções do Estado e do partido, fortaleceu o papel da assembléia nacional como órgão efetivamente legislativo, que elege o presidente e o conselho de ministros, e somente ao qual estes devem prestar contas de sua ação. Por essa Constituição, o presidente recebe poderes mais amplos, na verdade, introduzindo o sistema presidencialista.

De todos os socialismos sobranceiros, porém, China é de longe o que apresenta resultados mais surpreendentes, incógnitas mais agudas e polêmicas e, talvez por isso, desinformações e opiniões mais divergentes. Em 1990, com base em informações do *Der Spiegel*, Kurz previa que, precisamente na China, estariam se iniciando, quase despercebida pelo público ocidental, mais interessado no Leste Europeu, uma gigantesca catástrofe sócio-econômica, com conseqüências incontroláveis. Kurz entendia como confiáveis as cifras de 240 a 260 milhões de desempregados e as informações de que as taxas de crescimento na China estavam diminuindo. E dava sua palavra final de que as reformas de Deng, particularmente aquelas do sistema de preços, elevadas com grande pompa ideológica ao grau de uma doutrina nova, teriam sido, em grande parte, revogadas. De modo algum isto teria acontecido apenas para salvar a pretensão do partido, conforme afirmavam os meios de comunicação ocidentais desde o massacre da Paz Celestial. O fundamental é que as conseqüências socio-econômicas das reformas, no sentido da economia de mercado, estavam em perigo de escapar ao controle. As reformas teriam, então, que ser detidas.

Thurow também fala da retirada da China do mercado, em 1989, e prevê que se ela conseguisse retomar seu movimento em direção à economia de mercado, teria todos os problemas que se observam hoje na Europa Centro-Oriental. Outros analistas, que descobriram há pouco as reformas chinesas, chegam igualmente a conclusões contraditórias. Marxistas-leninistas de carteirinha continuavam a afirmar que a sociedade chinesa jamais atingira o estágio socialista. Portanto, as reformas em processo naquele país apenas serviam para reforçar seu conteúdo capitalista. Alguns não chegavam a negar o passado socialista do país do meio, mas já não nutriam qualquer dúvida de que ele fosse um país capitalista. Seus dirigentes podem até continuar falando de um suposto regime socialista com economia de mercado, mas isso não passaria de retórica. A vida das pessoas comuns já estaria completamente tomada pela lógica do mercado capitalista.

Há ainda aqueles que enxergam brutais disparidades entre as zonas urbanas, de rápido desenvolvimento, e as zonas rurais, estagnadas. Nestas, estariam concentrados, perigosamente, milhões de desempregados. A esmagadora maioria continua referindo-se à brutal ditadura comunista de partido único, embora se espante com a abertura ao exterior, com a possibilidade de os estrangeiros e chineses se movimentarem livremente por todas as regiões do país e dos jornais e revistas, nacionais e estrangeiros, tratem de todos os assuntos e, com exceção dos pornográficos, poderem ser adquiridos sem problemas. Mais espantoso é que os chineses tenham liberdade de viajar ao exterior, sem outros empecilhos que os normais da legislação de qualquer país do mundo.

A China não é, evidentemente, um enigma indecifrável. Essa imagem literária pode ser empregada no sentido de acentuar as características que tornaram sua história, inclusive a recente, tão rica em aspectos polêmicos e aparentemente descontraídos. Ou, para chamar a atenção sobre as visões, ligeiras e lineares, que procuram explicar os acontecimentos por meio de verdades apriorísticas, definitivas e absolutas. Essas atitudes sempre foram comuns no Ocidente, tanto à direita quanto à esquerda, quando o assunto era a China. Em 1986, quando teve início a Revolução Cultural chamada proletária, grande parte da esquerda enxergou nela o caminho inigualável para o advento do reino da igualdade econômica e política. Depois, de 1978 em diante, quando tiveram início as reformas do socialismo chinês em direção ao mercado, primeiro na agricultura e, depois, nas cidades e na indústria urbana, a direita saudou com fanfarras a ressurreição do capitalismo. Grande parte da esquerda, com a mesma visão, abominou as reformas. Mais

adiante, em 1989, no embalo dos acontecimentos do Leste Europeu, o massacre da praça da Paz Celestial (Tiennamen) selou uma convergência maior de opiniões entre a direita e a esquerda ocidental: ambos vislumbraram nesse acontecimento o fim das reformas, a restauração de uma sanguinária ditadura comunista e a perspectiva de um desastre social e político ainda maior do que o da Europa do leste. Kurz, sem dúvida, conseguiu exprimir com fidelidade essa convergência de opiniões.

Três anos após os acontecimentos de Tiennamen, nem as previsões de Kurz nem de Thurow se concretizaram. A China continua mantendo elevada sua taxa de crescimento anual, há uma melhora do padrão de vida da população, reconhecida por todos os órgãos internacionais, e a previsão dos estudiosos ocidentais, que acompanham mais de perto a evolução chinesa, é de que esse país será um dos que ingressará no século XXI em melhores condições comparativas. Não é por acaso que a propaganda capitalista, apesar de tudo, continua propalando que a China deve seu êxito ao mercado. Os liberais chegam a creditar o crescimento chinês única e exclusivamente aos investimentos estrangeiros, prevendo que seu sucesso econômico, associado à ampliação da educação e da intelectualidade científica e técnica, acabará se chocando com o regime e, como na União Soviética, dando-lhe fim.

Os socialistas, por sua vez, vêem-se embaraçados para jogar às traças uma experiência que persevera em autoproclamar-se socialista. Além disso, as reformas chinesas, em suas linhas gerais, conservam muita semelhança com a *perestroika* soviética, com a diferença de que esta deu em desastre, e aquela segue um rumo ascendente, apesar dos problemas detectados. Valeri Smirnov diz que a *perestroika* colocou em cena todos os meios para destruir o antigo sistema, mas não tinha a mínima idéia de como construir o novo, com mais democracia, mais socialismo e mais mercado.

Evidentemente, muitos socialistas poderão achar essa mistura incompatível. Mas é justamente ela que consta das prolongadas fundamentações das reformas chinesas, desde que tiveram início, em 1978. A rigor, apesar dos acidentes de percurso e das correções de rumo, normais em qualquer estratégia de longo prazo, o que impressiona nessas reformas é sua perseverança nas linhas gerais estabelecidas naquela ocasião, independentemente de qualquer argumento de valor sobre sua natureza capitalista ou socialista.

Por isso, deixemos de lado, momentaneamente, as avaliações ideológicas ou

políticas. O fato concreto ocorrido na China nestes últimos 15 anos é que ela ingressou num processo de reforma econômica que lhe permitiu quadruplicar seu produto interno bruto e a renda de sua população de um bilhão e cem milhões de habitantes. Nesse mesmo período, ela ignorou as crises cíclicas enfrentadas pela maioria dos países capitalistas, na década de 80 e agora nos anos 90, e transformou-se no maior produtor mundial de cereais (mais de 430 milhões de toneladas anuais). Deu um salto na produção de energéticos, ingressou firmemente na modernização tecnológica e na disputa mundial do mercado espacial e, conforme previsões do Banco Mundial e do FMI, deve ombrear sua potência econômica com os países do primeiro mundo, durante as duas primeiras décadas do século XXI. Sua acelerada penetração no mercado internacional pode ser medida pelo crescimento da balança comercial, que saltou de 4,6 bilhões de dólares em 1970 para 38,0 bilhões em 1980, e 114,4 bilhões de dólares em 1990. Em 1992, alcançou a cifra de 160,0 bilhões de dólares. Os produtos manufaturados representam cerca de 70% do total dessas exportações.

Que caminhos a China seguiu para alcançar esses resultados tão diferentes da *perestroika* soviética? Em primeiro lugar, é preciso reconhecer que as premissas para as reformas chinesas eram mais propícias do que as soviéticas. A economia chinesa apresentava um desequilíbrio menos acentuado entre indústria, agricultura e serviços.

Desde 1957, havia uma busca para combinar o planejamento centralizado com certa autonomia e descentralização administrativa. Até 1966, quando teve início a Revolução Cultural, o mercado rural e o mercado de bens de consumo de massa continuavam muito ativos. A Revolução Cultural, justamente pelos estragos que causou à produção, à organização produtiva e ao padrão de vida da população, desfechou um sério golpe nas idéias que a promoveram e supunham ser possível instaurar o igualitarismo comunista sem antes construir as condições materiais e culturais para tanto. Além disso, desorganizou e enfraqueceu a burocracia, abrindo espaço para as reformas.

Com base nessas premissas, a partir de 1978, a China introduziu reformas na agricultura, com vistas a superar as crises de abastecimento e criar um mercado interno efetivo para uma posterior alavancagem da indústria. Mesmo mantendo nacionalizada a terra, passou a entregá-la em usufruto para as famílias, indivíduos ou grupos de lavradores. Com base em contratos de responsabilidade, os camponeses comprometiam-se a produzir uma quantia mínima de cereais ou outros

produtos agrícolas, a serem vendidos ao Estado por preços previamente acertados. Tudo o que ultrapassasse o volume estipulado no contrato poderia ser comercializado livremente pelos camponeses no mercado local e nas cidades. O Estado, além disso, mesmo mantendo estáveis os preços de venda dos estoques governamentais para as populações urbanas, elevou os preços pagos aos camponeses pelos seus produtos. Assim, uma combinação de preços com a liberdade de trabalhar conforme o potencial e a disposição de cada família, indivíduo ou grupo permitiu uma grande liberação de energia nas zonas rurais e um contínuo crescimento da produção de alimentos e outras matérias-primas agrícolas. A produção global da agricultura saiu das 150 milhões de toneladas de 1978 para 435 milhões de toneladas de 1992.

Essa rápida expansão agrícola permitiu à China não só melhorar a renda dos camponeses e o abastecimento dos centros urbanos, como também procurar novos caminhos para alocar a população ativa sobrando, gerada pela elevação da produtividade rural. O artesanato e a pequena indústria rural, que tinham grande tradição histórica, puderam aproveitar-se da expansão da renda camponesa e dos braços que os trabalhos agrícolas liberavam para realizar uma expansão com idêntica rapidez. Dessa forma, bem antes das reformas na indústria urbana, que tiveram início em 1984, a indústria rural (implementos agrícolas, motores elétricos, bombas hidráulicas e, principalmente, confecções) já empregava mais de um terço da população ativa do campo chinês. Essa expansão foi facilitada, ainda mais, pela política de abertura ao exterior, que criou mercados inesperados para muitas dessas indústrias localizadas nas áreas rurais.

A política de abertura ao exterior foi construída com pistas de mão dupla. A China instituiu zonas econômicas especiais e portos de livre comércio, onde poderiam realizar-se investimentos estrangeiros, diretamente ou em *joint ventures* com empresas chinesas, desde que as firmas estrangeiras garantissem o aporte de tecnologias de ponta e tivessem o mercado externo como o alvo principal de sua produção. O desvio de parte dessa produção para o mercado interno seria feito de forma seletiva e como elemento propulsor da modernização tecnológica do conjunto da indústria chinesa. Para atender a expansão da produção agrícola e o ritmo de investimentos estrangeiros, foi necessário superar lacunas antigas na infra-estrutura de estradas, comunicações, produção de energéticos, armazéns, silos, novas instalações e outros equipamentos, dando surgimento a uma febre intensa de construções que, por sua vez, representou um novo impulso para o desenvolvimento das indústrias

rurais. Grande parte das empresas de construção civil, surgidas nesse período, era proveniente de desdobramentos das indústrias rurais.

Quando as reformas nas indústrias urbanas tiveram início, em 1984, a China havia resolvido seu problema agrícola, expandido seu mercado interno, aberto o caminho para a absorção e intercâmbio das novas tecnologias e ingressado na concorrência internacional. Já havia, também, uma clara evidência de que era preciso abrir a economia para a convivência da propriedade estatal e da propriedade cooperativa com a propriedade privada e de que o mercado jogava um papel importante no desenvolvimento das forças produtivas e da produção.

Desse modo, o novo passo estratégico das reformas concentrou-se na legalização dos negócios privados, na concessão de autonomia para as empresas estatais conduzirem sua própria produção e comercializarem seus produtos no mercado e numa cuidadosa reforma dos preços e salários. Toda a legislação referente à propriedade foi revisada e surgiram inúmeras empresas privadas, que alcançaram 20% do total das propriedades em 1992. Esses negócios privados ocuparam espaços vazios deixados pelas propriedades estatal e cooperativa, particularmente no setor de serviços, que saltou de 15,1% do PIB em 1980 para 27,3% em 1990.

Roberto Abdenur, ex-embaixador brasileiro na China, testemunha que foi se formando um mercado interno integrado em substituição ao arquipélago de pólos econômicos fragmentados e desconectados. Ele constatou que o mercado de consumo se afigurou de nível de renda muito superior ao que supunham as estimativas e que as empresas cooperativas e privadas, alheias ao setor estatal, já respondiam por 41 % do produto industrial em 1990. Isso significa que 59% da produção encontram-se sob responsabilidade das empresas estatais, que, além disso, mantêm em seu poder os setores estratégicos da economia, inclusive em *joint ventures* com empresas privadas estrangeiras.

No entanto, as empresas estatais entraram igualmente no processo de reforma, ganhando autonomia. Essa autonomia começou com o estabelecimento de contratos de responsabilidade entre o governo e tais empresas, através dos quais elas passavam a estabelecer suas próprias metas de produção, a relacionar-se diretamente com seus clientes e fornecedores (antes isso era realizado pelos ministérios), a definir preços de venda e salários e a gerir seus próprios investimentos. Em contrapartida, teriam que pagar os impostos estabelecidos pelo Estado, assim como os benefícios que este teria direito como proprietário social. Em muitos casos, o contrato de responsabilidade incluiu o coletivo de trabalhadores, que passou a ter o direito de ele-

ger os diretores da empresa e influir diretamente no estabelecimento dos planos de produção e comercialização, nos regulamentos internos, no controle financeiro e nos planos de aplicação dos benefícios sociais para os trabalhadores.

O processo de autonomia das empresas estatais, que objetiva, entre outras coisas, torná-las rentáveis e com alta produtividade, desenvolveu-se durante toda a segunda metade dos anos 80 e ainda continua em curso. Paulatinamente, o Estado vai se abstendo de salvar empresas de baixa produtividade e insolventes. Abriu terreno para sua privatização, inclusive através de arrendamentos, e para sua falência, de acordo com a legislação promulgada após um longo debate público. Hoje, calcula-se que mais de 40% das antigas empresas estatais se modernizaram e atingiram níveis internacionais de produtividade e rentabilidade. Tão ou mais difícil que a autonomização das empresas estatais tem sido o processo de reforma de preços e salários. Afastados durante muitos anos dos padrões internacionais de produtividade e, portanto, de preços e salários puxados pelos seus níveis mais elevados, os chineses têm encontrado muitas dificuldades para realizar os reajustes necessários sem causar sobrecargas aos salários ou surtos inflacionários. Quando essas pressões se conjugaram a momentos de superaquecimento da economia, as tensões sociais elevaram-se e polarizaram-se. Na primavera de 1989, conduziram a explosões como a da Praça da Paz Celestial. Apesar disso, mantidas as condições atuais, é muito provável que, dentro dos próximos dez a quinze anos, a China tenha concluído sua reforma nesse terreno e seus preços e salários tenham alcançado os patamares internacionais. Todas essas reformas trazem embutidos problemas sociais que se conflitam com alguns preceitos políticos ainda hoje considerados intocáveis por boa parte dos socialistas. Rompe, em primeiro lugar, com qualquer idéia de igualitarismo. Ao abrir chance para o funcionamento do mercado, mesmo que ele tenha o rótulo de socialista, e para a expansão da propriedade privada, mesmo dentro de alguns limites, o regime aceita formal e praticamente o desenvolvimento desigual da riqueza, seja entre os indivíduos, seja entre regiões. A palavra de ordem de enriquecer dificilmente será entendida como algo a ser alcançado solidariamente.

É inevitável, pois, como vem ocorrendo, que diferentes indivíduos a entendam de uma forma bem unilateral, aproveitando-se das vantagens de sua posição no aparelho de Estado, ou no partido dirigente, para conquistá-la de forma bem mais rápida do que os demais. Na raiz dos acontecimentos de 1989, estava, igualmente, o descontentamento com a proliferação de casos de corrupção e tráfico de influência nos diversos escalões governamentais. Não é outro o motivo que levou

os dirigentes chineses a promulgar uma legislação severa para casos de corrupção de funcionários do Estado e do partido, incluindo a pena de morte para os mais graves.

Há muitas outras conseqüências da ação do mercado bem conhecidas que também se espalharam pela China no curso das reformas e colocam em dúvida a natureza de seu futuro. Delinquência, pornografia, contrabando, narcotráfico, prostituição e outras manifestações anti-sociais fazem parte das listas de delitos que ocorrem nas mais diferentes esferas da sociedade chinesa. Ao lado disso, e pressionando-a fortemente, há o difícil e complexo problema do emprego (ou do desemprego). Gerar cerca de 14 milhões de novas vagas anualmente já seria, mesmo que sozinha, uma tarefa de difícil solução até num país economicamente desenvolvido.

Antes das reformas, esse problema era resolvido entulhando fábricas, serviços e brigadas de produção rurais, com todos os economicamente ativos. O Estado determinava onde cada um deveria trabalhar, pouco importando que a produção não se elevasse tão rapidamente quanto o aumento da força de trabalho. A tendência mais atuante apontava para uma perigosa baixa na produtividade e, portanto, para a possibilidade real de que cada um recebesse uma parte cada vez menor da riqueza social declinante. Socializava-se a pobreza.

As reformas dão uma ênfase particular à elevação da produtividade e da rentabilidade, instrumentos geradores de excedentes de força de trabalho em qualquer situação. Por outro lado, o Estado chinês também abandonou seu papel de alocador de mão-de-obra, liberando os trabalhadores a conseguir trabalho onde achassem melhor e, lógico, onde fossem aceitos. Existe, assim, uma situação bastante complexa que pode, eventualmente, criar massas de desempregados, principalmente se levarmos em conta as condições populacionais da China. Apesar disso, até agora, essa situação tem se mantido sob certo controle e as estimativas sobre desempregados são bastante exageradas, mesmo quando aparecem sob a responsabilidade de autoridades chinesas não identificadas. Em primeiro lugar, o desemprego não é tão vasto porque a industrialização acelerada tem combinado o crescimento intensivo da produtividade nos setores de ponta da indústria, da agricultura e dos serviços com o uso extensivo de mão-de-obra nos demais setores.

O estímulo à expansão de milhões de pequenos e médios negócios, especialmente nas zonas rurais, com financiamento e incentivo do poder público, tem permitido absorver uma parte muito considerável da força de trabalho exce-

dente. Por outro lado, os investimentos em educação e reciclagem profissional e técnica da mão-de-obra têm crescido substancialmente ano a ano, ampliando as oportunidades de qualificação profissional e cultural. Tem havido igualmente a preocupação de criar um sistema de seguro desemprego que, aliado ao processo de reciclagem técnica e profissional, mantenha os desempregados com condições dignas de vida e lhes abra a chance de empregos de qualificação superior. De qualquer modo, talvez mais do que em qualquer outra parte do mundo, o problema da abolição do sistema de trabalho na China se apresente com muita força, logo que os investimentos em capital intensivo superarem os investimentos intensivos em mão-de-obra.

Apesar de todos esses problemas, e do fato de haverem surgido muitos milionários na sociedade chinesa, enquanto parcelas consideráveis vivem em situação de pobreza, as diferenças de renda entre os mais ricos e os mais pobres são relativamente pequenas. Nenhum dos países em desenvolvimento conseguiu um crescimento tão rápido, com o uso de mecanismos de mercado, sem polarizações sociais muito agudas, quanto a China. Por outro lado, embora as zonas econômicas especiais apresentem um crescimento muito mais veloz que as demais, e o litoral continue sendo bem mais desenvolvido que as planícies centrais e o planalto ocidental, estas regiões historicamente mais atrasadas vêm experimentando um desenvolvimento significativo por meio de investimentos orientados. Tais desequilíbrios, no entanto, podem se acentuar se o governo não mantiver um constante monitoramento da situação e adotar, a tempo, medidas compensatórias.

Finalmente, há o problema político. Embora o regime chinês não seja formalmente um regime de partido único (há outros oito partidos que fazem parte do Conselho Político Consultivo Nacional), o Partido Comunista constitui-se como partido dirigente e determina, no fundamental, as políticas do país. Em seus planos estratégicos, estão definidas linhas de ampliação crescente da democracia, mas suas lideranças são de opinião que esse processo não pode ser rápido nem abrupto. Eles alegam haver passado pela experiência de democracia direta da Revolução Cultural e haver assistido à derrocada da União Soviética e do Leste Europeu, onde, afinal de contas, nem mesmo a democracia liberal parece haver se consolidado.

Com base nesses argumentos, e também em sua diferente tradição histórica e cultural, eles se declaram dispostos a não permitir que suas reformas sejam destruídas por qualquer hipotética implantação desordenada dos mecanismos da

democracia liberal. Reiteram seu compromisso de seguir outros caminhos para alcançar a democracia plena. Consideram-se legitimados por um prolongado processo de luta revolucionária que, lembram, livrou a China de uma situação de atraso, miséria e subserviência nacional. Preferem um processo lento, mas que consideram mais seguro, de combinação da democracia econômica e social com um paulatino alargamento da democratização política. A verdade seja dita: eles não encontram muitos adeptos para suas teses no socialismo ocidental e pode ser que encontrem resistências e dificuldades, cada vez maiores, dentro da própria China, para demonstrá-las. Mas só o tempo dirá do que foram realmente capazes. Inclusive se suas reformas conduziram à construção das condições para uma sociedade de tipo superior, onde seja possível viver sem a propriedade privada e o Estado, ou se levaram à consolidação do modo capitalista de produção e de troca.

VI Limites e possibilidades

Realizamos, até aqui, uma longa viagem. Visitamos o lado brilhante do mundo de Pangloss e caímos na real do mundo real do capital. Andamos em delírio pelos sonhos, esperanças e utopias dos justos. E chegamos a uma encruzilhada, diante de vários caminhos, nenhum deles atapetado com pétalas ou algodão. Em todos eles, o capital está sempre presente, como guardião aparentemente imbatível e indestrutível, apesar das previsões de que, como tudo na vida, ele teve um começo e terá, igualmente, um fim. Enquanto se apresentar como vencedor, com seu poderoso mercado mundial, sempre persistirá a inocente ilusão de que os homens terão que continuar vagando eternamente por seu sistema produtor de mercadorias.

Quais, realmente, as possibilidades e os limites do capital? Ele surgiu na história como a culminância de todo o processo anterior, devendo consolidar-se como um sistema definitivo e eterno? Ou não passa de mais uma etapa ou um passo no longo caminho espiral da humanidade? Sem responder a perguntas como essas, dificilmente os socialistas se sentirão em condições de trilhar alguma das diversas estradas que a vida lhes apresenta.

Os defensores mais intransigentes do sistema produtor de mercadorias não aceitam pensar na hipótese de que exista um ponto crítico, além do qual o capitalismo seja obrigado a transformar-se numa outra formação econômico-social, como ocorreu na história com outros sistemas sociais. A humanidade teria, com o capital, encontrado o sistema ideal para o pleno florescimento das ambições e potencialidades humanas. As formações sociais anteriores não passariam de tentativas pré-históricas na busca desse sistema ideal. Mesmo o socialismo, assegura Dahrendorf, não teria sido sequer um fenômeno de países em desenvolvimento, mas de países que não se sustentam para além dos estágios iniciais do desenvolvimento. Estaria, portanto, dentro daquelas tentativas pré-históricas. Somente as

economias orientadas para o mercado, baseadas em incentivos, e não em planejamento e força, representariam o estágio avançado do desenvolvimento moderno.

Mas, quando Dahrendorf fala em economias orientadas para o mercado, ele não está necessariamente falando do capitalismo, porém, de sua sociedade aberta. Ele chega a admitir que o capitalismo, se for um sistema, precisa ser combatido tão vigorosamente quanto o comunismo teve que ser enfrentado, pois todos os sistemas significam servidão, incluindo o sistema natural da ordem de mercado total. Sabemos, no entanto, como Dahrendorf embaralha idéias e realidades, supondo que a Inglaterra, Alemanha e Suécia não sejam sociedades capitalistas, mas sociedades abertas. O importante no caso é que, como ele, a maioria dos liberais ortodoxos e conservadores costuma empregar argumentos idênticos para caracterizar o sistema capitalista ideal e eterno, como algo natural, que dispensa planejamento e força para funcionar e evoluir.

Se for verdade que as economias orientadas para o mercado devem basear-se exclusivamente em incentivos, não em planejamento e força, isso retiraria do mapa das possibilidades praticamente todos os países capitalistas. Evidentemente, todos eles têm economias orientadas para o mercado mas, qual deles não se baseia num sistema de força, mesmo que consensualmente admitido? Que país capitalista moderno despreza o planejamento em seu processo de expansão? Inglaterra, Alemanha e Suécia, consideradas sociedades abertas por Dahrendorf? Basta dar uma simples espiada na história moderna desses países para verificar como a força e o planejamento foram utilizadas como incentivos, tanto para desenvolver o seu sistema de produção quanto para salvá-lo de suas crises.

Na realidade, independentemente da sua vontade, o capitalismo foi se conformando como um sistema mundial que se pensava a salvo de todas as complicações. Carson conta como, na década de 60, havia nos Estados Unidos a confiança de que a nação seria capaz de ser salva de todos e quaisquer dilemas econômicos. Primeiro, havia a ciência econômica e as teses de John Maynard Keynes, que defendiam o uso hábil do poder do governo de tributar e gastar para produzir. Com isso, seria possível evitar qualquer queda geral da atividade econômica. Segundo, havia a crença de que a intervenção governamental em mercados específicos, visando atingir objetivos populares de engenharia social, melhoraria acentuadamente a qualidade de vida da população. Que dúvida poderia haver sobre as vantagens e a eternidade de tal sistema, mesmo que ele não fosse a sociedade aberta sonhada pelos liberais radicais? Mas o longo período de alta dos anos 60 cedeu lugar à inflação

e à estagnação crônicas da década de 70. As teorias de Keynes perderam vigor e, em seu lugar, tomaram assento os defensores conservadores do livre mercado, os neoliberais apresentando a velha teoria econômica como a nova onda do futuro.

Desregulamentação, monetarismo, economia de oferta e Estado mínimo, segundo Carson, tornaram-se as palavras da moda. Entretanto, nunca o Estado interveio tanto na economia como nos anos dourados do neoliberalismo. O dispêndio público, nos países ricos, aumentou de 37% em 1979 para 40% em 1989, exceto na Alemanha e na Inglaterra. Mas, na Alemanha, os incentivos industriais equivalem a uma proteção tarifária de 30%, como reconhecem a OCDE e o FMI. E Thurow admite que, se o governo não tivesse ocorrido a tempo, o capitalismo financeiro, tal como é praticado nos Estados Unidos, estaria hoje agonizante. A maioria dos bancos de poupança e de empréstimos dos Estados Unidos é subsidiada pelo governo.

Kennedy também admite que o capitalismo desenfreado não consegue solucionar os problemas mundiais. Segundo ele, ao caminhar para um mundo de 8 a 10 bilhões de pessoas, seria necessário criar o que chama de capitalismo sustentável, um capitalismo inteligente, que utilize a tecnologia para produzir novos produtos, mas que seja socialmente responsável. Em duas décadas, o capitalismo desenfreado simplesmente não será mais tolerável. Kennedy supõe, assim, ser possível separar, na unidade contraditória do capital, seus aspectos positivos (o capitalismo inteligente e responsável) dos aspectos negativos (o capitalismo desenfreado e destrutivo). Como todos os inocentes, ilusoriamente supõe liquidar um dos aspectos sem liquidar o próprio ser capitalista.

Thurow, porém, diz que a história ensina que o capitalismo é inerentemente instável e, de vez em quando, precisa ser salvo de si mesmo. Ele acredita ser necessário construir uma locomotiva macroeconômica cooperativa, capaz de evitar que a competição entre as duas variantes do capitalismo – individualista anglo-saxão britânico-americano e comunitário alemão-japonês – saia do controle e não consiga deter os ciclos inerentes ao capital. Mas ele próprio reconhece que uma locomotiva desse tipo só funcionou quando os Estados Unidos eram a superpotência econômica e militar única do mundo capitalista e quando o perigo vermelho colocou todas as demais nações capitalistas sob seu manto protetor. Agora, o que existe são várias potências econômicas disputando o bolo. E o único perigo real são as massas pobres do terceiro e quarto mundos que, convenhamos, dificilmente poderão servir de justificativa ideológica e política para brandir arsenais nucleares e corridas armamentistas.

Bobbio se pergunta se as democracias que governam os países mais ricos do mundo serão capazes de resolver os problemas que o comunismo falhou em solucionar. Para ele, essa é a verdadeira questão que se coloca hoje para a humanidade. O comunismo histórico teria falhado, mas os problemas permanecem. Aqueles mesmos problemas que a utopia comunista apontava e pretendia resolver, e que agora existem, reitera Bobbio, ou muito rapidamente existirão em escala mundial.

Afinal de contas, todos esses pensadores acabam por dar razão a Marx, para quem o limite do capital era o próprio capital. Para ele, cedo ou tarde, a acumulação capitalista se tornaria autodestrutiva, exigindo sua superação. As relações burguesas se tornariam demasiado estreitas para conter as riquezas criadas em seu seio. No *Manifesto Comunista*, Marx e Engels afirmam que a dinâmica da acumulação capitalista faria com que a burguesia se tornasse incapaz de assegurar a existência de seu escravo, o trabalhador assalariado. Coutinho considera que isso teria sido verdadeiro na época (1848), mas não mais no século XX, em que a exploração do trabalhador passou a ser feita sobretudo através da extração da mais-valia relativa, permitindo um aumento simultâneo dos lucros e salários e, por conseguinte, abrindo espaço para negociações e concessões. Nessas condições, a luta de classes nos países mais desenvolvidos teria deixado de se expressar como uma guerra civil mais ou menos oculta, passando a assumir a forma de uma longa e progressiva batalha pela conquista dos direitos políticos e sociais.

Talvez a proposição de Coutinho se mostrasse completamente válida para os anos 80 deste século, mas a progressiva morte do trabalho e a presente barbárie capitalista tornam mais complexas e mais fluidas as formas que a luta de classes deve assumir, trazendo inclusive de volta à realidade velhas afirmações do *Manifesto*.

Arrighi trata essa problemática de outra maneira. Para ele, a única coisa que seria inevitável no modelo descrito por Marx é que a acumulação capitalista criaria as condições para um aumento no número de vitórias proletárias sobre as derrotas proletárias, até que o regime burguês fosse deslocado, substituído ou transformado.

Arrighi, como Coutinho, preferiu desprezar uma outra hipótese, levantada por Rosa Luxemburgo, de disseminação da barbárie capitalista em oposição à possibilidade socialista. E também não levou em conta a possibilidade de que o capitalismo, sem encontrar uma força política e social que transforme o regime burguês e evite sua ação destrutiva, acabe convertendo-se num buraco negro, ca-

paz de tragar a humanidade e a destruir junto consigo. A inversão das expectativas capitalistas neste final de século mostra que nenhuma tendência linear, baseada em apenas um de seus diferentes aspectos contraditórios, pode ser tomada como definitiva.

As hipóteses de Kurz a respeito dos limites do capital combinam visões catastróficas com possibilidades de sua transformação na sociedade comunista. Para ele, com a decadência do *boom* fordista e o desenvolvimento de forças produtivas completamente novas, da racionalização e automatização, foram estabelecidas condições irreversíveis de rentabilidade. Nestas, começou a manifestar-se, pela primeira vez, o limite lógico inerente ao movimento de exploração abstrata da força de trabalho. Por isso, depois dos colapsos do terceiro mundo nos anos 80, e do socialismo real no começo dos anos 90, teria chegado a hora do próprio Ocidente. A chamada era moderna, supõe Kurz, entrará numa era das trevas, do caos e da decadência das estruturas sociais, tal como jamais existiu na história do mundo, antes mesmo de terminar o século XX.

Kurz reescreve, assim, o *Tacão de ferro*, de Jack London, em linguagem sociológica. Ele acredita que essa era, com suas formas de percurso e acontecimentos catastróficos, deverá abranger boa parte do século XXI. A crise provocará no capitalismo um novo surto estatista. Mas, dessa vez, não como modernização, mas como progressiva administração de emergência do sistema em colapso. Será um estatismo terrorista da fase final, que procurará obstinadamente conservar o invólucro vazio das relações mercadoria-dinheiro. Tudo à custa de uma administração violenta da miséria, que se transformará em terror, para acabar na autodestruição absoluta. A única forma de superar essa crise, ainda segundo Kurz, estaria num consciente movimento social de supressão, que acabasse com aquela administração, e que teria de derrubar, com violência maior ou menor, também seus aparatos.

Kurz encontra no comunismo das coisas o entrelaçamento global do conteúdo da reprodução humana. Ele já estaria presente, embora na forma errada e negativa, dentro do invólucro capitalista do sistema mundial produtor de mercadorias. Por isso, seria a única possibilidade de superação do capitalismo, não como uma utopia ou objetivo distante, mas, sim, como fenômeno atual e o mais próximo que pode ser encontrado na realidade. Essa socialização da humanidade, em sua forma comunista, existente dentro do próprio capital pelas forças produtivas que criou, seria a demonstração mais cabal de que o capitalismo teria chegado a seus limites.

Talvez o eurocentrismo de Kurz o tenha impedido de ver com mais realismo os enormes graus de desigualdade com que o sistema capitalista se desenvolveu pelas mais diferentes regiões do globo terrestre. Ao visualizar somente a explosão das forças produtivas no primeiro mundo e a expansão do mercado mundial capitalista sobre toda a superfície mundial, com todas as conseqüências que isso gera, Kurz nivela todo o processo pelos seus pontos mais elevados. Desse modo, acha possível criar um movimento de supressão, como força social de âmbito mundial, capaz de realizar uma revolução de fato. Esta eliminaria o sistema produtor de mercadorias, arrancando-lhe seu invólucro capitalista e permitindo que o comunismo aparecesse, finalmente, em sua forma certa e positiva.

Kurz considera que a criação desse movimento de supressão, como força social, só é possível por meio da consciência e, com isso, mediante a conscientização. Não se trataria, de forma alguma, de uma revolução na qual uma classe dentro da forma mercadoria (e constituída por essa) tivesse que derrotar outra classe como sujeito antípoda. A possível violência resultaria do fato de que um sistema louco e perigoso para a humanidade não será abandonado voluntariamente por seus representantes (os executivos, a classe política e o aparato de administração e de emergência). Assim, no movimento e na revolução de Kurz não existe a política, não existe a luta política por objetivos tanto imediatos quanto futuros, como a forma mais provada e eficiente para a conscientização em massa e para a transformação das formas sociais em verdadeiras forças políticas transformadoras.

Kurz, na realidade, dá-se conta que o capitalismo dos países centrais aproxima-se cada vez mais dos limites previstos por Marx. Deduz daí, acertadamente, todas as conseqüências que esse fato fará recair sobre a humanidade, mas acaba resvalando por trilhas utópicas. Despreza as diferenças existentes nos processos de desenvolvimento do capital nos vários países do mundo e, mais ainda, ignora completamente os movimentos reais que ocorrem em cada um como resistência a tal desenvolvimento e por sua superação. A suposição de Lênin de que era indispensável enxergar, simultaneamente, as características peculiares de desenvolvimento capitalista, tanto nos países atrasados como nos países avançados, continua válida ainda hoje. Em nenhum dos casos, o capitalismo se desenvolve linearmente, seja em extensão ou profundidade. E, também em nenhum dos casos, a resistência e as lutas contra o capital se dão simultaneamente e sob as mesmas bandeiras de momento.

Evidentemente, não se pode acusar Kurz de falta de lógica. Ele considera a

revolução de qualquer classe inerente ao sistema capitalista, inclusive a trabalhadora, como revolução modernizadora do próprio sistema. Assim, pois, ao considerar esgotadas as possibilidades de novas modernizações, já que não teria mais sentido algum recorrer ao Estado contra o mercado, e ao mercado contra o Estado, Kurz teria que desprezar qualquer revolução classista e qualquer mediação que tentasse a superação da modernização capitalista por caminhos intermediários. Para ele, a falha do Estado e a falha do mercado tornaram-se idênticas porque a forma de reprodução social da modernidade perdeu completamente sua capacidade de funcionamento. Nessas condições, quanto mais a moderna sociedade do trabalho abstrato se aproxima de seus limites econômicos e ecológicos, tanto mais rápida e desesperadamente tem que realizar o revezamento, tanto mais curtas ficam as ondas do estatismo e do monetarismo. Em outras palavras, aproxima-se a todo o galope a crise final.

Pode-se duvidar dessas previsões absolutas de Kurz. Como afirmamos anteriormente, o capital deu inúmeras demonstrações de sua capacidade de ressurgir das crises mais devastadoras e realizar novos ciclos de desenvolvimento, nos quais se dão novas explosões das forças produtivas e, contraditoriamente, preparam-se crises ainda mais devastadoras do que as anteriores. Em geral, o desenvolvimento desigual do capitalismo nas mais diferentes regiões do globo tem lhe permitido conter, em certa medida, sua tendência declinante da taxa média de lucro e manter sua reprodução ampliada. Essas condições não estão totalmente esgotadas, apesar do brilhantismo da argumentação de Kurz.

Mas este tem razão ao acentuar a repetição das crises cíclicas a intervalos cada vez mais curtos e a incapacidade cada vez maior das políticas keynesistas ou estatistas. Elas já não conseguem resolver sequer os problemas conjunturais, como inflação e recessão, muito menos os problemas estruturais, como a retração do mercado aquisitivo social, o desemprego tecnológico, os desequilíbrios nas balanças de pagamento e outros. A aproximação dos limites do capital recoloca na ordem do dia a necessidade de sua própria abolição e sua substituição por um tipo de formação social mais avançada. Retomando os conceitos de Marx, e coerente com sua visão de que o comunismo foi erroneamente confundido com as sociedades da modernização recuperadora do capital, Kurz rebate tal formação como comunista. Tanto se lhe dá que os conceitos evoluam, ganhem conotações históricas que pouco ou nada têm a ver com sua significação original ou mesmo se transformem em conceitos malditos.

Seja como for, não deixa de ser esperançosa sua confiança de que as palavras malditas venham a recuperar seu verdadeiro significado e se convertam nas bandeiras de preservação e desenvolvimento da humanidade. O principal da argumentação de Kurz reside precisamente na constatação de que o capitalismo, ao revolucionar constantemente suas forças produtivas sociais, socializa-se cada vez mais, gera socialismo e comunismo por todos os poros, tanto mais crescentemente quanto mais se aproxima de seus limites e possibilidades. O privatismo da apropriação da riqueza e da articulação do poder político são as camisas-de-força que a sociedade precisa romper para ingressar num novo e promissor caminho. A possibilidade de que isso não venha a ocorrer descortina um horizonte muito sombrio.

O FRACASSO DO TRIUNFO

Não deixa de ser uma nova ironia da história que as previsões de Marx sobre os limites do capitalismo comessem a se tornar mais evidentes justamente quando o capital saboreava o maior triunfo já alcançado, em toda a história, contra o socialismo. Durante todo o século XIX, especialmente nas revoluções de 1848 a 1854 e na Comuna de Paris, em 1871, a burguesia impôs derrotas esmagadoras contra o socialismo. Pode-se até alegar que, em boa parte dos casos, depois de vitoriosa, ela sentiu-se obrigada a conceder muitos dos direitos reivindicados pelos derrotados. Foi dessa forma que vingou o direito de voto universal e secreto, a jornada de oito horas de trabalho e diversos outros preceitos considerados conquistas dos trabalhadores e dos socialistas.

Entretanto, pode-se alegar, por outro lado, que essas conquistas não passavam de direitos burgueses que o capitalismo, por uma dessas incoerências cegas tão comuns nas classes sociais, negava-se a praticar. Incoerência que o levou, em 1917, a sofrer a primeira derrota séria para o socialismo, ao ver derrubado o regime czarista (que, a rigor, não era o que se poderia chamar de burguês, no sentido estrito do termo). Isso, mesmo após passar pela experiência da insurreição de 1905, quando poderia haver aprendido algo sobre os perigos que o rondavam e ter feito algumas concessões que amansassem os derrotados.

Mesmo após 1917, o capitalismo continuou derrotando o socialismo todas as vezes em que o confronto decisivo entre os dois se apresentou como inevitável. Excetuando a longínqua e esquecida Mongólia, derrotou-o na Hungria e na Alemanha de forma violenta e selvagem, e na França, Inglaterra e outros países

capitalistas, combinando vitórias eleitorais com repressões de diferentes tipos. Por quase um século, desde 1848, a Europa e grande parte do mundo continuaram sendo um extenso campo de batalha entre as classes e nações, tendo como conteúdo explícito ou oculto a disputa entre capitalismo e socialismo. Mas o processo de competição intercapitalista, a partir da década de 1930, alargou sobremaneira as probabilidades de expansão socialista.

As agressões japonesas, em toda a Ásia, potenciaram as guerras civis que vinham se desenvolvendo em algumas regiões (China e Indochina, em particular), transformando-as em guerras de resistência nacional, e levaram ao desencadeamento de outras guerras de libertação nacional. As agressões alemãs na Europa e, depois, o ataque japonês a Pearl Harbour, envolveram o mundo todo na mais devastadora das guerras. E criaram o paradoxo de fazer com que as principais potências capitalistas de então, as chamadas democracias ocidentais (Estados Unidos, Inglaterra e França), tivessem que aliar-se à União Soviética e a vários movimentos de resistência e libertação nacional, dirigidos por comunistas e socialistas. Como resultado da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos saíram como a única potência mundial, capitalista ou não, realmente fortalecida. Mas a porção centro-oriental da Europa havia descambado para o socialismo, mesmo que isso se devesse, em boa parte, à presença das tropas soviéticas, que tornaram impraticável qualquer golpe de força contra os socialistas e comunistas.

No final da década de 40, a China também havia mudado de cor e a Indochina só não completara essa passagem porque as tropas francesas intervieram pesadamente e forçaram os povos dessa região (vietnamitas, laocianos e cambojanos) a travar uma prolongada guerra de libertação. Isso marca, juntamente com os acontecimentos de Berlim em 1948, o início da prolongada Guerra Fria entre o capitalismo e o socialismo, que se estendeu durante 41 anos e marcou todos os acontecimentos mundiais desse período. O socialismo ainda realizou algumas conquistas importantes durante os anos 50, como Cuba e o início da descolonização da Ásia e da África. O impasse da guerra da Coreia foi uma demonstração clara de que o capitalismo estava disposto a utilizar todas as suas forças antes de aceitar a derrota.

A vitória do povo vietnamita contra a guerra de agressão praticada pelos Estados Unidos foi, ao mesmo tempo, a mais significativa dos anos 60 e o ponto de virada da tendência ascendente do socialismo revolucionário, que tivera início com a Revolução de 1917 na Rússia. A partir daí, os problemas da construção

econômica, social e política, nos países em que fora vitorioso, começaram a tornar-se mais envolventes e mais decisivos do que a contínua expansão do regime socialista a novos países. Além disso, com sua enorme capacidade industrial e financeira, coadjuvados pela expansão capitalista na Europa e no Japão, os Estados Unidos passaram a executar uma estratégia de estirar ao máximo a corda da corrida armamentista, agravando, assim, os problemas estruturais enfrentados pela União Soviética e demais países socialistas.

A rigor, todas as novas tentativas de estabelecer regimes socialistas, durante as décadas de 70 e 80, fracassaram diante da resistência capitalista, ao mesmo tempo que o capital ia paulatinamente impondo aos antigos países socialistas as regras de seu mercado mundial. A China foi provavelmente a primeira a entender a nova situação de defensiva do mundo socialista e a sugerir uma estratégia de adaptação e de convivência a longo prazo, sugestivamente taxada de social-democrata e revisionista. Apesar disso, a ela seguiram-se uma série de países considerados de orientação socialista, (na realidade, capitalistas que orbitavam, por diferentes motivos, na esfera socialista). Eles começaram a voltar-se mais decididamente para a Europa Ocidental, Japão e Estados Unidos. A curva descendente chegou ao fundo do poço com o fiasco da intervenção soviética no Afeganistão e o colapso do socialismo centro-oriental europeu e da União Soviética. O capitalismo deu por encerrada sua guerra contra o socialismo, decretando não apenas a sua morte definitiva, mas o próprio fim da história. Estaria demonstrado que o capitalismo não teria limites. Seria, finalmente, a tão ansiada formação social eterna, capaz de revolucionar-se constantemente, superando suas próprias deficiências e distorções.

Já tivemos oportunidade de discutir, em diversos momentos, quanto são ilusórias essas suposições do capital. No primeiro mundo, ele se debate com seus próprios limites ao decretar a morte do trabalho e resolver suas crises de superprodução através da produção para o consumo destrutivo e da retração do mercado. Como diz Thurow, talvez ele não seja a onda avassaladora do futuro que os teóricos da direita gostam de exaltar. No terceiro mundo, ele impõe um processo econômico extremamente espoliativo e destrutivo, gerando uma miséria de massa caótica e degradante que se aprofunda à medida que, também ali, a revolução científica e tecnológica crava suas normas. No antigo segundo mundo socialista, reconvertido à religião do capital, este repete a selvageria de sua acumulação original. Destrói forças produtivas, massas humanas e ilusões inocentes para criar uma

nova burguesia com a mais pura linhagem dos barões mafiosos. Até Ash ousa dizer que os novos dirigentes dos países do Leste serão corrompidos.

A produtividade, como acentua Kurz, chegou a um nível tão alto que só pode gerar, por sua própria lógica contraditória, cada vez menos capacidade aquisitiva produtiva no mercado mundial. Assim, quanto mais aprofunda a socialização da produção, mais o capitalismo exclui os trabalhadores dos frutos dessa mesma produção. Vê-se obrigado, ao mesmo tempo, a enrolar sua bandeira democrática, apesar de haver se comprometido em demasia com ela diante dos povos que assistiram a sua luta contra o socialismo. Esforça-se por impedir a consolidação da soberania popular, excluindo os trabalhadores, como diz Cerroni, dos mecanismos de direção consciente da sociedade, do Estado e da produção, numa época que, ao contrário, carece de socialização do poder.

Por toda parte, o capital espalha a barbarização das relações sociais. Faz questão de contrapor, ao design moderno e limpo de seus produtos, a sujeira e a podridão da luta pela sobrevivência daqueles que nada têm e também daqueles que, tendo algo, aprenderam com os barões do capital os métodos corruptos e ilícitos de fazer fortuna. O mundo do capital vai se transformando no mundo onde vigora a lei da selva e no qual as armas e as drogas transformaram-se nas mercadorias mais procuradas e nos mais eficientes instrumentos de dominação e poder. Racismo, intolerância religiosa, nazismo, nacionalismo e outras manifestações doentias ressurgem com vigor pela ação do capital. Thurow acredita que um misto de altruísmo e medo do caos nas suas fronteiras imediatas levará a um plano semelhante ao Plano Marshall para a Europa Central e Oriental. Acontece que as condições da Europa Ocidental e dos Estados Unidos nos dias de hoje, para efetivar um Plano Marshall, são muito diferentes das condições dos Estados Unidos naquela época. Em vez de um plano desse tipo, o mais provável é que se contentem em erguer um novo Muro de Berlim às avessas, como o próprio Thurow cogitou.

As guerras na ex-Iugoslávia, em Angola, em várias repúblicas da ex-União Soviética; os choques sangrentos na África do Sul, Palestina, Índia, Ceilão, Afeganistão; os atentados terroristas das máfias do narcotráfico na Itália e na Colômbia; tudo isso são explosões concentradas de um mesmo processo de barbarização que, em seu conteúdo, não são muito diferentes dos incidentes policiais nos Estados Unidos, das guerras de gangues dos morros no Brasil e das ações da Yazuka no Japão. O mundo rico se comove com a morte e a mutilação de algumas centenas

de crianças na Bósnia, mas é incapaz de dirigir sequer o olhar para as milhares de mortes da guerra civil de Angola ou para os que morrem de fome no Nordeste brasileiro. A Bósnia dá ibope, tem facilidade de transformar-se num show de TV por se encontrar na própria Europa. Angola, pobre, suja e negra, está muito longe e parece selvagem demais para ser entendida. A fome brasileira é simplesmente patética e já não comove. A Somália só vale por sua posição estratégica. E, no Haiti, os interesses das empresas americanas compensam um acordo com os grupos criminosos, comandados pelos ditadores de plantão.

A disseminação da barbárie, acompanhando a difusão e alastramento da miséria de massa, parece firmar-se como a tendência principal do mundo do capital. Em lugar de proporcionar um mundo de paz, em que as armas de guerra deveriam tornar-se desnecessárias, o capital alimenta aquela barbárie ao intensificar o comércio mundial de armamentos como uma das formas de enfrentar sua crise. Os Estados Unidos, Rússia, Ucrânia, Cazaquistão e, em menor escala, França, mantêm seus arsenais atômicos e não parecem dispostos a avançar muito rapidamente em sua destruição. A China igualmente conserva suas armas nucleares, enquanto Israel, África do Sul, Índia e Paquistão declaram-se em condições de fabricar artefatos nucleares. Com muito mais razão, poderiam fazê-los, se quisessem, a Alemanha e o Japão. A continuidade da expansão armamentista, mesmo que limitada às armas convencionais, mantém acesas as brasas que podem alimentar fogueiras regionais, e, eventualmente, espalhar-se por continentes inteiros. A conjugação da barbarização com o armamentismo pode produzir uma mistura altamente explosiva que tornem realidade as previsões mais pessimistas sobre o futuro da humanidade.

Nesse caldo geral, posicionando-se como uma força de resistência à expansão do capital do primeiro mundo, particularmente do norte-americano, dissemina-se rapidamente o fundamentalismo islâmico. Em grande medida, ele ocupa o vácuo deixado pela esperança socialista, mas a partir de uma posição que lembra muito a dos socialistas feudais e reacionários descritos por Marx e Engels. É um anti-capitalismo que busca um regresso ao passado ou, pelos menos, a imutabilidade do presente de suas sociedades atrasadas, e que tende a manter os homens, e principalmente as mulheres, num regime tão ou mais opressivo do que o capitalismo.

As opções que se apresentam são perversas. Entretanto, relembrando Marx, o próprio capital gera sem cessar as condições para sua própria superação. Ele cria socialismo a todo instante, mesmo que em forma negativa, como diz Kurz.

Sua vitória sobre o socialismo de tipo soviético faz parte, como lembrou Arrighi, daquele processo longo e penoso em que as derrotas socialistas acabarão por ser em menor quantidade do que suas vitórias. Mesmo porque a humanidade será levada, pelo capital mesmo, a tomar consciência de que suas opções restringem-se à barbárie, destruição ou socialismo. Esse é, afinal de contas, o resultado mais palpável do triunfo do capitalismo sobre o socialismo. Ou do fracasso desse triunfo, levando o papa João Paulo II a proclamar que as sementes da verdade do socialismo não devem ser destruídas. Quem diria!

CONTINUIDADE E RUPTURAS

Os limites e o fracasso triunfante do capital são fontes permanentes de tensões, crises e conflitos sociais e políticos. Conflitos e crises que, como ensina Bobbio, acabam sempre resolvidos pelo entendimento ou pela força. Ou, como diriam outros, por uma complexa combinação de entendimento e força. A década de 80 e o início dos anos 90 foram, aliás, pródigos em combinações desse tipo. Movimentos revolucionários armados, como os da Nicarágua, El Salvador, Camboja, Palestina e África do Sul, transformaram-se em processos de negociação e entendimento. Movimentos revolucionários pacíficos, como os do Leste Europeu (excetuando-se a Romênia), também desembocaram em canais de negociação. Movimentos reformistas de diferentes tipos, em inúmeros países, abrangendo desde lutas por salários até mobilizações pela deposição de ditaduras ou presidentes corruptos, conseguiram igualmente encontrar o leito da negociação e do entendimento.

Evidentemente, o mundo não assistiu somente ao espetáculo da concórdia. Já vimos, em páginas anteriores, o outro lado da moeda. Mas é importante assinalar que, embalada pela *glasnost* soviética e pelo *dumping* democrático do capitalismo liberal, uma boa parte do planeta ingressou num vigoroso processo de distensão, levando a crer que, finalmente, chegara o momento de substituir a força pelo entendimento. Essa impressão foi reforçada ainda mais pela compreensão, como diz Coutinho, de que o surgimento de Estados mais amplos, onde a sociedade civil desempenha um forte papel político, através de múltiplos interesses organizados na esfera pública, faz com que a obtenção do consenso – de hegemonia através da negociação política – se torne o recurso principal da ação política, superando a coerção predominante do antigo Estado.

Nesse sentido, é interessante notar que todos aqueles movimentos, confor-

me atesta Ralph Milliband, tenderam a resgatar o que pode ser chamado de governo representativo tradicional. Essa situação levou Hobsbawn a lembrar que a realização mais duradoura da Revolução Russa de 1917 foi derrotar o fascismo e garantir a democracia burguesa para o mundo capitalista desenvolvido, numa ironia da história. E a supor que a realização mais duradoura do colapso socialista, numa nova ironia, talvez seja garantir a democracia burguesa para o mundo capitalista não desenvolvido. Para ele, a expansão da democracia liberal parece haver sido o resultado mais significativo de todos os movimentos, revolucionários e reformistas, da década passada. Isso abriria campo à transição socialista, numa expansão sem precedentes.

Os socialistas vêem-se colocados, assim, talvez com mais ênfase do que na época de Bernstein, frente a frente com o problema da passagem do capitalismo para o socialismo, por meio de um processo de reformas contínuas das instituições econômicas e políticas da burguesia. Ao contrário da antiga tradição socialista revolucionária, os acontecimentos dos anos 80 disseminaram a crença sobre as condições favoráveis para alcançar o poder e realizar as transformações na sociedade, sem a necessidade de romper com as regras institucionais burguesas abruptamente. Os processos de democratização, patrocinados pelo liberalismo dos países ricos, abriram novas chances para as correntes socialistas atuarem livremente e, inclusive, disputarem o poder. Por outro lado, as experiências despóticas dos países socialistas reforçaram a opinião de que o autoritarismo era fruto direto da violência empregada na ação de conquista do poder. Como contraponto, a ascensão de partidos social-democratas ao poder seria uma demonstração cabal da possibilidade de realizar as reformas necessárias sem chegar ao uso da violência e, portanto, de sistemas autoritários e repressivos.

Apesar dos ventos de entendimento daqueles anos, a viragem nessas perspectivas e possibilidades está sendo muito veloz. Aquilo que parecia um período duradouro de paz, prosperidade e democracia transformou-se, como vimos em capítulos anteriores, num complexo processo de barbarização. Paralelamente às negociações e entendimentos e à expansão da democracia liberal, disseminam-se guerras de baixa intensidade, a prosperidade das massas do primeiro mundo despenca num pântano movediço e incerto, as esperanças das populações do antigo segundo mundo socialista morrem esfaceladas pelo triturador do mercado real e pelos limites autoritários da democracia liberal, e a miséria de massa dos terceiro e quarto mundos parecem haver ultrapassado as fronteiras do absurdo. Finalmente,

a ampliação da democracia liberal começa a ser repensada pelo próprio capital, diante do crescimento das lutas e movimentos sociais e de incipientes demonstrações de que partidos e correntes socialistas parecem renascer das cinzas, até mesmo em antigos países socialistas do Leste Europeu. Tudo agravado pelo fato de que a vitória conservadora e neoliberal começa a apresentar um desgaste político arrasador.

Há muito tempo os trabalhadores europeus não realizavam greves e demonstrações tão radicais quanto as que surgiram ultimamente na Alemanha, França e Bélgica contra o desemprego e as reestruturações modernizadoras do sistema de produção-para-lucro. Os movimentos por redução das jornadas de trabalho, manutenção dos benefícios da seguridade social, contra a fome, por moradia, contra os ataques ao meio ambiente, pelos direitos humanos etc., que vinham sendo assimilados com certa indulgência pelas democracias liberais, parecem encontrar cada dia maior resistência, chocando-se com a barbarização presente e com um capitalismo que tende a aumentar sua impermeabilidade às preocupações sociais. As principais medidas para enfrentar a crise voltam-se para os cortes nos gastos sociais e nas vantagens oferecidas pelo Estado de bem-estar. Nessas condições, a continuidade das reformas sob o capitalismo torna-se cada vez mais incerta e improvável.

Talvez por isso, também aumente o número de socialistas que considera a reforma permanente inviável sob o capitalismo. Gorender diz, por exemplo, que as burguesias respeitam as constituições democráticas e a alternância do poder enquanto o poder muda de mãos confiáveis para outras mãos confiáveis. Não há, até agora, realmente, qualquer exemplo histórico de países capitalistas que tenham aceito a alternância de poder com socialistas dispostos a realizar reformas estruturais. A social-democracia só foi aceita como partícipe na alternância de poder após haver abandonado qualquer veleidade por reformas que tocassem profundamente no estatuto da propriedade. Por paradoxal que pareça, foram os socialistas do Leste Europeu e da Nicarágua os primeiros a realmente aceitar uma alternância pacífica do poder e mudanças na natureza do regime econômico e social.

Por isso, embora Coutinho tenha razão em falar de Estados mais amplos, nos quais pode dar-se a disputa negociada da hegemonia, é preciso evitar um voluntarismo às avessas. Os socialistas revolucionários, baseados naquela impossibilidade apontada por Gorender, estabeleceram como dogma que a revolução só poderia dar-se de forma violenta, comportando unicamente uma grande ruptura.

A partir daí, passaram a disseminar a idéia de preparar-se para a revolução violenta, em quaisquer circunstâncias. Chegaram, em muitos lugares, ao cúmulo de tentar utilizar a violência como instrumento de engajamento das classes subalternas contra a burguesia. O Sendero Luminoso talvez seja o exemplo mais aberrante dessa pretensão. Com isso, negaram-se terminantemente a examinar qualquer outra possibilidade de ascensão ao poder, de introdução das reformas democráticas radicais e da adoção de medidas socialistas, através de um processo de rupturas parciais. Por isso, quando o sistema produtor de mercadorias realizou mudanças em seu sistema político, ampliando o seu Estado e admitindo a luta de classes em seu interior, os socialistas revolucionários perderam o pé e ficaram sem condições de disputar a hegemonia nos países democrático-liberais.

Por outro lado, por mais que se queira acreditar que a humanidade seria bem melhor se não precisasse empregar a violência, esta continua presente no dia a dia e, infelizmente, não foi abandonada pelas classes dominantes como recurso para resolver suas pendências com as classes dominadas e mesmo entre si. Não é nosso desejo pio que pode superar essa situação. Até mesmo a suposição de que um dos lados aceite a submissão e decida imolar-se sem qualquer resistência não soluciona a questão. Em si, a submissão representa um ato de violência e voltamos ao ponto de partida. Assim, o desvio dos socialistas revolucionários não consistiu em reconhecer a violência como um instrumento de desenvolvimento histórico, mas em transformar essa evidência em verdade absoluta, que deveria ser entendida pelas massas quase automaticamente e em qualquer situação.

Esse desvio acentuou-se com as vitórias dos socialistas revolucionários na Rússia, China, Cuba, Vietnã e outros países onde ocorreram guerras revolucionárias ou revoluções bem sucedidas. Todas elas justificavam, aos olhos e mentes revolucionários, as premissas de que a burguesia e outras classes conservadoras não podiam ser apeadas do poder sem violência. Para que perder tempo com reformas e disputas negociadas pela hegemonia se a burguesia iria, sempre, apelar para sua costumeira força bruta? Era preferível o atalho da preparação revolucionária.

Em contrapartida, a burguesia também passou a disseminar a idéia de que os socialistas revolucionários eram incapazes de chegar ao poder sem conspirações e golpes armados. Seriam, pois, incompetentes para a disputa democrática, para o jogo político aberto e franco dentro dos quadros de uma legalidade consensualmente admitida. Criou-se uma situação em que pouco adiantava dizer o quanto de hipocrisia estava contida nessa propaganda burguesa. A atitude e a ação dos

socialistas revolucionários davam-lhe uma aparência de razão. Dessa forma, ela penetrou de forma mais ou menos intensa entre camadas trabalhadoras e oprimidas das populações de diferentes países, que teoricamente conformavam as bases de sustentação dos socialistas revolucionários, mas que, na prática, lhes negaram apoio.

Pode-se dizer que os socialistas revolucionários não prestaram atenção ao alerta de Engels sobre a violência revolucionária. Para ele, decidir ou não sobre a violência não deveria ser uma exclusividade nem uma iniciativa dos socialistas. Estes deveriam esgotar todas as possibilidades legais e eleitorais para alcançar o poder. O ônus de romper com a legalidade existente, diante das grandes massas do povo, deveria caber à burguesia e seus aliados. Só diante da violência reacionária e por decisão dos trabalhadores como classe, os socialistas deveriam empregar a violência revolucionária. Engels sugeria, assim, um método educativo de legitimação e justificação da violência, completamente diferente daquele que acabou sendo adotado como o único possível pelos socialistas revolucionários.

Lênin defendia, igualmente, a tese de que os trabalhadores conscientes, para se tornarem poder, deveriam conquistar a maioria. Para ele, enquanto não houvesse violência contra as massas, não haveria outro modo para chegar ao poder. E frisava que os socialistas revolucionários não deveriam ser adeptos dos métodos de Louis Blanq (blanquismo) e não queriam a conquista do poder por parte de uma minoria. Nessa perspectiva, Lênin lançou a idéia de todo poder aos soviets, que representavam o instrumento democrático de poder da Revolução Russa, e de alcançar a hegemonia sobre eles, numa época em que os revolucionários eram minoritários.

Na realidade, como Cerroni admite, o verdadeiro, o grande problema não era, como não é, a escolha entre legalidade e insurreição, mas o nexo entre democracia política e socialismo, entre socialização do poder e socialização econômica, entre instituições políticas e relações econômicas. Nesse contexto, quando Engels falava em esgotar todas as possibilidades, na verdade, ele estava falando na necessidade de fazer com que os círculos da democracia política (ou da socialização das instituições políticas) fossem alargados, pela luta dos trabalhadores, até onde a socialização econômica já os comportassem. Isso era extremamente importante para a luta pela hegemonia, para a expansão da influência dos partidos socialistas sobre as instituições de massa dos trabalhadores e mesmo para facilitar as rupturas necessárias em relação à ordem vigente. No entanto, as concepções predominantes

no movimento socialista revolucionário, inclusive naqueles setores que criticavam Lênin pelas medidas da Revolução Russa, compreendiam a democracia política como algo que só estaria presente após a tomada do poder. Este seria o momento em que os trabalhadores deveriam criar uma democracia socialista, de novo tipo.

A ruptura seria, assim, completa, tanto em relação à democracia burguesa quanto em relação às instituições democráticas de massa, criadas e existentes no âmbito daquela democracia. No bojo dessas concepções, as teses de Lênin dando conseqüência ao alerta de Engels só poderiam ser entendidas, pela maior parte dos revolucionários russos e de outros países, como um recurso tático para a tomada do poder, e não como o cerne de uma teoria democrática de Estado socialista. São mais ou menos conhecidos os debates de Lênin, nos primeiros anos de poder soviético, para manter viva sua teoria de democratização do poder. Mas, logo após sua morte, ela foi abandonada e a Revolução Russa deslizou não só pela ruptura com o Estado absolutista do czarismo, mas também com a democracia dos conselhos ou soviets. Para colocar em funcionamento a economia de comando, criou um novo Estado absolutista, ao invés de um Estado democrático socialista.

As reflexões de Engels e Lênin podem servir de referência histórica para esse debate, que tende a retornar à ordem do dia mais cedo ou mais tarde. Bobbio reafirma que os fundamentos do Estado democrático-liberal, baseado na lei, não são suficientes para resolver os problemas que deram nascimento ao movimento proletário dos países que empreenderam uma forma selvagem de industrialização e, ao desejo de revolução, entre os camponeses pobres do terceiro mundo. Os pobres e marginalizados ainda estão condenados a viver num mundo de terríveis injustiças, esmagados por inatingíveis e aparentemente imutáveis magnatas econômicos, dos quais as autoridades políticas, mesmo quando formalmente democráticas, quase sempre dependem. Assim, conclui Bobbio, em tal mundo, a idéia de que o desejo de revolução acabou, que terminou em virtude da queda do comunismo, é fechar os olhos e nada ver. Como todos sabem, Bobbio não é o que se poderia denominar socialista revolucionário, mesmo forçando a mão.

Mas suas palavras ganham ainda maior significado porque ele as disse antes que a crise do sistema de produção-para-lucro explodisse inesperadamente e colocasse a nu os aspectos negativos e destrutivos de sua expansão também no primeiro mundo. Aqui, do mesmo modo que nas demais regiões do planeta, a miséria de massa tende a espalhar-se de forma irresistível, com as mesmas características degradantes e corruptoras. Desse modo, igualmente no mundo rico, seria fechar

os olhos e nada ver, a suposição de que o desejo de revolução não renascerá diante das novas condições com as quais se confrontam os assalariados. Embora as coisas não devam se passar tão rapidamente quanto Kurz prevê, a questão da revolução e dos métodos de sua realização deverão ressurgir com força, tanto nos países do terceiro mundo e nos países socialistas reconvertidos ao capitalismo quanto nos países capitalistas desenvolvidos.

Os socialistas serão obrigados a examinar as mesmas possibilidades com que se confrontaram seus antecessores cem anos atrás. Cerroni sustenta que o desenvolvimento histórico da contradição apontada por Marx na Constituição francesa de 1848 comporta a probabilidade de evoluir importantes diferenças na relação entre o movimento socialista e as instituições democrático-burguesas. Pode-se chegar, por exemplo, àquele limite definido por Engels e Lênin, passado o qual a democracia conseqüente se transforma, por um lado, em socialismo, e exige, por outro, o socialismo, tanto como forma política como enquanto modo de produção. A possibilidade de transição para o socialismo, completa Cerroni, através do consenso, seria dedutível da necessidade de uma mediação entre a problemática da socialização econômica e a problemática da socialização política, entre a implantação sócio-econômica e a implantação política do socialismo.

Nesse sentido, o *dumping* da democracia liberal representa, afinal de contas, uma concessão que acabará sendo mais perniciosa do que positiva para o capitalismo. Lênin já reconhecia, acompanhando Marx, que a república democrática é, sob o capitalismo, a melhor forma de Estado para o proletariado. A democracia é o reconhecimento formal da igualdade entre os cidadãos, do direito igual para todos de determinar a forma do Estado e de o administrar. Se todos os homens participarem realmente da gestão do Estado, já não será possível ao capitalismo manter-se. O progresso político da burguesia cria as premissas para que todos possam efetivamente participar da gestão do Estado. Tomado em si mesmo, nenhum democratismo dará no socialismo. Mas, na vida, nunca o democratismo será tomado em si mesmo. Será tomado no conjunto, e exercerá sua influência inclusive sobre a economia. Estimulará a transformação desta e, ao mesmo tempo, também sofrerá a influência do desenvolvimento econômico. Vista desse modo por Lênin, a democracia ou o processo de democratização ganha uma importância para a luta socialista que nenhuma de suas grandes vertentes, muito menos as que se autodenominaram leninistas, assumiu.

A social-democracia perdeu-se em pequenas reformas e, como afirmou

Semprún, não foi suficientemente reformista na elaboração de seu objetivo social. Coutinho intui que ela, na realidade, de acordo com Bemstein, abandonou o objetivo final ao optar por uma política de reformas. Bastava-se com o aumento do poder social dos trabalhadores e com sua capacidade para arrancar da burguesia, nas lutas parlamentares e sindicais, concessões que melhorassem seu padrão econômico de vida. O socialismo revolucionário, por seu turno, abandonou qualquer política de reformas e de ampliação da democracia liberal, pelo menos como plano consciente, e descambou para a violência como única forma de implantar o que supunha a verdadeira e real democracia em oposição à democracia formal da burguesia.

Na verdade, tanto a social-democracia quanto o socialismo revolucionário partiam do pressuposto comum de que a democracia liberal é a única forma de Estado existente sob o domínio da burguesia. A social-democracia sucumbiu a essa conclusão e, conjugando-a à hipótese de melhorias contínuas da situação dos trabalhadores sob o capital, incapacitou-se para ser consequentemente reformista, como Semprún gostaria que fosse. O socialismo revolucionário, exasperado diante da mesma conclusão, apelava para a insurreição, sonhava com uma nova democracia pós-revolucionária e, mesmo atribuindo-se a ortodoxia marxista-leninista, jogou para debaixo do tapete as opiniões principais de Marx, Engels e Lênin sobre o assunto, assim como as conquistas reais dos trabalhadores em suas lutas por liberdades políticas mais amplas dentro do sistema produtor de mercadorias.

Coutinho tem razão quando diz que é falsa a antinomia entre democracia formal ou burguesa e democracia substantiva ou proletária, com a possível e lastimável conclusão de que deveriam ser eliminados, no socialismo, os procedimentos formais de criação da vontade política surgidos no capitalismo. Não pretendo entrar na discussão, suscitada por ele, sobre o valor universal da democracia, mesmo porque o próprio Coutinho faz uma distinção entre democracia liberal e democracia de massas ou socialista, no mesmo sentido em que Lênin distinguia as duas vocações da democracia política, como a liberal e a radical, a puramente representativa e a participativa ou revolucionária. O importante, no caso, é que ele, como Engels e Lênin, retoma a luta pela democracia, pela auto-organização popular, como sendo desde já um momento de luta pelo socialismo.

Nesse sentido, a democracia socialista não será a continuação direta da democracia liberal. Coutinho sustenta que haverá a criação de novos institutos políticos e a mudança de função de alguns velhos, como os parlamentos, Mas,

acrescenta, seria um equívoco supor que esse novo patamar do processo de democratização só possa se manifestar após a plena conquista do poder. Os elementos de uma nova democracia, para ele, uma democracia de massas, para outros, uma democracia popular, para outros ainda, uma democracia participativa ou radical, já se esboçam e tomam corpo, em oposição aos interesses burgueses e aos pressupostos teóricos do liberalismo clássico, no seio dos regimes políticos democráticos, ainda sob a hegemonia burguesa. A sociedade civil com partidos de massa, sindicatos, associações profissionais, comitês de empresa e bairro, organizações culturais etc. constituem sujeitos coletivos, relacionados com os processos de socialização das forças produtivas, que a própria dinâmica capitalista estimula. Estimulando, portanto, a socialização da política, ou seja, a ampliação do número de pessoas e de grupos empenhados organizadamente na defesa de seus interesses.

Coutinho conclui daí que a complexidade das sociedades modernas, entre as quais ele inclui a brasileira, impõe uma concepção processual da revolução: a mudança política radical pode e deve ser obtida através de uma conjunção sistemática de reformas de estrutura, numa estratégia que poderia ser definida como reforma revolucionária. As reformas seriam, hoje, o caminho da revolução, e não uma das formas alternativas de luta. Coutinho contrapõe, assim, esse novo caminho ao perseguido pelos socialistas revolucionários. Entretanto, historicamente, as reformas sempre foram o caminho das revoluções, como movimentos de massa e não como ações de minorias, mesmo quando isso não era aceito por uma parcela dos revolucionários. Todos os programas que conduziram às revoluções vitoriosas, como as russa, chinesa, cubana, vietnamita, eram primeiro programas de reformas. Sem isso, não teriam tido condições de conquistar grandes massas, obter a hegemonia e alcançar sucesso no confronto com o poder dominante.

Nos grandes movimentos sociais, os indivíduos têm noção mais ou menos clara contra o que estão lutando, mas muito nebulosa pelo que estão lutando. O aspecto negativo do processo é muito mais forte. Suas demandas positivas, afirmativas, são mais imediatas, mais reformistas do que revolucionárias. O que transforma a reforma em revolução é a resistência dos grupos ou classes dominantes e sua incapacidade em absorver e implementar aquelas reformas, quase sempre possíveis no âmbito de seu próprio sistema.

O problema, então, reiteramos, não consiste na escolha dos meios reformistas inconseqüentes ou insurrecionais ou violentos. Consiste em compreender a indissolúvel relação entre a luta pelo fim da exploração capitalista e a luta pela eli-

minação do tipo de democracia limitada pela representação política sem controle social. Ou, dizendo de outra forma, pela eliminação do tipo de democracia que é limitada pelo parlamentarismo puro, sem mecanismos de participação e controle pela soberania popular.

O processo de socialização da economia deve ser acompanhado por um constante processo de democratização política, de expansão das liberdades políticas e civis e pela participação da população na gestão pública, de tal modo que o poder democrático do povo se sobreponha paulatinamente ao poder liberal e restritivo da burguesia. A forma como aquele poder democrático popular romperá com o poder liberal não deixa de ser importante, mas é secundário e subordinado ao processo de construção daquele poder democrático de massas.

Por isso mesmo, não considero totalmente adequada a formulação de Coutinho em relação às formações sociais onde ainda não ocorreu uma significativa socialização da política. Onde, portanto, não existe uma sociedade civil pluralista e desenvolvida.

Segundo Coutinho, nessas formações sociais, a luta de classes se travaria predominantemente em torno da conquista do Estado-coerção, mediante um assalto revolucionário, contrariamente às formações sociais onde o Estado se ampliou. Aqui, as lutas por transformações radicais se travariam no âmbito da sociedade civil, disputando o consenso da maioria da população, e se orientariam, desde o início, para influir e obter espaços no seio dos próprios aparelhos de Estado.

Entretanto, seja nas formações sociais que não alcançaram significativa socialização política, seja naqueles em que o Estado abriu-se como arena da própria luta de classes, o consenso é da maioria e não da totalidade das classes que formam a sociedade. E tal consenso é fundamental para a luta pelas transformações. Em ambas as formações, a luta por reformas e pela ampliação da democracia (ou por sua conquista, onde ela ainda não exista) é crucial para a obtenção de hegemonia ou do consenso da maioria, de modo que se criem as condições para a mudança no domínio do poder. A diferença consiste em que, nas sociedades onde a coerção é mais forte do que o consenso na manutenção do domínio de classe sobre o Estado, a resistência às reformas e à democratização podem se cristalizar mais facilmente em repressões e fechamentos ditatoriais. Impermeabiliza, então, o Estado à luta de classes e obriga que o consenso majoritariamente oposicionista se transforme naquele assalto revolucionário. Nesses casos, o velho Estado desmorona e o consenso vitorioso deve construir um novo Estado.

Nas sociedades em que um novo consenso vai se tornando predominante e nas quais o Estado absorve mais ou menos tranqüilamente que tal consenso conquiste espaços em seu aparelho de dominação, pode ocorrer que esse processo de rupturas paulatinas e parciais chegue até o ponto em que o Estado mude de natureza, demonstrando a viabilidade da tese de Coutinho. Essa é uma probabilidade das sociedades modernas que os socialistas não devem desprezar se querem efetivamente disputar a hegemonia sobre a sociedade. Por outro lado, ainda não aconteceu qualquer confirmação histórica de que a burguesia absorverá todas as reformas radicais e abrirá mão de forçar a maioria da população a apelar para métodos de contra-coerção. Todos os Estados, mesmo os mais amplos, misturam, como apontava Gramsci, coerção e consenso na direção de classe da sociedade. Nessas condições, seria ingenuidade desprezar a possibilidade de rupturas conflituosas também nos casos de Estados amplos.

Em termos práticos, os socialistas dos países avançados, do mesmo modo que os dos atrasados, se verão na contingência de realizar lutas e travar batalhas que, dentro do sistema capitalista, ampliem a participação eleitoral, reforcem a emergência e a ação do pluralismo popular e da democracia de base, criem novas instituições de consulta e controle social e definam e consolidem as instâncias de representação e organização da vontade geral da maioria. Evidentemente, tudo isso traz embutido uma série de perigos, que vai desde o cretinismo parlamentar, os compromissos sem princípio, o reformismo limitado, até a aceitação da ordem de coisas vigente e a recusa e o medo de realizar rupturas nessa ordem.

A maneira de ser conseqüente na luta por transformações realmente qualitativas na situação é, como diz acertadamente Coutinho, tomar o objetivo final como pauta para a hierarquização da reforma. Isto é, fazer com que o objetivo explícito das reformas seja o aprofundamento da democracia e a superação do capitalismo. E, além disso, como aponta Milliband, realizar uma crítica permanente e fundamentada aos limites e distorções da democracia liberal à sua estreiteza e formalismo, às suas tendências e práticas autoritárias nas diferentes esferas da vida social e política, contrapondo a elas a democracia interna dos movimentos sociais e das lutas e mobilizações extra-parlamentares e extra-institucionais.

De qualquer modo, seja através da ampliação ao máximo dos limites da democracia liberal, socializando a política até o ponto em que essa socialização necessita e impõe o socialismo como transição para outra sociedade, seja através das tentativas frustradas de democratizar a sociedade contra a vontade e a resistência

do Estado coercitivo e das classes que o dominam, há um ponto em que a continuidade das lutas se transforma em ruptura. Essa é a dialética da vida, da qual os socialistas não poderão escapar.

RUPTURAS E CONTINUIDADE

Tratar das rupturas ainda hoje causa tremores. A social-democracia abandonou-as como problema sem solução e algo irrealizável. O máximo possível seriam pequenas rupturas parciais, que melhorassem a situação dos trabalhadores. Por isso mesmo, Ash considerava que uma revolução pacífica era uma contradição em termos e Adam Michnik, do Solidariedade, dizia que aqueles que comesçassem atacando bastilhas acabariam construindo as suas próprias. Os socialistas revolucionários, ao contrário, depositavam na perspectiva de uma grande ruptura revolucionária e violenta todas as esperanças de mudanças sociais, econômicas e políticas. Através dela, nada seria como antes. Não poderia haver continuidades do velho sistema no novo. Todo o velho seria abolido. Sobre os escombros do edifício da antiga sociedade, se ergueriam os alicerces de um prédio inteiramente novo.

A rigor, como diz Gorender, a violência sem limite na lei seria decorrência da situação transitória da luta armada do processo de ruptura. Cessada a situação de guerra civil, a ditadura do proletariado deveria assumir o caráter de Estado socialista de direito, no qual governantes e governados estariam obrigados à observância incondicional da legalidade socialista. Entretanto, se nada deveria ser como antes, como estabelecer um Estado socialista de direito diante dos resquícios do antigo sistema, resquícios que teimavam em viver, ganhar corpo e agir na nova sociedade? Dominados por suas premissas, os socialistas revolucionários teriam que voltar a ditadura contra tais resquícios e, depois, contra os próprios revolucionários que passaram a admiti-los e defendê-los como necessários ao processo de transição socialista. Naqueles países onde a burguesia e seu aparato de conservação resistiram selvagememente às mudanças, como ocorreu na Rússia, essa situação de repúdio aos resquícios burgueses só poderia ganhar contornos bizarros e, ao mesmo tempo, trágicos.

Apesar disso, os socialistas terão que se haver com problemas idênticos em suas tentativas de romper com o sistema capitalista. É verdade que sua solução poderá ser eventualmente facilitada pela ampliação atual da luta democrática e pela compreensão mais generalizada de que as sociedades socialistas de transição terão fundamentos comuns com as sociedades capitalistas. Nelas, deverão continuar

agindo e até mesmo se desenvolvendo resquícios e elementos típicos do sistema produtor de mercadorias, ao lado e concorrendo com elementos da nova formação social. Empregar a ditadura contra eles seria fazer como Don Quixote contra os moinhos de vento, causando prejuízos sem conta contra o próprio socialismo, conforme evidencia a experiência do chamado socialismo real.

Por outro lado, essa convivência contraditória jamais poderá ser suave ou isenta de choques e rupturas diversas. O processo de socialização econômica e democratização política das sociedades nas quais os socialistas conquistam a hegemonia e empreendem processos de transformação pode colocar diante deles problemas e situações menos ou mais agudos. A amplitude da resistência da burguesia, por exemplo, combinada ao grau de sua violência, deverá determinar os ritmos e os avanços posteriores, tanto da democratização política quanto do desenvolvimento das forças produtivas. Só os santos não acreditam na existência de contra-revolucionários. Ou de que eles sejam capazes de se abster de aproveitar qualquer circunstância para sabotar ou subverter o novo regime, ou mesmo um governo socialista eleito segundo as regras ainda predominantes da democracia liberal. Os contra-revolucionários continuarão existindo por longo tempo nas sociedades socialistas e não será a implantação de uma democracia plena, com os derrotados gozando de todos os direitos e garantias políticas, que os conduzirá pelos caminhos da razão e da cooperação.

Essa situação deverá ser verdadeira nos países atrasados, onde o velho tipo de Estado-coerção é predominante, como nos casos de Haiti, Peru e assemelhados. Também deverá estar presente em países de desenvolvimento tardio e excludente, onde o Estado mantém um certo equilíbrio instável entre coerção e consenso, como nos casos de Brasil, México e Argentina. E deverá ocorrer nos países avançados, nos quais o Estado amplo e consensual tornou-se predominante.

Nestes, o progresso político que acompanhou a evolução da burguesia pode haver conformado um bloco social unitário anticapitalista, com forte embasamento na sociedade civil. Nessas condições, a burguesia pode ver-se forçada a negociar e aceitar a nova hegemonia e o programa de reformas econômicas e políticas de transição, tornando desnecessário que a democracia de massas exile alguma classe ou fração de classe de seus direitos políticos. As ações de sabotagem podem ficar restritas a elementos ou grupos isolados da classe perdedora e a resistência de classe pode enquadrar-se na obediência às regras e procedimentos democráticos formais estabelecidos para as disputas políticas. Numa situação desse tipo, as re-

formas visando abolir a propriedade privada dos meios de produção e eliminar o trabalho como mercadoria, muito provavelmente poderão seguir o processo paulatino preconizado por Marx.

Nos países de desenvolvimento tardio e excludente, onde a socialização econômica e a democratização política avançaram, mas convivem com situações de atraso e polarização, o processo de reformas e transformações pode apresentar variantes e combinações bem mais complexas. A começar pelo fato de que a política de reformas econômicas terá que dar prioridade não àquelas voltadas para abolir o lucro e o consumo privado, ou a propriedade privada e o trabalho, porém, àquelas destinadas a superar os bolsões e os gargalos de atraso e miséria. Isso pode, quase certamente, reforçar a lógica da acumulação privada e do sistema de exploração do trabalho. Na política, as reformas talvez tenham, ao mesmo tempo, que estimular o pluralismo das organizações sociais e reforçar os instrumentos de obtenção da vontade geral, ampliar os direitos e garantias da maioria da população e privar dos direitos e garantias a classe derrubada ou frações dessa classe.

Nesses países, existe a possibilidade de vitórias eleitorais dos socialistas na disputa pelo governo e a probabilidade de que os conservadores aceitem tal vitória ou, ao contrário, rompam com as regras do jogo que eles próprios estabeleceram para o chamado rodízio no poder. Os socialistas poderão ver-se, assim, diante de situações antagônicas. Poderão ingressar num processo de contínuas reformas e rupturas parciais, inclusive da própria institucionalidade, que acelerem e consolidem a socialização econômica e a democratização política por meio do evidente consenso da maioria em torno das reformas propostas. Ou poderão ser levados a enfrentar um difícil e doloroso confronto com a burguesia, que geralmente é tentada a resgatar o caráter coercitivo de seu Estado para impedir as mudanças. Nessa condição, é muito difícil definir modelos e critérios apriorísticos para os processos de socialização econômica e política.

Se a burguesia tiver capacidade para impor o confronto, isso se deverá, muito provavelmente, ao fato de que o bloco hegemônico da maioria não possui um embasamento sólido na sociedade civil. Não chegou a alcançar, pois, um suficiente grau de desenvolvimento que houvesse conformado uma maioria nítida e esmagadora. Na política real, porém, nem sempre é possível fugir ou adiar um confronto desse tipo. De qualquer maneira, se seu resultado for o sucesso socialista, o Estado resultante será, quase certamente, uma mistura desproporcional entre coerção e consenso e será quase impossível evitar medidas de repressão e exílio sobre as classes

ou frações de classe que forçaram o confronto. Tais medidas, inclusive, dependerão muito pouco dos socialistas e muito mais da imposição das forças sociais que os apóiam. Elas poderão forçar caminhos mais ou menos duros, mais ou menos ditatoriais, mais ou menos despóticos, dependendo das seqüelas da resistência e violência contra-revolucionária e do estágio cultural da sociedade.

Em situações como essa, o processo de democratização política torna-se muito mais complexo. Em tese, a tarefa principal dos socialistas deve consistir em ampliar os mecanismos de representação política e estimular a criação de novos instrumentos participativos de massa, que aumentem a consulta e o controle social e alarguem os círculos de participação da população trabalhadora na tomada das decisões políticas e administrativas. Mas o ritmo e a amplitude desse processo dependerão de inúmeros fatores difíceis de precisar com antecedência.

Nos países mais atrasados na socialização da economia e na democratização política, todos esses problemas deverão apresentar-se ainda mais embaralhados e com mais agudeza. Os socialistas deverão, em conseqüência, enfrentar situações idênticas às que envolveram os revolucionários dos países que ingressaram no socialismo real, os quais, por circunstâncias históricas e culturais, viram-se obrigados a seguir por vias tortuosas de confrontos e rupturas com inimigos poderosos e implacáveis. Mais uma vez, se verá às voltas com a necessidade de incentivar a criação de uma sociedade civil, cujo pluralismo pode tender facilmente para o corporativismo e o tribalismo, passando a representar um sério empecilho à conformação de uma vontade geral que se volte efetivamente para retirar o país do atraso e da miséria em que se encontra.

As tensões, os atritos e as disjunções, principalmente se sofrerem a interferência das antigas classes dominantes, também tenderão a ser resolvidas pela força, após entendimentos frustrados e como base para um novo entendimento. O Estado, nestas condições, manterá um forte papel coercitivo por um período difícil de prever, mesmo que os socialistas realizem um esforço perseverante para ampliar o consenso como aspecto principal e predominante de sua ação. A democratização política vai depender, em grande medida, do avanço da socialização econômica e, também, da elevação do nível cultural geral da população, embora ela influencie, por sua vez, a socialização econômica e a elevação cultural.

Um dos males dos socialistas revolucionários do passado foi não considerar a coerção como uma situação transitória, na perspectiva apontada por Gorender, desprezando totalmente a construção de uma legalidade consensualmente aceita

e obrigatória para todos, indistintamente. Essa é uma das condições para a construção de uma sociedade civil, coisa que o próprio Dahrendorf reconhece não ser uma tarefa fácil. Mais difícil ainda é realizá-la em países onde sequer existem traços de seus fundamentos e onde não havia ou não há tradição democrática. Ou construí-la, desde o início, no sentido de levá-la a apropriar-se paulatinamente das funções políticas do poder.

As experiências nesse sentido são poucas e negativas. Na antiga União Soviética, a tarefa de construir uma sociedade civil socialista foi não só desprezada como impedida. Quando a *glasnost* foi implementada, a democratização não encontrou uma sociedade civil capaz de absorver e apropriar-se de muitas das funções políticas monopolizadas pelo Estado despótico. O pluralismo funcionou com um efeito explosivo, sobrepondo-se à vontade geral e resultando num processo destrutivo que tornava inviável até mesmo a esperança de que pudesse instalar-se uma democracia liberal mais ou menos avançada. Os acontecimentos na nova Rússia mostram o quanto a ausência de uma sociedade civil forte abre campo tanto para a anarquia política e social como para novas aventuras autoritárias e despóticas, inclusive fascistas.

Nos países do socialismo sobrance, os descaminhos e a pouca perseverança na democratização pesam até hoje no processo de reformas e no ritmo e amplitude da socialização da política. Apesar disso, querer impor a esses países que aceitem, de chofre, a assimilação e a implantação de todos os mecanismos da democracia liberal, nas condições em que o capitalismo continua pressionando para liquidar qualquer resquício de socialismo, é o mesmo que desejar que se repita neles a explosão que a *glasnost* causou no Leste Europeu e saudar isso como uma grande e saudável vitória da liberdade e da democracia. Essa visão ainda era aceitável nos primeiros momentos após a derrocada dos regimes políticos de tipo soviético, quando parecia que as reformas políticas e econômicas poderiam ser conduzidas por estradas verdadeiramente democráticas, ampliando a participação política e mantendo e ampliando as conquistas econômicas e sociais.

No entanto, até o papa parece haver entendido a verdadeira natureza das reformas capitalistas da Europa Oriental, com a instauração do autoritarismo liberal, o alijamento das populações da participação política, com a brutal e selvagem acumulação capitalista às custas de uma inominável ampliação da miséria de massa e a liquidação de toda e qualquer conquista anterior. Nessa situação, manter a mesma exigência é querer impedir, *a priori*, qualquer possibilidade de

uma reforma do socialismo que conduza não ao capitalismo, mas a uma transição em direção a sociedades onde a exploração e a opressão possam, mesmo paulatinamente, tornar-se coisas do passado.

Essas observações não se restringem, porém, às dificuldades do socialismo sobrando para reformar-se e consolidar um processo de transição que intensifique a socialização econômica e a democratização política. Elas dizem respeito, igualmente, às dificuldades que os socialistas de cada país terão que enfrentar se ingressarem na via de transição socialista. Todos eles terão pela frente condições econômicas, sociais, políticas, culturais, raciais, étnicas e religiosas, todas elas historicamente formadas e com características peculiares, que vão determinar as formas e os ritmos das transformações, assim como as rupturas e continuidades possíveis.

VII A transição possível

Retomando as ponderações de Marx sobre a transição do capitalismo para o socialismo, mas levando em conta, ao mesmo tempo, as experiências da luta socialista e comunista nestes últimos cem anos, assim como a aguçamento do processo de desenvolvimento desigual do sistema produtor de mercadorias, é possível prever a ocorrência de novas revoluções sociais (pacíficas ou não), mesmo em países ainda relativamente atrasados. Em todos os países em que essa situação ocorrer, os socialistas ver-se-ão diante da necessidade, sempre, de rematar o desenvolvimento capitalista não completado pela burguesia, intensificando a socialização da produção e da política a partir do estágio alcançado por aquele desenvolvimento, e não a partir de sua vontade de ver implantadas a igualdade econômica e social e a democracia plena.

Em tese, nos países avançados, a transição do capitalismo para uma sociedade realmente igualitária pode ser mais rápida, com as rupturas mais profundas e as continuidades menos extensas. Nos países mais atrasados, a transição pode se arrastar por um longo período, com as continuidades tão longas e as rupturas tão parciais que pode-se ter a impressão de estar reconstruindo (ou construindo) um capitalismo mais civilizado em lugar do socialismo. Em outras palavras, a transição socialista será muito diferenciada de país para país, sendo a transição possível em cada um deles, conforme o espírito da expressão cunhada por Alec Nove.

Mas esse é um campo de discussão relativamente novo para os socialistas, embora isso possa parecer paradoxal. Primeiro, porque só agora existe uma experiência concreta de construção socialista a ser analisada, embora ela seja encarada de forma muito negativa e preconceituosa. Segundo, porque há uma forte resistência dos socialistas em aceitar a transição como um processo de convivência, conflituosa e também cooperativa, entre dois sistemas sociais e, no qual, um tende a superar o outro, ao mesmo tempo conservando e modificando (dando continuidade e rompendo) os elementos positivos do antigo sistema e abolindo

os elementos negativos. Vimos como Kurz se insurge contra a possível existência de fundamentos comuns aos dois. Ele acredita mesmo que, em face das ações coletivas de suicídio do sistema produtor de mercadorias em escala mundial, já não teria sentido discutir reformas isoladas.

Em terceiro lugar, ressurgem com força esperanças de um socialismo ideal que não repita os erros e desacertos das experiências reais. Rubio crê que se trata de conceber e realizar modelos de desenvolvimento autenticamente humanos, com primazia ao valor de uso sobre o valor de troca e a um conceito mais amplo e racional da eficiência produtiva. Ele não explica como alcançar esse patamar sem antes desenvolver as forças produtivas de uma maneira consistente, tendo que atravessar, portanto, pelo sistema de trabalho e pelo sistema produtor de mercadorias, que Kurz pretende aniquilar o quanto antes.

Quiniou, ao contrário, procura pensar a transição como um tempo longo, independentemente de todo voluntarismo idealista, como evolução revolucionária, sempre materialmente determinada, sejam quais forem as rupturas necessárias. Arrighi também supõe que o tempo e as modalidades da transição para a ordem pós-burguesa deverão ser indeterminados, precisamente porque a transição vai depender de uma multiplicidade de vitórias e derrotas, combinadas espacial e temporalmente. A miséria de massa, por exemplo, tão disseminada nos países capitalistas atrasados, é um sério obstáculo ao uso do poder para alcançar a sociedade igualitária. Luís Fernandes, por seu turno, prevê que transição socialista terá que conviver, por um longo período histórico, com relações de mercado e com a competição do setor socialista com diferentes formas de propriedade, ampliando progressivamente os mecanismos de regulação social da economia, à medida que se avançar na progressiva socialização da produção.

Em alguns países que ingressarem na transição socialista, a democracia política poderá se aproveitar melhor das conquistas anteriores da democracia liberal. Em outros, isso não será possível. A transição de regimes políticos mais fechados para democracias mais amplas poderá seguir caminhos mais difíceis e pouco sólidos, dependendo dos confrontos que as classes derrubadas impuserem. E, mesmo nos países onde a democracia já tenha alcançado um alto nível de participação, seria ilusão tola supor que o socialismo esteja infenso de ver-se às voltas com situações idênticas às da primavera de 1989 em Pequim. Ou, como na Nicarágua, seja asfixiado até ter que contentar-se com um acordo que lhe permita disputar o próximo rodízio, antes tendo que esmagar antigos combatentes da luta de libertação.

Em vários países, o mercado terá mais força do que o Estado, impondo distorções e desigualdades mais acentuadas. Em outros, a propriedade estatal e outras formas de propriedade social permitirão uma concorrência mais equilibrada e uma ação estratégica mais planejada, tomando mais em conta as preocupações de Rubio. Qualquer que seja, porém, a correlação entre a ação do mercado e do Estado socialista, a distribuição da riqueza social ainda se dará de forma desigual, em virtude dos diferentes tipos de propriedade e dos desequilíbrios sociais e regionais historicamente herdados. E sempre haverá o perigo de que tais desigualdades se polarizem e gerem conflitos sociais e políticos. Mecanismos capitalistas e mecanismos socialistas conviverão e se atritarão durante um largo período, permanecendo a indagação de qual deles, afinal das contas, prevalecerá.

Hayek tinha razão quando dizia que a relação entre a ordem do mercado, eu-femismo que usava para denominar o capitalismo, e o socialismo, era nada menos do que uma questão de sobrevivência. Se ele pudesse, eliminaria qualquer possibilidade de socialização da produção pelo capitalismo e sublimaria a ordem do mercado através de produtores individuais que não dependessem uns dos outros. Só que, nesse caso, o mercado ruiria e não teria razão de ser. Muitos socialistas revolucionários pensavam como Hayek, mas de forma invertida. Para eles, o socialismo deveria existir eliminando qualquer vestígio do capitalismo e, se possível, surgindo de qualquer outra coisa. Até Lênin, que costumava ser realista quando analisava uma situação, supôs a possibilidade de construir o socialismo sem passar pelos dissabores do modo de produção capitalista.

Depois de todos esses anos de experiências, em que vitórias e fracassos combinam-se numa equação bastante complexa, vemo-nos obrigados a reconhecer a realidade de que o socialismo surge, indiscutivelmente, dentro do próprio sistema capitalista, como negação a seus aspectos ou elementos negativos. Só pode superar o capitalismo abolindo e eliminando tais aspectos ou elementos negativos e conservando e transformando seus aspectos e elementos positivos. Se todos esses aspectos e elementos do capitalismo, negativos e positivos, não estiverem suficientemente desenvolvidos e em condições de serem abolidos e transformados, mas as forças políticas socialistas forem levadas a assumir o poder político, não lhes resta outro caminho senão desenvolver tais aspectos do capitalismo, até poder aboli-los e transformá-los. Essa é a condição necessária para desenvolver o próprio socialismo.

Queiramos ou não, a experiência vem mostrando que essa é a transição possível. Ou nos dispomos a seguir por ela, apesar de todos os transtornos, dificuldades,

incompreensões e riscos, ou seremos obrigados a sonhar novas utopias e aguardar o fim abrupto e devastador do capitalismo como sinal de advento de um novo mundo. Isso, é lógico, se não formos atropelados pelos deserdados do capitalismo que, como todos os deserdados da história, sempre acharam um meio de lutar e criar novas lideranças quando as antigas não conseguiam enxergar seu próprio papel.

ESTADO SOCIALIZANTE

Uma questão crucial, tanto para a ruptura com a ordem capitalista dominante quanto para a transição a uma nova ordem de socialização econômica e política, continua sendo a referente ao papel do Estado. Mesmo que ocorresse a revolução sonhada por Kurz, com base no movimento de supressão formado pela conscientização da humanidade, dificilmente seria possível descartar de imediato o Estado. Não só porque, como o próprio Kurz admite, seria necessário resolver a situação dos representantes do sistema a ser aniquilado, mas principalmente porque a abolição da propriedade privada, do sistema capitalista de produção e distribuição e do conjunto relativamente extenso de mecanismo que conformam esse sistema, exigiria a presença do Estado por um período mais ou menos longo. Mesmo porque tudo isso dependeria, fundamentalmente, de estarem efetivamente criadas as condições que tornam supérflua a existência da propriedade privada.

Marx dizia que a posse dos meios de produção em nome da sociedade é o primeiro ato no qual o Estado se manifesta, efetivamente, como representante de toda a sociedade. E é, ao mesmo tempo, seu último ato independente como Estado. A intervenção da autoridade do Estado nas relações sociais se fará supérflua num campo atrás do outro da vida social e cessará por si mesma. O Estado não será abolido, se extinguirá.

Entretanto, o próprio Marx era de opinião que esse ideal futuro de apropriação de todos os meios de produção pela sociedade só poderia realizar-se, só poderia converter-se numa necessidade histórica, se antes se dessem as condições efetivas para a sua realização. Ou seja, não bastaria que a razão compreendesse que a existência das classes é incompatível com os ditames da justiça, da igualdade etc. Não bastaria a vontade de abolir essas classes. Seriam necessárias determinadas condições econômicas novas. O fato de o trabalho global da sociedade só render o estritamente necessário para cobrir as necessidades mais elementares e o fato do trabalho absorver todo ou quase todo o tempo da imensa maioria dos membros da sociedade deveriam haver se tornado coisa do passado.

Para Marx, pois, só seria possível harmonizar o modo de produção apropriação e troca com o caráter social dos meios de produção, reconhecendo de modo efetivo o caráter social das forças produtivas modernas. Ou seja, tais forças produtivas deveriam haver alcançado um desenvolvimento de tal ordem que o trabalho global passasse a render muito além do estritamente necessário e o trabalho da maioria dos membros da sociedade houvesse deixado de ser uma necessidade para o funcionamento e a reprodução ampliada da produção. Nessas condições, as forças produtivas não poderiam mais ser contidas pelo invólucro da propriedade privada e o romperiam, tornando-a descartável. Só então seria possível realizar a extinção paulatina do Estado.

Por isso mesmo, não vale a pena nos alongarmos muito sobre a incongruência de Kurz ao admitir a necessidade de um período de transição, no qual o Estado teria um papel determinante. Na prática, ele coloca os socialistas da revolução global e final diante de problemas idênticos aos enfrentados por seus congêneres após a revolução de 1917. O que importa, então, é discutir o papel do Estado nos processos de transição possível nos diferentes países de desenvolvimento capitalista desigual. Nesse sentido, Kurz tem o mérito de haver apontado para os surtos de estatismo como contraface dos surtos monetaristas do capital. Eles seriam uma unidade dialética que expressaria a tendência do capital em se autodestruir, seja criando classes antagônicas, seja funcionando expansivamente pelo motor da concorrência louca que pode afundá-lo em crises implosivas. A lógica de Kurz, porém, embaça essa visão dialética. Não o deixa ver o fato de que, enquanto não estiverem realmente maduras as condições para a abolição da propriedade privada, do trabalho, do salário, preço, lucro, mercadoria e mercado, nos termos sugeridos por Marx, o estatismo continuará sendo necessário como contraponto às manifestações e ações monetaristas descontroladas do mercado.

Estatismo e monetarismo, Estado e anarquia da produção, planejamento e mercado são pólos contrários de uma mesma unidade, aspectos opostos de uma mesma contradição. Um só pode ser abolido quando o outro for transformado. O neoliberalismo supôs possível reduzir o Estado a um estado mínimo, com vistas a um funcionamento menos crítico do capital. O mercado, retomando as velhas teses de Adam Smith, seria capaz de solucionar seus próprios problemas pela ação de sua mão invisível. Thatcher e Reagan impuseram esse princípio e procuraram levá-lo às últimas conseqüências na Inglaterra e nos Estados Unidos. No entanto, para impulsionar seu surto monetarista, os Estados inglês e ame-

ricano reforçaram sua intervenção no mercado, impondo desregulamentações, privatizações e financiamentos ao capital privado, num esforço desesperado para alcançar a síntese dialética de transformação do pólo estatista em seu contrário monetarista. Os países centrais, de um modo ou outro, procuraram seguir a mesma receita neoliberal monetarista, transformando seus Estados de bem-estar social em Estados de incentivo à rentabilidade e eficiência econômica do capital.

Apesar desse esforço estatista em socorro do monetarismo, os resultados têm sido desastrosos. E, do mesmo modo que a crise fiscal dos Estados de bem-estar tem levado a social-democracia à derrota, o fracasso do neoliberalismo está levando os conservadores a amargar sérios revezes, obrigando a tendência monetarista a ceder lugar, novamente, ao estatismo, não necessariamente patrocinado pela social-democracia.

O socialismo de comando, do tipo soviético, absolutizou o estatismo como pretensa negação do próprio capitalismo e não somente de seu aspecto monetarista. Pretendeu abolir administrativamente a propriedade privada e o mercado. Nos momentos de maior exacerbação estatista, achou possível abolir o dinheiro e o salário. No entanto, do mesmo modo que o aprendiz de feiticeiro da fábula musical foi incapaz de paralisar a ação da vassoura e do balde, aos quais dera movimento, o Estado máximo soviético igualmente não foi capaz de liquidar os mecanismos econômicos que expressavam a necessidade de existência da propriedade privada e do mercado. A força de trabalho para movimentar os instrumentos de produção, o salário para remunerar o trabalho, o dinheiro como meio de troca, o preço como medida de valor, a compra e a venda de mercadorias, todos esses elementos do sistema capitalista povoavam como almas penadas um mundo que se pretendia livre da materialidade dessas reinvenções do capital.

A sociedade acabou mostrando ser mais forte do que o Estado criado para ordená-la quando essa ordenação se contrapôs às tendências materiais de seu desenvolvimento. Acabou criando mecanismos próprios que rompiam as ordens do Estado e recolocaram na pauta da sociedade suas necessidades concretas, monetaristas e privatistas, artificialmente extintas.

O engessamento do estatismo soviético, sufocando o monetarismo, desenvolveu um prolongado processo de supurações anárquicas na economia, como os negócios subterrâneos, e estimulou um exagerado privatismo na política e nas relações pessoais. Blackburn notou que a formação social do tipo soviético deu muito pouco lugar à iniciativa popular e ao pluralismo, ou ao auto-reconheci-

mento e à auto-atividade (coletiva ou individual), tanto na vida econômica quanto na política e na cultural. Paradoxalmente, quanto mais estas manifestações eram tomadas ou confundidas com o individualismo, o liberalismo e o capitalismo (portanto, com seu aspecto monetarista), mais estatização as autoridades soviéticas aplicavam, num esforço desesperado para livrar-se dos resquícios burgueses e, supostamente, avançar na construção socialista. Já vimos a maneira pelo qual um fenômeno se transforma em seu contrário, levando o estatismo soviético a ser naufragado pelo monetarismo neoliberal, embora para isso necessite de um novo estatismo, tão ou mais autoritário quanto o anterior.

Assim, queiram ou não, os socialistas terão que conviver com o Estado por um longo período. Sem Estado, como diz Herbert de Souza, no mundo moderno, não existe sociedade, nem nação, nem desenvolvimento humano, social e político. Mesmo que os socialistas se vejam na contingência de apoiar os trabalhadores no esmagamento, ou destruição, do velho Estado, terão que criar um novo. E esse novo Estado socialista, como construção histórica, não conseguirá fugir das atribuições fundamentais de exercer a coerção e formar o consenso na sociedade que deve ordenar. Continuará sendo um dos pólos das contradições geradas pela propriedade privada e existirá enquanto esta não houver esgotado suas possibilidades de desenvolvimento.

Por outro lado, os socialistas não poderão resvalar pelo mesmo erro soviético, supondo que a propriedade estatal sobre os meios de produção possa dar solução ao conflito entre o caráter social da produção e o privatismo de sua apropriação. As forças produtivas não perdem sua condição de capital ao transformar-se em propriedade das sociedades anônimas e dos monopólios. Também não perdem essa condição ao transformar-se em propriedade do Estado. Isso é verdade mesmo que esse Estado seja dirigido pelos socialistas e tenha a perspectiva explícita de desenvolver a socialização das forças produtivas e do poder, de modo a criar condições para a abolição da propriedade privada e do trabalho (e, portanto, de si próprio). A abolição prematura, pela via político-administrativa, da propriedade privada, exacerbará o estatismo e acabará gerando um Estado despótico, burocrático e repressivo. Sua história é bem conhecida.

A diferença do Estado das sociedades de transição socialista, em relação ao Estado capitalista, consiste em que há uma mudança na natureza de classe do Estado e que, com isso, fortalece-se a tendência a fazer com que a socialização do poder corresponda mais aproximadamente à socialização econômica. O Estado

socialista intervém no sentido de elevar o nível de socialização econômica. Desenvolve as forças produtivas, revolucionando-as constantemente. Impede a ação anárquica e destrutiva do mercado e estimula sua própria socialização ou democratização. Em outras palavras, vê-se obrigado a combinar estatismo e monetarismo, planejamento e mercado, propriedade social e propriedade privada, coerção e consenso, pluralismo e vontade geral, representação e consulta.

Marx dizia que o Estado não era mais do que uma organização criada pela sociedade burguesa para defender as condições exteriores gerais do modo de produção capitalista contra os atentados, tanto dos operários quanto dos capitalistas individuais.

Talvez pudéssemos dizer, parafraseando-o, que o Estado de transição socialista deve ser uma organização, criada pela revolução (no sentido mais amplo do termo), para evitar a ação cega do mercado e direcionar seus aspectos positivos no sentido do desenvolvimento continuado das forças produtivas e de sua socialização gradual e persistente. Isso deve significar, entre outras coisas, a defesa das condições exteriores gerais da transição do modo capitalista de produção para um modo pós-capitalista contra os atentados, tanto dos capitalistas quanto dos trabalhadores individuais.

Não é consensual entre os socialistas, porém, que nas sociedades de transição socialista devam continuar presentes a propriedade privada, o mercado, a burguesia e as conseqüências daí resultantes. Alguns abominam a idéia de que no socialismo possam haver patrões, pelo simples fato de que, com eles controlando ramos inteiros da produção, haveria uma sabotagem econômica sistemática, que impedirá a construção do socialismo. Não levam em conta que o Estado socialista poderia agir economicamente para impedir o domínio de ramos inteiros. A existência de capitalistas individuais não deve significar, automaticamente, o monopólio capitalista. Por outro lado, na sociedade capitalista, o mercado também permite uma sabotagem econômica sistemática de uns capitalistas contra outros. Paradoxalmente, esse é o motor da construção capitalista, com o Estado intervindo para evitar que sua aceleração destrua a si próprio. Por que o Estado socialista estaria *a priori* incapacitado para cumprir esse papel na sociedade de transição? Coutinho, por sua vez, sugere uma política de reformas revolucionárias que leve à transição socialista e obtenha o consenso necessário para reformas estruturais que construam uma nova lógica de acumulação e de investimento. Ele quer que essa lógica não esteja mais centrada na busca do lucro e na satisfação do consumo puramente privado, mas no crescimento

do bem-estar social e dos consumos coletivos. Coutinho reconhece que a execução dessa proposta demanda modificações no estatuto da propriedade, que levem a um controle público (não necessariamente estatal) dos setores chave da economia.

Os objetivos sugeridos por Coutinho devem ser, sem dúvida, da natureza da transição socialista. No entanto, eles não podem ser aplicados em qualquer lugar e a qualquer tempo. O fim da lógica centrada na busca do lucro e do consumo puramente privado vai depender do nível de desenvolvimento da socialização econômica e não do desejo ou vontade do Estado socialista. Em países onde não foram, até agora, realizadas reformas econômicas democráticas, como a agrária, e onde as grandes massas do povo estiveram marginalizadas da sociedade de consumo (como é o caso do Brasil, apesar de seu desenvolvimento em outros setores), será inevitável que a lógica da busca do lucro e do consumo privado ainda se imponha com muita força. A não ser que se cristalize um estatismo de tipo soviético para impor outra lógica, o que sei estar fora das cogitações de Coutinho.

Ele tem razão, porém, quando advoga a necessidade de modificar o estatuto da propriedade dos setores-chave da economia, que levem a um controle público desses setores. Mas, talvez, sob a pressão do negativismo do estatismo soviético e, também, do brasileiro, Coutinho faz a ressalva de que tal controle não precisa ser, necessariamente, estatal. Entretanto, mesmo quando a propriedade for estatal, será necessário um controle público sobre ela. Isso depende, porém, do grau de socialização do poder e não somente das formas de propriedade e de gestão da economia. O estatismo exacerbado manifesta-se não só na estatização da propriedade e na centralização absurda da gestão, mas também na ausência de controles externos ao poder. E manifesta-se, além disso, na idéia de que o voluntarismo do poder é capaz de gerar resultados satisfatórios em quaisquer condições.

Por tudo isso, se há algo que o estatismo soviético pode ensinar aos socialistas, pelo exemplo negativo, é que as leis contraditórias da economia, por mais indesejáveis que sejam, não podem ser abolidas pelo livre arbítrio dos homens, mas somente pelo desenvolvimento de suas próprias contradições. A política não pode andar na frente da economia: ela pode resolver os problemas colocados por esta, até mesmo embrionariamente, mas não é capaz de substituir a economia e determinar seus rumos, por mais justos que sejam os propósitos políticos.

Nessas condições, o Estado socialista de transição deve atuar sobre os aspectos estratégicos da situação econômica, mantendo em seu poder os setores econômicos que são determinantes na evolução de todo o processo e utilizando

seu poder econômico e administrativo para direcionar o desenvolvimento das forças produtivas e a ampliação de novas formas de propriedade social ou pública. Entretanto, o Estado socialista não deve aproveitar-se de seu poder para estatizar arbitrária ou administrativamente empresas privadas, em particular, se elas desempenham de forma satisfatória suas funções econômicas e produtivas. O Estado não deve apressar-se nesse processo, nem mesmo quando situações políticas de aguçamento da luta de classes o obrigam a golpear setores da burguesia. Num contexto desses, se houver que estatizar ou nacionalizar empresas por imposição política, o Estado deve estar preparado para recuar no momento seguinte e reprivatizar tais empresas. O critério fundamental para extinguir setores da propriedade privada é o grau de socialização das forças produtivas, se esse grau comporta ou não o estreitamento da propriedade privada e a ampliação da propriedade social em suas diferentes formas.

O mesmo é verdade em relação ao mercado. Em virtude de sua ação cega, o mercado obriga os homens a criar elementos inibidores, como as diversas regulamentações, que impeçam ou suavizem seus efeitos destrutivos. No capitalismo, as regulamentações foram estabelecidas sempre que foi necessário garantir a rentabilidade do capital ou de seus setores predominantes. Ou foram atacadas ou derrubadas toda vez que se voltaram contra eles. A legislação antimonopolista é um exemplo típico como tentativa de retardar o processo de concentração e centralização de capitais e evitar que os monopólios esmagassem os pequenos concorrentes e a concorrência em geral, transformando-a em processo administrado ou em luta entre gigantes.

Na transição socialista, os elementos inibidores do mercado deverão continuar existindo. Mas devem voltar-se fundamentalmente para garantir a democracia econômica da competição entre os diferentes tipos de propriedade e de gestão e para evitar que os monopólios e as grandes empresas empreguem uma ação castradora sobre o mercado. Para isso, as grandes empresas estatais terão que se subordinar às regras gerais do mercado socialista, o que só será possível se elas tiverem autonomia para gerir seus próprios negócios e condições de elevar sua produtividade e rentabilidade a níveis que lhes permitam enfrentar os padrões gerais de competitividade.

Em certo sentido, o papel gestor (coercitivo e consensual) do Estado na transição socialista é muito mais complexo do que no capitalismo. Ele deve trabalhar no sentido de sua própria extinção, revigorando permanentemente a socializa-

ção da economia e, ao mesmo tempo, a sociedade civil que deve apropriar-se das funções políticas da gestão econômica e social. Cabe a ele acelerar o crescimento econômico, investindo em fábricas, agricultura, equipamentos, qualificação e requalificação da força de trabalho, infra-estrutura, pesquisa e desenvolvimento. Mas ele deve fazer tudo isso principalmente por meios econômicos, utilizando as instituições financeiras e seus mecanismos para impulsionar os setores estratégicos, inibir ou, ao contrário, estimular a competitividade e constituir fundos de desenvolvimento que diminuam ou evitem os desequilíbrios sociais e regionais.

O Estado socialista terá, sobretudo, que realizar um esforço consistente para desenvolver a educação, as ciências e a cultura, sem o que será impossível não só realizar um contínuo desenvolvimento das forças produtivas, como uma persistente democratização do poder. Dahrendorf tem razão quando diz que a cidadania não é apenas um estado passivo. É uma oportunidade, uma chance de levar uma vida ativa e plena de participação no processo político, no mercado de trabalho, na sociedade.

Paradoxalmente, como diria Benjamin Constant, o cidadão que vota a cada quatro anos e não pode ser eleito não tem direito legítimo de intervir nos negócios públicos: só garante o cenário no qual os proprietários podem desenvolver sua liberdade de ação econômica, seu comércio e seus poderes. No capitalismo, há um círculo vicioso, cada vez mais amplo, no qual os indivíduos sem condições de participar no mercado de trabalho não são, sequer, considerados cidadãos de segunda categoria.

O socialismo de transição terá que inverter essa tendência, que é tão mais forte quanto mais atrasado (menos socializado e menos democratizado) é o país. A educação, as ciências e a cultura são componentes indispensáveis nesse esforço, do mesmo modo que a construção e o desenvolvimento da sociedade civil, do paulatino e complexo processo de transformação dos indivíduos em cidadãos, de difusão do pluralismo político e da construção de uma vontade geral.

É ilusão supor que a democracia encontra terreno sólido onde existe uma população analfabeta e uma cultura que não ultrapassou os limites do tradicionalismo e do saber prático, por mais respeitosamente que estes possam ser encarados. Em situações desse tipo, quase sempre prevalecem os interesses imediatos, corporativistas e individualistas das diferentes frações ou agrupamentos sociais contra o interesse geral da população. Este tende então a desagregar-se, deixando que, afinal de contas, predomine o interesse exclusivista de uma daquelas frações

ou agrupamentos da sociedade. Quanto mais universal for a educação científica e mais ampla e humanista a cultura, mais condições existirão para intensificar a socialização política, democratizando o poder. O Estado pode então, como supunha Gramsci, exercer seu poder não somente pela violência coercitiva, mas principalmente pelo consenso resultante da hegemonia política e espiritual.

Nesse sentido, como sugere Coutinho, não há reformas radicais na ordem econômica e social sem uma concomitante reforma radical na máquina do Estado, com alteração da direção política e uma democratização no modo de fazer política. Ele considera que só numa democracia de massas é possível fazer com que uma política de reformas conduza à superação gradual do capitalismo. Para ele, o problema consiste em superar a contradição existente entre a socialização da participação política, por um lado, e a apropriação não social dos mecanismos de governo da sociedade, por outro. Superar a alienação econômica seria condição necessária, mas não suficiente para a realização integral das potencialidades abertas pela crescente socialização do homem. Essa realização implica, ainda, o fim da alienação política, o que, no limite, torna-se realidade mediante a reabsorção dos aparelhos estatais pela sociedade que os produziu e da qual eles se alienaram.

Os socialistas têm diante de si, assim, além da superação da alienação econômica, a superação da alienação política, através da reabsorção social do poder político. Onde entra, nesse processo, a democracia de massas (um conceito que também qualifica positivamente o tipo de democracia que os socialistas desejam)? Como condição para a superação das alienações econômica e política, ou como resultado do processo de desalienação? Ou a democratização de massas é um processo que se alarga à medida que há socialização econômica e política e reabsorção social do poder político? Estas são questões teóricas e práticas que têm dividido os socialistas em suas políticas direcionadas a romper com a ordem capitalista e que, como vimos, devem continuar gerando polêmica na transição socialista. Marx, por exemplo, achava que, entre a sociedade capitalista e a sociedade comunista, deveria mediar um período de transformação revolucionária, à qual corresponderia também um período de transição política. Ao Estado desse período, ele chamou de ditadura revolucionária do proletariado, conceito que, como outros, o socialismo real transformou em maldito.

Cerroni, porém, lembra que Lênin explicitava esse Estado como uma alternativa baseada na expansão da democracia, na participação direta dos produtores, na elegibilidade e destituição dos funcionários públicos e na reabsorção – como

chamava Gramsci – das funções políticas nas atividades civis. Em outras palavras, uma mudança das estruturas políticas e econômicas baseada na autodireção dos produtores, algo que o amadurecimento da revolução científica e tecnológica está tornando uma exigência cada vez mais concreta. Bottomore lembra que o tempo livre, seja pela redução da jornada de trabalho, seja pelo desemprego, além de aumentar a variedade de trabalhos artesanais e domésticos, tem aumentado significativamente a participação dos indivíduos nas questões cívicas e nos movimentos sociais, ampliando, pois, as condições para a participação nos negócios do Estado.

De qualquer modo, a alternativa de Marx à democracia representativa da burguesia baseava-se na necessidade de criar formas mais diretas de expressão da soberania popular e do poder democrático, que mantivessem as formas de representação constantemente e vigiamente sob supervisão de seus constituintes e sujeitas a freqüentes eleições e chamadas. A representação, acentuava Marx, é sempre uma meia representação, perpetuando a alienação da massa do povo em relação ao poder político. Não vale a pena voltar a discutir o quanto essa alternativa de Marx e Lênin, colocada sob a rubrica de ditadura do proletariado, mudou de significado sob as condições do socialismo soviético. Mas vale a pena lembrar que seu conteúdo era aparentemente mais aplicável a nações desenvolvidas do ponto de vista econômico e político, onde a sociedade civil já ganhara corpo, espaço e poder, do que a nações em que a socialização econômica e política avançara pouco, em que a separação entre Estado e sociedade ainda era incipiente e em que a cidadania não passara de uma aspiração a ser alcançada. Como, aliás, era a Rússia no momento em que Lênin escreveu sua obra sobre o Estado e a revolução.

Olhando o mundo real dos dias de hoje, nos diferentes e desiguais países que o formam, talvez os problemas-chave da transição socialista e de seu Estado venham a ser, afinal, como evitar a miséria e aumentar o poder social das massas da população cujo trabalho a produtividade torna supérfluo. E como incorporar à direção do Estado, através de múltiplos instrumentos de participação, os diversos segmentos de trabalhadores, tanto os que continuam permanentemente empregados quanto os que vão sendo colocados à parte dessa atividade.

Evidentemente, esse reducionismo pode parecer forçado. Mas, sem dar solução prática a esses assuntos que parecem menores, dificilmente se conseguirá ir muito longe no processo de transição socialista e no enfrentamento dos grandes problemas da modernidade.

A SOCIALIZAÇÃO DO MERCADO

A utilização ou não do mercado durante a transição socialista é um velho debate nos meios socialistas. Agora, em especial, ele retornou com força por imposição da derrocada do socialismo soviético, pelas reformas do socialismo sobrando em direção à economia de mercado e pela pujante propaganda dos meios burgueses em torno das excelências dessa relação econômica. Apesar disso, grande parte dos socialistas refuga em aceitar sequer que o mercado esteja entre aqueles mecanismos que a transição socialista deva manter, mesmo temporariamente, como continuidade, resquício ou fundamento comum do capitalismo na formação social de transição pós-capitalista. Da mesma forma que o liberal ortodoxo e anti-socialista Hayek, esses socialistas consideram que socialismo e mercado são incompatíveis.

Essa, porém, deixou de ser uma questão puramente ideológica. Tornou-se política e econômica, por imposição econômica. A liquidação dos mecanismos de mercado, por meio de medidas políticas, engessou o socialismo soviético e conduziu-o a transformar-se em seu contrário. A introdução do mercado no socialismo sobrando, segundo a apreciação da mídia capitalista e de não poucos socialistas, o está conduzindo igualmente a transformar-se no sistema de produção-para-lucro. É evidente para todos que essa transformação do socialismo sobrando está se dando por caminhos diferentes aos do vale de lágrimas do Leste Europeu, mas isso não parece ter maior significado para os que igualam mercado e capitalismo. Nessas condições, muitos se perguntam se não haveria uma terceira via de transição socialista, livre do estatismo de tipo soviético e do mercado. E, apesar da premissa negativa dos liberais, para os quais só existe a via capitalista, procuram responder positivamente a essa angústia.

Partem do pressuposto, diferente do de Marx, de que não é possível atender a todas as necessidades dos membros da sociedade. Do mesmo modo que Nove, eles só trabalham a hipótese de um mundo de escassez relativa de recursos, sem considerar o consumismo e a abundância como fenômenos históricos. Até mesmo Ernest Mandei, que parte da mesma premissa de Marx, considera necessário e possível encontrar uma via que escape ao mercado. Para ele, todo sistema econômico deve caracterizar-se por mecanismos específicos de determinação de prioridades. Numa economia regulada pelo mercado, essas prioridades são definidas em função do lucro privado. Na economia soviética de comando, as prioridades eram arbitrárias, de acordo com os interesses da burocracia. No socialismo, deveríamos ter uma via cujos interesses fossem determinados pelo povo, através de mecanis-

mos democráticos e empregando os recursos disponíveis, cujas fontes seriam a redução dos gastos militares e repressivos, a eliminação total do desemprego dos recursos (homens, terras, instrumentos de trabalho e capacidade produtiva) e a redistribuição da propriedade.

Exploremos um pouco as possibilidades dessa via. Em sociedades onde, por muito tempo, grandes massas da população foram privadas de participar da sociedade de consumo, em contraste com a burguesia e frações das classes médias, essas massas tenderão a optar, democrática e naturalmente, pela elevação de seu consumo e poderão até mesmo optar, apesar de qualquer propaganda em contrário, pelo consumismo conforme os padrões das camadas abastadas. Isso deverá pressionar o emprego dos recursos disponíveis, podendo mesmo tornar possível o segundo aspecto da proposição de Mandei, embora o primeiro aspecto seja o oposto do que predica. Cria-se, então, uma contradição que pode colocar a nova via diante de impasses complicados.

Por outro lado, Mandei não explica como seriam determinados os preços e os salários, nem os mecanismos para a reprodução ampliada da produção. Também não explica como seria possível manter o pleno emprego dos recursos humanos e, ao mesmo tempo, revolucionar as forças produtivas e elevar a produtividade. Ou, ainda, como utilizar plenamente a terra, preservando-a ecologicamente. Nem o que acontecerá com o Estado se o mercado for abolido. Pois, se isto acontecer antes que a sociedade haja construído uma forte sociedade civil, a tendência será que o Estado se aproprie da vontade geral, contrapondo-se ao pluralismo corporativo das instituições democráticas.

Cairíamos, então, na mesma armadilha que levou ao soviétismo. A receita de Mandei talvez seja viável nos países capitalistas desenvolvidos, onde a socialização econômica e a democratização do poder parecem manter uma certa correspondência. Mas deixa sem resposta o problema da transição socialista em países atrasados ou com fortes desigualdades econômicas e sociais.

Kurz é outro radical opositor ao mercado. Aliás, sua originalidade está justamente na oposição à própria transição. Consciente de que o mercado capitalista apresenta, negativamente, todos os aspectos que devem ser tomados positivamente na nova sociedade pós-capitalista, propõe a recuperação desses aspectos por meio de uma revolução mundial no interior da catástrofe do sistema produtor de mercadorias, com a conseqüente abolição de todos os mecanismos que conformam esse sistema. O problema do mercado, como os demais, sumiria na poeira.

Essa hipótese, porém, nos coloca na inação, à espera do dia do juízo final, enquanto a vida real nos empurra, constantemente, para as possibilidades de transformação de formações sociais, imperfeitas ou desigualmente desenvolvidas, em outros tipos de sociedade. E aqui somos levados a retomar outro paradigma histórico de Marx: uma nova formação social jamais se desenvolve completamente antes que a antiga tenha desenvolvido e esgotado todos os seus elementos componentes.

A transição socialista, desse modo, jamais se transformará numa formação social totalmente pós-capitalista antes de haver desenvolvido, esgotado e superado todos os mecanismos que conformavam o sistema capitalista anterior. Por que, então, deve-se excluir desses mecanismos o mercado, mantendo, por outro lado, a produção de mercadorias, o trabalho, os preços, os salários, o comércio de bens de consumo, o comércio externo e, até mesmo, diferentes formas de propriedade? Por uma questão ideológica, mesmo que isso nos leve a construir um mostrengo difícil de administrar e que acabará desembocando, apesar de todos os esforços em contrário, no sistema soviético? Ou por impor padrões de concorrência à propriedade social, obrigando-a, para demonstrar sua superioridade, a esforços de eficiência que poderiam ser desprezados na ausência do mercado? É necessário repor o mercado em seu contexto histórico. Ele não foi, certamente, uma criação do capital. Surgiu à medida que os homens da antiguidade conseguiram excedentes na produção de seus meios de vida, que passaram a ser intercambiados entre indivíduos e comunidades diferentes. O capitalismo teve o mérito de mercadizar todas as relações humanas, transformando em mercadoria a força de trabalho e o dinheiro. Ao desenvolver o mercado e expandi-lo mundialmente, utilizando-se do motor da concorrência ou da competição, o capital desenvolveu, ao mesmo tempo, todos os seus aspectos destrutivos e criativos, negativos e positivos. Com isso, apresentou à humanidade, pela primeira vez na história, a possibilidade de superar o próprio mercado e transformá-lo num novo tipo de relação entre os homens. Uma relação que, como pretende Coutinho, não esteja subordinada à busca do lucro e do consumo privado, mas, sim, de bem-estar e do consumo coletivo.

Entretanto, enquanto as forças produtivas não alcançarem uma escala e uma produtividade que tornem possível o atendimento das necessidades de todos os indivíduos singulares da sociedade humana (inclusive através da modificação dos padrões de consumo e do emprego dos recursos naturais), o problema do cálculo econômico se manterá na ordem do dia. Os homens precisarão ter critérios para alocar os recursos disponíveis, para definir preços e salários, para estabelecer parâ-

metros aos lucros, para verificar as distorções ou desvios na oferta e na demanda dos bens produzidos, para redefinir formas de propriedade e gestão que ofereçam melhores condições aos empreendimentos e às inovações técnicas e econômicas e para delimitar os riscos empresariais e as responsabilidades econômicas e sociais. Não é outro o motivo que fez com que todo o debate, desde a década de 20, em torno do mercado e do planejamento, fosse centrado justamente no cálculo econômico.

Bukharin, que fora um defensor extremado da teoria do comunismo de guerra, com a experiência soviética da NEP, passou a advogar a necessidade do cálculo econômico e da manutenção do mercado. Ele considerava que isso seria possível no socialismo, aplicando a lei do valor, mantendo uma certa proporcionalidade entre os diferentes ramos produtivos e, principalmente, estimulando a produção camponesa, de modo que ela se constituísse no mercado sobre o qual poderia desenvolver-se a produção industrial. Abandonando completamente sua teoria anterior, Bukharin opunha-se à industrialização baseada em planos arbitrários, que desprezavam um conhecimento apropriado dos recursos econômicos existentes. É interessante notar que a linha geral das reformas chinesas, de 1978, e vietnamitas, de 1987, é semelhante às proposições de Bukharin e tem permitido à China e ao Vietnã um desenvolvimento intenso. Entretanto, Bukharin parece não haver levado em conta que um processo industrializante, que parte de quase nada, pode permitir um cálculo econômico razoável e uma utilização relativamente racional dos recursos disponíveis pelo planejamento centralizado, até um certo patamar. Desse modo, o sucesso da industrialização soviética pareceu dar razão a Stálin e não a Bukharin. Foram precisos mais de 30 anos para que surgissem indícios fortes dos descompassos e mais de 60 anos para que a razão se invertesse.

Ludwig von Mises, economista liberal austríaco, discutia, na mesma época, a impossibilidade de adotar critérios orientadores para alocar recursos numa economia em que os mecanismos de mercado houvessem sido abolidos e substituídos por uma economia planejada. Mises assegurava que, nestas condições, não seria possível criar mecanismos capazes de avaliar os usos do trabalho e dos recursos para os inúmeros fins demandados pela sociedade. Na ausência de mercado, mesmo atribuindo valores aos diferentes tipos de trabalho, não haveria condições de captar as demandas reais e diferenciadas da sociedade. Para ele, o único modo do planejamento socialista realizar seus cálculos. Nesse contexto, seria através da utilização de valores extraídos da contraparte capitalista. A existência de dinhei-

ro, salários e um mercado de consumo, mesmo restrito, poderia eventualmente propiciar ao planejamento central soviético realizar alguns remendos no cálculo econômico. Mas, na ausência de critérios gerais para detectar a demanda e definir preços e salários, o governo planejador deveria substituir as funções dos consumidores e dos empresários, resvalando para soluções autoritárias.

Em termos gerais, as ponderações de Mises mostraram-se acertadas. No processo inicial da construção socialista soviética, a alocação de recursos ainda obedeceu a critérios facilmente detectáveis e o planejamento central pode direcioná-la sem grandes desequilíbrios. No entanto, tão logo foram assentadas as bases da indústria e criaram-se condições reais para o florescimento da demanda, o planejamento central mostrou-se incapaz de detectar as milhões de necessidades produtivas e estabelecer orientações adequadas a seu atendimento. Os desequilíbrios entre indústria e agricultura agravaram-se e, mais ainda, os desequilíbrios entre indústria de bens de produção e indústria de bens de consumo e entre indústria, comércio e serviços. Sem poder flutuar pela ação da oferta e da demanda, os preços e os salários tornaram-se cada vez mais arbitrários e irreais. Tudo isso, coerente com a concepção de que o socialismo deveria evitar a todo custo a anarquia do mercado, o consumismo, a exploração do trabalho, o lucro e outros mecanismos perversos do capitalismo, conduziu, como previra Mises, a transformar o planejamento central no *Deus ex machina* da produção e do consumo socialistas.

Karl Polanyi se opôs às formulações de Mises, sugerindo que as empresas, organizadas como monopólios por ramo industrial, poderiam ser geridas por conselhos de trabalhadores, enquanto o mercado coordenaria as relações entre as diversas indústrias. O sovetismo aproveitou, na prática, uma parte dessa sugestão, organizando as empresas como monopólios por ramo de produção. Mas sua coordenação foi realizada não pelo mercado, mas, sim, pelo ministério do ramo específico. E a gestão das empresas era de responsabilidade de diretores nomeados, não de conselhos de trabalhadores. De qualquer modo, mesmo que fossem admitidos conselhos, sua subordinação aos ditames do plano central, via ministérios, conduziria aos mesmos resultados.

Oskar Lange, por seu turno, achou que o planejamento socialista, por meio de sistemas matemáticos, poderia desenvolver modelos simulados de preços para comparar diferentes níveis de desenvolvimento econômico. As planilhas de preços, de diferentes momentos, serviriam de base a um processo de tentativa e erro, capaz de monitorar a elevação ou rebaixamento dos preços de um produto, con-

forme as flutuações reais da demanda. Frederich Hayek, no entanto, o mais renomado dos economistas liberais austríacos, argumentou que as oportunidades de empreendimento e as relações de preços, ao contrário do que pensava Lange, eram mais complexas do que aquelas variáveis matemáticas. Sem uma orientação econômica que tornasse relativamente precisos os retornos reais possíveis, como o banco central socialista poderia fornecer fundos a uma empresa em detrimento de outra? Hayek, sem dúvida, era radicalmente contra a intromissão estatal e adepto das maravilhas do mercado. Não via, como explicou Otto Neurath, que o mercado refletia, fundamentalmente, as necessidades e os interesses dos que viviam o presente, explorando os recursos econômicos sem levar em conta os interesses e necessidades das gerações futuras. Para evitar isso, seria necessário algum tipo de ação externa sobre o mercado, inclusive estabelecendo critérios diferentes dos do mercado para fornecer fundos a uma empresa e não a outra. A vida provou que Neurath tinha razão contra Hayek, principalmente se levarmos em conta as preocupações ecológicas e aquelas voltadas para a sobrevivência dos trabalhadores excedentes. Sem falar das intervenções do Estado no mercado para salvá-lo de si próprio. Mesmo assim, Neurath concordava com as observações de Mises e não esposou a teoria de abolição do mercado no socialismo. Os problemas equacionados por Mises, e também por Hayek, quanto aos empreendedores, o risco, as inovações e as responsabilidades dos agentes econômicos pelo uso dos recursos, eram procedentes e fugiam às atribuições do planejamento.

Outros economistas socialistas, como A. P. Lerner, H. D. Dickinson, M. Dobb e M. Kalecki, entraram no debate para tentar responder à problemática exposta pelos economistas liberais a respeito do cálculo econômico, mas não tinham unidade de pontos de vista, nem informações suficientes sobre o planejamento soviético. Na década de 70, aproveitando-se de mais de 50 anos de experimentação econômica de planejamento soviético, da experiência marginal do socialismo iugoslavo e da nova experiência húngara e, ainda, do debate teórico que, apesar de tudo, ocorria nos meios econômicos soviéticos, Nove retoma a necessidade do mercado no socialismo.

Considera que, sem os mecanismos de mercado, particularmente dos preços, o planejamento fica privado de informações vitais sobre o que mais urgentemente a sociedade deseja. Além disso, sugere que a utilização de tais mecanismos permitiria que, na maioria dos casos, o micro detalhe pudesse ser decidido nos níveis inferiores, mais próximos dos produtores e seus clientes. Relembra que os preços, conforme

Marx havia descoberto, deveriam ser fixados não somente de acordo com o valor da mercadoria. Sob a influência da oferta e da demanda, eles flutuavam e desempenhavam um papel importante e ativo na determinação do uso do capital, da terra e do trabalho.

Do mesmo modo que Mises, e ao contrário de Lange, Nove considera impossível controlar, com flexibilidade, milhões de preços através do planejamento. Apesar disso, supõe possível e desejável controlar os preços de alguns bens estratégicos ou sociais, assim como impedir o uso do poder dos monopólios para aumentar seus preços. A economia do socialismo de Nove seria uma combinação de planejamento macroeconômico com mecanismos de mercado, para o estabelecimento dos preços, e com participação democrática, para definir investimentos e padrões de consumo numa economia de escassez. Ao contrário de Marx, porém, a quem rotula de utópico, Nove acha impossível superar essa economia de escassez e chegar a um estágio em que, com abundância, o mercado e seus mecanismos, assim como o Estado, se tornem supérfluos.

A idéia de combinar planejamento e mercado na transição socialista, como vimos, também é antiga. No terreno prático, ela aparece com Lênin na implantação da NEP, no início dos anos 20. Foi sustentada durante quase 10 anos por Bukharin e outros economistas soviéticos durante o debate que resultou na vitória do planejamento centralizado, no final da mesma década. Durante os anos 30, com base no estudo da economia soviética e do fenômeno do burocratismo desenvolvido por ela, Leon Trotski defendeu o ponto de vista de que a atividade econômica socialista deveria ser direcionada pelo planejamento governamental, pelo mercado e pela intervenção democrática dos trabalhadores, o mesmo tipo de proposição de Polanyi, depois explanada mais amplamente por Nove: A ironia da história é que, justamente nos anos 30, pressionado por sua crise cíclica, o capital passa a se utilizar das vantagens do planejamento proposto pelo socialismo, sem abandonar o mercado, mas excluindo a participação democrática dos trabalhadores, ou mantendo-a dentro de certos limites.

No pós-guerra, o Japão, a Suécia e a Alemanha são os países capitalistas que mais desenvolvem essa combinação, enquanto os países socialistas de tipo soviético se mantêm, em geral, aferrados ao planejamento unilateral. Os tigres asiáticos também aproveitam-se da mistura abominada por Hayek e pelo socialismo soviético, mas, no final da década de 60, a Hungria sucumbe à evidência, seguida pela China no final dos anos 70. A *perestroika* de Gorbachev foi, em teoria, uma

proposta de combinação de planejamento, mercado e participação democrática dos trabalhadores, mas perdeu-se pela ausência de uma estratégia adequada e pela ilusão de que seria possível destampar bruscamente a prisão do gênio do mercado, para depois controlá-lo. O menos arriscado seria adotar uma reforma balanceada e paulatina. Começar pela agricultura (o gargalo mais entupido), indústria leve, setor de serviços e comércio atacadista. Quebrar os monopólios dessas áreas, reestruturar sua propriedade em moldes democráticos e desentupir os canais de circulação mercantil entre a agricultura e as zonas urbanas. Criar, assim, mais ou menos seguindo a receita de Bukharin, um mercado florescente e, com base nele, realizar uma reforma mais profunda na indústria.

A rigor, como acentua Thurow, numa economia socialista de mercado não pode haver empresas reguladas e empresas não-reguladas. Caso isso aconteça, a transferência de materiais de uso de baixo valor para uso de alto valor, legítima numa economia de mercado, pode ser considerada corrupção se houver uma regulação somente parcial.

Thurow acha que esse tipo de corrupção teve um papel preponderante na conquista de apoio público à contra-revolução na China, em 1989. Se isso é verdade, também o é o fato de que a passagem abrupta da economia centralmente planejada para uma economia que combine planejamento e mercado pode causar uma completa desorganização econômica. A alocação de recursos torna-se uma desenfreada dança de loucos, como ocorreu na União Soviética. De qualquer modo, como diz Elson, numa economia socialista as decisões sobre investimentos deveriam ser sujeitas a negociações entre a empresa investidora e aqueles que devem ser afetados pelo investimento – grupos comunitários, grupos de consumidores etc. Ora, isso pede tanto o emprego de mecanismos democráticos de consulta quanto a presença de mecanismos de aferição econômica próprios do mercado.

Não é possível definir investimentos sem levar em conta os custos, portanto os preços dos insumos, equipamentos, construções, salários e, também, a rentabilidade ou lucro que deve permitir à empresa reinvestir na produção e na melhoria técnica, salarial e social. Esses critérios econômicos, como é sabido, não podem ser determinados somente pelo tempo de trabalho investido na produção. Mesmo porque o tempo de trabalho é socialmente determinado pelos preços dos fatores de reprodução da forma humana de trabalho, preços que também variam de acordo com a oferta e a procura. Estas influenciam todo o processo e só podem ser aferidas adequadamente por meio do funcionamento do mercado. Elson con-

sidera, porém, que isso gera uma grande gama de mercados diferentes, refletindo diferentes bases sociais e formas de regulação. O mercado, acionado pela oferta, pela demanda e pela concorrência, estimula um insaciável padrão de consumo, incompatível com os limites dos recursos escassos, segundo ela. O mercado socialista deveria, então, ter sistemas de regulação para evitar os mesmos resultados do consumismo no capitalismo.

Dikinson se opunha igualmente à tendência consumista do mercado, sugerindo que a máquina de propaganda e publicidade, empregada pelos órgãos públicos de educação e lazer em lugar dos vendedores e alimentadores da indústria do lucro, poderia desviar a demanda para direções socialmente desejáveis, embora preservando a impressão subjetiva da livre escolha. Na verdade, assim como Elson, Dickinson pretendia restringir a demanda através de mecanismos reguladores administrativos. Isso é até possível, mas o resultado, tanto no capitalismo quanto no socialismo, será a elevação do preço pela redução da oferta. No socialismo, da mesma forma que durante a lei seca nos Estados Unidos, uma tal regulação deve gerar o comércio clandestino e ilegal. Historicamente, o consumismo só terá condições de ser superado com a abundância e com a elevação cultural da humanidade, de modo a que suas necessidades passem a ser determinadas realmente pela livre escolha e pela utilidade dos bens demandados.

Isso exigirá uma completa revolução nos padrões culturais do consumo, dos recursos e da própria noção de abundância. Como já discutimos em outra parte deste texto, os novos materiais devem prover uma redução substancial na demanda dos recursos naturais. Por outro lado, a educação científica e a cultura devem racionalizar as necessidades de consumo, tornando possível a abundância relativa de recursos e bens utilizáveis. Nessas condições, o mercado finalmente poderá tornar-se supérfluo e as relações dos homens com a natureza e dos homens entre si poderão modificar-se radicalmente. Se esta hipótese for utópica, como pensa a maioria dos socialistas da atualidade, a humanidade terá que vagar entre a perspectiva catastrófica de Kurz e a economia do socialismo possível de Nove, até chegar a seu fim. Nem mesmo o comunismo de Kurz, baseado na negação da negação capitalista, passará de um sonho de verão.

De uma maneira ou outra, enquanto essa hipótese permanece polêmica, o melhor é continuar buscando a concretização do sonho dos justos, tendo em vista as possibilidades que se apresentam. Mesmo que a abundância seja uma hipótese viável, até chegar a ela, será necessário caminhar pelo longo caminho da transição

possível, um caminho cheio de riscos, armadilhas e desvios. Os novos países que ingressarem nessa transição vão se beneficiar das experiências do socialismo soviético e do socialismo sobrance. Na verdade, todos eles avançaram demais no planejamento centralizado e na abolição dos mecanismos de mercado. Nesse sentido, tanto a *perestroika* fracassada quanto as reformas e adaptações do socialismo sobrance, representam um recuo, uma retirada estratégica. Os novos países socialistas não precisarão realizar movimentos dessa envergadura. A combinação de mercado, planejamento e intervenção democrática deverá estar dentro do processo geral de socialização da economia e da política. O mercado deverá ser socializado paulatinamente, tanto através da intervenção do Estado quanto da pressão dos trabalhadores e dos consumidores, organizados em suas instituições sindicais, civis e políticas.

Há um certo consenso de que a ação do mercado no socialismo só é compreensível com a existência de diferentes tipos de propriedade, tanto sociais como privadas. Blackburn chama a atenção para o fato de que o social, na propriedade social, não deveria ser derivado de um agente econômico privilegiado – o Estado-nação –, mas de uma plethora de órgãos públicos diferentemente constituídos, mas responsáveis.

Deve-se acrescentar a isso a possibilidade de constituir empresas de propriedade social de parcelas da população, desvinculadas da propriedade estatal ou pública, como as cooperativas de produtores, ou de trabalhadores na indústria, no comércio e nos serviços. Será necessário estabelecer mecanismos econômicos para o processo contínuo, mesmo paulatino e gradual, de socialização mais intensa dessas propriedades sociais e das propriedades privadas.

As sociedades por ações, criadas pelo capital para recolher os recursos financeiros dispersos na sociedade e transformá-los em capital, podem ser utilizadas, no socialismo de transição, para estimular o processo econômico de socialização da propriedade privada. *Joint ventures*, associações e até fusões entre empresas estatais, públicas, cooperativas e privadas podem desempenhar o mesmo papel no processo de socialização.

Em sentido inverso, as empresas privadas poderiam assumir serviços públicos através de contratos de responsabilidade com o Estado, liberando este para as áreas estratégicas da socialização econômica e política. Esses contratos podem levar as empresas privadas a desenvolver uma ação social que deve colocar em tensão sua lógica de rentabilidade, eficiência e produtividade, lógica que normalmente tende a ignorar os problemas e contradições sociais. Essa interação poderia, ain-

da, ser adotada por empresas estatais ou públicas de segunda linha, arrendadas ou cedidas em *leasing*, como sugere Robin Murray, para grupos privados ou cooperativas que estivessem dispostos a observar os critérios que Elson chama de performance social.

Isso traz à baila a possibilidade de utilizar diferentes formas de gestão nas empresas de diferentes tipos de propriedade. Karl Korsh dizia que um plano de socialização não será aceito como realização satisfatória da idéia de socialização se não der atenção à democracia industrial. Isto é, se não estimular o controle direto e a cogestão em cada ramo da indústria e em cada empresa singular, por parte da coletividade daqueles que participam na atividade produtiva da empresa e por parte dos órgãos que a mesma coletividade escolheu, como os conselhos de fábrica, por exemplo. Korsh sugeria a necessidade de eliminar o poder exclusivo da classe dos compradores de força de trabalho, através de dois mecanismos que considerava exigências básicas da socialização: controle da cúpula, por parte da coletividade, e controle da base, por parte dos que participam da produção. Embora Korsh vislumbrasse aí o caminho do sistema dos soviets (conselhos), caminho que sofreu percalços irrecuperáveis, nem por isso sua proposição perdeu validade.

Elson vai na mesma direção, sugerindo que a chave para a direção democrática da atividade econômica deve ser uma interação operacional entre as instituições estatais, reguladas por eleições, as unidades produtivas, internamente democráticas, os cidadãos, exercendo individualmente a supervisão social através de comitês de usuários, diretorias comunitárias etc., e uma larga faixa de grupos ativistas e de campanhas, expressando uma variedade de necessidades e interesses comunitários. Todo esse processo, porém, tende a ter um crescimento bastante desigual no socialismo de transição. Vai depender, em grande medida, do grau que essa democratização econômica alcançou sob a própria gestão capitalista anterior. A revolução científica e tecnológica, por exemplo, está exigindo métodos gerenciais de administração participativa, sistema de produção e controle *just in time* e programação aberta das máquinas, nos quais os operários substituem as chefias na permissão para alterar programações na produção. Para elevar a produtividade, o capital é obrigado a abrir o controle da produção para os operários, criando novas condições para democratizar a atividade econômica.

Entretanto, se isso é verdade para áreas ou regiões desenvolvidas, não é para áreas ou regiões atrasadas ou desigualmente desenvolvidas, onde o processo da direção democrática se implantará de modo mais lento e desigual. Essa situação inclui,

naturalmente, o problema dos empreendedores econômicos, dos riscos dos investimentos e das inovações técnicas e econômicas. Há uma série relativamente grande de socialistas de mercado que supõe ser possível, no contexto de um mercado socialista, orientar as inovações para alcançar um melhor uso dos materiais descartados, ao invés da maximização dos rendimentos. Argumentam que inovação econômica não é a mesma coisa que inovação técnica e citam como exemplo as economias soviéticas que adotaram um sem número de inovações técnicas com sucesso, sem que elas tivessem representado benefícios sociais. Um empreendedor, que fabrica algo que agrada a seus clientes, pode estar realizando uma inovação econômica sem que represente uma inovação técnica. Um sistema de mercado socializado deveria, então, encorajar inovações econômicas desse tipo.

Embora essa preocupação seja louvável e também possa ser incorporada ao planejamento socialista, ela não pode resultar numa diretiva obrigatória indistinta para toda e qualquer economia socialista, sob o risco de resvalar pelos mesmos erros do socialismo de comando. O socialismo de mercado terá que admitir tanto as inovações técnicas, estimulando aquelas que elevam a produtividade do trabalho, a eficiência, a liberação da força de trabalho e a maximização dos rendimentos, quanto as inovações econômicas, que reaproveitem os materiais, melhorem a qualidade e a utilidade dos produtos e satisfaçam melhor as necessidades humanas.

A distinção entre inovações econômicas e técnicas é sutil e só se tornou por demais evidente no socialismo soviético porque os mecanismos de mercado foram abolidos arbitrariamente e artificialmente. As inovações técnicas ocorriam fundamentalmente na indústria bélica e não possuíam canais de aproveitamento na indústria civil. A estrutura de trabalho desestimulava a absorção das inovações técnicas e econômicas pelos setores produtivos e pelos serviços, já que não tinham influência alguma sobre preços, salários, rentabilidade e outros indicadores econômicos. Somente sob a ação desses mecanismos típicos do mercado, aliados a uma decidida intervenção do Estado nas áreas de educação, pesquisa e desenvolvimento, poderão multiplicar-se as inovações técnicas e econômicas, de processos e de produtos, contribuindo para a socialização e, portanto, para a ampliação dos benefícios sociais.

Hayek considerava impossível que o socialismo fosse capaz de estimular as inovações. Para ele, estas dependiam do espírito empreendedor e da capacidade de correr riscos, que só o mercado poderia criar com base na propriedade privada. A propriedade social ou coletiva apagaria a responsabilidade pelas decisões de investi-

mentos, diluindo-a entre a autoridade central e os gerentes ou diretores de empresas. A propriedade privada, ao contrário, daria ênfase à responsabilidade individual, empurrando-a para a frente pela ação da competição. Polanyi argumentou em sentido inverso, mostrando que o mercado, em geral, escapa de seus próprios limites e trata a natureza e o trabalho como simples mercadorias a serem vendidas, pouco se importando se as inovações terão ou não efeitos negativos. Mas não demonstrou, como indica Blackburn, que a responsabilidade econômica no investimento ou o sucesso no empreendimento não requerem, necessariamente, a propriedade privada. A performance de muitas empresas nas economias capitalistas, sejam empresas públicas, sejam cooperativas ou outras formas de associação, combinadas ou não com empresas privadas, seria uma demonstração de que a propriedade privada não tem o monopólio sobre a inovação social e a eficiência econômica. O próprio setor bélico da indústria soviética poderia servir de exemplo.

Por outro lado, Hayek parece haver se esquecido de que, no próprio capitalismo contemporâneo, não são os proprietários privados os grandes empreendedores e inovadores. Os agentes econômicos do capital são assalariados especiais, os chamados executivos, que assumem a responsabilidade pelos riscos da aplicação dos recursos no mercado competitivo, sendo premiados se os resultados econômicos forem positivos, ou sendo penalizados, com rebaixamento de funções ou demissão, se os resultados forem negativos. O mercado socialista pode utilizar mecanismos idênticos. A condição básica para isso é que as empresas estatais, públicas e cooperativas tenham autonomia para atuar no mercado competitivo, estabelecendo regras claras de responsabilidade para seus executivos e para seus coletivos de trabalhadores.

Blackburn defende a idéia de que, numa economia socialista, uma variedade de instituições financeiras de propriedade social – bancos estaduais e regionais, fundos de pensão e associações filantrópicas – poderia oferecer fundos a empresas, num contexto competitivo. Dependendo de como efetivamente aplicam esses fundos, elas teriam que crescer ou minguar. Tributação e segurança social, e um mínimo (e máximo legal) de rendimentos garantidos, deveriam evitar as resultantes desigualdades de classe. Ele admite que alguns elementos de uma economia capitalista contemporânea prefigurariam alguns aspectos desse empreendimento socialista. Uma ausência de crítica a tais elementos poderia ser o *momentum* da acumulação capitalista e sua propensão para pilhar e dividir.

O problema, então, seria saber onde parar o empreendedor antes que ele se

torne um capitalista bem sucedido. Na economia de mercado socialista, segundo Blackburn, poderia haver um teto sobre movimento financeiro das firmas privadas. Após esse teto, elas deveriam ser obrigadas a encontrar uma instituição financeira pública, ou empresa socializada, para apoiar seu posterior desenvolvimento e, assumindo a propriedade, dispensar os ganhos extras ou perdas que herdaria. Deveria, também, estabelecer limites sobre ganhos e perdas, para assegurar as provisões líquidas, tão longas quanto forem necessárias para não erodir a responsabilidade dos agentes econômicos pelas conseqüências de suas decisões.

Essas são idéias que estão sendo aplicadas na China e no Vietnã, mas não têm conseguido evitar desigualdades, nem o surgimento de empreendedores capitalistas, já que os mínimos e máximos de rendimentos e os tetos sobre as movimentações financeiras não são, nem podem ser, valores fixos. Eles se modificam muito rapidamente com a elevação da produtividade. O importante no processo é que exista realmente uma variedade de fundos públicos e instituições financeiras capazes de realizar investimentos num contexto jurídico que permita as mesmas condições de concorrência. Mesmo assim, isto não conduzirá a resultados iguais e haverá empresas estatais, públicas e cooperadas que sofrerão perdas e deverão assumir as responsabilidades resultantes. A existência de empresas privadas, por outro lado, tornará a competição mais complexa, embora sob o mesmo arcabouço jurídico. As empresas de propriedade social terão que demonstrar eficiência não só em termos comparativos entre si, mas em relação àquelas empresas privadas.

Essa competição estabelece, queira-se ou não, um padrão concorrencial que tende para o modelo capitalista, gerando as conseqüências que se conhece. Por isso, Blackburn pensa que não se deveria considerar bem-vindo qualquer tipo de reforma de mercado. Ou considerar que mercado mais propriedade estatal pudesse fornecer a resposta. Ele lembra que as reformas de mercado empreendidas na Iugoslávia e no modelo soviético geraram desigualdade e desemprego, sem alcançar a produtividade e a amplitude de consumo de um sistema capitalista avançado. Para ele, onde há um grande número de empresas de tamanho modesto, as reformas de mercado podem ter sucesso em seus próprios termos, como na China em relação à agricultura e à indústria leve, mas não na indústria pesada.

Ele talvez não tenha se dado conta, porém, de que isso pode ser verdade por algum tempo, em vista das disparidades de produtividade e composição orgânica do capital na agricultura, indústria leve e indústria de bens de produção. Mas a tendência geral é de elevação dos padrões tecnológicos, de concentração e centra-

lização da produção, de maior intensividade do capital, sem o que a socialização da produção não ocorre. E isso, mesmo que não existisse a propriedade privada e o mercado, geraria desemprego e desigualdade no desenvolvimento. A não ser que se retornasse ao sistema de pleno emprego burocrático, que estancaria a elevação da produtividade e, na ponta, conduziria a uma equalização na distribuição da pobreza, na melhor das hipóteses.

Não é possível ter mercado socialista somente aproveitando o lado bom do mercado. O caminho da transição por um socialismo de mercado deve gerar, necessariamente, desemprego e desigualdades. O problema não consiste em evitar esses problemas a curto prazo (a não ser, talvez, nos países capitalistas avançados que ingressem na transição). Consiste em evitar as polarizações e os quadros de miséria de massa dos países capitalistas. E, ao mesmo tempo, numa perspectiva de longo prazo, desenvolver mecanismos que permitam incorporar paulatinamente na vida social, como equivalentes, o direito ao trabalho e ao não-trabalho. O mercado deve ser visto como um aspecto de processo produtivo, que tanto pode gerar poder criativo e socialização da produção quanto poder destrutivo e desigualdade na distribuição.

O Estado socialista deve atuar em tal contexto, estimulando esse poder criativo e a socialização econômica, inclusive aproveitando-se das experiências do capitalismo desenvolvido na utilização de formas de coordenação avançadas e na elevação da produtividade e da eficiência. A constante elevação da produtividade, da eficiência e da coordenação econômica são a base segura de financiamento do Estado e das políticas sociais que ele precisa implementar para evitar as polarizações, reduzir as desigualdades e encaminhar a solução do desemprego, em particular, do desemprego estrutural.

Por outro lado, há uma tendência a considerar que, mesmo num mercado socialista, a força de trabalho não deva ser considerada mercadoria. Assim, o salário ou preço do trabalho não deveria ser determinado pelo mercado, o que evitaria, entre outras coisas, a propensão de elevar a eficiência e a rentabilidade das empresas pela compressão salarial. Esse desejo pio esbarra, porém, com o fato de que o valor da força de trabalho só pode ser determinado pela soma dos valores das mercadorias que permitem a sua reprodução, aí incluídos não somente a alimentação, moradia e roupa, mas igualmente educação, saúde, lazer e outras necessidades, atendidas ou não parcialmente pelas empresas ou pelo Estado.

A remuneração do trabalho deverá ser feita cobrindo toda a soma desses va-

lores (portanto, conforme as necessidades da força de trabalho), ou de acordo com o trabalho efetivo gerado pela força do trabalho (portanto, de acordo com o resultado do trabalho). Neste último caso, a remuneração variará acima ou abaixo do valor da força de trabalho em questão e o mercado continuará ditando, em grau considerável, seu preço. Do mesmo modo que, no capitalismo, as organizações sindicais e civis dos assalariados terão que pressionar os empresários privados e sociais pela elevação dos salários e redução das jornadas de trabalho. E o Estado terá que exercer uma ação reguladora e fiscalizadora mais intensa para evitar abusos e pressionar o mercado no sentido de elevar a eficiência e a rentabilidade por meio da diminuição de custos, das inovações técnicas, da elevação da produtividade e da melhoria da qualidade dos produtos. A força de trabalho só deixará de ser mercadoria quando o próprio trabalho humano, em vista da escala da produtividade, perder sua função obrigatória de gerar mais valor.

Esse é, aliás, somente um dos problemas complexos que uma economia socialista de mercado terá que enfrentar. Não é fácil regular e introduzir planejamento onde milhões de agentes econômicos atuam com certa liberdade em busca de seus próprios rendimentos e vantagens. Mais difícil ainda é estimular empresas e indivíduos a levar em conta os custos e necessidades sociais. Realizar aquilo que Elson chama de socialização do mercado abrange uma complexa combinação de estímulos. Por um lado, às atividades empreendedoras, de risco e inovadores, dos milhões de atores econômicos privados e sociais. Por outro, com medidas reguladoras que induzam parte dessas atividades para objetivos sociais e de interesse geral. Isso abrange uma gama relativamente grande de problemas, desde preservação do meio ambiente, redução do uso de recursos naturais, conservação de energia, incentivo a projetos de pesquisa e desenvolvimento e difusão de tecnologias, até investimentos em educação, saúde, previdência e seguridade social.

Quanto mais ampla for a participação social na política e, portanto, nos assuntos da economia, através das instituições dos diferentes segmentos da população, mais democrático será o planejamento e a intervenção estatal e mais campo poderá existir para aquela combinação. Elson e Paul Singer sugerem, por exemplo, a constituição de câmaras de preços que poderiam ajudar a dar mais visibilidade às tendências do mercado e evitar custos excessivos. Outros mecanismos participativos, que já vêm sendo empregados pelo próprio capital desenvolvido, como os mercados internos e o *can ban*, poderiam contribuir para que as empresas públicas e privadas captassem mais facilmente os interesses dos consumidores e suas

necessidades, influenciando sobre as ordens de produção. A questão geral é saber até onde a intervenção estatal está contribuindo para a socialização efetiva e não artificial da economia e até onde a ação do mercado está agindo no mesmo sentido, com menos ênfase para seus aspectos desagregadores, anárquicos e incentivadores das desigualdades e da miséria de massa.

O mercado é fundamental para a concorrência atuar e revolucionar as forças produtivas, elevando a produtividade e a rentabilidade. Mas o mercado gera, igualmente, desigualdades de renda entre indivíduos e regiões, polarizações econômicas e sociais, maior divisão de classe e as condições para choques sociais e políticos. O Estado é obrigado, então, a trabalhar com políticas muitas vezes contraditórias. Sua intervenção no mercado terá que buscar a elevação da competitividade entre as empresas; o crescimento mais rápido de algumas delas para servir de acicate ao crescimento das demais; o crescimento mais veloz da renda de alguns indivíduos para incentivar os demais a seguir o mesmo caminho; a liberação da mão-de-obra excedente para diminuir o número de trabalhadores necessários e produzir uma quantidade maior de artigos em menos tempo; e o aumento do lucro para elevar a taxa de investimentos.

Mas, ao mesmo tempo, terá que evitar que a competição se transforme numa guerra cega. Terá que estimular uma cooperação que, em geral, não existe entre empresas concorrentes. Terá que intervir no sentido de evitar que o *gap* entre as empresas avançadas e atrasadas se transforme num fosso intransponível, que leve as atrasadas à falência pela perda de competitividade, embora isso não seja de todo evitável. Terá que atuar conscientemente para impedir que a riqueza forme um pólos utilizando mecanismos econômicos e administrativos para realizar uma redistribuição de renda menos desigual. E terá que criar mecanismos que combinem a redução da jornada de trabalho com seguro desemprego, renda mínima e reciclagem da força de trabalho, para evitar a degradação dos desempregados. É fundamental ganhar experiência para um mundo em que todos deverão ter direito ao não-trabalho e o direito ao trabalho deverá ser regulado em moldes totalmente novos.

A intervenção e o planejamento estatais, por outro lado, sempre correm o risco de ir além dos limites adequados. Os ciclos estatistas ocorridos nos países capitalistas, e sua exacerbação nos países socialistas de tipo soviético, apontam para as distorções a que pode chegar o poder de Estado se não forem colocados freios à sua ação. Na transição socialista, essa tendência a fazer com que o Estado aja no sentido

de impedir os conhecidos malefícios do mercado e avançar mais rapidamente na socialização é ainda mais forte. E o pior é que essa tendência se reflete principalmente em medidas administrativas, aparentemente mais eficazes e mais rápidas, em lugar das ações econômicas mais duradouras, mas de resultados mais lentos. Tabelar ou controlar preços e salários, por exemplo, parece muito mais eficaz do que elevar a produtividade e a produção, que demandam mais tempo e esforço. No entanto, a maneira mais segura de estabilizar ou baixar preços consiste em ampliar a produção através de uma efetiva elevação da produtividade. O que permite, em contrapartida, o aumento real dos salários.

Tendências idênticas ocorrem na disputa com os monopólios e, em geral, com as empresas capitalistas. Tendo o poder nas mãos, a inclinação se volta quase sempre para resolver o litígio através do confisco da propriedade privada e sua transformação em propriedade social, mesmo que as condições para essa medida ainda não estejam realmente maduras. Mas isso parece bem mais fácil do que elevar a eficiência das empresas estatais e fazê-las derrotar as empresas capitalistas, inclusive os oligopólios, no terreno econômico, embora a longo prazo esta solução seja muito mais produtiva para a transição socialista. Mesmo Dahrendorf reconhece que quebrar o monopólio econômico não é tarefa fácil, necessitando algum tipo de política ou legislação anti-monopolista. Mas isso não significa a impossibilidade de derrotar o monopólio e o oligopólio no campo econômico.

A forte tendência em adotar medidas administrativas ou político-administrativas em lugar das ações no terreno econômico reforçam o componente burocrático que é próprio da natureza do poder de Estado, criando um sistema de auto-alimentação corporativa que pode desvirtuar completamente a função do Estado como elemento primordial para a transição. Quando isso acontece, o mais viável é cair no tipo soviético ou ser obrigado a realizar uma reforma em profundidade para retomar o caminho perdido. Tanto é possível a eclosão de uma Revolução Cultural, para desestruturar a burocracia e abrir novos caminhos, quanto a instituição de algum tipo de *glasnost*, que leve à desagregação do tecido econômico e social e permita a exacerbação monetarista como reação à exacerbação estatista.

Uma dosagem adequada de intervenção e planejamento estatal sobre o mercado na sociedade de transição socialista não impede, porém, a ocorrência de desequilíbrios econômicos, sociais e políticos no processo de desenvolvimento da sociedade. Na maioria dos países do mundo, há diversos tipos de desequilíbrios, formados historicamente, que não são superáveis a curto e nem mesmo a médio prazo. Em

certas situações, esses desequilíbrios podem até aumentar se não forem encontradas soluções pertinentes. Ou se forem copiadas, sem qualquer crítica, soluções que se mostraram eficazes, mas em outro contexto e em outro momento.

Investimentos acima de uma determinada escala podem causar demandas excessivas em matérias-primas e energia, gerando aquecimento indesejável na economia, com inflação e outros fenômenos pouco saudáveis. Uma elevação muito rápida da produtividade pode, eventualmente, liberar muito mais força de trabalho do que a capacidade do sistema de seguro e de realocação da mão-de-obra, propiciando a existência de uma massa de desempregados intolerável para o país. O afluxo intenso de capitais estrangeiros também pode desequilibrar a relação entre os diversos tipos de propriedade e produzir pressões inflacionárias ou outros tipos de tensão, colocando em risco a estabilidade econômica.

Não é um caminho fácil o da socialização do mercado, mas é o que melhores chances oferece de sair do capitalismo sem cair na fracassada experiência da economia de comando soviética. Há sempre o perigo de retornar ao capitalismo. Mas isso pode ocorrer em qualquer dos casos e é o risco da própria luta.

RISCO CALCULADO

A socialização econômica e a socialização política, que a transição socialista deve realizar nas condições de existência de mercado, apresentam, além dos problemas apontados, outro tão ou mais complexo. Hobsbawm sustenta que, na sociedade das comunicações, mídia, viagens e economias transnacionais globais, é impossível isolar as populações socialistas das informações do mundo não socialista, isto é, de conhecer o quanto estão piores em termos materiais e liberdade de escolha. Já vimos o quanto essa situação contribuiu para a derrocada do Leste Europeu. Hobsbawm poderia haver acrescentado que, no estágio alcançado pelas forças produtivas de amplitude mundial, nenhuma nação consegue continuar desenvolvendo-se se não estiver em constante intercâmbio científico e tecnológico com as demais, o que inclui intercâmbio de mercadorias, capitais e pessoas.

Enzensberger assegura que não foram os trabalhadores, mas os capitalistas e os tecnólogos de todos os países, que colocaram em prática o internacionalismo. A idéia de uma sociedade mundial vem sendo estabelecida pelo anônimo mercado mundial, simbolizado por um punhado de ícones e dominado pelas multinacionais, os grandes bancos e as organizações financeiras para-estatais. A longo prazo, se nada interferisse nesse rumo, cairíamos nas previsões de Kurz. Mas como ficam,

nesse meio tempo, as sociedades que por acaso ingressarem na transição socialista? Participam ou não do mercado mundial dominado pelo sistema capitalista? Já tivemos ocasião de ver como o socialismo soviético respondeu a essas questões, colocando-se fora do mercado mundial capitalista, até ver-se constrangido a aceitar sua participação, de um modo enviesado, sem estratégia definida e com poucas condições de aproveitar suas vantagens comparativas. Apesar dessa experiência, este é um aspecto das políticas socialistas que quase não tem sido enfocado. Os socialistas foram acostumados com a visão tradicional de que a exportação de capitais e mercadorias pelo capital era o principal instrumento de subordinação dos países pobres aos países ricos, o que não deixa de ter uma grande dose de verdade. A partir dessa compreensão, houve mesmo socialistas que concluíram que a dominação econômica dos países pobres pelos ricos imperialistas deveria, necessariamente, representar estagnação e mais atraso para os pobres.

Não há dúvida de que os países capitalistas desenvolvidos espoliaram, até de forma brutal, os países do terceiro e quarto mundos, através da exportação de suas indústrias, grande parte delas tecnologicamente superadas, para os territórios daqueles países. Utilizaram-se de *dumping*, pressões políticas e militares, subversão e todos os meios imagináveis. Tudo de modo a garantir a ação de transferência da riqueza produzida nas regiões e países menos desenvolvidos para as regiões e países centrais. Como, nessas condições, se poderia supor que os países socialistas pudessem participar do mercado mundial, adquirindo e vendendo tecnologias, abrindo-se para receber investimentos estrangeiros, recebendo técnicos e empresários estrangeiros, importando mercadorias e, paradoxo dos paradoxos, investindo em outros países e enviando técnicos e empresários para o exterior? Além disso, é preciso lembrar que o capitalismo da Guerra Fria abria poucas oportunidades para a participação ativa dos países socialistas no mercado mundial. Por outro lado, é difícil supor que os socialistas estivessem dispostos a essa participação, mesmo que a situação fosse menos tensa. Como comprova Luís Fernandes, toda sua política sempre esteve voltada para romper com o mercado mundial dominado pelo capital e criar um mercado ou campo oposto, como foi o caso do Comecon.

Evidentemente, a comprovação de que os investimentos estrangeiros podiam estimular o desenvolvimento capitalista das nações onde atuavam foi um golpe sério nas convicções sobre a inevitável estagnação econômica, em virtude da penetração imperialista. Embora ressalvando que esse desenvolvimento, particularmente no pós-guerra, ocorreu paralelo a um brutal crescimento da miséria

de massa, foi preciso levar em conta que a exportação de capitais era fator de expansão do modo capitalista de produção nos países para onde se dirigia, e não de manutenção pura e simples da ordem antiga. No entanto, mesmo após aceitarem esse fato, os socialistas não foram capazes de observar que alguns países em desenvolvimento souberam tirar melhor proveito daquelas exportações de capital, impondo condições para que elas se realizassem, subordinando as empresas estrangeiras a sua própria lei e acertando com elas acordos e contratos de benefício mútuo, embora seu cumprimento fosse sempre passível de atritos e conflitos.

Por incrível que pareça, conseguiram manter sua soberania, proteger e fazer crescer sua própria indústria nacional e atuar ativa e agressivamente no mercado mundial. O caso mais notável é o do Japão, país derrotado e praticamente destruído durante a Segunda Guerra Mundial, ocupado militarmente pelos Estados Unidos. Parecia fadado a ser completamente dominado pelos trustes e monopólios americanos e a dançar conforme a batuta dos governos que se revezassem em Washington. Num tempo histórico relativamente curto, porém, os japoneses inverteram a situação e hoje concorrem com os norte-americanos no próprio mercado dos Estados Unidos. A partir de certo momento, inclusive, passaram a estabelecer políticas muito restritivas para a ação das empresas estrangeiras no mercado interno japonês, embora sem admitirem isso formalmente. Em sentido contrário, as empresas nipônicas usam e abusam da prática de *dumping* nos mercados externos, como estratégia competitiva de conquista desses mercados.

Pode-se alegar que o Japão fora uma grande potência industrial, com recursos técnicos e tradição que contribuíram decisivamente para a recuperação de sua posição mundial. Mas isso não nega o fato de que, durante um período razoável, a economia japonesa parecia dominada pelos poderosos monopólios americanos. Aliás, situação idêntica foi vivida pela Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Cingapura, mais tarde identificados como tigres asiáticos, e pela Tailândia e Malásia, países recentemente industrializados da Ásia do Pacífico. Todos eles garantiam fatias do mercado interno para suas próprias indústrias que se dispusessem a competir agressivamente no mercado internacional, realizaram uma política de abertura para investimentos estrangeiros que aportassem tecnologias de ponta e fossem voltadas preferencialmente para o mercado externo e estabeleceram critérios para a ação e o funcionamento das empresas transnacionais, incluindo impostos sobre lucros e duração dos investimentos. Assim, em lugar de se tornarem pasto dominado pelos monopólios estrangeiros, passaram a competir com eles em diversas regiões do mundo.

A China adotou política idêntica de abertura ao exterior a partir de 1978, seguindo-se a ela, mais recentemente, o Vietnã, Cuba e Coréia do Norte. É lógico que o Japão, os tigres asiáticos e os países de industrialização recente aproveitaram-se de uma situação excepcional de Guerra Fria e tiraram partido dela em seu próprio interesse. A China aproveitou-se, em grande medida, da fase final dessa situação, mas também da tendência declinante do ritmo de crescimento econômico dos países centrais, para captar investimentos e tecnologias. E as turbulências aparentemente inesperadas, surgidas após o colapso do socialismo europeu, fizeram aparecer novos aspectos favoráveis para os países do socialismo sobrance ingressarem no mercado mundial, mantendo sua soberania e conseguindo alguma vantagem.

Pode-se, em geral, admitir que é possível, em diferentes momentos, encontrar situações relativamente favoráveis para participar do mercado mundial capitalista, oferecendo vantagens mútuas e conservando a soberania. Evidentemente, esse mercado não é um parque de diversões para crianças. Mesmo os parques infantis têm montanhas russas, trens fantasmas e outros brinquedos meio aterrorizantes. O mercado mundial capitalista é uma arena de leões e tigres, onde se cruzam embates de alto risco e extremamente complexos. Demanda, portanto, uma política de Estado, com estratégias claras, objetivos definidos e consciência das concessões a serem feitas e dos limites a que se pode chegar, assim como dos benefícios perseguidos em troca de tais concessões.

Apesar de todos os perigos, o mercado mundial não pode ser deixado de lado. Sem participar e sem competir nele, é praticamente impossível acompanhar os padrões de produtividade, beneficiar-se dos avanços científicos e tecnológicos, nivelar os padrões de vida das populações nacionais pelo padrão internacional e, desse modo, incrementar a socialização da economia. Somente dessa forma, as populações socialistas poderão ter a oportunidade de saber não só se estão piores, mas se estão melhores em termos materiais e liberdade de escolha.

Rubio tem razão quando diz que o incremento das comunicações configura uma coletivização imaginária das desigualdades, na medida em que se desenvolve uma exibição mundial de bens inalcançáveis pela maioria, ao mesmo tempo que se universalizam as expectativas e ganha força a noção de que existem direitos comuns ao gênero humano. Geram-se, assim, expectativas e decepções de expressão múltipla, migrações dos refugiados da pobreza, frustrações políticas e radicalizações de todo tipo (xenofobia, racismos, fundamentalismos).

Nessas condições, o socialismo, mesmo sendo um socialismo de mercado, com

todos os problemas que a economia mercantil gera, pode participar do mercado mundial com diversas vantagens comparativas. Inclusive, expondo as possibilidades de realizar o crescimento econômico sem produzir desigualdades e miséria de massa tão brutais quanto as geradas pelo sistema de produção-para-lucro. Na coletivização imaginária das desigualdades do mundo de hoje, a transição socialista pode apresentar uma expectativa diferente. Não deixa de ser um risco. Mas é um risco calculado.

A SOCIALIZAÇÃO DEMOCRÁTICA

A socialização da política ou a democratização do poder é outro aspecto-chave do processo de transição socialista. Já notamos como os social-democratas e os socialistas revolucionários não conseguiram encaminhar satisfatoriamente a solução desse problema, seja devido à imprevista ampliação do Estado nos países capitalistas desenvolvidos, seja pela cristalização da velha, fechada e anacrônica forma de Estado nos países capitalistas atrasados. O mundo de hoje, infelizmente, ainda apresenta as mesmas disparidades nas formas de Estado, apesar de a democracia haver alargado sua presença em vários países do terceiro e do antigo segundo mundos.

Assim como no período de Bernstein, Kautsky, Rosa Luxemburgo, Mille-
rand, Lênin e outros pensadores socialistas, marxistas ou não, que se confrontaram com o problema, hoje vemo-nos de novo às voltas com as possibilidades e os limites da democracia liberal, de dar-lhe ou não continuidade na transição socialista, ou de romper totalmente com ela, independentemente da forma de passagem do capitalismo para o socialismo de transição. Bobbio tem mantido o ponto de vista de que as normas e instituições da democracia liberal são essenciais ao socialismo, tese que se tornou muito receptiva durante e após o colapso do socialismo despótico do Leste Europeu e, particularmente, após os incidentes de Pequim.

Coutinho, por seu lado, pensa que a relação da democracia de massas, ou socialista, com a democracia liberal, não é uma relação de negação, mas de superação dialética: a democracia de massas conserva e eleva a nível superior as conquistas da democracia liberal. Em outros termos, a democracia socialista deveria conservar e elevar a nível superior o pluralismo da sociedade civil, a conquista do consenso pela via da hegemonia política, os mecanismos que regulamentam as disputas políticas para sacramentar a hegemonia real. Ou, ainda, o Estado de direito, judiciário autônomo, parlamentos representativos, acrescentados de novos mecanismos de exercício da soberania popular e do controle social.

Coutinho tem razão quando sugere que a democracia socialista deve conservar e, ao mesmo tempo, destruir a democracia liberal. Para ele, o desafio é buscar a síntese entre o predomínio da vontade geral (expressa no consenso e na hegemonia política) e a conservação do pluralismo (expresso na diversidade da sociedade civil de múltiplos interesses). A socialização da política (pelo menos onde ela ocorre, é lógico) já criou ou, pelo menos, já esboçou as soluções institucionais para aquela síntese, através da integração entre os organismos populares de democracia de base (criados de baixo para cima) e os mecanismos tradicionais de representação indireta (como os parlamentos). Estes, sob a pressão da sociedade civil, podem adquirir uma nova função, como local de síntese política das demandas dos vários sujeitos coletivos. Tornam-se a instância institucional decisiva de expressão da hegemonia negociada, nova forma de governo baseada na articulação entre democracia representativa e democracia direta.

Milliband também considera que o pluralismo, com muitos centros de poder fora do Estado, só pode florescer num regime onde as liberdades burguesas estiverem completamente garantidas e estendidas e vigilantemente defendidas por uma imprensa e outras mídias livres e por muitas outras fontes. A democracia socialista, deste ponto de vista, seria um sistema de poder dual, no qual o poder de Estado e o poder popular complementam-se, mas também controlam um ao outro. Milliband não afirma, mas é de supor que haverá sempre um tensionamento entre ambos, a par da complementação, resultando numa articulação complexa. Dahrendorf assegura que a sociedade civil significa a criação de uma apertada rede de instituições e organizações autônomas que tem não um, mas milhares de centros. Por isso mesmo, aponta, não pode ser facilmente destruída por um monopolista disfarçado de governo e partido.

Max Adler, no debate do início do século, salientava a contradição da democracia. A democracia burguesa se revela como uma grande e trágica ilusão, se a medirmos pelo parâmetro da emancipação social, desde que esta, expressa na igualdade, só pode afirmar-se como uma instância da democracia. Por isso, Adler considerava que só se poderia chegar à democracia política através do socialismo. O conceito de democracia era ambíguo se tomado separado de suas relações com a divisão de classes da sociedade burguesa. Eis porque ele fazia distinção entre democracia burguesa e democracia social, já que um conceito mais amplo de democracia não deveria significar apenas igualdade de direitos, mas também poder do povo. Para ele, este poder do povo não poderia ser plenamente realizado com

as formas tradicionais da democracia no interior de uma sociedade de classes. As argumentações de Rosa Luxemburgo orientavam-se no mesmo sentido.

Temos, desse modo, abordagens a partir de pontos diferentes, mas que podem ser sintetizadas na idéia de que a socialização da economia e a socialização política guardam uma certa correspondência e uma relação mútua de causa e efeito. A socialização econômica, desenvolvida pelo capitalismo, força os limites da democracia liberal de modo constante e persistente, até mesmo contra a própria burguesia, alargando-a e expandindo-a através da criação e diversificação da sociedade civil e da transformação do Estado em arena da própria luta de classes. Força, portanto, a socialização mesma da política ou a democratização do poder. Por outro lado, o poder só se democratiza realmente, só alcança a socialização política completa, quando estende a igualdade dos direitos políticos e civis à igualdade econômica, quando a socialização se estende da produção à propriedade.

A transição socialista terá que atuar sobre esses diferentes aspectos da socialização política em articulação com a socialização econômica, a partir das condições reais em que ingressar na transição. Às vezes, na ânsia de evitar os mesmos descaminhos do socialismo soviético e do sobranço, muitos socialistas discutem o problema da democratização do poder como se todos os países do mundo já houvessem construído razoáveis sociedades civis, ampliando os seus Estados, e estivessem prontos para realizar a integração dos organismos populares da democracia de base com os mecanismos tradicionais de representação indireta. Esquecem-se de que, como no passado, ainda há uma gama enorme de países onde a transição socialista terá que construir não só a sociedade civil, como até mesmo os mecanismos de representação indireta, em condições nem sempre favoráveis. Em outros, há disparidades e distorções evidentes na construção da sociedade civil e nos mecanismos de representação, exigindo reformas que podem ser mais complexas do que a nossa ingênua filosofia.

De uma maneira ou outra, as possibilidades de desequilíbrios econômicos e políticos no processo de transição socialista são ilimitadas. E isso poderá ocorrer tanto nas formações com alto desenvolvimento da sociedade civil como em formações com sociedades civis fracas e Estados cujos antecessores eram fechados e repressores. Talvez com muito mais razão nestas do que naquelas, mas, em qualquer dos casos, seria fechar os olhos à realidade supor que a negociação e o entendimento constituirão o caminho absoluto para resolver as crises e atritos que tais desequilíbrios podem fazer surgir.

Um fator permanente de pressão residirá nas disputas ideológicas e políticas, por mais democratizado e aberto que seja o regime político. Elas podem refletir caminhos próprios que cada tipo de propriedade existente tende a seguir em seu desenvolvimento.

A propriedade privada sempre pretenderá mover-se num mercado mais livre e pouco regulamentado, em que possa expandir-se sem peias. Os diversos tipos de propriedade cooperativa vacilarão entre as vantagens e as desvantagens que o mercado mais ou menos aberto oferece. E a propriedade estatal e pública procurará quase sempre valer-se das regulamentações para livrar-se das dificuldades e das exigências do mercado. Tais disputas podem exprimir, ainda, a situação das diversas classes e segmentos sociais para colher o máximo de benefícios, se o crescimento for ascendente, ou ter o mínimo de perdas, nos momentos de reajuste ou crise.

Podem expressar, igualmente, um momentâneo agravamento das desigualdades econômicas e sociais, a eclosão de aspirações dos setores afluentes da intelectualidade técnica e científica por maior participação no poder, a indignação contra surtos de corrupção, a resistência contra atos continuados das autoridades públicas infringindo a própria legalidade, expectativas de reformas na legalidade no sentido de ampliá-la, e assim por diante. Cada sociedade apresentará problemas e desequilíbrios que lhe são específicos. Quanto tempo a sociedade norteamericana terá que gastar para tratar e superar os problemas raciais? Quantos choques étnicos e tribais as sociedades africanas assistirão, obrigando intervenções nem sempre suaves do poder de Estado? Assim, não serão a legitimidade e a hegemonia consensual dos socialistas em relação à maioria da população que tornarão a transição socialista uma tranquilidade negociada. Pode até ocorrer que a burguesia se submeta à nova ordem e se alinhe às novas regras do mercado, sob os vários mecanismos de intervenção do Estado. A bem da verdade, isso não será muito diferente dos mercados impuros existentes em vários países capitalistas, talvez com a desvantagem de que no mercado socialista de transição deve haver uma clara determinação de avançar no sentido da socialização completa, embora de forma gradual. Nestas condições peculiares, a luta de classes pode mesmo ter uma presença secundária.

Apesar disso, seria um engano esquecê-la e considerá-la morta. A burguesia e outras eventuais forças pró-capitalistas estarão sempre propensas a aproveitar-se dos desequilíbrios e de qualquer irrupção de descontentamentos para transformá-los em ações a seu favor. Movimentos por mais abertura, melhores condições

de vida, contra a corrupção, por mais liberdades, mais democracia sempre deverão acontecer nas sociedades de transição, independentemente do grau de democratização alcançado. E ensinarão que, no meio de demandas justas, penetrem objetivos pouco confessáveis de reversão do poder.

O poder sandinista jamais poderá ser comparado aos regimes burocrático-repressivos do Leste Europeu, embora possa haver cometido arbitrariedades de diferentes tipos no tratamento dos desequilíbrios aparecidos na Nicarágua pós-revolução. Mesmo que essas arbitrariedades tenham sido insignificantes, isso não a teria salvo do bloqueio e da contra-insurgência cruéis, diante da perspectiva de ingressar num processo de transição para o socialismo. O acordo de pacificação e o rodízio de governo ainda são capítulos inacabados, assemelhando-se mais a uma trégua armada, na qual os contendores procuram lamber as feridas e preparar-se para a próxima batalha.

Na mesma linha de raciocínio, seria uma santa ingenuidade supor que a primavera de Pequim e o confronto sangrento da Praça da Paz Celestial tenham sido frutos exclusivos da repressão de um regime despótico sobre justas demandas democráticas. Acontecimentos desse tipo poderão eclodir em qualquer sociedade de transição. Regimes políticos socialistas mais democratizados não estarão isentos dessa fatalidade, a não ser que sejam dirigidos por homens e mulheres infalíveis, perfeitos em sua clarividência e na capacidade de prevenir e tratar os desequilíbrios econômicos, sociais e políticos.

Talvez não sejam poucas as vezes em que os socialistas no poder, ou fora dele, terão que se confrontar com a difícil decisão de ter que apelar para a violência das armas a fim de evitar que suas próprias cabeças rolem, depois que o movimento por demandas justas for ultrapassado pelas forças que o manipularam com outros objetivos. As forças socialistas e democráticas que desencadearam os movimentos para a modificação do regime despótico da antiga Alemanha Oriental eram contrárias ao processo acelerado de reunificação das duas Alemanhas. Tinham claro que isso só poderia significar a anexação do lado oriental pelo ocidental e o desmonte de todas as suas conquistas sociais. Até hoje, estão sem entender bem como foi possível perder o controle sobre um movimento em que pareciam haver conquistado a hegemonia.

Em Angola, acreditou-se completamente na pacificação e no poder infalível da disputa democrática e eleitoral para nivelar as diferenças e estabelecer regras consensualmente aceitáveis. A vida está mostrando cruelmente, aliás, como quase

sempre fez, que não bastam as boas intenções do lado socialista para que o outro se conforme com as mesmas regras do jogo. Interesses antagônicos, interferências externas, rivalidades étnicas, religiosas e nacionais, ignorância e mesmo o caráter daqueles que a história colocou à frente dos campos em disputa poderão influir sobre o desenrolar dos acontecimentos. E sobre os desejos de que os mecanismos democráticos constituam um antídoto automático às tentativas de subverter por outros meios a orientação socialista do Estado.

Desse modo, o grande perigo dos Estados de transição socialista não está em se verem obrigados a ter que reprimir sedições ou outros atos ilegais, mesmo que aparentemente camuflados por justas demandas. O grande perigo consiste em radicalizar a ação repressiva e tomá-la como pretexto para restringir e retardar a democratização, ao invés de encará-la como lição para avançar na incorporação e maior participação da população no controle social e na tomada de decisões políticas. Ou, ainda, em aproveitar os acontecimentos para avançar prematuramente nas medidas relacionadas com a eliminação da burguesia e, conseqüentemente, na abolição da propriedade privada antes das condições para tanto haverem amadurecido.

As disputas e os confrontos políticos terão que ser admitidos, na legalidade socialista, como resultado natural do desenvolvimento da sociedade civil pluralista e de sua aspiração de assumir as funções do Estado. Este, por seu lado, mesmo procurando expressar a vontade geral, só conseguirá concretizar essa missão à medida que se abrir à participação política da sociedade civil. Mas esse processo é tanto consensual como conflituoso. Haverá momentos em que o pluralismo enrijecerá suas tendências corporativas, obrigando o Estado a capitular ou, em sentido contrário, a cristalizar sua interpretação da vontade geral, mesmo que ela seja só parcialmente verdadeira. Essas contradições exigem do Estado socialista de transição uma permanente preocupação para reduzir as polarizações econômicas, sociais e políticas e resolvê-las pela via da negociação e do entendimento. E, caso falhe a negociação e o entendimento, lembrar permanentemente que a solução do conflito pela força não elimina suas causas, mas somente suas manifestações.

Qualquer que seja o tempo necessário para superar todos os problemas de transição socialista, será imprescindível perseguir a socialização econômica e a democratização do poder de modo constante e perseverante. Demonstrar, como pensava Dickinson, que uma economia socialista é compatível com o funcionamento, de fato e necessário, da democracia política e da salvaguarda das liberdades

individuais. Ou, como supunha Adler, que a democracia socialista consiga uma forma política que promova o autogoverno de todo o povo, introduzindo no sistema institucional um anel específico, resgatando o valor democrático-socialista da soberania popular. Até lá, um dos problemas mais importantes da democratização socialista é incorporar ao Estado, de forma gradual, mas crescente, o poder social dos trabalhadores, à medida que a socialização econômica avançar.

O RENASCIMENTO DO TRABALHO

A transição socialista não poderá livrar-se, como temos repetido ao longo deste texto, do problema da liberação da força de trabalho. A permanente revolução das forças produtivas é uma condição do processo de socialização e resulta, inevitavelmente, no descarte do trabalho e, portanto, do trabalhador. No capitalismo desenvolvido, esse processo já alcançou o nível de descarte da própria força de trabalho qualificada, numa tendência que parece acelerar-se. Até agora, a maioria dos socialistas tem pensado em resolver essa situação através do pleno emprego, adotando acima de tudo uma postura moral contra uma das mais gritantes consequências da expansão do sistema de produção-para-lucro.

A experiência dos países socialistas de tipo soviético mostrou, porém, de forma cristalina, que a manutenção do pleno emprego, além de representar um freio ao desenvolvimento das forças produtivas e da produtividade, transforma-se igualmente num sustentáculo à manutenção da sociedade do trabalho, sociedade que tende a conservar os homens subjugados e alienados.

Os homens só terão condições de desabrochar suas faculdades verdadeiramente humanas quando o avanço tecnológico das forças produtivas lhes permitir trabalhar, não por necessidade de sobrevivência, para ganhar o pão de cada dia, mas por uma necessidade do próprio organismo humano, como condição para o seu desenvolvimento físico e intelectual. Kurz tem plena razão quando aponta esse problema como uma contradição dos socialismos existentes em relação aos paradigmas de Marx. Se o capitalismo elimina o trabalho de forma negativa, degradando e destruindo o detentor da força de trabalho, o socialismo não pode nem deve, em contraposição, querer eliminar o capitalismo através da conservação do trabalho como categoria eterna.

O erro de Kurz não consiste, nesse sentido, em criticar o que chama de antiga ontologia do trabalho, supostamente anticapitalista. Sua ilusão assenta-se na suposição de que o comunismo ou socialismo do trabalho tornou-se efetiva e defi-

nitivamente obsoleto, por já não encontrar nenhum fundamento na realidade. A realidade comunista por ele prevista distinguir-se-ia do socialismo do antigo movimento operário por ser criado não pelo proletariado, mas pela força produtiva da ciência. A moderna sociedade do trabalho, como um todo, estaria no fim. Na área da produtividade, teria passado de seus próprios limites e já não conseguiria integrar em sua lógica a maioria da população mundial.

Kurz ignora as desigualdades do processo real. Sua realidade tem pouco a ver com a realidade desequilibrada do mundo em que vivemos. Mas é positivo que ele nos indique, mesmo de forma deformada e utópica, um problema crucial, que necessita solução adequada pelas sociedades de transição socialista. A eliminação do trabalho é a consequência lógica e histórica da revolução técnico-científica e da elevação da produtividade. Nessas condições, as sociedades de transição socialista terão que encarar essa eliminação como um componente contraditório, mas positivo, da evolução social. Terão que descobrir os meios pelos quais será possível transformar as sociedades do trabalho em sociedades do não-trabalho. E, ao contrário do que Kurz supõe, essa sociedade não poderá ser criada unicamente pela força produtiva da ciência, mas também pela ação dos trabalhadores.

A longa e persistente luta pela redução da jornada de trabalho contém em si a contradição em que se debate a própria força de trabalho. Resulta do esforço dos trabalhadores, tanto para manter sua capacidade de reprodução como força de trabalho quanto para preservar-se como humanidade. Para o capital, seria muito mais vantajoso manter cada vez menos operários trabalhando mais tempo. Não fosse a luta destes, a degradação pelo desemprego seria ainda mais massiva. Entretanto, embora seja extremamente positiva, a luta pela redução da jornada de trabalho não é capaz de dar solução ao problema do desemprego tecnológico. A elevação da produtividade se dá num ritmo mais veloz do que a redução das jornadas conquistadas pelos trabalhadores, tendendo a criar um desemprego e uma miséria de massa sempre mais vasta.

Por outro lado, mesmo que a redução da jornada de trabalho ocorresse num ritmo tão rápido quando o aumento da produtividade, isso só poderia ter como resultado final a jornada zero. No sistema de produção-para-lucro, tal situação deveria significar o desemprego abrupto de todos os trabalhadores. O capital teria que optar entre manter sua atitude atual, de completo desprezo pelas mazelas que a falta de trabalho e de rendimentos provoca, ou proporcionar uma renda de subsistência a todos os antigos portadores de força de trabalho e também aos novos.

Em qualquer das duas situações, o capital perderia sua razão de ser. Tornar-se-ia inevitável, como prevê Kurz, a transformação do capitalismo no comunismo, numa forma direta e quase sem mediações.

Esse exercício hipotético, porém, só mostra o quanto são convergentes as tendências de elevação da produtividade e de liberação da força de trabalho. Essas tendências se tornaram tão fortes que nem mesmo os pensadores liberais podem escapar de sugerir soluções. Dahrendorf chega a postular a idéia de que o direito de não trabalhar é um candidato mais plausível à garantia constitucional porque protege as pessoas contra o trabalho forçado. Na realidade, ele poderia dizer que o direito ao não trabalho, mantida a renda necessária à existência, é a garantia contra o desemprego forçado. Burtless, no entanto, considera que o aumento da produtividade, provocado pela automação num setor, levaria a um aumento da renda, que resultaria em aumento da demanda de artigos produzidos em outros setores, gerando, assim, novos empregos.

Como essa idéia não condiz com a realidade do desemprego estrutural, outros acadêmicos vislumbam, conforme Braga, cenários diferentes em que os índices elevados de desemprego se tornariam crônicos (20%, 30% ou mais). Segundo eles, isso exigiria dos governos o uso do dinheiro público para pagar pessoas que fizessem trabalhos sem necessidade. Bottomore também trata do assunto. Sugere que se coloque na pauta de discussão propostas do tipo de garantia de uma renda básica para todos os membros adultos da sociedade, além da qual se poderia obter uma renda adicional no emprego remunerado. Assim, além da redução da jornada de trabalho, persistentemente buscada pelos trabalhadores, começam a surgir outras alternativas para fazer frente à situação de liberação crescente e permanente da força de trabalho.

Jacques Robin prevê uma revolução do trabalho. Para ele, ela será efetiva quando três perguntas básicas forem respondidas: Já que cada vez mais se produz com menos trabalho, como organizar e dividir o trabalho que resta? O que fazer do tempo livre? Como repartir a maior riqueza produzida pelas máquinas? Ele reconhece que a economia de mercado é incapaz de responder a esses desafios. As inovações tecnológicas exigem inovações culturais que questionem o lugar do trabalho na vida social e outro tipo de partilha da riqueza produzida.

Essas perguntas só podem ser totalmente respondidas quando a riqueza produzida puder ser apropriada pelo conjunto da sociedade, e não somente por uma minoria que possua a propriedade privada dos meios de produção. Tal pro-

priedade deve ser, pois, abolida para permitir a apropriação social da maior riqueza produzida pelas máquinas. Isso possibilitará, então, organizar o direito ao trabalho livre e voluntário e oferecer oportunidades diversificadas para o uso do tempo livre.

Para as sociedades de transição socialista, o problema não consistirá, dentro dessa perspectiva geral, em ter ou não desemprego estrutural. A partir de um determinado nível de produtividade, o problema passa a ser como as sociedades socialistas tratam o desemprego e respondem de forma gradual às perguntas colocadas por Robin. Todas as alternativas possíveis terão que ser agilizadas à medida que a produtividade alcançar um patamar além do qual ela vai liberar mais força de trabalho do que os setores menos produtivos podem absorver. Adam Schaff, que há 30 anos sustenta que o trabalho assalariado desaparecerá, afirma que o pleno emprego é um sonho do passado. Segundo ele, esse sonho precisa ser substituído pela idéia de plena atividade do homem, numa época em que deve haver o pagamento de uma renda básica de trabalho, não apenas aos desempregados, mas também aos jovens com idade de ingressar no mercado minguate de trabalho.

Rossanda tem razão quando diz que a alienação só desaparecerá nas condições em que se dê a reapropriação do trabalho como ganho, meios e sentido pelo trabalhador.

Em outras palavras, quando sua liberdade não for condicionada por sua necessidade de sobrevivência e ele puder se transformar no sujeito de seu modo de produção. No entanto, como até mesmo nas sociedades socialistas de transição isso só poderá ocorrer como processo, será necessário combinar medidas de manutenção da sobrevivência da força de trabalho liberada, com outras relativas ao tempo livre, resultante do desemprego ou da menor jornada de trabalho. De tempo de angústia, ócio degenerativo e intranqüilidade pelo futuro, o tempo livre deve ser transformado em tempo de prazer, de novas aquisições de conhecimentos, de ampliação cultural, de lazer, de divertimento e de participação cívica e política. Schaff diz que o mais importante é dar um objetivo, qualquer das múltiplas ocupações úteis que os seres humanos podem exercer para o bem geral.

Em vista disso, o socialismo de transição terá que tratar com bastante atenção da redução paulatina da jornada de trabalho. Deve evitar que a elevação da produtividade e a conseqüente liberação da força de trabalho forme uma massa desproporcional de desempregados estruturais, que poderia representar um custo social e mesmo econômico muito elevado. Ao mesmo tempo, será necessário

organizar a distribuição, entre os desempregados, de parte da riqueza produzida. A proposta de Bottomore e Schaff, de proporcionar uma renda básica a todos os membros adultos da sociedade, independentemente de estarem empregados ou não, poderia ser uma alternativa viável.

Por outro lado, será preciso propiciar oportunidades amplas para reciclagens profissionais e aquisição de novos conhecimentos técnicos e científicos, na perspectiva de formar mulheres e homens polivalentes e de múltiplas habilidades, capazes de adaptar-se às mudanças nos processos de produção. O sistema de reciclagem deveria atingir tanto os desempregados quanto os empregados, podendo introduzir condições para um rodízio que permitisse uma divisão mais equitativa do trabalho ainda existente entre os indivíduos da sociedade.

Além disso, é preciso aproveitar as próprias condições que o capitalismo vem sendo obrigado a criar para a construção de sociedades do não trabalho ou do trabalho voluntariamente partilhado. Os sistemas de seguridade social, que em alguns casos não passam de sistemas de renda mínima, apontam para a possibilidade de instituição da renda básica.

As indústrias de ensino, culturais, turísticas, de entretenimento e lazer, embora envoltas na forma mercadoria e impeditivas ao acesso da maioria da população, indicam mecanismos que podem transformar o tempo livre do socialismo no tempo em que o livre desenvolvimento de cada um, como disse Marx, seja a condição para o livre desenvolvimento de todos.

São mecanismos que apontam para o tipo de luta que os trabalhadores precisam praticar desde agora, para enfrentar a tendência ao desemprego estrutural e amadurecer as condições do não-trabalho a serem expandidas pela transição socialista. A multiplicação dos equipamentos culturais, de grupos e entidades voltados para a difusão e o debate cultural e de medidas para tornar a cultura acessível a todos os membros da sociedade; a ampliação da indústria turística como componente importante de difusão de conhecimentos culturais, de integração dos povos e do aproveitamento do lazer; a multiplicação dos equipamentos esportivos e de educação física e dos equipamentos de lazer e entretenimento, tudo isso faz parte das respostas para aproveitar o tempo livre, ou o ócio.

Outros, além de Bottomore e Schaff, apontam para as possibilidades de participação ativa, voluntária e ampla nos movimentos cívicos e sociais, proporcionando condições muito mais efetivas de apropriação dos assuntos políticos pela sociedade.

O tempo livre torna-se condição fundamental para que todos sejam burocratas, no bom sentido da função, permitindo um rodízio constante e voluntário dos que se dedicam à administração das coisas da sociedade. Dessa maneira, o trabalho renascerá sob a forma humana, desalienada das cinzas do holocausto em que o capital tentou destruí-lo.

VIII Deixando em aberto

O liberalismo cantou vitória, anunciou o fim da história, prometeu um mundo de paz, prosperidade e democracia. Este é, aliás, o mundo aspirado por bilhões de seres humanos que habitam o globo terrestre, bilhões de inocentes que acreditaram que o fim do comunismo proporcionaria a civilização do capitalismo, sua humanização. Foi a ilusão dos inocentes.

O capitalismo, ao contrário, passou a remoer sua própria crise. Mais e mais coloca a nu as suas entranhas. Ao acabar com o comunismo do socialismo soviético, arrancou seu próprio véu. Já não há a quem culpar pelas mazelas de seu mundo. Sobra a barbárie ou a destruição.

Ou o socialismo. Com o fim do comunismo, o capital repõe a necessidade do socialismo. Um socialismo que se aproveite de todas as lições, das experiências e das vicissitudes do passado. Sem exceções. E que evite que os inocentes tenham novas ilusões e utopias. O socialismo não é, nem será, um caminho calçado de pétalas de rosas.

Em textos anteriores sobre o socialismo, comparei os horrores do capitalismo com o das experiências socialistas, afirmando que, afinal de contas, nestas os horrores haviam sido bem menores. Antônio Olivieri considerou que isso não parecia adequado.

Para as vítimas, não importaria se o carrasco ostenta a suástica ou a foice e o martelo. E acrescentou que uma comparação do tipo aparenta reiterar a maquiavélica justificação dos meios pelos fins. Não residiriam neste erro elementos essenciais do próprio stalinismo?, perguntou.

Quem dera! Seria mais fácil eliminar erros desse tipo. O stalinismo é o exemplo mais acabado do voluntarismo, da ilusão perversa de que seria possível alcançar o reino dos céus socialista por um caminho perfeito, igualitário e reto. Bastaria vontade e firmeza ideológica. E uma atitude inflexível e implacável contra os contra-revolucionários.

Ainda hoje, muita gente que se diz contrária ao stalinismo, continua perseguindo um socialismo capaz de evitar qualquer desigualdade, qualquer conflito, qualquer mancha. Bastaria ter à frente homens retos, dignos, bons e eticamente corretos. Dos quais, diga-se de passagem, o inferno anda cheio.

Isso não será possível, por mais que os socialistas queiram um caminho menos doloroso. Não só porque a burguesia resistirá. Mas porque os bolsões de atraso, de ignorância, de patologias sociais, são não somente grandes, mas imensos. E ainda causarão horrores no próprio socialismo, independentemente do desejo e das ilusões das pessoas de boa vontade e dos inocentes. As vítimas jamais absolverão seus carrascos, mesmo socialistas, e mesmo que hajam tombado em combate aberto e franco.

Apesar disso, sempre será um alento que os horrores do socialismo sejam menores, em relação ao capitalismo, até que possam ser finalmente suprimidos pela elevação da humanidade a um novo patamar de cultura e de vida. Chegado este momento, poderemos pelo menos repor as utopias sobre bases reais. E relembrar as ilusões dos inocentes que, mal ou bem, foram as fontes em que se embeberam os sonhos dos justos. Sonhos que alimentaram as lutas por um mundo melhor e que continuam por concretizar-se. Por isso mesmo, o debate e o combate permanecem em aberto.

Fontes

Na elaboração deste texto e dos anteriores sobre a crise do socialismo, eu me vali do auxílio de obras, textos e opiniões de diferentes autores. Com eles, concordei ou polemizei, aproveitando suas *idéias* para desenvolver minhas próprias teses e hipóteses.

Fiz uma transcrição livre dos textos aproveitados, como alertei na Advertência, para facilitar o trabalho dos leitores. Os erros ou omissões são de minha inteira responsabilidade, assim como o conjunto das opiniões expressas nesta obra.

A seguir, o nome dos autores e obras citadas e consultadas, inclusive jornais e revistas, pela ordem em que aparecem no texto.

CITADAS

Robert Carson. **O que os economistas sabem**. Zahar, Rio de Janeiro, 1992

Karl Marx. **Contribucion a la critica de la Economia política**. A. Corazon, Madrid, 1976

Karl Marx. **O Capital**. Abril, São Paulo, 1983

Robin Blackburn (Coord.). **After theFali**. Verso, London, 1991

Eric Hobsbawn. **“Goodbye for ali that”**, *in* Afer the Fali

Raph Dahrendorf. **Reflexões sobre a revolução na Europa**. Zahar, Rio de Janeiro, 1991

Timothy Ash. **Nós, o povo**. Cia. das Letras, São Paulo, 1990

Eric Hobsbawn. **“Out of the ashes”**, *in* Afer the Fali

Jeffrey Sachs. **Folha de São Paulo**, 5/03/1991

Jacob Gorender. **Marcino e Liberatore**. Ática, São Paulo, 1992

- Lester Thurow. **Cabeça a cabeça**. Rocco, Rio de Janeiro, 1993
- George Bush. **O Globo**, 17/11/1990
- John Nasbitt. **Veja**, 12/1991
- André Gluksmann. **Folha de São Paulo**, 10/11/1991
- Tatiana Zalasvskaia. **“A estratégia social da perestroika”**. Espaço e Tempo, Rio de Janeiro, 1989
- Mikhail Gorbachev. **Perestroika**. Best Seller, São Paulo, 1988
- Paul Kennedy. **O Globo**, 6/06/1993
- Norberto Bobbio. **Liberalismo e democracia**. Brasiliense, São Paulo, 1993
- Serge Cordelier, Catherine Lapantre (Coord.). **O mundo hoje/1993**. Ensaio, São Paulo, 1993
- Giovani Arrighi. **“Marxist century, American century”**, *in* After the Fali
- Cláudio Deddeca, Sandra Brandão. **“Crise, transformações estruturais e mercado de trabalho”**, *in* Crise Brasileira, Anos 80 e Governo Collor. Desep, Inca, São Paulo, 1993
- Alfonso Guerra. **Folha de São Paulo**, 12/03/1991
- Norberto Bobbio. **“The upturned Utopia”**, *in* After the Fali
- Norberto Bobbio. **A era dos direitos**. Campus, São Paulo, 1992
- Robert Kurz. **O colapso da modernidade**. Paz e Terra, São Paulo, 1992
- The Economist. **Gazeta Mercantil**, 12/11 /1992
- Ralph Dahrendorf. **O conflito social moderno**. Zahar, Rio de Janeiro, 1992
- Boris Kagarlitski. **Folha de São Paulo**, 23/03/1993
- Abba Eban. **Folha de São Paulo**, 6/08/1993
- Hans Enzensberger. **“Ways of walking. a postscript to Utopia”**, *in* After the Fali.
- Jürgen Habermas. **“What does socialism mean today?”**, *in* After the Fali.
- Lawrence Franko. **Global comparative competition**. Massachussets University, 1990
- Alvin Tofler. **A terceira onda**. Record, Rio de Janeiro, 1980
- Peter Glotz, *in* Ralph Dahrendorf
- Helena Celestino. **O Globo**, 20/06/1993

- Antonio Gramsci. **Poder, política el partido**. Brasiliense, São Paulo, 1990
- Mario Andrada e Silva. **Jornal do Brasil**, 13/06/1993
- Ignacy Sachs. **Estratégia de transição para o século XXI**. Studio Nobel, São Paulo, 1993
- Tom Bottomore. **Em Tempo** nº 265, março 1993
- Umberto Cerroni. **Teoria política do socialismo**. Europa-America, Lisboa, 1976
- Akio Morita. **Folha de São Paulo**, 07/09/1991
- Rubens P. Lyra (Coord.). **Socialismo, impasses e perspectivas**. Scritta, São Paulo, 1992
- Rossana Rossanda. “**Por uma análise marxista da crise nas sociedades do Leste Europeu**”, *in* Socialismo, impasses e perspectivas.
- André Gorz. “**The new agenda**”, *in* After the Fali.
- André Gorz. **Estratégia operária e neocapitalismo**. Zahar, Rio de Janeiro, 1968
- Diane Elson. “**Socializing the market**”, *in* After the Fali
- Diane Elson. “**The economics of a socialist market**”, *in* After the Fali.
- V.S. Prokovski. **História das ideologias**. Estampa, Lisboa, 1972
- Tucidides. **História da Guerra do Peloponeso**. UnB, Brasília, 1982
- Christopher Hill. **O mundo de ponta cabeça**. Cia das Letras, São Paulo, 1987
- Friedrich Engels. “**Las guerras campesinas**”. Obras, Progreso, Moscou, 1979
- Friedrich Engels. **Del socialismo utópico al socialismo científico**. Obras
- Albert Soboul. **História da Revolução Francesa**. Zahar, Rio de Janeiro, 1981
- Karl Marx. **Crítica da Filosofia de direito de Hegel**. Presença, Lisboa, 1982
- Karl Marx. “**El programa de Gotha**”. Obras
- Karl Marx, Friedrich Engels. “**Manifiesto comunista**”. Obras
- Vladimir Ilyich Lenin. **Relatório ao X Congresso do PCR (b)**. LP&M, Porto Alegre, 1979
- Eduard Bernstein, *in* Umberto Cerroni
- Karl Kautsky. “**O marxismo e seu crítico Bernstein**”, *in* Umberto Cerroni
- Rosa Luxemburgo. **Reforma o revolucion**. Baires, Buenos Aires, 1974
- Vladimir Ilyich Lenin. “**Teses de abril**”. Obras, Alfa Omega, 1981

Vladimir Ilyich Lenin. **El desenvolvimiento dei capitalismo en Rússia.** Progreso, Moscou, 1959

Vladimir Ilyich Lenin. **Duas táticas da social-democracia na Revolução Russa.** Livramento, São Paulo, 1975

Robin Blackburn. “**Fin de Siecle. socialism after the crash**”, *in*, After the Fali.

Carlos Nelson Coutinho. **Democracia e socialismo.** Cortez, São Paulo, 1992

Adam Przeworski. **Capitalismo e social-democracia.** Cia. das Letras, São Paulo, 1989

Jorge Semprum. **Folha de São Paulo**, 10/11/1991

Vladimir Ilyich Lenin. “**Sobre o dualismo do poder**”. Obras, Alfa Omega, 1981

Vladimir Ilyich Lenin. **El Estado y la revolucion.** Anagrama, Barcelona, 1976

Ernesto Che Guevara. **Obras.** Baires, Buenos Aires, 1973

Wladimir Pomar. **O enigma chinês.** capitalismo ou socialismo. Alfa Omega, São Paulo, 1987

Noam Chomski. **EUA continuam Guerra Fria en li 3& Mundo.** Brecha, Montevideo, 18/06/1992

Florencia Costa. **Jornal do Brasil**, 20/06/1993

Roberto Abdenur. **Jornal do Brasil**, 25/08/1993

Paul Kennedy. **Preparando para o século XXI.** Campus, São Paulo, 1993

Ralph MUIiband. “**Reflexions on the crisis**”, *in* After the Fali

Karl Marx, Friedrich Engels. “**La ideologia alemana**”. Obras

Enrique Rubio. **Perspectivas para ei socialismo en el mundo atual.** Brecha, Montevideo. 16/04/1992

Yvon Quiniou. “**Morte de Lenin, vida de Marx**”, *in* Socialismo, impasses e perspectivas

Michal Kalecki. **Ensayos sobre economias em vias de desarrollo.** Critica, Barcelona, 1980

Alec Nove. **A economia do socialismo possível.** Ática, São Paulo, 1989

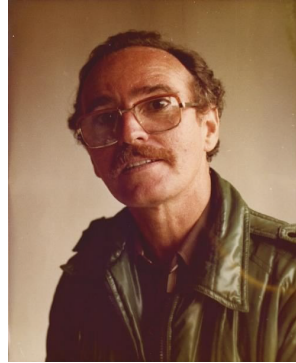
Vladimir Ilyich Lenin. **Sobre el problema de los mercados.** Siglo XXI, México, 1974

- Ernest Mandei. **Socialismo x Mercado**. Ensaio, São Paulo, 1991
- Charles Bettelheim. **Calculo econômico y formas de propiedad**. Siglo XXI, México, 1972
- Max Adler. “**Democracia política e democracia social**”, in Umberto Cerroni Jacques Robin. **Jornal do Brasil**, 11/10/1993
- Adam Schaff. **Jornal do Brasil**, 25/11/1993
- Antônio Olivieri. **Brasil Agora**, 15/06/1992
- Timothy Wirth. “**Reunião preparatória da Conferência da ONU sobre População e desenvolvimento**”. 1993
- Marcos Strecker. **Folha de São Paulo**, 06/10/1993
- Revista Forbes**, 22/07/1991
- Gary Burtiess, in **Teodomiro Braga, Jornal do Brasil**, 13/06/1993
- Edmundo Lira de Arruda. **Jornal do Brasil**, 20/06/1993
- Giorgio Romano Schutte. **Alguma coisa está fora de ordem**. TIE, São Paulo, 1993 Consultados.
- Fernando Haddad. **O sistema soviético**. Scritta, São Paulo, 1992
- Martha Harneker e outros. **Problemas da transição para o socialismo**. Iniciativas, Lisboa, 1976
- Zsuzsa Ferge. **A society in the making**. Penguin, New York, 1976
- Paul Singer. **O que é o socialismo hoje**. Vozes, Petrópolis, 1983
- Paul Malor Sweezy. **A sociedade pós-revolucionária**. Zahar, Rio de Janeiro, 1981
- Diversos. **Socialismo em debate**. Inca, São Paulo, 1988
- Istvam Mezaros. **Produção destrutiva e Estado capitalista**. Ensaios, SP, 1989
- Istvam Mezaros. **A necessidade do controle social Ensaios**. São Paulo, 1989
- Diversos. “**Socialismo e socialismos**”. Lua Nova nº- 22, São Paulo, 1990
- K. Modzelewsky, J. Kuron. **Socialismo o burocracia**. Ruedo Ibérico, Alencon, 1968
- Eduard Kardelj. **As vias da democracia na sociedade socialista**. Europa-America, Mira-Sintra, 1978
- Rudolf Bahro. **La alternativa**. Alianza, Madrid, 1980

- Sérgio Bittar. **Transição, socialismo e democracia**. Paz e Terra, São Paulo 1980
- Michel Lisage. **As instituições soviéticas**. Almedina, Coimbra, 1976
- Markus Sokol. **Revolução e contrarrevolução no país de outubro**. Letras Contemporâneas, Florianópolis, 1988
- Raymond Hutchings. **El desarrollo económico soviético 1917-1970**. Istmo, Madrid, 1973
- Rosa Luxemburgo. **Reforma, revisionismo e oportunismo**. Laemert, Rio de Janeiro, 1970
- Claude Leffort. **A invenção democrática**. Brasiliense, São Paulo, 1987
- Francisco Weffort. **Porque democracia**. Brasiliense, São Paulo, 1984
- Crawford Brough Macpherson. **A democracia liberal**. Zahar, Rio de Janeiro, 1978
- Antonio Gramsci. **Pequena antologia política**. Fontanella, Barcelona, 1974
- Nicos Poulantzas. **O Estado, o poder, o socialismo**. Graal, Rio de Janeiro, 1978
- Nicos Poulantzas. **Poder político e classes sociais**. Martins Fontes, São Paulo, 1986
- Robert Nozick. **Anarquia, Estado e Utopia**. Zahar, Rio de Janeiro, 1991
- Perry Anderson e outros. **A estratégia revolucionária da atualidade**. Jorues, São Paulo, 1986
- Vladimir Ilyich Lenin: **Contenido económico del populismo**. Siglo XXI, México, 1974
- Abel Aganbegyan. **Movendo a montanha**. Best Seller, São Paulo, 1989



Esta trilogia começou a ser elaborada logo no início dos anos 1990, depois de Wladimir Pomar deixar o Diretório Nacional do PT. A presente edição é publicada pela Editora da Fundação Perseu Abramo, marcando o 90º aniversário de nascimento de Wladimir Pomar.



Publicar estes textos neste ano de 2026 atende, acima de tudo, aos mesmos motivos que levaram a Fundação Perseu Abramo a promover diversas iniciativas para debater o socialismo, a mais recente das quais foi a realização, em 2021, das “13 Jornadas de debates sobre o socialismo no Século 21”, uma iniciativa conjunta da Fundação Perseu Abramo, da Escola e da Secretaria de Formação do PT.

Que a publicação desta trilogia contribua para as próximas atividades que serão realizadas pela Fundação Perseu Abramo e pelo PT para debater nossos caminhos para construir o socialismo democrático.



F U N D A Ç Ã O
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores